

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de História

**NO IMPÉRIO DAS LETRAS:
circulação e consumo de livros na São Paulo Oitocentista**

Marisa Midore Deaecto

São Paulo, dezembro de 2005

**No Império das Letras:
circulação e consumo de livros na São Paulo Oitocentista**

Marisa Midore Deaecto

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem, se algum houve, as saudades.

O tempo cobre o chão de verde manto,
Que já coberto foi de neve fria,
E em mim converte em choro o doce canto.

E, afora este mudar-se cada dia,
Outra mudança faz de mor espanto,
Que não se muda já como soía”.

Camões (1524?-1580).

“Por ser freguês antigo, abriram-me a porta onde se encontravam estocados os livros e as revistas. Na primeira hora, o choque por que passei assemelhava-se ao que se dera com Aladín, quando entra na caverna e se depara com o fenomenal tesouro amontoado em um de seus cantos. Não dava para acreditar. Postos em ordem, achavam-se revistas brasileiras e estrangeiras, literárias e políticas, formando pilhas e pilhas, cada uma disposta separadamente [...]

*Mergulhei nesse oceano dezenas de vezes. Além do prazer de ter encontrado fontes que acreditava não me deparar nunca, tinha a alegria de manusear títulos que sabia existirem e outros que, para mim, eram verdadeiras surpresas. E como último lado da descoberta, era perceptível que 90% dos livros estavam em perfeito estado, como se tivessem saído naquela hora da tipografia. É que o cuidado que Astrojildo tinha com os livros fazia-o embrulhar cada um, afastando-os da luz e da poeira. O militante Astrojildo Pereira era, assim, não só um lutador a favor do homem, mas um bibliófilo, amante dos livros”.**

Ao Professor Dr. Edgard Carone (*in memoriam*),
“um bibliófilo, amante dos livros”,
dedico esta tese.

* Edgard Carone, *Leituras marxistas e outros estudos*. Organizado por Lincoln Secco e Marisa M. Deaecto. São Paulo: Xamã, 2004, p.178.

Resumo

a época da Independência do Brasil (1822), a economia de São Paulo era tão incipiente quanto as condições materiais. Os livros circulavam graças às “livrarias” particulares e ao aparecimento da primeira biblioteca pública, em 1825. A vida intelectual de São Paulo ganhou fôlego a partir dos anos de 1850, devido a diversos fatores de ordem econômica e social. Nesse momento, cresceu e se consolidou a demanda de bens culturais, de modo que o livro passou a ocupar espaço cada vez mais significativo, ao lado da imprensa periódica. Este trabalho investiga os meios de circulação dos livros e suas formas de consumo no meio intelectual paulista. Questiona-se em que medida o desenvolvimento da urbe condicionou a criação de um *locus* suficientemente autônomo para constituir seu próprio sistema literário.

Palavras-chaves

São Paulo; comércio; livros; livrarias; bibliotecas; França/Brasil

Résumé

À l'époque de l'Indépendance du Brésil (1822), l'économie de la ville de São Paulo était aussi peu développée que les aspects propres d'une culture urbaine. Les livres circulaient dans les domaines des «librairies» privées, et depuis 1825 grâce à l'apparition de la première bibliothèque publique de la ville. Le développement intellectuel de la ville de São Paulo a eu un élan fort remarquable à partir des années 1850. À cette période, on remarque la croissance et la consolidation de la demande de biens culturels, tels que les livres et les périodiques. Ce travail consiste en une enquête sur la circulation des livres et leur consommation dans le milieu culturel paulista. Il s'agit de savoir dans quelle mesure le développement de la ville soutient la création d'un champs suffisamment indépendant pour la formation de son propre système littéraire.

Mots-clés

São Paulo; commerce; livres; bibliothèques; France/Brésil

AGRADECIMENTOS

Como afirmou recentemente um historiador, se nossas escolhas profissionais e políticas são em grande parte determinadas pela conjuntura histórica em que vivemos, elas também o são por nossas próprias experiências individuais. Desse modo, posso dizer que meu interesse sistemático pelo livro e, precisamente, pela história do livro – com todas as suas variantes, que só mais tarde viria a descobrir – se vislumbrou há pouco mais dez anos, no momento em que conheci o professor Edgard Carone e passei a trabalhar em sua biblioteca.

Todavia, o trabalho de pesquisa não resulta tão somente do contato do profissional com os livros e com os documentos. Toda pesquisa nasce do diálogo. O diálogo com os textos, evidentemente. O diálogo mudo e solitário que travamos com nossas próprias consciências. O diálogo com o mundo, que se expressa nas perguntas e nas soluções encontradas frente a um tema e que jamais aparece descolado de nossas preocupações atuais. E do diálogo com professores, amigos e familiares.

Uma tese é, em suma, o acúmulo de diálogos, noutros termos, do conhecimento adquirido desde os tempos da graduação. Por isso ela expressa parte importante de minha biografia, da aluna de escola pública, que teve a fortuna de conhecer grandes mestres. A tese é expressão dos livros que li e dos diálogos que travei ao longo de minha história.

Mas também das palavras seguras da orientadora, das questões que ela suscitou, dos comentários, das críticas, enfim, do esforço que se estendeu por anos a fio em que um projeto de pesquisa se transformou, enfim, em uma tese de doutoramento. Pelo diálogo constante que sintetizou tantos outros diálogos e tantas dúvidas enfrentadas no curso deste trabalho, agradeço a minha orientadora, professora Raquel Glezer.

A presença do amigo Lincoln Secco, hoje professor de História Ibérica neste Departamento, está em cada linha traçada neste volume. Posso afirmar, parafraseando

Lucien Febvre, que dentre as idéias que defendo, muitas vieram de nossas longas e intermináveis conversas, em que a História, o Tempo e os Homens tiveram lugar privilegiado. Tenho certeza, meu amigo, que há de criticar-me vez ou outra, discordará mesmo de mim, mas “tudo isto firmará um vínculo a mais entre nós”.

Desde o início da pesquisa conheci e dialoguei com professores muito atenciosos e grandes conhecedores das questões relacionadas ao livro no Brasil. Estendo meus mais calorosos e respeitosos agradecimentos à professora Marisa Lajolo, que me foi indicada por seu mestre, sem dúvida mestre de todos nós, professor Antonio Candido. E aos professores Nelson Schapochnik, Aníbal Bragança e Tânia Bessone, a quem conheci não faz muito tempo e que teve presença impactante durante um colóquio que participei no Rio de Janeiro.

Uma versão preliminar do texto foi apresentada para o Exame de Qualificação, realizado em março de 2004. Nesta ocasião, recebi críticas e comentários iluminados dos professores Carlos Guilherme Mota e Jorge Grespan, que deram novo rumo ao trabalho.

Aos professores Roger Chartier e Jean Hébrard, da École de Hautes Études en Sciences Sociales-Paris, registro meu reconhecimento pela acolhida calorosa em seus seminários. O mesmo posso dizer da atenção dispensada pelos professores Diana Cooper-Richet e Jean-Yves Mollier, do Centre d’Histoire Culturelle des Sociétés Contemporaines, da Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines. O diálogo com o professor Mollier continua vivo e jamais me esquecerei de que em Paris ele desempenhou o papel de um verdadeiro orientador, ainda que não tivesse nenhuma obrigação burocrática para fazê-lo. Das impressões que guardo do centro de pesquisa e cujo registro considero importante, foi o impacto provocado pelas estantes repletas de volumes sobre história do livro e o fichário pacientemente elaborado, à moda antiga, dos trabalhos realizados em diversas modalidades (Maîtrise, DEA, Doctorat) sobre o livro na Época Contemporânea. Espero que possamos em breve realizar a façanha de um amplo banco

de dados – e por que não uma biblioteca? – especializado em história do livro e das práticas de leitura.

O capítulo Paris se tornou possível graças ao apoio de outros dois professores, Carlos Antonio Aguirre Rojas, este estudioso apaixonado e infatigável da vida e obra de Fernand Braudel; e François Dosse, iconoclasta, chegou mesmo a acreditar que eu fosse uma *blague* pregada pelo professor Rojas.

Os familiares estão sempre presentes, sobretudo nos momentos decisivos de viagem, redação, revisão, impressão... Meu marido, Ederson Munhoz Reis Matos, assina muitos mapas elaborados para esta pesquisa. Ele se revelou um cartógrafo de futuro, mesmo sem o ser de fato, e, além disso, logrou interpretar o que eu esperava exatamente de cada mapa. Mas neste caso eu deveria evocar razões que a própria razão desconhece. Devo ainda registrar a presença definitiva de meus pais, Kenji Deaecto e Lourdes do Nascimento Deaecto. De meu irmão, Alexandre, que no início trabalhou no levantamento de alguns dados relativos aos imigrantes franceses no Rio de Janeiro. E de minha tia Mamoe, uma grande incentivadora. Maria Aparecida e Janir Matos, sempre companheiros e solidários.

Os amigos são muitos e estão sempre presentes nas horas alegres, mas também naquelas de dilacerar o coração. Deixo alguns nomes anotados, daqueles que tiveram presença mais efetiva durante a pesquisa, sob a pena de abandonar outros, cujo distanciamento certamente foi inevitável devido às próprias contingências do tempo, mas cujas lembranças se mantêm vivas na memória. Para tornar este inventário o mais breve possível, agradeço a contribuição de Rémi de Fumichon, Jean Vely, Alice e Anabelle Orange, Stéphan Étienne, Marília Barcellos, Márcia Razzini, Maria Vianna, Danilo Barbosa, Flamarion e Eloísa Maués, Ciro Yoshiyasse, à turma de graduação da professora Raquel Glezer, do segundo semestre de 2005, que recebeu com atenção e também com muita paciência as aulas de uma professora substituta e debutante e aos companheiros do Grupo de Leitura Fernand Braudel.

As pesquisas em arquivos e bibliotecas nem sempre são fáceis e se tornariam mesmo inviáveis não fosse a colaboração de bibliotecários e arquivistas, aos quais expresse aqui meu muitíssimo obrigado. Gostaria ainda de destacar alguns nomes que tornaram não apenas possível, mas prazeroso o trabalho no Arquivo e na Biblioteca da Faculdade de Direito. Dona Giacomina Faldini, ex-diretora da Biblioteca e Lúcia Beffa, que a sucedeu no cargo. Estendo os agradecimentos ao senhor Valdir, responsável pelo Arquivo, à bibliotecária Silvia Mara e aos funcionários que cuidam da sala de leitura.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, registro mais uma vez, nestes treze anos como aluna do Departamento de História da FFLCH-USP, meus agradecimentos. O programa de apoio desenvolvido por esta Fundação, com suas regras estritas, sua equipe de assessores científicos e pareceristas comprometidos com a qualidade das pesquisas, foi da maior importância para minha formação acadêmica, pois incentivou meus estudos desde a época da graduação. Hoje posso dizer que fui bolsista da Fapesp em todas as modalidades possíveis, da iniciação ao doutoramento, o que sem dúvida tornou possível a minha aventura no campo movediço, árido e apaixonante da História.

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – S. PAULO, CIDADE ESPIRITUAL	28
I.1 – Uma Biblioteca Pública para S. Paulo	29
Livros e ilustração	33
A cessão do convento e da livraria	38
I.2 – O incidente com o Pe. José Antonio dos Reis	44
O seqüestro de livros	49
Comércio de ocasião	53
I.3 – A conformação do acervo	65
A livraria conventual	76
A síntese possível	80
CAPÍTULO II – NO IMPÉRIO DAS LETRAS	88
II. 1 – Paisagem intelectual	89
Projetos	95
Os intelectuais e a cidade	100
II. 2 – Vida acadêmica	103
Preparatórios	109
Juventude acadêmica	112
II. 3 – A fortuna dos livros	122
Livros e fortunas	125
Leituras	136
CAPÍTULO III – A CIDADE E OS LIVROS	156
III. 1 – Cartografia do sistema literário	157
Definições	164
Matrizes	168
III. 2 – A urbe e suas gentes	174
Instantâneos urbanos	182
Infra-estrutura	200
III. 3 – Luzes na cidade	211
Instituições de leitura (1870-1900)	214
De volta às Arcadas	223
CAPÍTULO IV – CIRCULAÇÃO E CONSUMO	243
IV. 1 – A Economia do livro	244
Semear ao vento	246
Anatole Louis Garraux: livreiro, empreendedor	255
IV. 2 – Catálogos: visão de conjunto	276
Os catálogos de edições em português	284
A parte francesa	299
	10

IV. 3 – Consumo	311
Amadores e consumidores	318
Os livros na cidade: novos espaços de consumo	333
CONCLUSÃO	352
FONTES	359
1. Fontes manuscritas	359
2. Fontes impressas	361
BIBLIOGRAFIA	369
APENSO DOCUMENTAL	388

Índice Analítico

Mapas

Mapa 1 - Mapa da Capital da Província de São Paulo - 1877.....	171
Mapa 2 - Planta da Capital do Estado de São Paulo - 1890.....	172
Mapa 3 - Plan I historia da Cidade de São Paulo – 1800-1874.....	173
Mapa 4 - Planta Geral da Cidade de São Paulo - 1860.....	186
Mapa 5 - Vida Intelectual e Espiritual na cidade de São Paulo (1837-1878).....	197
Mapa 6 - Tipografias, Livrarias e Jornais na cidade de São Paulo (1837-1878).....	199
Mapa 7 - Expansão das bibliotecas na cidade de São Paulo (1858-1905).....	222
Mapa 8 - Rota dos navios franceses.....	250
Mapa 9 - Expansão das Tipografias na cidade de São Paulo (1850-1900).....	341
Mapa 10 - Expansão das livrarias na cidade de São Paulo (1858-1905).....	350

Gráficos

Gráfico 1 - Número de títulos por domínio temático e lucro médio auferido na venda.....	55
Gráfico 2 - Porcentagem de títulos por domínios temáticos.....	82
Gráfico 3 - Porcentagem de volumes por domínios temáticos.....	82
Gráfico 4 - Livraria de d. Mateus de Abreu Pereira.....	84
Gráfico 5 - Livraria do Convento de S. Francisco.....	84
Gráfico 6 - Quantidade de Livros x Bens Pessoais.....	129
Gráfico 6a - Quantidade de Livros x Bens Domésticos.....	129
Gráfico 7 - Inventários 1800-1850.....	131
Gráfico 8 - Biblioteca da casa de dona Genebra de Barros Leite.....	139

Tabelas

Tabela 1 - Rendimentos dos lentes da Faculdade de Direito e Professores das aulas preparatórias (1834 e 1836).....	61
Tabela 2 - Relação dos livros, que se venderão pr. Portaria de 7 de Março do pres.te anno.....	63
Tabela 3 - Inventário da Biblioteca Pública da cidade de São Paulo – 1826.....	80
Tabela 4 - Biblioteca da casa de Dona Genebra de Barros Leite.....	150
Tabela 5 - A população de São Paulo.....	210
Tabela 6 - Cathálogo das Obras da Bibliotheca de Direito de S. Paulo, em 1857.....	231
Tabela 7 - Quadro estatístico do acervo da Biblioteca – 1872.....	232
Tabela 8 - Librairie Française - Garraux, de Lailhacar & Cie - 1866.....	286
Tabela 9 - Livraria Academica de A.L. Garraux em Lingua Franceza - 1872.....	305
Tabela 10 - Livraria Academica de A.L. Garraux em Lingua Franceza - 1872.....	308

Fotos e Ilustrações

Foto 1 - Biblioteca da Faculdade de Direito com iluminação elétrica - 1890.....	241
Foto 2 - Sala de Leitura da biblioteca da Faculdade de Direito - 1905.....	242
Foto 3 - Contrato de venda de direito autoral.....	267
Foto 4 - Publicidade de <i>Cantos e Phantasias</i> , de Fagundes Varela.....	269
Foto 4 - Folha de rosto da edição de <i>Bibliographie Bresilienne</i>	274
Foto 5 - Foto de Anatole Louis Garraux.....	275
Foto 6 - Fachada da Livraria e Papelaria de A.L. Garraux e De Lailhacar (1862).....	282
Foto 7 - Fachada da segunda Livraria Garraux (1890).....	282
Foto 8 - Reprodução da folha de rosto de um catálogo da Casa Garraux.....	283
Foto 9 - Charge sobre Livraria Garraux - Cabrião.....	310
Foto 10 - Charge sobre Livraria Garraux – Diabo Coxo.....	310
Foto 11 – Bibliothèqu de Poche (Catálogo Garraux, 1866).....	329
Foto 12 – Bibliothèqu pour tous (Catálogo Garraux, 1866).....	330
Foto 13 – Bibliothèqu Chrétienne (Catálogo Garraux, 1866).....	331
Foto 14 – Bibliothèqu Littéraire (Catálogo Garraux, 1866).....	332
Foto 15 – Anúncio de prelos tipográficos (1889).....	342

INTRODUÇÃO

“Onde é impossível o cálculo numérico impõe-se sugerir. Entre a expressão das realidades do mundo físico e a expressão das realidades do espírito humano o contraste é, em suma, o mesmo que existe entre a tarefa do operário fresador e a do fabricante do instrumento de corda: ambos trabalham com rigor milimétrico; mas o primeiro utiliza aparelhos mecânicos de precisão; o segundo guia-se, sobretudo, pela sensibilidade do ouvido e dos dedos [...]
Quem negará que não haja, como o tacto manual, um tacto das palavras?”

Marc Bloch (1886-1944)¹

O projeto de uma história da circulação e do consumo de livros na cidade de São Paulo, à vista dos meios de difusão atuantes no Oitocentos, é fruto da conjuntura existente no final do século XX e início do XXI. As mudanças a que temos assistido no campo da produção editorial, a ampliação dos meios de circulação de impressos e o aparecimento de novas formas de transmissão da linguagem escrita, sem dúvida renovaram o interesse pelo livro como objeto de pesquisa por parte de estudiosos em diversas áreas do conhecimento. Diante de novas tecnologias que parecem ter atingido os circuitos de comunicação impressa, até que ponto o livro atua como força transformadora em nossa sociedade? Ele já teve um dia este papel?

¹ Marc Bloch, *Introdução à História*. 4ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.e., p.29.

Para os historiadores que se dedicaram ao Século das Luzes, o cerne da questão era o das origens intelectuais da Revolução de 1789. Partiam do pressuposto de que todo processo revolucionário se instaura, em primeira instância, no campo das idéias. Todos aqueles que viveram sob o signo incerto das paixões e ódios latentes que a Revolução provocou, já no primeiro meio-século do Oitocentos, questionaram o poder dos livros e seu efeito subversivo. É o que se apreende, por exemplo, nos escritos de Mme. De Staël² e, posteriormente, nas reflexões de Alexis de Tocqueville e Hypolite Taine.³

Em *Les origines intellectuelles de la Révolution française*, livro publicado em 1933, Daniel Mornet⁴ se voltou para a problemática da formação da consciência revolucionária, estabelecendo um método que lhe permitisse buscar, na documentação existente, as matrizes ideológicas da Revolução. Interessado em averiguar o papel desempenhado pelos livros, mas também por aqueles “intermediários esquecidos da literatura”⁵ na difusão do pensamento iluminista, o autor coloca em relevo os circuitos de comunicação do texto impresso, as bibliotecas, os gabinetes, os *clubs* e as sociedades literárias que agregavam as *gens de lettres*⁶ e, ao lado destas, espaços informais e de notável projeção no meio político e

² Madame de Staël. *Considérations sur la Révolution Française*. Oeuvre présentée et annotée par Jacques Godechot. Paris: Tallandier, 1983, p.32.

³ A este respeito, ver “Lumières e Révolution. Révolution et Lumières”. In: Roger Chartier, *Les origines culturelles de la Révolution française*. Paris: Seuil, 2000, pp.15-35. [1ª ed. francesa: 1990].

⁴ Daniel Mornet inovou ao situar no circuito de transmissão das idéias sua investigação sobre as origens e influências culturais dominantes no espírito das Luzes. Ou seja, nos meios de difusão e nas possibilidades de recepção das idéias em voga por diferentes estratos da sociedade. Segundo o autor, “nosso estudo se propõe justamente investigar qual foi exatamente o papel da intelectualidade na preparação da Revolução. Quais foram as idéias dos grandes escritores; e quais foram as idéias daqueles escritores de segunda, terceira, décima ordem, pois aqueles que para nós são de décima ordem, o foram, talvez, para os contemporâneos, de primeira ordem. Como uns e outros agiram sobre a opinião pública geral, sobre aqueles que não pertenciam ao mundo das letras, que não eram pessoas do *métier*?” Daniel Mornet, *Les origines intellectuelles de la Révolution française (1715-1787)*. 4ème. ed. Paris: Armand Colin, 1947, p.2 [1ª. ed.: 1933]. Questões estas que foram retomadas por Roger Chartier em *Les origines culturelles de la Révolution Française, op. cit.*

⁵ Robert Darnton, *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.109.

⁶ A relação entre livros e vida intelectual figura em diversos estudos que seguem a tradição dos *Annales*, entre elas, cf. Daniel Roche, *Les républicains des lettres*. Gens de culture et Lumières au XVIII e.s. Paris: Fayard, 1988.

cultural laico. Estas eram representadas pelos cafés e pelas sociedades maçônicas, onde se organizavam as *coteries*.⁷

Todavia, uma vez que os pesquisadores privilegiaram os meios e os efeitos da difusão do livro na Europa, revalidando antiga divisa adotada por Henri-Jean Martin e Lucien Febvre, em 1958,⁸ para os estudos sobre a crise do Antigo Regime, eles fatalmente delimitaram seu alcance geográfico.

Tais questões ressoaram no Brasil de forma mais destacada nos estudos sobre o período colonial. Em particular, nos seus momentos decisivos, quando em diversas partes do território vieram à tona movimentos de emancipação. Os estudiosos resgataram as referências bibliográficas encontradas em inventários de homens letrados da época, que denotavam seus interesses pelo Iluminismo e, notadamente, pela ilustração francesa.⁹ Diante dessas informações, buscaram compreender por quais meios os livros chegaram na colônia e quais os mecanismos utilizados para ludibriar a censura e, por outro lado, de que forma as leituras se convertiam, em determinadas conjunturas e espaços, em projetos

⁷ Observa Norbert Elias, ao analisar o comportamento dos indivíduos na sociedade cortesã do Antigo Regime, que “todos os indivíduos pertenciam a uma *coterie*, a um círculo social que, quando necessário, o apoiava. Mas esses agrupamentos mudavam. Entravam em aliança, sempre que possível, com pessoas altamente graduadas na corte. Mas a posição na corte podia mudar rapidamente.” Norbert Elias, *O processo civilizador*, São Paulo: Companhia da Letras, 1993, vol. II, p.226.

⁸ “Livros, este fermento”. Lucien-Febvre; Henri-Jean Martin, *O aparecimento do livro*. São Paulo: Unesp, 1988, pp.355-463. [1ª. ed. francesa, 1958].

⁹ A este respeito, faz-se imperiosa a lembrança de Eduardo Frieiro. Sobre o cônego Luís Vieira da Silva, escreve o autor: “Era um *afrancesado*? Pode-se admiti-lo. As idéias francesas contagiavam alguns brasileiros seletos daquele tempo. Constituía, é claro, uma reduzida minoria, mas pode-se admitir, como se tem admitido, que tais idéias influíram no pensamento autonomista dos conjurados mineiros, junto com razões mais fortes, de ordem econômica e afetiva, como o grande receio da *derrama*, o sentimento nativista e a hostilidade ao português”. *O diabo na livraria do cônego*. 2ª. edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981 [a primeira edição é de 1957], p.51. Não temos a intenção de propor um retrospecto historiográfico da produção sobre o livro e a leitura no Brasil, porém, mostrar como estas questões relativas às matrizes ideológicas da revolução e do ideário iluminista estão presentes nas pesquisas locais sobre o livro e as práticas de leitura. cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, “História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas”. In: *Leitura, história e história da leitura*. Márcia Abreu (Org.). Campinas; São Paulo: Mercado das Letras; Fapesp, 1999, pp.147-163; Luiz Carlos Villalta, *Reformismo, censura e práticas de leitura*. Usos do livro na América portuguesa. Tese. Departamento de História, FFLCH-USP, 1999; Marianne Reizewitz, “O impacto do ideário iluminista no Brasil: razão e livros sediciosos”. *Entre passado e futuro – Revista de História Contemporânea*, 2002, no. 1, ano 1, pp.41-57.

de natureza sediciosa. São os estudos sobre as matrizes culturais ou ideológicas da inconfidência mineira e da conjuração baiana, sobre os sediciosos fluminenses e pernambucanos e assim por diante.¹⁰

Ao identificar as matrizes intelectuais das classes letradas no Rio de Janeiro, José Honório Rodrigues faz um breve inventário “dos autores mais lidos e influentes que ajudaram a formar a corrente ideológica que preparou e fez a Independência”. Uma vez elaborada esta enquête nos jornais da época, o autor conclui que as camadas de letrados fluminenses tinham acesso a um mesmo grupo de autores, que formavam, *grosso modo*, um sistema bastante homogêneo de referências:

“Montesquieu (1688-1755), Voltaire (1694-1778), Rousseau (1712-1778), Jean Denis, Conde de Lajunais, Dominique de Fourt de Pradt (1759-1837) e Jean Baptiste Say (1767-1832); o florentino N. Maquiavel (1469-1527), o napolitano Gaetano Filangien (1752-1790), e os ingleses John Locke (1632-1704), Thomas R. Malthus (1766-1834), David Ricardo (1772-1823)”.¹¹

Mas os momentos de crise são muito raros na História e nem sempre o historiador se convence de que fatos aparentemente importantes provocaram rupturas na ordem vigente. A Revolução de 1789 continuava a ser um modelo para as gerações posteriores, pelo menos no conteúdo das leituras e no grau de interesse que a França e seus intelectuais passaram a despertar em todo o mundo. Ou melhor, em uma fração significativa do globo sensível às referências francófonas.¹²

¹⁰ Ao perscrutar as idéias de revolução vigentes no período de crise do sistema colonial português, Carlos Guilherme Mota, em análise sobre as “formas de pensamento” evidenciadas nos autos de devassa, observa: “quando esses revolucionários definem ou, pelo menos, entrevem os problemas, procuram soluções – que no mais das vezes são buscadas fora dos limites da organização colonial. Não é por outro motivo que se encontram nos cadernos dos baianos trechos de Rousseau ou Volney, nem é por acaso que a biblioteca de um cônego Luís Vieira está recheada com a literatura mais crítica do Ocidente, de proveniência norte-americana, francesa e inglesa, principalmente.” Carlos Guilherme Mota, *Idéia de revolução no Brasil (1789-1901)*. Estudo das formas de pensamento. São Paulo: Ática, 1996, p.117.

¹¹ José Honório Rodrigues, *Independência: Revolução e Contra Revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, v.1, p.2.

¹² A este respeito, cf. Franco Venturi, “Cronologia e geografia do Iluminismo”. In: *Utopia e reforma no Iluminismo*. Tradução de Modesto Florenzano. São Paulo: Edusc, 2003, pp.217-246; Gilberto Freyre, *Um engenheiro francês no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. 2v.

Destarte, os estudiosos do livro passaram a se interrogar se, nesse mesmo sistema, em que uma literatura de conteúdo político e de raízes francesas – pois sabemos que mesmo os autores ingleses muitas vezes chegavam até nós via França¹³ – circulava em abundância, não haveria espaço para a circulação de outra sorte de livros. De uma literatura beletrista, ou mesmo de caráter religioso, que viesse satisfazer os gostos das pessoas comuns, permitindo a organização de um circuito paralelo e expressivo de leituras.¹⁴ E, naturalmente, de espaços que pudessem acolher, além de leitores tradicionais, uma camada nova emergente no meio urbano. Estudos, enfim, comprometidos com os mecanismos de produção e os circuitos de circulação e consumo do livro no contexto da Independência¹⁵ e, no momento seguinte, caracterizado pela modernização da sociedade brasileira.¹⁶

A primeira obra de síntese sobre as condições de produção e de comércio do livro foi elaborada por Laurence Hallewell, *O livro no Brasil*, cuja primeira edição publicada em português saiu em 1985.¹⁷ O livro é resultado de sua tese de doutoramento, defendida na Universidade de Essex, em 1975, sob o título *Uma história da indústria editorial brasileira, com referência particular à publicação de obras literárias*. Segundo o autor, “o objetivo básico desse

¹³ Edmund Burke, Bentham, Macaulay, conforme veremos ao longo do texto aparecem em edições francesas. O próprio Guizot traduzia textos ingleses, entre eles, os escritos de Sir Lord Thomas Babington Macaulay, com quem estreitou relações de amizade, na época do exílio na Inglaterra. cf. Sir Lord Thomas Babington Macaulay, *Ensaaios históricos*. Tradução e estudo crítico de Antonio Ruas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, t. 1, p.27. Das obras traduzidas, o *Catálogo* Garraux, de 1866, apresenta os seguintes títulos: *Essais sur l'histoire de l'Angleterre*, 1 v., in-4°; *Essais littéraires*, 1 v., in-4°; *Histoire et critique*, 1 v., in-4°.

¹⁴ cf. Márcia Abreu em *Os caminhos das leituras no Brasil*. São Paulo; Campinas: Fapesp; Mercado das Letras, 2003.

¹⁵ cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1978; Ana Maria de Almeida Camargo; Rubens Borba de Moraes, *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edus Kosmos, 1993. 2v.

¹⁶ Sobre a expansão dos espaços do livro no Oitocentos ver elson Schapochnik, *No jardim das delícias*. Gabinetes literários, bibliotecas e figuração da leitura na Corte Imperial. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 1999; Tânia Bessone, *Palácio de destinos cruzados*. Bibliotecas, homens e livro no Rio de Janeiro (1870-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

¹⁷ (cf. Laurence Hallewell, *O livro no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1985. [2ª ed., revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005]. Outra síntese da história do livro brasileiro, todavia, organizada de maneira mais livre e ilustrativa, *Momentos do livro no Brasil*. Organizado por Fernando Paixão. São Paulo: Ática, 1995.

trabalho [era o de] demonstrar como o desenvolvimento da literatura brasileira foi determinado pelas circunstâncias econômicas, práticas comerciais e condições técnicas da indústria nacional”.¹⁸ Poderíamos protestar diante de um certo grau de determinismo, que coloca o desenvolvimento da atividade literária em função de suas condições de produção e de comércio. A este esquema, faltariam ainda as condições próprias de recepção do produto literário.

Todavia, se compreendermos o que o autor entende como “desenvolvimento da literatura brasileira” não exatamente do ponto de vista de suas manifestações estéticas, mas de suas condições materiais de reprodução, tem sentido a questão deste estrangeiro que encontrou no Brasil um volume bastante significativo de livros e, como ele mesmo o atesta, de livros de boa qualidade “de seu planejamento gráfico e de sua apresentação física”.¹⁹

／ Nos capítulos dedicados a São Paulo o autor observa dois grandes momentos: o primeiro, que nos interessa de modo particular, refere-se à emergência do comércio livreiro, em grande medida motivado pela presença da Academia e por uma série de fatores que acenavam para o desenvolvimento econômico e social da capital piratiningana, a partir da década de 1860-70. No capítulo da história do livro em São Paulo no Oitocentos, o autor dá relevo às condições de circulação do livro e, em particular, à presença do livreiro A. L. Garraux.²⁰ ／

O segundo momento, ao qual podemos aferir o significado de uma verdadeira revolução industrial no mundo dos livros, do ponto de vista da produção e do comércio

¹⁸ *idem, ibidem*, p.XXIV.

¹⁹ *ibidem*, p.XXIII.

²⁰ Sobre as instituições de leitura na São Paulo oitocentista a Luiza Martins, *Gabinetes de leitura da Província de São Paulo (1847-1890)*. Dissertação e estrado. Departamento de História. FFLCH-USP, 1990, e, de forma indireta, a pesquisa de Janice Gonçalves, *Música na cidade de São Paulo (1850-1900)*. Circuito da partitura. Dissertação. Departamento de História, FFLCH-USP, 1995. No caso de São Paulo, o campo mais profícuo de pesquisa se volta, na área de História da Educação, para os estudos sobre a formação dos circuitos de livros didáticos e sua relação com os projetos educacionais empenhados pelas classes dirigentes, cf. Circe Maria Fernandes Bittencourt, *Livro didático e conhecimento histórico*. Tese. Departamento de História da FFLCH-USP, 1993.

de edições – de textos nacionais e de traduções – foi inaugurado por Monteiro Lobato, após a Primeira Guerra. A atenção do autor para a denodada trajetória de Monteiro Lobato não se resume ao longo capítulo que lhe dedica, mas à própria dedicatória expressa em seu livro, que traz no verso da folha de rosto uma reprodução fotográfica do “furacão da botocúndia”²¹ e, em seguida, uma dedicatória ao pai, Laurence Joseph Hallewell, a quem o autor compara com Monteiro Lobato.

Mas a noção de circuito adotada neste trabalho não parte necessariamente dos desta obra, mas de análises sobre o comportamento do mercado livreiro e sua relação com a produção literária elaborados por Robert Estivals.²² Segundo o autor, normalmente analisamos o circuito do livro de forma diacrônica. Ele começa no autor, passa pelo editor, impressor, distribuidor, livreiro até atingir as instituições de leitura. Todavia esta é uma visão insuficiente e idealista porque faz do autor (o criador, o deus *ex machina*) o primeiro motor. Há, na verdade, dois circuitos diferentes. O que faz do consumo o motor primeiro; e o circuito da inovação. Ambos são bipolares. O primeiro começa com o gosto e as inclinações do público. Isto orienta o editor ou o livreiro que, em busca de lucro, organiza os meios materiais para a produção do livro. Mas este circuito só dá conta da massa de leitores anônimos, da psicologia coletiva de uma época. /

Já o segundo circuito concerne à *avant garde*. Neste, os agentes não são conformistas. Eles tentam modificar os gostos. Criar um movimento literário ou intelectual. Em ambos os casos, /o motor é o leitor e não o autor./ Vários elementos interferem na criação do público leitor: a demografia, a alfabetização e o poder aquisitivo da população. /Daí porque, no quadro de uma sociedade aristocrática, a evolução da

²¹ Dada a sua importância, as pesquisas sobre Monteiro Lobato e seu papel na edição de livros é expressiva, mas não vamos retomá-la, pois foge ao escopo da presente pesquisa. a. Lucia de Azevedo; Marcia Camargos; Vladimir Sachetta, *Monteiro Lobato: furacão da Botocúndia*. 1. ed. São Paulo: Editora Senac, 1997; Alice Mitsuoka Koshiyama, *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982; Marisa Lajolo, *Monteiro Lobato: a modernidade do contra*. São Paulo: Brasiliense, 1985; Marisa Lajolo, *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*. São Paulo: Moderna, 2000.

²² cf. Robert Estivals, “Création, consommation et production intellectuelles”, In: Robert Escarpit, *Le littéraire et le social*. Paris: Champs; Flammarion, s.d.e., pp.9-42.

produção do livro e de seus circuitos de circulação e de consumo depende da evolução da classe dominante. Idéia que se aplica perfeitamente ao Brasil.

Resta averiguar em que medida estas premissas se justapõem ao solo histórico paulista no curso do século XIX.

* * *

Já é um truísmo afirmar que São Paulo, ainda nos anos de 1850-60, era uma cidade modesta, apresentando infra-estrutura urbana elementar, modo de vida simples, sem luxo e “pacato”. O que se confirma através dos relatos de viajantes que passaram amiúde a visitar o burgo a partir do segundo decênio do século, ou pelas memórias deixadas por antigos moradores e pelos estudantes da Faculdade de Direito, que se tornaram, aos nossos olhos, verdadeiras crônicas de época. A partir de seus escritos podemos entrever as principais ruas da cidade, suas igrejas, suas praças, conhecer um pouco de seu comércio e dos hábitos dos moradores.

Todavia, é raro o caminho trilhado por aqueles que investigaram no cotidiano da cidade os elementos de formação do intelecto – e do espírito – da população paulistana. Mais especificamente, pouco se conta sobre as práticas culturais que animavam os paulistas, do papel de sua imprensa periódica no primeiro momento e, posteriormente, dos livros, estes fomentadores de idéias.²³

No plano da análise da vida intelectual no burgo piratiningano, predomina o silêncio. O mesmo silêncio que se transfere para a paisagem citadina. A propósito, vale a pena registrar com que espanto e naturalidade Wilhelmine Langsdorff, que acompanhava o esposo na célebre expedição científica que leva seu nome, anota em seu diário, na noite

²³ Apenas Jonh Mawe se mostra um tanto mais preocupado em compreender aspectos sociais e culturais da população planaltina. Pelo menos, suas informações são mais detalhadas e precisas do que a de seus contemporâneos. cf. John Mawe, *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

de 24 de abril de 1826: “Quem poderia acreditar que a sede de São Paulo fosse tão deserta e morta?”²⁴

Este silêncio não poderia sequer ser quebrado pelos estalos das prensas tipográficas. Elas tardaram a chegar na capital. O primeiro jornal apareceu em 1827, o *Farol Paulistano*, por iniciativa de José da Costa Carvalho.²⁵ Ao aparecimento desta folha inaugural da história da imprensa paulista, sobreveio a criação da Academia de Direito, no mesmo ano. Daí por diante os cidadãos se viram à prova de muitos barulhos e de muita algazarra.

Foi quando “no flanco da comunidade paulistana cresceu e se firmou, com características próprias, o grupo diferenciado de acadêmicos”.²⁶ Do ponto de vista sociológico, este grupo aparece destacado da estrutura da cidade, justapondo-se a ela, sem que houvesse condições para sua efetiva integração.

Por quase meio século, acadêmicos e moradores vivenciaram diversas situações de conflito, ou mesmo de indiferença entre eles. Augusto Emílio Zaluar, jornalista português que visitou a cidade em 1860 e que apresentou a análise mais aguda sobre a oposição destes dois grupos sociológicos, a saber, os habitantes da cidade e os acadêmicos, escreve:

“A mocidade acadêmica imprime à povoação, durante a sua residência nela, uma espécie de vida fictícia, que, apenas interrompida, a faz recair, por assim dizer, no seu estado de habitual sonolência.

A antiga cidade dos jesuítas deve ser considerada, pois, debaixo de dois pontos de vista diversos. A capital da província e a Faculdade de Direito, o burguês e o estudante, a sombra e a luz, o *estacionarismo* e a ação, a desconfiança de uns e a expansão muitas vezes libertina de outros, e, para concluir, uma certa monotonia da rotina personificada

²⁴ *Os diários de Langsdorff*. Organizado por Danuzio Bernadino da Silva. Campinas: Associação Instituto de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, v.1, p.28.

²⁵ *cf. História da tipografia no Brasil*. São Paulo: Masp; Secretaria da Cultura e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, 1979, p.169.

²⁶ Antonio Candido, “A literatura na evolução de uma comunidade”. In: *Literatura e Sociedade*. Estudos de Teoria e História Literária. 8ª. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000, p.150.

na população permanente, e as audaciosas tentativas de progresso encamadas na população transitória e flutuante”.²⁷

Como agentes inovadores os acadêmicos tornaram possível uma série de manifestações culturais. A produção literária e sua conseqüente publicação impressa, na forma de livros e, mais freqüentemente, nos jornais da capital, deram vigor renovado à literatura paulista. Paralelamente a este movimento das letras, organizava-se um novo circuito de livros. Em 1825, foi fundada a Biblioteca Pública. Dois anos mais tarde, ela era anexada à Academia. Nessa mesma época, escassos anúncios de venda de livros por particulares foram localizados nos jornais citadinos. E um comércio livreiro regular teve espaço no Centro da cidade a partir dos anos de 1840-50, conforme apreendemos nas memórias de estudantes. /

À percepção de que a Academia funcionava como epicentro da vida intelectual cidadina, ou seja, ponto de onde e para onde convergiam idéias e projetos inovadores para os padrões culturais do burgo, foi amplamente explorada pela historiografia. Ernani Silva Bruno se pauta da emergência de um novo tipo sociológico, o acadêmico, na caracterização da cidade no período de 1828 a 1872. O segundo tomo da obra *História e tradições da cidade de São Paulo* tem como subtítulo “o burgo de estudantes”.²⁸

Para Richard Morse, a “cidade mente”, ou seja, a expressão urbana das realizações intelectuais que vinham se firmando nas primeiras décadas do século XIX, sendo a instalação da Academia de Direito sua maior conquista, “surgia” em meio ao que o autor chama de “mal-estar colonial”. Isso porque estas realizações espirituais não tiveram, nos primeiros tempos, arrimo em uma base material sólida para seu pleno desenvolvimento e sua expansão. Este quadro se apresenta favorável apenas na segunda metade do século, quando São Paulo se inclui em um movimento mais abrangente, classificado pelo autor

²⁷ Augusto Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de São Paulo* (1860-1861). São Paulo: Martins, 1953, p.99.

²⁸ cf. Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo*. O burgo de estudantes (1828-1872). Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, t.2.

como o das “novas tendências nas idéias e nos esforços econômicos, refletindo as realizações internacionais da era industrial”.²⁹

Retomando as premissas de Robert Estivals, podemos afirmar que apenas o desenvolvimento material da urbe tornaria possível a expansão do “circuito de consumo”. Desse modo, se ambos os circuitos – o da inovação e o do consumo – coexistem perfeitamente justapostos à urbe, eles serão incorporados à dinâmica urbana a partir dos anos de 1860-70. E, de forma patente, nos anos de 1890.³⁰

Dois movimentos corroboram a consolidação destes circuitos.

O primeiro diz respeito às mudanças no quadro econômico e social da cidade e da província de São Paulo na segunda metade do século. A expansão da cafeicultura, a urbanização, a instalação de setores econômicos modernos – bancos, comércio de importação e exportação, empresas de serviços públicos, transportes marítimos etc. – a emergência de uma aristocracia cada vez mais alinhada aos padrões de vida urbanos³¹ e o espessamento das camadas médias mudaram a feição da cidade.³² A combinação de todos estes fatores aumentou a riqueza circulante e, portanto, a potencialidade de consumo. Mas, vale frisar uma vez mais, nada disso teria efeito sobre o mercado de bens culturais se

²⁹ Richard Morse, *Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. São Paulo: Difel, 1970, p.148. Para um balanço da produção histórica e sociológica sobre São Paulo no século XIX, cf. Fraya Frehse, *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Edusp, 2005.

³⁰ Para se ter uma idéia deste processo, ver os mapas de livrarias, tipografias e instituições de leitura elaborados nesta pesquisa.

³¹ A este respeito, cf. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. 20ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988. Em particular o capítulo “Novos tempos”, no qual o autor desenvolve o que chama de “sentido do bacharelismo”, apoiando-se no refinamento cultural da elite brasileira na segunda metade do Oitocentos. Adotamos o uso da 20ª edição-comemorativa por esta trazer uma série de estudos sobre a obra e pelo fato de apresentar o texto acabado, ou seja, revisto e aumentado pelo autor, publicado pela primeira vez na 5ª ed.

³² cf. Emília Viotti da Costa, “Urbanização no Brasil do século XIX”. In: *Da Monarquia à República – Momentos Decisivos*. 7ª. ed. São Paulo: Unesp, 1999, pp.233-269; Nelson Hideki. *São Paulo: economia cafeeira e urbanização*. Estudo da estrutura tributária e das atividades econômicas na capital paulista (1889-1930). São Paulo: IPE, 1984; Flávio Saes, *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1986. Um interessante panorama das mudanças urbanas que se operam entre 1870 e 1914 e de seus efeitos sobre diversos aspectos da vida da população, aparece nas publicações organizadas por ocasião do aniversário de 450 anos da cidade: *História da cidade de São Paulo*. A cidade no Império. Paula Porta (Org.). São Paulo: Paz Terra, 2004.

as atividades do espírito não tivessem se incorporado e criado raízes no seio da cidade e de suas elites.³³

O segundo movimento se refere ao período de modernização da cidade. Não retomaremos as questões atinentes à economia agro-exportadora e às importações de bens de consumo para a capital e o interior. Interessa-nos avaliar especificamente o comportamento da economia do livro e seus pontos de contato com o mercado interno. Ora, em apenas cinquenta anos a cidade de São Paulo assiste à progressão de dois fenômenos seculares na Europa. O primeiro diz respeito à própria invenção dos tipos móveis e o segundo à Revolução Industrial e seus efeitos sobre a produção de impressos. Diante deste quadro, era natural que o comércio interno de livros sofresse a concorrência direta e desigual do produto europeu.

Neste ponto, parece necessária uma última ressalva. Os circuitos do livro se apóiam sobre a tradição. Mesmo quando eles se organizam através da ação de agentes inovadores no meio cultural. Isso quer dizer que o “circuito da inovação” não implica necessariamente em uma ruptura dos padrões existentes.

Em sociedades marcadas pela rarefação intelectual, os agentes parecem mais preocupados em superar o que Richard Morse chama de “mal-estar cultural” do que de romper com os padrões culturais seguidos pela elite. Por muito tempo os referenciais ilustrados habitaram as consciências das elites nacionais. Não quer isso dizer que elas encontrassem um solo histórico propenso a idéias tão estranhas quanto o direito de

³³De fato, o que se observa a partir dos anos de 1860-70 é uma supervalorização dos elementos culturais que conformam a vida urbana. Das instituições paulistas, mas também do enaltecimento de sua própria história por seus intelectuais. Dentre outros trabalhos específicos sobre a vida cultural da urbe neste período cf. Antonio Celso Ferreira, *A epopéia bandeirante*. Letrados, instituições, invenção histórica (1800-1940). São Paulo: Unesp, 2002; Silvia F. de Figuerôa, “Ciência, Elites e Modernização: a Comissão Geográfica e Geológica (1886-1931)”. In: *Encontros com a História*. Percursos históricos e historiográficos de São Paulo. Antonio Celso Ferreira; Tania Regina de Luca; Zilda Gricoli Yokoi (Org.). São Paulo: Unesp; Fapesp; Anpuh/SP, 1999; Helen de Castro Silva, *A biblioteca da fazenda Pinhal e o universo de leitura na passagem do século XX*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras–Unesp, Araraquara, 2002.

igualdade, fraternidade e liberdade, lançadas ao vento, como sugere o *ex-libris* da editora Larousse.³⁴

Por outro lado, a ampla difusão do livro francês – fato comprovado no estudo dos catálogos da *Casa Garraux*, a maior livraria³⁵ que a cidade conheceu no Oitocentos – é fruto da tradição, de uma longa tradição que vinha sendo fundada desde o final do Setecentos, por uma elite intelectual paulista formada nas instituições européias, e que teve na Academia de Direito o impulso necessário para seu desenvolvimento. Tradição que molda não apenas as mentes como as sensibilidades, ao ponto de um intelectual constatar que as experiências vivenciadas nos livros não poderiam ser consubstanciadas senão em solo francês.³⁶ Resta, pois, averiguar os mecanismos – econômicos e culturais³⁷ – que moldaram estas sensibilidades e de que maneira eles se cruzam com a problemática da constituição dos circuitos livreiros.

Passemos ao plano de redação.

O primeiro capítulo parte de um fato relevante, a inauguração da primeira Biblioteca Pública de São Paulo, em 1825. Em “S. Paulo, cidade espiritual”, colocamos em evidência os discursos que justificaram a desapropriação de parte da biblioteca do convento dos franciscanos e a compra do espólio de livros de d. Mateus de Abreu Pereira, falecido em 1824. Além disso, discutimos o processo de instalação da Academia de Direito, em 1827, no Largo de S. Francisco. O debate em torno da instalação destas

³⁴ “Je sème à tout vent”.

³⁵ Lembramos que o termo “livraria” teve até a primeira metade do século XIX duplo sentido: loja de livro e coleção de livro. O segundo sentido é mais antigo e será por vezes empregado à luz das fontes documentais utilizadas.

³⁶ Como escreve Joaquim Nabuco: “No Rio de Janeiro ou em São Paulo, quem se alimente de política, quando a sensação de um grande acontecimento se apossa dele, não encontra nada em redor de si que a corrija ou lhe sirva de contrapeso; felizmente, os acontecimentos grandes são raros. Para um jovem brasileiro, porém, que chega a Paris, é quase impossível imaginar acontecimento que possa torná-lo indiferente ao maravilhoso que o surpreende a cada passo, ou sensação política que não fosse amortecida, dominada logo, pela sensação de arte”. Joaquim Nabuco, *Minha formação*. São Paulo: Progresso Editorial, 1947, p.49.

³⁷ cf. Jean-Yves Mollier, *L'argent et les lettres*. Paris: Fayard, 1999.

duas instituições, a Biblioteca Pública e a Academia, deu subsídios para a análise dessa primeira fase de laicização cultural e de organização de um Estado notadamente influenciado por princípios liberais.

Mas a Biblioteca não é apenas uma instituição regulamentada pelas leis do Império. Ela é, antes de tudo, um acervo de livros. Espaço de preservação da memória – dos livros e dos homens que preencheram e que percorreram suas estantes. De modo que a história da Biblioteca Pública é também uma história das práticas de leituras de uma geração que se formou no último terço do Setecentos. A análise do primeiro inventário de livros elaborado em 1826 nos permitiu o rastreamento das leituras do tempo e, além disso, a comparação de diferentes acervos que se uniram, enfim, em um mesmo espaço institucional.

“O incidente com o Pe. José Antonio dos Reis” nasceu de uma curiosidade. O que teria acontecido entre a instalação da Biblioteca e a elaboração de um primeiro inventário, sem dúvida necessário para o controle do acervo? Quem era o bibliotecário? Houve conflitos entre a velha instituição religiosa – entre os franciscanos – e o poder público na fase de cessão e cômputo dos livros? A partir destes fatos, aparentemente de somenos importância, é possível percorrer o terreno incerto e movediço das estruturas mentais dominantes naquela sociedade?

O segundo capítulo, “No Império das letras”, privilegia questões atinentes à vida intelectual da urbe nos momentos decisivos da Independência e depois, após a fundação da Academia. A análise se volta para a configuração do intelectual, suas matrizes culturais e seus projetos para o fomento das atividades do espírito em São Paulo.

Mas estão os livros concentrados apenas nas instituições públicas? É claro que não. Em “Fortuna dos livros”, adentramos na esfera privada, por meio do estudo de inventários *post mortem*, a fim de verificar a presença de livros na moradia paulistana e o sistema de interesses de seus leitores.

Em “Cartografia do sistema literário”, ampliamos os horizontes espaciais da pesquisa, até então delimitados nas instituições e no foro íntimo, para então mapear os circuitos das práticas de leitura inscritos no meio urbano. Isso porque compreendemos que o acesso à cultura letrada consiste muitas vezes em práticas coletivas, nas quais os meios de sociabilidade são determinantes para sua difusão. Assim são os teatros, as associações, os *clubs*, as sociedades maçônicas, as repúblicas estudantis, as tabernas, os bares e cafés e, naturalmente, as livrarias. Desse modo, as questões referentes à infraestrutura urbana serão cotejadas em função destes circuitos. Mas a idéia essencial deste capítulo é apresentar os fundamentos que devem nortear as seções subseqüentes quanto à valorização do espaço como elemento analítico. Daí a importância da cartografia.

o quarto e último capítulo, “Circulação e Consumo”, dedicamos nossa atenção ao aparecimento das livrarias e seu impacto na sociedade paulistana na segunda metade do século. A análise se volta às questões sobre o consumo de livros franceses e seus principais agentes de difusão. Nessa perspectiva, Anatole Louis Garraux, o primeiro livreiro de prestígio da capital paulista, que aqui se instalou em 1860, integra o tipo empreendedor em plena ascensão nesse contexto. Estimulador das “francesias”, ele foi percebido por seus contemporâneos como agente da civilização.

CAPÍTULO I – S. PAULO, CIDADE ESPIRITUAL

“São Paulo tivera até meados do século XVIII duas boas bibliotecas conventuais: a de São Bento e a de São Francisco [...] Os carmelitas tinham casas na capital da província, em Itu e em Mogi das Cruzes. Na primeira havia dois religiosos, nos outros apenas um. Os beneditinos instalados nas cidades de São Paulo, Santos, Sorocaba e Parnaíba tinham um único monje em cada mosteiro. Os conventos estão vazios, as bibliotecas e os arquivos abandonados por falta de quem cuide deles [...]

Em princípios do século XIX os tempos eram outros e a influência dos religiosos no movimento intelectual brasileiro diminui cada vez mais. Termina a hegemonia dos conventos e se organiza o pensamento livre”³⁸

³⁸ Rubens Borba de Moraes. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secr. da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979, p.20 e p.22.

I.1 – UMA BIBLIOTECA PÚBLICA PARA S. PAULO

“[...]induzindo-me mais para por em pratica esta medida, a consideração de ser conveniente hir desde já facilitando os meios precisos para o Estabelecimento de huma Universidade [...] até porque a Livraria do falecido Bispo se compõe de muitas obras sobre diversas Faculdades, e em diferentes idiomas [...]

D.s.g.s a V. Ex.a São Paulo 1º. de setembro de 1824. Illmo. e Ex.mo. Snr. João Severiano Maciel da Costa. Lucas Antonio Monteiro de Barros”.³⁹

Data de 24 de abril de 1825 a inauguração da biblioteca pública de São Paulo. É a primeira da província, mas não do Brasil. Antes, foram oficialmente inauguradas as bibliotecas públicas da Bahia, em 1811, e a do Rio de Janeiro, em 1814. A primeira representa o esforço da elite local no sentido de ilustrar as gentes. Para tanto, a biblioteca foi organizada com recursos particulares, aos moldes dos gabinetes de leitura,⁴⁰ organizações que começavam a surgir nas cidades portuguesas, aqui chegando algumas décadas mais tarde.⁴¹ Já a biblioteca criada no Rio de Janeiro, nos tempos do Regente d. João, tinha uma característica muito peculiar, porquanto seu acervo era parte integrante de todo o aparato trazido pela família real durante sua transferência para o Brasil. Franqueada para um seletíssimo público, este exemplar não parece ter relação direta com os ventos emancipacionistas que pairavam por todas as partes, naqueles momentos decisivos do sistema colonial.

³⁹ *apud.* Myriam Ellis, “Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo”, *Revista de História*, São Paulo, n.30, 1957, p.398.

⁴⁰ “Seria formada pela cooperação de todos os cidadãos que desejassem dela fazer parte. A administração seria exercida pela sociedade e os fundos necessários viriam dos sócios. Castelo Branco nada pedia ao governo senão a indispensável aprovação de seu plano”. Dentre as doações recebidas, observa o autor, a de maior relevância foi a do padre Francisco Agostinho Gomes (1769-1842), proprietário da “melhor e maior livraria particular existente no Brasil na passagem do século XVIII para o XIX”. Rubens Borba da Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial, op. cit.*, pp.143-144 e p.29. Eduardo Frieiro nos dá notícia de outra biblioteca pública, fundada em São João Del Rei, em 1827, por iniciativa de Batista Caetano de Almeida, “com doação de sua valiosa livraria particular”. Ele “a sustentou de livros e lhe pagou o bibliotecário até o ano de seu falecimento, em 1839”. Eduardo Frieiro, “Velhos livros do Caraça”. *Livros do Caraça*. Exposição promovida sob os auspícios de “O Globo” de Belo Horizonte. Setembro, 1960, p.46.

⁴¹ *cf.* Fernando Guedes, *O livro e a leitura em Portugal*. Lisboa: Verbo, 1987, pp.165-208.

Estes parecem ter sido os princípios que governaram a abertura de uma biblioteca pública em São Paulo. Não propriamente os de uma emancipação política. Afinal, a cidade já havia sido palco, entre 1821 e 1822, de dois eventos capitais no processo de Independência. O primeiro teve caráter sedicioso, constitucionalista e liberal.⁴² O outro foi a própria declaração de Independência, por d. Pedro. Não vamos nos deter em pormenores sobre os acontecimentos que levaram à destituição de um governo provisório instaurado em praça pública e à nomeação de um triunvirato chefiado pelo bispo d. Mateus de Abreu Pereira, dr. José Correa Pacheco e Marechal Candido Xavier de Almeida e Souza.

Interessa observar que, simbolicamente, tanto a Bernarda quanto o 7 de setembro conferiram à urbe um papel de relevo no espectro político do país.⁴³ Em 1822, a cidade se tornara sede administrativa da província. Em 1823, ela ganhou o título de Imperial. No mesmo ano, S. Paulo figurava nos acalorados debates da Assembléia Constituinte como candidata a abrigar a primeira Universidade da nação. O projeto de uma universidade não

⁴² Em 1821, foi organizado um governo provisório chefiado pelo ex-Capitão-General João Carlos Augusto Oyenhausen. Nesse período, a composição política de São Paulo havia se cindido em duas facções: uma chefiada pelos Andradas, que funcionava como oposição e a outra, da qual participava Oeynhausen, que era fiel ao Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz. A cisão atingiu dimensão sediciosa em 23 de maio de 1822, no evento que ficou conhecido como Bernarda de Francisco Inácio. Nesta data, as tropas da milícia marcharam em direção ao Largo de São Gonçalo com o intuito de depor Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que acabara de assumir a presidência do governo, após Oyenhausen ter sido chamado à Corte. As vilas da província foram atingidas pela confederação, que atingiu perigoso impasse a 16 de julho, quando tropas da Corte, lideradas pelo Marechal José Arouche de Toledo Rendon entraram em São Paulo. Diante desse quadro crítico, d. Pedro foi chamado à capital e este episódio culminou no 7 de setembro. *cf.* Augustin Wemet, “O processo de Independência em São Paulo”. *In: 1822-Dimensões*. Organizado por Carlos Guilherme Mota. São Paulo: Perspectiva, 1986, pp.340-354.

⁴³ Esta interpretação é compartilhada por um memorialista paulistano, que escreve suas evocações no alvorecer da República, quando São Paulo despontava como metrópole a um só tempo cosmopolita e centralizadora. Segundo Vieira Bueno, “os ecos da agitação liberal, que começou em Portugal pela revolução de 1820 e veio dar em resultado o regresso de d. João VI, deixando seu filho d. Pedro como regente do Brasil, não podia deixar de repercutir dentro da cidade de S. Paulo. Efetivamente repercutiu, sugerindo logo a aspiração separatista, que insuflou aqueles movimentos que precederam a proclamação da Independência, salientando tanto a cooperação dos paulistanos nesse grande acontecimento: cooperação que foi galardoada com a glória de terem ouvido o grito do Ipiranga; e de terem conquistado o predicamento de imperial cidade para a sua pequena mas ínclita Paulicéia, logo nos pródromos da vida nacional”. Francisco de Assis Vieira Bueno (1816-1908), “A cidade de São Paulo. Recordações evocadas de memória”. *In: Vida cotidiana em São Paulo*. Carlos Eugenio Marcondes de Moura (Org.). São Paulo: Unesp; Ateliê; Imesp, 1998, p.170. A primeira edição da obra citada é de 1903.

vingou, mas por lei aprovada em 11 de agosto de 1827, Olinda, ao norte e São Paulo, ao sul, tornaram-se os dois centros de formação jurídica do país. Mesmo que todos estes fatos não tenham provocado, em curto prazo, alterações na vida material cidadina, eles indicavam novos caminhos. Políticos, certo. Mas também culturais. A biblioteca acenava, pois, para a emancipação espiritual da cidade.

Uma vez reorganizado o governo, coube ao primeiro presidente da província de São Paulo, Lucas Antônio Monteiro de Barros, visconde de Congonhas do Campo (1767-1851), a proposição de uma série de medidas que visavam incrementar os recursos materiais e mentais da urbe. Durante sua administração, entre os anos de 1824 e 1827 – com alguns interlúdios, devido à atuação simultânea como senador por São Paulo – verificou-se a instalação, em 1825, do Seminário da Glória, destinado à instrução de meninas órfãs pobres e de uma roda dos expostos, anexa à Santa Casa de Misericórdia. A reforma do Jardim Público da Luz, fundado em 1799 pelo capitão-general Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, que por estes tempos se encontrava em estado de abandono, foi igualmente executada pelo dito Presidente, durante sua gestão.⁴⁴

Logo no início do mandato, empenhou-se para a instalação de uma tipografia na cidade. A promessa de uma prensa e de alguns tipos vindos de Portugal firmara-se com a administração pública paulistana no início da década de 1820.⁴⁵ O Imperador ordenou, em 1824, que se mandasse um impressor para a capital juntamente com a maquinaria. As ordens nunca saíram do papel e a cidade teve sua primeira tipografia e seu primeiro jornal impresso apenas em 1827. Antes, ficara registrado na história da imprensa local como o

⁴⁴ Eugênio Egas, *Galeria dos Presidentes de São Paulo*. São Paulo: Seção de Obras, 1927, t. I, p. 25; Antônio Gontijo de Carvalho, “Visconde de Congonhas do Campo (18/10/1767 a 10/10/1851)”, *Digesto Econômico*, São Paulo, n. 101, 1953, pp.54-60.

⁴⁵ “Martim Francisco, quando titular da Fazenda, mandou estabelecer em São Paulo uma tipografia; o material nunca foi enviado, porém, a destino”. Nelson Werneck Sodré, *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.101.

primeiro jornal da cidade *O Paulista*, em 22/09/1823, manuscrito e dirigido pelo professor Antonio Mariano de Azevedo Marques, o mestrinho.⁴⁶

Empreenderam-se, ainda, obras no aterro de Cubatão, em 1827. Viajantes e tropeiros que partiam do porto de Santos em direção à Serra do Mar se deparavam até então com uma zona alagadiça, que só podia ser transposta por via fluvial. Tudo isso tornava a travessia lenta e penosa, dificultando ainda mais o trajeto das tropas que se encarregavam do abastecimento do núcleo planaltino. Depois da construção da estrada do Lorena, no final do Setecentos, esta foi a primeira tentativa de melhoramento do sistema de circulação entre o planalto e o litoral.⁴⁷

Em linhas gerais, podemos afirmar que o governo provincial concentrou seus esforços nas questões culturais e em obras públicas. Preocupações que, afinal, não eram de todo desconhecidas. Pois, como escreve Angel Rama, nas cidades latino-americanas “a estrutura cultural flutua[va] sobre a econômica, reproduzindo-a sutilmente”,⁴⁸ de tal sorte que também os projetos de natureza intelectual, a saber, os investimentos em escolas de primeiras letras, a abertura de uma biblioteca pública e, principalmente, a criação de uma universidade, esbarravam com os problemas de infra-estrutura urbana. As melhorias no sistema de comunicação e o estímulo aos meios de acesso às letras, medidas que tinham a um só tempo caráter econômico e social, colocavam a comunidade planaltina em contato mais próximo com o mundo exterior.

⁴⁶ cf. Antonio Barreto do Amaral, *Dicionário de história de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1980. Verbete: Imprensa.

⁴⁷ Sobre este período cf. Heloísa Liberalli Bellotto, *Autoridade e conflito no Brasil colonial*. O governo de morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979; Denise Mendes, *Calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Depto. de História, FFLCH-USP, 1994.

⁴⁸ Angel Rama, *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.39.

Livros e ilustração

Qual raciocínio Lucas Antônio Monteiro de Barros poderia apresentar junto ao poder central, para justificar a abertura de uma biblioteca pública, senão o de uma missão civilizadora, ainda que refreada pelas dificuldades de se fazer avançar a sociedade como um todo? É o que observamos no ofício endereçado a João Severiano Maciel da Costa, representante da Junta da Fazenda Nacional, que passamos a citar:

“Illustrissimo e Excellentissimo Senhor – Sendo certo que as Bibliotecas Publicas muito concorrem para os progressos das Artes, e Sciencias, de que dimanão tanto bem aos povos, e vendo a solitudine, com que Sua Magestade (sic) o Imperador Tem protegido a Instrucção, e Letteratura n’este Imperio, julguei, que obrando n’esta conformidade, satisfaria as Suas Beneficas Intençoens, e por isso assentei, de unanime accordo com a Junta da Fazenda, estabelecer n’esta Capital huma Bibliotheca (...) induzindo-me mais, para pôr em pratica esta medida, **a consideração de ser conveniente ir desde já facilitando os meios precisos para o Estabelecimento de huma Universidade n’esta Provincia**, como se tinha deliberado na Assembleia geral Legislativa, e **de haverem [sic] n’ella muitos homens estudiosos, e de talentos, que não os cultivão pela falta de boas obras, e ainda mais pela de meios, para as obterem**, inconveniente este que cessa com similante providencia (...) Rogo portanto á V. Exa. queira levar ao Conhecimento de Sua Magestade (sic) Imperial, quanto tenho ponderado, esperando da Beneficencia do Mesmo Augusto Senhor, que Haja de Approvar este procedimento, para o qual também tive em vista, que a multiplicação d’estes, e outros interessantes Estabelecimentos, alem **de fazerem avançar rapidamente a Civilização, e Instrucção Publica, dão credito á grande Nação Brasileira**. Deos guarde a Vossa Excellencia. São Paulo, 1° de setembro de 1824.” – [assinado por Lucas Antonio Monteiro de Barros. Presidente de Província da cidade de São Paulo].⁴⁹

Teve boa acolhida a proposta, posto que dois meses mais tarde, tempo necessário para o encaminhamento do pedido e a condução do processo, o presidente de província recebeu parecer positivo tanto para a reforma na estrada de Cubatão a Santos, concluída

⁴⁹ *apud.* Myriam Ellis, “Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo”, *op. cit.*, pp.400-401. [grifos meus]

em 1827, quanto para a abertura da biblioteca pública.⁵⁰ De forma sintética, os argumentos expostos podem ser compreendidos nos termos seguintes. A falta de livros, malgrado o fato de “de haverem [sic] n’ella [na cidade] muitos homens estudiosos, e de talentos”,⁵¹ era um empecilho para o progresso das artes e da ciência. Além disso, o projeto visava à criação de uma universidade. Idéia que se discutira nas Cortes de Lisboa, na época de d. João VI e que se fortaleceu após a proclamação da Independência. E como o próprio governo provincial deixou entrever em seu discurso, todas essas medidas não se destinavam exclusivamente à cidade, ou à província, mas à nação. O projeto de uma biblioteca pública se tornava uma possibilidade, amparado no discurso civilizador e no afã de fazer da cidade o centro ideal para a recepção de uma universidade.

Por quais outros meios, senão os livros, estimular-se-ia, enfim, o conhecimento científico das gentes? Nesses termos, somente as idéias de civilização e progresso subjacentes ao livro poderiam explicar os esforços no sentido de fazê-lo circular de forma mais ampla. Era este, afinal, o espírito do tempo. Lembremos que d. Pedro I não se escusou a pagar valor muito significativo – a quantia de 800 contos de réis, equivalente a 250 mil libras esterlinas⁵² – pelo acervo da Biblioteca Real, que após a Independência era reclamado pela Coroa Portuguesa. Sobre o valor moral da biblioteca para a nação, assevera José Manuel de Abreu Lima, bibliotecário de Sua Majestade,

“Enriquecendo sua biblioteca fará grande serviço o Soberano, concorrendo para o adiantamento e esplendor de um estabelecimento que nas Cortes de toda a Europa civilizada como V. Excia. muito bem sabe faz o adorno principal e mais precioso dos Paços Reais e merecerão com toda a justiça que as Letras o olhem e o reconheçam por seu valioso protetor”.⁵³

⁵⁰ cf. “Construção da Estrada de Cubatão para Santos e estabelecimento de uma Biblioteca na cidade de São Paulo aprovadas por S.M.I.”, *apud*. Myriam Ellis, *idem, ibidem*, p.402.

⁵¹ *ibidem*, p.401.

⁵² Lília Moritz Schwarcz, *A longa viagem da biblioteca dos reis*. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.400.

⁵³ *idem, ibidem*, p.387.

À parte o significado escolástico atribuído ao termo “civilização” e à idéia de “civildade”, que foi amplamente difundida no Império português desde os tempos do Marquês de Pombal (1699-1782),⁵⁴ vale lembrar que os espíritos mais ilustrados do Império brasileiro igualmente se empenharam nessa mesma missão civilizadora durante todo o Oitocentos. A própria instalação de cursos superiores em capitais estratégicas do país: no Rio de Janeiro e em Salvador, as faculdades de Medicina; em Olinda e em São Paulo, conforme assinalamos, os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais o testemunham. Não é outra a opinião de José Bonifácio, em sua defesa da difusão do ensino laico e da criação de uma universidade no Brasil:

“[...] para que nunca faltem, entre as classes mais abastadas, homens que não só sirvam os empregos, mas igualmente sejam capazes de espalhar pelo povo os conhecimentos, que são indispensáveis para o aumento, riqueza e prosperidade da nação; pois segundo diz Bentham [Jeremy Bentham 1748-1832], as ciências são como as plantas, que têm crescimento em dois sentidos, em superfície e em altura; e quanto às mais úteis é melhor eu espalhá-las que adiantá-las”.⁵⁵

⁵⁴ “Civildade” e “regras de civildade” ganharam o estatuto de disciplina obrigatória nas escolas menores reformadas no período pombalino. Observa Áurea Adão que “a par com o catecismo e a oração, [as regras de civildade] se destinavam a formar a criança para a sua vida quotidiana, para os seus contactos pessoais”. O termo “civildade”, no sentido escolástico adotado nos tempos de Pombal, remonta à publicação, por Erasmo de Roterdã, do livro *De civilitate morum puerilium* (*Da civildade em crianças*), em 1530. Realçamos o fato, pois, segundo a autora, foi sobre estes mesmos princípios erasmianos que saíram os primeiros manuais de civildade adotados nas escolas públicas portuguesas no Século das Luzes. Já na época do seu aparecimento, o manual de Erasmo logrou ampla circulação, tendo mais de 30 edições nos seis primeiros anos de publicação. Até o século XVIII, foram mais de 130 edições, traduzidas para o inglês, alemão, tcheco e em diferentes versões francesas (1537, 1559, 1569 e 1613). Desse modo, se é válida a afirmação de Norbert Elias, segundo a qual “o aparecimento mais ou menos súbito de palavras em línguas quase sempre indica mudanças na vida do próprio povo, sobretudo quando os novos conceitos estão destinados a se tomarem fundamentais e de longa duração como esses”, observamos que a palavra *civildade* – que evolui paulatinamente para o conceito de *civilização* – foi desde o século XVI dicionarizada em várias línguas com o significado apreendido das leituras de Erasmo. Assim apareceu o vocábulo francês *civilité*, o inglês *civility*, o italiano *civiltà* e o alemão, *Zivilität*. O léxico em português mereceu destaque no dicionário de Bluttau, em meados dos setecentos, mas o termo “civilização” passou a ser difundido apenas no limiar do Oitocentos. Norbert Elias, *O processo civilizador, op. cit.*, v.I, p.68; Áurea Adão, *Estado absoluto e ensino das primeiras letras – As Escolas Régias (1772-1794)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p.246.

⁵⁵ “Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da Província de São Paulo para os seus deputados”. In: *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Coligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão. s.l.e.: s.ed., 1963, v. II, p.98.

O elemento principal de diferenciação entre as reformas verificadas no período pombalino e as realizadas no Império brasileiro reside no fato de que todo o suporte cultural promovido pelas classes dirigentes nacionais se insere em um novo contexto, o da formação de uma *classe hegemônica* com matiz nacional.⁵⁶ O que atentava à busca de novos paradigmas alheios ao circuito lusitano.

Na realidade, os modelos conhecidos de bibliotecas públicas não eram muitos, e dificilmente poderiam se aclimatar ao meio social brasileiro. Os referenciais franceses, que tanto estimulavam a imaginação de nossos intelectuais, estavam longe de satisfazer plenamente as classes dominantes. De fato, a idéia de se fazerem públicas as bibliotecas, em oposição aos acervos principescos e eclesiásticos, característicos do Antigo Regime, teve suas origens no Século das Luzes, mas era associada à Revolução de 1789, em sua fase mais radical.⁵⁷ É de fato interessante observar que na França o termo ou designação *peuple* se sobrepôs ao *publique*.⁵⁸ Em 1792, propôs-se a criação de bibliotecas populares em todos os núcleos urbanos do país. Ao lado dos manuais de agricultura, úteis aos homens

⁵⁶ É de fato relevante que o ideal de civilização posto em evidência na época das luzes coincidia com a formulação de um poder fortemente centralizado. Assim o foi na França. Mas também nos países que se autoproclamaram herdeiros do modelo francês. Em Portugal, as reformas promovidas no período pombalino acenam para esse tipo de monopólio das decisões por parte das instituições do Estado, em oposição à fase anterior, quando se delegavam as questões do ensino à Igreja, particularmente, aos jesuítas.

⁵⁷ Não nos referimos às bibliotecas dos reis, homens de Estado, aristocratas e religiosos que franqueavam sua biblioteca para consulta pública. Melhor dizendo, para os letrados. Assim o faz Mazarino, o próprio rei de França e tantos outros eruditos da época, como relatam vários autores, dentre eles, Roger Chartier, *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2004, pp.198-230.

⁵⁸ Houve no Brasil momentos raros em que a expansão dos espíritos resultou em projetos que vislumbravam o “povo”, esta massa tão estranha à composição de nossa sociedade colonial, como observa Caio Prado Jr. [*Formação do Brasil Contemporâneo: momentos decisivos*. Colônia. São Paulo: Martins, 1942]. O caso da Biblioteca Paraíso, no Recife insurrecto de 1817, “instituição destinada ao povo, e cuja direção coube ao Padre João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro, outro entusiasta das doutrinas revolucionárias de França e das teorias de Condorcet”, testemunha o fato. Donatello Grieco, *Napoleão e o Brasil*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995, p.18. [1ª ed. 1939]. Em contrapartida, prevaleceu o discurso contemporizador, como o de José da Silva Lisboa, que ao defender as Luzes como elemento de emancipação da pátria, faz uso de uma passagem de Adam Smith, onde se defende a instrução das camadas inferiores. No entanto, o autor traduz o texto ao seu gosto e em função de seus propósitos, “transferindo o problema da instrução”, como observa Nizza da Silva, “para a questão menos perigosa do ‘povo’ em geral nos quadros do Antigo Regime”. Maria Beatriz Nizza da Silva, “Transmissão, conservação e difusão da cultura no Rio de Janeiro (1808-1821)”, *Revista de História*, n. 97, 1974, pp.138-139.

do campo, os cidadãos franceses passavam a ter acesso ao livro da Constituição republicana, à compilação de todas as leis gerais após a Revolução e à coleção de leis relativas aos corpos administrativos departamentais. O projeto soçobrou. No entanto, em resposta à demanda de livros, instituíram-se, em 1803, as bibliotecas municipais, basicamente formadas por livros confiscados de fundos particulares durante a Revolução. Não é difícil concluir que o projeto vinha destituído do sentido popular e cívico propugnado na fase jacobina.

Também o modelo norte-americano, cujo movimento de Independência havia igualmente se infiltrado nas mentes de ilustrados nacionais, parecia se ajustar melhor às condições de um país que acabara de realizar sua revolução burguesa. Muito cedo os Estados Unidos organizaram uma rede de bibliotecas públicas, que vieram a constituir importante meio de ligação dos principais núcleos urbanos do país. Elas foram concebidas diante da necessidade de assimilação dos imigrantes – particularmente dos europeus – por meio da difusão da língua inglesa. Como expressa Benjamin Franklin em sua autobiografia, acreditava-se que as bibliotecas públicas tinham facilitado e, em certo sentido, padronizado “a comunicação geral dos americanos”. Outrossim,

“[elas] tomaram o homem de negócios comum e o fazendeiro tão inteligentes quanto a maioria dos homens bons de outros países e talvez tenham contribuído para manter, em certo grau, a sua posição nas colônias, em defesa de seus privilégios”.⁵⁹

Em vários aspectos o projeto paulista se distanciava de seus congêneres. A ausência de um “povo” e a escassez de uma camada média urbana não inviabilizaram o aparecimento de uma biblioteca pública, cujas origens devem ser compreendidas dentro das possibilidades de organização social em que se encontrava a nação. Contudo, é

⁵⁹ Basta lembrar que a jovem nação brasileira não reconhecia esta massa urbana que devia ser instruída e integrada. Pelo contrário, os meios de cultura reproduziam as instituições em que se formavam os “homens-bons” do Velho Mundo, aos quais se refere o estadista norte-americano. *apud.* Edward Banskfield, “Needed: a public purpose”. *In: The public library and the city*, Massachussets: M.I.T. Press, 1966, p.104. A primeira biblioteca pública norte-americana subsidiada pelo Estado, por meio de imposto exclusivo foi a de Peterboro, em New Hampshire, fundada em 1833. *The American Peoples Encyclopedia*. A modern reference work. New York: Grolier Inc., 1968. [verbete Library – Public].

impossível não notar que a instituição se assentava na área central da cidade, em edifício bastante popular, conforme veremos adiante, no qual já se encontrava uma livraria amiúde freqüentada pela população letrada.⁶⁰

Este e outros aspectos levantados nos parágrafos anteriores nos parecem da maior importância para a compressão do significado da obra que se propunha em São Paulo naquele período. Ao que se somam as características intrínsecas à própria cidade e ao grau muito incipiente de uma cultura propriamente urbana quando comparada, *v.gr.*, à cidade do Rio de Janeiro, após a instalação da Corte.

A cessão do convento e da livraria

A biblioteca pública de São Paulo resultou da síntese de duas importantes livrarias particulares existentes na cidade. Não arriscamos afirmar que se tratasse das mais volumosas, pois desconhecemos o acervo dos beneditinos e dos carmelitas. Mas não restam dúvidas, tendo em vista as coleções particulares identificadas nos inventários da época,⁶¹ que estamos a lidar com um acervo de livros bastante expressivo.

Reuniram-se as livrarias do convento de São Francisco e do bispo diocesano, d. Mateus de Abreu Pereira, falecido em 5 de maio de 1824. Esta última foi a leilão neste mesmo ano, ao qual concorreu o poder público. Sobre o interesse e as vantagens do negócio, escreve Lucas Antonio Monteiro de Barros:

“[...] aproveitando a occasião que se me offercia, de fazer arrematar a Livraria do falecido Bispo, d’esta Diocese, recebendo o seu valor por encontro no pagamento da quantia, que elle era responsável á Fazenda Nacional, por dívida, contrahida com a

⁶⁰ Diferente destino encontrou a biblioteca da Faculdade de Direito de Olinda. Sobre a localização e as condições de conservação do acervo, fez-se a seguinte apreciação, em 1835: “além de constar ela dos fragmentos da antiga livraria da Madre de Deus e da Penha, obras truncadas, e a maior parte inúteis, como verá Vossa Excelência do catálogo junto, a localidade, sua posição em uma sala do convento de S. Francisco, acanhada, quente e quase fora da cidade, tira toda a ocasião de ser freqüentada, o que a torna, além de dispendiosa, quase totalmente inútil”. Discurso do presidente da província de Pernambuco, Suassuna, futuro visconde de Abaeté, à congregação da Faculdade, em 1835. *apud.* Clovis Bevilacqua, *História da Faculdade de Direito do Recife*. Brasília: INL, 1977, p.436.

⁶¹ *cf.* Maria Lucília de Araújo Viveiros, *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. Tese de doutoramento. Depto. de História, FFLCH-USP, 2003.

Caza Doadada⁶² afim de uni-la á que existe no Convento de São Francisco, e que foi deixada em Legado á Religião Franciscana pelo Bispo do Funchal, para d'ella fazer bom uso com proveito do Público, tendo em vista, que de nenhuma outra maneira se poderia preencher melhor a vontade do Testador, com vantagem para a indicada Religião, o que com effeito se realizou, sendo arrematada sem acréscimo da sua módica avaliação [...].⁶³

Além da livraria conventual, não demorava o tempo em que também parte do convento se tornaria de domínio público. Referimo-nos à decisão de se instalar o Curso de Ciências Sociais e Jurídicas ou Academia de Direito, como era chamado,⁶⁴ e o curso preparatório – o que não se confirmou – nas dependências do convento, a qual foi ratificada por ofício de 20 de novembro de 1827, pelo Ministro do Império, Visconde de S. Leopoldo.⁶⁵ Este processo de conversão dos bens pertencentes à ordem franciscana em coisa pública é parte da implementação do liberalismo no país. Na verdade, raros são os estudos que dêem conta desta relação complexa e não raro conflituosa entre o poder temporal e as ordens religiosas no século XIX.⁶⁶

O que dizer das bibliotecas conventuais, de aquilatado valor para a compreensão dos valores culturais da época e que foram ainda tão pouco vasculhadas? Não nos referimos exatamente aos estudos dedicados à instituição eclesiástica e ao clero secular, com suas normas, seus bens, seus projetos, suas divisas políticas e morais – se bem que mesmo neste aspecto os estudos são escassos – mas às igrejas e suas paróquias, aos

⁶² De acordo com Myriam Ellis, “Casa Doadada era o registro dos direitos das cavalgaduras que do Rio Grande do Sul passavam para São Paulo, direitos esses, cuja metade havia sido doada, em 1759, ao secretário de estado da marinha e domínios ultramarinos, Tomé Joaquim da Costa Côrte Real, de ‘jure e herdade’, em parte de remuneração de seus serviços”. Myriam Ellis, “Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo”, *op.cit.*, p.391.

⁶³ *idem, ibidem*, p.399.

⁶⁴ “O termo ‘Academia’ foi formalmente utilizado nos Estatutos dos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais do Império, aprovados por decreto de 7 de novembro de 1831 e o termo ‘Faculdade’ somente a partir da aprovação dos Estatutos para as Faculdades de Direito do Império, pelo decreto 1386 de 28 de abril de 1854”. Ana Luiza Martins; Heloísa Barbuy, *Arçadas*. Largo de São Francisco. História da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: Melhoramentos; Alternativa, 1999, p.325.

⁶⁵ Spencer Vampre, *Memórias para a história da Academia de São Paulo*, t. I, p.41.

⁶⁶ *cf.* Murilo Marx, *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989.

conventos e mosteiros espalhados pelas cidades brasileiras que tiveram um papel na história educacional do país.

Sabemos que ao lado de outras duas ordens bem conhecidas na cidade, a do Carmo e a de São Bento, os franciscanos foram os mais populares e também os mais pobres, ainda que o fossem por vocação.⁶⁷ E o convento, embora tivesse os contornos arquitetônicos mais modestos, apresentava dimensões amplas. Devemos aos testemunhos do Tenente-General Rendon o reconhecimento do edifício que abrigou a biblioteca pública e o primeiro curso superior de São Paulo, pois a ele coube a tarefa de selecionar o melhor sítio para a instalação da Faculdade. Entre as três ordens situadas no centro da cidade, observa:

“o primeiro e o segundo [edifício], dizia, não tem capacidade para neles se estabelecer o Curso Jurídico; porque não tendo celas senão nas frentes, estas têm pouca extensão, e apenas, em cada uma delas, se arranjariam as três aulas; e para isso [seria] preciso expulsar os frades, derrubar todas as celas, para delas, e dos corredores, formar salões. Portanto, resta S. Francisco.

Este convento tem celas na frente e no lado direito. No lado direito está a igreja e, na retaguarda, um salão antigo e outro sumamente grande, em paralelogramo, destinado para as celas. O primeiro serve sofrivelmente para uma aula, e do segundo se podem formar duas”.

Considerando que nesta época havia no convento apenas um guardião e outros poucos frades, tornava-se necessário acomodá-los noutra espaço.⁶⁸ Assim prossegue o Tenente-General Rendon em sua obstinada inquirição:

⁶⁷ Segundo Monsenhor Castanho de Almeida, “o hábito de São Francisco foi muito popular em São Paulo, Taubaté, São Sebastião, Santos, Itanhaém, Itu, onde havia conventos e, em toda parte, por caminhos e ruas, vendo-se os filhos de S. Francisco viajando para auxiliarem o clero secular, sendo notável o irmão esmoler que percorria os sítios com alguns burros cargueiros, pedindo gêneros para o seu convento e certamente fazendo de novidadeiro (somente em 1797 a Santa Sé deu a dispensa geral para andarem a cavalo nas grandes distâncias)”. Monsenhor Luís Castanho de Almeida [pseud. utilizado: Aluísio de Almeida, 1904-1981], “São Paulo: Formosa sem dote?”. In: *Vida cotidiana na cidade de São Paulo*, Org. por Carlos Eugenio Marcondes de Moura, *op. cit.*, p.45.

⁶⁸ A este respeito, escreve Basílio Röwer: “com o acabamento dos estudos, porém, em 1818, desapareceu também a vida da comunidade florescente. Continuava a residir no convento certo número de religiosos e os ofícios principais de guardião, presidente e comissário dos terceiros foram preenchidos até o capítulo de 9 de agosto de 1828. [...] No dito ano de 1828 a comunidade se agiëntava com seis religiosos e cremos que, por ser o convento um dos principais, situado em

“No lado direito, está uma boa livreria, que me parece já tem 5.000 volumes. Parte dela foi legada aos frades e parte é pública (...) Nos baixos do convento, se podem estabelecer quatro aulas menores, formando-se duas da antiga aula dos frades, e outras duas onde está a sacristia, mudando-se esta para lugar antigo, por detrás da capela-mor, de cujo lugar a mudaram os frades, por haver algumas ruínas nas janelas.

Posta uma divisa no salão grande, ficam os frades separados, e só terão encontro com estudantes, quando descerem para a igreja, porque até as escadas estão separadas, indo uma para os mencionados salões, e a outra para a parte dos frades e o coro.

E aqui tem V. Exa. acomodado o Curso Jurídico, com três aulas em cima, e com quatro embaixo, para os estudos preparatórios, sem demolir nada e sem vexame dos frades”.⁶⁹

A cessão foi comunicada por ofício apenas em 21 de agosto de 1828 e confirmada em ato solene em 2 de outubro do mesmo ano. Note-se que a primeira turma tomara assento a 3 de março deste ano.⁷⁰ Antes, em 1821, o governo regulamentara o horário de funcionamento da biblioteca com o acervo franqueado ao público. Solicitava-se sua abertura para “as pessoas literatas da cidade” e que a mesma funcionasse das oito às onze da manhã. Recomendava-se que os livros emprestados fossem restituídos à biblioteca, a fim de servirem mais prontamente aos consulentes.⁷¹ Notemos que havia a idéia, igualmente expressa por Lucas Antônio Monteiro de Barros no documento acima transcrito, que a biblioteca era, por princípio, um bem destinado aos moradores da cidade. Com efeito, seu valor era estimado pelas gentes de letras e, tradicionalmente, os franciscanos a franqueavam à população, na prática, aos jovens aspirantes aos cursos superiores na Europa. Pelos motivos citados, a cessão da biblioteca era um fato consumado em 1825.

“Termina a hegemonia intelectual dos conventos e se organiza o pensamento livre”, como sugere Antonio Candido, ao definir o espírito do novo século (do

cidade cada vez mais progressiva, os superiores a teriam mantido por mais alguns decênios, se não fora dissolvida tão de repente pela requisição do convento da parte do governo, como já passamos a relatar”. Basílio Röwer, *Páginas da história franciscana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1941, p.134.

⁶⁹ *apud*. Spencer Vamptré, *op. cit.*, t. I, p.42. [grifos meus].

⁷⁰ *idem, ibidem*, p.42 e p.73.

⁷¹ Emani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo, op. cit.*,v.I, p.410.

oitocentismo)?⁷² Por certo. Todavia, os movimentos da história se fazem acompanhar em ritmos muito descompassados, por vezes sofregamente, de sorte que as mudanças identificadas pelo historiador – comodamente alicerçado nos documentos de que dispõe e na visão de mundo que guia sua análise – passam muitas vezes despercebidas por aqueles que a vivenciaram.

Assim pode ser compreendido o movimento de resistência da população planaltina face às decisões do Império que atingiam diretamente a ordem de São Francisco de Assis, segundo podemos deduzir do documento: “Representação de numerosos cidadãos de São Paulo a d. Pedro I, imperador do Brasil, solicitando fosse revogada a portaria que determinava a cessão de todo o convento de São Francisco em favor da Faculdade de Direito de São Paulo e a remoção de seus religiosos. [São Paulo, 1828, doc. assim. por Antonio Joaquim de Abreu Pereira⁷³ e muitos outros]”.⁷⁴ Os frades franciscanos eram reputados os mais populares e ainda que sua ordem tenha sofrido um golpe de proporções irreparáveis na sua história,⁷⁵ mantiveram-se firmes nos seus propósitos. Alguns frades ingressaram na Faculdade e se formaram logo nas primeiras turmas.

Podemos inferir, não sem justeza, que a correlação dos fatos, a saber, a inserção de São Paulo no quadro dos acontecimentos políticos que culminaram na emancipação

⁷² Antonio Candido, *Formação da Literatura brasileira, op. cit.*, t. 2, p.228.

⁷³ Irmão do falecido bispo diocesano, d. Mateus de Abreu Pereira. Exercia a função de chantre na diocese de São Paulo, vindo a falecer em 1836. *cf.* Maria Lucília de Araújo Viveiros, *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos, op.cit.*, p.188.

⁷⁴ *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1953, nº 74, v. II.

⁷⁵ “Os franciscanos também perderam o controle da Igreja por algum tempo, para uma certa Irmandade de São Benedito. Depois puderam recuperar seu templo. Depois de se despojarem da maior parte de seu convento. Depois de renunciarem aos livros mais raros e importantes de nossa terra, os frades menores não se voltaram para o que se foi. Deixaram para trás os “muros de papel, de pergaminho” e neles renasceu a “embriaguez divina”. Por isso, nos dias que correm, a sua igreja é uma das mais frequentadas do centro velho. Missas especiais ocorrem no dia das chagas de São Francisco (17 de setembro) e fiéis buscam benção também porque no convento morou, por algum tempo, o beato Frei Galvão. Já a festa de São Francisco dura uma semana inteira, antecedendo o dia da procissão, a 4 de outubro. Quermesse, missas e exibição de vídeos nos baixos do Convento. Há ainda a lojinha da entrada e do interior. Nos dias de Domingo o fraternal almoço, ao qual podem os amigos de Francisco comer em comunhão a um preço módico”. Lincoln Secco, *Capelas antigas de São Paulo*, mimeo., p.20.

do país, e o aparecimento de elementos novos que concorrem para a conformação de um ambiente intelectual mais dilatado correspondem a mudanças conjunturais. Portanto, elas não atingem as bases tradicionais da sociedade, mais resistentes ao tempo. Mas, são justamente as dissensões provocadas entre a tradição e os movimentos de natureza progressista, assim como as defasagens verificadas entre as estruturas materiais e mentais, que nos permitem um maior discernimento dos sistemas de valores então dominantes?⁷⁶

E se o Tietê bem valia um Mondego, como se dizia na época, não demorava o tempo em que este centro intelectual, ainda muito acanhado que era São Paulo, entraria em choque com um Estado fortemente centralizador como o foi o Império.⁷⁷ O que se observa nos fatos que tomaram grandes proporções e culminaram no fim do Primeiro Reinado, em 1831, e também nas questões hodiernas, mas que nem por isso foram negligenciadas pelas duas esferas de poder, nos âmbitos local e nacional. Um desses fatos envolveu o primeiro bibliotecário público de São Paulo logo nos primeiros anos de funcionamento da instituição. O primeiro incidente provocado por livros de que se tem notícia na cidade – é o que passamos a narrar na próxima seção.

⁷⁶ “Com efeito, os sistemas de valores, que por diversas formas os procedimentos educacionais transmitem sem mudança aparente de uma geração a outra, não são apesar de tudo imóveis. Possuem sua própria história, cujas maneiras e fases não coincidem com as da história do povoamento e dos modos de produção. Ora, é precisamente através de tais discordâncias que as correlações entre as estruturas materiais e as mentalidades podem ser mais claramente discernidas”. Georges Duby, “História social e ideologias das sociedades”, *In: Jacques Le Goff e Pierre Nora, História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p.131.

⁷⁷ Ao contrário da oposição clássica entre as duas cidades portuguesas. Coimbra, a cidade universitária, cuja função intelectual ou espiritual sempre foi a mais atuante, enquanto Lisboa manteve sua preeminência nas decisões políticas e administrativas.

I.2 – O INCIDENTE COM O PE. JOSÉ ANTONIO DOS REIS

“Por que tão dezaurosamente se offende a verdade?! Custava dizer-se que o extravio dos livros foi antes do estabelecimento da Bibliotheca publica, e não depois, e que os livros, que então se perderão, erão do Convento dos Franciscanos, e não da Nação?... Eu pudera aqui repetir uma sentença de Tácito, mas outra igual de S.to Agostinho manda callar-me [...]

Deos guarde a V. Exa. p.r m.s na.s Bibliotheca publica de S. Paulo 9 de Obr.o de 1826.

*Súbdito reverente.
O P.e José Antonio dos Reis”*⁷⁸

No ano de 1826, uma denúncia abalou a tranqüilidade da Biblioteca Pública. Publicou-se no “Diário do Governo”, segundo declara o acusado, a seguinte nota:

“incrível abuso de sahirem da Bibliotheca publica tratados inteiros, e volumes separados... que se tomem as mais eficazes medidas... que se proceda com a possível brevidade a hu exacto inventario... etc. etc.”⁷⁹

A notícia mobilizou o governo e teve no próprio ministro do Império, José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo,⁸⁰ a iniciativa de colher os esclarecimentos necessários para levar a termo o incidente. O acontecimento ensejou correspondências, desagravos e defesas, cujos registros foram coligidos e publicados por Myriam Ellis. Eles nos dão conta da administração da Biblioteca Pública e seu estado de subordinação à Corte, dos livros que deram origem ao acervo e da relação que os moradores do burgo tinham com a instituição.

⁷⁸ *apud.* Myriam Ellis, “Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo”, *op. cit.*, p.405.

⁷⁹ *idem, ibidem*, pp.405-406.

⁸⁰ José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, nasceu em Santos, em 1774. Formou-se em Coimbra, em 1798. No período de estudos, integrou-se ao grupo literário do Arco do Cego, onde publicou alguns trabalhos. Em 1823, foi nomeado presidente da província de Rio Grande do Sul, onde fundou uma tipografia. Foi um dos principais defensores da criação de uma universidade em São Paulo, durante as seções na Assembléia Constituinte. Como Ministro do Império, promulgou o decreto de criação das Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais, em agosto de 1827. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo seu nome inscrito em várias sociedades literárias da Europa. Faleceu em Porto Alegre, em 1847. *cf.* Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1954, t. 2, p.57.

A denúncia era grave. Dupla vexação, que colocava em causa os estatutos da biblioteca, portanto, a diligência do presidente de província no cumprimento de seus deveres públicos e a honra do padre bibliotecário. Na tentativa de esclarecer tal maledicência, provocada por algum morador descontente, escreve Lucas Antonio Monteiro de Barros, em ofício endereçado ao ministro do Império:

“Pelo Avizo de 12 de Setembro do anno próximo passado mandou Sua Magestade (sic) o Imperador communicar a este Governo, que constando **o incrível abuzo de sahirem da Bibliotheca Publica desta Imperial Cidade à titulo de empréstimo Tratados inteiros, e também volumes separados, que muitas vezes se não restituão, prejudicando-se deste modo aquelle estabelecimento, e contrariando-se os utilíssimos fins de sua instituição [...]**

O mesmo Bibliotecario, vendo por esta maneira em balanço a sua reputação, visto que fora publicado aquelle Avizo no Diário do Governo, e mesmo se lhe intimou por esta Presidência, me dirigiu a copia junta do Inventario, que se tinha feito, **quando se estabeleceo a Bibliotheca e pediu a sua demissão pelo officio também incluso, ao que não annui pelo conhecimento que tenho, de que não acharia outro, que melhor preenchesse os seos deveres, e de tanta probidade**, procurando por consequência moderar o seo pezar em assegurar-lhe que Sua Magestade (sic) O Imperador, Inteirado da verdade, não deixaria de fazer justiça ao seo merecimento, mandando destruir pelo mesmo modo a opinião pouco vantajosa, que se poderia ter formado de seo procedimento.

Deos guarde á V. Exa. – São Paulo, 31 de janeiro de 1827.

Illmo. e Exmo. Snr. Visconde de São Leopoldo.

Visconde de Congonhas do Campo”.⁸¹

A ação contra a biblioteca, ação pública, vale dizer, pois a denúncia, ainda que anônima, era feita aos olhos dos moradores, aos olhos de toda Corte, inclusive, bem poderia ser fruto de alguma vingança contra o padre. E, mesmo, contra a instituição. Não ignoremos o quanto esta denúncia expunha o poder público e o colocava em situação desconfortável frente à opinião pública. Estava claro que a acusação era dirigida contra

⁸¹ *apud.* Myriam Ellis, “Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo”, *op.cit.*, pp.405-406. [grifos meus].

vantagens de que alguns moradores pareciam gozar na biblioteca. Inútil ir além neste aspecto tão comum na cultura nacional e tão reforçado durante todo o Império, qual seja, o da concessão de favores, de privilégios, que funcionavam como mecanismo de distinção no uso da coisa pública. Estes são lugares-comuns da política e da vida civil.

Todavia, vale notar que uma vez oficializada a biblioteca e nomeado seu responsável, este cuidou de reaver volumes espalhados pela cidade, pois, segundo diferentes relatos, os franciscanos tinham o hábito de emprestar seus livros. Em sua defesa, o padre bibliotecário assevera sobre o esforço deflagrado para a recuperação dos volumes seqüestrados à livraria dos franciscanos.⁸² Esforço que não raro resultava em verdadeiro malogro.

Os *Apontamentos Históricos* de Azevedo Marques trazem notícia sobre o padre José Antônio dos Reis. Nasceu em São Paulo, em 1798. Tomou ordens de presbítero secular em 1825.⁸³ Matriculou-se na primeira turma do curso jurídico, destacou-se entre os melhores da turma, segundo assinala Spencer Vampré,⁸⁴ baseando-se provavelmente nas notas de Almeida Nogueira. Recebeu o grau de bacharel em 1832.

De origem humilde, trabalhou durante todo o período em que cursou a Faculdade. Além de bibliotecário público, atuou como fiscal da Câmara. Em São Paulo, escreve Azevedo Marques,

“elegeu-se membro do Conselho geral de província, onde teve assento na 2ª legislatura, tendo por companheiros a Paula Sousa, Tobias, Costa Carvalho, Gurgel, Gavião, Feijó, e outras glórias paulistanas”.⁸⁵

⁸² “Levo a presença de V. Exa. as primeiras listas, que extrahi, e ainda que não estejam decentes p.a aparecer perante V. Exa., todavia eu as entrego assim m.mo p.a que não se diga mais, que eu formalizei novas listas dep.s de haver emprestado m.tos livros, como me accuza a m.ma Portaria. Na lista dos livros da Nação devem supprimir-se os q. se venderão p.r Ordem do Exmo. Presidente o Snr. Barão p.r Portaria de 7 de Março do presente anno; **mas devem tão bem se accrescentar 51 volumes, que eu tenho recolhido p.r a Bibliotheca publica não sem pequeno trabalho, e sacrificio**”. *idem, ibidem*, pp.404-405. [grifos meus].

⁸³ Azevedo Marques, *Apontamentos históricos, geográficos...*, *op.cit.*, pp.50-51.

⁸⁴ Spencer Vampré, *Memórias para a história da Academia de São Paulo*, *op. cit.*, t. 1, p.80.

⁸⁵ Azevedo Marques, *Apontamentos históricos, geográficos...*, *op. cit.*, p.51.

Em 1831, foi nomeado bispo de Cuiabá. Após transferir-se para sua diocese, não abandonou a vida política. Elegeu-se por São Paulo para a 2ª legislatura do Conselho Geral de Província,⁸⁶ tendo ocupado o cargo de vice-presidente em 1838. Em 1858, foi eleito em lista tríplice para senador por Mato Grosso.

Como representante da Igreja, teve atuação exemplar em dois episódios marcantes em sua trajetória: em 1836, durante uma epidemia de varíola que atingiu com severidade a população de Cuiabá, o bispo velou pelos seus, correndo em socorro aos mais necessitados de sua diocese. Em 1872, atesta o autor dos *Apontamentos*,

“enquanto outros bispos colocavam-se em antagonismo com suas ovelhas, por causa da malfadada questão religiosa, que desde 1872 se tem agitado no Brasil, o bispo d. José Antonio dos Reis conservou-se sempre na verdadeira posição de sucessor dos apóstolos, do povo e seu protetor constante”.⁸⁷

Faleceu em Cuiabá, a 11 de novembro de 1874, após 44 anos de episcopado.

Era homem de espírito agudo, o que observamos no ofício em que apresenta sua defesa. Ao reconhecer sua condição de súdito, clama pela justiça e verdade, ou seja, pelo bom juízo do Imperador. Mas a ele, ao Imperador, não abandona sua sorte, e com muita sutileza lembra que a calúnia incidia contra o cidadão. Contra um funcionário do governo. Ao proceder desta maneira, transfere o discurso para outra esfera de representação. Pois não se tratava simplesmente de clamar pela justiça a um soberano que se encontrava acima de todas as leis, mas de esclarecer o infortúnio que tal calúnia acarretava ao cidadão de direito, ao funcionário do Império, que de tão zeloso de sua honra, prontificava-se a abrir mão do cargo que lhe fora confiado. Não obstante, como Montaigne, ele também evoca uma sentença de Tácito, o escritor romano que, com notável destreza, voltara-se

⁸⁶ Conselho Geral de Província, criado pela Constituição do Império (arts. 71 e 89) teve regimento na lei de 27 de agosto de 1828. Seu número era de 21 membros nas províncias de primeira ordem. Foi substituído pela Assembléia Provincial, criada pela lei do ato adicional de 12 de agosto de 1834, se compoosta por 36 membros. *idem, ibidem*, pp.194-195.

⁸⁷ *ibidem*, p.51.

contra a tirania do imperador Tibério, ao ordenar a queima de livros que se opunham aos seus desígnios.⁸⁸

Bem sabemos que por estes tempos a imprensa teve liberdade inaudita, “ampla e sem peias”,⁸⁹ como escreve Caio Prado Jr. Ora, foi esta mesma imprensa que minou o regime com seus insultos e acusações de traição aos princípios liberais em que se fundara a nação. Eram, pois, muitos os paradoxos e os sentimentos que conduziam os argumentos do bibliotecário, os quais sutilmente reproduziam os desagravos da opinião pública.

É o que podemos inferir do excerto da carta que ora apresentamos. A citação é longa, mas vale pela qualidade da escrita:

“Tenho presente a Ordem de V. Exa. e juntamente a copia da Portaria, que a acompanhou, e só me resta o pezar de não ver já esta cumprida em toda a sua extensão, e rigor. Ex.mo Senhor, eu nunca pensei que tão facilmente se expusesse a censura publica á conducta de hum súbdito, que ama cumprir seus deveres! D’esta sorte quem poderá viver contente? Os que sabem que eu a quasi dous annos estou encarregado da administração d’esta Bibliotheca, tendo na portaria estas palavras – incrível abuso de sahirem da Bibliotheca publica tratados inteiros, e volumes separados... que se tomem as mais eficazes medidas... que se proceda com a possível brevidade a hu exacto inventario... etc. etc. o que devem suppor a meo respeito com tal fundamento? Ah! Ex.mo Senhor, se houve má, e errada intelligencias em alguma representação, por que razão há de pagar tão imprudente erro a honra de um cidadão?! Por que tão dezaizosamente se offende a verdade?! **Custava dizer-se que o extravio dos livros foi antes do estabelecimento da Bibliotheca publica, e não depois, e que os livros, que então se perderão, erão do Convento dos Franciscanos, e não da Nação?...** Eu pudera aqui repetir uma sentença de Tácito, mas outra igual de S.to Agostinho manda callar-me [...]

⁸⁸ Assim sentenciam Tácito ao comentar a atitude despótica do Imperador: “E os reis estrangeiros, bem como quantos lhes seguiram o cruel exemplo, só o que conseguiram foi atrair a vergonha para si mesmos e a glória para os perseguidos”. *apud*. Luciano Cândora, *Livro e liberdade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p.63

⁸⁹ “É graças a essa liberdade que existiu – comenta Caio Prado Jr. – ampla e sem peias nessa época, que os brasileiros puderam ficar ao par do movimento democrático que surgia em Portugal, lutar contra o absolutismo e estabelecer uma política que lhe permitiu progredir rapidamente”. Caio Prado Jr., “Introdução”. *In: O Tamoyo (1823). Coleção fac-similar de jornais antigos*. Direção de Rubens Borba de Moraes. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944, p. X.

Julgo ter cumprido a Ordem de V. Exa. Agora digne V. Exa. aceitar tãobem a minha dimissão do emprego de Bibliothecario, emprego, que sendo o primeiro, que occupei como pessoa publica he tãobem o primeiro, que manchou m.a honra.

Deos guarde a V. Exa.

p.r m.s na.s Bibliotheca publica de S. Paulo 9 de Obr.o de 1826.

De V.Ex.a. Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Vice-Presidente, Súbdito reverente.

O P.e José Antonio dos Reis”.⁹⁰

O seqüestro de livros

Os argumentos não se restringiram à sua auto-representação como funcionário do Estado e à questão da propriedade dos livros. Se bem que esta última questão fosse de suma importância naquele contexto, pois, como vimos, o processo de cessão dos livros e de parte da propriedade dos franciscanos se deu muito paulatinamente, primeiro, por acordos temporários e, em seguida, por ato público e legal.⁹¹ A população manifestou-se em favor dos frades.

⁹⁰ *apud.* Myriam Ellis, “Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo”, *op. cit.*, pp.404-405. [grifos meus]. Na tradição das Arcadas, o cargo de bibliotecário foi ocupado por alunos da Faculdade. Em 1843, o bibliotecário Marcellino Ferreira Bueno faz um breve inventário de sua dura rotina de trabalho: “Ilmo. Sr. tendo recebido o officio de Vsa. Sra. de 9 do corrente, exigindo novame. o cathalogo de livros, que tem de ser enviado ao Governo Geral, dizendo-me Vsa. Sra. que tempo sufficiente já tem decorrido, porque eu possa dar cumprimento a Porta. que V. Sa. dirigio-me em data de 5 de Agosto findo, exigindo o dito Cathalogo, ao que passo a responder: Tendo eu entrado no exercicio do emprego q. cumpro no 1º de Agosto, ou antes devendo eu considerar-me effetivamente [?] as obrigações de Bibiothecario de 5 do mesmo em diante (...) apesar de decorrido até a data do cito officio de V. Sra. hum mez e seis dias, ou vinte e quatro dias uteis, tempo este no todo insufficiente para dar prompto um Cathalogo circunstanciado pela forma recommendada na citada Porta. de 5 de Agosto, isto é, um Cathalogo de todas as obras pelas suas classificações e bem assim dos folhetos impressos, dos periódicos existentes na Bibliotheca, com declaração do número de jogos, esto. das obras e suas coleções. Em data de 8 do referido mez, respondendo eu a Porta. já fiz ver a V.Sa. q. a livraria estava classificada e forma, num existia um Cathalogo pela maneira determinada, pois o que havia recebido de meo antecessor era uma relação, ou inventario, que apresentei a V.Sa. e por isso já vê V.Sa. que impossivel era no curtissimo prazo de 24 dias vencer todo esse trabalho. Proceder a huma nova classificção pela forma recomendada, formar o cathalogo, lança-lo no livro Mestre, e delle tirar copia para apresentar a V.Sa. para envia-la ao Governo Geral, é sem duvida tarefa mui ardua e impossivel de se concluir em 24 dias, pois pressupondo-se mesmo [?] comprehenderia para mais de 7 mil volumes, o trabalho da copia levaria mais longo tempo (...)”. 12 de Agosto de 1843, assinado por Marcelino Ferreira Bueno. MAFD, Livro 10, folha 8.

⁹¹ Segundo Basílio Röwer, “a avaliação [da biblioteca] devia ser apresentada à Assembléia legislativa, dizia o Governo na portaria de 2 de janeiro de 1829”. Segundo o autor, é tradição que o conto de réis nunca foi pago. Basílio Röwer, *Páginas da história franciscana no Brasil, op. cit.*, p.137.

Mas havia outra questão, da maior gravidade, que cabia ao poder público solucionar: muitos livros continuavam espalhados nas residências dos antigos usuários da biblioteca, o que infringia os estatutos da instituição. Ao fim do processo e com o inventário da biblioteca em mãos, prova cabal de sua probidade e resultado dos primeiros anos de labor, o bibliotecário desfecha com nova denúncia e de igual teor:

“Tãobem dou p.te a V. Exa. de que **em casa do Capitão Antonio da S.a Prado achão-se com certeza os livros de D. Nuno**, e p.r que he bem provável, que entre elles estejam **os 8 volumes da Encyclopedia**, e talvez mais alguns outros livros, que pertença à esta Livraria, sendo do agrado de V. Exa. podião-se recolher os ditos livros no caso de lá estarem”.⁹²

A acusação recaía justamente sobre uma das maiores fortunas e uma das figuras mais reputadas da cidade. Antonio da Silva Prado (1788-1875), que ocupara o posto de capitão-mór⁹³ da cidade – justificando a referência à sua divisa, pelo padre – era comerciante de grosso trato, tendo iniciado sua carreira nas bandas de Goiás e da Bahia. Regressou a São Paulo em 1816.⁹⁴ Esta era a segunda contenda que envolvia seu nome.

Em 1823, o ex-líder da Bernarda, Francisco Inácio, já no exílio, acusara-o de se beneficiar das boas relações com o governo para a venda de fazendas na Corte pelo dobro do preço que valiam no mercado.⁹⁵ Verdadeiras ou falsas, notemos que ambas as denúncias confirmavam o regime de favorecimento e distinção vigente nas estruturas de

⁹² *apud.* Myriam Ellis, “Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo”, *op. cit.*, p.407. [grifos meus].

⁹³ Sobre esta função, esclarece Azevedo Marques: “Meros instrumentos do absolutismo dos governadores e capitães-generais, os capitães-mores da segunda época eram também providos por três anos, porém quase todos prolongavam o seu exercício renovando-se as provisões, se haviam bem merecido por seu zelo e passividade. A sua jurisdição limitava-se ao distrito da povoação em que residiam, porém nela, superintendiam exclusivamente os negócios policiais, militares, recrutamentos e obras públicas, e concorriam também com a câmara e juizes em todos os casos graves”. O cargo deixou de existir após a adoção do sistema constitucional representativo do país. Azevedo Marques, *Apontamentos históricos, geográficos...*, *op. cit.*, pp.164-165.

⁹⁴ Casou-se com dona Maria Cândida de Moura Vaz e teve dois filhos, Veríssimo Antonio da Silva Prado e Veridiana Valéria da Silva Prado. Nos tempos da insurreição paulista, tomou partido dos Andradas. Foi eleito membro do Conselho Geral da província, também na 2ª legislatura. Foi provedor da Santa Casa de Misericórdia durante 29 anos. Faleceu em São Paulo, legando expressivo cabedal para os seus. Azevedo Marques, *Apontamentos históricos, geográficos...*, *op. cit.*, pp.82-83.

⁹⁵ *cf.* Maria Lucilia Viveiros Araújo, *Os caminhos da riqueza...*, *op. cit.*, p.85.

poder. Mas não insistiremos neste assunto. Interessa descobrir quais livros foram seqüestrados na biblioteca. Neste aspecto, o Pe. José Antonio dos Reis infelizmente se torna um tanto parcimonioso nas suas informações, parecendo importar-se apenas com o número de volumes tomados por Antonio da Silva Prado. Este seu comentário abre uma série de questões sobre o interesse dos leitores situados fora dos muros conventuais.

Tratar-se ia, conforme anuncia o texto supracitado, da célebre (e herética) *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert? É pouco provável. Ela não figura no catálogo geral da biblioteca e parece ser rara sua presença nas bibliotecas coloniais brasileiras.⁹⁶ Apenas dois volumes desta obra foram identificados na livraria do cônego Luís Vieira da Silva. Porém, como atestam os estudos sobre as livrarias de clérigos das Minas setecentistas,⁹⁷ era este um acervo singular, guardado pela “maior ilustração colonial da época”.⁹⁸

Acreditamos que a escassez de exemplares do *Dictionnaire raisonné* nas livrarias coloniais não se justifica apenas por seu conteúdo herético, pois livros desta natureza existiram em muitos acervos. As primeiras edições, que saíram respectivamente em Paris (1751-1772), Genebra (1771-1776), Lucca (1758-1776) e Livorno (1770-1778) totalizaram uma tiragem aproximada de 2.500 exemplares. As primeiras tiragens consistiram em pesados e luxuosos volumes *in-folío*, portanto, destinados aos colecionadores ou aos leitores exigentes dotados de recursos para adquiri-los, o que por certo comprometia sua difusão. Tanto foi assim que as edições sucedâneas, *in-4º* e *in-8º*, tiveram difusão incomparavelmente mais ampla. No período de 1777-1779, saiu em Genebra e Neufchâtel a primeira edição *in-4º*, com uma tiragem total de 8.525 exemplares, como resultado da associação de Joseph Duplain, livreiro de Lyon, Charles Panckoucke, da Société Typographique de Neufchâtel, entre outros. Há ainda uma edição *in-8º*, de Lausanne e Berna (1772-1782), com tiragem aproximada de 6.000 exemplares. Todas elas

⁹⁶ cf. Jorge de Souza Araújo, especialmente o capítulo: “Uma leitura revolucionária”, In: *Perfil do leitor colonial*. Salvador, Ilhéus: UFBA; UESC, 1999, pp.337-454.

⁹⁷ Luiz Carlos Villalta, “Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII”. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional, jan./dez.1995, pp.19-52.

⁹⁸ Eduardo Frieiro, *O diabo na livraria...*, op. cit., p.25.

tiveram grande absorção no Velho Mundo, como podemos observar no mapeamento de sua difusão editorial, elaborado por Robert Darnton. Porém, é difícil calcular a capacidade de expansão destas edições além-mar.

Simultaneamente às seis edições que tiveram como base o projeto de Diderot e D'Alembert, houve uma verdadeira profusão de títulos que partiram deste modelo. Por exemplo, a *Encyclopédie d'Yverdon* de De Felice,⁹⁹ impressa entre 1770 e 1780, com tiragem de 1.600 exemplares. E a *Encyclopédie Méthodique*, projeto mais audacioso e com maior êxito comercial na época. Esta figura no inventário da biblioteca, em volumes *in-folio*,¹⁰⁰ incompleta, posto que, no seu conjunto, a edição realizada por Panckoucke perfazia duzentos volumes e levou meio século para sua conclusão.¹⁰¹ É muito provável que o padre José Antonio dos Reis tenha se referido aos volumes desta obra no documento citado.

⁹⁹ De Felice, filósofo ilustrado italiano, foi também responsável pela edição da *Encyclopédie Économique*, redigida pela Sociedade Econômica de Berna, publicada em dezesseis volumes, entre 1770 e 1771. Esta edição consta no inventário da biblioteca pública e pertencia ao bispo d. Mateus de Abreu Pereira, assim como a maior parte das obras econômicas inventariadas. Rubens Borba de Moraes *Livros e bibliotecas no Brasil colonial, op. cit.*, pp.17-18.

¹⁰⁰ O que relativiza a hipótese segundo a qual a dificuldade de circulação das primeiras edições do *Dictionnaire raisonné* se explica devido ao seu grande formato. Este aspecto não pode ser de todo negado, mas as bibliotecas setecentistas guardaram muitos destes exemplares *in-folio*, como podemos notar no acervo da biblioteca conventual. Outra hipótese, que nos parece igualmente cabível é que alguns livros, por exemplo, estes que compõem o projeto de Diderot e D'Alembert, carecem de um tempo maior para penetrar em sociedades onde a tradição ainda resiste às novas correntes ideológicas do Velho Mundo. Em todo caso, não deixa de ser curiosa a ausência desta obra nas principais bibliotecas brasileiras do Setecentos. A censura pode ter seu peso neste fato, ou os livros se perderam dos registros identificados, o que nos parece igualmente lógico, pois, apesar de toda a perseguição sofrida, na França e alhures, Robert Darnton estima que, às vésperas da Revolução, circulavam em torno de 24.000 exemplares da *Encyclopédie*. Ninguém duvida que estamos a tratar de um verdadeiro *best-seller*. cf. Robert Darnton, *L'aventure de l'Encyclopédie* (1775-1800). Paris : Librairie Académique Perrin, 1982, pp.62-63.

¹⁰¹ Segundo Rubens Borba de Moraes, “esta enciclopédia pretendia ser um aperfeiçoamento da de Diderot e D'Alembert. Os assuntos, em vez de figurarem nessa nova obra dispostos em ordem alfabética (o que tinha sido muito criticado), estavam nessa nova obra dispostos por matéria. Muitos colaboradores da primeira escreveram para a segunda, tais como o próprio Diderot, o astrônomo Lalande, o médico Vicq d'Azir, o fisiocrata Duhamed du Monceau e outros”. Para se ter uma idéia de sua recepção em países estrangeiros, observamos que ela “foi traduzida nas principais línguas da Europa e até em turco”. Havia dois conjuntos desta coleção na biblioteca. A do convento se apresentava em 190 volumes *in folio*. *idem, ibidem*, pp.17-18.

Sobre “os livros de D. Nuno”, “com certeza” tomados por Antonio da Silva Prado, nenhuma informação. Não consta referência sobre este autor no catálogo da biblioteca pública. Também em outros catálogos de livros especializados não foi possível chegar a uma conclusão segura. Aventamos a possibilidade de se tratar da *Crônica do condestável de Portugal*, por D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431).¹⁰² Do século XVIII, temos a este respeito notícia da obra do frei Francisco de Montalverne (ou Monte Alverne, 1784-1857), professor de Filosofia no convento franciscano e célebre orador que, segundo Antonio Candido, muito influenciou a primeira geração romântica.¹⁰³ É de sua autoria a *Descrição das notáveis acções, com que se dispoz para a morte o ill.mo. e ex.mo. senhor D. Nuno Caetano Álvares Pereira de Mello...: que offerece a seu filho o ill.mo. e ex.mo. Duque Cadaval o senhor D. Miguel Caetano Álvares Pereira de Mello*, editado em Lisboa, em 1784.¹⁰⁴ Estas são suposições sobre o volume seqüestrado, que podem talvez contribuir para uma história futura das bibliotecas religiosas em São Paulo.

Comércio de ocasião

Mais revelador do que os títulos seqüestrados foram aqueles postos à venda na cidade após a conclusão do inventário. Este comércio se constituiu basicamente de exemplares em duplicata, resultantes da união das livrarias que deram origem ao acervo público. Foram 37 os títulos expostos, totalizando 308 volumes. Dificultam a compreensão da listagem as abreviaturas e o esforço – diga-se de passagem, ingênuo – do bibliotecário no sentido de traduzir os títulos das obras. Alguns foram identificados no

¹⁰² O livro de d. Nuno foi reeditado em Lisboa: D. Nuno Álvares Pereira. *Crônica do condestável de Portugal, por...* Organizado por Jaime Cortesão. Ilustrado por Martins Barata. 8ª ed.. Lisboa: Sá da Costa, 1993.

¹⁰³ “Frei Francisco de Monte Alverne foi, ao contrário, vocação declarada e imperiosa para as letras e umas das grandes, confessadas influências da primeira geração romântica, fascinando o Rio de Janeiro entre 1810 e 1860”. Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira, op. cit.*, t. 2, p.291. O frade ingressou em 1801 na ordem franciscana, no Rio de Janeiro. Deu seguimento aos estudos em São Paulo a partir de 1804 e ordenou-se em 1808. Daí até a data de sua partida, ele se ocupou do ensino de filosofia no convento da cidade. Em 1818, as aulas foram transferidas para o convento do Rio de Janeiro, o que enfraquecera ainda mais a ordem na capital paulista. Testemunho de sua ascendência sobre a geração romântica foi a publicação póstuma do *Compendio de philosophia* [Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859].

¹⁰⁴ [Lisboa: Francisco Luiz Ameno, 1784].

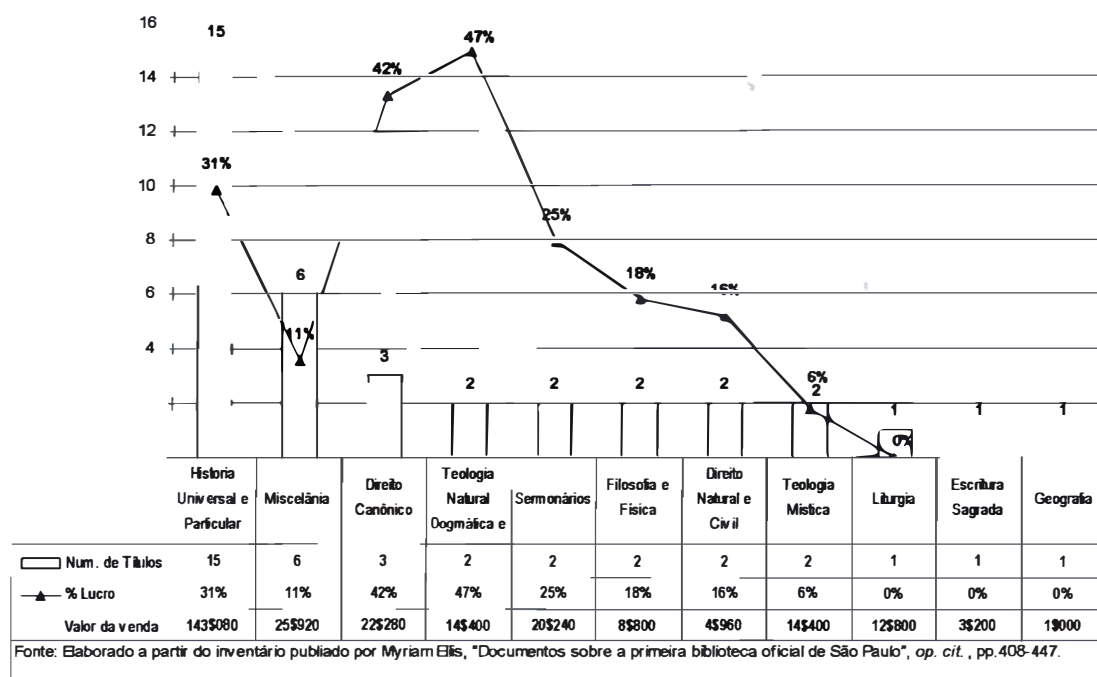
inventário maior, relativo ao acervo geral da biblioteca, mas não houve muitos avanços, pois estes apresentam iguais vícios. Ainda assim, temos informações preciosas sobre o preço dos livros em suas diferentes modalidades e, o que é ainda mais curioso, o resultado positivo das vendas revela o interesse da população por este gênero de mercadoria. A quais títulos estamos a fazer referência?

A listagem de títulos à venda forma um conjunto bastante heterogêneo. No domínio das obras religiosas, elas se distribuem em Direito Canônico, Escritura Sagrada, Liturgia, Sermonários, Teologia Mística, Teologia Natural, Dogmática e Moral. As obras profanas se dividem nas áreas de História Natural, Física, Geografia e História. Outros títulos, vagamente classificados pelo bibliotecário como “Miscelâneas”, tiveram as seguintes saídas: *Os três séculos de Literatura Francesa*, em 4 volumes; a obra de Pedro da Marca,¹⁰⁵ em 1 volume; os *Estatutos da Universidade de Coimbra*, em 4 volumes; um *Curso de estudos*, de Condillac, conhecido divulgador do pensamento de Locke, em 16 volumes; *Homilias*, de Cochin, em 4 volumes; e os *Methodos de estudos*, de Rolin, em 4 volumes. Os volumes negociados em função dos domínios temáticos e dos lucros auferidos na venda aparecem esquematizados no gráfico abaixo:¹⁰⁶

¹⁰⁵ Trata-se do “famoso tratado *De concórdia sacerdotii et imperii*, redigido pelo sábio prelado Pierre de Marca para refutar o livro do oratoriano Ch. Hersent, *Optati Gallii de cavendo schismate*, censurado por dezesseis bispos, condenado pelo parlamento de Paris e queimado pelas mãos do carrasco”, segundo Eduardo Frieiro em seu escrutínio da biblioteca do cônego Luis Vieira da Silva. Eduardo Frieiro, *O diabo na livraria...*, *op. cit.*, pp.45-46.

¹⁰⁶ Para um maior detalhamento das obras e de seus respectivos preços, ver Tabela 1, “Relação dos livros, que se venderão pr. Portaria de 7 de Março do pres.te anno”, apresentada no final desta seção.

Gráfico 1 - Número de títulos por domínio temático e lucro médio auferido na venda



As obras históricas figuram em maior número. Livros de História Universal e História Particular, de acordo com os critérios do bibliotecário. A segunda categoria compreende as crônicas e narrativas biográficas. Consta na listagem uma edição da *Vida dos Santos*, por Baillet, certamente no original, pois não há informação sobre uma edição em português de *Les vies des Saints*, pelo padre Adrian Baillet (1649-1706). Estudioso francês, escritor prolífero, reconhecido no seu tempo por sua erudição e muito criticado pela indolência no estilo.¹⁰⁷ A primeira edição da obra referida é de 1701.¹⁰⁸ O exemplar listado se apresenta em 10 volumes (a biblioteca conservou um mesmo conjunto no formato *in-4º*) e foi vendido pelo valor de 12\$800.

Do célebre orador, o padre Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), vendeu-se um exemplar da *Histoire des variations des Eglises protestantes*, edição em 5 volumes, avaliada a 2\$560 e vendida por 3\$200. A primeira edição desta obra saiu em 1688. O texto apresenta

¹⁰⁷ Não há indicação de data e local de publicação dos exemplares inventariados.

¹⁰⁸ *Larousse du XXe. siècle*, tome 1, p.775.

uma defesa do catolicismo contra o protestantismo, sob o argumento de que apenas a religião católica manteve inalterados os seus dogmas ao longo de sua história.¹⁰⁹

Uma edição da *Histoire Ecclésiastique*, do padre Claude Fleury, obra que se vendeu truncada, por 16\$000 (o preço de compra foi 9\$600). Há uma edição em 37 volumes, *in-4º*, no acervo da biblioteca. Sobre o autor e a obra citada obtivemos informações interessantes. De formação jesuítica, estudou escolástica e direito, vindo a formar ampla bibliografia nestas duas áreas, inclusive um catecismo aprovado por Bossuet. Muitos de seus títulos figuram no inventário da biblioteca. Mas este, em especial, entrou no *Index*.¹¹⁰ Não fica difícil concluir que embora proscrito coube a algum religioso a conservação deste exemplar.¹¹¹

Neste domínio, citamos: *A vida de Clemente 14*,¹¹² em 1 volume, vendido a \$480, o mais barato da listagem; *Dedução cronológica e analítica*, um volume *in-folho* negociado por 1\$280 e sua contra-prova, 1 volume, *in-folho*, por 1\$000; a *Crônica de D. Mel.* (D. Manuel?), obra truncada, pelo valor de 1\$000; um exemplar da *Hist. dos judeus*, em 5 volumes, por 3\$200 e outro de mesmo título, também em 5 volumes, por 1\$200. Não sabemos se se trata de uma mesma obra em dois jogos, podendo ser uma encadernada e outra não, o que justificaria a diferença dos valores. E a *Vida de D. Fr. Bartholomeo dos Mártires*, em 2

¹⁰⁹ *idem, ibidem*, tome 1, p.786.

¹¹⁰ Trata-se da “melhor história da Igreja que jamais se fez, na opinião de Voltaire, magno reitor das letras naquele tempo, mas posta no Index por estar contaminada de galicanismo”. Eduardo Frieiro, *O diabo na livraria...*, *op. cit.*, p.45.

¹¹¹ Sobre a presença deste exemplar e de outros proscritos nestas livrarias, lembramos que de acordo com a bula do Papa Pio VI, ao bispo era concedido o direito de: “Conservar e ler livros de herejes [sic] e infiéis que tratem de sua religião com o fim de refutá-los, não porém conceder licença a outros a não ser àqueles missionários que lhe parecer no Senhor”. Havia uma lista de exceções que só poderiam ser consultadas com a permissão da Igreja, dentre eles, o “*Abregé de l’Histoire Ecclésiastique* sobre mentiroso nome de Fleury”. Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, *A igreja na história de São Paulo*. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1952-53, v.5, p.164.

¹¹² Sobre Clemente XIV (1705-1774), consta nesta mesma listagem, no domínio de obras de Direito Canônico, uma edição de suas cartas. A este respeito, comenta Eduardo Frieiro: “*Lettres du Pape Clement XIV*, quatro tomos [o da biblioteca se apresenta em 2 tomos], sem dúvida as publicadas por Caraccioli em Paris, 1775, sem qualquer autenticidade, pois a verdadeira correspondência do Pontífice que suprimiu a Ordem dos Jesuítas [pela bula assinada em julho de 1773] só apareceu em 1837, publicada por Reumont”. Eduardo Frieiro, *O diabo na livraria...*, *op. cit.*, p.46.

volumes, *in-8º*, negociada a 1\$600, exatamente o dobro do valor pelo qual ele fora avaliado.

A relação dos títulos de História Universal, na sua maior parte formada por dicionários históricos, é mais incompleta. Ao lado do título, que aparece caprichosamente abreviado, o inventariante se limitou a indicar somente o número de volumes, dando a entender que era este um critério importante para a avaliação da obra. Por exemplo: um dicionário histórico em 6 volumes foi apreciado por 6\$000 (para compra e venda); outro exemplar com o mesmo título, em 8 volumes, custou 8\$000 (preço de compra e venda); e um terceiro dicionário histórico, agora em 9 volumes, foi avaliado em 9\$000 (para compra e venda). Há uma exceção, certamente porque neste caso a obra apresenta outro atributo, infelizmente não identificado: um dicionário histórico, em 9 volumes, foi avaliado em 10\$000 (para compra e venda). O preço médio, no entanto, era de 1\$000 por volume, tanto para esta quanto para as outras seções temáticas.

Uma *História Universal*, em 120 volumes, destaca-se no conjunto das edições à venda. Ela foi adquirida pelo valor de 51\$200 e vendida por 80\$000. Margem de lucro considerável para uma obra de dimensão monumental e, possivelmente, de mercado mais restrito. Cada volume saiu por \$426, uma grande oferta, sem dúvida. Afinal, por esta quantia não era nem mesmo possível adquirir a *Vida de Clemente 14*, o livro mais barato da lista (\$480).

Pela variedade dos títulos e como contrapeso de um comércio comum que demorava a despontar – referimo-nos às livrarias, o que não exclui quaisquer outras atividades que concorriam para a circulação dos livros – podemos imaginar o interesse que esta venda ocasional despertou entre os moradores. Todos os títulos foram vendidos e, conforme podemos inferir no gráfico acima, renderam significativo lucro, cujo

“producto dos q. se mandarão vender seria applicado para a compra de outras obras modernas, q. ali não havião [sic]”.¹¹³

Sobre a forma de negociação dos livros, nenhuma informação. Não se pode descartar a hipótese de terem ido a leilão, procedimento usual na época. A livraria do bispo d. Mateus de Abreu Pereira fora adquirida pelo Estado por este meio. Reforça esta hipótese o fato de na relação dos livros constar dois valores: o de compra e o de venda. Nada mais natural, se se tratasse de um comércio *stricto senso*. Porém, não estamos a lidar com práticas de comércio convencionais, parecendo mesmo estranha a idéia que o padre bibliotecário tivesse prefixado os preços dos livros com vistas em uma boa margem de lucros. E se o tivesse feito, por que alguns títulos seriam repassados pelo mesmo valor? Este fato não poderia sugerir uma certa concorrência em torno de determinadas obras, ao ponto delas superarem um lance mínimo?

No afã de identificar alguns termos de comparação dos preços dos livros então negociados com outros artigos em evidência no mercado de bens culturais da época, observamos que o exemplar do periódico carioca, *O verdadeiro liberal*, custava \$80 e a assinatura mensal era oferecida por \$800, em 1826. Um anúncio deste mesmo ano, provavelmente da Corte, oferecia “aulas de ler, escrever, contar, doutrina e lições de civilidade” a 1\$000.¹¹⁴ Na cidade de São Paulo, os aluguéis de uma casa simples, nos arredores do Centro estavam na ordem de 1\$000, em 1824. Era pelo menos este o valor do aluguel de uma casa com quintal e porão na rua do Jogo da Bola (atual Benjamin Constant). Por outra casa na rua do Príncipe (atual rua Quintino Bocaiúva) pagava-se 1\$600 mensais em 1824, tendo o valor passado para 2\$000 no ano seguinte.¹¹⁵

¹¹³ *apud.* Myriam Ellis, “Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo”, *op. cit.*, pp.447.

¹¹⁴ Para estas e outras informações a respeito da remuneração de intelectuais e sua relação com outros valores em vigor na época, ver Marisa Lajolo; Regina Zilberman, *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999, s.n.p.

¹¹⁵ Spencer Vampré, *Memórias para a história da Academia de São Paulo*, *op. cit.*, t. 1, p.62.

Outro parâmetro que pode ser utilizado é o do poder aquisitivo da população. Ou, pelo menos, de uma fração desta, que corresponde às classes letradas. Nesse sentido, o salário dos lentes da Faculdade de Direito nos parece um bom ponto de partida. A remuneração do “lente proprietário”, ou seja, do titular da cadeira, era de 800\$000 anuais, o equivalente a 66\$666 mensais. Tratava-se da maior remuneração destinada a um cargo público na área educacional, tendo em vista que o salário dos lentes, definido em conformidade com os estatutos promulgados em 11 de agosto de 1827 equiparavam-se ao dos desembargadores da Relação, portanto, aos dos mais altos cargos do Império.¹¹⁶ Lembremos que a obra mais cara da listagem foi vendida pelo valor de 80\$000! O que nos leva a concluir que se tratava, com efeito, de um livro bastante singular.¹¹⁷

Mas estes professores se encontravam no topo da escala salarial. Em 1836, a remuneração dos “lentes proprietários” passou para 1:200\$000 e a do substituto para 800\$000, enquanto os professores das aulas preparatórias, ou aulas menores, como eram conhecidas na tradição coimbrã, perfaziam média bem inferior, pois os salários variavam de acordo com a disciplina ministrada.¹¹⁸ O titular da cadeira de História e Geografia, que em 1836 era Julius Frank, recebia 600\$000 anuais, o equivalente a 50\$000 mensais. Não temos conhecimento se os salários dos professores das aulas menores sofreram reajustes no período que separa a venda dos livros do recenseamento realizado na província, mas ainda assim podemos afirmar categoricamente que este salário não lhe permitiria adquirir a monumental edição de *História Universal* em 120 volumes. Com algum interesse e certo esforço, supondo que esta fosse sua única fonte de renda e considerando o interesse em investir uma quinta parte do salário em livros, ele poderia comprar qualquer um dos

¹¹⁶ *idem, ibidem*, p.30. O salário do lente substituto equivalia à metade da remuneração do titular. cf. Daniel Pedro Muller, *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. 3ª ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p.256.

¹¹⁷ O modo de vida dos lentes se difere até mesmo no seu padrão de moradia. “Como se vê”, escreve Spencer Vampré, “a casa em que morava um lente da Academia, custava 12\$800 mensais”, em 1828. Portanto, dez vezes o valor do aluguel de uma casa modesta, na mesma freguesia. Spencer Vampré, *Memórias para a história da Academia de São Paulo, op. cit.*, t. 1, p.63.

¹¹⁸ Ver Tabela 2, no final desta seção.

dicionários históricos, cujos valores não ultrapassavam a cifra de 10\$000. Ou mesmo o dicionário geográfico Vosgien, muito conhecido na época.¹¹⁹

Os vencimentos destinados ao mestre de Filosofia eram os mais mesquinhos, parcos 150\$000 anuais, o equivalente a 12\$500 mensais. Não espanta que a cadeira estivesse vaga na época em que se realizou o recenseamento (1836/37).¹²⁰ Por sua vez, o mestre de língua francesa, o dr. José Thomaz de Aquino, que era também responsável pelas aulas de inglês, o que dobrava seus vencimentos na ordem de 800\$000 anuais (66\$666/mês), poderia tranquilamente se beneficiar de uma única obra literária à disposição. Tratava-se de uma edição já citada, *Os três séculos da literatura francesa*, pelo Abade de Castres, em 4 volumes, vendida a 4\$800. O preço não era dos mais atrativos, se considerarmos que o volume saiu a 1\$200, portanto, acima da média computada no conjunto. Mas como nenhuma outra informação se obteve sobre esta obra, melhor não formar nenhum juízo sobre seu preço.

¹¹⁹ Trata-se do *Dictionnaire géographique portatif* (1ª edição, 1747), de Jean-Baptiste Ladvocat, que adotou o pseudônimo Vosgien. Erudito francês, bibliotecário da Sorbonne a partir de 1742 e autor de um *Dictionnaire historique portatif* (1752). cf. *Larousse du XXe.s.*, tome 4, p.291.

¹²⁰ “Estas cadeiras carecem d’um Regulamento econômico. Há grande falta na regularidade dos ordenados dos professores e sua mesquinhez é a causa de estarem vagas por tanto tempo a cadeira de Latim e as Substituições. Secretaria da Academia Jurídica de S. Paulo, 16 de Dezembro de 1836 – Ildefonso Xavier Ferreira, Official Guarda Livros, servindo de Secretário o fez. – José Maria de Avellar Brotero, Director interino”. *apud.* Daniel Pedro Muller, *Ensaio d’um quadro estatístico...*, *op. cit.*, p.259.

Tabela 1 - Rendimentos dos lentes da Faculdade de Direito e Professores das aulas preparatórias (1834 e 1836)

Categoria	Nome dos professores	Vencimento anual	Ao mês	Número de alunos	
				1834	1836
Lentes proprietário (curso jurídico)		1:200\$000	100\$000		
Lentes substituto (curso jurídico)		800\$000	66\$666		
Latim	vaga	480\$000	40\$000	0	49
Inglês	Dr. José Thomaz de Aquino	400\$000	33\$333	0	18
Francês	Dr. José Thomaz de Aquino	400\$000	33\$333	28	22
Retórica	Fidelis Alves Sigmaringo de Moraes	440\$000	36\$666	9	16
Filosofia Racional e Moral	Bacharel Manoel José Chaves	600\$000	50\$000	73	28
Geometria	Francisco Maria Goulart	600\$000	50\$000	0	18
História e Geografia	Julio Frank	600\$000	50\$000	38	22
Substituição de Filosofia	vaga	150\$000	12\$500	0	0
Dicta de Latim e Retórica	vaga	200\$000	16\$666	0	0
Total de alunos (nas aulas preparatórias)				148	173

Fonte: Daniel Pedro Müller, *op. cit.*, pp.256-259.

Malgrado os esforços na busca de parâmetros para uma melhor avaliação do preço dos livros, sabemos que algumas aproximações são possíveis, mas são apenas aproximações. Os preços variavam de acordo com a natureza da edição, se se tratava, por exemplo, de um livro importado (como o era a grande maioria dos livros da época), do formato popular, ou de um robusto *in-folio*, indicativo de edições mais antigas ou, pelo menos, luxuosas, portanto, destinadas a um mercado mais restrito. São muitas as variáveis que definem o preço de um livro. Sem contar outras complicações relativas à produção. A variação dos preços era ainda determinada pela frequência de uma obra no mercado, à qual se conferia um valor simbólico. Difícil formar um bom termo de análise, senão pela via do estudo bibliográfico, pormenorizado, que possibilite identificar numa certa obra todos os elementos definidores de seu valor num dado recorte temporal e espacial. Assim mesmo, são inevitáveis as armadilhas. E estaríamos por certo muito longe de identificar o potencial de compra e venda destes mesmos volumes.

Notemos que não existe na listagem nenhuma obra literária. Nenhum livro de poesias. Nenhum romance. Nenhuma obra ficcional que pudesse testemunhar as mudanças pelas quais passava o mercado livreiro na Corte, dado o incremento de suas

livrarias e tipografias, com destaque à *Impressão Régia*. Onde os romances açucarados aos moldes de *Paulo e Virgínia*, ou as narrativas fantasiosas, de um *Diabo Coxo*?¹²¹ Títulos que passaram a circular com maior frequência nos periódicos e almanaques fluminenses, anunciando modos de vida diferenciados, afetações burguesas, talvez, justificadas pela vida urbana.

Mas que tipo de centro urbano representava São Paulo? Sabemos que a função religiosa era inerente à tradição paulistana. A cidade se tornara, desde o Setecentos, importante entreposto comercial. Era a sede administrativa da província. E, a partir de 1828, revigorava-se sua função educacional. Mas os traços da vida propriamente urbana, definidos pelo tradicional contraste entre campo e cidade, por comportamentos burgueses, intermediados pelo capital, que anima e sustenta a circulação, de pessoas, de gêneros, de culturas, que determinam a um só termo, “estilos de vida” diferenciados, na acepção weberiana, estes demorariam alguns decênios para vingar. O que por certo tem sua implicação no conteúdo dos livros que circulavam entre as gentes. Voltaremos ao assunto. Antes, analisemos de forma mais acurada os livros fundadores da biblioteca pública.

¹²¹ O *diabo coxo*, de Lesage, foi o primeiro romance publicado pela *Impressão Régia*, em 1810; *Paulo e Virgínia*, de Bernadin de Saint-Pierre saiu em 1811. cf. Rubens Borba de Moraes; Ana Maria Camargo, *Bibliografia da Impressão Régia...*, op. cit., p.43 e p.86.

Tabela 2 - Relação dos livros, que se venderão pr. Portaria de 7 de Março do pres.te anno

	Vol.	Preço pr. que se venderão os ditos livros		Preço pr. que a Nação os comprou		Lucro
		Total	por vol.	Total	por vol.	
Direito Canônico						
Dir.to Cânon. de Van. Espen., 5 vol.	5	15\$000	3\$000	8\$000	1\$600	47%
Berard. Com aos Can. de Grac. 4 vol.	4	6\$000	1\$500	4\$000	1\$000	33%
Inst. Cânon. de Selvag., 2 vol.	2	1\$280	\$640	1\$000	\$500	22%
<i>Total</i>	<i>11</i>	<i>22\$280</i>	<i>2\$025</i>	<i>13\$000</i>	<i>1\$182</i>	<i>42%</i>
Direito Natural e Civil						
Puffendorf, De jure nat. et gent., 2 vol.	2	4\$000	2\$000	3\$200	1\$600	20%
Cartas de Clem. 14, 2 vol.	2	\$960	\$480	\$960	\$480	0%
<i>Total</i>	<i>4</i>	<i>4\$960</i>	<i>1\$240</i>	<i>4\$160</i>	<i>1\$040</i>	<i>16%</i>
Escritura Sagrada						
Hua Biblia D'Hamel, hua Conc.	n/d	3\$200	n/d	3\$200	n/d	0%
Filosofia e Física						
Histor. N.al de Plínio, 6 vol.	6	4\$800	\$800	4\$000	\$667	17%
Fizica de Fanjaz	n/d	4\$000	n/d	3\$200	n/d	20%
<i>Total</i>	<i>n/d</i>	<i>8\$800</i>	<i>n/d</i>	<i>7\$200</i>	<i>n/d</i>	<i>18%</i>
Geografia						
Dicc. De Geograf. de Vosgien, 1 vol.		1\$000	1\$000	1\$000	1\$000	0%
Historia Universal e Particular						
Hum Dicción. histor. em 6 vol.	6	6\$000	1\$000	6\$000	1\$000	0%
Hum dito em 8 vol.	8	8\$000	1\$000	6\$000	\$750	25%
Outro dito em 9 vol	9	9\$000	1\$000	6\$400	\$711	29%
Outro dito em 9 vol.	9	10\$000	1\$111	8\$000	\$889	20%
A vida de Clem. 14., 1 vol.		\$480	\$480	\$480	\$480	0%
Deduc. chronol. e anal. 1 vol.		1\$280	1\$280	1\$000	1\$000	22%
Prov. Da dita, 1 vol.		1\$000	1\$000	\$800	\$800	20%
Hist. Univ., 120 vol.	120	80\$000	\$667	51\$200	\$427	36%
Hist. das Variac. pr. Bossuet, 5 vol.	5	3\$200	\$640	2\$560	\$512	20%
Hist. Eccles. de Fleury, trunc.	n/d	16\$000	n/d	9\$600	n/d	40%
Vida de Theod. Grande, 1 vol.		1\$040	1\$040	\$800	\$800	23%
Chronica de D. Mel., trunc.	n/d	1\$000	n/d	\$960	n/d	4%
Hist. dos judeos, 5 vol.	5	3\$200	\$640	3\$200	\$640	0%
Vida de D. Fr. Barthol. dos Márt.s, 2 vol.	2	1\$600	\$800	\$800	\$400	50%
Outra Hist. dos Judeos, 5 vol.	5	1\$280	\$256	1\$280	\$256	0%
<i>Total</i>	<i>n/d</i>	<i>143\$080</i>	<i>n/d</i>	<i>99\$080</i>	<i>n/d</i>	<i>31%</i>
Liturgia						
Dicc.Apostol. de Montargon, 14 vol.	14	12\$800	\$914	12\$800	\$914	0%
Miscelânea						
Os três séc. da Lit. Francesa, 4 vol.	4	4\$800	1\$200	4\$800	1\$200	0%
Pedro da Marca, de Comcord. Sacerd., etc. 1 vol.		2\$560	2\$560	2\$000	2\$000	22%
Est. da Univ. de Coimbra. 4 vol.	4	3\$200	\$800	3\$200	\$800	0%
Curso de estudos pr. Condillac., 16 vol.	16	9\$600	\$600	8\$000	\$500	17%

Homilias de Cochin, 4 vol.	4	3\$200	\$800	2\$500	\$625	22%
Meth. de est. de Rolin, 4 vol.	4	2\$560	\$640	2\$560	\$640	0%
<i>Total</i>	33	25\$920	\$785	23\$060	\$699	11%
Sermonários						
Serm.s de Bourdaloue, 16 vol.	16	10\$240	\$640	8\$000	\$500	22%
D.os de Mapillon, 13 vol.	13	10\$000	\$769	7\$200	\$554	28%
<i>Total</i>	29	20\$240	\$698	15\$200	\$524	25%
Teologia Mística						
Vida dos St.o pr. Baillet, 10 vol.	10	12\$800	1\$280	12\$800	1\$280	0%
Imitação de Christo, 1 vol.		1\$600	1\$600	\$800	\$800	50%
<i>Total</i>	11	14\$400	1\$309	13\$600	1\$236	6%
Teologia Natural Dogmática e Moral						
Confer. d'Agers. 24 vol.	24	12\$800	\$533	6\$400	\$267	50%
Theol. Moral de Cuniliati. 2 vol.	2	1\$600	\$800	1\$280	\$640	20%
<i>Total</i>	26	14\$400	\$554	7\$680	\$295	47%
Total	308	271\$080		199\$980		26%

"N.B. Estes Livros se mandarão vender pr. q' pela reunião da Livraria do Convento de S. Francisco com a do fallecido Bispo Diocesano comprada pela Fazenda Nacional vierão a ficar alguns Tratados duplicados, e p.r isso devendo ficar hum exemplar na Bibliotheca, o producto dos q. se mandarão vender seria applicado para a compra de outras obras modernas, q. ali não havião". *Apud.* Myriam Ellis, "Documentos sobre a primeira livraria oficial de São Paulo", *op.cit.*, pp.446-447.

I.3 – A CONFORMAÇÃO DO ACERVO

“Por esta simples enumeração se manifesta que a bibliotheca, formada sem gosto e sem escolha, com as livrarias dos frades franciscanos, do bispo da Ilha da Madeira, D. Luiz Rodrigues Vilhares, do bispo de S. Paulo, D. Matheus de Abreu Pereira, continúa, apesar da aquisição posterior de algumas obras, a permanecer no mesmo estado de pobreza”.

Antonio de Pádua Fleury. S. Paulo, 11 de Agosto de 1887.¹²²

D. Mateus de Abreu Pereira (1741-1824) nasceu em Funchal, na Ilha da Madeira. Licenciou-se em Direito Canônico, pela Universidade de Coimbra, sendo por fim indicado o quarto bispo da diocese de São Paulo, em 1794. Tomou posse da diocese em 1797.¹²³ Como nesta época a antiga sede episcopal, ou seminário – função que passou a exercer nos tempos do bispo d. frei Manuel da Ressurreição (1718 ca.-1789) – havia sido ocupado pela administração da capitania, ele fixou residência na rua do Carmo, nº 20, uma das poucas construções assobradadas que ostentava a urbe.¹²⁴ Já com a idade avançada, adquiriu uma chácara nos arredores da cidade, na Glória, onde se dedicou ao cultivo do bicho da seda e conservou sua biblioteca,¹²⁵ a qual era amiúde freqüentada por estudantes e seminaristas.

¹²² *Catálogo da Biblioteca para o anno de 1887*, s.n.t.

¹²³ O negociante inglês John Mawe (1764-1829), cuja viagem pelo interior do Brasil se estendeu por um período de quatro anos, de 1807 a 1811, registra as seguintes notas sobre d. Mateus de Abreu Pereira: “o Bispo é um prelado mui digno e se as ordens inferiores de sua diocese lhe seguissem os passos, cultivando as ciências e difundindo conhecimentos úteis, conseguiriam impor maior respeito aos seus prosélitos, e, dessa maneira defenderiam melhor os interesses da religião que professam”. Ao que conclui em tom não muito amigável: “Padres tão ignorantes dificilmente deixarão de provocar desprezo”. John Mawe, *Viagens no interior do Brasi*, *op. cit.*, p.64.

¹²⁴ Com efeito, “a propriedade com imposto mais alto era o sobrado da rua do Carmo, do espólio de Maria Xavier de Matos, alugada para o bispo diocesano por 102\$400, portanto, recolhendo 9\$216 [...]”. Maria Lucília de Araújo Viveiros, *Os caminhos da riqueza...*, *op. cit.*, p.93.

¹²⁵ Em sua biblioteca se encontram vários tratados e manuais sobre o uso dos recursos da natureza, segundo as diretrizes do pensamento fisiocrático. Dentre os títulos encontrados, destacamos um interessante exemplar intitulado *Dissertações filosófico-políticas sobre o trato das sedas*, pelo Pe. José Antônio de Sá, 1 vol., in-8º, um *Dicionário Universal de Agricultura, etc. etc.*, pelo Ab. Rozier, trad. em hespanhol por D. J. A. Guerra, brochura, in-4º, 1 vol. O autor se tornara célebre pela edição do seu *Cours de l’agriculture* (9 vol., 1781-1793). Do conjunto, assinalamos, ainda, as *Cartas de hum cultivador americano*, por M. Sto. John, 3 vol., in-8º.

Sua livraria totalizava 1.059 volumes e foi arrematada “pela quantia de hum conto quatrocentos e trinta mil cento e quarenta reis”.¹²⁶

Sobre o acervo, escrevem os viajantes Spix e Martius:

“a única biblioteca da cidade, além da que existe no convento dos Carmelitas” – eles desconsideram nesta passagem a livraria dos beneditinos e a dos franciscanos – “é a do venerando bispo, que, embora muito idoso, ainda conserva grande interesse pelos assuntos científicos, e, com vivo entusiasmo, mostrou-nos ele próprio os seus livros. **Ela contém bom número de obras históricas, canônicas, velhos clássicos, e é um importante meio de instrução para os jovens seminaristas,** que fazem durante alguns anos estudos teológicos no seminário, até receberem as ordens (...)”.¹²⁷

O inventário dos livros pertencentes à biblioteca prelatícia confirma as impressões dos viajantes, pelo menos no que tange ao volume “de obras históricas, canônicas e dos velhos clássicos”. Spix e Martius não observam – ou, pelo menos, não consideram relevante – o fato de a livraria apresentar um maior número de obras não religiosas, ou laicas, o que poderia causar certo estranhamento, por se tratar de uma coleção religiosa.

Era uma livraria muito volumosa, de um religioso que se fixou em São Paulo na altura de seus cinquenta anos. Para se ter uma idéia da dimensão deste acervo, comparemo-los com outros, de contemporâneos seus. Estimou-se em 83 volumes a biblioteca de Gonzaga, 84 a do tenente-coronel Francisco de Paula, 60 a de Resende da Costa e pouco mais de 400 a de Cláudio Manuel da Costa. Dentre os inconfidentes, o acervo mais significativo, em termos numéricos e no seu conteúdo, foi a do cônego Luís Vieira da Silva, que perfazia mais ou menos 800 volumes.¹²⁸ E já que estamos a comparar o tamanho das bibliotecas que remontam ao último quartel do Setecentos, observemos que as coleções de Mirabeau e de Montesquieu (1689-1755) perfaziam 2.852 e 3.241

¹²⁶ Myriam Ellis, “Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo”, *op. cit.*, p.391.

¹²⁷ Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil*. 1817-1820. Trad. de Lúcia Farquim Lahmeyer, revisado por Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães que a anotou. 2ª. edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d.p., vol. 1, p.147. [grifos meus]

¹²⁸ Segundo Carlos Rizzini, a biblioteca somava 600 volumes. Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)*. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988, p.266.

volumes, respectivamente.¹²⁹ Muito diferente da biblioteca de outro erudito europeu, a de Emmanuel Kant, que chamou a atenção dos estudiosos por seus tímidos 400 volumes.¹³⁰ Em que se desconte as idiossincrasias do pensador alemão, há de se levar em conta que os ilustrados franceses tinham a seu favor um mercado editorial em condições de desenvolvimento muito mais favoráveis do que o alemão.¹³¹ O que se confirma por um único exemplo: a trajetória do comércio da *Encyclopédie*, à qual nos referimos anteriormente.

É bem provável que a livraria de d. Mateus tenha sido beneficiada pelo espólio do bispo d. frei Manuel da Ressurreição, que o antecedeu na diocese de São Paulo. Este prelado expressara a vontade de que seus livros fossem conservados na mitra. Como não demorou o prédio do seminário a ser ocupado pela administração pública, após seu falecimento, pode ser que o novo bispo, d. Mateus, tenha guardado consigo os livros de seu antecessor. Esta hipótese é sustentada por Rubens Borba de Moraes. Sabemos o quanto é difícil manter alguma certeza sobre o destino dos livros naqueles tempos incertos, em que eles se viam expostos a toda sorte de pragas e tantos outros fatores do acaso. Neste caso em particular, as dúvidas são ainda mais atrozes, uma vez que a soma dos livros não confere. Afinal, caso a biblioteca de d. frei Manuel da Ressurreição fosse

¹²⁹ cf. Koichi Yamazaki, “La bibliothèque d’un érudit toulousain du XVIIIe. siècle, l’abbé Magi”. *Annales du midi. Revue de la France méridionale. Livre et culture (XVIIIe. – XIXe.)*, 217, 1997, p.35.

¹³⁰ “Era aquele quarto onde mantinha sua pequena biblioteca coleção de livros, algo em tomo de quatrocentos e cinquenta volumes, principalmente exemplares que lhe haviam sido dedicados pelos autores. Pode parecer estranho que Kant, que lia tanto, não tivesse uma biblioteca maior; mas para ele uma biblioteca não era tão necessária quanto para a maioria dos estudiosos, visto que na juventude fora bibliotecário da Biblioteca Real de Castelo; e desde então, graças à generosidade de Hartknoch, seu editor (...) tivera condições de ler todos os livros novos à medida que iam sendo publicados”. Thomas de Quincey, *Os últimos dias de Emmanuel Kant*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, pp.45-46.

¹³¹ Sobre o desenvolvimento do mercado livreiro alemão, cf. Frédéric Barbier, *L’empire du livre : le livre et la construction de l’Allemagne contemporaine : 1815-1914*. Paris : Les Editions du Cerf, 1995.

inteiramente conservada por d. Mateus, este teria um acervo muito maior, considerando que ele mesmo tivesse adquirido alguns volumes por sua própria conta.¹³²

Não nos parece estranha a idéia de que d. Mateus tenha sido um desses consumidores inveterados de livros d'além-mar. Era homem de “méritos literários”, que realizara diversas viagens para a Europa, como escreve o viajante Gustavo Beyer.¹³³ Do ambiente intelectual coimbrão certamente herdara o interesse pela literatura francesa. Dos autores modernos: Malebranche (1638-1715), *Indagações da verdade*, 4 vol.,¹³⁴ in-4, Racine (1639-1699), *Poema religioso*, La Bruyère (1645-1696), *Os caracteres de Theophrasto* e Molière (1622-1673), *Obras*, 2 volumes, in-8º.¹³⁵ E La Rochefoucauld (1613-1680). A propósito da ascendência deste autor sobre a juventude acadêmica de Coimbra e de outros tantos livros, muitos deles censurados, conta Carlos Razzini que “Mariano da Fonseca, futuro marquês de Maricá, envolvido no processo dos jacobinos fluminenses”, e que no início do século contava seus vinte anos, trouxe de Coimbra – “na bagagem e por força” – os

¹³² D. frei Manuel da Ressurreição deixara à cúria, em 1789, 1.548 volumes. Ora, a biblioteca inventariada do espólio de d. Mateus perfazia 1.059 volumes. cf. Monsenhor Camargo, *A igreja na história de São Paulo*, op. cit., v.4, pp.402-411.

¹³³ Assim escreve sobre a população de São Paulo: “a população da cidade e seus subúrbios é calculada em mais ou menos 15.000 pessoas, incluindo o clero e militares. Os primeiros são de princípios liberais e o bispo, seu chefe, **é um homem de méritos que fez várias viagens à Europa e muito tem contribuído para a tolerância e o esclarecimento que se notam nesta capitania**”. Gustavo Beyer, *Viagem a São Paulo no verão de 1813*. Tradução de Alberto Loeffgren. Prefácio e notas de Odilon Nogueira de Matos. 2ª. edição. Campinas: Puccamp, 1992. [grifos meus].

¹³⁴ A ausência das obras de Descartes pode ser compensada pela de seu discípulo Nicolas de Malebranche. A obra citada teve grande repercussão na época e foi muito criticada por Bossuet, com quem o autor manteve longa polêmica.

¹³⁵ Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1976, p.144. Ao que se somam outros autores em voga na época da Independência: de Milton, *O Paraíso Perdido* e *A Christiada*, “para servir de continuação do *Paraíso Perdido*”; de Fénelon, *Educação das moças* [e não as *Aventuras de Telêmaco*], *Fábulas* de La Fontaine; *Obras* de Crébillon. Observa Márcia Abreu em seu estudo sobre os meios de circulação dos livros no Rio de Janeiro, do último quartel do setecentismo até a extinção da Mesa do Desembargo do Paço, em 1826, que os pedidos de livros, por mais diversificados que fossem, apresentavam amiúde esta mesma plêiade de autores. Tratava-se, portanto, de leituras correntes entre as classes cultas. Muitas delas em traduções portuguesas, a exemplo de Fénelon, Milton e Voltaire. Ver as listas dos dez mais pedidos em diferentes períodos e por meio de fontes diversas que a autora apresenta. cf. Márcia Abreu, *Os caminhos dos livros...*, op. cit.

livros proibidos. “Nos seus 97 volumes, uma [obra] havia destinado a influir-lhe poderosamente na maturidade: as *Máximas* de La Rochefoucauld”.¹³⁶

Do Século das Luzes, identificamos no inventário – com algumas faltas, sendo as obras de Diderot (1713-1784) e de Rousseau (1712-1778) as mais marcantes – toda a plêiade que habitou as bibliotecas e as mentes daquela geração que viveu nos estertores do regime colonial. É o que se observa nos autos de seqüestro dos livros de insurretos, não só os de Minas, mas de outras partes do Brasil. Na biblioteca de d. Mateus figuram obras dos seguintes autores: D’Alembert,¹³⁷ Condillac,¹³⁸ Mably,¹³⁹ Montesquieu,¹⁴⁰ Lesage¹⁴¹ e Voltaire (1694-1778).¹⁴² Deste último, destacamos uma edição do *Teatro* (2 volumes, *in-8º*), as *Mémoires de Candide*, “sobre a liberdade de imprensa”, como aparece anotado (1 volume, *in-4º*) e um exemplar da *Henriada*, não sabemos se uma edição vertida para o português (1 volume, *in-4º*).

Para se ter uma idéia da mudança de comportamento verificada em relação aos livros, após a transferência da Corte, observemos a seguinte nota publicada no *Correio Brasiliense*, em 1813, na qual Hipólito da Costa elogia, não sem certa ironia, a tradução da *Henriada*, de Voltaire, pela Impressão Régia: “entrava no número dos livros que se não podiam ler sem correr o risco de passar por atheo, pelo menos por jacobino”.¹⁴³

¹³⁶ Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia...*, *op. cit.*, p.267.

¹³⁷ D’Alembert, *Indagações sobre os diferentes pontos importantes do systema mundo*, 3 vol., *in-8º*. No lugar das obras filosóficas, dominantes no acervo franciscano, o bispo parece dar preferência às obras de Física (em particular de Astronomia) e Botânica. Na mesma seção, encontram-se os *Ensaíos de Filosofia*, de Locke; *Indagações da verdade*, por Malebranche; *Épocas da natureza*, pelo conde Buffon.

¹³⁸ Condillac, *Obras*, 23 volumes, *in-8º*.

¹³⁹ De Mably, *Os direitos do cidadão*, 1 vol., *in-8º*. Este exemplar foi confiscado na biblioteca do marquês de Maricá, juntamente com um exemplar da *Histoire philosophique et politique des établissements e du commerce des européens et des deus Indes*, de Raynal e *Émile*, de Rousseau. *cf.* Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, *op. cit.*, p.32.

¹⁴⁰ De Montesquieu, *O espírito das leis*, 4 vol., *in-8º*.

¹⁴¹ *Le diable boiateux*, de Le Sage, constava na lista de proibidos pelo Desembargo do Paço, mas foi publicado, no Rio, em 1810. *cf.* Rubens Borba de Moraes [1979], *op. cit.*, p.57.

¹⁴² Ao lado destas obras, encontramos, na seção de Direito Civil, *Sciencia e Legislação*, por Filangieri, *Interesses das nações da Europa*, autor desconhecido e *Indagações sobre os Estados Unidos*, por hum cidadão da Virgínia (3 vol., *in-8º*).

¹⁴³ Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes, *Bibliografia da Impressão Régia*, *op. cit.*, p.102. Antes, esta obra fora traduzida no Porto, em 1796.

Dos autores clássicos da Antigüidade, que tanto animaram a imaginação de nossos poetas árcades, a livraria de d. Mateus apresentava um verdadeiro panteão:¹⁴⁴ Horácio, Justino, Lucano, Lucrécio, Catullo, Fedro, Plauto, Terêncio, Plínio, Cícero (todos os escritos, anotados por Lallande), Ovídio (traduzido do francês por M.L. de M.), Metastásio, Virgílio (*Georgicas*, traduzidas em francês por Dellille e outras obras traduzidas e anotadas por Reno), Homero (vários jogos de *Iliada* e *Odisséia* e uma edição em francês traduzida por Rochefort), Píndaro, Luciano, Tasso (*Jerusalém Libertada*), Demóstenes (traduzido por Taylord).

Retórica e poética não faziam volume na biblioteca do prelado. Há títulos curiosos, como uma *Rethorica francesa para uso das senhoras*, 1 volume, in-8º, de autoria não identificada. Dos antigos, temos as *Obras* de Isócrates e de Lísias, publicadas por Auger; uma *Bibliotheca dos Rethoricos*, por Jay, *Descrições oratórias*, por Ganduncio, e a *Historia da Predica*, por Joly. Eram estas, em poucas linhas, as obras representativas neste domínio.

A participação em termos percentuais dos livros de Geografia pode causar falso julgamento sobre o interesse reservado a este domínio. Afinal, ela não se restringe às coleções de dicionários, manuais e tratados sobre o conhecimento do globo, seus contornos e meridianos, passando pelas coleções de mapas, sem contar as reflexões sobre a Geografia. Aos títulos desta natureza, somavam-se os relatos de viagem, nos quais se encontram informações geográficas, mas também históricas e o que podemos hoje entender por etnográficas. São obras que apareceram em volume significativo na coleção do bispo, por exemplo: os *Mappas das viagens de Cook*, ao lado das muitas outras narrativas publicadas deste aventureiro; as *Viagens* de Bankes; *A descoberta das Índias ocidentais*, por Las

¹⁴⁴ “Eu confesso, escreve Montesquieu, meu gosto pelos antigos; esta Antigüidade me encanta, e estou sempre pronto a dizer, como Plínio: ‘Se é para Atenas que você se dirige; respeite os deuses’”. *apud.* Albert Cim, *Le livre*. Paris : Ernest Flammarion, 1923, p.254. Este interesse pelos antigos se verifica igualmente entre os poetas árcades. A este respeito, lembra Rubens Borba de Moraes: “Anacreonte, Catulo e Ovídio eram proibidos, mas nada impedia que os árcades traduzissem e publicassem versos desses clássicos”. Rubens Borba de Moraes *Livros e bibliotecas no Brasil colonial, op. cit.*, p.57.

Cazas; *Viagens a Sibéria*, por M. Keralis; *Viagens de Richard Pockocke (sic) ao oriente, no Egypto etc., traduz. por uma sociedade de sábios.*

As obras históricas figuram em maior número na coleção. Dentre os 88 títulos, pouco mais de um quarto representam os de história eclesiástica. As obras não religiosas formam um conjunto muito heterogêneo, que transita dos estudos antigos às questões mais prementes do tempo. No que concerne à Antigüidade, na livraria de d. Mateus destacam-se as narrativas de época, tais como a *História Romana*, de Tito Livio, traduzida em francês por Guerin (10 vol., in-8º) e dois exemplares de Heródoto, um em grego (7 volumes, in-8º) e outro em francês, traduzido por Larcher.

O interesse pelas cousas do Brasil parece ter se restringido a questões políticas contemporâneas, como um *Manifesto do procedimento da Corte do Brazil a respeito do Governo das prov. as unidas do Rio da Prata*, broch. (1 vol., in-8º).¹⁴⁵ Nem mesmo a obra de Alphonse Beauchamps, publicada em Paris, em 1815, que “teve sucesso entre portugueses e brasileiros”, embora não passasse de “um mau plágio do primeiro volume do inglês [Robert Southey]”, escreve Rubens Borba de Moraes.¹⁴⁶ O conhecimento do mundo, de suas gentes e de seus costumes, antes verificado por meio dos manuais geográficos, revela-se agora na profusão de histórias particulares de países. Além de variegada obra

¹⁴⁵ Talvez por se situarem no Novo Mundo e, por isso, sofrerem a atração pela Europa, mas também por outros domínios onde portugueses e espanhóis constituíram uma civilização nos séculos XVI e XVII, o amplo interesse por povos e culturas distintas constitui um traço característico de ilustrados brasileiros, como pode ser observado na livraria do cônego Luís Vieira. O interesse por outras culturas não se verifica na coleção de um erudito francês contemporâneo, Jean-Pierre Magi (1721-1801), cujas curiosidades, segundo observa um estudioso de sua biblioteca, “não ultrapassavam a Mancha e o Reno, que constituíam os limites de seu espaço cultural”. Koichi Yamazaki, « La bibliothèque d’un érudit... », *op. cit.*, p.46. E tampouco na de outro sábio, Jean-Jacques Dorous Marain (1680-1771), secretário da Academia Real de Ciências, membro da Academia Francesa e da Academia provincial de Béziers, se bem que um pouco mais velho do que os proprietários de bibliotecas que temos investigado; sua biblioteca, composta de aproximadamente 3.000 volumes, demonstra notável displicência pelas obras históricas e, de modo geral, por edições que não fossem francesas. *cf.* Daniel Roche, *Les républicains des lettres*, *op. cit.*, pp.47-83.

¹⁴⁶ “É digno de nota o fato que a *History of Brazil* de Robert Southey, impressa em três volumes entre 1810 e 1819, só ter sido traduzida (e pessimamente, com cortes injustificáveis) em 1862 [...] É verdade que a História de Southey contém mais de 950 páginas in-4º ... Acresce que os portugueses e brasileiros daquele tempo liam com facilidade o francês, mas poucos liam o inglês”. Rubens Borba de Moraes *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, *op. cit.*, pp.117-118.

sobre Portugal e Espanha, há ainda estudos sobre a Dinamarca, Irlanda, Paraguai, Rússia, Holanda e América.¹⁴⁷

Dois únicos títulos ajustavam a livraria prelatícia à história francesa contemporânea: *O estado da França no fim do anno 8º* (1 vol., in-4º) e uma *História de Bonaparte* (4 vol., in-8º), ambos de autoria não identificada. No mais, era por meio da literatura e de seus pensadores que a França se fazia representar na biblioteca.¹⁴⁸ Por outro lado, a história inglesa ocupava lugar de prestígio: uma *Hist. de Inglaterra*, traduz. do original, de J. Barrow;¹⁴⁹ um exemplar da *Histor. de Inglaterra*, por Hume;¹⁵⁰ outro da *Histor. das revoluções de Inglaterra*, pelo Pe. d'Orleans; a *Historia do Parlamento de Inglaterra*, pelo Abade Raynal; os *Elem.tos de hist. de Inglaterra*, pelo Abade Millot;¹⁵¹ as *Riquezas de Inglaterra*, de autoria não identificada; e a *Histor. do poder naval de Inglaterra*, pelo Barão de Sta. Cruz.¹⁵² Sobre a América, assunto que levava à perdição o cônego Luís Vieira,¹⁵³ uma *Defeza das indagações Filos. sobre os Americanos*, pr. M. de P. e *Memória sobre a América*, pr. Ulloa.

¹⁴⁷ Doravante veremos que muitos destes livros de História eram ainda utilizados para a confecção de compêndios pelos professores das escolas públicas, devido à falta de manuais editados.

¹⁴⁸ As obras históricas pertencentes ao acervo de d. Mateus, coincidem, em certa medida, com os livros inventariados no catálogo da biblioteca pública da Bahia. Todavia, esta parece mais atualizada nos que diz respeito à história contemporânea francesa, da qual se destacam alguns outros títulos afins: Du Port du Tertre, *Histoire des conjurations, conspirations et révolutions célèbres tant anciennes que modernes*. Paris, 1754-1760; *Tableau historique de la Révolution de France, depuis son commencement en 1792 jusqu'à la fin de 1794*. Paris, 1908. *apud*. Maria Beatriz Nizza da Silva, "A livraria pública da Bahia em 1818: obras de História". *Revista de História*, São Paulo, vol. 43, nº 87, 1971, p.234-237.

¹⁴⁹ O historiador inglês John Barrow escreveu também o *Abrégé chronologique, ou Histoire des découvertes faites par les européens dans les différentes parties du monde...traduit de l'anglais par M. Targe*. Paris, 1766. *idem, ibidem*, p.233.

¹⁵⁰ De David Hume (1711-1776), *History of England from the invasion of Julius Caesar to the ascension of the accession of Henri VII*. London, 1762. *ibidem*, p.235.

¹⁵¹ Do Abade Claude François Millot, *Éléments de l'histoire de France depuis Clovis jusqu'à Louis XV*. Paris, 1755. *ibidem*, p.235.

¹⁵² Constam no *Catálogo de livros defesos neste Reino, desde o dia da criação da criação da Real Mesa Censória até ao presente. para servir no expediente da Caça de Revisão* (1768-1814), os seguintes autores: Gibbon, Robertson e Raynal. Além destes, pensadores como Hume, Beccaria, Filangieri, Biefeld, Bentham, Hobbes, Helvetius, Locke, Thomas Paine (cuja obra *Os direitos do cidadão* aparece em tradução francesa, assim como vários outros títulos). *cf.* Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial, op. cit.*, pp.56-57.

¹⁵³ Assim escreve Eduardo Frieiro: "o próprio cônego não ocultou que lera a história do levantamento da América Inglesa (e não fora o único a lê-la), nem negou que a ela hovesse feito referências, o que bem se compreendia, disse ele, em pessoas aplicadas ao estudo da história. Foi

Difícil formar um julgamento dos efeitos da literatura setecentista sobre o pensamento político de d. Mateus. Era um liberal? O ambiente político que freqüentava era francamente liberal. Aliás, estava o liberalismo por todas as partes, revestido de diferentes formas, das revolucionárias às mais conservadoras, ou simplesmente reformistas, como o demonstra Carlos Guilherme Mota.¹⁵⁴ Sabemos que durante pouco mais de um quarto de século o bispo conciliou os ofícios religiosos com importantes funções públicas. Incentivou as tradicionais festas que reuniam a sociedade planaltina e manteve vivo o empenho de seu antecessor no sentido de fomentar a instrução de clérigos e leigos nos domínios da Diocese. Quando se instaurou o governo provisório (de 23 de junho de 1821 a 24 de agosto de 1822) chefiado pelo general João Carlos Augusto Oyenhausen (?-1838), d. Mateus teve participação mais estreita nas questões administrativas e foi grande entusiasta da campanha de Independência, por ocasião da chegada de d. Pedro na cidade.¹⁵⁵

Antes de tudo, era um legalista. Após o 7 de setembro, d. Mateus participou do triunvirato que passou a representar a administração provincial. Além do bispo, que por estes tempos contava seus 80 anos, foram nomeados José Correia Pacheco e Silva e Marechal Candido Xavier de Almeida e Souza. Esta foi sua última participação na vida pública e a primeira medida tomada no governo foi a de conceder anistia aos sediciosos da “Bernarda” de Francisco Inácio.

Outro episódio reforça o caráter legalista do bispo. Em 1817, a revolução pernambucana provocara muitas inquietações na acanhada São Paulo. Segundo Jacinto Ribeiro, o governador-general

“fez correr em São Paulo um bando protestando contra ela e proibindo comunicação e correspondência, ficando incurso no crime de lesa majestade toda e qualquer pessoa

essa entretanto uma das causas de sua perdição”. Eduardo Frieiro, *O diabo na livraria...*, *op. cit.*, pp.39-40.

¹⁵⁴ Carlos Guilherme Mota, *Idéia de revolução no Brasil*, *op. cit.*

¹⁵⁵ cf. Eugênio Egas, *Galeria dos presidentes...*, *op. cit.*, t. 1, p.29.

que tiver ou procure ter relação com gente de Pernambuco, e como tal será punido pronta e sumariamente”.¹⁵⁶

A reação de d. Mateus a estes acontecimentos foi sintomática: no 1º de julho de 1817, promoveu na catedral de São Paulo solene Te Deum pela restauração da ordem em Pernambuco.

Em matéria de religião os livros correspondem a 29,5% do acervo. Havia na coleção do bispo edições valiosas e de grande interesse no seu tempo. Sabemos que a difusão de edições críticas dos textos sagrados constitui um atributo da cultura moderna, consoante ao espírito da Reforma e da Contra-Reforma. Daí a possibilidade de preservar diferentes versões da Escritura, para as quais interessavam não apenas o registro documental, mas uma série de outros elementos de distinção do livro, o que se observa tanto na livraria prelatícia, quanto no acervo dos franciscanos. Não causa perplexidade, portanto, o fato de um inventário, por mais incompleto que se nos afigure, trazer informações sobre o formato dos volumes, além de seus respectivos organizadores, tradutores ou comentadores.

Merecem atenção as diferentes versões das Escrituras Sagradas. A *Bíblia* de Sacy, mas também o *Thesouro Bíblico*, por Merz, o *Novo Testamento*, conforme ao Exemplar do Vaticano, *Dito em grego e latim*, pr. Leusden, *Apparato Bíblico*, por Lamy, o *Antigo e Novo Testamento*, por Calmet (*in folio*, 11 volumes), as *Confissões de Santo Agostinho*, sendo um exemplar em italiano (*in-8º*) e outro em francês (*in-12º*), o *Novo Testam. ilustrado pelo Thalmud, e antig. des dos Judeos*, por Gerhard. As *Obras de S. Cypriano* aparecem reunidas em um volume *in-folio*. Não existe na livraria do bispo a *Bíblia* de Antônio Figueiredo, obra geralmente encontrada “nas bibliotecas de padres, doutores e homens ricos”, como assinala monsenhor Castanho de Almeida,¹⁵⁷ mas ela está presente no inventário do acervo franciscano.

¹⁵⁶ Jacinto Ribeiro, *Cronologia paulista*, t. 1, pp.513-514. *apud.* Monsenhor Camargo, *A igreja na história de São Paulo*, *op. cit.*, vol.5, p.131.

¹⁵⁷ Monsenhor Castanho de Almeida observa que na então capitania “o livro por excelência, a Bíblia não era lida textualmente pela maioria dos cristãos. Tem a seu favor o fato de que também

Os livros de devoção – breviários, missais, tratados e explicações dos sacramentos ocupavam pequeno espaço no acervo. Há um jogo incompleto dos *Sermões* de Bossuet (dos 17 volumes *in-8º*, faltam 9), e os *Discursos synodales*, de Massillon. Observamos igual economia nos livros de teologia mística. Três títulos, apenas. Dentre eles, *A imitação de Cristo*, livro muito popular nos Setecentos, no Brasil e alhures.¹⁵⁸ Vendeu-se um exemplar semelhante em 1826, segundo consta na listagem de títulos em duplicata elaborada pelo Pe. José Antonio dos Reis.¹⁵⁹

Em Teologia natural, Dogmática e Moral encontramos os grandes autores da tradição teológica e moralista, seguidos dos tratadistas da Igreja. O jansenismo marcava presença em sua biblioteca,¹⁶⁰ sendo seus principais expoentes as *Obras* de Arnauld e de

outros livros menores eram pouco lidos. Mais da metade do povo, pois o sexo feminino em São Paulo sempre era mais numeroso, não sabia ler. Havia, por fim deste período, nalgumas bibliotecas de padres, doutores e homens ricos, a bela coleção de nove volumes encadernados em couro, da tradução do padre Antônio Figueiredo. Em 1938 encontramos uma destas coleções provenientes de uma família do vale do Paraíba”. Monsenhor Castanho de Almeida, “São Paulo: Formosa sem dote?”, *op. cit.*, pp.47-48. Outra edição bem conhecida na época era a *Bíblia* de Antonio Pereira, presente no acervo dos franciscanos e cujo exemplar encontramos no inventário de dona Genebra de Barros Leite, de 1838. Em 1866, o anúncio de uma nova edição aparece com destaque no Catálogo de *Livraria Garraux*: “*Bíblia Sagrada*, traduzida em português segundo a vulgata latina, ilustrada com prefações; por Antonio Pereira de Figueiredo, official que foi das cartas latinas de secretaria de estado e deputado da real mesa da comissão geral sobre o exame e censura dos livros, seguida de notas do Revd. Conego Delaunay, cura de Sait-Etienne du Mont, em Paris, de um dicionario explicativo dos nomes hebraicos, chaldaicos, syriacos e gregos, e de um dicionario geographico e historico, e aprovada por mandamento de S. Ex. Revma. O arcebispo da Bahia; edição illustrada com gravuras sobre aço, abertas por Ed. Williann, Horacio Vernet, Murillo, Vanloo, etc. 2 bellos vol. ricamente encadernados em Paris....30\$000”. Garraux, Lailhacar et Cie, *Catálogo...1866*, p.28.

¹⁵⁸ Este título aparece com frequência nas bibliotecas francesas do Antigo Regime, como observa Roger Chartier [2004], *Livros e leituras...*, *op. cit.*, várias páginas.

¹⁵⁹ *cf.* Tabela 2 - *Relação dos livros, que se venderão pr. Portaria de 7 de Março do pres.te anno.*

¹⁶⁰ A influência jansenista se faz naturalmente presente na biblioteca de d. Mateus e na do convento. Essa doutrina criada por Jansênio (1585-1638), teólogo holandês e bispo de Ypres, que advogava a graça, a predestinação e a capacidade moral do homem, expandiu-se notavelmente no Século das Luzes, após o declínio da Companhia de Jesus. Na França, a abadia de Port-Royal – onde houve a adesão de várias correntes espirituais a esta forma de rigorismo ético – foi a principal propagadora do jansenismo. Em Portugal, clérigos e bacharéis que orbitavam no universo ideológico de Coimbra tornaram-se seus difusores na comunidade lusófona. Mas era efetivamente por meio dos autores franceses que as doutrinas de Jansênio circularam no mundo ibérico, daí o efeito paradigmático de edições como as que encontramos no inventário: a *Sainte Bible* de Saci [sic], 32 volumes e as de Nicole [sic], *Toutes les oeuvres*, 28 volumes [as obras reunidas somavam 30 volumes]. *cf.* Fernando Taveira da Fonseca, “A teologia na Universidade de Coimbra”, *in: História da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, t. II, pp.781-816.

Nicolle. E, de acordo com o espírito de afirmação dos princípios romanos, estão as *Provas da religião contra os espinozistas e deístas*, de M. L. F., continuado por M. François. De Regnier, *Certeza dos princípios da Religião*, de Bailly, *Tratado da Vera Religião e Teoria dogmática e moral*. Dois títulos de Bossuet, o *Catecismo da Diocese de Meaux* e a *Defesa da tradição dos santos padres* confirmam a ascendência deste orador francês sobre a cultura religiosa ocidental. Do padre Nonotte, que se tornou conhecido na época por escrever *Os erros de Voltaire*, existe, além desta obra, um exemplar de seu *Dicionário filosófico da religião*.

Na seção de Direito Canônico foram arrolados 20 títulos. Dois sobre os concílios, sendo um particularmente dedicado ao *Concílio de Trento*, por Le Plat (1 vol., in-4º). Os livros restantes se distribuem em tratados e comentários atinentes às instituições eclesiásticas, seus dogmas e seus princípios. D. Mateus não parecia muito interessado nos doutores de Coimbra, pois não consta nenhum exemplar destes, contrariando a tendência apresentada na livraria do convento.

No conjunto, a parte destinada às obras religiosas era muito acanhada, sobretudo quando a comparamos com o acervo dos franciscanos.

A livraria conventual

3.196 volumes, eis em termos precisos a soma dos livros tomados ao convento franciscano. A biblioteca dos frades, maior e melhor provida de obras religiosas, teve seu acervo acrescido com o espólio de d. Luís Rodrigues Vilares, o bispo de Funchal.¹⁶¹

No final do século XVIII, os franciscanos desempenharam papel atípico na área educacional, porquanto tenham se dedicado à instrução de religiosos e à de leigos, tal era a falta de mestres régios na então capitania de São Paulo.¹⁶² Diante dessa realidade, os

¹⁶¹ Formou-se em Direito Canônico, em Coimbra. Era natural de São Paulo, filho do sargento-mór Lopo dos Santos Serra e dona Inácia Maria Rodrigues, filha do capitão-mór Luís Rodrigues Vilares, fundador de Camapuam, em Mato Grosso. Tinha relações amistosas com d. frei Manuel da Ressurreição, que o nomeou cabido de São Paulo, função que não exerceu, devido à sua eleição para a diocese na Ilha da Madeira. cf. Monsenhor Camargo, *A igreja na história de São Paulo, op. cit.*, v. 5, pp.172-173.

¹⁶² Diante desta conjuntura desfavorável, Marcellino Pereira Cleto – funcionário da administração portuguesa – sugere algumas mudanças nos rumos da instrução pública. Conclui o autor em sua

frades chegaram até mesmo a organizar, a pedido do governo local, um curso de aritmética e geometria destinado aos militares, embora o projeto não tenha sido levado a termo pela falta de candidatos.¹⁶³ “Frei José do Amor Divino Mariano”, escreve monsenhor Castanho, “deu aula pública de geometria no convento franciscano de São Paulo, a pedido do morgado [de Mateus]”.¹⁶⁴ No fim do século, após as reformas pelas quais passou o convento, os frades passaram a ter aulas de artes, filosofia e teologia. Todo esse movimento em favor da instrução certamente concorreu para o fomento da livreria conventual.

Com efeito, o acervo era bem provido de obras filosóficas, mas não muito nas áreas de Matemática e de Física, entre as quais a ausência de Descartes provoca certo estranhamento.¹⁶⁵ Entre os manuais de Filosofia, observamos: um *Curso filosófico*, por Suarez (1 vol., *in-folio*), o mesmo por Mastrio e Belluto (2 jogos, 6 vol., *in-folio*), outro exemplar homônimo de Coimbra, pelo Pe. Anto. Cord.a, (2 jogos, 2 vol., *in-folio*), e um último por Melgaço (2 vol., *in-folio*); uma *Filosofia de Aristóteles*, ilustrada por João Baptista (1 vol., *in-folio*), um *Compêndio da Filosofia de Bacon*, por Coutinho (5 vol., *in-4º*), um *Curso filosófico*, de F. Pedro de Santa Catarina, a *Lógica e Metafísica*, de Genuense (6 vol., *in-8º*), referência constante no compêndio filosófico de Monte Alverne, já anteriormente.¹⁶⁶ A

“Dissertação a respeito da Capitania de S. Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la”, que talvez fosse necessário redistribuir: “os estudos na cidade de S. Paulo, e na vila de Santos pelas três ordens, S. Bento, S. Francisco e Carmelitas Calçados, pois todas possuíam conventos nas duas localidades. Assim, escreve, ‘com as mesmas despesas haverá professores de Filosofia, Retórica, Gramática, ler e escrever em ambas as terras e com dobrada utilidade’”. *apud*. Péricles da Silva Pinheiro, *Manifestações literárias em São Paulo na época colonial*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1961, pp.122-123.

¹⁶³ Maria Beatriz Nizza da Silva, *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981, p.105.

¹⁶⁴ Monsenhor Castanho de Almeida, “São Paulo: Formosa sem dote?”, *op. cit.*, p.46.

¹⁶⁵ O que é, de fato, notável, sobretudo quando seguimos a risca o espírito das aulas ali ministradas, segundo discurso inaugural do frei Francisco de Montalverne, em 1813. Numa referência a Aristóteles e Platão, afirma: “todas essas confusões que eles haviam estabelecido e não serviam mais que alimentar este furor com que os homens disputavam sobre objetos sagrados e deram nascimento à escolástica, que tudo tem alterado nas coisas divinas e tudo tem retardado nas ciências humanas [...] Descartes apareceu, e a revolução necessária chegou”. *idem, ibidem*, p.52.

¹⁶⁶ Até meados dos Oitocentos, escreve Cruz Costa, era esta a Filosofia ensinada do Brasil. Toda ela marcada por um forte ecletismo, traço que marcou a geração que sucedeu à dos revolucionários de 1789. Assim o foi a França burguesa de Luís Felipe e no meio intelectual – constitucionalista e liberal – brasileiro. *cf.* João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*.

preponderância de obras desta natureza confirma a tradição dos estudos filosóficos no convento. Era a Filosofia uma disciplina regular, ministrada em três anos, sendo “o primeiro de lógica, o segundo de ética, no terceiro de física, isto é, geometria elementar, história natural, a física experimental, sem nunca se demorar – dizem os estatutos – em averiguar as causas primordiais das cousas”.¹⁶⁷

Particularmente no que diz respeito às obras de devoção, o acervo dos franciscanos tinha grande vantagem sobre a livraria de d. Mateus. Em “Sermonários”, foram arrolados 174 títulos, o equivalente a 513 volumes. Em “Teologia Mística”, cujas obras somam 96 títulos e 138 volumes, encontram-se manuais atinentes à prática católica, à afirmação das crenças, aos mistérios da igreja, além de tratados de conduta e moral, e obras de santos, todas de frei Jerônimo de São Benedito e de São Francisco. Curioso observar que nestas duas seções a maior parte dos livros se apresenta em grandes formatos. No geral *in-folio* e *in-4º*, como o eram os vários jogos dos sermões do Pe. Antonio Vieira, dentre outros muitos oradores da Igreja, cujas obras fazem figura na biblioteca conventual. Em meio a tantas obras do gênero, os franciscanos não pareciam afeitos à conservação dos velhos livrinhos de uso dos devotos, como os “livrinhos de Santa Bárbara”, citados por monsenhor Castanho de Almeida.¹⁶⁸

Foram compulsados 155 títulos (342 volumes) em Direito Canônico. Ali estão representadas obras de doutores portugueses, como frei Luiz de Miranda, “todas as obras” de Antonio Diana, as *Instituições de Direito Eclesiástico*, de Carlos Sebastião Berardo, 3 jogos do *Enchiridio judicial da Ordem dos menores*, por frei Manuel da Conceição; constituições dos bispados de Funchal, Lisboa, Elvas, Coimbra, Porto, Évora; além de muitos tratados, bulas, regras etc. Em linhas gerais, estas obras se referiam mais às questões particulares da Igreja, sobretudo as das instituições portuguesas, do que aos

O desenvolvimento da Filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, pp. 85-88.

¹⁶⁷ Monsenhor Castanho de Almeida, “São Paulo: Formosa sem dote?”, *op. cit.*, p.52.

¹⁶⁸ *idem, ibidem*, p.47.

debates tão acalorados naqueles tempos em torno da fé e da razão. Estes livros eram também encontrados nas estantes de d. Mateus.

Eram numerosas as coleções de dicionários e de bibliotecas portáteis de que dispunha o acervo dos franciscanos. Sublinhamos a edição de uma *História Universal*, por huma Sociedade de Literatos;¹⁶⁹ o *Diccionario universal*, por huma Sociedade de Sábios (13 vol., in-8°); a *Enciclopédia metódica etc.*, por huma Sociedade de Litteratos (190 vol., in-folho), sobre a qual já nos referimos; a *Bibliotheca do homem público*, de Condorcet (obra truncada, 12 vol., in-8°), dentre várias outras edições do gênero.

A coleção histórica dos franciscanos em muitos aspectos contrasta com a do bispo. Nesta, as obras religiosas são em maior número, assim como o são os livros sobre a história de Portugal. Há algumas curiosidades, como uma *História das revoluções de Portugal*, de Vertot (1 vol., in-12); a interessante coleção de um panfletário da revolução, intitulada *História das revoluções de Paris*, por Prudhome (17 vol., in-8°)¹⁷⁰ e o *Testamento político*, de Colbert (1 vol., in-8°). Da França, chamamos a atenção para as obras de Mably, *Direito público da Europa* e *A legislação, ou princípios das leis*; um exemplar de *As reflexões sobre os Estados Unidos e a França*, por Harper (broch., 1 vol., in-8°). São estes poucos e significativos livros que ajustavam a livreria conventual às grandes questões do tempo.

¹⁶⁹ Vendeu-se uma coleção semelhante, em 120 vols., em 1826. cf. Tabela 2 - *Relação dos livros, que se venderão pr. Portaria de 7 de Março do pres.te anno.*

¹⁷⁰ Louis-Marie Prudhome (1752-1830). Publicou, entre 1787 e 1789 um número incalculável de panfletos revolucionários. Em 12 de julho de 1789, criou o hebdomadário *Révolutions de Paris*, que durou até 24 de fevereiro de 1794, quando se tornou um realista. Tomou-se livreiro-editor em Paris, tendo publicado significativa bibliografia sobre os acontecimentos políticos que marcaram sua época e outros apontamentos históricos e biográficos gerais. *Larousse XX e.s.*, tome 5, p.824.

Tabela 3 - Inventário da Biblioteca Pública da cidade de São Paulo – 1826

Tabela 3: Inventário da Biblioteca Pública da Cidade de São Paulo – 1826

Bispo d. Mateus de Azevedo

Convento de S. Francisco

Domínios temáticas	Bispo d. Mateus de Azevedo					Convento de S. Francisco										Item						
	Títulos		Volumes			Títulos					Volumes											
	Folio	4°	8°	12°	Total	Folio	4°	8°	12°	Total	altam	Folio	4°	8°	12°	Total	Folio	4°	8°	12°	Total	
Escrip. Sagrada, e Stos Padres	2	4	7	2	15	12	6	42	9	69	1	39	4	12	0	55	126	12	65	0	203	3
Liturgia	3	2	7	0	12	7	4	28	0	39	0	7	13	5	1	26	9	25	8	1	43	2
Theologia N.al, Dogmatica e Moral	6	5	47	0	58	10	48	194	0	252	0	71	25	27	10	133	159	82	93	13	347	14
Direito Canonico	0	9	11	0	20	0	34	27	0	61	0	85	39	29	2	155	204	76	59	3	342	0
Direito N.al e Civil	1	8	16	0	25	5	19	50	0	74	0	51	19	20	4	94	122	49	41	7	219	1
Theologia Mystica	0	0	2	1	3	0	0	13	1	14	0	31	52	10	3	96	53	69	12	4	138	2
Sermonarios	0	0	12	0	12	0	0	65	0	65	10	40	101	30	3	174	87	269	154	3	513	23
Filosofia, Mathemat., História n.al e Fisica	0	6	53	0	59	0	9	181	0	190	16	18	14	23	0	55	35	48	82	0	165	7
Rhetorica e Poetica	0	0	6	0	6	0	0	9	0	9	0	0	6	5	1	12	0	8	5	2	15	0
Geografia	2	2	6	0	10	2	2	22	0	26	1	2	1	2	0	5	2	1	14	0	17	0
Diccionarios, e Art. das Ling.	2	0	4	0	6	3	0	4	0	7	0	8	3	0	0	11	30	3	0	0	33	0
Hist. Un.al e particular	2	12	73	1	88	13	113	401	1	528	2	97	42	41	3	183	206	139	363	15	723	8
Miscellanea	1	8	73	11	93	1	18	221	39	279	5	13	22	59	12	106	215	56	149	18	438	3
TOTAL	19	56	317	15	407	53	253	1257	50	1613	462	341	263	39	1105	1248	837	1045	66	3196		

Fonte: Elaborado a partir do inventário publicado por Mynam Ellis, "Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo", op. cit., pp.408-447.

A síntese possível

O levantamento é parcial. E não poderia ser diferente. São muitos os caminhos que aproximam os conteúdos destas duas bibliotecas que, por fim, fundem-se em uma só instituição. A leitura do inventário de livros nos torna sensíveis às escolhas, interesses, paixões e refutações daqueles que organizaram e conservaram as livrarias que deram origem ao acervo público. Certo, estas bibliotecas, cujo escrutínio privilegiou as grandes linhas de pensamento que marcaram o século XVIII e, em certa medida, deixaram marcas na produção intelectual das gerações vindouras, são produtos de estados d'alma. Mas não são igualmente produtos sociais, de conhecimentos partilhados em conjunturas determinadas?¹⁷¹

Prova disto, são as inúmeras possibilidades de comparação destes acervos com outros, de tempos e espaços distintos, conforme procedimento adotado para a elaboração deste capítulo. Afinal, o que poderia aproximar o bispo diocesano de São Paulo, ao cônego inconfidente das Minas? Como relacionar a livraria de um bispo, ainda que doutor por Coimbra, mas que passou boa parte de sua vida encerrado na longínqua e provinciana

¹⁷¹ "Os livros das bibliotecas antigas falam da grande aventura social das idéias". Daniel Roche, *Les républicains des lettres...*, op. cit., p.63.

São Paulo, com a de um erudito francês, igualmente provinciano, que nos últimos anos de sua vida observara os movimentos revolucionários que mudariam os rumos de sua nação? Estamos persuadidos de que somente os livros e, com eles, suas idéias, são capazes de aproximar personagens e mundos tão distintos.¹⁷²

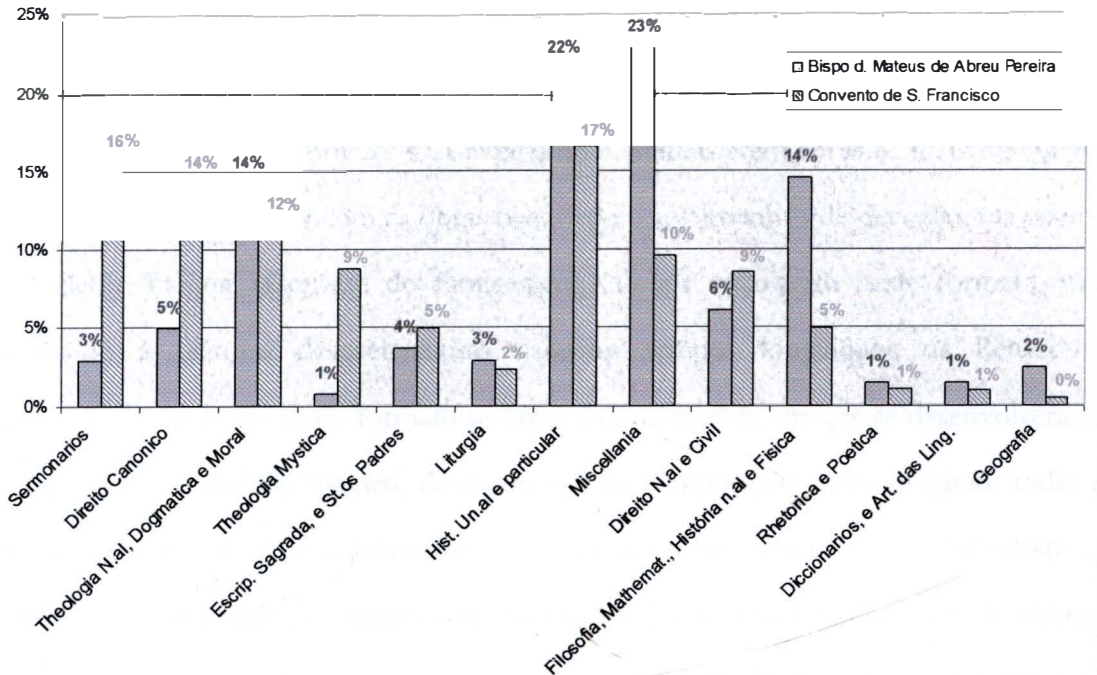
Porém, não são menos numerosas as vias que distanciam estas livrarias. Notemos que embora circunscritas num mesmo espaço geográfico, e tendo em comum suas origens religiosas, quando justapostas, as bibliotecas do convento e do bispo apresentam traços muito distintos. Conforme assinalamos, a falta de livros religiosos em uma, era automaticamente compensada noutra. Assim a profusão de um saber laico e científico, denunciadores das virtudes – ou vícios? – ilustrados da livraria prelatícia, era compensada pelo espírito por vezes exageradamente castiço do acervo conventual.

A preponderância de livros de História, Geografia e obras científicas, sobretudo de Botânica e Física, sendo manifesto o menor peso atribuído aos livros de Jurisprudência e Teologia, observada na biblioteca do bispo, testemunha seu caráter ilustrado, de tal sorte que podemos aproximá-la às coleções de eruditos da época, sempre afinadas com as questões do tempo.¹⁷³

¹⁷² No que concerne às obras religiosas, nascidas no espírito da Reforma e da Contra-Reforma, observamos que um ministro protestante francês, cujo acervo se tornou célebre no meio intelectual do Antigo Regime, reuniu as mais curiosas edições da Bíblia, seja pela sua materialidade, ou pelas notas que contém, aos diferentes dicionários, aos comentadores da Escritura, que se destacaram por seu grau de excelência. David Ancillon (1617-1692) se referia a estes livros como os “pilares de uma grande biblioteca”. cf. Albert Cim, *Le livre, op. cit.*, p.146.

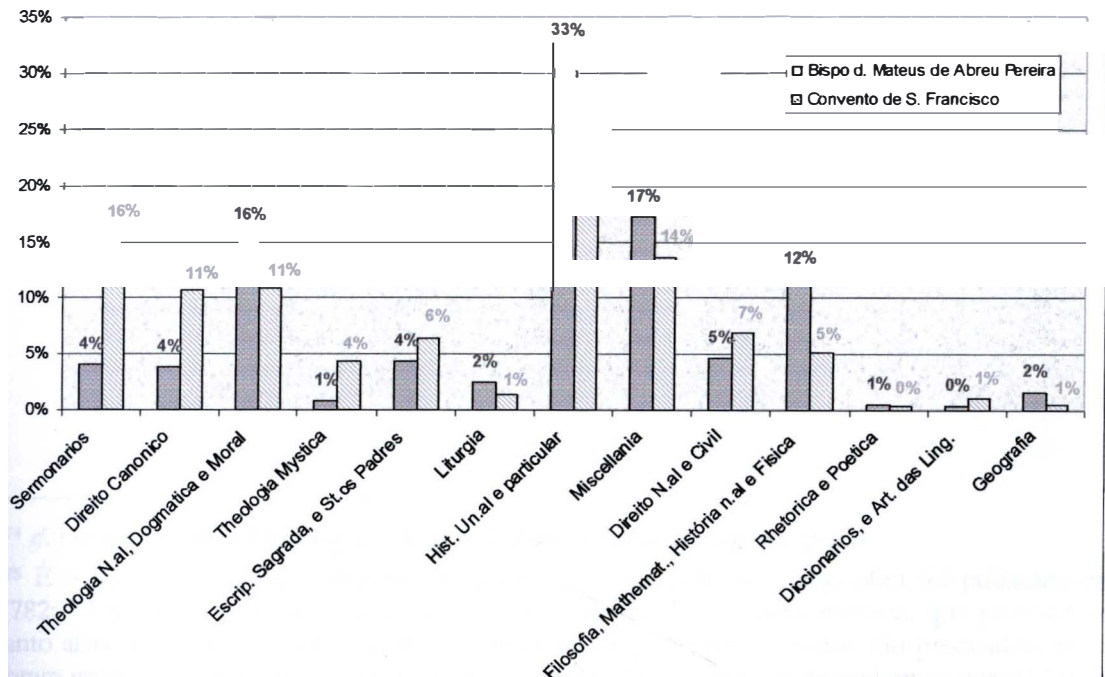
¹⁷³ Em duas áreas esta livraria se aproxima do acervo do conde da Barca, cujo inventário foi elaborado em 1818, sendo computados 2.418 livros. O acervo foi avaliado em 15:599\$900 rs. Lembremos que as bibliotecas das quais nos ocupamos foram avaliadas a um conto de réis cada! Nesta livraria, a maior parte das obras são em francês, sendo patente o interesse do proprietário por História, Geografia e Belas-Letras, de modo que as outras seções, Jurisprudência, Teologia e Ciências, apenas aludiam às curiosidades do erudito, segundo interpretação de Maria Beatriz Nizza da Silva, “Transmissão, conservação e difusão da cultura no Rio de Janeiro (1808-1821)” – Parte II, *Revista de História*, vol.51, n.102, 1975, pp.568-580.

Gráfico 2 - Porcentagem de títulos por domínios temáticos



Fonte: Elaborado a partir do inventário publicado por Myriam Ellis, "Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo", *op. cit.*, pp.408-447.

Gráfico 3 - Porcentagem de volumes por domínios temáticos



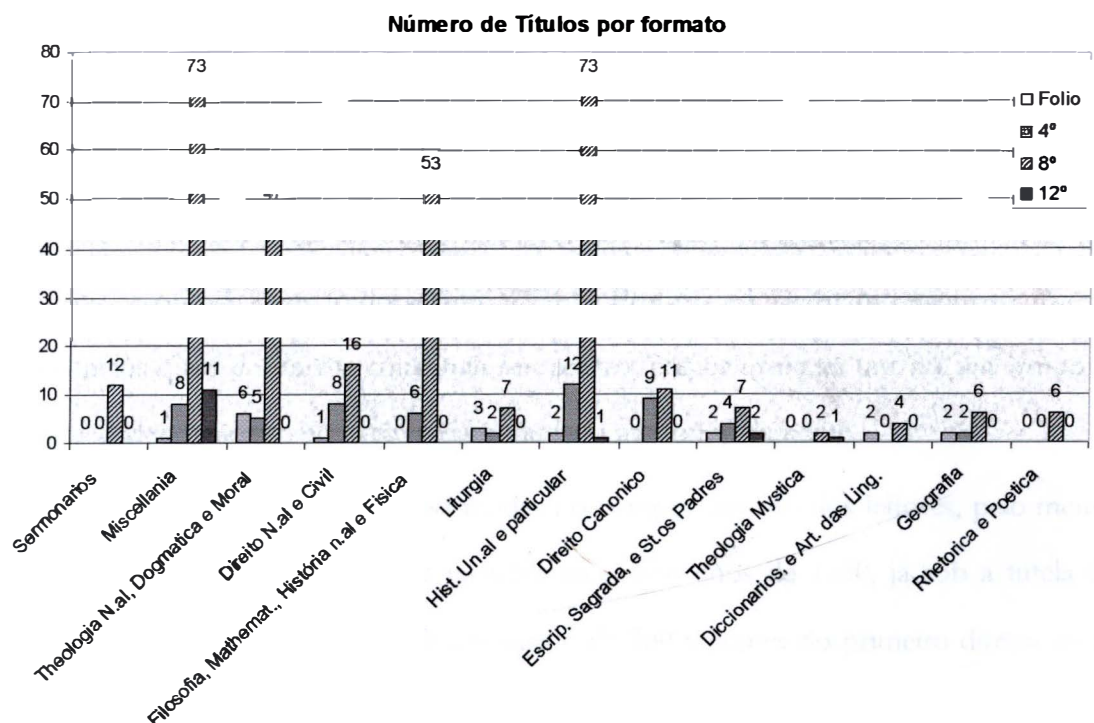
Fonte: Elaborado a partir do inventário publicado por Myriam Ellis, "Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo", *op. cit.*, pp.408-447.

As bibliotecas divergem igualmente no tocante às características físicas dos livros. Enquanto se avolumam os ultrapassados grandes formatos (*in-folio* e *in-4°*) na livraria dos franciscanos, a do bispo apresenta uma composição muito mais ao gosto do tempo. A maioria dos volumes encontrados na livraria de d. Mateus eram em *in-8°*, formato que nos seus primórdios se reservaram às obras beletristas e aos livrinhos de devoção. Os poemas da célebre Rainha Margot e do famigerado Rabelais circularam neste formato, mais adequado às leituras despretensiosas naqueles tempos longínquos da Renascença francesa.¹⁷⁴ Mas o uso deste formato se expandiu, na medida em que se desenvolveram a produção e o comércio livreiro, de modo que as composições *in-8°* atingiram todas as áreas do conhecimento e se tornaram muito populares nos Setecentos. Ao lado destes, já despontavam no mercado livrinhos menores, *in-12*, como os de orações e de algumas bibliotecas portáteis. Um cronista francês sugere que através dos pequenos formatos a “filosofia, passava a ocupar, como o sábio, o menor espaço do mundo”, tendo este formato servido para ludibriar os censores, pois era mais fácil de escondê-lo.¹⁷⁵ A natureza variada dos livros em pequeno formato pode ser observada na livraria prelatícia e, em algumas ocorrências isoladas, no acervo conventual.

¹⁷⁴ cf. Lucien Febvre e Henry-Jean Martin, *O aparecimento do livro*, *op. cit.*, p.154.

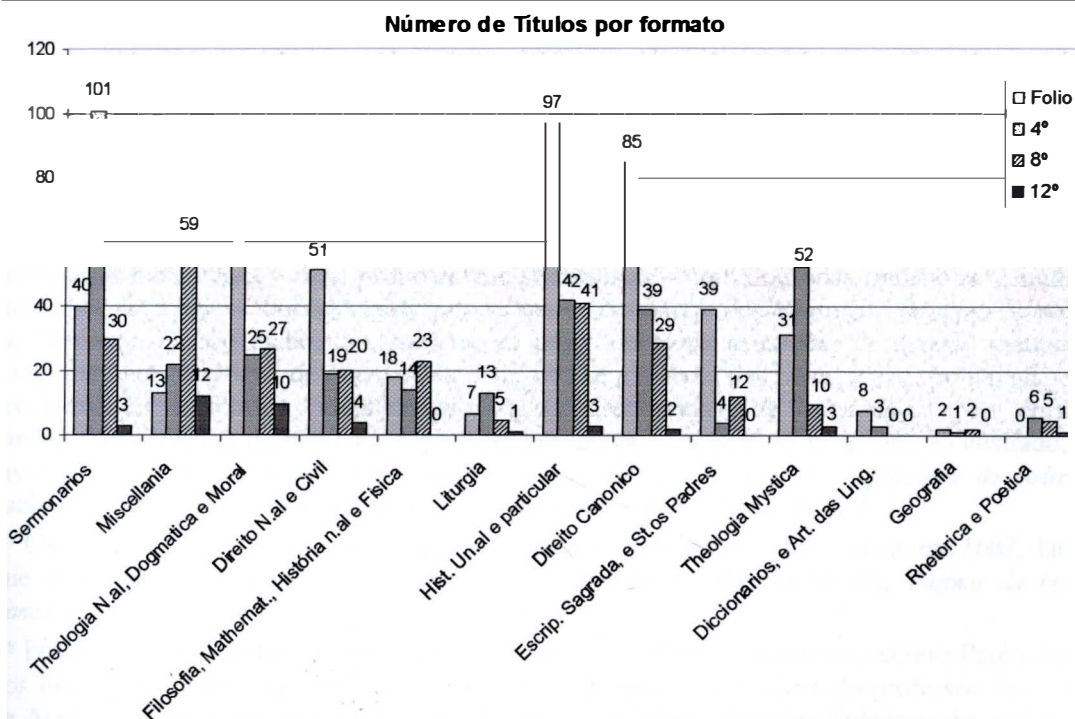
¹⁷⁵ É o que observa Louis-Sébastien Mercier, um cronista francês, cuja obra foi publicada em 1782: “A mania dos pequenos formatos sucedeu aquela das margens imensas, que provocaram tanto alarido há quinze anos... A moda mudou: só os pequenos formatos são procurados; assim foram impressos nossos belos poetas. Estes livrinhos têm a vantagem de podermos guardá-los no bolso, de podermos fazer uso deles nos momentos de descanso, durante os passeios, e deles nos servir durante as viagens... Não poderíamos com eles ludibriar a inquisição literária, tão ardente e tão inquieta, que se opõe à introdução dos mais estimados livros filosóficos, ao reduzi-los aos pequenos formatos (...)? O pensamento, através deste novo recurso, se aproximaria, por assim dizer, da invisibilidade... a estupidez se manifestaria pela sua grosseria”. *apud.* Koichi Yamazaki, “La bibliothèque d’un érudit...”, *op. cit.*, p.48.

Gráfico 4 - Livraria de d. Mateus de Abreu Pereira



Fonte: Elaborado a partir do inventário publicado por Myriam Ellis, "Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo", op. cit., pp.408-447.

Gráfico 5 - Livraria do Convento de S. Francisco



Fonte: Elaborado a partir do inventário publicado por Myriam Ellis, "Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo", op. cit., pp.408-447.

Havia excessos de influências lusitanas – digamos, coimbrãs – na biblioteca dos frades e exacerbado culto à ilustração francesa noutra?¹⁷⁶ A hipótese não parece de todo descabida. Afinal, a livraria de d. Mateus se formara com algum atraso em relação à do convento e, por isso mesmo, com algumas vantagens. A dos franciscanos fora herdada do bispo de Funchal e mais as obras advindas dos frades fundadores do convento, que remonta à segunda metade do século XVII.¹⁷⁷ Embora não existam registros sobre os meios pelos quais d. Mateus constituiu seu acervo, parece evidente que no seu tempo as possibilidades de acesso ao livro haviam mudado muito rapidamente.

Assim como muito depressa mudava o comportamento dos leitores, pelo menos daqueles mais afeitos às consultas na biblioteca. Nos anos de 1830, já sob a tutela da Faculdade, somar-se-iam à biblioteca o legado de 700 volumes do primeiro diretor desta instituição, o tenente-coronel José Arouche de Toledo Rendon (1756-1834),¹⁷⁸ e outros 295 livros do desembargador Manoel da Cunha de Azevedo Coutinho Souza Chichorro, lente da Academia.¹⁷⁹

¹⁷⁶ Idéia que o monsenhor Castanho de Almeida acolheria, sob o argumento de que a ilustração portuguesa não negou a religião. Assim escreve: “O corifeu do Iluminismo português foi o padre João Batista Verney, encarregado por d. João V de ‘iluminar’ a nação com seus escritos”. Monsenhor Luís Castanho de Almeida, “São Paulo: Formosa sem dote?”, *op. cit.*, p.51. Nos anos de 1830, a questão volta à tona, quando do aparecimento do primeiro compêndio de Direito Natural escrito por um lente da Faculdade: “curiosa síntese entre uma ontologia e uma gnosiologia materialista – mais propriamente sensualistas – com doutrinas tradicionais, fundadas em ortodoxia religiosa. Sublinham os autores que se ocuparam desse primeiro lampejo filosófico, na Academia de São Paulo, que Brotero, ao preço de evitar acusações de heresia, manteve o comportamento ambíguo de quem aceita e reconhece a marcha das novas idéias, porém não ousa proclamá-las, preferindo conciliações vagas, desprovidas de coerência. No entanto, simultaneamente, sua doutrina jus-naturalista procurava se afastar do racionalismo ilustrado, em favor de soluções de forte inspiração teológica”. Sérgio Adorno, *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 97.

¹⁷⁷ Os cursos de Filosofia e de Teologia ministrados no Convento, tiveram início em 1687, data de que se dispõe do primeiro documento a este respeito. *cf.* Basílio Röwer, *Páginas da história franciscana*, *op. cit.*, p.114.

¹⁷⁸ Foi diretor da Faculdade no período de 1828 a 1833. Sobre sua demissão, escreve Paulo Pereira dos Reis: “cinco anos mais tarde, doente e aborrecido com a hostilidade do professor José Maria de Avelar Brotero e as impertinências do dr. Balthasar Lisboa, Arouche Toledo pediu e obteve a demissão do cargo de diretor, em 19 de agosto de 1833”. Paulo Pereira dos Reis, “Introdução”. *In:* José Arouche de Toledo Rendon. *Obras*. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p.X.

¹⁷⁹ Apresentação ao *Catálogo da Biblioteca para o ano de 1887*, assinada por Antonio de Pádua Fleury, [S. Paulo, 11 de Agosto de 1887], s.n.t.

No curso do século, uma das fontes de captação de livros e periódicos para a biblioteca consistiu em doações e permutas, particularmente com a biblioteca do Recife. Devemos notar nesta prática de permuta um fato incomum: o contato mantido entre as duas academias, em eixos tão equidistantes, aumentava o raio de difusão dos impressos no território nacional, no momento em que as ligações mais usuais se restringiam ao circuito Rio de Janeiro-S. Paulo. Além disso, notamos que a instituição se encontrava freqüentemente às voltas com problemas orçamentários, questão que o governo republicano parece não ter resolvido com a prontidão esperada.¹⁸⁰

Por ocasião do sexagésimo aniversário da Faculdade, a comunidade acadêmica voltou sua atenção para a biblioteca. No ano de 1887, saiu seu primeiro inventário impresso. O prefácio não é nada simpático ao estado em que ela se encontrava, chegando mesmo a maldizer suas origens, como se os livros ali existentes não passassem de um grande “imbróglio”, herdado de livrarias cujo interesse há muito se arrefecera.

É o que declara o diretor da instituição, dr. Antonio de Pádua Fleury:

“Por esta simples enumeração se manifesta que a bibliotheca, formada sem gosto e sem escolha, com as livrarias dos frades franciscanos, do bispo da Ilha da Madeira, D. Luiz Rodrigues Vilhares, do bispo de S. Paulo, D. Matheus de Abreu Pereira, e com os legados de 700 volumes pelo primeiro director o Tenente-Coronel Arouche, e de 295 pelo desembargador Manoel da Cunha de Azevedo Coutinho Souza Chichorro, e com outras doações de menos importância, continúa, apesar da aquisição posterior de algumas obras, a permanecer no mesmo estado de pobreza em que se achava em 1881, quando o director de então, conselheiro Vicente Pires da Mota, que por muito tempo tinha sido lente da Faculdade, assim se exprimia a seu respeito:

¹⁸⁰ Em 1895, o bibliotecário Joaquim Mendonça Filho se mostra incorformado com o estado em que se encontra a Biblioteca: “Infelizmente sou obrigado a manifestar-me hoje pela mesma forma porque me tenho expressado desde que o governo da República entendeu collocar-me a frente de uma das mais importantes repartições. A Bibliotheca, conforme o mappa que vae junto, não adquirio uma só obra por ser exígua a verba destinada á aquisição de obras, e pelos embaraços que sempre encontra o bibliothecario tendo-se limitado a assignaturas de Revistas e Jornaes. O número de doadores também não foi avultado, e nem com elles deve contar uma repartição de tal ordem. A reencadernação de obras em avultado número é uma das necessidades mais urgentes, pois será um crime deixar que as traças consummão verdadeiras preciosidades que possui a Bibliotheca; para isso, porém é preciso que mais [?] de ação do Bibliothecário”. “Relatório Anual”, assinado por Joaquim Mendonça Filho. MAFD, Livro 18, folha 17.

‘A bibliotheca é pobríssima de obras raras, e não pode ministrar auxílio para se acompanhar o progresso e desenvolvimento que diariamente apresentam as sciencias jurídicas: carece dos autores mais notaveis, e nem sequer possui algumas das inumeras revistas, que se publicam no estrangeiro.’

Na realidade, é digno de se lamentar que, estando a bibliotheca em um edificio com vastas accomodações para salas de leitura, com entrada independente, de modo a poder ser visitada a qualquer hora, não se a enriqueça de obras novas e importantes, que a elevem ao nível do desenvolvimento actual das sciencias; melhorando-se-lhe ao mesmo tempo o serviço em vantagem para a Faculdade e para esta capital, que ainda não possui uma bibliotheca publica!

Sóbe de ponto o reparo, quando se considera que, pertencendo a mesma bibliotheca á uma Faculdade, onde se dá o ensino sobre as sciencias sociaes e jurídicas, a classe – Jurisprudencia – que para este estabelecimento devêra ser a mais rica, seja entretanto menos abundante que a de Historia e Geographia e a de Sciencias e Artes.”

[assinado: Antonio de Pádua Fleury. S. Paulo, 11 de Agosto de 1887].¹⁸¹

À vista do destino que tiveram os livros de tão vultosas livrarias, como estas cuja história acabamos de traçar, parece-nos forçoso admitir que o conhecimento resguardado por toda uma geração de cultores da Antigüidade, da Renascença e do Século das Luzes não subsistiu às mudanças do tempo.

Pouco a pouco, fato que comprovamos pela leitura das correspondências dos bibliotecários e pela declaração do diretor da Faculdade, no documento acima transcrito, o acervo se inclinava às necessidades do curso jurídico, de tal maneira que os volumes antigos, os quais remontavam às origens da instituição pública, encontravam-se abandonados à sorte.¹⁸² Paraphraseando um poeta, mudaram-se os tempos... e as vontades. Resta saber se os livros circulantes na cidade correspondiam às novas vontades expressas pela instituição.

¹⁸¹ *Catálogo impresso das obras adquiridas pela Faculdade de Direito*, 1887. São Paulo: Seckler, 1887.

¹⁸² A biblioteca conservou muitas raridades, atualmente catalogadas em verdadeiro monumento bibliográfico da coleção uspiana, mas é impossível não lamentar os volumes que se perderam. *cf. Bibliotheca Universitatis*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2000 [séculos XV-XVI]; 2002, 2 vol. [século XVII].

CAPÍTULO II – NO IMPÉRIO DAS LETRAS

“A raridade e dificuldade da instrução, a escassez de livros, o destaque dado bruscamente aos intelectuais (pela necessidade de recrutar entre eles funcionários, administradores, pregadores, oradores, professores, publicistas) deram-lhe um relêvo inesperado. Daí a sua tendência, pelo século a fora, de continuar ligados à funções de caráter público, não apenas como forma de remuneração, mas como critério de prestígio. Acrescentemos a êses fatores a tendência associativa que vinculava os intelectuais uns aos outros, das sociedades político-culturais, conferindo-lhes um timbre de exceção [...]

*Aí se encontram porventura as raízes da relativa jactância, reforçada a seguir pelo Romantismo que deu aos grupos intelectuais, no Brasil, exagerada noção da própria importância e valia”*¹⁸³

¹⁸³ Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira – momentos decisivos*, t. 2, pp.233-234.

II. 1 – PAISAGEM INTELECTUAL

“Sem uma philosophia, sem uma poesia nacional, como quereis uma nação?

A cópia livida do que vai pelo mais além poderá ser o sangue de uma nação?

O parasitismo científico poderá ser condição de vida para a intelligencia de um povo?”.

Álvares de Azevedo (1831-1852)¹⁸⁴

“A língua é a companheira do Império”. Com esta frase celebrava-se o aparecimento da *Gramática sobre a língua castelhana*, de Nebrija, em 1492. “Mais importante que a tão citada frase – escreve Angel Rama – foi a consciência que teve a cidade letrada de que definia a si mesma pelo manejo dessa língua minoritária (às vezes quase secreta), e que defendê-la e purificá-la era sua missão primeira, único recurso que a religava à metrópole, que sustentava seu poder”.¹⁸⁵ Ao dissertar sobre a preeminência da palavra escrita na América colonial, o que fazia dos letrados a classe mais “ambiciosa” e “leal” à metrópole, o autor desenvolve um sistema de interpretação bastante complexo, em que a cidade não tem apenas natureza urbanística, mas também ideológica. Um mar de correspondências, memórias, ofícios, escrituras notariais, enfim, toda uma produção escrita, com seus códigos e seus rituais próprios funcionou – e ainda funciona – como fator de distinção social.

¹⁸⁴ “Discurso de inauguração do Ensaio Philosophico, 9 de maio de 1850”. *apud.* Richard Morse, *Formação histórica de São Paulo*, *op. cit.*, p.127.

¹⁸⁵ Angel Rama, *A cidade das Letras*, *op. cit.*, p.60.

E tanto é verdade que, se avaliarmos o longo caminho que a América Latina percorreu para que a escrita atingisse as massas ou, ainda, para que houvesse um alargamento das instituições letradas no seio da sociedade – estamos a falar de escolas, bibliotecas, clubes de leituras, editoras – somos obrigados a reconhecer que este processo está longe de chegar ao fim.

Diante do deserto que domina a paisagem cultural das cidades coloniais, onde a existência de pequenos oásis afirma e dá fé à escrita como instrumento de poder, coube aos homens de letras manipular, cotejar e até mesmo subverter a ordem letrada.¹⁸⁶ Aos letrados era dado pensar os rumos da sociedade, manter viva a memória da cultura escrita, estabelecendo a ponte necessária entre as instituições do Novo e do Velho Mundo. Bem como a eles foi atribuída a função de zelar pelos meios de transmissão do conhecimento, na forma de instituições educacionais e científicas, que zelavam igualmente pelos meios próprios de manutenção da classe.

A eles também foi dado o direito, senão o dever – afinal, foram os censores também profissionais das letras, a serviço do Estado – de censurar e prescrever livros, sempre em nome do bem da sociedade. Durante o processo de Independência, sua função foi potencializada em escala infinita, pois além de todas as prerrogativas que só a eles eram conferidas, os homens de letras passaram a ter a difícil tarefa de organizar o aparelho administrativo e cultural da nação. Mas não quer isso dizer, como veremos mais adiante, que todos os projetos formulados pelos intelectuais coincidiram com os interesses das elites políticas.¹⁸⁷

Muita tinta se gastou sobre a configuração do intelectual e seu papel nas sociedades contemporâneas. A este respeito, os sociólogos deram sua palavra. E sobre esta temática os mais importantes pensadores contemporâneos se debruçaram.¹⁸⁸ A

¹⁸⁶ Para uma história da função intelectual no ocidente moderno, cf. Peter Burke, *Uma história social do conhecimento*. De Gutenberg a Diderot. São Paulo: Jorge Zahar, 2004.

¹⁸⁷ cf. Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

¹⁸⁸ Não vamos nos deter neste longo debate renovado no século XX após a publicação de Antonio Gramsci, *Intelectuais e organização da cultura*. [No Brasil, traduzido por Carlos Nelson

questão se torna ainda mais espinhosa quando assumimos que o intelectual não é uma categoria ou tipo sociológico, o que nos distancia do rigor científico que comporta o termo. Antes, ele representa uma função, cujas determinantes são de natureza histórica. Pois, como assinala Daniel Roche, em seu estudo sobre as repúblicas das letras na França do Antigo Regime, o intelectual propriamente “ainda não existe – ele aparecerá no alvorecer do século XX [...]”. Ao que conclui, “o Antigo Regime tem para este seguimento seu próprio vocabulário onde triunfa o termo *gens de lettres*, considerando que as Letras reúnem todas as atividades do espírito”.¹⁸⁹

E se existem componentes de longa-duração que atrelam a função intelectual às estruturas de poder, também houve momentos de ruptura, em que a pena assumiu poder senão subversivo, pelo menos, reformador.¹⁹⁰ Não foi outro o papel das elites intelectuais latino-americanas no processo de independência, como o demonstra Angel Rama no livro citado.¹⁹¹ Nesse aspecto, não podemos deixar de notar que o autor latino-americano parece se embrenhar pelos caminhos antes trilhados por Sérgio Buarque de Holanda, no

Couininho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968]. Uma síntese das vertentes contemporâneas aparece no “Prefácio” de Alfredo Bosi, ao livro de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira*. Pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 1977.

¹⁸⁹ Daniel Roche, *Les républicains de lettres*, *op. cit.*, p.219.

¹⁹⁰ O paradigma da subversão pela escrita se situa no movimento de idéias que culminou no processo revolucionário da França, em 1789. Escreve Daniel Mornet, talvez o maior entusiasta das idéias como motor da ação revolucionária que se deu na história de seu país: “Qualquer que tenha sido a difusão da incredulidade e da inquietude política, ela nos parece menos importante que uma evolução mais generalizante e mais segura da opinião pública. A França inteira se coloca a pensar. Em outras épocas, no século XVI, por exemplo, pode-se escrever algumas longas listas de obras penetradas pela incredulidade e por audácias políticas. Mas elas não interessam senão a uma elite restrita [...] Na segunda metade do século XVIII, ao contrário, é a França moderna que se organiza, vale dizer, há um povo que não se contenta apenas em viver, mas que quer aprender a refletir”. Daniel Mornet, *Les origines intellectuelles...*, *op. cit.*, p.473.

¹⁹¹ Contra uma forma de imperialismo sobre o uso da palavra escrita, o autor observa que no processo de independência foram muitas as tentativas de elaboração de uma gramática latino-americana. Todos fracassados. Curioso observar que, no Brasil, os intelectuais se voltaram para a organização de centros de formação superior – técnica e científica, em que pese o fato de as universidades e as tipografias terem chegado com grande atraso no país. Reações xenófobas à língua portuguesa foram conhecidas no fim do século, quando se chegou mesmo a organizar dicionários da língua brasileira. cf. Antonio Joaquim de Macedo Soares, *Dicionário brasileiro da Língua Portuguesa* – elucidário etimológico crítico – das palavras e frases que, originárias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dicionários da língua portuguesa, ou neles vêm com forma ou significação diferente (1875-1888). 2ª ed. Rio de Janeiro: INL, 1954.

ensaio *Raízes do Brasil*. Um e outro conferem à cidade um marco divisor na história intelectual latino-americana.¹⁹²

Há no caso brasileiro um certo descompasso em relação aos movimentos verificados alhures. Particularmente no Velho Mundo, onde as “repúblicas de *savants*” buscavam, já no século XVII, os caminhos de uma difícil autonomia.¹⁹³ E este descompasso se torna ainda mais acentuado quando avaliamos a carreira de intelectuais oriundos de centros menores, onde a organização urbana e a modernização dos meios de difusão do conhecimento vislumbram-se apenas como um ideal a ser atingido, quiçá, um projeto. Em São Paulo, a configuração da classe intelectual parece tão difícil quanto a determinação de seus espaços de ação. Afinal, onde as associações científicas, as sociedades literárias, os *clubs* ou gabinetes de leitura, as câmaras, as academias, as faculdades e as universidades, enfim, instituições que conferiam ao intelectual senão sua independência, pelo menos um foro de reflexão e de pesquisa com seus pares, no período compreendido entre a administração de d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o morgado de Mateus (1765 a 1775), o primeiro administrador a trazer alguma luz à cidade e a fundação da Academia de Direito, em 1827?

Talvez como reação ao ambiente um tanto monótono do planalto, o morgado de Mateus tenha fundado, em 1770, a Academia dos Felizes. Trata-se da primeira agremiação literária conhecida na capitania de São Paulo. Segundo Péricles da Silva Pinheiro ela teve “o privilégio de sacudir o marasmo da cidade e pela primeira vez interessar coletivamente numa prolongada reunião lítero dramática-musical todas as camadas ativas da população”.¹⁹⁴ Outro exemplar surgiu por iniciativa do governador-general Bernardo José

¹⁹² “Porque com o declínio do velho mundo rural e de seus representantes mais conspícuos essas novas elites, a aristocracia do ‘espírito’, estariam naturalmente indicadas para o lugar vago”. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p.122.

¹⁹³ Segundo Peter Burke, “de um ponto de vista comparativo, o que é notável é a ascensão, em muitas partes da Europa, em meados do século XVIII, de um grupo de homens de letras mais ou menos independentes, com idéias políticas próprias, concentrados em algumas cidades importantes, sobretudo Paris, Londres, Amsterdã e Berlim, e em contato regular entre si”. Peter Burke, *História do conhecimento...*, *op. cit.*, pp.34-35.

¹⁹⁴ Péricles da Silva Pinheiro, *Manifestações literárias...*, *op. cit.*, p.135.

Lorena, em 1791.¹⁹⁵ Ambas as associações, escreve o autor supracitado, constituíram “produto da elocubração ‘literária’ dos que nelas desempenharam papel decisivo, todos de circunstância”, não obstante, “elas revelam péssimo caráter e chata mediocridade, salvando-se apenas uma ou outra peça de sabor mais popular e até folclórico”.¹⁹⁶

Para se ter uma idéia da extensão do deserto planaltino, cumpre lembrar que, findo o ciclo das minas, não restara nada além de uma cidade desolada. Segundo Carlos Lemos,

“o período que antecedeu ao morgado de Mateus foi o mais triste período da história paulista [...] a partir do citado morgado, fidalgo empenhado em tirar do limbo seus apáticos súditos com a introdução de recursos, técnicas e instrumental do mundo civilizado, a vida paulista, aos poucos, vai alterando-se, e isso à medida que a estrada de Santos à capital se ia aperfeiçoando até que, em 1792, no governo de outro fidalgo, Bernardo José de Lorena, conde de Sarzedas, é inaugurado o caminho todo empedrado até hoje chamado calçada do Lorena”.¹⁹⁷

É significativo que no ano de 1768 d. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão tenha reclamado, em carta endereçada ao Marquês de Pombal, a escassez de “pessoas que escrevessem” ou “quem tivesse letra” para trabalhar na Secretaria do Governo. Propõe, desse modo, a contratação de “um mestre de meninos, [para a qual] redigira uns Estatutos que ele remetia ao ministro para a sua aprovação”.¹⁹⁸

Nas duas últimas décadas do Setecentos o açúcar deu vida nova aos setores produtivos e comerciais da capitania. O produto despontou no porto de Santos como o principal artigo de exportação, trazendo riqueza serra acima. Na capital e alhures algumas

¹⁹⁵ A administração de Bernardo José Lorena cobre o período de 1788-1797. Os poemas “recitados, em 1791, numa academia encomiástica a Bernardo José Lorena”, como escreve Antonio Soares Amora, no Prefácio ao volume em que se reuniram todos os *Poetas da Academia do Senado da Câmara de São Paulo*, edição de 1956, pelo Clube de Poesia de São Paulo. Ali estão reunidos quase todos os poemas de Toledo Rendon, o primeiro diretor da Faculdade de Direito.

¹⁹⁶ Péricles da Silva Pinheiro, *Manifestações literárias...*, *op. cit.*, p.135.

¹⁹⁷ *apud. Vida cotidiana em São Paulo, op. cit.*, p.7. Opinião que deve ser relativizada à vista dos estudos sobre a economia local, como bem o demonstra Ilana Blaj no estudo *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2002.

¹⁹⁸ *apud. Maria Beatriz Nizza da Silva, Cultura no Brasil Colonial, op. cit.*, p.104.

famílias engrossavam seus cabedais, podendo, dessa maneira, mandar seus filhos para a Europa. Nos centros universitários europeus, especialmente em Coimbra, aumentou o número de estudantes paulistas na virada do século, confirmando o enriquecimento dos setores dominantes da sociedade.¹⁹⁹

Essa nova fase sem dúvida elevou o nível intelectual das elites locais, anunciando as primeiras condições para que aqui se formasse uma república de letrados. Mas note-se que estamos a nos referir às elites letradas, ou seja, a uma minoria – de leigos e religiosos – que apenas acentuava seu distanciamento em relação à gente comum. É, portanto, sintomática a reação do governador-general Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça, quando recebe uma remessa de livros, em 1800, para serem postos à venda em praça pública. A relação de títulos não deixa dúvidas sobre o domínio do pensamento fisiocrático entre os homens letrados: manuais de agricultura, com especial atenção para o cultivo da cana-de-açúcar e do algodão, os gêneros mais importantes da economia local, entre outros tratados do mesmo gênero. Muitos livros, informa Jorge de Souza Araújo,²⁰⁰

¹⁹⁹ “E também porque tôda a cultura intelectual brasileira da época se formara na filosofia francesa do século XIX”. A luta dos intelectuais na Assembléia Constituinte e na construção de novos projetos para o Brasil, era uma luta contra “o fantasma português”. Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 3ª ed.. São Paulo: Brasiliense, 1961, p.51. A respeito desta temática e, particularmente da intelectualidade paulista, cf. Augustin Wernet, “O processo de Independência em São Paulo”, *op. cit.*, p.342; Maria Odila Leite da Silva Dias, “O iluminismo no Brasil”. In: *A interiorização da metrópole*. São Paulo: Alameda, 2005, pp.37-56. Se bem que neste estudo apresentamos um único reparo à visão da autora: embora os intelectuais se encontrassem por vezes demasiado submersos em seus horizontes científicos, ou filosóficos, ou literários, a política jamais passou ao largo de seus interesses mais imediatos. A maior prova disto é o perfil biobibliográfico de José Bonifácio, o poeta que assinava pelo pseudônimo de Américo Elísio. Sobre o iluminismo luso-brasileiro, cf. Kenneth Mawell, *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

²⁰⁰ *apud.* Jorge de Souza Araújo, *Perfil do leitor*, *op. cit.*, pp.151-158. O inventário de livros foi publicado em *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, v. 30, doc. 15, pp. 35-38, 1899. Na relação, constam 28 exemplares de *Cultura e opulência do Brasil*, de Antonil, cuja primeira edição é de 1711. Esta, por sua vez, foi praticamente destruída, pois não interessava à Coroa divulgar os “segredos” – especialmente sobre a cultura da cana e fabrico do açúcar – revelados no estudo minucioso realizado pelo padre jesuíta. A reedição deste volume só foi possível no final do Setecentos, na tipografia do Arco do Cego, dirigida por Frei Veloso. A trajetória desta edição e outras exemplifica bem os efeitos da *Aufklärung* sobre a intelectualidade ibérica.

impressos na Tipografia do Arco do Cego, de Fr. Veloso.²⁰¹ Livros “uteis e coriozos”, como escreve o governador-geral, todavia,

“em lugar de muitas destas obras, antes se imprimissem todas as Elementares, principiando pelas que são necessarias para o uzo das Escollas de prim.rãs letras, e depois as que são indispensáveis a qualquer homem que não se destina a maiores Estudos, como são Elementos de Historia, de Geographia, em fim, de todas as mais Artes, Sciencias, de maneira que iniciados os Povos nos conhecimentos geraes, e que devem ser comuns em toda classe de pessoas, possão depois pela lição destes preciosos impressos, fazer os maiores progressos, e tirarem della todas aquellas vantagens que S. A. R., se propoz quando se dignou mandar por em execução tão útil projeto [...]”.

Sobre o perigo da aplicação de tais livros no meio planaltino, assevera:

“He verdade q.´excellentes Memórias q.´se achão vertidas de Ordem sua Alteza augmentarão a Massa geral dos conhecimentos da Nação, mas que duvida, e V. Exa. melhor do que eu sabe que estes conhecimentos devem ser transmitidos com tal economia, que eles não ceguem pelo seu deslumbre, quando se intenta Illuminar os Povos aos quaes no momento em que dão os prim.os passos fora do círculo da ignorância em que tem jazido, he preciso apropriar a Lição à sua capacidade [...]. D.s. g.e. V. Ex.a S.m Paulo 22 de janeiro de 1801 – Illmo. e Ex.mo. Snr. D. Rodrigo de Souza Couinho. Antonio Manuel de Mello e Castro.”²⁰²

Tais são as discordâncias entre os projetos e suas possibilidades de realização.

Projetos

Nessa época, os irmãos Andrada despontaram como a maior expressão da *Aufklärung* paulista, ao conciliar o gênio político e científico às expansões literárias. Muitos de seus projetos se voltaram para a criação dos meios necessários de difusão do conhecimento em sua terra natal. Todavia, uma síntese de suas biografias demonstra que, no âmbito da formação e da consecução de suas atividades, foi em Lisboa, Coimbra e

²⁰¹ Ele mesmo, autor de um valoroso manual de botânica, que teve história acidentada segundo relata Rubens Borba de Moraes. Os originais foram tomados pelo botânico francês Geoffroy de Saint-Hilaire durante a ocupação das tropas de Junot em Lisboa. A publicação dos volumes, resultado de anos de pesquisa do frade, só foi possível após seu falecimento. cf. Rubem Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial, op. cit.*, p.72.

²⁰² Jorge de Souza Araújo, *Perfil do leitor...*, *op. cit.*, pp.153-154.

noutros centros intelectuais do velho continente que encontraram arrimo durante a juventude.

O mais moço, Martim Francisco Ribeiro de Andrade (1775-1844) formou-se em Filosofia, pela Universidade de Coimbra. Sobre ele, escreve monsenhor Castanho de Almeida: “o iluminado Martim Francisco dava lições de geometria. E de Iluminismo, pela recentíssima filosofia de Kant”. De 1811 a 1816,

“residiu na solidão do Ipanema, em casa de Antonio Xavier Ferreira, almoxarife da Fábrica de Ferro, cuja construção inspecionava [...] Então ensinou ao seminarista Ildefonso Xavier Ferreira os rudimentos de Kant, em tradução francesa”.²⁰³

Nesta passagem, o autor possivelmente se vale de informações deixadas por Spix e Martius, que também visitaram a Fábrica Ipanema, em 1818. Durante a visita, chamou-lhes a atenção a influência do pensamento kantiano nos estudos de Filosofia, que “se tornou acessível aos pensadores brasileiros, pela tradução de Viller”.²⁰⁴

Reafirmando as proposições apresentadas em 1821, por seu irmão mais velho, então vice-presidente da Junta Provisória, em São Paulo,²⁰⁵ Martim Afonso apresentou, na Assembléia Constituinte, em 1823, uma “Memória sobre a reforma dos estudos na capitania de São Paulo”. Segundo Richard Morse,

“este documento, em parte plagiado de Condorcet, propunha a substituição da educação verbalista, latinizada, teológica e de cunho jesuítico de uma elite, por sistemas de escolas primárias e secundárias livres e abertas a todos. Pleiteava um currículo de caráter utilitário, o desenvolvimento das aptidões individuais e o ensino vocacional básico. As escolas deviam conformar-se às realidades brasileiras. E embora os

²⁰³ Monsenhor Castanho de Almeida, *op. cit.*, p.53. Em 1822, foi o padre Ildefonso Xavier quem gritou os vivas a D. Pedro, na noite de 7 de setembro, durante ato no Teatro do Pátio do Colégio. *cf.* Monsenhor Camargo, *op. cit.*, vol. 5, p.342. Em 1836, o cônego ocupava o cargo de oficial guarda-livros na Faculdade de Direito. *cf.* Daniel Pedro Muller, *Ensaio d'um quadro estatístico...*, *op. cit.*, p.258.

²⁰⁴ Monsenhor Castanho de Almeida, “São Paulo: Formosa sem dote?”, *op. cit.*, p.53.

²⁰⁵ O documento ao qual nos referimos, de autoria de José Bonifácio, foi assinado por todos os membros da Junta Provisória. Nesse período, Martim Afonso ocupava o cargo de secretário do governo. José Bonifácio de Andrada e Silva, “Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da Província de São Paulo para os seus deputados”. In: *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, cit.*, v.II, p.99.

estudantes devessem receber os princípios de conduta moral, a instrução religiosa seria relegada à Igreja e à família”.²⁰⁶

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1773-1845) bacharelou-se em Direito, pela mesma universidade. Em 1817, foi preso em Salvador, por envolvimento na Revolução Pernambucana. Na prisão, segundo monsenhor Castanho de Almeida, “arranja-se com os companheiros e todos estudam as matemáticas e as ciências”. Escreve, ainda, poema sincero, que bem ilustra o espírito vacilante entre o racionalismo exacerbado e os momentos de vago na alma, característico de seu tempo:

Sagrada emanção da divindade
Aqui do cadafalso eu te saúdo
Nem com tormentas, como reveses mudo
Fui teu votário e sou, Liberdade!

Pode a vida, brutal ferocidade,
Arrancar me em tormento mais agudo
Mas das fúrias do déspota sanhudo,
Zomba d’alma a altiva dignidade.

Livre cresci, nasci e livre espero
Encerrar-me na fria sepultura
Onde império não tem mando severo,

Nem da morte a medonha catadura
Incutir pode horror a um peito fero
Que aos fracos tão somente a morte é dura.²⁰⁷

²⁰⁶ Richard Morse, *Formação histórica de São Paulo*, *op. cit.*, p.105.

²⁰⁷ *apud.* Monsenhor Castanho de Almeida, “São Paulo: Formosa sem dote?”, *op. cit.*, p.54.

Antonio Carlos era reputado o mais radical dos irmãos. Como deputado eleito para representar São Paulo nas Cortes, recusou-se a assinar a Constituição portuguesa.

José Bonifácio de Andrade e Silva (1763-1838),²⁰⁸ formou-se em Direito e Filosofia, pela Universidade de Coimbra. Ainda em Portugal, foi convidado a integrar a Academia das Ciências e Letras de Lisboa, onde apresentou monografia intitulada: *Memória sobre a pesca de baleias e a extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito de nossas pescarias*.²⁰⁹ Em 1790, realizou longa excursão científica pela Europa, com financiamento da Coroa portuguesa, o que lhe possibilitou freqüentar escolas de Química, Mineralogia, Metalurgia e de outras ciências da terra, em diversos países do velho continente, França, Áustria, Alemanha, Itália, Suécia e Noruega. Retornou de Portugal aos 37 anos de idade.

Em 1821, ocupou a função de vice-presidente das Juntas Provisórias, como fora chamado o governo provisório de São Paulo; em 1822, foi nomeado ministro do Império; em 1823, pediu demissão do cargo e uniu-se aos irmãos na Assembléia Constituinte, sendo exilado neste mesmo ano; durante o exílio, publicou suas poesias avulsas, em Bordeaux, com o pseudônimo de Américo Elísio.²¹⁰ Em 1829, retornou ao Brasil e dois anos mais tarde foi nomeado por d. Pedro I tutor de seu filho, herdeiro natural do trono; em 1833 foi-lhe suspensa a tutoria. Após este último golpe, retirou-se na Ilha de Paquetá. Morreu em Niterói, a 6 de abril de 1838.²¹¹

²⁰⁸ A formação básica necessária para o ingresso nas universidades era feita em São Paulo. No caso de José Bonifácio, escreve seu biógrafo: “para continuar a sua educação, teve necessidade de mudar-se para São Paulo, onde um prelado, a quem causara dó o atraso intelectual de seus diocesanos, abriu a expensas próprias cursos [...] O bispo-frade possuía, para o lugar e para o tempo, uma boa biblioteca, e José Bonifácio, freqüentando-a, teve sem demora a certeza de que nascera para as atividades do espírito [...]”. O autor faz referência a d. frei Manuel da Ressurreição. Octávio Tarquínio de Souza, *Estadistas do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, v.I, p.54.

²⁰⁹ “Publicado na Officina da mesma academia, anno MDCCXC, com licença da Real Meza da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros”. Segundo edição fac-símile. In: *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, op. cit.*, tomo 1, p.5.

²¹⁰ A edição fac-símile deste livro saiu no Rio de Janeiro, pela casa Laemmert, em 1861. Obra organizada por Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Extremamente rara, escreve José Aderaldo Castello, em suas notas à edição de *José Bonifácio, o Velho*. Poesia. Rio de Janeiro: Agir, 1964, s.n.p.

²¹¹ cf. *Estudos vários sobre José Bonifácio de Andrada e Silva*. Santos: s.ed., 1963.

É de sua lavra o discurso em defesa das “repúblicas de sábios” como instituição fundamental para o desenvolvimento das ciências, como se apreende na homenagem apresentada em 1813, na Academia Real de Ciências de Lisboa:

“Diffundir conhecimentos; animar, e facilitar os esforços dos Sábios, e applicados; subministrar-lhes factos, e noções de que precisão, deve ser um dos primeiros cuidados das Corporações Litterarias. Por mais hábil que seja um Architecto, sem os materiais necessários, sem officiaes subalternos; por certo não poderá levantar arcadas, templos, nem palácios [...] Para existir um Newton, preexistirão muitos engenhos de menor ordem: pois bem como não há saltos no mundo physico, assim não há no intellectual e litterario”.²¹²

Ao olhar para São Paulo, José Bonifácio demonstrou esta mesma consciência da importância das sociedades de sábios para o progresso científico. Afinal, era inevitável a fuga das gentes de letras em um meio onde não havia espaço para ação que transcendesse os meandros da vida política e militar, não sendo outros os meios de remuneração regular. Como seus pares, ele exortou o caráter progressista e civilizador do projeto de uma universidade em São Paulo, afinal, as idéias então defendidas eram filhas da ilustração.²¹³ Mas o autor vai além, ao apontar os elementos que faltavam à cidade para a estruturação do centro universitário. Quase todos: da infra-estrutura à contratação e remuneração dos professores, tema que aborda sem nenhum constrangimento:

“Quanto aos estabelecimentos minerais de ouro e ferro [trecho não decifrado] da minha Capitania, não é preciso por-me à testa deles [trecho não decifrado] um Diretor Geral de Minas e Metais **que cobre soldo** é meu digno irmão Martim Francisco, é

²¹² “Discurso contendo a História da Academia Real de Sciencias, desde 25 de junho de 1812. Até 24 de junho de 1813. Lido na Assembléa Pública de 24 de junho de 1813”. In: *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, op. cit.*, p.139.

²¹³ Tanto é verdade que em sua defesa de São Paulo ele releva apenas os aspetos naturais e físicos, como procederam outros letrados da época, entre eles, Aires de Casal. Assim escreve: “o clima temperado, mais frio que quente, a salubridade dos ares, a barateza e abundância de comestíveis e a fácil comunicação com as províncias centrais”. Mas haveria outras características que afirmavam a situação de prestígio de São Paulo frente a outras capitais? “Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da Província de São Paulo para os seus deputados”, *op. cit.*, p.99.

ainda moço, tem forças e talento, **cobra ordenados porque deve trabalhar efetivamente**”.²¹⁴

No tocante à infra-estrutura, o funcionamento da universidade previa a instalação de tipografia, laboratório químico, observatório astronômico, hospital, pois o projeto incorporava uma faculdade de Medicina, a organização de um museu de história natural e de uma biblioteca, ao que se dispunha doar sua “livraria e coleções”.²¹⁵

Os intelectuais e a cidade

A certeza de que a instalação de um centro universitário representava o impulso necessário para a configuração de uma “república de sábios” nos moldes europeus era partilhada por outros deputados paulistas. Em 1826, Paula Souza defende sua província contra as emulações de um deputado mineiro nos seguintes termos:

“a província de S. Paulo, srs., possui uma opinião muito bem formada, não só nos homens de letras, que não são tão poucos como se quiz inculcar, mas ainda na massa geral do povo, que em todos os tempos tem dado exuberantes provas das mais heróicas virtudes”.²¹⁶

Descontando as imagens hiperbólicas do político, temos aqui rara menção aos homens de letras como atributo da cidade, pois geralmente eram os caracteres físicos e naturais os elementos mais valorizados nos discursos da época. A imagem de uma São Paulo intelectualizada, de uma cidade espiritual como contraponto às defasagens materiais que se verificavam naquele momento, foi igualmente exaltada pelos cientistas Spix e

²¹⁴ “Projeto de José Bonifácio para a Universidade de São Paulo”. In: *Estudos vários sobre José Bonifácio de Andrada e Silva*. Santos, s.ed., 1963, pp.134-135. Consta ainda na obra: “Na lata 191 ms. 4.545-B, da Coleção José Bonifácio, do Arquivo do Instituto Histórico, encontra-se, do punho do Patriarca, um curioso “Esboço de Universidade no Brasil”, no qual em primeiro lugar declarou que deveria ser localizada em São Paulo, por seu melhor clima. A ela competiria a Diretoria Geral dos Estudos de todo o Ultramar português”, p.134. [grifos meus].

²¹⁵ Além de um curso jurídico, o autor do projeto defendia a criação de uma faculdade de Filosofia, na qual seriam ministradas aulas de Ciências Naturais, Filosofia Racional e Moral, e Ciências Matemáticas, segundo o modelo coimbrão, e o curso de Jurisprudência. Vale ressaltar que José Bonifácio deixou um biblioteca de aproximadamente 5.000 volumes, um verdadeiro monumento para os padrões da época. *idem, ibidem*, pp.134-135.

²¹⁶ *apud*. Ubaldino do Amaral, “S. Paulo na balança do Império”. *Almanach Litterario de São Paulo*. Para o Anno de 1877. Publicado por José Maria Lisboa. Edição fac-símile, São Paulo: Imesp, 1983 p.122.

Martius, em 1818. Ao visitar a cidade, os viajantes concluem que “o sul mais frio do novo continente acompanha a civilização”. E esta, escrevem, “empolgando-se rapidamente, não só se apropria dos estudos e conhecimentos chamados práticos, mas, igualmente, das cogitações abstratas de alta transcendência”. E se a sabedoria dava “rápidas passadas de uma para outra parte do mundo”,²¹⁷ o que comprovaram ao estreitar relações com os letrados da cidade, parece certo que as condições gerais do meio inibiam passadas mais largas para seu desenvolvimento.

A falta de livros e de uma universidade, como sugere Lucas Antonio Monteiro de Barros nos documentos encaminhados para a abertura da biblioteca pública, tema que tratamos no capítulo anterior, era prova de que estas questões foram constantemente referenciadas por intelectuais e políticos paulistas.

Notemos que nas Cortes de Lisboa foi essa nova geração de intelectuais, formada no final do Setecentos – seja nos conventos ou nas universidades do Velho Mundo – que passou a representar e defender os interesses do Sul, estando ali, possivelmente, o embrião da linha ideológica que cindiu o território brasileiro em duas facções: a do velho Norte agrário-exportador e a do Sul, liderado por mineiros e paulistas.²¹⁸

Além disso, foi determinante o desempenho da elite paulista no processo de organização dos quadros políticos e intelectuais do país, após 1822. Como afirma Augustin Wernet, no estudo sobre a participação dos paulistas no processo de independência:

“encontramos homens que nunca haviam saído do país ou da província [sic] alguns nem cursado estudos superiores, aparecer subitamente, por efeito da Revolução, nas Cortes de Lisboa, tomando parte nos debates e mostrando-se conhecedores dos princípios básicos do pensamento liberal. Exemplos mais conhecidos são os de Diogo

²¹⁷ Spix e Martius, *Viagem...*, *op. cit.*, p.147.

²¹⁸ *cf.* Miriam Dolhnikoff, “Elites regionais e a construção do Estado nacional”. In: *Brasil: formação do Estado e da Nação*. Istvan Jancsó (Org.). São Paulo: Hucitec, 2003, pp.431-468.

Antonio Feijó,²¹⁹ Antonio Mariano da Silva Bueno, Antonio Paes de Barros e Francisco de Paula Souza e Mello (este nunca havia saído antes de Itu)”.²²⁰

No final, nem “repúblicas de sábios”, nem uma universidade. A instalação da Academia de Direito vinha compensar o malogro de projetos mais ambiciosos, como os apresentados pelos intelectuais paulistas nos momentos que precederam à Independência e, depois, junto à Assembléia Constituinte. Tais são, como afirmamos acima, as dissensões entre os projetos intelectuais e os interesses das elites políticas, bastando lembrar que o projeto de uma universidade só se tornou possível um século mais tarde, novamente como reação paulista face à nova composição dominante na política nacional. Nesse sentido, a Academia deve ser interpretada como a última – e talvez única, em termos científicos – realização possível da geração de políticos e letrados que expirou nos anos de 1830.

²¹⁹ O padre Diogo Antonio Feijó (1784-1843) constitui exemplo superlativo, se levarmos em conta toda a sua carreira política. Natural de São Paulo, “de pais incógnitos”, como escreve em seu testamento, foi recolhido da roda dos expostos por uma família da capital, residente na rua da Freira, nº 11. Teve vida acidentada, até formar-se padre no seminário de Itu. Foi professor de Filosofia, vindo a sair do interior paulista apenas após eleger-se deputado para as Cortes de Lisboa. De volta ao Brasil, elegeu-se deputado nas legislaturas 1826-1829, 1830-1831, quando foi nomeado ministro da Justiça. Tornou-se Regente, em 1835. Em 1837 renunciou ao cargo e retornou para São Paulo. Publicou muitos artigos em jornais brasileiros, tendo ele seu próprio foro, *O Justiceiro*, periódico semanal impresso na tipografia do *Farol Paulistano*. Em vida, publicou quatro livros, todos pela Typographia Nacional: *Demonstração da necessidade de abdicação do celibato clerical* (1828); *Relatório da repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa* (1833); *Fala do trono de 1836*; *Fala do trono de 1837*. cf. Octávio Tarquínio de Souza, “História dos fundadores...”, *op. cit.*, v. VII, várias páginas.

²²⁰ Augustin Wernet, “O processo de Independência em São Paulo”, *op. cit.*, p.343. Sobre a participação dos deputados paulistas nas Cortes, suas articulações, suas bandeiras e os princípios então defendidos, que não raro os opunha ao grupo do Norte, cf. Márcia Regina Berbel, *A nação como artefato*. Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo: Fapesp; Hucitec, 1999.

II. 2 – VIDA ACADÊMICA

“A cidade de São Paulo é triste, monótona e quase desanimada. Quando os estudantes da Faculdade de Direito vão a férias, então é que se reconhece melhor o que acabamos de dizer e tivemos ocasião de verificar. A mocidade acadêmica imprime à povoação, durante a sua residência nela, uma espécie de vida fictícia, que, apenas interrompida, a faz recair, por assim dizer, no seu estado de habitual sonolência”.

Augusto Emílio Zaluar²²¹

Para Ernani Silva Bruno a instalação da Academia de Direito representa um marco cronológico na história da cidade.²²² De fato, a presença desta instituição foi tão importante para o desenvolvimento de São Paulo, que nos parece justo afirmar, como o fez o autor, que ela contribuiu não apenas para o surgimento de novas atividades urbanas, mudando sensivelmente a estrutura sócio-econômica da cidade, mas apontou para uma transformação psicossocial, criando um novo tipo sociológico. Fato que justificou a emergência de um “burgo de estudantes”.²²³ Ou “cidade-mente”, expressão cara a Richard Morse,²²⁴ e que será retomada nesta seção.

²²¹ Augusto Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de São Paulo*, op. cit., p.123.

²²² Como observa Raquel Glezer, ele segue as divisas de “Américo de Campos, no artigo ‘A cidade de S. Paulo em 1877’”, no qual o autor considera os traços espirituais ou mentais da capital: “a cidade dos jesuítas e capitães-mores; a cidade acadêmica – a Coimbra americana; e finalmente a cidade da civilização, a nova cidade que transfigura-se e cresce a nossos olhos ...”. Raquel Glezer, *“Chão de terra”: um estudo sobre São Paulo colonial*. Tese apresentada ao concurso de livre-docência em Metodologia da História, no DH – FFLCH – USP, 1992.

²²³ Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo*, op. cit. [vol.2: “Burgo de estudantes (1828-1972)”]; vol.3: “Metrópole do café (1872-1918)”].

²²⁴ Richard Morse, *Formação histórica de São Paulo*, op. cit., pp.88-169.

A “cidade mente”, também percebida como uma comunidade de intelectuais, um grupo real que se organiza no flanco da cidade, adquiriu identidade própria e mesmo consciência de seus espaços no curso do Oitocentos, revelando uma atitude primeiramente de alteridade frente à população planaltina, até ser por esta absorvida, nos anos de 1870.²²⁵ Por ora, situaremos-nos nesta primeira fase de conformação e de distinção da vida acadêmica.

O primeiro elemento estranho a se incorporar na comunidade planaltina foi a do lente, que nesses tempos tinha as honras de desembargador, ou seja, as do mais alto funcionário de Estado. Em 1836, foram recenseados nove professores, entre proprietários e substitutos das cadeiras jurídicas. No primeiro ano, José Maria de Avelar Brotero, que também ocupava o posto de diretor interino, ministrava as aulas de Direito Natural e Público. No segundo ano, eram duas disciplinas, Direito das Gentes e Diplomacia, ministrada por Manoel Joaquim do Amaral Gurgel e Direito Público e Eclesiástico por Anacleto José Ribeiro Coutinho. No terceiro ano, ensinava-se Direito Civil Pátrio, sendo o lente proprietário da cadeira Prudêncio Geraldes Tavares Cabral e Direito Pátrio Criminal, por Manuel Dias de Toledo. No quarto ano, Vicente Pires da Motta dava continuidade ao curso de Direito Pátrio Civil e Clemente Falcão de Souza ministrava as aulas de Direito Marítimo e Mercantil. No quinto e último ano, Carlos Carneiro de Campos ministrava as aulas de Economia Política e Antonio Maria de Moura, Teoria e Prática do Processo.²²⁶

Os compêndios adotados pelos lentes também figuram neste levantamento. Aliás, estamos a tratar de assunto delicado, motivo de intensos debates na Assembléia Geral, durante a elaboração dos estatutos da Academia. Por fim, definiu-se que:

“os lentes fizessem a escolha dos compêndios, ou os arranjassem, não existindo já feitos, contanto que as doutrinas estivessem de acordo com o sistema jurado pela nação; e que esses compêndios, depois de aprovados pela congregação, serviriam

²²⁵ cf. Antonio Candido, “A literatura na evolução de uma comunidade”, *Literatura e Sociedade*, op. cit., pp.139-167.

interinamente, submetendo-se, porém, à aprovação da Assembléia Geral e, impressos e distribuídos, competiria aos seus autores o privilégio exclusivo da obra por dez anos”.²²⁷

A lei sugere o reconhecimento profissional do autor, ao lhe conferir “privilégio exclusivo sobre a obra por dez anos”.²²⁸ Devemos concluir, seguindo a mesma ordem de argumentos apresentada no tópico anterior, que o aparecimento dos cursos jurídicos criou uma situação inédita para a definição do sistema literário nacional, no qual o editor se torna “mediador essencial [...] do triângulo autor/obra/público”?²²⁹ Nesse sentido, a primeira forma de mediação era realizada pelo Estado, o que não constitui *per se* uma relação estabelecida nos moldes de mercado; afinal, a produção do profissional das letras, no caso dos lentes, não vinha a público antes de um parecer dos órgãos competentes. Esta não parece uma situação ideal para a autonomia do autor, mas era um caminho possível para a realização de seus pensamentos. O assunto é complexo e a documentação citada não pode contemplá-lo plenamente. Ela indica o reconhecimento profissional do autor, mas daí a compreendermos como eram firmadas as relações entre autor e mediador... há um longo caminho a ser percorrido.²³⁰

Nos primeiros anos de instalação dos cursos os professores não publicaram qualquer obra que buscasse atender ao programa. Antes, adotaram manuais definidos na tradição coimbrã, muitos em língua estrangeira, franceses, na maior parte: Perrault, *Éléments de Droit Naturel* e o *Cathécisme* de Jean-Baptiste Say, eram os autores em voga. Na biblioteca faltavam estes manuais,²³¹ ficando sob a responsabilidade dos lentes o melhor

²²⁶ Daniel Pedro Muller, *Ensaio d'um quadro estatístico...*, *op. cit.*, p.256.

²²⁷ Spencer Vampré, *Memórias para a história da Academia de São Paulo*, *op. cit.*, t.1, p.30.

²²⁸ *idem, ibidem*, tomo 1, p.30.

²²⁹ Marisa Lajolo; Regina Zilberman, *O preço da leitura. Leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Ática, 2001, p.96.

²³⁰ As autoras de *O preço da leitura* abordaram a temática a partir da análise dos contratos de edição firmados por Garnier no Rio de Janeiro imperial. Pensamos que análise semelhante poderá ser feita sobre a relação entre editores e autores em São Paulo. *cf.* contrato de publicação formalizado entre A. L. Garraux e Fagundes Varela, p. 259-260.

²³¹ Sobre o estado da biblioteca, em 1836, temos a seguinte informação: “Possue esta Academia uma bibliotheca com seis mil e quarenta e cinco volumes; entrando n’estes volumes algumas obras antigas de valor, e que estam ainda em bom estado; faltam porem todas as obras modernas,

meio de repassar o conteúdo dos livros aos alunos. É o que anuncia José Arouche de Toledo Rendon:

“Não posso deixar de lembrar que, pelo menos, o lente do Iº anno deve trazer os seus compêndios das matérias que vai ensinar, sendo-lhe indispensável compor um abreviado da análise da constituição do Império. Estes compêndios devem ser impressos em número suficiente e taxados, para serem vendidos aos estudantes. 20 de novembro de 1827. José Arouche de Toledo Rendon – Director do Curso Jurídico de S. Paulo”.²³²

A primeira proposta de publicação partiu do professor José Maria Avelar Brotero (1798-1878).²³³ O caráter um tanto provisório e, em certo sentido, obsoleto, que marca essa fase de conformação do curso jurídico, fica patente no prefácio de *Princípios do Direito Natural*, diga-se de passagem, escrito em linguagem e apresentando argumentos bastante incomuns, tanto quanto seu curioso título: “Advertência, vale mais tarde do que nunca”:

“Talvez o leitor seja curioso e queira perguntar – qual foi a razão das imensas notas, postas neste compêndio? São quatro. A primeira foi o cumprir com os estatutos [...] a segunda foi facilitar aos estudantes a explicação do mesmo compêndio; a terceira tirar ao Direito Natural aquele seco, que parece ter à primeira vista; a quarta, o ir acostumando já os estudantes a aplicarem ao Direito Público o Direito Natural; e, outrossim, foi igualmente para poupar trabalho ao mesmo compêndio, quando ele principiar, se o seu estado de saúde o convidar a isso, e escrever as suas postilas do

mesmo pertencentes á classe de Jurisprudência. Sobre Bellas-Letras quase nada possui. A *Encyclopedia* existe truncada [...]”. Daniel P. Müller, *op. cit.*, p.257. Em 1857, no entanto, figuram no inventário de obras jurídicas todas estas faltas, sinalizando o aumento do acervo. A coleção das obras de Say era a mais completa, testemunhando a recepção que teve este autor, discípulo de Adam Smith, no meio intelectual planaltino.

²³² *apud.* Heloísa Barbuy; Ana Luísa Martins, *Arcadas...*, *op. cit.*, p.19.

²³³ José Maria Avelar Brotero nasceu em Lisboa. Bacharelou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e recebeu o título de doutor na Faculdade de São Paulo, em 1831. Publicou, ainda: *Princípios de Direito Público Universal*. Análise de alguns parágrafos de Wattel. São Paulo, 1837, 80 p., in-8º; *Filosofia do Direito Constitucional*. São Paulo, 1868. 166p., in-4º; *Os três primeiros parágrafos de Wattel. Direito das Gentes*. Livro I, Cap. I. *Princípios do Direito Público Universal*, ou *Filosofia do Direito Constitucional*. Sem frontispício. Publicação dividida em vinte lições. Spencer Vampré se vale de Sacramento Blake no levantamento dessas obras. Exemplos de *Princípios do Direito Natural e Questões sobre as presas marítimas* figuram no “Cathálogo das Obras existentes na Bibliotheca de Direito de S. Paulo, em 1857 (extrahido do antigo cathalogo pela sua ordem)”, MAFD, livro 18, 1857.

mesmo Direito Público.²³⁴ E não bastava apontar as mesmas notas? – Decerto, se fosse possível obrigar aos estudantes a ter os autores citados.

E por que elas vêm em Francês? Para poupar trabalho, ou, para melhor dizer, por falta de tempo. – O leitor deve saber que estas lições eram prontas à noite, para servir de manhã, e que estas notas eram parte, ou fundamento, da explicação, que diz na aula, e a qual não se escreveu nas apostilas. Recebi do Governo ordem para remeter este compêndio o quanto antes, e por isso, muito à pressa, mandei tirar uma cópia da minuta, e como a experiência me tinha mostrado a necessidade de por estas notas no compêndio, as fiz copiar dos mesmos autores, e dos lugares já marcados, isto é, segundo as marcas, que tinha posto nos mesmos livros”.²³⁵

A Comissão de Instrução Pública não aprovou a publicação do compêndio, sob o argumento de que a obra não apresentava “ligação e harmonia nas matérias, nem uniformidade no estilo, sendo uma verdadeira compilação de diferentes autores, que não seguiram os mesmos princípios, nem se exprimiram no mesmo estilo [...]”,²³⁶ além de tantas outras críticas apontadas na obra do professor. O parecer da Comissão, no entanto, não afetou sua longa carreira como docente e escritor.

É de autoria do professor Brotero o primeiro livro impresso em São Paulo, o *Questões sobre as presas marítimas*, de 1838, impresso na tipografia de Costa Silveira, localizada na rua de São Gonçalo, 14. A segunda edição data de 1863. Publicou livro intitulado *Tumulto do povo em Évora (1625)*, drama histórico em três atos, por um ex-tenente de milícias. S. Paulo, Typographia Silva Sobral [localizada no Palácio], 1845, 102 páginas, in-8°.

Na década de 1850, muitos professores – ex-alunos da Faculdade – logram publicar seus compêndios pela Typographia Nacional, ou com outros impressores da Corte, como o demonstra Spencer Vampré em seu extenso inventário das turmas que marcaram época na história da Academia. As primeiras edições foram de Pimenta Bueno,

²³⁴ Não há aqui um erro de impressão. Segundo interpretação de Spencer Vampré o autor se confunde com a figura do compêndio. Cotejamos a versão transcrita do autor com seu original e consideramos plausível a hipótese.

²³⁵ “Se é verdadeira a sentença, de que o estilo é o homem, aí temos nosso professor”. *apud.* Spencer Vampré, *Memórias para a história da Academia de São Paulo, op. cit.*, tomo 1, pp.66-67.

²³⁶ *idem, ibidem*, tomo 1, p.68.

aluno egresso da primeira turma e que nesta época ocupava a vaga de lente. Destacamos os *Apontamentos sobre as formalidades do processo civil*, em cuja folha de rosto aparece estampada citação de Montesquieu. A primeira edição é de 1850 e a segunda, “correcta, e augmentada”, data de 1858. Do mesmo autor citamos ainda o compêndio de *Direito Público Brasileiro e analyse da Constituição do Império*, “que exerceu enorme influência no seu tempo”,²³⁷ volume *in-8º*, em cuja folha de rosto aparece citações em latim e em francês. Esta edição é da Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C., a principal concorrente da Typographia Nacional, nesse período.²³⁸

Na primeira fase de funcionamento da instituição, dominou uma certa instabilidade, que se traduziu na própria indefinição de um programa próprio – feito em 1854 – a queda do número de matriculas nos anos de 1840, conforme veremos mais adiante, além dos velhos problemas infra-estruturais, especialmente, a falta de livros.²³⁹ Uma síntese das insatisfações do período foi realizada por um anônimo, em 1840, que se identifica com a curiosa alcunha de “plenipotenciário da Rússia”. O documento foi citado por Spencer Vampré e chama a atenção pelo tom um tanto sarcástico do autor:

“Memória oferecida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Lomonosoff, Ministro Plenipotenciário de Sua Magestade, o Imperador da Rússia, junto à Imperial Corte do Brasil, impressa em S. Paulo, na tipografia de Costa Silveira, Rua de S. Gonçalo, n. 14.

Quanto ao ensino, afirma: _ ‘Atendendo às circunstâncias políticas do Império, sua civilização e recursos de ilustração, a mudança da Academia, para o Rio de Janeiro, seria um bem literário.

²³⁷ *ibidem*, tomo 1, p.90.

²³⁸ *ibidem*, p.90. A Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C. ela foi adquirida de Pierre Plancher, fundador do *Jornal do Comercio* do Rio de Janeiro. O título “Imperial e Constitucional” apareceu em 1824, em homenagem à constituição outorgada por d. Pedro I. Segundo Hallewell, coube a ele “o mérito de ter possuído a primeira impressora mecânica do hemisfério sul e, mais tarde, a primeira rotativa e a primeira linotipo. Em 1848, quando sua firma contava três impressoras mecânicas, quatro manuais e oitenta empregados, ele era, de longe, o maior impressor da cidade. Seus principais competidores eram a Typographia Nacional (com uma impressora mecânica, uma manual e 62 empregados), Paula Brito (uma impressora mecânica e seis manuais); Laemmert (uma mecânica e seis manuais) e as impressoras do *Correio Mercantil* e do *Correio da Tarde* (cada qual com uma mecânica e duas manuais)”. Por esta descrição não é difícil imaginar a razão pela qual o Rio de Janeiro despontou no mercado editorial no Oitocentos. Laurence Hallewell, *O livro no Brasil, op.cit.*, p.76.

Os professores, em São Paulo, não tem livros, nem meios de os ter. Sabendo-se que à sua sala só hão de ir os seus discípulos, contam brilhar com o estudo, uma vez feito no primeiro ano do despacho. Adquirem cabelos brancos, junto com as folhas dos seus apontamentos.

A palestra literária, algumas vezes mais útil que o próprio estudo, é um contrabando em São Paulo.

Há professores de muito merecimento, e que, colocados em outra posição, de certo adquiririam nome na República das Letras”.²⁴⁰

Preparatórios

Sobre as aulas de preparatórios da Academia e o papel de seus mestres no meio intelectual paulistano, algumas considerações. No curso anexo eram ministradas sete disciplinas: Latim, Francês, Inglês, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Geometria, História e Geografia. Muitas cadeiras se encontravam vagas e, conforme assinalamos, os professores se encontravam em situação bastante insatisfatória, tendo em vista os baixos salários e a irregularidade dos vencimentos.

Na fase inicial dos cursos, três professores marcaram época e gravaram seu nome na história intelectual – e política – do burgo paulistano.

Antonio Mariano de Azevedo Marques (1797-1844) foi poeta, historiador, lingüista, educador e ocupou cargos públicos de confiança. Era conhecido na cidade pela alcunha de “Mestrinho”. Não se formou bacharel, embora tenha inscrito seu nome na primeira turma da Academia. E mesmo não podendo se apresentar nos tribunais, respondia às consultas que lhe chegavam de todos os pontos da província. Foi eleito juiz de paz, vereador, membro do Conselho do Governo e da Assembléia Provincial. Ocupou o cargo de vice-presidente da província (1837), foi secretário da presidência do desembargador Macedo Nunes e de Carlos Carvalho, no período de 1839 a 1842. No Rio de Janeiro, ocupou o cargo de secretário de gabinete do visconde de Macaé.

²³⁹ A este respeito, cf. Sérgio Adomo, *Os aprendizes...*, *op. cit.*

²⁴⁰ Spencer Vampré, *Memórias para a história da Academia de São Paulo*, *op. cit.*, t I, p.214.

Sua biografia reforça a imagem de um homem devotado às letras, conhecedor de várias línguas, latim, francês, inglês, italiano, espanhol, alemão e grego. Estudioso dedicado de História e Geografia. Espírito inventivo. Foi criador do “Projeto-plano de um estabelecimento patriótico para suprir a falta de uma tipografia”, o que resultou, seguramente em tom de protesto, no jornal manuscrito que fez circular em 1823, *O Paulista*, para o qual contratou 40 amanuenses, esta versão atualizada dos copistas medievais. Lecionou Filosofia no curso preparatório no período de 1828 a 1835, quando, finalmente, abandonou o professorado. Nesse aspecto, podemos concluir que, se de um lado, Antonio Mariano de Azevedo Marques logrou ascender socialmente, por outro está claro que sua carreira intelectual não teve igual destino. Muitos de seus poemas ficaram inéditos e não deu seguimento à docência, função que executou desde muito jovem.²⁴¹

Giovanni Baptista Libero Badaró (1798-1830), professor substituto de Aritmética e Geometria do curso anexo, teve trajetória meteórica e trágica no meio intelectual planaltino. Instalou-se em São Paulo em 1828, a convite de José da Costa Carvalho. No ano seguinte, Libero Badaró se engajou na imprensa política, abrindo ele mesmo um jornal, o *Observador Constitucional*.²⁴² Eram tão aguerridas as lutas políticas naquele momento de crise do Primeiro Reinado, que seus artigos e, certamente, sua ascendência sobre a juventude acadêmica e os liberais paulistas²⁴³ provocaram reação violenta dos partidários de d. Pedro I. Foi assim que a trajetória do médico italiano, que se tornou logo

²⁴¹ Sobre a vida e obra de Antonio Mariano de Azevedo Marques, Almeida Nogueira, Spencer Vampré, Ernani Silva Bruno, Raimundo de Menezes, dedicaram-lhe algumas linhas. Utilizamos, porém, neste breve resumo biográfico, a obra de Luís Correa de Melo, *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p.348.

²⁴² Assinava-se o *Observador* na própria tipografia do *Farol Paulistano* e, a partir de 1831, na loja do Sr. Villares, esquina da rua do Ouvidor com a rua São Bento, a 1\$440 réis por trimestre. O exemplar avulso custava 80 réis. cf. Afonso de Freitas, “A Imprensa Periódica de São Paulo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIX, 1914, p.347; cf. Heloísa Faria Cruz, “A imprensa paulistana: do primeiro jornal aos anos 50”. In: *História da cidade de São Paulo...*, op. cit., v.2, pp.351-385.

²⁴³ Segundo Brasil Bandechi, ele fez parte da primeira loja maçônica da província, que foi a “Loja Inteligência”, como vem indicado na ata de fundação da primeira agremiação da capital, a “Loja Amizade”. As reuniões, consoante o documento citado, eram realizadas na residência de Libero Badaró. Tem-se conhecimento de que ele reunia alunos do curso anexo em sua casa, para palestras políticas. cf. Pedro Brasil Bandechi. *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal*. São Paulo: Livraria Teixeira, 1978, p.67.

figura célebre na então pacata cidade, teve fim na noite de 20 de novembro de 1830, quando foi assassinado a tiros, na porta de sua casa, à rua de São José, a mesma que no período republicano seria batizada com seu nome.²⁴⁴

Outro estrangeiro, Julius Frank (1808-1841), personalidade singular e lendária no meio acadêmico, ingressou no curso anexo como professor de História e Geografia, em 1828. Nasceu em Gotha, em 1808. Sua biografia aparece intimamente relacionada com os livros, posto ter sido o pai encadernador e a mãe filha “do mestre encadernador de livros da Corte de Ludovico Herlan”.²⁴⁵ Sobre os motivos que o trouxeram ao Brasil, há duas versões: a primeira, sustentada por Gustavo Barroso, apóia-se na hipótese de Julius Frank ter sido autor de célebre crime em Berlim, o que o obrigou a fugir para o Brasil. Outra versão aventa a hipótese de que dívidas contraídas em Berlim e o agravamento de sua situação financeira o fizeram atravessar o oceano.²⁴⁶ Pouco importa. Interessa o fato que este professor de História e Geografia marcou presença na história intelectual paulista como fundador da *Burschenschaft* – ou, simplesmente, a *Bucha* – em 1831, sociedade filantrópica que acolheu e deu voz ao liberalismo, ao republicanismo e ao abolicionismo, cujo papel será determinante, como observam os estudiosos do tema, na formação ideológica do corpo acadêmico e político paulista.²⁴⁷ Julius Frank foi sepultado no pavimento térreo do prédio da Faculdade, pois na ocasião de sua morte não havia cemitério protestante em São Paulo.

²⁴⁴ Libero Badaró foi tratado como mártir já na época de seu assassinato. Hércules de Florence registrou em aquarela seu enterro. A notícia do assassinio se espalhou em outras províncias e agravou os protestos pela abdicação de d. Pedro I. No leito de morte, diz-se ter registrado seus desígnios: “Morre um liberal, mas não morre a liberdade”. Frase que se consagrou na história do liberalismo em São Paulo. cf. Lincoln Secco; Marisa M. Deaecto. “A São Paulo de Libero Badaró”, *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, abril-junho 2003, pp. 151-178.

²⁴⁵ Brasil Bandechi, *A bucha...*, op. cit., p.85.

²⁴⁶ A história de Julius Frank, como a da própria maçonaria, é repleta de mistérios e mitos. Brasil Bandechi tenta desfazê-los, apoiando-se em pesquisas realizadas nos arquivos alemães, nos anos de 1920 que, em grande parte, refutam as teses de Gustavo Barroso. *idem, ibidem*, pp.84-94.

²⁴⁷ Seguindo a orientação dos estudos de Brasil Bandechi, evitamos o termo “sociedade maçônica”, pois, como escreve o autor, “a Burschenschaft tem muita semelhança com a maçonaria. Sua organização é diferente, embora ambas sejam secretas, filantrópicas e liberais. Pode-se dizer que é a maçonaria das faculdades”. *ibidem*, p.96.

Não obstante, Julius Frank deve também ser lembrado pela sua importância na história do livro em São Paulo. Publicou, em 1839, compêndio destinado ao curso anexo da Academia de Direito, o *Resumo de Historia Universal impresso por ordem do governo para uso da aula d'Historia e Geographia da Academia de Sciencias Jurídicas e Sociaes d'esta cidade de São Paulo (Volume I. Contendo a História Antiga e a da Idade Média)*²⁴⁸. Um compêndio de história universal vertido para o português, tratando-se, segundo Laurence Hallewell, da obra alemã de H. L. Poelitz.²⁴⁹ Livro raro. O único exemplar mantido na biblioteca da Faculdade de Direito desapareceu. Passados vinte anos, o livro de Julius Frank era ainda citado como o inaugurador do programa de História. Porém, a edição estava esgotada, segundo declara o então professor da cadeira de História e Geographia da mesma instituição, em 1867.²⁵⁰

Juventude acadêmica

Elemento importante, senão fundamental para a configuração do meio intelectual paulistano é a classe de acadêmicos. É verdade que os estudantes compõem apenas pequena camada flutuante e perene da população, difícil de apreender, senão no avançar dos anos de 1860, quando eles começam a fazer número e a interferir, de fato, na rotina da cidade. Devemos lembrar que nas primeiras turmas ingressaram alguns moradores da província, entre padres e leigos, conhecidos no meio político e intelectual do planalto. Entre os 31 inscritos em 1828, Spencer Vampré reconstitui o perfil de onze estudantes, os

²⁴⁸ O livro foi impresso na Typographia de M. F. Costa Silveira, localizada na rua São Gonçalo, 14. cf. *História da tipografia no Brasil*. São Paulo: Masp; Secretaria da Cultura e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, 1979. Segundo Richard Morse, a produção do livro foi comissionada pelo governo central. Além disso, o autor observa que Julius Frank não se limita a traduzir o compêndio alemão, pelo contrário, ele inscreve nesta edição sua própria versão dos estudos históricos, pois, como ele mesmo declara, para o período moderno “multiplicam-se as dificuldades, por que hum Compendio por bom que seja, destinado para o ensino de qualquer estabelecimento literário estrangeiro, não serve indistintamente para as Academias de qualquer outro paiz”. *apud*. Richard Morse, *Formação histórica de São Paulo, op. cit.*, p.98.

²⁴⁹ Laurence Hallewell, *O livro no Brasil, op. cit.*, p.154.

²⁵⁰ “Em História foi o do inaugurador da aula Julius Frank, escripto em Portuguez. Tendo porém se esgotado os exemplares á venda”. MAFD, livro 13, 1844b.

“mais notáveis” na visão do autor. Todos, e claro, de São Paulo, da capital ou da província.²⁵¹

Confirmando as expectativas desde a abertura das matrículas, a grande maioria dos alunos que ingressaram na Faculdade eram originários das províncias do centro-sul do país: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; com participação bem menor, vemos alunos vindos de S. Pedro do Sul, do Paraná, que se desmembrou da província de São Paulo em 1853, e da Bahia, província onde a representação política das elites, historicamente aliadas ao “norte”, traía sua situação geográfica.²⁵²

Na primeira turma de formandos, de 1831, graduaram-se apenas seis bacharéis. Na verdade, até a segunda metade do século, o número de formandos foi bastante irregular, observando-se verdadeiro declínio na década de 1840: de 1831 a 1835 (208 bacharéis); de 1836 a 1840 (115); de 1841 a 1845 (56); 1846 a 1850 (88). Em 1863, “o número de formandos atingiu o máximo de 111. A Academia – escreve Richard Morse – deitara raízes”.²⁵³ Os estudantes passam, então, a ocupar diversos espaços citadinos: são as repúblicas e pensões espalhadas pelo Centro – Almeida Nogueira escreve que o mosteiro de São Bento e o convento do Carmo acolheram os alunos mais humildes – as associações literárias, a movimentação provocada pela imprensa periódica, os discursos, recites, peças teatrais. É, enfim, quando os ritmos impostos pelo ambiente acadêmico se confundem com a vida da cidade, o que faz um viajante afirmar, em tom peremptório:

“Tirem a academia de São Paulo, e esse grande centro morrerá inanido”.²⁵⁴

²⁵¹ Spencer Vampré, *Memórias para a história da Academia de São Paulo*, *op. cit.*, t. 1, pp.73-117.

²⁵² Honrosas exceções, como nos casos de Castro Alves, Fagundes Varela, Joaquim Nabuco, entre tantos outros que adotaram a Academia de São Paulo, apenas confirmaram sua preeminência no quadro nacional, a partir das décadas de 1860/70. De 1831 a 1875, ainda segundo o mesmo levantamento, formaram-se 1.776 bacharéis e 87 doutores. *cf.* Manuel Eufrazio de Azevedo Marques, “Memórias sobre a Faculdade de Direito na cidade de São Paulo”, *Almanach Literario...*, *op. cit.*, p.9.

²⁵³ Richard Morse, *Formação histórica de São Paulo*, *op. cit.*, p.93 e p.131.

²⁵⁴ Escreve, ainda, o autor: “Quando os estudantes da Faculdade de Direito vão a férias, então é que se reconhece melhor o que acabamos de dizer e tivemos ocasião de verificar. A mocidade acadêmica imprime à povoação, durante a sua residência nela, uma espécie de vida fictícia, que, apenas interrompida, a faz recair, por assim dizer, no seu estado de habitual sonolência”. Augusto Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de São Paulo*, *op. cit.*, p.128.

A inconstância do curso se reflete na produção do tempo. Não nos referimos à edição de periódicos, que em tempos de agitação política cresce desenfreadamente. Na década de 1840, por exemplo, apareceram 26 novos títulos. Mas nada se compara ao movimento das décadas posteriores. No decênio de 1850/59, foram impressos 41 títulos de periódicos diferentes. No período seguinte, entre 1860 e 1869, registraram-se outros 66 títulos. E, finalmente, no decênio de 1870/79, foram identificados 64 novos periódicos.²⁵⁵ De 1823 a 1879, foram inventariados 220 títulos diferentes. Mesmo considerando que muitas publicações não passaram do número inaugural, não podemos negligenciar o poder da imprensa periódica em um núcleo urbano com dimensões tão restritas quanto as de São Paulo. É importante frisar que os jornais diários – ou seja, as publicações realizadas estritamente por profissionais e de caráter comercial – antecipavam o movimento de expansão econômica e demográfica verificado em São Paulo, nos anos de 1870. O *Correio Paulistano* nasceu em 1854 e o *Diário de São Paulo* em 1865.²⁵⁶

Do ponto de vista da produção literária, escreve Haroldo Paranhos:

“As Academias de Direito de São Paulo e de Olinda foram ninho de onde abriram vôo os seguidores do Romantismo [...] ao tempo que em São Paulo os Queirogas, Bernadino Ribeiro, Firmino Rodrigues Silva e outros iniciavam no convento de São Francisco o movimento preparatório do Romantismo brasileiro”.²⁵⁷

Eles deram continuidade, senão formalizaram a produção de um gênero próprio da época, compreendido como extensão dos discursos produzidos no púlpito, na tribuna ou na imprensa, e que ensejou uma corrente destinada a formar a opinião pública. Ao incorporar “os gêneros públicos” à história literária, Antonio Candido sustenta a seguinte idéia:

²⁵⁵ Affonso de Freitas, “A Imprensa Periódica de São Paulo”, *op. cit.*, pp.342-453.

²⁵⁶ Por seu turno, a *Província de São Paulo* (1875) e o *Diário Popular* (1884), que hoje ainda existem, foram publicados sob o influxo do desenvolvimento paulista. Nos últimos decênios do século XIX, vieram a lume mais de seiscentas publicações periódicas. *cf.* Heloísa Cruz (Coord.), *São Paulo em Revista*. São Paulo: Cedic, 1997, p.21.

²⁵⁷ *apud.* Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira, op. cit.*, t.1, p.309.

“Como orador e jornalista foi que o intelectual definiu então em grande parte a sua posição: e sob tal aspecto apareceria doravante ao público médio, como a própria encarnação da literatura. Até os nossos dias persiste algo desta ligação funcional entre o reconhecimento coletivo e os gêneros públicos, sem dúvida os caminhos mais seguros que o homem de letras encontra para adquirir prestígio e recompensa. Ainda aqui, a fase que abrange os reinados de d. João VI e d. Pedro I, mais a Regência, parece decisiva para apreendermos certas constantes da nossa vida mental independente”.²⁵⁸

As sociedades animavam a vida literária e, já se disse, boêmia do burgo. A primeira revista foi o *Amigo das Letras*, de 1831. Em 1833 lançaram a *Revista da Sociedade Filomática*, “dedicada à ciência, às letras e, como anunciava seu primeiro número, à ‘ Liberdade, - Indústria – Racionalidade – e Associação’”.²⁵⁹ Outras revistas como os *Ensaio Literários* (1847), os *Ensaio Literários do Ateneu Paulistano* (1852), a *Revista Mensal do Ensino Filosófico* (1851),²⁶⁰ o *Acaiaba* (1852), faziam convergir os jovens literatos das Arcadas, criando um movimento bastante original, que marcou a trajetória intelectual dos românticos acadêmicos.²⁶¹ A circulação destas revistas nos interessa por uma razão em particular: elas traziam à cena uma plêiade de referências literárias, um mar de citações, na forma de epígrafes, notas, traduções, comparações, comentários, críticas que concorriam para certa cosmopolitização do meio intelectual. Nesse aspecto, Álvares de Azevedo (1831-1852), que ingressou na Faculdade em 1848, foi o poeta que mais abusou das citações:

“Perrault, Bürger, Tieck, Rabelais, Lautreamont, Figaro, Sand, Julieta, Ofélia, Miranda, Cordelia, Marion de Lorme, Werther, o bispo de Hipona (o escritor prefere chamar assim Santo Agostinho), Michelet, Voltaire, Musset, Byron, Faust, Giaur, Boccaccio, Horacio, Tibulo, Petrônio, Catulo, Propercio ... Staël, Alain Chartier, Lelia, Graziela, Francesca Rimini”.²⁶²

Brito Broca vê nisso uma forma de afetação da juventude acadêmica. O excesso de citações, assevera o autor, disfarçava a pouca frequência de leitura dos alunos. Crítica

²⁵⁸ *idem, ibidem*, t. 1, p.244.

²⁵⁹ Richard Morse, *Formação histórica de São Paulo, op. cit.*, p.133.

²⁶⁰ A Associação do Ensaio Filosófico Paulistano foi fundada em 1849 por Álvares de Azevedo.

²⁶¹ Richard Morse, *Formação histórica de São Paulo, op. cit.*, p.134.

²⁶² Brito Broca, “O que liam os românticos”. *Revista do Livro*, no. 13, 1959, p.164.

que figura igualmente em nota da *Revista Mensal da Sociedade do Ensaio Filosófico*, de 1861. O artigo faz alusão aos “poetastros e literatejos” que

“Por hábito [vão] à casa do livreiro [...] pega-se em um volume, abre-se a primeira página, lê-se o título de uma obra, vê-se como o autor concluiu, decora-se o vocábulo final, deixa-se o livro sobre o mostrador, acende-se um charuto e volta-se para a república. Na hora da refeição diz-se aos colegas: Li muito hoje! Isto que sempre acontece, é o que exatamente prejudica alguns estudiosos. São estes os homens de letras que primeiro condenam as publicações literárias dos seus colegas”.²⁶³

Pelo conteúdo do texto, tendemos a pensar que ele foi escrito por um livreiro e não por um acadêmico. Mas há um fator positivo nestes comentários. Note-se que eles aludem a práticas singulares introduzidas pelos jovens na rotina acadêmica: a de folhear livros e, como escreve Brito Broca, a de citá-los à exaustão. Quem poderá negar que estamos face a um indício de refinamento cultural?

Todavia, a publicação de livros não se dava sem dificuldades.

Apenas em 1849 vieram a lume os primeiros romances: *Rosas e Goiões*, de José Bonifácio, o moço, livro que o autor dedicou a Álvares de Azevedo; e *Harpa Gemedora*, de Cardoso de Meneses, o Barão de Paranapiacaba. O livro data de 1847, “mas só apareceu em 1849 ‘por obstáculos materiais de tipografia’”.²⁶⁴ E, em 1852, *Cantos e solidão*, de Bernardo Guimarães, ambos impressos na Typographia Liberal, de Silva & C., localizada na rua São José, 41.²⁶⁵

Mas a publicação de peças teatrais pareciam despertar maior interesse editorial. A peça de José Maria de Avelar Brotero, conforme assinalamos, data de 1845. Em 1849, apareceu *Caetaninho ou O tempo colonial*, drama histórico em três atos, de Paulo Antonio do Vale, impresso na Typographia do Governo.²⁶⁶ Pela mesma tipografia saía, neste mesmo

²⁶³ *apud.* Brito Broca, *idem, ibidem*, p.164.

²⁶⁴ *apud.* Ernani Silva Bruno, *op. cit.*, v.2, p.841.

²⁶⁵ *cf.* *História das tipografias no Brasil*, *op. cit.*, várias páginas.

²⁶⁶ “Representada pela primeira vez a 2 de outubro de 1848, no Teatro desta capital pela Sociedade Dramática Constância”. A peça foi reeditada por Carlos Marcondes de Moura, em *Vida cotidiana em São Paulo*, *op. cit.*, pp.285-311.

ano, *Januario Garcia e sete orelhas*, drama em 3 actos e 5 quadros, de Martim Francisco Ribeiro de Andrada. *A cruz da ponte, ou O fanatismo religioso*, drama em 3 actos e 4 quadros, de Antonio Joaquim de Freitas Leitão, foi impressa na Typographia Liberal, em 1853.²⁶⁷

Porém, outros acadêmicos não gozaram da mesma sorte. Álvares de Azevedo viu impresso na forma de livro um único texto de sua autoria, o *Discurso recitado no dia 11 de Agosto de 1849, na sessão acadêmica, comemoradora do aniversário da criação dos cursos jurídicos do Brasil*, no Rio de Janeiro, pela Typographia Americana de I. P. da Costa (10p.). Toda sua produção ficcional – poesia, teatro, novela – foi publicada postumamente.²⁶⁸

Nos anos de 1850-60 a produção de livros aumentou. Da Typographia Dois de Dezembro, de Antonio Lousada Antunes, primeiramente instalada no pavimento térreo do Palácio do Governo e depois na rua das Flores, nº 35 (atual rua Silveira Martins), saíram, em ordem cronológica: 1853, *As Constituições primeiras do arcebispo da Bahia*, de d. Sebastião Monteiro da Vide (a primeira edição saiu em Lisboa, 1719 e a segunda em Coimbra, 1720); 1854, *Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia*; 1856, *Elementos do processo criminal*, de Joaquim Inácio Ramalho; 1857, *Código de instrução pública da província de São Paulo*, organizada por uma comissão composta por Antonio Joaquim Ribas, João Dabney de Avelar Brotero e Diogo de Mendonça Pinto; 1858, os *Estudos históricos brasileiros* de Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo. Obras religiosas, reafirmando o papel ativo da Igreja na vida intelectual da cidade e publicações institucionais. Nenhuma obra de literatura, é verdade, apenas livros que retratam os prenúncios, ainda muito tímidos, não negamos, de um movimento editorial.

²⁶⁷ São inúmeros os títulos que caracterizam as atividades tipográficas em São Paulo. Contam-se, ainda, as publicações de conteúdo religioso, os sermões e orações. Parte significativa desta produção deve ser reeditada em fac-símile, pela Edusp, como anuncia o prospecto da coleção organizada por Ana Maria de Almeida Camargo, em *O diabo coxo*. São Paulo, 1864-1865. São Paulo: Edusp, 2005.

²⁶⁸ Israel Souza Lima, *Bibliografia dos patronos Adelino Fontoura e Álvares de Azevedo*. Coleção Afrânio Peixoto, da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997, p.128. A primeira edição das *Obras Completas* saiu pela editora Garnier, em 1862.

Na Typographia Litteraria – “que só imprimia obras avulsas”²⁶⁹ – foram impressos o *Esboços biográficos* de Marcondes de Melo, em 1858; em 1859, *Primeiras trovas burlescas*, de Luís Gama; *Os dois mundos – Academia-Teatro*, de Pessanha Póvoa, em 1861; *A vida acadêmica*, de Teodomiro Alves Pereira, em 1861-62. Da Typographia Imparcial de Joaquim de Azevedo Marques (antes, proprietário da Typographia Liberal), saíram *Fragmentos Geológicos e Geográficos para a parte estatística das províncias de São Paulo e Paraná*, de Carlos Rath, em 1856; *Os Guainás*, de José Vieira Couto de Magalhães; em 1861, *Noturnas* e, em 1863, *O estandarte auriverde* e, em 1864, *Vozes da América*, de Fagundes Varela; em 1864, o *Quadro histórico da província de São Paulo para uso das escolas de instrução pública*, por José Joaquim Machado d’Oliveira (1790-1867);²⁷⁰ e, em 1867, *Estudo sobre algumas questões internacionais*, de Antonio Pereira Pinto. Na Typographia da Lei, situada na rua do Jogo da Bola, n° 5, (atual rua Benjamin Constant), imprimiu-se *Passeio à minha terra*, de Salvador José Correia.²⁷¹

O próprio livreiro Anatole Louis Garraux aventurou-se nesse negócio, ao mandar imprimir em Paris um volume de Fagundes Varela, mas sobre este caso em particular discorreremos mais adiante.

Dominam na listagem as peças teatrais e as poesias. No mais, obras de conteúdo técnico, resultado de pesquisas que se desenvolviam para um melhor aproveitamento das potencialidades da província. Mas os romances eram mais raros.²⁷² As manifestações

²⁶⁹ Emani Silva Bruno, *op. cit.*, vol.2, p.842.

²⁷⁰ Segundo Célio Debes, é de sua autoria “um mimoso volumezinho (16,3cm x 11,5 cm) intitulado *Geographia da Província de S. Paulo* adaptada à Lição das Escolas e oferecida à Assembleia Legislativa Provincial (...) mandada imprimir por ordem do Exmo. Sr. Presidente da Província, dr. João Jacyntho de Mendonça (S. Paulo, Typographia Imparcial de J. R. de A. Marques, 1862. XVI + 122p.). cf. “Introdução”. In: J.J. Machado d’Oliveira (1790-1867). *Quadro histórico da província de São Paulo*. Edição fac-similada da 1ª. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p.VI.

²⁷¹ Estas informações foram extraídas de Emani Silva Bruno, *História e tradições de cidade de São Paulo*, vol.2, pp.841-843; *História da tipografia no Brasil*, *op. cit.*, várias páginas.

²⁷² Isto se reflete no mercado livreiro, como se pode notar no *Catálogo da Livraria Garraux*, relativo ao ano de 1866. A seção que reúne repertório mais significativo da produção paulista – ou pelo menos concebida na cidade – é a de títulos de Teatro e Poesia. A este respeito ver Capítulo 11 – Catálogos: visão de conjunto.

literárias confirmam a tese de Antonio Candido, segundo a qual o exercício cotidiano de leitura era atividade dos autores, fato justificável diante da escassez do público leitor. Estas condições excepcionais da vida literária oitocentista fizeram com que os escritores românticos apostassem em um novo estilo, à medida que se preocupavam menos com a existência de um leitor potencial e mais com os meios de atração do público ouvinte, habituando-se, dessa forma, “ao discurso e ao recitativo, meios bem mais seguros de difusão intelectual”.²⁷³

Lembremos que em meados do século tiveram maior projeção do que os próprios livros as peças musicais, o que se confirma não apenas devido ao aumento do número de músicos nos recenseamentos [ver tópico seguinte], mas pelo fato de muitos poetas escreverem poemas que foram musicados. Fagundes Varela publicou várias peças musicadas.²⁷⁴ Bernardo de Guimarães, “que cantava poesias (de preferência as de Gonzaga) ... e recitava versos de improviso [...]”, teve um poema transformado em modinha por João Gomes de Araújo.²⁷⁵ O próprio desenvolvimento do comércio de partituras – a célebre *Casa Ley* surge nos anos de 1860 – e das atividades dramáticas dos acadêmicos, que chegaram a alugar o velho teatro da Ópera,²⁷⁶ confirmam este traço da vida intelectual paulistana.

²⁷³ Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira, op.cit.*, t. 2, p.44. Sobre a produção teatral da época cf. Décio de Almeida Prado, *História concisa do teatro brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2003.

²⁷⁴ As edições de poesias musicadas de Fagundes Varela se estendem até meados do século XX. Há no conjunto levantado e publicado por Israel Souza Lima, uma curiosa partitura: “A. S. Paulo (*Foi nos teus campos de mimosas flores*). Poesia de Fagundes Varela, transformada em Hino das Tropas Constitucionalistas, com música de Francisco Mignone (1897-1986). Edição de ‘A Melodia’, de E. S. Mignone, S. Paulo; Rio de Janeiro. Foram musicadas quatro das sete quadras, publicadas em *O Estandarte Auriverde*, de 1863, pp.18-19. O verso ‘Que a frente ergueu destemidos bravos’ (o grifo é nosso), no original é ‘Que a frente ergueram destemidos bravos’. Israel Souza Lima, *Fagundes Varela e França Junior*. Biobibliografia dos patronos. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

²⁷⁵ Carlos Pentead de Rezende, *Traduções musicais da Faculdade de Direito de São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1954, p.55; cf. Janice Gonçalves, *Música na cidade de São Paulo (1850-1900)*. Circuito da partitura. Dissertação de mestrado. Depto. de História da FFLCH-USP, 1995.

²⁷⁶ Neste mesmo teatro, em 1816, Saint-Hilaire conta ter assistido à montagem d’O *Avarento*, de Molière. Sobre o desempenho dos atores, assevera o viajante serem eles “artesãos, em sua maioria mulatos, e as atrizes, prostitutas[...]”. Infelizmente o viajante tem uma postura muito hostil em relação ao espetáculo que fora convidado a assistir, de modo que suas observações se perdem em julgamentos morais, privando os leitores de maiores detalhes sobre este importante aspecto da vida cultural da cidade e mesmo da difusão da literatura francesa, em viés mais propriamente

Tradição que o grêmio literário da Faculdade de Direito parece manter, por meio da promoção de récitas, nas quais os alunos declamam poemas de Castro Alves, Fagundes Varela e Álvares de Azevedo, entre outros modernos.


Dedicada ao exímio poeta
illmo. Senr D^e Bernardo J. S. Guimarães

SALVE ESTRELLA SOLITARIA.

MODINHA

Poesia de
D^e BERNARDO J. S. GUIMARAES

Musica de
JOAO GOMES D' ARAUJO.



Fonte: Carlos Pentead de Rezende, *Traduções musicais da Faculdade de Direito de São Paulo, op. cit.*, p.55.

Não obstante todos esses elementos que trazem novo fôlego à vida acadêmica, Augusto Emílio Zaluar observa que a população paulista não parecia aderir às mudanças, reforçando, ao contrário, seu caráter fortemente tradicional:

“Os habitantes da cidade e os seus cursistas são dois corpos que se não combinam senão produzindo um precipitado monstruoso. Formam uma mistura; porém, continuando a servir-nos de uma comparação química, nunca poderão realizar uma verdadeira combinação. No entanto, apesar de toda essa diversidade de pensamentos, de hábitos e costumes que caracterizam os dous ramos da população da capital, é esta uma das condições infalíveis da sua prosperidade”.²⁷⁷

popular. Spix e Martius contam ter assistido a uma opereta francesa do Setecentos: “assistimos à representação de *Le Déserteur*, traduzida para o português. A peça – escrevem os autores – evocava o tempo em que a carruagem de Téspis andou nas ruas de Atenas pela primeira vez. O conjunto de atores, pretos ou de cor, pertencia à categoria daqueles de quem Ulpiano ainda dá *levis notae macula*. O ator principal, um barbeiro, emocionou profundamente os seus concidadãos”. Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à província...*, *op. cit.*, p.144; Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil...*, *op. cit.*, t. 1, p.149.

²⁷⁷ Augusto Emílio Zaluar, *Formação histórica de São Paulo, op. cit.*, p.128. Lembramos que o autor chegou até mesmo a defender idéia, aliás muito em voga na época, de que a Academia de Direito concorria para o desenvolvimento do comércio local, à vista do isolamento geográfico da capital de São Paulo. Sobre o autor, temos as seguintes informações: “português, residente no Brasil, jornalista e proprietário de escola (situada em Botafogo e criada em 1855)”. Marisa Lajolo; Regina Zilberman, *A formação da leitura no Brasil, op. cit.*, p.151. Publicou diversos títulos de manuais escolares pela livraria de Nicolau Alves: *Elementos de geografia*, 1877; *Extratos clássicos dos sete autores*, 1876; *Lições das coisas animadas e inanimadas*, 1876; *Primeiro livro de leitura*, 1881; *Segundo livro de leitura; Livro da adolescência*, 5ª edição, 1890. *cf. Livraria Francisco Alves 1854-1894*, s.n.p.

Difícil saber se estas diferenças se arrefeceram com o tempo. Pelo sim, pelo não, observamos que a partir dos anos de 1870 não só a Faculdade de Direito se consolidou na paisagem intelectual planaltina, como alunos e ex-alunos formaram significativo contingente nas repartições da cidade. Prova disto, foram as alterações significativas do quadro profissional urbano no curso do século.

II. 3 – A FORTUNA DOS LIVROS

“De acordo com o que foi dito no capítulo anterior, chegaremos à conclusão muito agradável a nós, mas que poucas pessoas aceitarão, de que, a menos que tenhamos ser enrolados pelo livreiro ou tenhamos a quase certeza que uma ocasião mais propícia irá se apresentar, não devemos medir sacrifícios para comprar um livro se a conjuntura que nos é favorecida for favorável”.

Richard de Bury (1287-1345)²⁷⁸

Até o momento, buscamos identificar os circuitos de circulação e consumo do livro no conjunto das práticas coletivas de cultura. Na primeira parte, acompanhamos o processo de fundação e de conformação do acervo da primeira biblioteca pública de São Paulo. Nesta seção, as referências aos livros – mais raras, é verdade – se detiveram no âmbito institucional. Da necessidade de fazê-los circular no ambiente citadino, através de instituições de pesquisa e de formação superior, segundo projeto de José Bonifácio. Ou mesmo das dificuldades de adoção de compêndios, nos cursos jurídicos e nos preparatórios. Fizemos, ainda, alusões aos primeiros livros impressos na cidade, que sinalizou a emergência da figura do autor. Mas nenhuma menção se fez à presença de livros e, mesmo, de livrarias na esfera privada. Conforme assinalamos anteriormente, houve, pelo menos durante a primeira metade do século, clara distinção entre os moradores da cidade e a comunidade acadêmica. Podemos afirmar que os elementos de distinção, como escrevem viajantes e cronistas, referem-se aos caracteres psicossociais da população planaltina.

²⁷⁸ Richard de Bury, *Philobiblon*. Tradução, apresentação e glossário de Marcello Rollemberg. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005, p.29.

A população local se distinguia da comunidade acadêmica em vários aspectos da vida cotidiana: a maneira singular como homens e mulheres se vestiam, o sotaque, a alimentação local, os traços religiosos e da vida societária, para citar os elementos mais freqüentes.

Em rápida passagem pela cidade, Hercules de Florence define o caráter dos paulistas, em 1825, nos seguintes termos:

“[são eles] hospitaleiros, francos e amigos dos estrangeiros, são em extremo sóbrios, bebem muito pouco vinho, e mantêm mesa simples, mas agradável”.²⁷⁹

Tudo nos leva a crer que a população planaltina passava ao largo dos modos de vida rebuscados da Corte, onde os ingredientes da vida urbana criaram novas feições e regras de urbanidade.²⁸⁰ Ao descrever o interior das residências de algumas famílias paulistas, os viajantes sugerem certa regularidade no modo de vida, sendo pequenas as alterações entre uma moradia e outra, pelo menos no tocante à cultura material. Nestas residências a beleza se confundia com a simplicidade, ou melhor, com certa rusticidade dos gêneros domésticos.

Em sua visita à cidade, em 1818, o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire apresenta a seguinte descrição:

“Vi moradias dos principais habitantes de São Paulo tão lindas por dentro como por fora. As visitas são recebidas em um salão muito limpo e mobiliado com gosto. As paredes são pintadas com cores muito frescas; mas nas casas antigas vêem-se desenhos e grandes arabescos; nas mais modernas as paredes têm uma só cor e são guamecidas com barras e rodapés, imitando os nossos papéis pintados. Como não existem lareiras, colocam-se sobre mesas os objetos de ornato, como sejam – castiçais, redomas, relógios etc. Frequentemente são os salões ornamentados também com gravuras, mas

²⁷⁹ Hercules de Florence, *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1977, p.8.

²⁸⁰ As mudanças foram tão significativas que Ernesto Senna insiste em destacar a cortesia perdida pela sociedade fluminense. Ele recorda a época em que o Rio adquirira uma aura urbana e cosmopolita, evidenciada pelo seu comércio a retalhos, principalmente aquele da rua do Ouvidor, onde eram “comuns grandes vidraças de jacarandá”. cf. Ernesto Senna, *O velho commercio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gamier, p.29. Um belo retrato do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do

essas constituem, de ordinário, o refugio de nossas lojas, e, ao tempo de minha viagem, havia tanto atraso em matéria de arte, que era raro me fazerem admirar tais obras primas...”.²⁸¹

Sobre o uso de imagens e gravuras de santos ou de heróis consagrados na literatura, que Saint-Hilaire classifica como “refugio de nossas lojas”, vale notar que era este um hábito comum a todas as camadas da sociedade.

No estudo dos inventários *post-mortem* Maria Lucília Viveiros de Araújo afirma que “os objetos de arte, no início do século serviam basicamente à fé. Entretanto, nos anos trinta, intercalavam-se peças religiosas e leigas, associando-se arte e decoração”.²⁸² A autora destaca, por exemplo, a presença da imagem do lendário Guilherme Tell na lista de bens deixados pelo padre Antonio Joaquim de Abreu Pereira, em 1836, irmão do bispo d. Mateus.²⁸³

Impressão semelhante à do viajante francês é apresentada por Spix e Martius, ao reforçar a idéia de que a decoração das casas não seguia as tendências européias, ao contrário do que puderam verificar em outras residências brasileiras:

“entre os moradores de São Paulo, o gosto pelo luxo europeu ainda não se desenvolveu tanto como entre os ricos baianos, pernambucanos e maranhenses. Cuidava-se mais do asseio e da comodidade na disposição da casa do que de elegância e suntuosidade e, em vez do mobiliário leve americano e dos espelhos franceses, encontram-se nas salas daquelas províncias cadeiras enfileiradas, pesadas, que datam de

século foi descrito por Oliveira Lima, *A Corte de d. João VI no Brasil* (1808-1821). 2ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945, 3 v.

²⁸¹ Auguste de Saint-Hilaire, *Viagens pela província...*, *op. cit.*, p.175.

²⁸² Maria Lucília Viveiros de Araújo, *Os caminhos da riqueza...*, *op. cit.*, p.172.

²⁸³ *idem, ibidem*, p.172. Comportamento análogo é observado entre os moradores da Corte, mostrando que, pelo menos em termos mentais os habitantes do burgo paulistano não pareciam tão atrasados quanto a realidade material deixa entrever. Nesse aspecto, o viajante Arago é muito mais detalhista do que Saint-Hilaire, ao descrever as imagens encontradas nas residências: “No Rio, não encontramos uma só coleção de quadros, nem entre os antigos nobres, nem entre os ricos senhores, somente algumas gravuras decoram os mais amplos salões dos hotéis; e que gravuras, meu bom Deus! Romeu, Paulo e Virgínia, Cora, Amazili, Atala ... Tudo isto nos dá vontade de fugir da cidade em direção às eternas florestas que a circundam”. Notemos que muitas destas referências estão presentes nos inventários de livros dos quais temos nos ocupado. M. J. Arago, *Souvenir d’un aveugle. Voyage au tour du monde*. Paris : Hortet et Ozanne, 1839, t. 1, pp.115-116.

longos decênios, e um pequeno espelho com a sua moldura da manufatura *Nüremberg*, no qual um alemão imaginará reconhecer um compatriota”.²⁸⁴

Os viajantes não fazem referência a estantes de livros como parte do mobiliário, o que nos leva a concluir que não era o livro peça decorativa. Por se mostrarem atentos a todos os aspectos da vida no burgo piratiningano, é pouco provável que eles deixassem escapar os espaços reservados à leitura em família, considerando que as descrições têm como parâmetro suas culturas, seus modos de vida, seus valores.

Daniel P. Kidder, em 1838, encontra alguns volumes soltos na residência de um clérigo do interior paulista, com relato interessante que concorre para a velha idéia segundo a qual o clima e as condições naturais interferem na conservação dos livros:

“Gostava também de leituras, mas os livros que possuía estavam de tal forma atacados pelas baratas e por outros insetos, que jamais pensava em aumentar-lhes o número”.²⁸⁵

Mas, não podemos aceitar seus relatos cegamente. Afinal, por mais fiéis à narrativa objetiva e científica que possam parecer, na verdade, eles estão sempre às voltas com seus instantes de deslumbramento e, não raro, com seus preconceitos. Diante desse impasse e para avaliarmos a presença de livrarias nas residências paulistas, a análise de inventários *post-mortem* nos parece um procedimento mais seguro.

Livros e fortunas

Com base na pesquisa realizada por Maria Lucília Viveiros de Araújo, identificamos a presença de livros em 40 dos 146 (ou seja, 27,3%) inventários compulsados referente ao período de 1800 a 1850. A autora fracionou a amostra em três segmentos sócio-econômicos:

- o grupo A corresponde aos inventários que apresentam um montante bruto superior a 50 contos de réis. Representa as maiores fortunas da cidade e é formado por

²⁸⁴ Spix e Martius, *Viagens pelo Brasil...*, *op. cit.*, p. 209.

²⁸⁵ Daniel P. Kidder, *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001, p.141.

“negociantes de grosso trato”; a autora mostra que suas riquezas eram aplicadas em escravos, bens imobiliários e empréstimos.

- o grupo B integra os inventários com montante bruto de 11 até 50 contos de réis:

“este grupo se destacou pelo fornecimento de créditos e mercadorias, preferencialmente para os moradores da cidade. A maioria exercia atividades comerciais, como negócios de fazendas secas, de molhados, das drogas, de escravos, ou de animais. Sua área de atuação era o mercado local e as vilas vizinhas e seus investimentos imobiliários e mobiliários eram propriamente locais”.²⁸⁶

- o grupo C, mais numeroso, representa as camadas medianas, com um montante inferior a 10 contos de réis. O perfil deste grupo foi definido como “de famílias urbanas”, cuja renda provinha “de profissões liberais ou da carreira do exército”.²⁸⁷

Dos 13 inventários reunidos no grupo A, apenas 4 apresentam livros e, destes, 3 formam bibliotecas relativamente volumosas. A maior livraria figura no inventário de dona Genebra de Barros Leite, de 1838, no qual foram arrolados 326 exemplares. Em segundo lugar aparece o inventário do desembargador Rodrigo Antonio Monteiro de Barros, de 1844, com 94 livros. Temos, em seguida, o inventário de Francisco Inácio de Souza Queiroz, de 1832, com 88 exemplares. E, por último, o inventário de 1828, de Manoel Rodrigues Jordão, perfaz apenas 7 exemplares, havendo, nesta relação, o maior número de objetos de arte (14) e significativa participação de jóias no conjunto de bens domésticos, ficando clara a preferência desta família por outra ordem de objetos pessoais. Neste grupo temos um total de 515 títulos inventariados.

Os grupos B e C não apresentam dissensões muito significativas, pelo menos no item relativo aos bens domésticos. No grupo B foram reunidos 40 inventários, dentre os quais 13 possuem livros, perfazendo 292 títulos. O grupo C reúne 93 inventários, ou seja,

²⁸⁶ Maria Lucília Viveiros de Araújo, *Os caminhos da riqueza...*, *op. cit.*, p.172.

²⁸⁷ *idem, ibidem*, p.173.

63,6% do corpo documental examinado pela autora. Neste segmento há livros em 24 dos 93 inventários classificados, apresentando a soma de 764 exemplares.

No grupo B as bibliotecas não são volumosas. A mais significativa em termos numéricos apresenta 78 títulos. Trata-se do inventário de 1811, de Francisco José Sampaio Peixoto, morador da rua Direita, em sobrado de três lanços. Segundo a autora, a biblioteca se compõe de “dicionários, livros de direito, história, religião e romances”.²⁸⁸ O inventário de dona Ana Cândida do Canto Mello, de 1835, inclui “uma biblioteca com 49 livros”. Embora não apresentasse grossa fortuna, em seu inventário figurava “o terceiro mais caro conjunto de brilhantes, possuía ainda piano e uma escrivaninha de prata”,²⁸⁹ demonstrando interesse por objetos domésticos sofisticados. Em outro inventário, do cônego Antonio Pais de Camargo, de 1834, foram listados 27 livros, segundo julgamento da autora, “eram os mais valiosos do seu grupo, a saber, dicionários, livros religiosos, clássicos e de poesias”.²⁹⁰ Difícil saber se eram, de fato, os mais valiosos.

A exemplo do que se verificou no grupo B, as coleções individuais apresentadas nos inventários classificados no grupo C não são numerosas, raramente ultrapassam a margem de 20 exemplares. Identificamos, porém, duas livrarias singulares: a primeira se inscreve no inventário de Manoela Eufrásio de Oliveira, de 1806, no qual foram computados 164 livros; o outro inventário é de 1850, de Francisco Gomes de Almeida, apresentando uma coleção de 106 livros. Embora a autora não se volte especificamente para a problemática da participação de livros no conjunto dos bens domésticos das residências paulistanas, os dados por ela organizados nos permitem algumas considerações sobre a presença de livros nas residências da época e sua relação com o nível sócio-econômico da população.

²⁸⁸ *ibidem*, p.172.

²⁸⁹ *ibidem*, p.171.

²⁹⁰ *ibidem*, p.172.

A distribuição dos livros obedece a algum tipo de hierarquia, seja ela definida pelos níveis de riqueza, seja pelo volume de bens domésticos e de bens pessoais inventariados?

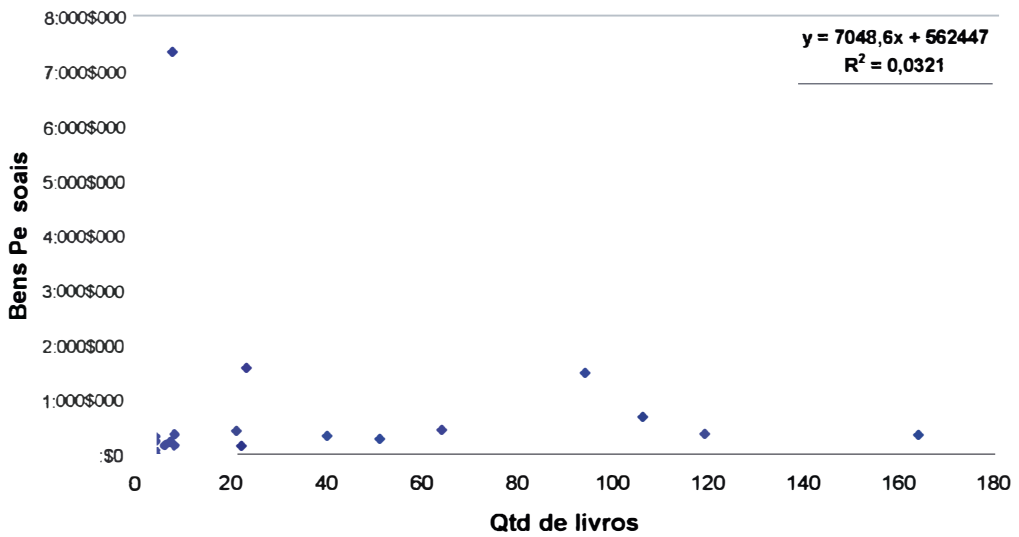
Pelo que apresentamos acima, é pressupõe-se que a distribuição dos livros não está condicionada ao nível de riquezas e, tampouco, à soma dos bens domésticos e pessoais.²⁹¹

O primeiro caminho para a demonstração de nossa hipótese é de natureza estatística. Como podemos inferir nos gráficos abaixo, o índice de correlação²⁹² ($R^2=0,0321$ para bens pessoais e $R^2=0,0529$ para bens domésticos) entre os bens pessoais ou domésticos e a quantidade de livros é baixíssimo. E sua distribuição em função dos valores expressos no item “bens domésticos” é totalmente aleatória. No gráfico 6, o inventário de dona Genebra de Barros Leite foi excluído, por apresentar montante incomparavelmente maior do que os outros bens – pessoais e domésticos. É o que chamamos, no jargão estatístico, de um “ponto fora da curva”, ou seja, trata-se de um dado díspar que interfere e até mesmo mascara o resultado. No gráfico 6a considerados os bens declarados no inventário de dona Genebra, mas neste caso a alteração verificada não desmente nossa hipótese.

²⁹¹ Devemos ponderar que a opção da autora pela divisão dos montantes em três segmentos sócio-econômicos (A, B, C), de acordo com a tradição dos estudos franceses, parece questionável, na medida em que não existe, no Brasil, sobretudo no período estudado, esta distinção entre classes detentoras de riquezas e nível sócio-cultural. Ao contrário, salvo os casos excepcionais, as posses materiais indicam possibilidade de formação intelectual.

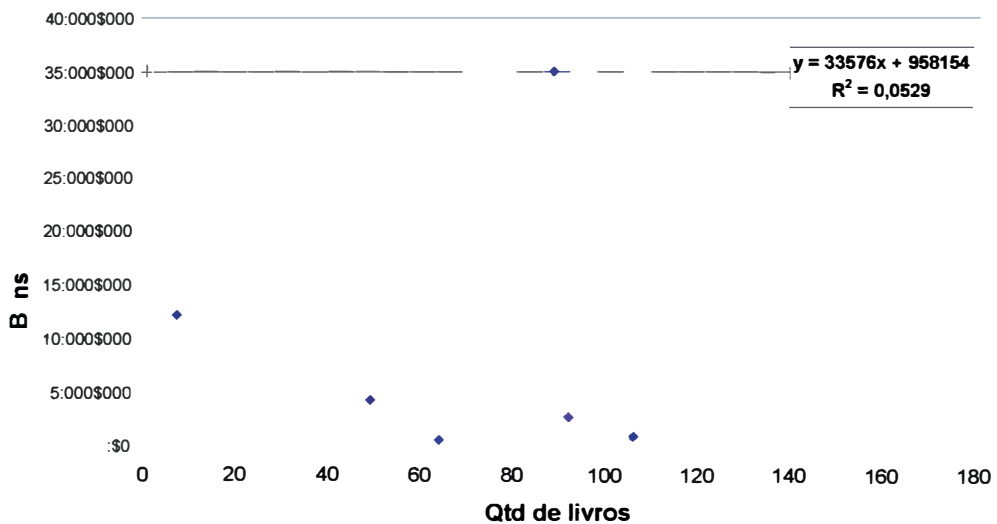
²⁹² O Índice de Correlação (R^2) varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1 for o resultado maior será a correlação entre as variáveis.

Gráfico 6 - Quantidade de Livros x Bens Pessoais



Fonte: Elaborado a partir do inventário publicado por Maria Lucilia Viveiros de Araújo. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos, op. cit.*, pp.185-188

Gráfico 6a - Quantidade de Livros x Bens Domésticos



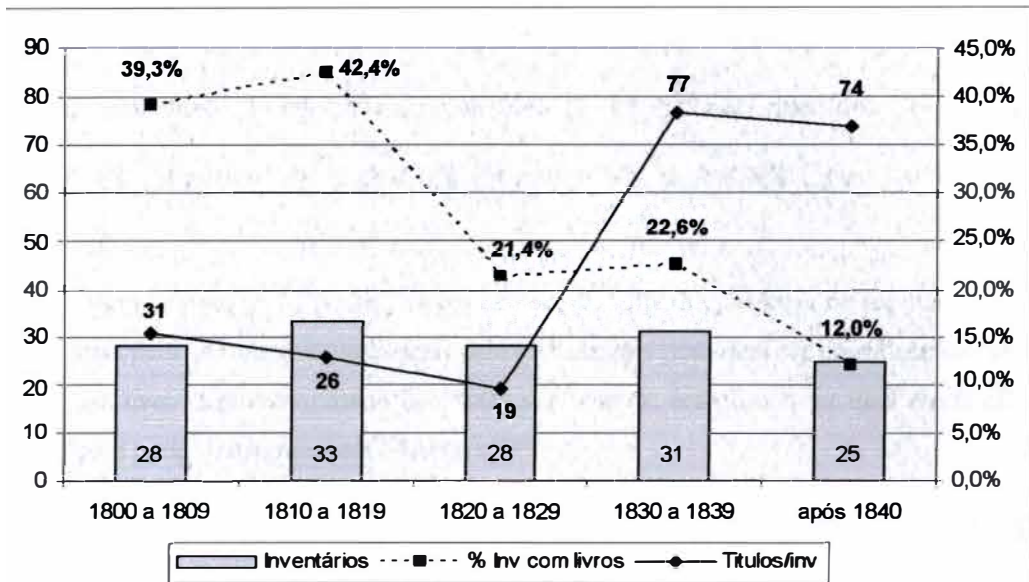
Fonte: Elaborado a partir do inventário publicado por Maria Lucilia Viveiros de Araújo. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos, op. cit.*, pp.185-188

Outra possibilidade se apresenta pela análise da participação dos livros no corpo documental. Com respeito ao percentual de inventários com livros, a máxima atingida foi de 42,4% no período de 1810 a 1819. No conjunto, o gráfico apresenta resultado bastante curioso: a participação de inventários com livros cai progressivamente neste primeiro

meio século, saindo de níveis em torno de 40% nas duas primeiras décadas, para 12% na última década.

Em contrapartida, o número de livros inventariados nos mesmos decênios apresenta uma tendência ascendente, ou seja, no período de 1800 a 1810, a média de livros por inventário é de 30,8; há uma queda brusca no período de 1820 a 1829, que resulta em 19 livros por inventário e, nos dois últimos períodos, as médias aumentam para 76,8 (1830-1839) e 73,6 (após 1840). Comparando os percentuais de inventários com livros e as médias de livros por inventário nos períodos em análise, o gráfico evidencia maior concentração de livros nas últimas décadas, ou seja, a presença de poucas, mas significativas coleções nos três grupos sócio-econômicos. Novamente, devemos ponderar a presença da biblioteca de d. Genebra de Barros Leite, pois seu acervo provoca uma alta muito acentuada na média de livros no decênio 1830-1839. Dado curioso: no período seguinte a média se mantém, sinalizando que houve, de fato, mudanças na participação de livros nos inventários. Do montante de 25 inventários classificados no período após 1840, apenas 3 apresentam livros, totalizando 221 títulos. Cada inventário pertence a um grupo distinto (A, B, C), segundo a divisão proposta pela autora, apresentando coleções numericamente semelhantes. Estas assertivas reforçam uma vez mais nossa hipótese, segundo a qual a presença de livros não tem relação com os níveis de riqueza.

Gráfico 7 - Inventários 1800-1850



Fonte: Elaborado a partir do inventário publicado por Maria Lucília Viveiros de Araújo. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*, op. cit., pp.185-188

Além disso, se compararmos estas informações com outros resultados de pesquisas amparadas no estudo de inventários *post mortem*, concluímos que, curiosamente, o percentual de inventariados detentores de livros em São Paulo não fica aquém dos mineiros e fluminenses.

Segundo pesquisa realizada por Luiz Carlos Villalta, o percentual de inventários com livros identificados na cidade do Rio de Janeiro, no período de 1750 a 1822, é de 14,75%. Nas cidades mineiras observamos certa variação: 20% em Diamantina e 8,34% em Mariana, no mesmo intervalo.²⁹³ O que é de fato surpreendente, pois, conforme afirmamos no capítulo anterior, eram os ilustrados mineiros e fluminenses os colecionadores de livro em maior evidência, seguramente por razões políticas. À vista deste cenário tão rarefeito de leitores, conclui Márcia Abreu:

“Mesmo não sendo proprietário de livro para ser leitor, espanta a baixa quantidade de inventários em que se incluem livros entre as posses, tendo em vista a quantidade de publicações aportadas no Rio de Janeiro e registradas pelos órgãos de censura”.²⁹⁴

²⁹³ *apud*. Márcia Abreu, *Os caminhos dos livros...*, op. cit., p.166.

²⁹⁴ *idem, ibidem*, p.166.

A autora ainda observa que o livro correspondia ao bem de menor valor nos inventários,²⁹⁵ fato que podemos auferir da listagem de bens domésticos (e bens pessoais) organizada por Maria Lucília Viveiros de Araújo. O que não quer dizer que os livros pudessem ser adquiridos por iguais meios em todas as camadas, pois como pondera Márcia Abreu,

“para as pessoas de posses, os impressos não tinham relevância no montante de bens, mas para os menos aquinhoados pela fortuna, eles poderiam ser considerados caros. Se um livro custava em torno de 1\$000 por volume, era preciso ter uma renda razoável para poder constituir uma biblioteca”.²⁹⁶

Ao que conclui não serem os livros na Corte caros, porém, eram de difícil aquisição. Em São Paulo não é possível seguir os mesmos parâmetros. O custo de vida na capital fluminense era mais alto, o comércio mais desenvolvido e as camadas de leitores, pelas suas condições socioculturais peculiares, mais espessas. Conforme já salientamos, por ocasião da venda de exemplares em duplicata da biblioteca pública, algumas coleções custavam o equivalente ao aluguel de uma casa nos arredores do Triângulo central. E se é certo que nos anos de 1820-30 a cidade se caracterizara pela “barateza dos víveres”, não é menos certo que as atividades comerciais não tinham o dinamismo da Corte. Além disso, o acesso a qualquer gênero extravagante era difícil e demorado.²⁹⁷ E se todos estes fatores não privilegiaram a posse de livros aos mais aquinhoados, eles por certo sugerem maiores dificuldades para a sua posse pelos menos afortunados.

Outra questão que os inventários suscitam diz respeito à avaliação dos acervos. Em seu estudo sobre *Os caminhos dos livros*, Márcia Abreu observa que esta avaliação – assim como a de outros artigos – ficava ao encargo de um profissional, “que listava seus bens e estipulava seu preço”.²⁹⁸ No caso de haver dificuldade para a contratação de um

²⁹⁵ *ibidem*, p.183.

²⁹⁶ *ibidem*, p.183.

²⁹⁷ Como afirma Gustavo Beyer, em 1813 – impressão que será confirmada por Saint-Hilaire, em 1818 – “tudo ali [em São Paulo] há por preços reduzidos, com exceção de roupas para ambos os sexos, por ser artigo de importação”. Não esqueçamos que foram também os livros artigo de importação. Gustavo Beyer, *Viagem a São Paulo no verão de 1813*, *op. cit.*, p.44.

²⁹⁸ Márcia Abreu, *Os caminhos dos livros...*, *op. cit.*, p.163.

especialista, escreve a autora, tornava-se mais prático deixar que “um dos ‘Avaliadores do Concelho’, ‘nomeados pela comarca’, efetuasse o conjunto das avaliações”.²⁹⁹

Vimos que o Pe. José Antonio dos Reis apresentou uma lista completa dos exemplares em duplicata à venda, em que ele discriminou o valor da obra e o preço pelo qual ela foi vendida. Infelizmente, o bibliotecário não informou os critérios estabelecidos para a avaliação dos livros. Também no que diz respeito ao inventário de dona Genebra de Barros Leite (1838), que será analisado mais adiante, não temos informações sobre os procedimentos então usados. Mas não há igualmente razão para duvidar de que as práticas descritas por Márcia Abreu não fossem de praxe.

Fortunas e livros, afinal, devem necessariamente caminhar juntas? A este respeito, escreve Luiz Carlos Villalta, com base nos inventários de Diamantina e Mariana: “na média, os donos de bibliotecas eram mais aquinhoados que os demais inventariados”.³⁰⁰ Em São Paulo, conforme verificamos nos gráficos acima, a presença de livros, assim como toda sorte de objetos que revelam certo refinamento no gosto dos inventariados, estava condicionada mais ao nível cultural do que ao montante bruto de suas fortunas, sendo esta relação totalmente aleatória. Afinal, em uma sociedade escravista, em que os meios de acumulação dividem a população livres basicamente em dois grupos, de um lado, o de proprietários e comerciantes de grosso trato e, de outro, o de profissionais liberais – fato que se evidencia na própria divisão em grupos do montante de inventários analisados por Maria Lucília Viveiros de Araújo³⁰¹ – não podemos esperar que as

²⁹⁹ *idem, ibidem*, p.164.

³⁰⁰ *ibidem*, p.183. No capítulo anterior fizemos breve inventário das bibliotecas de brasileiros ilustrados, alguns inconfindentes de Minas, insurretos do Rio de Janeiro, e concluímos que o tamanho das coleções não tinha relação com as fortunas. Assim o auto de devassa do cônego Luís Vieira apresentava mais livros do que o de Cláudio Manuel da Costa, para citar o exemplo mais corrente.

³⁰¹ Considerando as profissões declaradas em 141 inventários, a autora apresenta a seguinte escala de riquezas, por montante bruto: em 81 inventários, agrupam-se os comerciantes de bestas, escravos, secos e molhados, fazendas etc., que concorrem com 86,63% dos valores expressos no montante bruto; em segundo lugar, em situação muito inferior, aparecem os profissionais liberais, com 10 inventários, representando 3,77% das riquezas expressas por atividades. São advogados (2), boticários (3), cirurgião-mor (2), matemático (1), mestre régio (1), músico (1); em terceiro estão os agricultores, com 2,66%; em quarto lugar estão os profissionais da administração,

comunidades de leitores apresentassem grandes abismos no tocante à sua cultura material. No Brasil de dantes – mas nem tão distante que não possamos vislumbrá-lo – mais vale o ditado alemão segundo o qual todos os que sabem ler se conhecem.³⁰²

A história dos livros e, mais precisamente, dos amantes dos livros, ensina que os sábios não eram necessariamente os mais ricos, eles apenas não perdiam uma boa oportunidade para investir tudo o que possuíam e, por vezes, toda sua sorte – quando lhes faltavam o dinheiro – em livros. Era esta, afinal sua fortuna.

Como escreve Eduardo Freire no célebre estudo sobre a livraria do cônego Luiz Vieira:

“Figure-se isto: um letrado pobre, como era nosso Cônego – a pobreza era geral – tinha em sua casa, no sertão das Minas Gerais, duzentas e setenta obras, com cerca de oitocentos volumes. Essas centenas de volumes representavam uma biblioteca magnífica para a época e o lugar”.³⁰³

Contudo, as análises com base nos inventários *post mortem* merecem algumas ponderações. Não duvidamos que este corpo documental amplia a perspectiva dos estudos sobre a presença de livros na sociedade paulista. No entanto, é preciso considerar os elementos que “a secura da escrita notarial não permite precisar”.³⁰⁴ Não sabemos até

administrador ajudante (1), avaliador (1), contador (2), empregado público (1), escrivão (3), ouvidor (1), que participa com o maior montante de riquezas em sua categoria (1,4%). Religiosos e militares de baixa patente aparecem em último lugar. A média geral é de 1,98%. *cf.* Maria Lucília Viveiros de Araújo, *Os caminhos da riqueza..., op. cit.*, Tabela 35.

³⁰² Ora, não nos esqueçamos de que no Brasil os criados eram os escravos, e os assalariados compreendiam restrita camada de trabalhadores urbanos, que não eram exatamente assalariados, mas jornaleiros, como mostra a vasta bibliografia sobre homens livres pobres. Realidade totalmente diversa à da França nos estertores do Antigo Regime, onde é possível identificar uma hierarquia entre os segmentos de leitores do baixo escalão, de assalariados e criados, ou seja, o “povo”. Segundo Daniel Roche: “três características principais individualizam o povo no conjunto dos leitores parisienses: a propriedade e o uso dos livros seguem ao mesmo tempo a hierarquia das fortunas e as escalas das qualificações profissionais; o número médio de obras isoladas é escasso, mas o número total de livros possuídos progride nitidamente entre 1700 e 1790; enfim, o conteúdo aparente das bibliotecas populares medianas permanece inalterado”. Daniel Roche, *O povo de Paris. Ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*. São Paulo: Edusp, 2005, pp.285-286. Para o estudo da sociedade brasileira, *cf.* Caio Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. São Paulo: Martins, 1942; Maria Sylvania de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1976.

³⁰³ Eduardo Freire, *O diabo na livraria..., op. cit.*, p.20.

³⁰⁴ Roger Chartier, *Livros e leituras..., op. cit.* p.175. Segundo Robert Darnton, os estudiosos do livro que se baseiam nos “*inventaires après décès*”, “sofrem dos desvios apresentados nos documentos, que

que ponto objetos menos expressivos, ou de menor valor, foram descartados pelos inventariantes. São, por exemplo, raras as ocorrências em que apenas 1 livro foi computado. No grupo A, já o assinalamos, a menor biblioteca tem 7 exemplares. No grupo B há um único inventário com 1 só livro. No grupo C, apenas 3 inventários apresentam 1 único volume. Com quantos livros, afinal, se faz uma biblioteca? A ausência de móveis apropriados para a conservação dos exemplares poderia acobertar outros tantos volumes guardados no foro íntimo. Além disso, nada garante que volumes, ou mesmo coleções inteiras tenham sido emprestadas,³⁰⁵ ou simplesmente doadas pelos antigos proprietários, fazendo com que os livros escapassem ao registro notarial. E, para concluir este rol de questões sem respostas, quantos livros podem ter sido danificados por pragas ou outros acidentes de percurso, a ponto de serem negligenciados no levantamento dos bens?³⁰⁶ É preciso, portanto, assumir que as estatísticas demonstram tendências, suscitam questões que, na maior parte das vezes, os números, por eles mesmos, não podem resolver.

geralmente negligenciam livros de pouco valor comercial ou se limitam a declarações vagas como ‘uma pilha de livros’”. Robert Darnton, “História da leitura”. In: *A escrita da História*. Novas perspectivas. Organizado por Peter Burke. São Paulo: Unesp, 1992, p.209.

³⁰⁵ Vimos a dificuldade que o bibliotecário público, em 1826, teve para inventariar o acervo da biblioteca, posto que muitos livros haviam sido emprestados pelos franciscanos e jamais devolvidos.

³⁰⁶ Segundo o Pe. Aires de Casal, na cidade de São Paulo “os insetos danificam menos as bibliotecas”. A afirmação, no entanto, é vãida apenas para a capital. Vimos que Daniel Kidder conheceu um padre, no interior da província, que desistira de formar uma biblioteca porque as pragas danificavam seus volumes. Em 1814, o viajante Gustavo Beyer observa que na Biblioteca Nacional misturava-se arsênico na cola que era usada para encadernação dos volumes, a fim de protegê-los das pragas. É verdade que nenhum destes relatos se refere especialmente ao burgo piratiningano, mas não podemos negar que o autor da *Corografia Brasileira* estivesse bastante preocupado em promover São Paulo como centro ideal para a instalação da primeira universidade do Brasil. Padre Aires de Casal, *Corografia Brasileira ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil composta e dedicada a sua majestade fidelíssima*, São Paulo: Cultura, 1943 [1ª. ed., 1817.] Tomo I, pp.162-163; Gustavo Beyer, *op. cit.*, p.18.

Leituras

Na busca de um perfil – ou de perfis – do leitor brasileiro, na Colônia e nos primeiros decênios do Império, Jorge de Souza Araújo embrenhou-se no vasto e tortuoso caminho da pesquisa com base nos inventários *port mortem*. Na São Paulo oitocentista o autor se deteve em duas coleções: a de Luís Nicolau Fagundes Varela, “homônimo e avô do poeta romântico brasileiro, que foi professor na Faculdade de Direito do Largo São Francisco [...] inventariado em 1836.”³⁰⁷ E no inventário de dona Genebra de Barros Leite, de 1838.

Qual o perfil de leituras de um magistrado, professor de Direito no Largo São Francisco e detentor de biblioteca volumosa para os padrões da época (360 títulos)? Obras de Jurisprudência, Belas Letras, História, Filosofia e Medicina correspondem, em linhas gerais, ao acervo de Luis Nicolau Fagundes Varela. O autor de *Perfil do leitor colonial* destaca, ainda, alguns títulos que considera reincidentes nas bibliotecas da época:

“Amour de Sapho, Art de traduire, Il Decameron, de Boccacio, Orlando Furioso, de Tasso [...] Gouvernement Civil, de Locke, Les liaisons dangereuses, de Choderlos de Laclos, Lettres de Ganganelli, Werther, de Goethe, Bucolicas, de Virgilio, numa relação onde cabem também as Poesias de Nicolau Tolentino”.³⁰⁸

Ao que conclui:

“É, de fato, uma biblioteca bem diversificada de assuntos e, pelo visto, com títulos e autores mais articulados com o século XVIII, do que propriamente com o XIX [...] a estante do dr. Luís Nicolau Fagundes Varela adianta nossa observação de ver no leitor oitocentista brasileiro alguém que investe na leitura e no livro com uma voracidade consumidora, denunciando, entretanto, um respeito e um gosto quase totêmico pelas obras literárias, em prosa ou em poesia”.³⁰⁹

³⁰⁷ Jorge de Souza Araújo, *Perfil do leitor..., op. cit.*, p.155. Segundo o levantamento de Maria Lucília Viveiros de Araújo, trata-se do processo de número 1723. Por razões que desconhecemos, a autora não incluiu este inventário na listagem em que aparecem livros.

³⁰⁸ *idem, ibidem*, pp.459-460.

³⁰⁹ *ibidem*, pp.459-460.

Neste aspecto, concordamos com a análise de Jorge de Souza Araújo, quando afirma que o leitor das primeiras décadas do Oitocentos não se distancia muito da geração que o precedeu, ou seja, a dos letrados formados na metade do Setecentos. Isso porque há sempre um hiato entre o momento de edição da obra e sua recepção por um amplo público, de modo que uma geração não pode negar totalmente os livros da tradição. Há casos excepcionais, em que um livro se torna *best seller* no momento de sua aparição, como o demonstra Daniel Mornet em seu estudo sobre os leitores de *La nouvelle Héloïse*.³¹⁰ Mesmo considerando que os livros franceses atravessavam prontamente o oceano – descontando-se obviamente as questões de natureza técnica, que comprometiam a velocidade dos meios de comunicação entre os dois continentes – via Portugal ou via Bélgica, Suíça, França, cumpre ressaltar que o inventário de um leitor culto como o bispo d. Mateus não tinha um só volume de J.-J. Rousseau (1712-1778). Diferente da biblioteca de Luis Nicolau Fagundes Varela, em cujo inventário figura a *Nouvelle Héloïse*³¹¹ e outro romance epistolar, *Les liaisons dangereuses*, de Choderlos de Laclos (1741-1803).³¹² Em que pese as inúmeras variáveis que a leitura dos inventários não pode resolver, estas pequenas faltas de cânones da literatura – o que dirá de autores hoje desconhecidos, que circularam à exaustão no passado? – sugerem o distanciamento de uma geração a outra.³¹³

O que se confirma na pesquisa realizada por Márcia Abreu, com base “em requisições submetidas à censura portuguesa [...] com destino ao Rio de Janeiro”, nos períodos de 1769-1807 e 1808-1826. Considerando apenas os três títulos mais solicitados

³¹⁰ Daniel Mornet [1910], « Les admirateurs inconnus de la ‘Nouvelle Héloïse’ ». *La revue du mois*. Paris, 1910, pp.536-554. Sobre os best-sellers apagados pela tradição, cf. Roberto Darnton, *Edição e sedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

³¹¹ Com efeito, como o demonstram os estudos literários, o romance epistolar havia despertado a sensibilidade do leitor setecentista, o que justifica o sucesso de Rousseau – “o ganho de 10.000 libras somente ano de 1761; ao que se soma a centena de edições ou de contrafações que aparecem entre 1761 e 1800”. Henri Coulet, “Introduction”. *In: J.-J. Rousseau, Julie, ou La Nouvelle Héloïse. Lettres de deux amants, habitants d’une petite ville au pied des Alpes recueillies et publiées par J.J. Rousseau*. Editions Pléiade, 1964, p.XVIII.

³¹² Único sucesso do autor, cuja primeira edição data de 1782.

³¹³ A exemplo de Saint-Evremont, que segundo Daniel Mornet teve ampla difusão na França pré-revolucionária. cf. Daniel Mornet, *Les origines intellectuelles...*, *op. cit.*, várias páginas.

no período de 1769 a 1807, temos uma seleção bastante eclética de autores. Dentre “519 títulos enviados”, *Les aventures de Télémaque*, de Fénelon (1651-1715) aparece em primeiro lugar, com 38 requisições; em segundo, com 24 pedidos, temos *Night Thoughts on Life Deaths and Immortality*, de Edward Young (1683-1765); e *Selecta Latini Sermonis...*, de Pierre Chompré (1698-1760), com 22 pedidos. Todos, no entanto, remontam às leituras do século XVII. Ou da primeira metade do Setecentos.

No período seguinte, de 1808-1826, a obra de Fénelon permanece a mais requisitada, com 56 pedidos, em 800 títulos enviados;³¹⁴ dividem o segundo lugar, a *Selecta* de Chompré e *Les milles et une nuits*, por Père Galand (1646-1715), como 55 pedidos cada uma; em terceiro, figura a *História de Gil Blas de Santillane*, por Alain René Lesage (1688-1747), com 50 pedidos.³¹⁵

A análise detalhada de um inventário de livros ratifica esta tendência?

O acervo catalogado no inventário de dona Genebra de Barros Leite (1838) totaliza 325 títulos, o equivalente a 1.202 volumes.³¹⁶ Para uma análise mais apurada da livraria, procedemos a uma divisão dos títulos por domínios, de acordo com as categorias de classificação adotadas na época.³¹⁷ Concluimos, desse modo, que os livros aparecem

³¹⁴ Como escreve Márcia Abreu, “Fénelon realizou o sonho impossível do escritor contemporâneo: manter-se no topo da lista de livros preferidos por mais de cem anos, não só em seu próprio país, mas até mesmo em terras longínquas, como o Brasil”. A edição original é de Paris, 1699. Márcia Abreu, *op. cit.*, p.108. Com apenas um reparo em sua afirmação: a América Portuguesa e a Espanhola, como o demonstra Eduardo d’Oliveira França, desde o seiscentismo figura na cartografia da circulação de idéias européias. E de obras de conteúdo morais, como os livros de devoção, as histórias de santos, mas também as de conteúdo pedagógico, como esta, de Fénelon. Não espanta que bibliotecas particulares de outras partes, inseridas no circuito ibérico, apresentem um conjunto mais ou menos coerente de leituras, como a de Bernadino da Silva Guimarães, cujo acervo era composto de 69 volumes, entre eles, obras de Bossuet, Fénelon e Rousseau (*Contrato Social*); ou a de Manuel Patrício de Castro, que assomava 416 volumes, com obras de Pascal, Bossuet, La Fontaine e Montesquieu. Ambos os casos remontam a acervos identificados em Angola, no início do século XIX. cf. Eduardo d’Oliveira França, *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997, pp.50 ss.; Carlos Pacheco, “Leituras e bibliotecas em Angola na primeira metade do século XIX”. *Locus*. Juiz de Fora, v.6, nº2, 2000, pp.21-41.

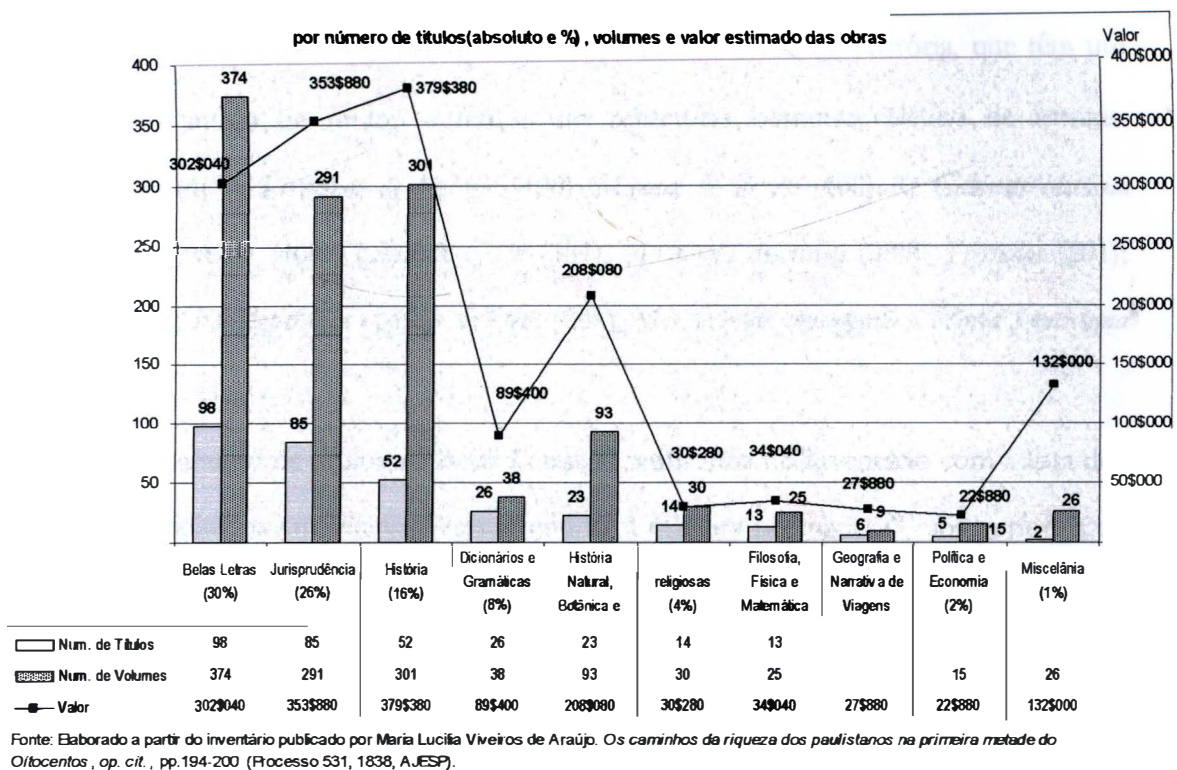
³¹⁵ Márcia Abreu, *Os caminhos dos livros...*, *op. cit.*, p.90 e p.107.

³¹⁶ A análise do inventário foi possível devido à sua publicação por Maria Lucília Viveiros de Araújo, na forma de anexo à sua tese citada.

³¹⁷ Por exemplo, a classificação realizada pelo Pe. José Antonio dos Reis no inventário da biblioteca pública (1826), cf. Tabela 1.

bem distribuídos em basicamente dois eixos: o dos “grandes temas”, reunindo obras de Belas Letras (30%), de Jurisprudência (24%) e de História (16%); e outro bem mais heterogêneo, no qual aparecem conjuntos tradicionais, como os livros religiosos (5%),³¹⁸ as Gramáticas e dicionários de língua estrangeira (8%), as obras História natural e Medicina prática (7%), os livros de Filosofia, Física e Matemática (4%), e os de Geografia (2%). E uma área emergente, que é a de Economia e Política (2%). O conjunto de livros não classificados corresponde a 3% do acervo e aparece sob a rubrica Miscelânea.³¹⁹

Gráfico 8 - Biblioteca da casa de dona Genebra de Barros Leite



A composição do acervo reflete em suas linhas gerais o movimento de “obras à espera de liberação na alfândega do Rio de Janeiro”,³²⁰ no período de 1808 a 1826’. Se

³¹⁸ Não teceremos comentários sobre a literatura de caráter religioso e seu papel na caracterização das leituras femininas. A este respeito, cf. Leila Mezan Algranti, *Livros de devoção, atos de censura. Ensaio de história do livro e da leitura na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004.

³¹⁹ Do conjunto, destacamos a *Encyclopédie moderne*, 22 volumes, em francês; a *Revue Encyclopédique*, que parece ter gozado de certa influência sobre o meio letrado local, posto que em 1836 o *Quadro estatístico* de Daniel Pedro Müller anuncia sua assinatura na Biblioteca da Faculdade de Direito; e outras coleções completas cujos autores não identificamos.

³²⁰ Leila Mezan Algranti, *Livros de devoção...*, op. cit., pp.257-288.

considerarmos os domínios menos representativos em termos de números de títulos ou de volumes, como vemos no gráfico acima, notamos que estes o são igualmente reduzidos na lista de títulos compulsados por Leila Mezan Algranti. No entanto, em certos casos, o número de exemplares à mercê de licença junto à Mesa do Desembargo do Paço atesta certa popularidade da obra, compensando, neste caso, a pouca variedade de títulos, o que poderia nos conduzir a uma falsa idéia sobre o caráter secundário de certos gêneros literários.³²¹ Considerando apenas os títulos que apresentam um montante superior a 200 exemplares – o que é absolutamente inacreditável, pois a maior parte dos pedidos se situam entre 1 e 5 exemplares, sobretudo os livros de História, que têm um leque muito amplo de títulos – temos um repertório bastante eclético de leituras: *Conhecimentos* (400); *Livrinhos de Milagre* (400); *Manual do devoto* (400); *O Gabinete histórico* (400); *Ritos diferentes* (400); *Libro de Corin* (381); *Anatomia descritiva* (280); *Treslados* (201); *Atos práticos de Fé, Esperança e Amor de Deus* (200); *Mês de maio consagrado à Maria Santíssima* (200)”.³²²

Comparando os títulos de Belas Letras identificados no inventário com a lista dos dez “mais solicitados em requisições submetidas à censura portuguesa”, nos períodos de 1769-1807 e 1808 e 1826, observamos que, consoante às preferências de leituras da época, expressas na pesquisa de Márcia Abreu, a livraria apresenta alguns títulos em comum. De acordo com a listagem de 1769-1807, identificamos as seguintes coincidências: *Noites*, de Young, 2 v., em português;³²³ *La Fontaine*, 2 v., em francês; Milton, *O paraíso perdido*, 2 v.,

³²¹ Esta relação entre nº de títulos relativos a um certo domínio temático e o número de exemplares pedidos revela aspectos muito curiosos do movimento editorial da época e, por extensão, do leitor brasileiro. A enumeração que se segue no parágrafo de pedidos com mais de 200 exemplares contraria a própria tendência de preponderância de títulos de Belas Letras e História verificada na listagem. Estes leitores embora tivessem uma gama maior de títulos a escolher, não eram tão numerosos, quanto, por exemplo, os leitores de livros religiosos. O que não invalida o interesse pelas outras áreas neste estudo comparativo.

³²² Esta pequena amostragem dos mais pedidos saiu de uma listagem de 1.410 títulos inventariados. *idem, ibidem*.

³²³ Edward Young foi autor lido e que exerceu certa influência entre os poetas nacionais no período de 1790 a 1830. José Bonifácio, certamente sob influência da poesia pré-romântica inglesa, escreveu “poema sobre *O Inverno*, uma epístola sobre a primavera, uma tradução da *Primeira Noite* de Young...”. Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira, op. cit.*, t.2, p.207. Em 1833, no número 2 da *Revista da Sociedade Filomática*, “foram os primeiros poemas de Gonçalves

em português. No período de 1808-1826, temos a edição de *Mil e uma noites*, em 7 v. (o título aparece em português, mas não há indicação do idioma). Entre as obras que figuram na lista de requisições dos dois períodos, temos: *Gil Blas*, 4 v., em francês e *Télémaque*, de Fénelon, assim apresentado em 3 edições, duas em 2 v. e uma em 1 v., todas em francês.

Diferentemente dos inventários analisados anteriormente, neste já é possível ter uma base da literatura em língua portuguesa que freqüentava as bibliotecas paulistas. Ou, pelo menos, que ocuparam a estante desta livraria, em particular. São os autores, em rápidas passadas, pois a listagem completa se encontra no final do capítulo: Cláudio Manuel da Costa, Marcílio de Albuquerque, Francisco Dias Gomes, Sá de Miranda, Felinto Elísio, Gabriel Pereira de Castro, ainda, uma edição de *Memórias da literatura portuguesa*, 8 v. e outra do *Parnaso lusitano*, 6 v.

Não temos aqui vasta lista de autores clássicos, dos gregos e latinos presentes nas bibliotecas do convento e do bispo, conforme observamos anteriormente. Seria um indício dos novos tempos, ou estamos em face de uma biblioteca singular? Ao contrário, a literatura italiana aparece bem representada: duas edições de Dante (1265-1321), a *Divina Comédia*, em 4 volumes e *Infêrno*, em 3 v.; de Petrarca, *Rime*, edição em 2 v., traduzida para o francês; e de Polísiano, *La stanse de Orfeo*, 1 v., no original. O interesse pela literatura italiana se expressa, ainda, nas obras de Schoell, *Histoire de la littérature romaine*, 4 v., Gingue, *Littérature de l'Italie*, 10 v. e Sismondi, *Littérature du Midi*, 4 v.

Dominam os livros em francês no acervo. O gosto pela literatura produzida no Século das Luzes se faz representar na listagem em suas diferentes gerações, às quais se

Magalhães aí criticados e comparados aos *Night Thoughts* de Young”. Richard Morse, *Formação da cidade de São Paulo...*, op. cit., p.133. O autor se refere ao artigo “Ensaio crítico sobre a Coleção de Poesias do Sr. D. J. G. Magalhães”, de Justiniano Rocha. Documento citado por Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, op. cit., t.1, p.310.

refere V.-L. Saulnier,³²⁴ procedimento que nos permite relativizar, ou melhor, nuançar a idéia de um Século cuja produção é linear e homogênea.

Da “geração da Regência (1720)”, Montesquieu e suas *Lettres perses*, 2 v., em francês. Na verdade, o autor se faz presente com todo o conjunto de sua obra, indicada na seção de Jurisprudência. Na “geração da *Encyclopédie* (1750)” figuram Voltaire, *Oeuvres complètes*, em 14 v., no original e Rousseau, cuja obra marca presença em 4 diferentes edições: *Nouvelle Heloïse*, 6 v., em francês; *Heloïse*, 4 v., tradução, em espanhol (!); e duas diferentes edições de *Oeuvres*, ambas em 2 v., em francês. A “geração de Luís XVI, ou da arte de se consolar – dos cínicos e sentimentais”, identificamos Choderlos de Laclos, *Oeuvres*, Gilbert (1751-1780),³²⁵ obra vária de Dellille (1738-1813), inclusive sua tradução das *Geórgicas* de Virgílio,³²⁶ Raynal (1713-1796), *Le catéchisme universel* e, em Jurisprudência, Mably (1709-1785), *Oeuvres complètes*, em 12 v.

À “geração da Revolução Francesa (1790)”, pertencem Chateaubriand (1768-1848), *O gênio do cristianismo*, 9 v., citado em português, mas sem indicação segura do idioma em que aparece a obra.³²⁷ E Madame de Staël (1766-1817), *Oeuvres de Littérature*, 2

³²⁴ Todas as referências às gerações que marcam a história literária do Setecentos francês foram extraídas de V.-L. Saulnier, *La littérature du siècle philosophique*. Paris : PUF, 1958, várias páginas.

³²⁵ Sobre o autor, escreve Brito Broca: “Um dos poetas mais lidos pelos nossos românticos, e cuja influência se denuncia em alguns deles (Lúcia Miguel Pereira assinala-a nas primeiras produções líricas de Machado de Assis) foi Gilbert. Seu grande prestígio teria vindo, do fato de encarar, como Chatterton, o tipo do poeta, vítima da sociedade, que não lhe reconhece o mérito e recusa-lhe o lugar devido no ‘banquete da vida’”. Brito Broca, *O que liam os românticos*, *op. cit.*, p.167.

³²⁶ Ao lado de Dellille, devemos citar Thomson, Bernadin de Saint Pierre e Young, autores que marcaram a geração pré-romântica. James Thomson é autor de *Seasons*, traduzido para o francês em 1759. José Bonifácio dedicou-lhe epígrafe a um poema escrito em Coimbra, em 1785. O título aparece no inventário de d. Mateus e neste, de dona Genebra. Assim como Bernadin de Saint Pierre figura em ambos os inventários. *cf.* Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, *op. cit.*, t.1, p.209. Da epígrafe ao poema *Epístola*, de José Bonifácio:

“...Nor ye who live

In luxury and ease, in pomp and pride,

Think these lost themes unworthy of your ear”. *apud.* José Bonifácio, *o Velho*. Poesia, *op.cit.*, p.50.

³²⁷ A marca de Chateaubriand se faz presente em todas as partes, na geração dos poetas cuja produção se inscreve no período de 1810 a 1830. No pré-romantismo vingou um tipo de sensibilidade que o autor francês denominou de *vague-à-l’âme*. *cf.* Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, *op. cit.*, tomo 1, p.287.

v., no original e *Obras completas*, 17 v., em português.³²⁸ Seu livro *Considérations sur la Révolution française* teve notável repercussão, foi publicado em 1818, tendo sido a edição preparada por Duc de Bruglier e barão de Staël. Em alguns dias, escreve Jacques Godechot, os 60.000 exemplares se esgotaram. Em seguida, o texto foi inserido na primeira edição de *Oeuvres Complètes*, que saiu em 1820, organizada por Bruglier. Na biblioteca da Faculdade de Direito consta uma edição de suas obras completas, em francês, organizada por Staël-Holstein [Paris: Firmin-Didot Frères, 1844, 17 v.].³²⁹ Em São Paulo, seu nome figurou logo nos primeiros artigos da *Revista da Sociedade Filomática*, ao lado de Schiller e Goethe, e Paulo Eiró a cita no prefácio ao drama *Sangue Limpo*, dirigido ao diretor da Faculdade de Direito, Antonio Joaquim Ribas.³³⁰ As marcas do tempo param nesta geração. Ainda não houve tempo para que Hugo, Lamartine, George Sand figurem nos inventários. Ao contrário, estes autores estão vivos na imprensa e nas múltiplas referências que marcaram a produção dos acadêmicos após os anos 1830-40.

Na seção de obras históricas as mudanças de comportamento do leitor leigo se tornam mais evidentes. A livraria soma 52 títulos e 301 volumes nesta seção. Dentre os títulos com idioma declarado, 61,5% são em francês e 19,2% em português, isto quer dizer que mesmo as obras de autores ingleses e italianos, assim como os textos antigos figuram em traduções. O interesse pela Antigüidade continua irretocável – 25% do acervo se destina aos livros de História Antiga. No mais, os títulos se distribuem, *grosso modo*, em História Moderna³³¹ e Contemporânea. Com apenas uma ressalva: estes limites cronológicos informam muito pouco sobre o conteúdo do acervo, onde predominam as

³²⁸ Duvidamos de que se trate de uma edição traduzida. Não a identificamos nos catálogos da Biblioteca Nacional de Lisboa e da Bibliothèque nationale de France, tampouco nos acervos da USP.

³²⁹ cf. Mme. de Staël. *Considérations sur la Révolution Française*, *op. cit.* p.32. As edições de suas obras completas saíram *in 8* e *in-12*. Houve também uma edição compacta.

³³⁰ “Seja-me permitido escrever algumas linhas preliminares, não em favor da obra, pois como disse Madame de Staël, ‘um livro defende-se a si mesmo’ nem para expender dificuldades inseparáveis de um ensaio em gênero tão escabroso de literatura, mas para manifestar o pensamento capital que presidiu à confecção deste drama”. Paulo Eiró, “Prefácio” [à peça *Sangue Limpo*], *In: Vida cotidiana em São Paulo*, *op. cit.*, p.315.

³³¹ Apenas um título figura nestes termos, trata-se do *Cours d'histoire moderne*, de Guizot, 1 vol.

histórias gerais, quase sempre volumosas, em que a unidade da nação prevalece sobre a divisão cronológica. Assim são:

Histoire de France, de Bysson (6 v.) ; Résumé de l'histoire de l'Angleterre, por Bodin (1 v.); Histoire de l'Angleterre, de Hume, tradução francesa (21 v.); Beautés de l'histoire de l'Italie, de M. Giraud (2 v.); Histoire des républiques italiennes, de Sismondi (16v.); Histoire florentine, de Machiavel (2 v.); História de Portugal Restaurado, de dom Luis de Meneses (4 v.); Resumo de História do Brasil, de Bellegarde (1 v.).

Neste conjunto, podemos ainda agrupar as narrativas biográficas, histórias de homens notáveis ou “de destinos coletivos”, como escreve Braudel:

Victoire et conquêtes de Français (28 v.); Biographie de tous les ministres (10 v.); Vie des hommes illustres (12 v.); Histoire des Français, de Sismondi (15 v.); Louis XIV, sa cour et ses regents (4 v.); Biographies des contemporains (20 v.).

Respondendo a Jorge de Souza Araújo, que via no leitor das primeiras décadas do Oitocentos um mantenedor das linhagens setecentistas, observamos que em matéria de história este leitor não rompe totalmente com a tradição, mas não deixa de seguir as orientações gerais de sua época. É o que podemos inferir ao comparar esta listagem de livros inventariados, com outra, relativa à formação histórica de Michelet. Das 14 obras que compuseram o repertório de estudos do autor de *Le peuple*, entre 1822 e 1823, 5 autores coincidem com o acervo inventariado – os títulos citados seguem as referências do inventário e não da listagem de Michelet: Gibbon, *Décadence de l'Empire romain*, tradução francesa (13v.); Sismondi, *Histoire de France e République romaine*; Hume (já citado); Daru, *Histoire de la république de Venise*; e o livro de Lacretelle, se bem que neste caso a lista de Michelet considera a *Guerre des religions* e no inventário temos sua *Histoire de la Révolution française*, (6v.).³³²

³³² Assim escreve Lucien Febvre, ao comentar as condições em que Michelet iniciou os estudos históricos: “Aquele homem de 24 anos, sem professor de história durante toda a juventude, mas trazendo com ele, como um instinto, toda a história, cuja revelação ele ia dar, precisaria mostrar-se começando a orientar-se para as leituras históricas, em 1822-23, após a *agrégation*, continuando seus sólidos estudos de filosofia, e suas leituras de clássicos, mas empreendendo uma investigação metódica e geral do domínio histórico, tal qual era reconhecido no seu tempo”. Lucien Febvre, *Michelet e a Renascença*. São Paulo: Scritta, 1995, p.148.

O interesse por obras históricas e, em particular, pelos temas atinentes à França e, de forma ainda mais específica, ao período compreendido entre a Revolução e o Congresso de Viena, em 1815, verifica-se no referido documento “obras à espera de liberação na alfândega do Rio de Janeiro (1808-1821)”.³³³ Dentre as 201 obras históricas passíveis de identificação nesta listagem,³³⁴ 19 são seguramente de História contemporânea: *Abrégé de l’Histoire de la Révolution* (1); *Beautés de l’Histoire de la Révolution Française* (1); *Belezas da História da Revolução Francesa* (6); *Bonaparte, sa famille et sa cour* (3); *Campagnes de Bonaparte* (3); *Confissão de Bonaparte* (20); *Congrès de Vienne* (3); *Considérations sur la Révolution française* (3); *Description historique De St. Helène* (3); *État de la France sur Bonaparte* (1); *Histoire amoureuse sur N. Bonaparte* (3); *Histoire de France du XVIIe.s.*(3); *História da Revolução Francesa* (1); *Infortune de victimes de Bonaparte* (3); *Itinerèrre de Bonaparte à St. Hélène* (3); *Painel da Revolução Francesa* (1); *Régence du Duc d’Orléans* (2); *Révolution Française ou Analyse Complète du Moniteur* (1); *Souvenirs et Portraits 1789-1790* (3).³³⁵

E já que estamos a buscar no inventário elementos que singularizam as leituras do período compreendido entre as décadas de 1790 e 1830, passemos ao grande tema da época. Três obras, entre elas, duas das mais importantes interpretações sobre a Revolução que se fez no seu tempo: *Des moyens de gouvernement et d’opposition dans l’état actuel de la France*, de Guizot³³⁶ e *Histoire de la Révolution française*, de A. Thiers.³³⁷ E a citada obra de Lacretelle, *le Jeune* (1766-1855)³³⁸, *Le précis historique de la Révolution Française* (1801-1806).

³³³ Leila Mezan Algranti, *Livros de devoção...*, op. cit., pp.257-288.

³³⁴ Entre História Sagrada, História Universal, Biografia, História de costumes, Memórias etc.

³³⁵ Os números expressos entre parênteses são relativos ao número de exemplares declarados. Note-se que eles são infinitamente menores do que os pedidos listados anteriormente. Neste conjunto, cumpre ressaltar que muitas outras obras versam sobre a História da França.

³³⁶ A primeira edição é de Paris, Ladvocat, octobre 1821, in-8°.

³³⁷ A primeira edição é de Paris, Lecointe et Durey ; impr. de Cosson, 1823-1827, in-8° Apenas a partir do tomo III o título se torna *Histoire de la Révolution française*, par M. A. Thiers; uma nota do editor explica esta mudança ao anunciar a publicação separada da obra de F. Bodin relativa aos *Estados tomados em Paris durante o reinado e a prisão de Jean*. Segundo Léandre e Bourquelot, esta publicação não foi efetivada.

³³⁸ Lacretelle se formou em Direito. Em Paris, trabalhou na redação do *Journal de Débats* (1790). Tomou-se secretário do duque de La Rochefoucauld, sendo exilado após o 18 Frutidor. Findo o 18 Brumário consagrou-se às letras, tornou-se membro da Academia, em 1811, professor de História na *Faculté es Lettres*, em Paris, vindo a acolher com entusiasmo a Restauração (1815). Foi

De François Guizot (1787-1874)³³⁹ e Adolphe Thiers (1787-1877)³⁴⁰ podemos dizer que suas biografias remontam aos acontecimentos mais importantes da história política francesa após a Revolução. Suas obras foram escritas no início dos anos de 1820, após a queda do ministério Decazes,³⁴¹ quando o Estado promove a cassação dos ativistas liberais. Como escreve Hobsbawm,

“foi desse modo que a escola histórica da Restauração, a de Guizot, Thiers, Mignet e outros veio à luz, embora, quando a ação tomou-se novamente factível, alguns tenham preferido permanecer em seus estudos. Aquilo em que esses jovens historiadores estavam engajados era a elaboração de uma teoria para realizar uma revolução burguesa. Em 1830, eles a puseram em prática”.³⁴²

Quantos homens de letras não teriam buscado se espelhar na carreira destes juristas, que depois de Benjamin Constant (1767-1830), foram os maiores ideólogos do liberalismo e da monarquia constitucional na França?

Nesse ponto, acreditamos ter chegado o momento de apresentar o leitor provável de Machiavel, Montesquieu, Rousseau, Voltaire, Thiers, Guizot, enfim, dos autores presentes no inventário de dona Genebra de Barros Leite, concluído em 1838. Segundo Jorge de Souza Araújo, o acervo pertencera ao brigadeiro Luís Antonio de Souza, de

igualmente entusiasta da monarquia de Julho, mas, nessa época, havia sido afastado da cena política pelos novos grupos no poder. *Larousse XXe.s.*, tome 4, p.287.

³³⁹ Guizot foi professor da Sorbonne na época do Império, tomou-se secretário geral do governo provisório, em 1814. Em 1830, foi nomeado ministro do interior e, de 1832 a 1837, ocupou a pasta do Ministério da Educação. A partir dessa época Guizot assume uma posição radicalmente conservadora, distanciando-se, dessa forma, de outros ideólogos da sua geração. Escreveu vasta obra, durante sua vida. Após 1848, ao se retirar da vida política, conclui seu mais ambicioso projeto, *L'Histoire de la Révolution en Angleterre*.

³⁴⁰ Thiers nasceu em Marseille, formou-se em Aix-en-Provence e, em 1821, estabeleceu-se em Paris. Em 1830 fundou o *National*, porta-voz da monarquia parlamentar. Contribuiu para o sucesso de Louis Philippe e, durante o regime conhecido como monarquia de Julho, teve papel de destaque na cena política. Teve longa carreira política, que se estende até os acontecimentos que levaram à proclamação da República francesa, em 1871. cf. Bernard Noël, *Dictionnaire de la Commune*. Paris: Fernand Hazan, 1971, p.347.

³⁴¹ A queda de Descazes, em 1820, se deu após o assassinato do duque de Berry e a reação ultra-conservadora do governo. Uma das primeiras medidas foi o acirramento da censura sobre os jornais. Após este fato, os ativistas liberais recuaram para voltar à cena pública apenas em 1830, quando desferiram o golpe final sobre a monarquia dos Bourbons. cf. Georges Duby, *Histoire de la France*. Paris: Larousse, 1970, pp.378-379.

³⁴² Eric Hobsbawm, *Écos da Marselhesa*. Dois séculos revêem a Revolução Francesa. Tradução de Maria Célia Paoli. 2ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.43.

“tradicional família paulista, oriundo do patriarcado rural aristocrático” e, acrescenta Maria Lucília Viveiros de Araújo, dono da maior fortuna que São Paulo conheceu nas primeiras décadas do século. Foi ele o primeiro marido de dona Genebra. Todavia, o brigadeiro faleceu em 1819, tendo a viúva contraído segundas núpcias com José da Costa Carvalho, a quem atribuímos a posse, senão de todos, pelo menos da maior parte dos livros. Pela data de algumas edições, como as pertencentes à “geração da revolução” e outras obras históricas difundidas após 1815, seria muito difícil que o comerciante e militar de carreira que foi seu primeiro marido tivesse tempo hábil – e, possivelmente, interesse – para adquiri-las. Outrossim, o volume de obras jurídicas indica que a biblioteca, de fato, pertenceu a um bacharel.

Analisando o perfil de Costa Carvalho, aguerrido publicista do liberalismo e da monarquia constitucional, concluímos que estas leituras parecem se adequar melhor à sua carreira política e intelectual. Nasceu em Salvador, formou-se em Direito, pela Universidade de Coimbra, em 1796, e se instalou na capital paulista como comerciante de fazendas secas, na rua do Ouvidor, 34. Fez parte da Regência Trina Permanente (17/06/1831 a 18/07/1833), foi nomeado diretor da Faculdade de Direito (1835-1836), ocupou a presidência da província de São Paulo, no curto período de 20 de janeiro a 24 de agosto de 1842, quando eclodiu a revolta liberal.³⁴³ Deve-se a ele a promulgação da lei de 04/09/1850, que extinguiu o tráfico de escravos. Em 1854 recebeu as ordens de Marquês de Monte Alegre, conforme figura em suas biografias.³⁴⁴

Reforçam a hipótese de que a ele pertenciam os livros, os seus escritos jornalísticos, atividade que inicia em São Paulo, após ter aberto uma tipografia e seu próprio foro, o *Farol Paulistano*, em 1827. No jornal, que foi o primeiro impresso da cidade, vale lembrar, reuniram-se outros formadores de opinião, cujo papel foi decisivo

³⁴³ Sobre sua participação na revolta, ver Aloísio Azevedo, *A revolução liberal de 1842*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

³⁴⁴ cf. Antonio Barreto do Amaral, *Dicionário de autores paulistas...*, *op. cit.* [Verbete José da Costa Carvalho].

na derrocada do Primeiro Reinado, em 1831. Eram colaboradores da folha Odorico Mendes, Antonio Mariano de Azevedo Marques, senador Vergueiro e Libero Badaró, que em 1830 se tornou “mártir” da campanha constitucionalista em São Paulo.³⁴⁵ No primeiro número do *Farol Paulistano*, de 7 de fevereiro de 1827, são apresentados os princípios do libelo:

“chamar a atenção dos cidadãos com breves, claros, e muito simples discursos acerca da Monarquia Constitucional, systema representativo, garantias endividuaes e sobre todas as matérias que convem saber a os povos que aspiran a ser livres”.³⁴⁶

E, para não termos dúvidas sobre o quanto os liberais paulistas se encontravam ajustados ao meridiano de Paris, o que justifica a presença de obras atuais e importantes na historiografia da Revolução Francesa, como as que acabamos de identificar no inventário, lembramos que, em 1830, os estudantes da Faculdade de Direito se regozijaram com a notícia do golpe orleanista na França, fazendo demonstrações de simpatia ao liberalismo triunfante. E como escrevemos noutra oportunidade,

“Em São Paulo, louvava-se a França de Julho de 1830, sobretudo para criticar possíveis intentos absolutistas de Pedro I. A manifestação fez com que o ouvidor Candido Japyassu ordenasse uma devassa. O *Observador Constitucional* aumentou as críticas que já endereçava ao ouvidor. Também a Câmara Municipal protestou contra Japyassu, enviando um ofício ao vice-presidente de São Paulo, no qual dizia que a devassa geral poderia causar uma ‘sublevação contra este ouvidor’”.³⁴⁷

Afinal, não se justificava uma devassa só porque o “governo **tyrânico** que pesava sobre a França fora destruído”, nas palavras do documento citado. Este ofício referia-se à sessão extraordinária de 8 de outubro, na qual o vereador Gomide disse

“estar o ouvidor desta Comarca tirando uma devassa indeterminada de factos não existentes, e só com o pretexto de terem alguns cidadãos pacíficos illuminado suas janellas na noite de 5 do corrente, e de se terem alegrado com as ultimas noticias da França”.³⁴⁸

³⁴⁵ cf. Nelson Werneck Sodré, *A história da imprensa no Brasil*, op. cit., p.101.

³⁴⁶ *Farol Paulistano*, 7 de fevereiro de 1827, folha 1.

³⁴⁷ Marisa Midori Deaecto; Lincoln Secco, “A São Paulo de Libero Badaró”, op. cit., p.157.

³⁴⁸ *idem, ibidem*.

Conforme observamos no curso deste capítulo, as letras francesas tiveram expressão por todas as partes, através de citações nos impressos acadêmicos e, sobretudo, das idéias propaladas nesses tempos em que as convulsões políticas se tornaram ainda mais acirradas devido a uma abertura maior dos meios de comunicação impressa. Deixemos, portanto, os inventários de bibliotecas, e passemos para novos circuitos, que acompanham o aceleração da vida urbana e ajudam a promover o livro em escalas maiores da sociedade. Pois, devemos ainda ponderar, como o faz o historiador alemão Rudolf Schenda que “os inventários [são] lamentavelmente inadequados como um guia aos hábitos de leituras das pessoas comuns”.³⁴⁹

³⁴⁹ *apud.* Robert Darnton, “História da leitura”, *op.cit.*, p.209.

Tabela 4 - Biblioteca da casa de Dona Genebra de Barros Leite

Autor	Obra	Vol.	Língua	Valor
Belas Letras				
De la Rochefoucauld	Maximes, 1 volume	1	francês	\$800
Fénelon	Télémaque, 2 volumes	2	francês	1\$280
Delille	Les jardins, 1 volume	1	francês	\$320
Delille	L'homme des champs, 1 volume	1	francês	\$640
Delille	La petite, 1 volume	1	francês	\$640
Chénier	Poésies, 1 volumes	1	francês	1\$000
Rousseau	Nouvelle Heloise, 6 volumes	6	francês	4\$000
Rousseau	Heloise, tradução, 4 volumes	4	espanhol	2\$560
S. Real	Oeuvres, 2 volumes	2	francês	1\$600
Grammon	Mémoires, 2 volumes	2	francês	1\$600
Gil Blas	Histoire, 4 volumes	4	francês	3\$200
Gilbert	Oeuvres, 1 volume	1	francês	\$600
Fénelon	Télémaque	1	francês	1\$600
Fénelon	Télémaque, 2 volumes	2	francês	1\$600
Montesquieu	Lettres perses, 2 volumes	2	francês	1\$280
Hamilton	Contes, 2 volumes	2	francês	1\$600
Petrarca	Rime, 2 volumes	2	francês	1\$280
Polisiano	La stans de Orfeo, 1 volume	1	italiano	\$640
Dante	Infemo, 3 volumes	3		2\$000
Dante	Divina comedia, 4 volumes	4		2\$000
Young	Noites, 2 volumes	2	português	\$640
Guil	Poesias, 1 volume	1		\$320
Dorat	Poésies, 1 volume	1	francês	\$400
Marcilio de Albuquerque	Georgicas portuguesas, 1 volume	1	português	\$640
Cassano	Il fiore de la poesia italiana, 2 volumes	2	italiano	\$640
Elpino Durienne	Poesias, 1 volume	1		\$500
Francisco Dias Gomes	Obras poeticas, 1 volume	1	português	2\$560
Claudio Manoel da Costa	Poesias, 1 volume	1	português	\$800
Sá de Miranda	Poesias, 2 volumes	2	português	2\$000
Nicolau Tolentino	Poesias, 2 volumes	2	português	1\$280
Felinto Elisio	Os mártires, 2 volumes	2	português	1\$600
Academia	Memórias da literatura portuguesa, 8 volumes	8	português	16\$000
	Pamasio lusitano, 6 volumes	6	português	8\$000
Chateaubriand	Genio do christianismo, 9 volumes	9		\$0
Marmontel	Belisário, 1 volume	1		\$800
Alfieri	Théâtre, 5 volumes	5	francês	4\$800
Gabriel Pereira de Castro	Ulissée, 1 volume	1		\$640
Comeille	Chefs d'œuvres, 5 volumes	5	francês	3\$600
Denis	Oeuvres, 4 volumes	4	francês	2\$000
Denis	Oeuvres posthumes, 2 volumes	2	francês	1\$600
Denis	Oeuvres, 7 volumes	7	francês	5\$000
Destouches	Oeuvres choisies, 3 volumes	3	francês	1\$600
Rousseau	Oeuvres, 2 volumes	2	francês	1\$600
Gresset	Oeuvres, 3 volumes	3	francês	2\$000
Lambert	Poésies, 1 volume	1	francês	\$640
Voltaire	Oeuvres, 14 volumes	14	francês	10\$000
Regnard	Oeuvres, 4 volumes	4	francês	2\$400
La Fontaine	Contes, 2 volumes	2	francês	1\$600
Ariosto	Orlando furioso, 6 volumes	6	francês	4\$000
Molière	Théâtre, 8 volumes	8	francês	6\$000
Ariosto	Orlando furioso (traduzido), 4 volumes	4	português	3\$200
Racine	Théâtre, 4 volumes	4	francês	3\$000
Lebrun	Oeuvres choisies, 2 volumes	2	francês	1\$000
Boileau	Oeuvres complètes, 4 volumes	4	francês	2\$000
Boileau	Oeuvres choisies, 2 volumes	2	francês	1\$000
Malherbe	Poesias, 1 volume	1		\$640
Tompson	The seasons, 1 volume	1	inglês	\$480
Demi	O Hisnope, 1 volume	1		1\$000
Targini e Milton	Paraíso perdido (traduzido), 2 volumes	2	português	2\$000
Pope	Poésies, 2 volumes	2	francês	\$800
Gomez	The complaint, or night thoughts, 2 volumes	2	inglês	\$620
Madame Staël	Oeuvres de la littérature, 2 volumes	2	francês	2\$000
Fontaines	Fables, 2 volumes	2	francês	1\$600

Signer	Oeuvres complètes, 33 volumes	33	francês	38\$400
Delavigne	Oeuvres complètes, 7 volumes	7	francês	8\$000
Reynac	Hymne au soleil	1	francês	\$640
Rousseau	Oeuvres, 2 volumes	2	francês	1\$200
Lambert	Les saisons, 1 volume	1	francês	\$320
Vernes	La création, poème, 1 volume	1	francês	\$320
Bérenger	Poésies, 2 volumes	2	francês	1\$000
M. Jules Perrot	L. Fabus, 1 volume	1		1\$600
De La Fame	Poésies, 1 volume	1	francês	\$320
Madame Staél	Obras completas, 17 volumes	17	português	20\$000
Academia	Dicionário francês, 2 volumes	2	francês	12\$000
Villemain	Littérature française, 2 volumes	2	francês	2\$000
Schoell	Histoire de la littérature romaine, 4 volumes	4	francês	7\$200
Ginguet	Littérature de l'Italie, 10 volumes	10	francês	18\$000
Sismondi	Littérature du Midi, 4 volumes	4	francês	7\$000
Perrot	Satires de Juvenal, 2 volumes	2	francês	3\$200
Ovidio	Opera omnia, 3 volumes	3		4\$000
Chermont	Luisa	1		\$320
	Adolfo, 1 volume	1		\$640
	Do espírito de conquista, 1 volume	1	português	\$480
Walter Scott	Novellas, 50 volumes	50		16\$000
Walter Scott	O Talisman, 3 volumes	3		2\$560
	Obrater opera omnia, 3 volumes	3		2\$560
	Obras de Mr Thomás, 4 volumes	4		2\$000
	Le notti romane, 2 volumes	2		1\$280
Marmontel	Contos morais, 5 volumes truncados	5		\$800
	Florian, 10 volumes truncados	10		1\$600
	Mil e uma noites, 7 volumes	7		2\$240
	Consejos a mi hija, 2 volumes	2	espanhol	1\$280
	Cuentos a mi hija, 2 volumes	2	espanhol	1\$280
	Os desterrados da Siberia, 1 volume	1		\$640
Walter Scott	traduzido	1	espanhol	1\$000
	Salusti opera, 1 volume	1		\$320
	Minerese française, 7 volumes	7		7\$000
Brotero	Questões sobre poesia	1		1\$600
TOTAL	98 Titulos	374		302\$040

Política e Economia

Machiavel	Le prince, 1 volume	1		1\$200
Malthus	Économie politique, 2 volumes	2	francês	3\$200
Ricardo	Principes de l'économie, 2 volumes	2	francês	4\$000
Sterche	Économie politique, 5 volumes	5	francês	8\$000
J. B. Say	Économie politique, 3 volumes	3	francês	4\$000
L. Say	Considérations sur l'industrie, 1 volume	1	francês	2\$000
	Memorias econopolíticas sobre o Brasil, 1 volume português	1		\$480
TOTAL	5 Titulos	15		22\$880

Obras religiosas

Bossuet	Oeuvres, 4 volumes	4	francês	3\$200
	Choix des oraisons funèbres, 1 volume	1	francês	1\$000
Marsillon	Petit carême, 1 volume	1	francês	\$800
De la Braiyene	Caractères, 3 volumes,	3	francês	2\$000
Pastort	Zoroastrus, Confucius e Mahomet, 1 volume	1		1\$000
Saint Lambert	Catéchisme universel, 1 volume	1		\$320
Tomas de Aquino	Tradução da Henriade, 2 volumes	2		\$640
Racine	La religion	1	francês	\$800
Jakaré	Orasson, 1 volume	1		1\$000
João de Barros	Panegiricos, 1 volume	1	português	\$640
Morente	Constituição religiosa, 2 volumes	2		1\$280
Morheim	História eclesiástica, 6 volumes	6		4\$000
Antonio Agostinho	Dialogo sobre direito canônico, 1 volume	1	português	\$800
Antonio Pereira	Bíblia, 5 volumes	5	português	12\$800
TOTAL	14 Titulos	30		30\$280

Geografia e Narrativa de Viagens

	Cartas geographicas, 1 volume	1		1\$280
Rebello	Corographia do Brasil, 1 volume	1	português	1\$000
Fernão Mendes Pinto	Peregrinação, 1 volume	1	português	3\$200
Sinnucozart	Lipoens de geographia, 1 volume	1		1\$600
Babbi	Resumo de geographia, 1 volume	1	português	8\$000
Casado Giraldes	Geographia, 4 volumes	4		12\$800
TOTAL	6 Titulos	9		27\$880

História Natural, Botânica e Ciências Médicas

Portos, Contamio	Compectus des pharmacopées, 1 volume	1		\$800
Boitard	Manuel d'histoire naturelle, 1 volume	1	francês	\$800
Desandelle	Diversas obras de Botanica, estampas, 31 vol.	31		86\$000
Humbolt, Bromptand	Plantas equinociales, 12 volumes	12		40\$000
Gilbert	Botanique, 5 volumes	5		10\$000
Brotero	Elementos de botanica, 2 volumes	2	português	3\$200
Lucien	Quadro elementar da historia natural dos animais, 2 volumes	2		4\$000
Unneo	Differentes obras de botanica, 4 volumes	4		8\$000
Junim	Genera plantarum, 1 volume	1		\$600
Brotero	Flora lusitana, 2 volumes	2	português	3\$200
Roche Sanson	Encyclopédie portatil d'histoire naturelle, 5 volumes	5		3\$200
Roche Sanson	Pathologie chirurgicale, 2 volumes	2	francês	6\$400
Stender	Nomenclateur botanicus, 1 volume	1		4\$000
Roque Sanson	Atlas des fuentes deoposicion des mollusques des zochitos, 5 vol.	5		6\$400
Bernardin de S. Pierre	Études de la nature, 1 volume	1	francês	\$320
Payen	Chimie en vint six leçons, 1 volume	1		1\$000
Mirbel	Elementos de Phisiologia végétale, 3 volumes	3		6\$400
Rostand	Cours de médecine chimique, 3 volumes	3	francês	6\$400
Caller	Médecine pratique, 3 volumes	3	francês	6\$000
Bittard	Maladies des enfants, 1 volume	1	francês	2\$000
Albert	Éléments de thérapeutique, 3 volumes	3	francês	6\$400
	Três jogos do Manual do Fazendeiro, 3 vol.	3	português	\$960
	Lucretii de rerum natura, 1 volume	1	latim	2\$000
TOTAL	23 Titulos	93		208\$080

Dicionários e Gramáticas

Candido Lusitano	Diccionario poético, 2 volumes	2	português	2\$000
Costa Sa	Diccionario italiano, 2 volumes	2	italiano	9\$600
	Diccionario inglés de pronuncia, 1 volume	1		2\$000
Walter	1 volume	1		1\$000
Sivet	Grammatica inglesa, 1 volume	1		\$640
Vieira	Grammatica portuguesa, 1 volume	1	inglês	\$560
Michele	Thesouro da lingua italianna, 1 volume	1		\$480
	Venerani, mestre italianno, 1 volume	1		2\$000
Abladee	Grammatica francesa, 1 volume	1		\$320
Nailly	Grammatica francesa, 1 volume	1		1\$000
Picard	Grammatica geral, 2 volumes	2		2\$000
Frei Luis do Monte Carmelo	Orthographia, 1 volume	1		1\$280
Madureira	Orthographia, 1 volume	1		1\$000
Antonio Pereira	Novo método latino, 2 volumes	2	português	1\$600
	Gradus ad pamasum, 1 volume	1		1\$600
	Diccionario portátil italiano francês, 2 volumes	2		2\$560
Maderiger	Grammatica aleman, 1 volume	1		\$640
Pedro Jose da Fonseca	Diccionario português latino, 1 volume	1	português	2\$560
Costa Sá	Diccionario italiano, 2 volumes	2	italiano	12\$800
Vieira	Diccionario inglés	1	inglês	3\$200
	Diccionario portátil inglés, francês, 2 volumes	2		2\$560
	Diccionario português, 3 volumes	3	português	6\$400
	Diccionario de Becteau, 2 volumes	2		3\$200
	Magnum le conlatinum	1	latim	6\$400
Vieira	Diccionario inglés, 2 volumes	2	inglês	6\$000
Morais	Diccionario português, 2 volumes	2	português	16\$000
TOTAL	26 Titulos	38		89\$400

História

annuaire	Historique, 12 volumes	12	francês	30\$000
Guizot	Gouvernement et l'opposition, 1 volume	1	francês	1\$600
Bentham	Oeuvres, 4 volumes	4	francês	4\$800
	Victoires et conquêtes des français, 28 vol.	28	francês	35\$000
Warden	Statistique des États Unis, 5 volumes	5	francês	9\$600
	Biographie de tous les ministres, 1 volume	1	francês	1\$600
Thiers	Révolution Française, 10 volumes	10	francês	12\$800
Francisco de Sá de Menezes	Malaca conquistada, 1 volume	1	português	1\$280
Tasso	Jerusalem libertada, 2 volumes	2		1\$280
Tasso	Jerusalem libertada, 1 volume	1		\$640
Bodin	Résumé d'histoire de l'Angleterre, 1 volume	1	francês	\$800
Barreto Feio	Tradução de Salustio, 1 volume	1	português	\$800
Barreto Feio	História romana de Tito Lívio, 1 volume	1	português	\$640
Dareau de Lamelle	Histoire Romaine de Tito Live, 17 volumes	17	francês	25\$000
Jose Liberato Freire de Carva	Tradução dos anais de Cornelio Tácito, 2 volumes	2	português	4\$000
Dureau de Lamelle	Traduction de Tácito, 6 volumes	6	francês	4\$000
Plutar	Vie des hommes illustres, 12 volumes	12	francês	18\$000
Furlon	Histoire élémentaire, philosophique et petit de la mienne Grèce, 2 vol.	2	francês	1\$280
Dufey	Résumé de l'histoire de la régénération de la Grèce jusque 1825, 3 vol.	3	francês	2\$400
Lacretelle	Histoire de la révolution française, 6 volumes	6	francês	4\$000
M. Angentil	Louis XIV, sa cour et Régents, 4 volumes	4	francês	2\$000
Signer	Histoire américaine, 10 volumes	10	francês	12\$800
M. Giraud	Beautés de l'histoire de Italien, 2 volumes	2	francês	1\$280
Gibbon, traduction de l'anglais	Histoire de la décadence de l'Empire Romain, 13 volumes	13	francês	16\$000
Bysson	Histoire de France, 6 volumes	6	francês	12\$000
Thierry	Histoire de la conquête de l'Angleterre par les normandes, 4 vol.	4	francês	4\$800
Hume	Histoire de l'Angleterre, 21 volumes	21	francês	32\$000
Sismondi	Histoire des républiques italiennes, 16 volumes	16	francês	25\$600
Sismondi	Histoire des Français, 15 volumes	15	francês	20\$000
Dara	Histoire de la république de Vienne, 20 volumes	20	francês	10\$000
J.M.F. Souza Pinto	Historia de Inglaterra, 1 volume	1	português	\$160
M. Frognon, Menite Crasso	Histoire de Alexandre le Grand, 3 vol.	3	francês	4\$800
Calonne	Les vies de Cornelius Nepos, 1 volume	1	francês	1\$600
Artand	Mémoires de Julius César, 3 volumes	3	francês	4\$800
	Biographie des contemporains, 20 volumes	20	francês	25\$600
Cardinal de Reti	Memorias, 6 volumes	6		9\$000
Manoel Severino de Faria	Noticias de Portugal, 3 volumes	3	português	2\$880
Luis de Menezes dom	História de Portugal restaurado, 4 volumes	4	português	4\$000
Pedro de Maris	Diálogo de várias histórias dos reis de Portugal, 2 volumes	2	português	3\$000
Volney	Leçons d'histoire, 1 volume	1	francês	\$800
Guizot	Cours d'histoire moderne, 1 volume	1	francês	2\$000
Machiavelli	L'histoire florentine, 2 volumes	2	francês	\$180
Perrot	Histoire universelle de Justine, 2 volumes	2	francês	3\$200
Galdimitta	Historia da Grecia, 1 volume	1		1\$280
Bellegarde	Resumo da historia do Brasil, 1 volume	1	português	1\$000
Duarte Nunes de Leão	Descrição de Portugal, 1 volume	1	português	1\$000
Millot	História universal, 7 volumes truncados	7		1\$280
	Chronologia universal, 1 volume	1	português	1\$280
	Diccionario universal dos costumes, 3 volumes	3		\$960
	Diccionario histórico, 4 volumes	4		2\$000
	Diccionario histórico, 6 volumes	6		2\$560
	Dicionário universal de bolte, 1 volume	1		10\$000
TOTAL	<i>52 Titulos</i>	301		379\$380

Jurisprudência

Martius	Traité de paix, 20 volumes	20	francês	40\$000
Ch. Comte	Traité de législation, 4 volumes	4	francês	8\$000
Blachstos	Commentaires des lois anglaises, 6 volumes	6	francês	9\$600
Filangieri	Ciencia da legislação, 8 volumes	8	italiano	6\$400
Filangieri	Science de la législation, 11 volumes	11	francês	12\$800
Lepage	Science de droit, 2 volumes	2	francês	2\$000
Martius	Droit de gens, 2 volumes	2	francês	4\$000
B. Constant	Cours de politique constitutionnel, 8 volumes	8	francês	8\$000
Malliot	Recherches sur les costumes, les indices des anciens peuples, 3 vol.	3	francês	12\$800
Hisber	Droit des gens, 2 volumes	2	francês	3\$200
Mably	Oeuvres complètes, 12 volumes	12	francês	12\$800
B. Constant	Cours de politique constitutionnel, 2 volumes	2	francês	1\$280
Laurentias	Constitutions françaises, 2 volumes	2	francês	2\$400
Sade	Réflexions sur l'ordre constitutionnel en France, 1 volume	1	francês	1\$000
Dannon	Garanties individuelles, 1 volume	1	francês	1\$000
M. Hussian de Pansey	De l'autorité judiciaire, 1 volume	1	francês	3\$200
Bérenger	Justice criminelle, 1 volume	1	francês	1\$600
Barroux	Código Penal, 1 volume	1		1\$280
Bonnin	Administration publique, 2 volumes	2	francês	2\$560
Bounin	Doctrina social, 1 volume	1	francês	\$960
Montesquieu	Esprit des Lois, 8 volumes	8	francês	4\$000
Montesquieu	Oeuvres complètes, 8 volumes	8	francês	7\$000
Montesquieu	Considération sur la grandeur des romains	1	francês	\$640
Hamilton	Código penal da China, 2 volumes	2		1\$280
Delavigne	Oeuvres complètes, 5 volumes	5	francês	12\$800
Pegas	Obras completas, 16 volumes	16		12\$800
Pereira de Marin Regia	2 volumes	2		2\$000
Nordt	Obras completas, 2 volumes	2		2\$560
Consina	Obras completas, 3 volumes	3	português	3\$200
Bagnna	Obras completas, 4 volumes	4		4\$800
	Ordenações manuelinas, 3 volumes	3	português	2\$000
	Ordenações afonsinas, 5 volumes	5	português	3\$000
	Ordenações filipinas	1		\$0
	Leis extravagantes, 5 volumes	5	português	5\$000
	Appendice as primeiras linhas, 3 volumes	3	português	4\$000
	Leis do Imperio desde 1822 a 1833, 5 volumes	5	português	10\$000
Coleção de Plancher	Leis do Imperio 1822 ate 1829, 5 volumes	5	português	6\$000
	Coleção chronologica de leis extravagantes, 6 vol.	6	português	6\$000
Vicente Cardoso	Código civil, 1 volume	1	português	1\$280
Fernandes Thomas	Repentir, 1 volume	1		3\$200
Melloni Freire	Instituições de direito civil português, 7 volumes	7	português	6\$400
Lucas	Système pénitentiaire, 3 volume	3	francês	6\$000
Bessout	Elementos de análise, 1 volume	1		\$240
Brisot	Lois criminelles, 1 volume	1	francês	1\$280
Correia Telles	Manual do tabelião, 1 volume	1	português	1\$280
Frenisson	Vallerium maximus, 3 volumes	3		4\$800
Caussim de Percival	Valerius Flams, 1 volume	1		\$600
M. Duprés	Vileius Paterculus, 1 volume	1		1\$600
Cobbett	Mestre inglês, 1 volume	1		1\$000
De Pradt	Colonias, 2 volumes	2		1\$000
Martius	Manual diplomático, 3 volumes	3		1\$280
Gouveia Pinto	Manual de Apelações, 1 volume	1	português	1\$280
	Portugal de donationibus, 1 volume	1		2\$000
Reinoso	Observaçoes, 1 volume	1		\$800
Cardoso	Praxe dos juizos, 2 volumes	2		1\$600
	Tesiheiro de testamentis, 3 volumes	3		2\$560
Barbosa	Remissoens, 1 volume	1		2\$000
Macedo	Decisoens, 1 volume	1		\$800
Phebo	Decisoens, 2 volumes	2		1\$600
Thome Velasco	Allegaçoens, 1 volume	1		\$800
Velasco	Consultas e partilhas, 1 volume	1		2\$000
Velasco	Obras completas, 2 volumes	2		4\$000
Salgado	Obras completas, 4 volumes	4	português	3\$200
Silva	Ordenaçoes, 4 volumes	4		3\$200
Lobão	Fasciculo de dissertações, 1 volume	1	português	\$800
Silva	Ordenaçoes, 4 volumes	4		5\$000
Guerreiro	Obras completas, 14 volumes	14	português	10\$000
Paiva	Orphanologia, 1 volume	1		1\$000

	Morais de execuções, 3 volumes	3		4\$800
Mendes Castro	1 volume	1		2\$000
	Sistema dos regimentos, 6 volumes	6	português	12\$000
Correia Telles	Theoria da interpretação das leis, 1 volume	1	português	\$200
Lobão	Interdictos, 1 volume	1	português	\$480
Lobão	Segundas linhas, 2 volumes	2	português	1\$600
Gouveia Pinto	Manual de apelações, 1 volume	1	português	1\$280
Lima	Ordenações, 1 volume	1		\$800
Gouveia Pinto	Tratado dos testamentos, 1 volume	1	português	1\$000
Fragoso	De regniare republica, 3 volumes	3		2\$560
Lautobach	Pandictas, 3 volumes	3		4\$000
Strenio	Pandictas, 4 volumes	4		4\$800
Vinécio	Obras completas, 10 volumes	10		12\$800
Vinécio	Institutas, 2 volumes	2		2\$560
Valdech	Institutas, 1 volume	1		\$640
	Junis Collectiones, seu manuscripto, 3 vol.	3		3\$000
Mrychio	Pandictas, 4 volumes	4		4\$800
TOTAL	85 Títulos	291		353\$880

Filosofia, Física e Matemática

Erasmus	Éloge de la folie, 1 volume	1	francês	2\$000
Montaigne	Essais, 6 volumes	6	francês	9\$600
Paschal	Oeuvres	1	francês	3\$200
Martin	Lettres a Sophie, sur la physique, 4 volume	4	francês	1\$280
M.C.	Arithmétique en quinze leçons, 1 volume	1		1\$000
Callet	Tables de logarithmes, 1 volume	1	francês	5\$000
Porsell	Physique en vingt leçons, 1 volume	1	francês	1\$000
Hany	Physique, 2 volumes	2	francês	1\$600
Robert Thomas	The modern practice of physique, 1 volume	1	inglês	2\$000
Euclides	Elementos de geometria, 1 volume	1		1\$280
Mirabaud	Traduction de Taine, 2 volumes	2		1\$280
Zusinet	Philosophie, 3 volumes	3		3\$200
Birau	Physique de l'homme, 1 volume	1		1\$600
TOTAL	13 Títulos	25		34\$040

Miscelânea

Encyclopédie	Moderne, 22 volumes	22	francês	32\$000
Revue	Encyclopédique, 4 volumes	4	francês	100\$000
TOTAL	2 Títulos	26		132\$000

TOTAL 324 Títulos 1.202 1:579\$860

Fonte: Maria Lucília Viveiros de Araújo, *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*, cit. [processo 531, 1838, AJESP], pp.184-190. Obs.: De modo geral, os inventários apresentam muitos erros. Corrigimos algumas referências na medida de nosso conhecimento. A divisão dos títulos em domínios temáticos foi realizada à luz dos critérios empregados pelo bibliotecário da Faculdade de Direito, Pe. José Antonio dos Reis (1826).

CAPÍTULO III – A CIDADE E OS LIVROS

“Ainda que isolada dentro da imensidão espacial e cultural, alheia e hostil, competia às cidades dominar e civilizar seu contorno, o que primeiro se chamou ‘evangelizar’ e depois ‘educar’. Apesar de que o primeiro verbo foi conjugado pelo espírito religioso e o segundo pelo leigo e agnóstico, tratava-se do mesmo esforço de transculturação a partir da lição européia [...]

As instituições foram os instrumentos obrigatórios para estabelecer a ordem e para conservá-la, sobretudo desde que no século XVIII começam a circular duas palavras subordinar e insubordinar”⁶⁶⁶

⁶⁶⁶ Angel Rama, *A cidade das letras*, op. cit., pp.37-38.

III. 1 – CARTOGRAFIA DO SISTEMA LITERÁRIO

“E todavia, o nimbo projectado ao longe pelo Barroco foi talvez mais denso e mais espesso, mais contínuo do que o próprio Renascimento [...] Mas, como estabelecer a seguir sua expansão, a sua tumultuosa vida externa, sem possuir os indispensáveis mapas que faltam? Possuímos catálogos de museus, mas não atlas artísticos”.

Fernand Braudel (1902-1985)⁶⁶⁷

A idéia deste capítulo surgiu tardiamente. Na verdade, não foi propriamente a idéia que demorou, mas as ferramentas que permitiram sua consecução. Isso porque tal tarefa exige o domínio de dois conceitos: o da cartografia⁶⁶⁸ e o de sistema literário. O primeiro é aparentemente mais simples: cartografia é uma forma de representação espacial de fenômenos sociais, demográficos, políticos ou econômicos. Mas esta simplificação não seria uma postura própria do historiador, que ao privilegiar as formações históricas torna acessórias as determinantes espaciais, leia-se geográficas? Sem dúvida. Esta análise pode ainda apresentar um outro agravante do ponto de vista do geógrafo. Ela recai sobre bases cartográficas já constituídas, algumas apropriadas por historiadores voltados para o estudo do fenômeno urbano.

⁶⁶⁷ *apud.* Franco Moretti, *Atlas do romance europeu. 1800-1900*. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2003, p.16. A citação se baseia na edição americana [California Press] de 1995. É na primeira edição, todavia, que o autor elabora um capítulo sobre a Geohistória, que por uma série de razões foi suprimido das edições posteriores. Inclusive das traduções, a rigor feitas a partir da 2ª edição. A este respeito, cf. Fernand Braudel, *La Méditerranée et l'espace méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1949; “A Geohistória”, de Fernand Braudel. Tradução e notas de Lincoln Secco e Marisa M. Deaecto. *Entre Passado e Futuro*. Revista de História Contemporânea, 1, 2002, pp.124-135.

⁶⁶⁸ Expresso meus agradecimentos aos alunos de Geografia e ao prof. dr. Júlio César Suzuki, do grupo de leitura de Fernand Braudel, cujas discussões tornaram possível a execução desta idéia.

Não foi outro o interesse de Affonso de Freitas (1868-1930) ao elaborar uma *Plan 'História* da cidade de São Paulo, publicada em 1921⁶⁶⁹ e, mais tarde, o de Ernani Silva Bruno (1912-1986), em sua *História e tradições da cidade de São Paulo*, de 1954. Todavia, estes autores se basearam em antigas plantas da cidade, elaboradas no curso do Oitocentos e editadas pela Comissão do IV Centenário. A saber:

- I. *Planta da cidade de São Paulo*, levantada em 1810, pelo engenheiro Rufino José Felizardo e Costa;
- II. *Planta da Imperial cidade de São Paulo*, levantada em 1810 pelo capitão de engenheiros Rufino José Felizardo e Costa, copiada em 1841, com todas as alterações;⁶⁷⁰
- III. *Planta da cidade de São Paulo*, 1841, por C. A. Bresser;
- IV. *Carta da capital de São Paulo*, de 1842, pelo engenheiro de coluna José Jacques da Costa Ourique, fortificador da capital, sob determinação do Exmo. Snr. Barão de Caxias;
- V. *Mapa da cidade de São Paulo e seus subúrbios* – feito por ordem do Exmo. Snr. Przte. O marechal-de-campo Manoel da Fonseca Lima e Silva – s/d.;
- VI. *Mapa da Imperial cidade de São Paulo, levantada particularmente para os meus serviços grad (ilegível) e hidráulicos*, Carlos Rath, 1855;
- VII. *Planta da cidade de São Paulo – 1868*, atribuída a Carlos Rath. Nela figuram, além dos tradicionais edifícios e a relação das principais ruas centrais, algumas escolas, uma tipografia e a redação de dois jornais, o *Correio Paulistano*, o *Ypiranga* e o *Diário*. Seus traços, no entanto, são muito imprecisos, parecendo mais o rascunho de um projeto do que um mapa finalizado.
- VIII. *Mapa da capital da província de São Paulo*, “com seus edifícios públicos, hotéis, linhas ferreas, igrejas, bonds, passeios, etc. publicado por Frco. de Albuquerque e Jules Martin, em julho de 1877”.
- IX. *Planta da cidade de São Paulo*. Companhia Cantareira de Esgotos. Engenheiro em chefe Henry B. Joyner, 1881.
- X. *Planta da capital do estado de São Paulo e seus arrabaldes*, Jules Martin, 1890.

⁶⁶⁹ O mapa aparece encartado em *Tradições e reminiscências paulistanas*, um volume fininho e pequeno editado por Monteiro Lobato. Utilizamos, porém, a 2ª edição, São Paulo: Martins, 1955.

⁶⁷⁰ Ernani Silva Bruno reproduz esta planta no final do primeiro volume da obra citada.

XI. *Planta geral da capital de São Paulo*, sob a direção do dr. Gomes Cardim, intendente de obras – 1897.⁶⁷¹

Desta listagem, as primeiras plantas foram delineadas por engenheiros-militares. A rigor, elas tiveram a função de reconhecimento e proteção do sítio urbano, prática observada nas vilas coloniais, de acordo com as determinações da metrópole. Não nos esqueçamos de que até a revolta liberal de 1842 a cidade foi palco de uma série de sedições políticas, fato que será revisto quase um século mais tarde, em 1924 e 1932, quando novamente os caracteres geográficos da capital serão valorizados como elemento estratégico para os movimentos sediciosos com intervenção militar que aqui houve.⁶⁷² Outras plantas foram elaboradas em função das obras públicas, como a “levantada particularmente para os meus serviços grad (ilegível) e hidráulicos, por Carlos Rath, 1855” (mapa VI), ou ainda devido à necessidade de delinear o perímetro urbano com vistas no recolhimento de impostos – sendo a décima urbana o principal deles – e no maior controle sobre o uso dos espaços públicos.

Para os fins propostos neste segmento, a saber, compor uma cartografia dos circuitos culturais (e do livro) na São Paulo oitocentista, vamos trabalhar sobre as bases originais de 1877 (mapa VIII) e 1890 (mapa X), confrontando-as, quando necessário, com a *Plan’História* de Affonso de Freitas (1800-1870) e o mapa elaborado por Carlos Penteadado de Rezende (1860).⁶⁷³

Conforme assinalamos logo na abertura deste capítulo, a escolha pode parecer problemática aos olhos do geógrafo, sob os riscos de estarmos reproduzindo antigo hábito, qual seja, o de usar a cartografia como mero instrumento de ilustração do que foi

⁶⁷¹ Baseamos nossas informações na consulta direta aos mapas e, também, na organização apresentada por Maria Vicentina do Amaral Dick, *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo – 1554-1897*. São Paulo: AnnaBlume, 2001, pp.301-351; *São Paulo Antigo*. Coleção de plantas da cidade (1810-1897). São Paulo: Publicação da Comissão do IV Centenário, 1954.

⁶⁷² Sobre a situação de São Paulo e seu papel estratégico durante a revolução de 1924, cf. Paulo Duarte, *Agora, nós !*. s.n.t.

⁶⁷³ Carlos Penteadado de Rezende, *Tradições musicais...*, *op. cit.* [mapa encartado na edição]. Eventualmente utilizaremos informações contidas em outros mapas, que serão devidamente referenciados no corpo do texto.

escrito. Ignorando, por exemplo, que a cartografia serviu, antes de tudo, como um dos principais instrumentos ideológicos dos Estados modernos, nos seus projetos de integração nacional.⁶⁷⁴ Outro risco que incorremos ao utilizar bases cartográficas prontas e originalmente determinadas para outros fins, diz respeito às escolhas técnicas, sobre as quais não podemos intervir. A adoção de escalas, os recortes espaciais, a representação de ruas e edifícios, enfim, todos os elementos que conferem ao mapa sua identidade – mas também sua marca ideológica – serão apropriados em função de nossos objetivos.

Se bem que neste aspecto os mapas selecionados conspiram a nosso favor. Afinal, não foram estes mapas projetados visando à demarcação do território paulista, em escala pequena, de tal sorte que o fator humano teria desaparecido nos contornos gerais das divisões administrativas. Pelo contrário. Estas cartas, ao privilegiar o núcleo urbano, trabalhando, por isso, com grandes escalas, permitem vislumbrar aspectos da vida citadina, suas gentes, suas atividades e as funções passíveis de identificação. Ora, não é justamente este o nosso intento, quando traçamos as linhas urbanas e identificamos nelas a extensão da vida intelectual?

Diante de todas estas ressalvas, parece-nos de bom tom explicar a natureza e as formas de uso dos mapas sobre os quais lançaremos nossos dados.

A primeira carta representativa das mudanças urbanas que se operam no Oitocentos é a de 1877 (mapa VIII). Observando os elementos assinalados na planta, podemos concluir que ela revela a consciência da população quanto às suas possibilidades

⁶⁷⁴ “Esta formalização do espaço - escreve Yves Lacoste – que constitui o mapa, não é nem gratuita, nem desinteressada; meio de dominação indispensável, de dominação do espaço, o mapa foi, antes de mais, executado por oficiais e para oficiais. A produção de um mapa, isto é, a conservação de um concreto mal conhecido numa representação abstrata, eficaz, fiel, é uma operação difícil, longa e dispendiosa que não pode ser realizada senão por e para o aparelho de Estado”. Yves Lacoste, *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*. s.n.t., p.4. Não precisamos ir tão longe para demonstrá-lo, bastando a observação cuidadosa dos mapas reeditados pela Comissão do IV Centenário, sobretudo daqueles que assinalam o desenvolvimento urbano ocorrido no último terço do século. Os exemplos são vários, assinalamos, ainda, as plantas destinadas à expansão das atividades urbanas, com grande realce para as atividades do espírito, durante a Primeira República. cf. Sampaio Doria. *Recenseamento escolar*. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Alarico Silveira, Secretaria do Estado dos Negócios do Interior. São Paulo: Weizflog Irmãos, 1920, p.6.

de intervenção sobre o meio, o que se verifica através do destaque aos melhoramentos urbanos (arruamentos, construção de novos edifícios, retificação dos leitos dos rios etc.), mas também pela indicação de novos instrumentos técnicos que interferiram diretamente na vida cidadina. Não por acaso, consiste este mapa no primeiro exemplar a ter merecido rápida difusão. Vale destacar que esta planta, traçado por Francisco Albuquerque e ilustrada por Jules Martin,⁶⁷⁵ que também o imprimiu em sua oficina litográfica, tem forte apelo estético e foi muito reproduzida.

Uma reedição desta carta aparece anexada no volume organizado por Abílio S. Marques, o *Indicador de São Paulo... para o ano 1878*. Trata-se, na verdade, de uma reprodução muito pequena, difícil de visualizar, de tal maneira que a legenda toma conta de todas as extremidades da página, pois embora tenha sido publicada em tamanho reduzido, o autor faz questão de incluir todas as referências que a planta comporta. Esta versão, Abílio S. Marques indica ter tomado como base o *Mapa topographico da cidade de São Paulo*, “delineado conforme os engenheiros Francisco Albuquerque e Carlos Rath”.⁶⁷⁶ Mas não temos dúvidas de que o autor se vale da mesma base cartográfica ilustrada por Jules Martin. Ela consta em Ernani Silva Bruno no segundo volume da edição citada [1954]. Mais recentemente, por João Emilio Gerodetti e Carlos Cornejo, no álbum *Lembranças de São Paulo*.⁶⁷⁷ E por Carlos Marcondes de Moura, que a reproduziu na edição de *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*.⁶⁷⁸

⟨A *Planta da capital do estado de São Paulo e seus arrabaldes*, Jules Martin, 1890, apresenta os novos contornos do perímetro urbano da cidade, onde os chamados “arrabaldes”, ou seja, as antigas áreas onde predominavam as moradias rurais (as chácaras)

⁶⁷⁵ Jules Martin (1832-1906): “artista gráfico e ilustrador francês, formado pela Escola de Belas Artes de Marselha, começou a residir em São Paulo em 1868 e produziu, em suas litografias, muitos locais e acontecimentos importantes da cidade. Seu projeto máximo foi o do Viaduto do Chá, inaugurado em 1892”. João Emilio Gerodetti; Carlos Cornejo, *Lembranças de São Paulo*. A capital paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças. 2ª ed. São Paulo: Solaris, 1999, p.31.

⁶⁷⁶ cf. Abílio S. Marques, *Indicador de São Paulo...*, *op. cit.*, mapa encartado no final do volume.

⁶⁷⁷ João Emilio Gerodetti; Carlos Cornejo, *Lembranças de São Paulo...*, *op. cit.*, p.31.

⁶⁷⁸ *Vida cotidiana em São Paulo*, *op. cit.*, pp.234-235.

aparecem urbanizadas. Nesta planta aparecem indicados os bairros do Bom Retiro ao norte e, contornando o centro no sentido noroeste-sul, temos os Campos Elíseos, Santa Cecília, Consolação, Bela Vista, Liberdade, Glória; e, no sentido nordeste-sul, partindo da Luz, foram assinalados os bairros do Pari, Brás e Moóca, se bem que nesta porção da cidade ainda predominem grandes vazios urbanos.⁶⁷⁹

O mapa de Jules Martin permite uma comparação da cidade delineada no alvorecer republicano com o que foi o núcleo urbano no início do século, ao reproduzir na margem superior direita a *Planta da cidade de São Paulo*, levantada em 1810, pelo engenheiro Rufino José Felizardo e Costa (mapa I). No entanto, se compararmos o traçado do Centro antigo nesta carta de 1890 com a anterior, de 1877, concluiremos que não houve interferências urbanísticas nesta área, elas serão visíveis apenas nas duas primeiras décadas do século XX. As alterações mais significativas, no entanto, ocorreram no plano da toponímia, conforme veremos mais adiante.

Um bom exemplo das intervenções que podem ser realizadas sobre bases definidas *à priori* constitui a *Plan Históric* de Affonso de Frei . A primeira observação a ser feita diz respeito ao uso do mapa para ilustrar o que vem dentro do texto. Ainda que o autor tenha delimitado a representação cartográfica do núcleo urbano no período de 1800 a 1874, como indicado no título da planta, uma série de intervenções realizadas posteriormente foi considerada neste material. Exemplos flagrantes são as linhas que indicam a retificação do alinhamento urbano realizada pelo prefeito Antonio Prado, no período de 1890 a 1910. Outro concerne às intervenções no leito do rio Tamanduateí, entre 1896 e 1914.

Além disso, observamos que ao delinear o perímetro urbano e ao indicar nos seus contornos as antigas chácaras, que no final do século conformam novos bairros e,

⁶⁷⁹ A primeira definição pela Câmara do perímetro da cidade, no período republicano apareceu em 1915, *Leis e Actos do Município de São Paulo, 1915*. “Lei n. 1874, de 12 de maio de 1915”, p. 31. O histórico do perímetro central da nossa cidade foi elaborado pela professora Raquel Glezer, no artigo “São Paulo, cem anos de perímetro urbano”. *História*, Fundação para o desenvolvimento da Unesp, 1994, pp. 155-166.

inclusive, um novo centro em direção à praça da República, que passou a se denominar “cidade nova”, o autor reforça a idéia de evolução urbana e de progresso. E, por último, mas não de somenos importância, temos neste mapa raras indicações dos endereços de antigas personalidades que registraram seu nome na tradição paulista: a casa do brigadeiro Luiz Antonio, na esquina da rua de S. Bento com a do Ouvidor (atual José Bonifácio); a chácara do marechal Arouche, onde hoje se situa o largo de mesmo nome; a casa “onde foi engeitado (1784) e faleceu (1843) o padre Diogo Antonio Feijó”, entre outras. /

De natureza semelhante é a “planta geral da cidade para servir à compreensão do texto”, elaborada por Carlos Pentead de Rezende no livro *Tradições musicais da Academia de Direito de São Paulo*.⁶⁸⁰ Nesse caso, a finalidade do autor já vem expressa no título, ou seja, a planta será usada para ilustrar o que foi escrito. O autor toma como base o mapa elaborado pelo engenheiro Rufino J. Felizardo e Costa, de 1810 (mapa I), reeditado e atualizado em 1841 (mapa II). Além disso, ele cita a obra de Affonso de Freitas como sua principal fonte, seguida das obras de Antonio Egidio Martins, do dr. J.L. de Almeida Nogueira, de Paulo Cursino de Moura e das “indicações fornecidas pelo autor”. Cumpre ressaltar que temos neste exemplar – ao contrário do anterior – a elaboração de uma primeira cartografia dos circuitos intelectuais da cidade. Se bem que neste trabalho o autor considere apenas os lugares onde havia algum tipo de manifestação musical. O que não é de todo alheio aos nossos fins, pois conforme afirmamos no capítulo anterior, produção musical e literária compartilhavam os mesmos espaços de sociabilidade no burgo, antes, ela estimulava a difusão literária, de tal sorte que este mapa vem apenas reforçar esta idéia.

⁶⁸⁰ Carlos Pentead de Rezende, *op. cit.* [ver Mapa 4, p.186].

Definições

Afinal, em que consiste uma cartografia do sistema literário ou intelectual?

Sociólogos e críticos literários há algum tempo fazem uso da cartografia como instrumento de análise das condições de produção literária e, em outro sentido, das representações dos espaços sociais dentro da literatura. É o que propõe Pierre Bourdieu, ao elaborar uma cartografia da “Paris de *Educação Sentimental*”, baseada no romance de Gustave Flaubert (1821-1880), sobre a qual o autor constrói toda uma rede de relações entre espaços geográficos e espaços sociais na capital francesa da primeira metade do Oitocentos. Segundo Bourdieu, todos os personagens estão condicionados às determinações deste “espaço estruturado e hierarquizado [onde] as trajetórias sociais ascendentes e descendentes se distinguem claramente: do sul em direção ao noroeste para as primeiras, do oeste para o leste, ou do norte em direção ao sul, para as segundas”.⁶⁸¹

A proposta de Franco Moretti consiste em uma combinação do “espaço na literatura”, segundo o exemplo anterior, onde “o dominante é o ficcional”, e o da “literatura dentro do espaço”, onde o autor privilegia a forma de apreensão do “espaço histórico real: as bibliotecas provinciais da Grã-Bretanha, ou a difusão européia de *Dom Quixote* e de *Buddenbrooks*”.⁶⁸² Esta segunda análise se adequa melhor aos nossos intentos, se bem que nossas fontes não privilegiam a produção literária do período, ao contrário, nossa base documental reside nos anúncios publicitários e nas informações deixadas por memorialistas e pela própria historiografia.

Há nas origens do *Atlas literário*, segundo a proposta de Franco Moretti, um dado curioso, que em certa medida vai de encontro com os caminhos que trilhamos para a conformação deste projeto cartográfico. Enquanto buscávamos nos estudos sociológicos e literários – além das ferramentas geográficas, é claro – os elementos para pôr em prática

⁶⁸¹ Pierre Bourdieu, *Les règles d'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1998, pp.77-81.

⁶⁸² Franco Moretti, *Atlas literário...*, *op. cit.*, p.13.

tal plano, o autor afirma ter se inspirado na obra de dois historiadores para a consolidação de sua idéia. Perry Anderson contribuiu para a compreensão da geopolítica dos Estados modernos e da maneira como esta aparece mimetizada na obra ficcional.⁶⁸³ A outra contribuição foi dada pelo historiador Fernand Braudel (1902-1985), que em sua obra monumental, publicada em 1949, defendia uma geohistória em oposição à geopolítica, pelas razões acima expostas. Além disso, foi neste livro que Franco Moretti encontrou a passagem que jamais lhe saiu da memória, a mesma que serve como epígrafe a este capítulo.

Ao contrário das pretensões braudelianas, o presente estudo se limita aos circuitos internos da cidade, deixando de lado as grandes redes que interferem diretamente na conformação do sistema local. Exemplo clássico são os estudos voltados para uma geografia do livro, nos quais os autores estabelecem relações entre os centros de produção e os de recepção, a partir das informações constituintes nos inventários de bibliotecas e nos catálogos de livreiros. É o que propõem Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, em *O aparecimento do livro*, editado originalmente em 1958. Ao observar o circuito do livro na época moderna, os autores concluem que este obedecia, na verdade, à dinâmica das grandes feiras que estimularam a economia daqueles tempos. Não foi por acaso que os primeiros catálogos de livros impressos circularam nas tradicionais e movimentadas feiras de Veneza, Lyon e Frankfurt, nos séculos XVI e XVII.⁶⁸⁴

Os estudos das redes de livros do século XIX revelam o comprometimento deste mercado com a unificação dos Estados-nacionais. Referindo-se à expansão editorial

⁶⁸³ O autor se refere à obra *Considerações sobre o marxismo ocidental*, de Perry Anderson.

⁶⁸⁴ A propósito das feiras de Frankfurt, escrevem os autores: “o exame desses catálogos permite conhecer exatamente as obras que se vendiam nas feiras de Frankfurt, de 1564 a 1600, contêm mais de 20.000 títulos diferentes, ou seja, 14.724 impressões alemãs provenientes de 117 firmas estabelecidas nas 61 cidades, 6.112 estrangeiras e 1.014 sem indicação de lugar. Os do século XVII contêm um maior número ainda de títulos: para a primeira parte do século, 18.304 impressões alemãs e 17.032 estrangeiras. Entre as obras postas à venda, muitas são em alemão mas, por muito tempo, são ainda mais em latim. Em 1566-70, dos 329 livros apresentados, 118 são em alemão e 226 em latim; em 1601-1635, de 731, 436 são em latim e 273 em alemão. É somente em 1680-1690 que tal relação será invertida e que se vê em Frankfurt mais livros em alemão do que em latim”. Lucien Febvre; Henri-Jean Martin, *O aparecimento do livro*, *op. cit.*, p.334.

verificada na França após os anos de 1840, escreve Frédéric Barbier: “a cartografia das redes de livros na França remete à imagem de uma expansão e, ao mesmo tempo, de uma integração nacional”.⁶⁸⁵ Além disso, vale lembrar que os centros produtores de livros em língua francesa têm grande vantagem sobre os demais, devido à ampla recepção destas edições não apenas nos países oficialmente francófonos, mas também naqueles diretamente influenciados pelas idéias francesas. Por essa razão, Franco Venturi alude a uma “Europa das Luzes”.⁶⁸⁶ Ou, como escreve Angel Rama, uma América atingida pela “palingenesia iluminista”.⁶⁸⁷ /

A análise pode ainda se basear na história editorial de uma obra, ou de um conjunto de obras, dependendo do interesse do autor. Exemplo concreto que evidencia esta preocupação em identificar espacialmente os caminhos de uma única obra – do centro ou dos centros produtores até os circuitos de recepção – é o estudo citado de Robert Darnton, *L’aventure de l’Encyclopédie*. Anterior a este, foi o artigo de Daniel Mornet, “Les admirateurs inconnus de la *Nouvelle Héloïse*”, no qual o autor revela o árduo e penoso caminho da obra de J-J Rousseau, ao atravessar durante rigoroso inverno os canais de Amsterdã até atingir o gélido mar do Norte e, enfim, “sob riscos incontáveis”, aportar na França, espalhando-se rapidamente pelos “quatro cantos do país”.⁶⁸⁸

Os empecilhos para a elaboração de uma cartografia semelhante, considerando as grandes redes de comércio do livro, residem, em primeira instância, na dificuldade de se encontrar catálogos nos quais foram discriminados o local e o editor responsável pela

⁶⁸⁵ Frédéric Barbier, *Livre, économie et société industrielles en Allemagne et en France au XIX^es.* (1840-1914). Thèse de doctorat es lettres et sciences humaines, présenté sous la direction de Monsieur François Caron, Professeur à l’Université de Paris VI, 1986, p.475.

⁶⁸⁶ “As diversidades locais não são mais importantes do que os elementos comuns? Se olharmos o quadro mais de perto, se examinamos mais de perto e mais em detalhe a situação na Espanha, na Itália, em Viena, em Berlim e em Paris, deveremos todavia concluir que os fios que ligam esses e tantos outros elementos semelhantes são mais numerosos e mais sólidos de quanto aparece num primeiro momento, que a circulação das idéias é mais intensa de quanto poder-se-ia suspeitar, que as esperanças e as expectativas voltam-se para uma mesma direção, que efetivamente assiste-se ao emergir da Europa das Luzes”. “Cronologia e geografia do Iluminismo”. In: Franco Venturi, *Utopia e reforma no iluminismo*, op. cit., p.222.

⁶⁸⁷ Angel Rama, *A cidade das letras*, op. cit., p.40.

⁶⁸⁸ Daniel Mornet, “Les admiraterus inconnus de la *Nouvelle Héloïse*”, op. cit., p.337.

impressão das obras relacionadas.⁶⁸⁹ Mas não atribuíamos todas as nossas deficiências à carência documental.

Cumpramos ressaltar que as cidades brasileiras que tiveram expressão no mercado literário do século XIX foram justamente aquelas que exerceram alguma função no sistema internacional de comércio.⁶⁹⁰ De tal modo que uma cartografia do circuito do livro, dos grandes circuitos, consiste em uma cartografia que integre o livro às grandes redes comerciais da época. Tudo isso com os devidos ajustes à natureza ambivalente do objeto. Afinal, aos fatores econômicos que nos permitem identificar as redes de comércio que cruzam o Atlântico – sendo o livro, certamente, mercadoria inexpressiva do ponto de vista do capital que ela agrega – somam-se, logicamente, os fatores culturais e, a estes, outras particularidades que definem circuitos diferenciados de produção – intelectual e industrial – e difusão livresca. Como dissemos, a tarefa é bastante árdua, mas esperamos um dia vê-la concretizada.

No momento, a cartografia que propomos não tem grandes ambições, pois intentamos apenas de traduzir graficamente os circuitos que concorrem para a difusão dos livros na cidade de São Paulo. E, a partir desse material, elaborar um conjunto de interpretações possíveis a respeito dos movimentos de conformação e consolidação – e se de fato ela existiu – do sistema literário na capital. Para tanto, resta explicitar o que entendemos por sistema literário e sua matriz metodológica.

⁶⁸⁹ Não nos referimos aos catálogos elaborados *a posteriori* com base em acervos antigos. Por exemplo, a edição *Bibliotheca universitatis, op. cit.* A obra permite uma incursão dos centros produtores dos livros antigos que chegaram até nós e compõem o acervo uspiano.

⁶⁹⁰ Numa perspectiva de longa duração, os estudos de Milton Santos apontam análises muito sugestivas sobre esse longo processo de abertura para o capitalismo internacional. Assim escreve: “São Paulo conhece a sua terceira etapa de mundialização. A primeira, baseada no comércio, é aquela com a qual a cidade passa do século XIX para o século XX. A segunda é fundada na produção industrial e dura até os anos 60, ao passo que a fase atual, **baseada nas anteriores** – a nosso ver, residindo aí o cerne da análise do autor – é a da metrópole global, cujas atividades hegemônicas se utilizam da informação como base principal do seu domínio”. Milton Santos, *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec; Educ, 1994, p.43.

Matrizes

Os pressupostos teórico-metodológicos que guiam este estudo foram tomados de empréstimo da crítica literária.⁶⁹¹ Logo nas primeiras páginas o autor explicita seu ponto de vista, diferenciando manifestações literárias de uma “literatura propriamente dita”, que podemos também considerar como sistema literário, sem faltar com a fidelidade devida ao conceito do autor:

“convém principiar distinguindo **manifestações literárias**, de **literatura** propriamente dita, considerada aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase. Estes denominadores são, além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização”.⁶⁹²

Noutra seqüência, a tônica será dada aos elementos que consolidam o sistema, ou pelo menos aos pressupostos necessários para sua conformação, dependendo de cada realidade histórica. Segundo o autor,

“entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos) que liga uns a outros”.⁶⁹³

Em obra posterior, endereçada aos principiantes, como alude o título, o autor incorpora ao terceiro elemento, relativo ao “mecanismo transmissor”, “os veículos que asseguram a difusão dos escritos, e reconhecendo que, a despeito das influências

⁶⁹¹ Mais particularmente da obra de Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, *op. cit.*

⁶⁹² Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, *op. cit.*, tomo 1, p.17.

⁶⁹³ A obra recebeu algumas críticas atinentes à visão do autor de uma literatura interessada, ou seja, comprometida com a busca de uma coloração nacional desde os momentos primevos, na segunda metade do século XVIII, mas que se torna efetivamente “integrada e articulada com a sociedade, pesando e fazendo sentir a sua presença [...] no último quartel do século”.⁶⁹³ Nesse ponto, observamos no capítulo anterior que o que é válido para a produção literária o é para a produção intelectual como um todo. *idem, ibidem*, t.1, p.17. O rebatimento às críticas aparece no “Prefácio” à segunda edição [utilizamos a 5ª ed., de 1975]; cf. *Esboço de figura*. Homenagem a Antonio Candido. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

estrangeiras normais, já podem ter como referência uma tradição local”.⁶⁹⁴ Ora, a rigor os elementos de natureza estética e as filiações literárias não devem interessar diretamente ao historiador, a menos que eles interfiram no conjunto de fenômenos – conjunturais e estruturais – explicativos de uma dada realidade social. Não foi outro nosso procedimento ao buscar nas matrizes ilustradas a configuração do intelectual e de seus meios de expressão – e de ação – no período de 1790 a 1850.

Mas uma cartografia não se detém nos agentes produtores, pelo contrário, interessam igualmente os mecanismos transmissores e os meios de formação dos receptores, em outros termos, do público leitor. Se bem que este último aspecto, para os quais deveríamos produzir uma verdadeira cartografia do sistema de ensino laico – público e privado – e religioso na capital, será tratado apenas em breves linhas, para as quais nos apoiamos na bibliografia existente. Não que esta temática da formação do leitor nos pareça secundária, todavia, nosso estudo tem privilegiado os mecanismos de transmissão da leitura, em outros termos, os circuitos de circulação e consumo do livro.⁶⁹⁵

O que entendemos, pois, neste segmento, por cartografia do sistema literário nada mais é do que o realce destes circuitos, pensando-os, contudo, dentro de um sistema, ou das possibilidades de sua existência dadas as condicionantes urbanas, sociais e econômicas da cidade.

No que concerne à unidade espacial, consideramos necessário não apenas descrever os elementos constituintes da cidade espiritual ou intelectual, em um só termo, os circuitos,⁶⁹⁶ situando-os no seu tecido histórico, mas compreender como eles se

⁶⁹⁴ Neste momento, encontra-se um “sistema consolidado”. Historicamente, as condições para sua consolidação se observam nas últimas décadas do Oitocentos, e “o sinal deste amadurecimento – escreve o autor – é a obra de Machado de Assis”. Antonio Candido, *Iniciação à literatura brasileira*. Resumo para principiantes. 1ª reimpressão. São Paulo: Humanitas, 1997, p.51.

⁶⁹⁵ A este respeito, cf. Marisa Lajolo; Regina Zilberman, *Formação da leitura...*, *op. cit.* [a primeira edição da obra data de 1996. Em 2001, as autoras lançaram *O preço da leitura*, *op. cit.*, em cujo livro elas discutem outro vértice do sistema, o Autor, e o difícil caminho para sua profissionalização no Brasil. Sobre a relação Autor-Leitor e os circuitos que o intermediam no sistema, cf. Antonio Candido, “O escritor e o público”. *In: Literatura e sociedade*, *op. cit.*, pp.73-88.

⁶⁹⁶ Ou, ainda, “cidade-mente”, segundo Richard Morse. Ao examinar a cultura da cidade, o autor atribui ao termo três sentidos: sociológico, literário e sacerdotal. “Uma das conclusões sugeridas é

dispõem espacialmente e de que maneira o próprio espaço oferece subsídios para uma análise do sistema literário.

Antes, porém, é preciso fazer o reconhecimento do sítio urbano no qual estes componentes de aceleração cultural se inscrevem.

que a vida paulistana do meio-século era, pelo menos para os cidadãos instruídos ou de classe superior, uma vida mais livre e menos moldada por um padrão unitário do que em 1820. Novas correntes de pensamento vindas de fontes exteriores (e os veículos de sua difusão) ofereciam material para uma gama de atitudes políticas e intelectuais mais individualizadas – da mesma maneira que os hotéis, os bailes, os teatros e os salões de bilhar ofereciam ao morador da cidade uma possibilidade maior de escolha entre atividades cotidianas”. Richard Morse, *Formação histórica...*, *op. cit.*, p.145. A preferência pelo termo “cidade espiritual” deve-se à sua maior abrangência, uma vez que não interessam apenas as realizações da república das letras, mas todas as manifestações do espírito – religiosas e leigas – além dos componentes infra-estruturais que concorrem para seu desenvolvimento.

Mapa 1- Mapa da Capital da Província de São Paulo - 1877



Fonte: São Paulo Antigo. Coleção de plantas da cidade (1810-1897), op. cit.

Mapa 2 - Planta da Capital do Estado de São Paulo - 1890

PLANTA
DA
CAPITAL DO ESTADO

DE
S. PAULO

e seus arrabaldes

destruídos e reconstruídos

JULES MARTIN

1890



Fonte: Affonso de Freitas, *Tradições e reminiscências paulistanas*, op. cit.

III. 2 – A URBE E SUAS GENTES

“S. Paulo, Paulópolis, cidade mediocre, vistosamente assentada em terreno pouco levantado, no ângulo da confluência do Rio Tamanduateí com o ribeiro do Anhangabaú [...] A salubridade, o temperamento do clima, a abundância e barateza dos víveres fazem julgar que se lhe dará preferência para a premeditada fundação da Universidade, que lhe dará crescimento, lustre, comércio e celebridade. Os corpos têm aqui mais vigor para a aplicação; e os insetos danificam menos as bibliotecas”.

Pe. Aires de Casal (1754-?)⁷²⁸

Em 1837, a população registrada em São Paulo era de 21.933 habitantes, entre homens e mulheres, livres e escravizados, para 4.068 fogos. O que se chamava “Cidade”, ou seja, o núcleo urbano central, distribuía-se em três Freguesias: a da Sé e a do Bom Jesus do Brás, margeadas pelo rio Tamanduateí e a de Santa Ifigênia, cuja área era demarcada pelo riacho do Anhangabaú. No entorno da “Cidade” havia outras seis Freguesias e a Capela Curada de M’Boy, distante a 4^{1/2} léguas do núcleo urbano.⁷²⁹ Aproximadamente um quarto dos habitantes de São Paulo – perto de 5.000 almas – pertenciam à Freguesia da Sé. Nesta área se concentravam as principais construções, particulares e públicas. Nas ruas a economia medrava, sendo o comércio a atividade mais expressiva, devido à presença de ambulantes, de alguns armazéns de secos e molhados e de tropeiros que traziam novidades ao planalto. Tratava-se, enfim, de um centro a um só tempo político, econômico e cultural. Espaço em que se definiam as relações de sociabilidade e no qual as funções urbanas se desenvolviam.

⁷²⁸ Padre Aires de Casal, *Corografia...*, *op. cit.*, pp.162-163.

⁷²⁹ Daniel Pedro Müller, *Ensaio d’um quadro estatístico...*, *op. cit.*, pp.49-50 e p.137.

A vida citadina se inscrevia na pequena extensão de ruas e travessas circunscritas no triângulo histórico, formado pelo Pátio do Colégio, o mosteiro de São Bento e o convento de São Francisco, referenciais religiosos que se inscrevem até nossos dias no centro histórico da cidade. Desde os tempos primevos, os moradores de São Paulo – mesmo aqueles situados nos subúrbios – se reuniam amiudadas vezes no núcleo urbano em função das festas e dos atos públicos, sendo estes os principais agentes catalisadores desta população rarefeita e dispersa.

Segundo Florestan Fernandes, foram os rituais públicos que determinaram por longa data o fluxo e refluxo das gentes entre o campo e a vila.⁷³⁰ Lembremos que as festividades mais importantes, características da vida social do paulista, pertenciam ao calendário religioso. Assim relata Vieira Bueno, a propósito da celebração de *Corpus Christi*, um dos eventos mais importantes de nossa tradição religiosa:

“Na falta de outras diversões, as festividades religiosas eram a *great attraction*, sendo que boa parte dos concorrentes não as assistiam por devoção, mas por passatempo, mesmo porque nelas havia ordinariamente cenas impróprias da gravidade que deve revesti-las. Na procissão de *Corpus Christi* rompia a marcha a cavalgada de S. Jorge (...) Essa cavalgata dava à procissão a fisionomia de uma procissão carnavalesca, mas era justamente isso que fazia as delícias do rapazio da cidade e da gente da roça, que afluía em grande número, até de bem longe”.⁷³¹

A importância da vida espiritual se expressa nos marcos tradicionais da cidade, onde fica patente a concorrência entre construções religiosas e leigas. Eram os “edifícios notáveis”, de acordo com o quadro estatístico de 1836:

“a cathedral,⁷³² os conventos de S. Francisco (actualmente ocupado pela Academia Jurídica), o do Carmo, o de S. Bento, o de St.a Thereza, o da Luz (nos subúrbios), o Palacio do Governo (convento dos extintos Jesuítas), a casa da Camara, e cadea, e o Quartel Militar”.⁷³³

⁷³⁰ Florestan Fernandes, *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1960, pp.181-182.

⁷³¹ Francisco de Assis Vieira Bueno, *A cidade de São Paulo...*, *op. cit.*, p.165.

⁷³² O autor se refere à Igreja da Sé, situada no largo de mesmo nome, em situação oposta ao prédio atual, tendo sido demolida em 1911.

⁷³³ Daniel Pedro Müller, *Ensaio d'um quadro estatístico...*, *op. cit.*, p.50.

Na década de 1830, além das instituições diretamente associadas à Academia de Direito – a biblioteca pública⁷³⁴ e o curso preparatório – nota-se o aparecimento de outras que, em certa medida, vinham dar continuidade aos projetos ilustrados anunciados no período que antecede à Independência:

o Horto Botânico, ou Jardim Botânico, construído em 1779, renovado em 1825, conforme assinalado, e que em 1838 passou a se denominar Jardim Público, tinha por fim

“a instrução pública na Botânica, e utilidade geral em que se vulgarisarem o conhecimento de plantas proveitosas, generalizando a sua cultura, colligindo as produções indígenas e transplantando as exóticas”.⁷³⁵

a Casa de Correção e Trabalho, igualmente instituída por Lucas Antonio Monteiro de Barros, em 1825, “numa das sallas da Cadeia Publica”. Todavia, como informa a fonte consultada, em 1836 “o estabelecimento não está ainda bem montado, sendo elle de tanta necessidade”.⁷³⁶

o Gabinete Topográfico, criado por lei provincial de março de 1835, tendo por objeto

“o archivar todos os mappas, e memórias de projetos, que hajam conducentes aos ramos para o qual se destina; assim como instruir seus Alumnos nas Mathematicas puras, e desenhos necessarios, para estudarem suas applicaçõens ás mediçõens de terrenos, construcções de pontes, e estradas, e conhecimento dos instrumentos que se empregam para esses fins. Este Estabelecimento ja se acha em actividade desde 1º de outubro, tendo 14 Alumnos [...] **Já tem uma pequena bibliotheca de boas obras das materias que lhe são necessarias**, e alguns instrumentos, e se esperam outros que já foram encommendados”.⁷³⁷

⁷³⁴ Segundo o mesmo quadro estatístico: “Possue esta Academia uma Bibliotheca com seis mil e quarenta e cinco volumes; entrando n’estes volumes algumas obras antigas de valor, e que estão ainda em bom estado; faltam porém todas as obras modernas, mesmo pertencentes á classe de Jurisprudência. Sobre Bellas Lettras quasi nada possui. A *Enciclopedia* existe truncada. No tempo do Director Carneiro de Campos vieram – *The Edingubreview or critical journal* no 1 Outubro de 1802 até no. 125 Outubro de 1835. – *The Quarterly review* no. 1 Janeiro de 1824 a no. 49 Outubro de 1835 – *Encyclopédie populaire* Vol. 1o a 125 – *Jornal do Instituto Histórico* de Outubro de 1834 até Agosto de 1835 – *Jornal dos Conhecimentos úteis* do No 1 Outubro de 1831 até Dezembro de 1835 – *Encyclopedia dos conhecimentos úteis* No 1 Outubro de 1822 até No 48 Setembro de 1834 desde a letra – A – até – C A. – *Revue Botanique* de Janeiro de 1833 até Dezembro de 1835 – *Revue Encyclopedique* de Janeiro de 1833 a 1834 – *Revue des deux mondes*. Outubro de 1834 a Janeiro de 1835. Secretaria da Academia Jurídica de S. Paulo, 16 de Dezembro de 1836. – Ildefonso Xavier Ferreira, *Official Guarda Livros servindo de Secretario o fez.*” *idem, ibidem*, pp.257-258.

⁷³⁵ *ibidem*, p.260.

⁷³⁶ *ibidem*, p.260.

⁷³⁷ *ibidem*, p.261. [grifos meus]. Este projeto se consolida apenas às vésperas da proclamação da República, quando se inaugura “a Comissão Geográfica e Geológica (CGC), criada a 27 de março de 1886, representou uma solução ‘científica’ para parte das questões que assediavam o pleno

Porém, a iniciativa não teve longa duração: “esteve aberta de 1836 a 1838, depois foi reaberta em 1842 apenas com vinte e três alunos, extinguindo-se em 1849”.⁷³⁸

Citamos, ainda, a Fazenda Normal de Agricultura, criada pela lei provincial de março de 1836, para a qual “se mandaram vir os instrumentos aratórios e rusticos, para a ilustração das pessoas, e melhoramentos da Agricultura, e aperfeiçoamento dos existentes”.⁷³⁹ Se bem que esta não se inscreva no sítio urbano, pois, como informa a fonte consultada, “escolheu-se para este estabelecimento a Fazenda de Santa Anna, e nomeou-se seu Director”.⁷⁴⁰

Vale lembrar que estas iniciativas e outras, que surgem ao longo do século, concorrem para mudanças sensíveis no quadro profissional citadino. Não nos referimos somente à participação de professores – dos lentes e dos responsáveis pelo curso anexo – e de acadêmicos. É necessário ainda considerar outras atividades, ligadas ou não à administração civil, cujos profissionais dependem do manejo da escrita, de modo que estes também passaram a atuar nas repúblicas das letras. Além disso, sendo a cidade capital da província e sede diocesana, era natural que ali se reunissem representantes dos poderes secular e temporal. De tal maneira que a urbe passava a concentrar um corpo burocrático mais ou menos complexo, que exigia, no mínimo, a faculdade de ler e escrever da maior parte de seus funcionários. / X

/ Eram ouvidores, juizes de paz, advogados, médicos. Nas camadas médias da sociedade, meirinhos, amanuenses e mestres de aulas particulares. / Ainda, alguns

desenvolvimento da economia cafeeira, e traduziu a visão de uma sociedade já transformada pelo próprio processo de modernização com o qual essa instituição iria interagir”. Segundo a autora, nesta instituição era “persistente o caráter conservador da modernização brasileira, que sempre procurou extrair seletivamente no moderno aquilo que melhor servia a superação das defasagens”. Silvia F. de Figuerôa, “Ciência, Elites e Modernização: a Comissão Geográfica e Geológica (1886-1931)”. In: *Encontros com a História*. Percursos históricos e historiográficos de São Paulo. Antonio Celso Ferreira; Tania Regina de Luca; Zilda Gricoli Yokoi (Org.). São Paulo: Unesp; Fapesp; Anpuh/SP, 1999, pp.107 e 111.

⁷³⁸ Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo*, op. cit., t.2, p.830.

⁷³⁹ Daniel Pedro Müller, *Ensaio d'um quadro estatístico...*, op. cit., p.261.

⁷⁴⁰ *idem, ibidem*, p.261. O projeto de dar maior racionalidade à produção agrícola somente se concretiza no alvorecer republicano, após a fundação da Escola Agrícola Luís de Queirós, em 1887. cf. Edgard Carone, *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Senac, 2001, p.16.

comerciantes, em cujas atividades as fronteiras entre teoria e prática são sempre muito tênues/Exemplo clássico da época é o dos boticários.⁷⁴¹ Não podemos igualmente nos esquecer da profissão de bibliotecário, que passa a figurar no quadro de remuneração do Estado após a instalação da biblioteca pública, em 1825. Por fim, e não raro envolvendo todas as profissões, os escritores, noutros termos, os jornalistas, sem dúvida, a classe intelectual mais ativa na cidade após a introdução da tipografia, em 1827.✓

Nesse aspecto, os estudos de demografia histórica têm muito a nos dizer. Ao comparar a “repartição da população livre por atividades produtivas” entre os anos de 1776, 1798 e 1836, Maria Luíza Marcílio apresenta alterações significativas nos setores de profissões liberais e da administração civil. Comparando os dados dos censos de 1776 e 1836, observamos aumento de profissionais liberais em 4 de 6 atividades recenseadas: advogados (6/22); cirurgiões e médicos (4/12); músicos (6/35); boticários (3/7); tabeliões (6/1); dizimeiros (2/-). Para a composição de profissionais do setor de administração civil, temos o seguinte quadro: escrivães (9/-); porteiros (1/5); ⁷⁴² alcaides (-/10); meirinhos (5/4); professores de primeiras letras (3/8); magistrados e funcionários (16/140); lentes (-/14).⁷⁴³

No recenseamento de 1836, Daniel Pedro Müller observa, em breves linhas, a presença de “1.009 pessoas que sabendo ler e escrever são aptas para serem empregadas”.⁷⁴⁴ O que equivalia a 1/5 da população total da cidade! A estimativa é notavelmente otimista, e pode apresentar algum exagero – afinal, como confiar plenamente nos dados estatísticos elaborados naqueles tempos? – mas sugere a

⁷⁴¹ A este respeito cf. Duílio Battistoni Filho, “As muitas faces de Álvares Machado (1791-1846)”. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, abril-junho 2003, pp.143-150.

⁷⁴² Esta profissão designa a tarefa de um funcionário administrativo de repartição pública. Observemos que o salário do porteiro da Faculdade de Direito era de 33\$000 mensais, enquanto o vencimento do secretário de ofício foi fixado, em 1827, a 20\$000. cf. Spencer Vampré, *Memórias para a história da Academia de São Paulo*, op. cit., p.30.

⁷⁴³ Maria Luíza Marcílio, *A cidade de São Paulo*. Povoamento e população com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos (1750-1850). São Paulo: Pioneira; Edusp, 1973, pp.130-131.

⁷⁴⁴ Daniel Pedro Müller, *Ensaio d'um quadro estatístico...*, op. cit., p.51.

organização do corpo administrativo da capital, pois não podemos nos esquecer de que, em 1768, portanto, no recuo de sessenta anos, o então governador-general, conforme assinalamos anteriormente, não dispunha de funcionários com proficiência em leitura e escrita. Por outro lado, os dados demonstram maior participação de profissionais especializados no setor terciário. Além da presença expressiva de músicos recenseados, o que anuncia mudanças no ambiente cultural citadino. Este aspecto da vida urbana será retomado mais adiante.

E se os almanaques, como escreve Machado de Assis, “trazem a língua das cidades e dos campos em que caíam”,⁷⁴⁵ temos aqui importante fonte documental para a elaboração de um quadro das profissões urbanas em relevo na São Paulo de dantes.

No *Almanak da província de São Paulo*, para o ano de 1858, fica patente o aumento de profissionais liberais e da administração civil, em relação ao levantamento anterior, relativo ao ano de 1836.⁷⁴⁶ É o que observamos no quadro profissional da Faculdade de Direito: são 11 lentes proprietários e 6 substitutos. Além disso, há cargos de diretor, secretário, bibliotecário, ajudante, oficial da secretaria, professores do curso anexo (6), professores substitutos (2), além de funções menos especializadas. Noutras repartições, além de funcionários que ocupavam cargos administrativos, é significativa presença de um corpo técnico, assinalando a estruturação do setor de obras públicas. Em especial, observamos a participação de engenheiros – nacionais e estrangeiros – no levantamento das profissões.⁷⁴⁷

⁷⁴⁵ *apud. Do Almanak aos almanaques*. Marlyse Meyer (Org.). São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p.27.

⁷⁴⁶ Embora os organizadores não assegurem ao público fidedignidade dos dados fornecidos: “Ao Público – A tarefa é ardua em si, impossível mesmo com os elementos de que podemos actualmente dispor: - as repartições públicas, mal montadas ainda, não possuem certos registros e matrículas indispensáveis como auxiliar o *Almanak*; assim os embaraços a cada passo se nos antolhavam, e força foi deixar-nos vencer por elles”. *Almanak administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo* para o anno de 1858. Organizado e redigido por Marques e Irmão. 2º anno. Edição Fac-símile. S.Paulo: Typographia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1857, p.III.

⁷⁴⁷ Como resultado da presença de engenheiros nos assuntos da cidade, podemos citar o livro de Daniel Pedro Muller, cuja primeira edição veio à lume em 1838, impressa na Typographia de Costa Silveira.

Entre os profissionais liberais, foram listados 21 advogados, 14 médicos e cirurgiões, 3 dentistas e 4 boticários. A presença de novas escolas públicas – por exemplo, a Escola Normal – e de outros estabelecimentos particulares de ensino, além da maior freqüência de anúncios de aulas particulares – de francês, de inglês, de aritmética, de música – sugerem progressos em todas as atividades intelectuais.⁷⁴⁸

O *Indicador de São Paulo*, para o ano de 1878, apresenta informações mais contundentes sobre as mudanças que se processaram no quadro das profissões liberais e administrativas no intervalo de vinte anos. Na Faculdade de Direito não se observa nenhuma alteração, pelo menos do ponto de vista estatístico. A Escola Normal, por seu turno, aparece estruturada. São 4 professores e, no ano de 1876, “matricularam-se n’esta escola 172 alumnos mestres”.⁷⁴⁹

Os anúncios de organizações de classe indicam o aumento de profissionais liberais. Por exemplo no mesmo almanaque são anunciados o *Instituto Politecnico de S. Paulo*, “associação organizada pelos engenheiros residentes n’esta Província. Foi instalada recentemente em 22 de julho de 1876”.⁷⁵⁰ O *Instituto dos Advogados de S. Paulo*, criado “há cerca de 3 annos na Capital [...] que hoje apenas existe *in nomine*”.⁷⁵¹ E, por seu turno, as lojas maçônicas, principal organização de profissionais liberais, cujo desenvolvimento se tornou possível após a criação da Academia. “Há em S. Paulo 4 lojas maçônicas: *Amizade, Piratininga, América e Sete de Setembro*”.⁷⁵²

A estruturação judiciária indica o aumento de profissões destinadas aos bacharéis: são juizes de direito, juizes municipaes e órfãos, promotores públicos. Além disso, o

⁷⁴⁸ A primeira ressalva diz respeito ao número de advogados. Na listagem não foram considerados os funcionários de repartições públicas, como juizes de paz, ouvidores etc. Como não há um estudo estatístico das profissões e não é nossa intenção fazê-lo, senão apresentar os contrastes do meio intelectual citadino entre um período e outro, procedemos a uma descrição das informações contidas no *Indicador de São Paulo, administrativo, judicial, profissional e comercial*. Para o ano de 1878. Organizado por Abílio A. S. Marques. Edição Fac-símile. São Paulo: Imesp; Daesp, 1983, pp.49-125.

⁷⁴⁹ *idem, ibidem*, p.70.

⁷⁵⁰ *ibidem*, pp.137-138.

⁷⁵¹ *ibidem*, p.138.

⁷⁵² *ibidem*, p.146.

crescimento da cidade implica na criação de sub-distritos judiciais, havendo, portanto, aumento de cargos burocráticos.⁷⁵³

No quadro de profissões liberais, o anúncio apresenta uma lista de 43 advogados, 3 cirurgiões dentistas, 1 professor de desenho e pintura, 7 boticários, 3 homeopatas, 10 professores de línguas e ciências, 8 professores de piano e canto, 4 professores de dança, 3 professores de música marcial, 12 guarda-livros e 14 profissionais inscritos nos setores de engenharia, mecânica, agrimensura e arquitetura. Além de outras profissões, totalmente novas, que se inserem no ramo livreiro, as quais serão analisadas na próxima seção.⁷⁵⁴

Nas décadas de 1860/70 a presença de imigrantes em diferentes setores econômicos da capital começa a ser notada pelos moradores da cidade. Ingleses, franceses e alemães passaram a ocupar órgãos públicos e privados – em geral, engenheiros e arquitetos⁷⁵⁵ – além de diferentes ramos do comércio e de serviços, que estão em fase de prosperidade neste período. Os imigrantes italianos, na maior parte contratados para o trabalho nas fazendas de café, eram ainda pouco numerosos, ocupando posições inferiores no mundo do trabalho.⁷⁵⁶

Esta nova situação concorreu para um certo poliglotismo nos impressos circulantes. Veremos que as atividades relacionadas ao impresso, entre tipógrafos, encadernadores e livreiros propriamente tiveram participação expressiva do elemento estrangeiro. Além disso, encontramos nos próprios almanaques anúncios de sociedades culturais estrangeiras, como a *Sociedade Germania*,⁷⁵⁷ a *Sociedade Alemã Beneficente*, o *Club*

⁷⁵³ *ibidem*, pp.112-118.

⁷⁵⁴ *ibidem*, pp.168-173.

⁷⁵⁵ Como escreve um viajante alemão, em 1860, “a presença de uma elite culta na urbe é necessária não só no controle da natureza, mas também para soluções práticas da vida cotidiana, como a falta de água potável, construção de pontes etc.”. O autor se refere à presença de engenheiros alemães na cidade. J.J. von Tschudi, *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Martins, 1953, p.206.

⁷⁵⁶ Sobre a presença de estrangeiros na população ativa da capital e sua progressão no período de 1870 a 1920, cf. Marisa Midori Deaecto, *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Senac, 2002, pp.170-179.

⁷⁵⁷ Ver na próxima seção pág. 182 as atividades mantidas por esta *Sociedade* e comentários sobre a *Escola Alemã*.

Familiar Lusitano, que indicam a existência de novos espaços de sociabilidade. Eram, como o demonstra Richard Morse, manifestações isoladas, a rigor ligadas às associações religiosas e culturais, mas que nem por isso deixaram de causar certa reação xenófoba por parte da população, confirmando uma vez mais a assertiva de Augusto Emílio Zaluar sobre o caráter reservado do paulista frente às novas ondas de progresso.⁷⁵⁸

Instantâneos urbanos

Outros elementos que de forma direta ou indireta concorreram para as atividades do espírito podem ser apreendidos nos mesmos *Almanaks da província*, para o anos de 1857 e 1858.⁷⁵⁹ Dentre os itens anunciados consideramos as associações literárias e as artísticas – sendo o termo “artistas” designado para os artífices, por exemplo, os tipógrafos. Além disso, as livrarias e as tipografias serão consideradas. E algumas escolas, quando nos parecer necessário fazê-lo. Foram excluídas as confrarias religiosas, pois fogem ao escopo do trabalho:

*1. Sociedades, Confrarias, & C.*⁷⁶⁰

Arcadia Paulistana – presidente honorário: dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, rua da Boa Vista;⁷⁶¹

Agricultura, comércio e artes – presidente: Brigadeiro Machado d’Oliveira, rua Alegre;

Sociedade Ensaio Philosophico Paulistano – presidente honorário: Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, rua das Flores;

Sociedade Atheneu Paulistano – presidente honorário: dr. João da Silva Carrão, rua de S. Bento;

⁷⁵⁸ Segundo o autor: “O estrangeiro em São Paulo, quer fosse ministro ou *maître d’hôtel*, estava então mostrando um propósito, uma confiança em si, quase uma combatividade em avançar segundo aquelas mesmas linhas que os líderes brasileiros, sem conseguirem demonstrar efetivamente liderança e realização, tinham traçado. O estrangeiro, nessa época, não podia ser assimilado como na década de 1820, pois a comunidade urbana tinha cedido sua individualidade de autodeterminada a uma individualidade que, cada vez mais, era influenciada pelo estrangeiro. Era a este, revestido de nova autoridade, que se tinha de ‘reagir’”. Richard Morse, *Formação histórica de São Paulo...*, *op. cit.*, p.184.

⁷⁵⁹ *Almanak da província de São Paulo...1858, cit.*, pp.89-125.

⁷⁶⁰ Neste item localizamos apenas o endereço dos presidentes das associações. Aliás, é pouco provável tivessem sede própria, ao contrário, esta teria sido indicada no *Almanak*.

⁷⁶¹ Desnecessário retomar o perfil biográfico e intelectual do mais jovem dos Andradas e a importância destas sociedades no movimento de impressos na cidade, temas tratados nos capítulos precedentes. Extraído do *Almanak Paulistano*, para o ano de 1857, pp.122-123.

Sociedade Proteção aos Artistas – diretor: dr. Joaquim Antonio Pinto Junior, rua do Imperador;
Conservatório Dramático – presidente: dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, largo da Sé;
Companhia Dramática – Directoria Suprema: dr. Antonio Joaquim Ribas, rua de Santa Thereza,
dr. Diogo de Mendonça Pinto, travessa de Santa Thereza, dr. Martim Francisco Ribeiro de
Andrada, rua de Boa Vista, dr. Joaquim Antonio Pinto Junior, rua do Imperador;⁷⁶²

2. Lojas de livros:

Bernardino José Dias d’Oliveira, rua da Imperatriz;
José Fernandes de Souza, largo do Collegio;
Gustavo Gravesnor, na rua S. Bento.⁷⁶³

3. Industria, Artes e Officios:

Encadernadores:

Hermann Knoesel, rua do Ouvidor;
José de Moura; rua de S. Bento;

Tipografias:

Typographia *Dous de Dezembro*, de Antonio Louzada Antunes, estabelecida n’uma sala do pavimento terreo do Palacio do Governo. Imprime o *Publicador Paulistano*, folha official, duas vezes por semana, e outras folhas avulsas.

Typographia da *Lei*, arrendada por M. A. Bittencourt, rua Detraz da Cadêa. Imprime a *Lei*, publica-se duas vezes por semana;

Typographia *Imparcial*, de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, rua do Ouvidor, nº 46. Imprime diferentes obras, e publica o *Correio Paulistano*, duas vezes por semana. E diario durante a sessão d’assembleia provincial; assigna-se para a capital, por anno 8\$000 réis., por semestre 4\$000 réis, para o interior, por anno 10\$000 réis, por seis meses 5\$000 réis.⁷⁶⁴

Trata-se, segundo anúncio da empresa, do “maior e mais bem montado estabelecimento typographico que possui a Capital”. Administrado por Joaquim Roberto

⁷⁶² Com exceção da segunda, todas as outras eram controladas por quadros da Academia de Direito.

⁷⁶³ Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo*, op. cit., t.2, p.844.

⁷⁶⁴ Ela possivelmente ocupou o lugar da *Typographia Litteraria*, cujo anúncio aparece no mesmo *Almanak*, relativo ao ano de 1857: “*Typographia Litteraria* – arrendada por João do Espirito Santo Cabral, rua do Ouvidor canto de S. Bento. Imprime diversas obras avulsas”. *Almanak da provincia de São Paulo*, para o ano de 1857, p.155. A *Imparcial* era a mais bem montada e com maior capacidade de produção, conforme podemos inferir de seu anúncio publicitário. O maior concorrente foi o estabelecimento de Jorge Seckler, que aparece mais tarde. Ver anúncio adiante.

de Azevedo Marques, este estabelecimento empregava 14 compositores, 2 impressores, 2 batedores e 2 entregadores de periódicos. A presença de tantos compositores e batedores são característicos da impressão mecânica. Por seu turno, a periodicidade do *Correio Paulistano* – 2 dias por semana, em se tratando da folha mais regular da cidade ! – impresso nesta tipografia, parece confirmar o fato de termos aqui uma oficina modesta se comparada aos padrões de desenvolvimento da produção impressa, a partir da década de 1840 – no mercado europeu, certo, mas também na Corte.

Na *Planta da cidade de São Paulo – 1868*, atribuída a Carlos Rath (mapa XII), aparece assinalada a *Typographia Allemã*. Possivelmente o autor se refere à tradicional tipografia fundada por K. Knöl, em 1850. Nessa época, esta oficina se situava na travessa do Comércio.⁷⁶⁵ Em 1862, ela passou “a ser propriedade do súdito alemão Jorge Seckler, que nele entrou, em 1855, como aprendiz”⁷⁶⁶ e que mais tarde se transferiu para a rua Direita.

Confrontando as informações do *Almanak* com os dados contidos na planta de São Paulo “por volta de 1860”, delineada pelo autor de *Tradições musicais da Faculdade de Direito*, podemos acrescentar novos dados e uma primeira configuração cartográfica até os anos de 1860:

no Largo São Francisco, aparecem indicadas a Academia (1) e a igreja (2).

nas áreas circunvizinhas, o autor identifica o teatrinho da Bateria (4); o teatro S. José (6), inaugurado em 1864;

aparece assinalada a esquina onde morou o maestro André da Silva Gomes, em 1844 (8);

a rua do Quartel, a residência do maestro Antonio José da Silva (10);

a residência do conselheiro Brotero (12);

a residência do professor Gabriel Giraudon (13); o teatro da Ópera, o mesmo que fora alugado pelos acadêmicos e demolido em 1870 (15);

⁷⁶⁵ Segundo indicação no frontispício da obra de José Martiniano de Alencar, *Ao correr da penna*. [publicado com permissão do auctor por José Maria Vaz Pinto Coelho]. S. Paulo: Typ. Alleman, 1874, 308p. *apud*. *História da tipografia no Brasil...*, *op. cit.*

⁷⁶⁶ Antonio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, s.d., p.238; *cf.* Karl von Koseritz, *Imagens do Brasil*. São Paulo: Martins, 1943, p.255.

o Pátio do Colégio, mais precisamente, o Hotel Quatro Nações, onde eram realizados concertos e saraus (18);

a Casa Garraux, na esquina do Largo da Sé com a rua do Rosário [seu endereço primitivo]. No nº 2 desta rua esteve por algum tempo H. L. Levy (20);

na parte baixa da rua São José ficava a república onde Carlos Gomes compôs o hino acadêmico (23);

na rua da Palha morou José de Alencar, em 1850 (24);

o sobrado da chácara dos Ingleses, república onde moraram Álvares de Azevedo, Aureliano Lessa e Bernardo Guimarães (26);⁷⁶⁷

na rua do Ouvidor existiu a taberna d'O Corvo (30);

velho prédio onde funcionou, até 1862, a Sociedade Concórdia Paulistana (31);

teatrinho particular construído pelo dr. Carlos Rath, em 1861 (34).

⁷⁶⁷ “O edifício ficava sobre a elevação do terreno, depois arrasada, existente no Largo da Glória, entre a rua da Glória, a travessa Conselheiro Furtado e a rua Bonita (Tomás de Lima). Era um sobrado alto e vistoso – escreveu Ferreira de Resende, que também morou ali – tendo pela frente o cemitério (dos Aflitos) e pelos fundos o Tamaduatef”. Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo*, op. cit., t.2, p.814.

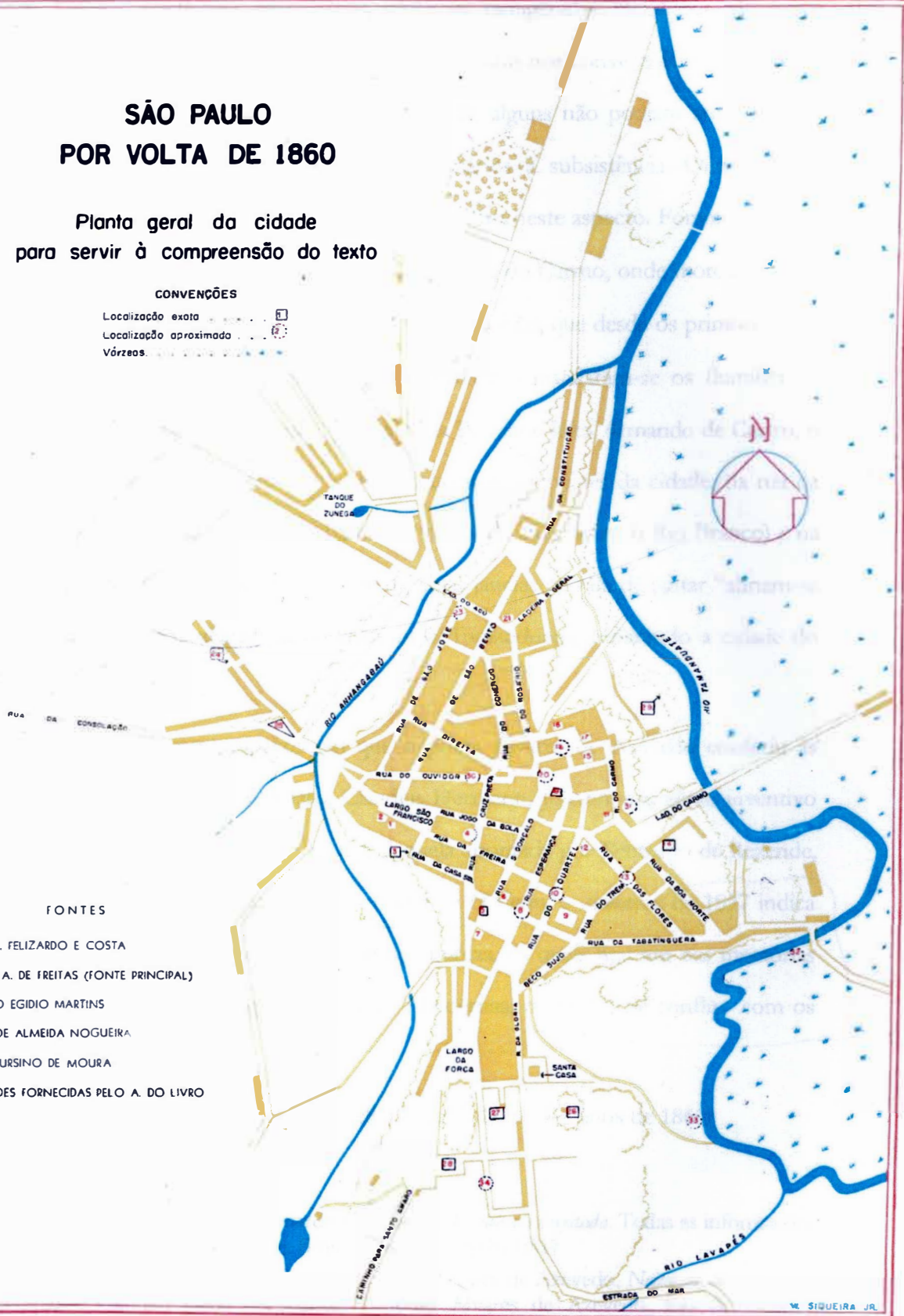
Mapa 4 - Planta Geral da Cidade de São Paulo - 1860

SÃO PAULO POR VOLTA DE 1860

Planta geral da cidade
para servir à compreensão do texto

CONVENÇÕES

- Localização exata 
- Localização aproximada 
- Várzeas 



DESENHADO PARA AS TRADIÇÕES MUSICAIS DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO

Fonte: Carlos Pentead de Rezende, *Tradições musicais da Faculdade de Direito de São Paulo*, op. cit..

A boêmia acadêmica teve a seu favor as famigeradas repúblicas estudantis espalhadas nos arrabaldes. Muitos estudantes se instalaram nos conventos, pois embora a cidade se caracterizasse por seu baixo custo de vida, alguns não podiam arcar com os gastos em aluguéis e com outros serviços necessários à subsistência. Outros ali se instalaram por razões várias, parecendo-nos inútil ir além neste aspecto. Foram ocupados por estudantes, nesses anos de 1850-1860, os conventos do Carmo, onde morou o irmão de Joaquim Nabuco, Sizenando Nabuco, e o de S. Francisco, que desde os primórdios da Faculdade abrigou alunos. No mosteiro dos beneditinos instalaram-se os fluminenses Domiciano de Sales Viana de Resende, João Batista Pereira e Júlio Armando de Castro, o “Bocage Acadêmico”. Houve repúblicas espalhadas nos arrabaldes da cidade, na rua da Palha (atual Sete de Abril), na rua dos Bambus (trecho da atual avenida Rio Branco) e na rua da Constituição (atual Florêncio de Abreu), cujas janelas da sala de jantar “abriam-se para as extensas vargens alagadiças cortadas pelo Tamanduateí, separando a cidade do arrabalde de São Brás”.⁷⁶⁸

E as tavernas espaços em que o poeta Álvares de Azevedo conferiu às personagens Solfieri, Bertram, Gernaro, Claudius Hermann, Johann, seu gênio inventivo e inclinado à imaginação fantasiosa?⁷⁶⁹ Além daquela apontada por Pentead de Rezende, na rua do Ouvidor, que levava o sugestivo nome de *O Corvo*, o *Almanak* de 1857 indica endereços de outros 62 estabelecimentos desta natureza, os quais figuram nas memórias de Almeida Nogueira como fogo de arruaças e badernas, portanto, de conflito com os moradores da cidade.⁷⁷⁰

Em que estado se encontrava a já velha Faculdade, nesses anos de 1860?

⁷⁶⁸ Trecho extraído do romance de Bernardo Guimarães, *Rosaura a enfeitada*. Todas as informações foram extraídas do livro de Emani Silva Bruno, *ibidem*, t.2, pp.813-817.

⁷⁶⁹ São estes os personagens dos contos fantásticos de Álvares de Azevedo, *Noites na taverna*, cuja primeira edição saiu em *Obras* de Manuel Antonio Alvares de Azevedo. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1855. Fonte: Israel Souza Lima, *Adelino Fontoura e Álvares de Azevedo...*, *op. cit.*, p.156.

⁷⁷⁰ J. L. de Almeida Nogueira, *A academia de São Paulo*. Tradições e reminiscências. São Paulo: s.ed., 1907-1912, v.5, p.223.

Podemos afirmar que todo o seu edifício, inclusive a biblioteca, era motivo de preocupação por parte das autoridades locais. Segundo Clemente Falcão de Souza, em sua *Memória histórica da Academia*.

“É sobretudo desolador que na própria sala da biblioteca assim acontece, expondo-se a livraria que aí existe a uma completa deterioração”.⁷⁷¹

Particularmente no que diz respeito à má conservação dos livros do acervo público, notamos que nos anos de 1860 são permanentes as correspondências de bibliotecários nas quais se apresentam propostas para o restauro de volumes, às vezes de coleções inteiras, cujas encadernações eram julgadas “imprestáveis”:

“Em cumprimento do art. 218 do Regulamento complementar da Faculdade, tenho a honra de levar à presença de V. Exa. as duas listas inclusas, sendo uma das obras adquiridas pela bibliotheca durante o corrente anno, e outras das obras cujas encadernações julgo mais imprestáveis [...] Sobre a lista das obras que precisarão ser encadernadas, proponho à V. Exa. que as Collecções de leis sejam incluídas, pois estão todos em (?) estragadas pelas contínuas consultas, havendo por isso prejuízo de perderem-se completamente. As Ordenações estão desencadernadas (?) e as capas muito estragadas [...]

Diretor da Faculdade: Dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel.

Assinado pelo assistente: Luiz Eugenio N.(?) Barbosa”.⁷⁷²

A visita à biblioteca, no entanto, podia causar impressão diversa aos mais desavisados. Um viajante que a conheceu em 1860 deixou bom juízo sobre o estado em que se encontravam o acervo e a sala de leitura, cuja luminosidade e manutenção destoavam do resto do edifício. Segundo J.J. von Tschudi,

“as salas de aulas são sombrias e pouco confortáveis; somente a grande biblioteca é arejada e inundada de luz. Permaneci ali algum tempo, afim de obter, embora rapidamente, uma idéia dos livros que constituíam a biblioteca. Integram-na entre 8 e 9.000 volumes de obras jurídicas, históricas, filosóficas e enciclopédicas, entre as quais

⁷⁷¹ *apud*. Emani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo, op. cit.*, t.2, p.838.

⁷⁷² [MAFD]. Livro no. 5. Aberto em 4 de fevereiro de 1857. A correspondência é do ano de 1861, todavia, sua data precisa não aparece indicada.

algumas de valor. O que não me surpreendeu foi a completa ausência de livros alemães”.⁷⁷³

Alguns colégios particulares começaram a aparecer nos almanaques da província, mas nada comparado ao avanço que este setor conheceu nos anos de 1870, quando as primeiras manifestações de uma cultura urbana alicerçada pelas camadas médias se tornaram evidentes.⁷⁷⁴ Camadas médias, vale frisar, pois as famílias abastadas se ressentiam dos atavismos das classes cultas à moda do *ancien régime*, cujos hábitos ostentavam notável viço de fidalguia. O patriarca da família contratava uma preceptora para ensinar não só as primeiras letras aos filhos, mas também algumas regras de civilidade. Conta dona Maria Paes de Barros (1851-1951), cujas memórias foram publicadas quando a autora completava 94 anos, que seu pai, o comendador Luís Antônio de Souza Barros:

“zeloso da educação de instrução dos filhos [...] procurava proporcionar-lhes os meios de obter cultura, coisa difícil, então, pela carência de bons colégios. Era costume, por essa época, as famílias abastadas mandarem estudar na Europa os seus filhos. Muitos escolhiam a França; ele, porém, preferiu enviar os seus para a Alemanha, visto ter relações comerciais com importante firma de Hamburgo”.⁷⁷⁵

Além do ensino formal, destinado aos estudantes de todas as partes da província, com regime de internato, onde eram ministradas aulas de Latim, Francês, Inglês, Retórica, Geometria, História, Geografia, Filosofia, primeiras letras e doutrina cristã, segundo anúncio do *Collegio Athenaeu Paulistano*, dirigido por Julio Mariano Galvão de Moura

⁷⁷³ J.J. von Tschudi, *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, *op. cit.*, p.203.

⁷⁷⁴ Como escreve Ana Luíza Martins, em seu estudo sobre o aparecimento dos gabinetes de leitura no interior da província, “com exceção dos clubes recreativos de elite, mais tardios, que selecionavam através da posição financeira, as demais agremiações, sobretudo as literárias, abrigavam representantes da camada média urbana, cuja qualificação maior era o ‘ser alfabetizado’, e o que era mais raro, ‘ser letrado’. Tratava-se para a época de atributo altamente cortejado, sinal distintivo de classe, marcando nitidamente ‘a diferença entre a pequena casta privilegiada e a massa ignorante’, como sugere Cruz Costa, confirmando o entendimento de cultural como sinal de classe”. Ana Luíza Martins, *Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido (1847-1890)*. Dissertação. Departamento de História da FFLCH-USP, 1990, p.142.

⁷⁷⁵ Maria Paes de Barros, *Nos tempos de dantes*, São Paulo: Paz e Terra, 1998, p.12.

Lacerda,⁷⁷⁶ os periódicos da cidade apresentam anúncios curiosos, como o *Curso Elementar de Bellas Letras*, dirigido pelo dr. Antonio Maria Chaves e Mello, localizado na rua Direito (4 cantos).⁷⁷⁷

Na *Planta da cidade de São Paulo – 1868* (mapa XII) figuram alguns estabelecimentos de ensino, todos particulares: o *Collegio Allemão*; o *Lyceu Allemão* e o *Collegio União*. A planta atribuída a Carlos Rath⁷⁷⁸ parece valorizar as instituições alemãs, pois além de enumerar as escolas, realça algumas casas de comércio fundadas por membros da colônia germânica de São Paulo.

Sobre a *Escola Alemã*,⁷⁷⁹ escreve Karl von Koseritz, em 1883:

“Fui recebido muito amistosamente pelo sr. dr. Grupp, e assistimos ao desfile dos 174 alunos das diversas classes. As crianças (entre as quais só havia 40 de descendência brasileira) pareciam todas em boa saúde (...) A escola é mista e além do diretor Grupp tem os seguintes professores e professoras: senhores Dorfell, Gladosch, Krammer o Dr. Freire e as senhoritas Sorgenicht e Wagner, que se ocupam com a seção das meninas e com o Jardim da Infância. A escola possui 5 classes, com o programa de uma similar alemã. Na classe mais adiantada, a cujas lições assisti, também se ensina francês e inglês, e vi meninos de 10 e 11 anos bastante hábeis no manejo desses dois idiomas (...) **Ainda há pouco chegou um magnífico sortimento de livros didáticos da Alemanha**, e tudo quando pude observar convenceu-me de que se trata de um estabelecimento cheio de vitalidade e capaz de se desenvolver”⁷⁸⁰

A *Sociedade Germania*⁷⁸¹ havia igualmente organizado uma biblioteca para seus sócios. Provavelmente, com livros importados da Alemanha, seguindo o mesmo procedimento da instituição acima citada. Na década de 1870, instalou-se na cidade um

⁷⁷⁶ Além disso, ministrava-se o curso de música instrumental. “Mediante a pensão de 26\$000 rs. mensais; fornecendo-se casa, sustento, roupa lavada e engomada, enfim, todo o necessario, **a exceção de roupa, calçado, livros, médico e botica**. *Almanak da provincia...*, 1857, p.132. [grifos meus]

⁷⁷⁷ *Almanak...1858, op. cit.*, p.131.

⁷⁷⁸ cf. Maria Vicentina do Amaral Dick, *A dinâmica dos nomes...*, *op. cit.*, p.307.

⁷⁷⁹ Dentre os estabelecimentos de ensino privado, o *Mapa topográfico* assinala o Collegio Ypiranga (g); a Escola Americana (l); o Collegio Mamede (p); o Collégio Pestana (u).

⁷⁸⁰ Karl von Koseritz, *Imagens do Brasil, op. cit.*, p.268.

⁷⁸¹ Uma *Sociedade Germania* aos moldes desta foi organizada em Sorocaba, segundo informação de Ana Luíza Martins, *Gabinetes de Leitura ...*, *op. cit.*, p.147.

livreiro especializado em impressos alemães, demonstrando o papel intelectual ativo da colônia germânica em São Paulo

SOCIEDADE GERMANICA

Sociedade allemã para recreio, canto e propagação de conhecimentos geraes e uteis, principalmente de conhecimentos industriaes, por meio de jornaes, discursos e uma bibliotheca. Acha-se fundada desde 1868.

Estabelecida na Rua do Ouvidor; está aberta todos os dias, das 8 da manhã até meia noite.

Presidente—Carlos Messenberg, Rua do Ouvidor, 40.

1.º Secretario—E. Preiss, Rua de S. João ou Rua Direita, n. 30.

2.º Secretario—Georg W. Joppert.

Bibliothecario—E. Metterhausen, Rua do Ouvidor.

Thezoureiro—C. Weith, Rua do Principe.

Fonte: *Indicador de São Paulo. Administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial*. Para o ano de 1878, organizado por Abílio S. Marques. Edição fac-similar. São Paulo: IMESP/DAESP, 1983, p.142.

Não vamos enumerá-las todas, no entanto, cumpre notar que o aparecimento de escolas particulares, com métodos próprios, com seus programas, suas regras e, inclusive, com seus respectivos preços, sugere a dificuldade do sistema público em acompanhar o aumento da demanda da população neste setor.

As referências às escolas públicas são ainda mais raras. Postas em segundo plano, como elemento de menor grandeza no deserto cultural paulistano, elas sequer figuram nas plantas da cidade. Algumas vozes dissonantes incorporam a questão da instrução pública em seus programas intelectuais.

Em 1850, no discurso de abertura do *Ensaio Philosophico*, Álvares de Azevedo mostra-se preocupado com a questão do ensino para a população pobre, ainda que não apresente um programa, apenas uma declaração de amor à causa:

“Quando se escasseia a instrução primária para as classes baixas, nega-se protecção e melhoramento para as classes baixas, nega-se protecção e melhoramento para os collegios publicos, se não se quer dar caça aos obstáculos pecuniários que vedam a porta das academias ás classes pobres... agora, senhores, vem muito a pello esse

compromisso pella realização de uma ideia de amor philosophico e avançada luminosa, como aquela espada valente do espírito, de que falava João Huss, o reformador”.⁷⁸²

No quadro estatístico de 1837, a instrução pública foi apresentada em rápidas passagens, abaixo transcritas:

“Uma aula de história Ecclesiástica. Numero de alumnos 8.

Dous Seminarios: um de meninos. Numero de alunos 19 e um de meninas. Numero de alumnas 33. Numero total de alumnos 60.

Nove escollas de primeiras letras, sendo 4 de meninos, com 135 discípulos, e 3 de meninas, com 132 discípulos. Número total de discípulos 267.

Uma escola de meninos, com 49 discipulos e uma dicta de meninas, com 14 discipulas. Numero total de discipulas 63”.⁷⁸³

Nos anos de 1840 os seminários se encontravam em estado lastimável. Ernani Silva Bruno, cujas informações se baseiam nas *Atas da Câmara*, afirma que ambos os edifícios, o dos meninos, em Santana e o das meninas, no Açu (atualmente, no bairro da Luz),⁷⁸⁴ “estavam em ruínas”.⁷⁸⁵ Em 1831, verificara-se no Seminário das Educandas que as meninas adultas não sabiam ler.⁷⁸⁶ Os meninos, por sua vez, não tiravam proveito dos estudos por passarem a maior parte do tempo ocupados com as tarefas domésticas. Escreve o autor que, em 1852:

“o Seminário de Santana estava carecendo de oficinas e os educandos – dizia em seu relatório o inspetor de Instrução Pública – ‘não trajavam de modo decente, porém é muito difícil trazer, quanto aos trajés, sempre em asseio grande número de meninos,

⁷⁸² *apud.* Richard Morse, *Formação histórica de São Paulo...*, *op. cit.*, p.127. [grifos meus].

⁷⁸³ Daniel Pedro Müller, *Ensaio d'um quadro estatístico...*, *op. cit.*, p.264.

⁷⁸⁴ O seminário da Luz figura nos mapas elaborados por C. A. Bresser, a *Planta da cidade de São Paulo*, 1841 e o *Mapa da cidade de São Paulo e seus subúrbios – feito por ordem do Excmo. Snr. Przte. O marechal-de-campo Manoel da Fonseca Lima e Silva* – s/d.. Nenhuma outra indicação vem enriquecer as notícias sobre as escolas da capital neste primeiro meio-século.

⁷⁸⁵ Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo*, *op. cit.*, t.2, p.832.

⁷⁸⁶ A instituição assistiu a toda sorte de revezes. Em 1896, declara Alfredo Pujol que “o edificio do Seminário está em ruínas, o que foi arrendado para instalação provisoria não tem as indispensaveis condições para uma casa de ensino”. Não obstante, mantinha de pé o projeto de transformar este seminário em uma instituição de ensino profissionalizante. *Relatorio apresentado ao Excmo. Sr. Dr. Presidente do Estado de S. Paulo em 30 de março de 1896 pelo Secretário de Estado dos Negocios do Interior e Instrução Pública Alfredo Pujol*. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, 1896, p.62.

todos em tenra idade; não deixo porém de lamentar que os filhos adotivos da província vivam descalços onde só o infortúnio da escravidão e da miséria da pobreza subscreve semelhante uso”.⁷⁸⁷

/ O ensino para meninas foi regulamento apenas em 1874, pela lei

“que reformou a instrução pública, destacando-se nela a instituição da obrigatoriedade do ensino primário para todos os menores de 7 a 14 anos do sexo masculino e de 7 a 12 anos do sexo feminino, ‘que residirem dentro da cidade em que houver escola pública ou particular subsidiada’”.⁷⁸⁸ /

De modo geral, os viajantes não se ocuparam das escolas. Daniel P. Kidder, pastor protestante norte-americano, que por aqui esteve em 1839, fez questão de conhecer algumas escolas e de se informar sobre os métodos de estudos então adotados. Seus interesses se voltavam justamente para as atividades espirituais dos paulistas, na capital e no interior, tendo dedicado alguns capítulos de seu memorial aos “homens ilustres” de São Paulo. O pastor viera também em missão religiosa, tendo mesmo apresentado um projeto ao legislativo para a distribuição de Bíblias nas escolas. Embora os custos do projeto tivessem se realizado às suas expensas, ou melhor, aos encargos de sua congregação, a proposta não obteve aprovação junto a Assembléia Provincial. Aliás, o autor sugere que ela sequer foi levada à discussão pelos legisladores. O que é bastante compreensível devido ao peso da Igreja católica sobre as decisões espirituais na urbe oitocentista.

Curiosamente, sua avaliação das escolas públicas é muito otimista, como deixa entrever na seguinte passagem:

“esta [escola] era positivamente a mais florescente que tivemos ocasião de ver no Império. Tinha cento e cinquenta e seis alunos, na sua maioria, brancos, mas os ligeiros salpicos com que alguns mulatinhos e negrinhos pontilhavam a garotada, emprestavam

⁷⁸⁷ *Relatório da Instrução Pública* (documentos que acompanham o *Relatório do presidente da província Nabuco de Araújo*, em 1852). *apud.* Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo*, *op. cit.*, t.2, p.833. Houve a intenção de transformar o Seminário das Educandas em Escola Normal, segundo o lei sancionada em 16 de março de 1846. No entanto, este foi apenas um sinal de modernidade, que os deputados paulistas aprovaram, mas que jamais saiu do papel. *cf.* *São Paulo. A Imperial Cidade e a Assembléia Legislativa Provincial*. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 2005, p.116.

certa variedade. Os alunos das diversas classes respondiam com vivacidade e inteligência às perguntas que se lhes propunham, demonstrando assim o seu bom adiantamento. Vigorava então o sistema *lancasteriano*.⁷⁸⁹ O que mais nos agradou, entretanto, é que para o ensino de leitura adotavam em aula alguns cartões contendo trechos das Escrituras. Foram escolhidas para isso passagens bem apropriadas ao desenvolvimento dos pequenos leitores e tal sistema não poderia deixar de exercer a mais benéfica influência não só sobre os corações dos petizes como sobre os seus espíritos”.⁷⁹⁰

A idéia de que as escolas paulistas se encontravam em vantagem frente às do restante do Império, como afirma Daniel P. Kidder na passagem citada, foi reforçada após as reformas de 1846 e 1851. “Destas – escreve Richard Morse – a primeira obrigava o governo a prover de escolas todos os lugares povoados da província e a estabelecer normas para os currículos e para as qualificações, o ordenado e a nomeação dos professores”. E a reforma de 1851 centralizava o setor educacional nas “mãos de um Inspetor-Geral provincial”.⁷⁹¹

Como resultado desse processo de provincianização das decisões do ensino, observa-se que, em 1876, as escolas públicas se concentravam na região com maior potencial econômico e participação política no país, ou seja, no centro-sul (atual Sudeste):⁷⁹² Minas Gerais (703), São Paulo (638) e Rio de Janeiro (562) detinham 42,9%

⁷⁸⁸ *idem, ibidem*, p.116.

⁷⁸⁹ “Sistema de ensino inventado pelo famoso pedagogo inglês Lancaster (1778-1838) que consiste, principalmente, em utilizar os alunos mais adiantados como ‘monitores’ para ensinar os mais atrasados”. [nota do tradutor Rubens Borba de Moraes], Daniel P. Kidder, *Ensaio d’um quadro estatístico...*, *op. cit.*, p.253.

⁷⁹⁰ *idem, ibidem*, pp.253-254.

⁷⁹¹ Richard Morse, *Formação histórica de São Paulo...*, *op. cit.*, p.155.

⁷⁹² A propósito dos efeitos provocados por esse processo de descentralização da instrução pública, escreve Fernando Azevedo: “a ausência, na educação do país, de um pensamento coletivo ou de unidade de orientação, não era mais do que uma das expressões do estado flutuante e molecular da sociedade, que resultou do caráter fragmentário de nossa formação social e das divergências fundamentais de interesses e de idéias, ligadas às diferenças de nível cultural e econômico das províncias, como das classes sociais”. Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira*. 5ª ed., revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1971, p.575.

de um total de 4.430 escolas públicas, franqueadas para um contingente de 138.615 alunos espalhados no vasto território brasileiro.⁷⁹³

Um exame rápido dos relatórios provinciais demonstra que o item “instrução pública” apresenta sempre a mesma ladainha da impossibilidade de reverter o problema da falta de professores e de fazer expandir as escolas por todas as partes da província.⁷⁹⁴ Impressão que se confirma no desabafo do oficial de instrução pública, Diogo de Mendonça Pinto, ao apresentar os resultados relativos ao ano de 1867:

“Nenhum anno se encerra sem que eu tenha a honra de falar da Instrução Publica ao Governo; - sempre porém a expor-lhe embalde a mesma situação, as mesmas necessidades de sofrimento, as mesmas providencias a tomar. Esta triste situação dura há longos 16 annos!”⁷⁹⁵

em a abertura de uma Escola Normal, em 1846, foi suficiente para resolver o problema da formação de professores. Instalada em uma única sala, em edificio anexo à Sé, não formou mais do que 40 mestres – todos homens! – em vinte anos de atividades. Na década de 1870 a Escola Normal foi reabilitada. O curso tinha duração de dois anos. Exigia-se que os candidatos fossem maiores de 18 anos e que soubessem ler, escrever e contar. Era cobrada uma taxa de “matrícula anual, da qual estavam isentos os então professores públicos e os ‘indivíduos reconhecidamente pobres’”.⁷⁹⁶ O regime era rigoroso, mas previa a gratificação com livros “de alguma matéria do respectivo ano, e elegantemente encadernados”⁷⁹⁷ aos alunos mais destacados.

⁷⁹³ Como escreve Alberto Salles, era de se espantar que o Imperador, dado a tantos atavismos ilustrados encobrisse os “nossos defeitos e as mil misérias que acabrunham este pobre paiz [...] Se é facto que achamo-nos ainda muito atrasados em matéria de instrução pública, devido à insufficiencia numérica das escolas, ao defeituoso systema e a outras muitas causas conhecidas; fujamos, entretanto, da realidade, porque a sua contemplação fria e gelada só póde nos causar profunda e dolorosa magoa”. Alberto Salles, “A instrução publica nos Estados Unidos e no Brazil”. *Almanach Litterario...* 1879. Edição fac-símile. São Paulo: Governo do Estado; Imprensa Oficial, s.d., pp.164-165

⁷⁹⁴ cf. Eugenio Egas, *Galeria dos presidentes...*, *op. cit.*, várias páginas.

⁷⁹⁵ Primitivo Moacyr, *A instrução e o Império*. Subsídio para a história da educação no Brasil. São Paulo: CEN, 1936, nota 72, p.95.

⁷⁹⁶ *São Paulo*. A Imperial Cidade e a Assembléia Legislativa Provincial, *op. cit.*, p.117.

⁷⁹⁷ *idem, ibidem*, 118.

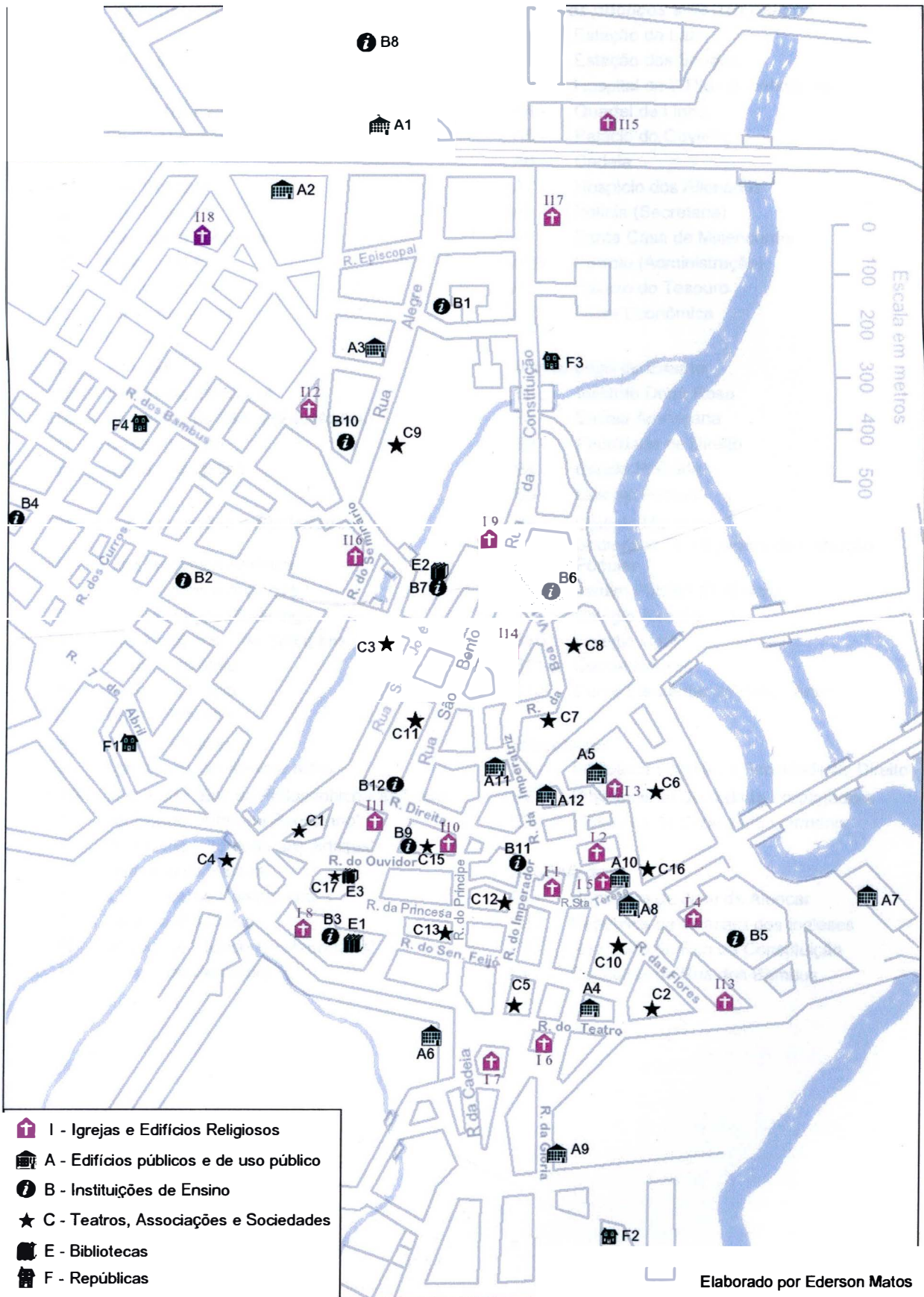
Apenas em 1894 foi aberta a nova sede, em construção projetada por Ramos de Azevedo, que em nada se comparava à antiga instalação: o edifício vinha equipado com laboratórios e uma ampla biblioteca, dividida em várias seções que contemplavam as mais diversas áreas do conhecimento. Era um novo marco da cidade, erguido na praça da República, que vinha celebrar uma nova era de promessas e esperanças em torno deste velho impasse que era o da instrução das pessoas comuns.⁷⁹⁸

Pelo levantamento das atividades intelectuais citadinas no período de 1800 a 1870, eram poucas as oportunidades para a expansão do mercado livreiro. Associações, teatros e algumas tipografias vinham dar materialidade à produção local. Ao que se somavam algumas poucas escolas, um e outro projeto de biblioteca, as primeiras manifestações de hábitos burgueses no seio da família planaltina, nada conspirava em favor dos livros.

Como assim: os estudantes de direito / E já se destinavam-se à poucas restituições.

⁷⁹⁸ Porém, as alternativas para a formação do leitor no período republicano não serão muito mais eficientes: “Gorada, pois, a hipótese de um sistema escolar bancado pelo Estado, cuja interferência ostensiva traduzir-se-ia pelo rigoroso controle da produção de livros, o ensino se pulveriza. Distribuído por aulas particulares, ministrado por professores mal-formados, carente de recursos materiais, talvez se possa pensar que, através do monolítico programa proposto por Cunha Barbosa, provavelmente houvesse no Brasil tantos projetos educacionais quanto fossem os colégios de uma certa envergadura. Parece, contudo, que em nenhum deles desenvolveram-se as condições necessárias à consolidação de uma consistente prática de leitura, o que passava por questões relativas ao ensino de língua”. Marisa Lajolo; Regina Zilberman, *A formação da leitura no Brasil*, *op. cit.*, p.145. Conforme afirmamos anteriormente, a bibliografia sobre a história da educação no Império e na República é extensa. Valemo-nos, além dos estudos já citados, do artigo de Bruno Bontempi Jr., “Do vazio à forma escolar moderna: a história da educação como um fardo na cidade de São Paulo”. *In: História da cidade São Paulo*, *op. cit.*, pp.507-549.

Mapa 5 - Vida Intelectual e Espiritual na cidade de São Paulo (1837-1878)



LEGENDA

Igrejas e Edifícios Religiosos

- I 1 - Sé
- I 2 - São Pedro
- I 3 - Colégio
- I 4 - Carmo (Convento)
- I 5 - Santa Theresa (Rec.)
- I 6 - Remédios
- I 7 - São Gonçalo
- I 8 - São Francisco
- I 9 - São Bento (Convento)
- I10 - Misericórdia
- I11 - Santo Antonio
- I12 - Santa Ephigenia
- I13 - Boa-Morte
- I14 - Rosário
- I15 - Seminário Episcopal
- I16 - Seminário da Glória (Educandas)
- I17 - Casa do Bispo
- I18 - Igreja Evangélica

Teatros, Associações e Sociedades

- C1 - Loja Maçônica América
- C2 - Loja Maçônica Amizade
- C3 - Loja Maçônica Piratininga
- C4 - Loja Maçônica 7 de Setembro
- C5 - Teatro São Jose
- C6 - Teatro da Ópera
- C7 - Teatro Provisório
- C8 - Arcadia Paulista
- C9 - Agricultura, comércio e artes
- C10- Sociedade "Ensaio Philosophico Paulistano"
- C11- Sociedade "Atheneu Paulistano"
- C12- Sociedade "Proteção aos Artistas"
- C13- Teatrinho da Batuíra
- C14- "Club Enterpe Commercial"
- C15- Taberna d'O Corvo
- C16- Sociedade "Concordia Paulistana"
- C17- Sociedade Germânia

Edifícios públicos e de uso público

- A1 - Estação da Luz
- A2 - Estação dos Bondes
- A3 - Hospital da S.P.de Beneficência
- A4 - Quartel de Linha
- A5 - Palácio do Governo
- A6 - Cadeia
- A7 - Hospício dos Alienados
- A8 - Polícia (Secretaria)
- A9 - Santa Casa de Misericórdia
- A10- Correio (Administração)
- A11- Palácio do Tesouro
- A12- Caixa Econômica

Instituições de Ensino

- B1 - Instituto Dona Rosa
- B2 - Escola Americana
- B3 - Faculdade de Direito
- B4 - Escola Primária
- B5 - Colégio Pestana
- B6 - Colégio Mamede
Sociedade Propagadora de Instrução Popular
- B7 - Popular
- B8 - Jardim Público (Botânico)
- B9 - Colégio Alemão
- B10- Colégio União
- B11- Escola Normal
- B12- Curso Elementar de Bellas Artes

Bibliotecas

- E1 - Biblioteca pública da Faculdade de Direito
- E2 - Biblioteca da Sociedade Propagadora
- E3 - Biblioteca da Sociedade Germânia

Repúblicas

- F1 - República de José de Alencar
- F2 - República da Chácara dos Ingleses
- F3 - República da Rua da Constituição
- F4 - República da Rua dos Bambus

Infra-estrutura

Entre as livrarias identificadas na seção anterior, apenas H. L. Levy e Anatole Louis Garraux se firmaram no mercado de bens culturais após a década de 1860. O primeiro se especializou no comércio de partituras⁷⁹⁹ e o segundo, como veremos adiante, com a venda de livros e mercadorias de luxo francesas. A livraria mais popular até esta época era a de José Fernandes de Souza, que atendia pela alcunha de “Pândega”. Não deixou boas impressões nas reminiscências estudantis. O livreiro não dispunha de edições recentes. Francesas, muito menos e, como escreve Almeida Nogueira, os preços eram quase sempre abusivos. Podemos apreender nesta passagem de Junius, pseudônimo de Firmo Albuquerque Diniz, aluno da Faculdade no período de 1848 a 1852, o significado desta velha livraria na memória dos estudantes:

“Ora que dúvida: o Pândega só tinha livros de Direito, e estes de Jurisconsultos e Praxistas de Portugal; alguns romances, e poesias da mesma procedência, ou ali traduzidos e publicados: além disto nada mais se encontrava, nem mesmo um compêndio em francês para qualquer ano da Academia.

– Bem me lembro disso: uma vez procurei um Ahbeus para o meu primeiro ano e não o encontrei: substituí-o, quando ia à aula, por qualquer volume, que na ocasião eu lia, dos Três Mosqueteiros ou de outro qualquer romance: era o livro com que me apresentava na aula de Direito Natural e ao qual eu dava os foros de compêndio”.⁸⁰⁰

É verdade que as livrarias nunca foram os lugares exclusivos para a aquisição de livros. Elas representam a forma contemporânea e mais desenvolvida, na mesma medida em que a especialização das casas comerciais em linhas de produto é uma “invenção” do século XIX. De modo que os livreiros passaram a ocupar a função antes desempenhada

⁷⁹⁹ Mercado, aliás, que se expande muito rapidamente na cidade, revelando este processo de desentranhamento da vida cultural no burgo. A este respeito, cf. Janice Gonçalves, *Música na cidade de São Paulo (1850-1900)*..., *op.cit.*, *passim*.

⁸⁰⁰ Firmo de Albuquerque Diniz [Junius]. *Em São Paulo – notas de viagem*. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p.85. O autor nasceu no Rio de Janeiro, ingressou na Faculdade de Direito em 1848 e se formou em 1852. O livro resultou de uma visita à cidade trinta anos mais tarde. A primeira edição saiu em São Paulo, pela tipografia de Jorge Seckler, em 1882, sob o pseudônimo de Junius.

por varejistas, por comissários e agentes de livrarias, tropeiros⁴⁵⁴ e, mesmo, por tipógrafos. A própria redação do *Correio Paulistano*, produzido na oficina de J. R. de Azevedo Marques, elaborara um *ex-libris*, no qual anunciava: “Livraria e Typographia do *Correio Paulistano* – Sortimento de livros de Direito, Literatura, Religião etc. – S. Paulo – R. do Rosario, 49”.⁴⁵⁵ Também a encomenda via correio junto às livrarias da Corte era um meio viável. Todavia, todos estes caminhos constituem meios indiretos de consumo, ou seja, se eles não inibiram o comércio como um todo, certamente não possibilitaram uma difusão mais ampla do livro na capital. e toda sorte de livros, vale dizer, não apenas os jurídicos, com público consumidor garantido, mas também os romances, vendidos, como o demonstram os estudiosos do tema, fartamente no comércio fluminense.⁴⁵⁶

✓ O antigo sistema demorou a ser superado por novas formas de comércio, ou seja, pelas livrarias propriamente. Todo esse atraso tem várias explicações, que vão dos aspectos intrínsecos à vida intelectual da urbe aos fatores infra-estruturais. Dentre eles, o de maior relevância para a circulação de livros foi o próprio desenvolvimento do sistema de transportes.⁴⁵⁷

Exemplo significativo do quanto os transportes e os meios de comunicação influíam na vida cidadina é o da própria periodicidade dos impressos produzidos na capital: o jornal *O Justiceiro*, publicado pelo Pe. Diogo Antonio Feijó, impresso nos anos

⁴⁵⁴ Segundo monsenhor Castanho de Almeida, “já vinham de Portugal os folhetos de novenas e orações apropriadas a cada santo. Em 1766, um mascate, entre muitas quinquilharias que vendia pelos sítios e povoados do planalto, tangendo a sua mula carregadinha da silva, incluiu ‘livrinhos de Santa Bárbara’”. Monsenhor Castanho de Almeida, “São Paulo: Formosa sem dote?”, *op. cit.*, p.47. Ernani Silva Bruno escreve ter encontrado raro anúncio da venda de livros no jornal *Novo Farol Paulistano* [nº 40, de 2 de dezembro de 1831]: “o de que na rua do Rosário, nº 25 vendiam-se ‘livros latinos’ de Horácio, de Virgílio, de Tito Lívio”. Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo*, *op. cit.*, t.2, p.836.

⁴⁵⁵ *apud*. Ubiratan Machado, *As etiquetas de livros no Brasil*. Subsídios para uma história das livrarias brasileiras. São Paulo: Edusp; Oficina Rubens Borba de Moraes; Imesp, 2003, p.97.

⁴⁵⁶ A este respeito *cf.* Tania Maria Bessone, *Palácio de destinos cruzados*, *op. cit.*; Alessandra El Far, *Páginas de sensação*. Literatura popular e pornografia no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Se bem que as autoras estudam o período de consolidação deste comércio. Sobre o consumo de literatura na sociedade fluminense na época da independência, *cf.* Márcia Abreu, *Os caminhos dos livros...*, *op. cit.*, pp.107-137.

⁴⁵⁷ Por mais de três séculos a população teve como único meio de acesso às mercadorias estrangeiras o comércio abastecido por tropeiros.

de 1830, na tipografia do *Farol Paulistano*, saía às quintas-feiras, “excepto se a chegada do Correio do Rio de Janeiro for n’esse dia ou no immediato, porque então publicar-se-há no seguinte”.⁴⁵⁸ A ressalva se fazia necessária, pois nos dias da “chegada do Correio” a população leitora se ocupava com os impressos da Corte, ou seja, com notícias e novidades vindas de fora.

No *Almanak* de 1858, o quadro informativo sobre o sistema de coleta e distribuição dos correios⁴⁵⁹ ilustra bem as dificuldades da época e o quanto este serviço exigia uma certa disciplina dos moradores, que deviam respeitar os dias e os horários de funcionamento do serviço. O cronograma de partidas dos correios da capital era extenso, dividindo-se por linhas de distribuição, de acordo com o seguinte esquema: 1 linha do norte, 3 linhas do sul, 1 linha da marinha, 1 linha de Bragança e o “correio de mar para a Corte”. Este funciona:

“todos os mezes a 5, 10, 15, 20, 25 e 30. Há outras partidas extraordinárias as quaes dependem da chegada dos vapores. Fecha às 10 horas da manhã. Este correio leva também correspondências para Santos: porte duplo das nove em diante no dia do fecho”.⁴⁶⁰

A razão pela qual o período de partidas do correio para a Corte foi fixado com um hiato de cinco dias, deve-se ao movimento regular do transporte marítimo entre o porto de Santos e o Rio de Janeiro, tendo em vista que as viagens terrestres, nessa época, eram de notável lentidão e dificuldade.

No mesmo ano de 1858, Robert Avé Lallemand anota as seguintes impressões sobre a importância da ligação entre a capital do Império e a cidade de São Paulo pelo mar:

⁴⁵⁸ Reprodução de *O Justiceiro*, edição de 7 de novembro de 1834. *apud.* Diogo Antonio Feijó. Organização e introdução Jorge Caldeira. São Paulo: Editora 34, 2002, p.16

⁴⁵⁹ A organização de um primeiro sistema de correios se deu apenas no último terço do século XVIII, durante a administração do morgado de Mateus, mas este era restrito ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

⁴⁶⁰ *Almanak da província...*1858, p.44.

“a importação de todos os produtos industriais europeus imagináveis é feita em parte diretamente, mas em maior quantidade indiretamente, via Rio de Janeiro, cuja fonte de expansão comercial evidentemente pesa um pouco sobre Santos e fica no caminho deste centro comercial de segunda classe. Quase não se passam três dias sem que dali chegue ou para lá siga um vapor. O movimento de passageiros é considerável para a capital de São Paulo e de toda Província, cujos habitantes, cada vez mais, preferem a viagem de 24 horas por mar ao fatigante caminho por terra de duas a três semanas para o Rio de Janeiro”.⁴⁶¹

Em 1877, quase vinte anos mais tarde, eram outras as condições do sistema circulacional. O clima de otimismo é expresso por Américo de Campos (1835-1900), que descreve, num só golpe, todas as mudanças que distanciavam a cidade de seu passado:

“... Assim a estrada de ferro, a telegraphia, o desenvolvimento agrícola da provincia, a imprensa, os estabelecimentos industriaes, a navegação a vapor, o grande commercio e outros elementos do progresso moderno acumularam-se um dia, e absorveram a cidade escolástica, a cidade dos empregados públicos, litteraria, palreira, poetica, mas vadia, pobre, paralisada, transformando-a em um grande centro, renovando-lhe a população, dando-lhe a vida enérgica e múltipla de uma grande cidade, trazendo-lhe o gaz, os larapios de profissão, a imprensa regular, os telegrammas, os *Almanachs*, as operas lyricas, as *primas-donnas*, o sorvete, os *touristes* marquezes e não os marquezes, os *bonds*, os patins e os patinadores e até as borboletas cosmopolitas que em abundantes partidas nos estão enviando o Rio da Prata e outros pontos longínquos do globo”.⁴⁶²

Dentre todas as inovações, os investimentos nos meios de transportes particularmente, das ferrovias – e o aparecimento de novos meios de comunicação foram determinantes para a inserção da capital paulista em um sistema mais amplo de comércio.⁴⁶³

O maior desafio da época, o de transportar a Serra do Mar com trilhos de ferro, superando, enfim, um obstáculo secular entre o porto de Santos e a capital, foi vencido pela Companhia Inglesa – *S. Paulo Railway*. A importância desta linha não se mede apenas

⁴⁶¹ Robert Avé Lallemand, *Viagem pelo Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1953, pp.323-324.

⁴⁶² Américo de Campos, “A cidade de São Paulo em 1877”, *Almanach Litterario* de São Paulo para o anno de 1878. Publicado por José Maria Lisboa. Edição fac-símile. São Paulo: Imesp, 1983, p.3.

⁴⁶³ Marisa Midori Deaecto, *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*, *op. cit.*, pp.33-59.

pela maior frequência de partidas em direção ao porto,⁴⁶⁴ mas também por tornar possível a ligação do burgo planaltino com o mercado internacional, sem a intermediação do Rio de Janeiro. O que se traduz em maior potencialidade de escoamento da produção interna – notavelmente, do café – e em maior capacidade de circulação de gêneros importados diretamente dos centros europeus, Inglaterra, França, Alemanha e, em menor escala, os Estados Unidos.⁴⁶⁵

As estradas de ferro potencializaram a ocupação do interior paulista rumo às zonas produtoras de café. Pode-se afirmar que esse movimento em direção a *hinterland* criou uma situação *sui generis* na história paulista: a expansão das ferrovias possibilitou o desmembramento de grandes unidades administrativas e a formação de novos municípios, sinalizando o desenvolvimento do interior nas últimas décadas do século.⁴⁶⁶ Era a primeira vez que as populações interioranas tinham acesso a equipamentos urbanos comparáveis aos da capital.⁴⁶⁷

⁴⁶⁴ “Correm diariamente [dias úteis]: 3 trens de passageiros (ao interior) de S.Paulo, isto é, às 6.10 e 10.5 da manhã e 2.50 da tarde. 3 trens de passageiros (do interior) de Jundiáhy, isto é, às 8.20 da manhã e 1.15 e 5.0 da tarde. 2 trens de passageiros (s S. Paulo) de Santos, isto é, às 6.45 da manhã e 3.25 da tarde”. *Almanach Litterario...*1885, p.XXIV.

⁴⁶⁵ “Analisando retrospectivamente o movimento do comércio de importação no período de 1872 a 1874, observa-se que a entrada de mercadorias pelos seus países de origem se distribui da seguinte maneira: 53,4% da Grã-Bretanha, 6,5% da Alemanha, 5,4% dos Estados Unidos e 12,2% da França. O quadro muda sensivelmente no período de 1902 a 1904: 28,1% das mercadorias são de origem britânica, 12,2% alemã, 11,5% norte-americana e 8,8% francesa”. Marisa Midori Deaecto, *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*, *op. cit.*, p.42.

⁴⁶⁶ “O levantamento mostra nitidamente a diferença entre as regiões povoadas até o século XVIII e as que deslancham a partir da metade do século XIX. As que se situam nas regiões da Capital, no Vale do Paraíba, na zona litorânea, na baixa zona litorânea e a partir da Araraquarense são cronologicamente anteriores ao século XVIII, existindo como pouso de bandeirantes. Por sua vez, o grande número de novas cidades e de seus respectivos municípios mostra o fantástico avanço sofrido pela população do estado de São Paulo nesses poucos anos”. Edgard Carone, *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*, *op. cit.*, pp.35-36.

⁴⁶⁷ Nos últimos decênios do século, a estrutura educacional da cidade e da província como um todo começam a chamar a atenção de visitantes estrangeiros, como podemos notar neste relatório de 1883: “Na capital da província está a séde do bispado estabelecido em 1746 e da academia de direito, creada em 1827, tendo anexo um curso preparatorio. Conta 554 escolas publicas primarias e 11 bibliothecas franqueadas ao publico nas diferentes cidades de maior importancia”. A. Lopes Mendes, “Cartas escriptas da América – Carta XII – Cidade de São Paulo, 7 de janeiro de 1883”. *Boletim da sociedade de Geographia de Lisboa*. Lisboa, 1893, 12ª serie, nos 9 e 10, p.390.

Referimo-nos particularmente às escolas,⁴⁶⁸ às bibliotecas, às associações culturais e a presença de gabinetes de leitura. Acompanhando o curso das principais linhas ferroviárias que cortavam a província e depois o estado, a autora identifica o aparecimento de agremiações e gabinetes em Sorocaba (1862), Campinas (1865),⁴⁶⁹ Tatuí (1879), Itapeva (1883), Itapetininga (1887),⁴⁷⁰ Avaré (1887) e São Manuel (1891).

E, no sentido inverso, as viagens constantes do interior para a capital propiciaram a colaboração da classe produtora intelectualizada nos meios impressos paulistanos. A tomar pelas contribuições ao *Almanach Litterario*, organizado por José Maria Lisboa. De acordo com o estudo de Antonio Celso Ferreira, eram os colaboradores originários de diversas partes do interior paulista: Campinas (12), Santos (12), Tietê (7), Itu (6), Piracicaba (4), Pindamonhangaba (3), Rio Claro (3), por sinal, obviamente com exceção da cidade portuária de Santos, os principais núcleos urbanos originários da economia exportadora cafeeira.⁴⁷¹

— Também a ligação com a Corte através do transporte ferroviário reduziu de forma significativa o tempo de viagem. Em trem expresso, com hora de partida diária, fixada às 6 da manhã, na Estação do Norte, o trem chegava na Corte às 7h12 [da noite]. O expresso saía da Corte às 5 horas da manhã e chegava na Estação do Norte às 6 horas da tarde.⁴⁷² Ou seja, houve uma redução de 12 horas de viagem em relação ao transporte

⁴⁶⁸ Por sua vez, a relação entre ferrovias e alargamento cultural seria ainda ratificada no recenseamento e mapeamento das instituições públicas de ensino do estado de São Paulo em 1920. Nesse caso, aparecem em destaque as escolas públicas, incluindo as escolas normais que se espalham muito rapidamente nos três primeiros decênios do regime republicano. No mapa observa-se que apenas as áreas fronteiriças a noroeste do estado não foram providas de escolas! Trata-se, afinal, de uma última zona de povoamento que toma consistência apenas nos anos de 1930/40. Antonio Sampaio Doria, *Recenseamento escolar*. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Alarico Silveira, Secretaria do Estado dos Negócios do Interior. São Paulo: Weizflog Irmãos, 1920.

⁴⁶⁹ “Possue uma biblioteca de mais de 1.000 volumes que é franqueada ao público todos os dias, das nove horas da manhã às duas da tarde”. Ana Luiza Martins, *Gabinetes de Leitura...*, *op.cit.*, p.162.

⁴⁷⁰ “Tem mais de 3.000 volumes e recebe jornais de diversas procedências”, *idem ibidem*, p.173.

⁴⁷¹ Antonio Celso Ferreira, *A epopéia bandeirante*. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Unesp, 2002, p.51.

⁴⁷² Horário de partida de trens da Estrada do Norte. Trajeto tarifas para 1ª e 2ª classes. *cf. Almanak Litterario de São Paulo* para o ano de 1885, *op.cit.*, p.XXIX.

marítimo, sem contar a longa jornada serra acima que podia durar dois dias de cavalgada!⁴⁷³ Uma barreira difícil de transpor, após a construção da Estação do Norte, foi a dos preços, sobretudo quando se fazia necessário despender uma quantia adicional para o excesso de bagagens. Segundo Karl von Koseritz (1883),

“a passagem para São Paulo custa 37\$300 por pessoa, (74,60 marcos), em 1ª. classe, e por 10 quilos de bagagem se paga 2\$300 (4,60 marcos) de frete. Somente a bagagem que se leva no carro não paga. Com tão enormes preços é natural que seja mais econômico levar a bagagem de mão, de forma que só levamos conosco duas malas, e levamos todo o resto da bagagem pelo navio ‘Rio de Janeiro’, que devemos tomar em Santos”.⁴⁷⁴

/Um sistema de correios mais complexo e organizado passou a vigorar nos anos de 1870, permitindo o despacho e o recebimento de mercadorias, particularmente o de livros e impressos em geral. Para tanto, foram criadas tarifas especiais, com atenção em particular à remessa e ao recebimento de impressos, entre jornais, catálogos e livros.

Vejamos:

“Livros, brochuras, cathalogs, prospectos, papel de musica e quaesquer avisos impressos, gravados, lithographados ou autographados, pequenas encomendas e amostras:

Até 40 grammas: 20 réis – De 40 a 80 grammas: 40 réis – De 80 a 160 grammas: 80 réis – De 160 a 240 grammas: 120 réis – E assim em diante, augmentando-se 40 réis por 80 grammas e fracção.

Jomaes, circulars, provas de imprensa correctas, e quaesquer impressos de commercio ou de negocios, expedidos em massos cintados ou por qualquer outro meio facil de abrir:

⁴⁷³ As viagens marítimas pela costa brasileira não eram seguras. Pelo menos dois acidentes ficaram registrados em nossa história literária: em 1864 Gonçalves Dias sucumbiu ao naufrágio do vapor Ville Bourgone; em fevereiro de 1867, Fagundes Varela sobreviveu ao naufrágio do Beam, nas proximidades do Morro de São Paulo, na Bahia. E, em 1861, o vapor Hermes naufragou no trajeto de Santos ao Rio de Janeiro. cf. Frederico Pessoa de Barros, *Poesia e vida de Fagundes Varela*. São Paulo: Edameris, 1965, pp.120-121.

⁴⁷⁴ Karl von Koseritz, *Imagens do Brasil, op. cit.*, p.244. A companhia *S. Paulo Railway* dispunha de paquete a vapor para a viagem marítima de Santos até o Rio de Janeiro.

Até 40 grammas, 10 réis; de 40 a 80 grammas, 20 réis. de 80 a 120 grammas, 30 réis – E assim por diante, augmentando-se 10 réis por 40 grammas ou fracção. Sendo expedidos cada número ou exemplar sobre si, a taxa é de 10 réis por número ou exemplar.

Correspondencia registrada. Das cartas, autos, amostras de mercadorias, encomendas, livros, jornaes e outros impressos, que pagarem previamente, seja qual fôr seu peso, a taxa fixa de 200 réis em sellos, além da taxa do respectivo porte, se dará ao remetente um certificado, para ser substituído pelo recibo que se cobrar do destinatario [...].⁴⁷⁵

Estas facilidades motivaram livreiros instalados na Corte a anunciar seus produtos nos jornais da capital paulista, que passaram a explorar este novo circuito – o sistema postal – para os negócios do livro. É o que se apreende do seguinte anúncio:

“N’ esta livraria acabam de chegar 21 caixas com livros em Francez. A colleção encerra livros próprios para estudo tanto do homem instruído, como da família, assim como há livros próprios para o meninos de escola ou collegio.

Dão-se catalogos a quem quizer buscar, ou mandam-se pelo Correio a quem o pedir. Encomendas serão dirigidas ao sr. Emmanuel Vanorden, caixa 254, Corte”.⁴⁷⁶

Outro desafio a ser vencido era o da integração populacional no núcleo urbano, através de um sistema de transporte que ligasse os arrabaldes – que logo configurariam bairros novos – com a área central. Os primeiros bondes a tração animal, os chamados *tramuways*, começaram a circular na cidade em 1872.⁴⁷⁷ A obra ficou ao encargo da *Companhia Carris de Ferro*, que iniciou o trajeto com seis carros, ampliando meses depois para 8. No princípio, havia uma só linha que partia do Largo do Carmo e se dividia em dois ramais, sendo que o primeiro seguia pela travessa de Santa Teresa, Largo da Sé, ruas

⁴⁷⁵ *Indicador de São Paulo...1878, op. cit.*, pp.221-223. A avaliação da importância do sistema de comunicação e transportes como fatores positivos para a emergência da capital no plano provincial se baseia, em termos geográficos, na seguinte constatação: “Todos os caminhos, fluviais ou terrestres que cortam o território paulista vão dar nêle e nêle se articulam. O contacto entre as diferentes regiões povoadas e colonizadas se faz necessariamente pela capital. O intercâmbio direto é impossível”. Caio Prado Jr. “O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo”. In: *Evolução política do Brasil e outros estudos, op. cit.*, p.109.

⁴⁷⁶ *A Província de São Paulo*, 19.01.1875. Doravante veremos que A. L. Garraux explora este comércio no sentido inverso, ou seja, de São Paulo para outras partes do território nacional.

⁴⁷⁷ Para a criação das linhas de *bonds* foi necessária uma série de intervenções nas antigas e há muito tempo maltratadas ruas do Centro. Por esta razão o presidente de província João Theodoro Xavier, cujo mandato vigorou de 1872 a 1875, celebrou-se na historiografia tradicional por “dotar a cidade de vários melhoramentos urbanísticos”. Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo, op. cit.*, t.2, p.971.

Direita, do Comércio (rua Álvares Penteado), da Quitanda, S. Bento, Largo de S. Bento, Ladeira do Acu, rua do Seminário e Alegre (rua Brigadeiro Tobias) até chegar a Estação da Luz; o segundo ramal seguia em direção ao Largo do Palácio, travessa do Palácio, rua da Imperatriz até entroncar-se novamente na rua S. Bento, pela travessa do Rosário (atual Praça Antonio Prado).⁴⁷⁸

Os bondes elétricos só apareceram em 1900. A primeira linha ligava o Triângulo à Cidade Nova, pela rua Libero Badaró. Em seguida, percorria a avenida São João e ruas vizinhas, até seu retorno à Praça Antônio Prado. Mais detalhadamente, ele obedecia ao seguinte itinerário: Praça Antônio Prado, ruas do Rosário, Boa Vista, Largo São Bento, ruas Libero Badaró, São João, Seminário, Ladeira e rua Santa Ifigênia, rua General Osório, alamedas Barão de Limeira, Eduardo Prado, ruas Barra Funda, Lopes de Oliveira, Palmeiras, Sebastião Pereira, Largo do Arouche, Praça da República, ruas 7 de Abril, D. José de Barros, Barão de Itapetininga, Viaduto do Chá, ruas Direita, 15 de Novembro, Praça Antônio Prado.⁴⁷⁹ Nos primeiros tempos, os bondes eram diferenciados pela cor de suas lanternas, feito que passa a ser impraticável devido à multiplicação de suas linhas. A partir de 1909, as linhas passaram a ser identificadas por números.⁴⁸⁰

O desenvolvimento da cidade se expressa igualmente em termos populacionais. Em 1872, a população recenseada na capital era de 31.933 habitantes, registrando um aumento de 42,7% em relação ao levantamento anterior, de 1836. Mas não se tratava mais de uma “cidade medíocre”, como a definira Aires de Casal, em 1817, embora continuasse

⁴⁷⁸ Em 1896, contavam-se já 14 linhas de *tramsways* que percorriam os arredores da cidade, nos limites do Brás, Luz e Ponte Grande. Eles confluíam no Triângulo e imediações. Waldemar C. Stiel, *História dos transportes coletivos*, São Paulo: Edusp, 1978, p.208. Para um estudo mais completo sobre a organização da infra-estrutura urbana no setor de transporte e a concorrência do capital estrangeiro, cf. Flávio Saes, *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*, op. cit.

⁴⁷⁹ Waldemar C. Stiel, *História dos transportes coletivos*, op. cit., p.209.

⁴⁸⁰ As demais linhas privilegiavam a ligação entre o Centro e os bairros, o que acentuava ainda mais as diferenças entre um e outro. Nos bairros, como bem observava um viajante francês, “reinavam a calma e a tranquilidade da província, malgrado o vai-vem dos bondes elétricos; [no Centro] é a atividade econômica ininterrupta de um formigueiro que anima as ruas estreitas deste Centro, que ficou confinado à cidade velha e forma um triângulo composto por seis ou oito ruas...”. Paul Walle, *Au pays de l’or rouge*. L’État de São Paulo. Paris: Augustin Challamel, 1921, pp.51-52.

“vistosamente assentada em terreno pouco levantado, no ângulo de confluência do rio Tamandateí com o ribeiro do Anhangabaú”,⁴⁸¹ como podemos observar na *Plan ‘História* (1800-1874).⁴⁸² Todavia, nada comparável ao crescimento registrado no fim do século. Em 1892, a população registrada na cidade era de 64.934 e, do Estado, de 1.384.753, apresentando um índice de crescimento bem mais significativo: de 106,8% e 65,3%, respectivamente, em relação ao recenseamento anterior.⁴⁸³

⁴⁸¹ Padre Aires de Casal, *Corografia...*, *op. cit.*, pp.162-163.

⁴⁸² Affonso de Freitas, *Tradições e reminiscências*, *op. cit.*, p.134. Não quer isso dizer que o sítio urbano tivesse se mantido inalterado no curso de setenta anos. Mudanças sutis se observam no espaço, já no período de 1800-1850, indicando aumento da população e do próprio perímetro urbano, de acordo com o estudo de Raquel Glezer, em que confronta o movimento de contribuições da décima urbana (o imposto cobrado por cada propriedade inscrita no perímetro urbano) com os mapas da cidade. *cf.* Raquel Glezer, “*Chão de terra*”, *op. cit.*, pp.107-119.

⁴⁸³ A esta população, some-se, após a lei de 1888, um contingente de libertos que buscavam uma forma de integração na sociedade e, mais particularmente, no meio urbano. Como resposta das autoridades às mudanças verificadas na estrutura demográfica da cidade, foram organizados vários censos “segundo a cor” na cidade de São Paulo. Em 1893 a população branca foi recenseada na ordem de 105.726, ou seja, 87,54% do total. O restante, 12,46%, distribuía-se, segundo os critérios do censo, em pretos (0,41%), caboclos (7,15%) e mestiços (4,9%). A este respeito, ver o estudo clássico de Florestan Fernandes, *A inserção do negro na sociedade de classe*. São Paulo: Dominus; Edusp, 1965.

Tabela 5 - A população de São Paulo

Ano	Cidade	Capitania/Província/ <u>Estado (*)</u>	% Cidade/(*)
1765	20.873	80.000	26,09%
1772	21.272	100.537	21,16%
1798	21.304	158.450	13,45%
1803	24.311	188.379	12,91%
1816	25.486	219.86	1,59%
1836	21.933	326.902	6,71%
1872	31.385	837.354	3,75%
1890	64.934	1.384.753	4,69%
1900	239.820	2.282.279	10,51%
1920	579.033	4.592.188	12,61%
1940	1.326.261	7.180.316	18,47%

Fontes: *Synopse do Recenseamento realizado em 1 de Setembro 1920 – População do Brazil.* Rio de Janeiro: Ministério Da Agricultura, Indústria E Comércio, Instituto De Expansão Commercial, 1926, p. 183.

III. 3 – LUZES NA CIDADE

“... Não achas grande diferença nestas ruas, hoje tão claras, tão cheias de lojas, tão frequentadas?

Em nosso tempo todas eram desertas [...]

— *No nosso tempo se porventura os gastos eram menores, não é menos certo que as ruas estavam quase sempre às escuras; o número de lampeões era diminutíssimo; circunscrito ao centro da cidade. Deves te lembrar de que nas noites de luar não se os acendiam, ainda mesmo que o mau tempo impedisse a lua de nos alumiar com a sua pálida luz; por hipótese supunha a pública administração que estávamos banhados de ondas de claridade”.*

Firmo de Albuquerque Diniz (1828-?)⁴⁸⁴

Por longo período predominou na paisagem noturna do burgo planaltino uma luz baça, muito fraca, produzida por alguns poucos candeeiros alimentados a azeite de mamona ou de peixe e, no avançar do Oitocentos, a querosene. Na noite de 31 de março de 1872, os moradores viram acenderem-se os primeiros lampeões a gás: na Catedral, na sede do governo e no Pátio do Colégio. Foi uma grande festa! Todavia, os velhos candeeiros a querosene não desapareceram prontamente do horizonte citadino, sobretudo no interior das residências, que não abriram mão do antigo sistema. No hiato de dez anos foram instalados mais de novecentos lampeões no núcleo urbano, em toda sua extensão.⁴⁸⁵ Daí para a luz elétrica, a população não teve de esperar tanto. Foi oficialmente em 1900 oficialmente, pois os cronistas narram algumas experiências isoladas anteriores – que os paulistanos puderam de fato vivenciar o que Joel Serrão chama de “noite técnica”.⁴⁸⁶ Sem dúvida, um grande passo rumo ao progresso, mas que não apagou por completo os velhos candeeiros a querosene, os lampeões a gás, enfim, a luz baça e amarelada que há séculos iluminava a cidade.

⁴⁸⁴ Firmo de Albuquerque Diniz, *Em São Paulo...*, *op. cit.*, p.78.

⁴⁸⁵ cf. Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo...*, *op. cit.*, t.3, pp.1018-1019.

⁴⁸⁶ cf. Joel Serrão, “Noite natural e noite técnica”. In: *Temas oitocentistas* – II. Para a história de Portugal no século passado. Ensaios. Lisboa: Livros Horizonte, 1978, pp.15-60.

Mesmo porque todas estas inovações representavam um custo relativamente alto para a população. No início da década de 1890, o metro cúbico do gás utilizado nos lampeões custava em torno de \$240 réis. Segundo Henrique Raffard o preço da luz elétrica era mais em conta, porém, havia um custo e não era dos mais populares, como assinala o autor:

“a princípio a empresa cobrava mensalmente 4\$ [quatro mil réis] por lâmpada Edison, dando luz de 16 velas, que substituiu por outras de 8 velas, cobrando agora 2\$ mensais [dois mil réis] por cada uma delas”.⁴⁸⁷

Mas a iluminação a gás já havia trazido notável avanço para a vida cidadina à época de sua instalação. Houve, neste único fato, aparentemente de natureza técnica, uma série de conseqüências positivas para a vida intelectual. Os projetos de ensino noturno ou de bibliotecas noturnas criados por associações patronais e mais tarde adotados pelo Estado republicano são um bom exemplo dos efeitos das luzes sobre a cidade. Se bem que nest caso o termo “luzes” deva ser tomado em uma acepção mais ampla, que remonta às idéias propaladas no início do Oitocentos, quando da inauguração da Biblioteca pública, e vai além, pois agora estes projetos se estendiam às camadas inferiores.

Entre 1870 e 1900 multiplicaram-se as instituições de leitura na cidade. No primeiro momento, estes espaços eram idealizados e administrados por associações de particulares, sendo que a maçonaria, como escreve Américo de Campos, teve papel decisivo nesse processo de “expansão intellectual”.⁴⁸⁸

No esteio de todas estas novidades estava a tradicional biblioteca das Arcadas. Neste período, esta instituição parecia se preparar para as mudanças do tempo. Melhor dizendo, para certas adaptações. Alteração no horário de funcionamento – fixado desde suas origens! – práticas regulares de aquisição de novos livros e de assinaturas de

⁴⁸⁷ Henrique Raffard, *Alguns dias na Paulicéia*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1977, p.22.

⁴⁸⁸ “[...] além dos institutos de instrução, além dos jornaes, ainda conta a capital duas bibliothecas: a da Academia, um tanto desmantellada, esquecida, mas relativamente rica... em antigualhas; e a Bibliotheca Popular, creada e organizada pela Loja Maçonica *America*, possuindo cerca de tres mil volumes, e hoje entregue aos cuidados da Propagadora”. Américo de Campos, “A cidade de São Paulo em 1877”, *Almanak Litterario...1877, op. cit.*, p.3.

periódicos estrangeiros em voga, algumas reformas infra-estruturais necessárias, enfim, uma série de medidas que se não sanavam de uma vez por todas antigos problemas que colocavam em risco o próprio futuro do acervo, como logo veremos, deixavam a instituição – que até 1895 foi a única Biblioteca administrada pelo poder público – mais afinada com as mudanças dos tempos.

A partir dos anos de 1890, o poder público estadual exerceu papel decisivo na consecução dos projetos de institucionalização e tutelamento das práticas de leitura.⁴⁸⁹ De modo geral, esta era uma preocupação que se observava por todas as partes.

Não seria exagerado afirmar – e as informações arroladas nos tópicos seguintes comprovam esta assertiva – que nas últimas décadas do século a população paulista estava à prova da bibliomania e de uma avalanche de impressos cuja extensão jamais se conheceria.

Dos anúncios mais modestos de estantes de leitura em repartições públicas e em sociedades beneficentes, aos grandes projetos assumidos pelo governo estadual, lá estavam as bibliotecas. Os livros via de regra eram apresentados como componente essencial para o esclarecimento das massas, em nome da civilização e do progresso, havendo agora um diferencial em relação ao fenômeno verificado no início do século: a cidade comportava a noção, ainda que incipiente, de massa. Não obstante, a população se tornara muito heterogênea e o perigo da dispersão de um repertório de leitura que não zelasse pela ordem social era uma realidade.

O aumento acelerado de oficinas tipográficas, a presença de meninos jornaleiros nas ruas do Centro, o aparecimento da imprensa operária⁴⁹⁰ – sinalizando a presença de

⁴⁸⁹ Como escreve Alfredo Pujol: “O Estado de S. Paulo, felicitado pela posse da sua autonomia na engrenagem da federação brasileira, compreendeu que a República deixaria de ser a fonte fecunda do bem commum, que o regime federativo deixaria de ser a solidariedade de povos livres, unidos pelo braço indissolúvel do sentimento da nacionalidade, se o espírito popular não fosse esclarecido pela diffusão das luzes e educado pelas tradições da liberdade”. *Relatório apresentado ao Excmo. Sr. Dr. Presidente do Estado de S. Paulo em 30 de março de 1896 pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Instrução Pública Alfredo Pujol*. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, 1896, p.50.

um novo tipo urbano, ou antes, de uma classe – e uma maior diversidade de livrarias, colocaram o impresso em evidência. Diante de um fato inexorável, qual seja, a emergência de relações de trabalho mais complexas características do meio urbano industrializado – o melhor remédio era a tutela. Pois como afirma Karl Liebknecht, em 1872, no discurso em defesa das bibliotecas operárias, “saber é poder; poder é saber”.⁴⁹¹

Instituições de leitura (1870-1900)

Como imaginar que uma associação como o *Clube Germania* pudesse sustentar a proposta de

“propagar os conhecimentos geraes e uteis, principalmente de conhecimentos industriaes, por meio de jornaes, discursos e uma bibliotheca, funcionando todos os dias, **das 8 da manhã à meia noite**”?

Inviável, não fosse a noite virar dia com o auxílio dos combustores a gás.

O mesmo se aplica a outra sociedade, a *Propagadora da Instrução Popular*, situada na rua São José, nº 5, cujo anúncio passamos a citar:

“Escola nocturna para adultos e menores. Das 5 ½ às 7 horas da tarde aula para menores; das 7 às 9 para os adultos.

Directores: dr. Carlos Leôncio de Carvalho, rua Senador Feijó, nº 18; Barão de Souza Queiroz, rua do Ouvidor, nº 27; Desembargador Bernardo Gavião, rua da Constituição; Joaquim Roberto de Azevedo Marques, rua da Imperatriz, nº 27.

Professor de instrução primaria, gramática e arithmetica – Antonio Gabriel Franzen, rua da Glória.

Não têm funcionado outras aulas.

Em 1877 matricularam-se nas escolas da *Propagadora* 217 adultos e 125 menores”.⁴⁹²

A propósito da biblioteca, informa o anúncio:

⁴⁹⁰ Sobre o aparecimento da imprensa operária, cf. Maria Nazareth Ferreira, *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

⁴⁹¹ *apud.* Frédéric Barbier, *L’empire du livre...op. cit.*, p.513.

⁴⁹² *Indicador profissional...1878, op. cit.*, pp.139-140. [grifos meus].

“BIBLIOTHECA DA PROPAGADORA. Foi cedida pela Loja América À Propagadora, quando esta se estabeleceu. **Está aberta todas as noites, durante as horas de aulas.**

Bibliothecario – Joaquim Elias da Silva Bueno. Rua de São José, nº 3”.⁴⁹³

Após a proclamação da República o projeto de ensino noturno foi assumido pelo poder público. Segundo Alfredo Pujol as escolas se expandiam na capital e no interior com certa eficiência, visando à eliminação do analfabetismo entre adultos. Um problema, todavia, parecia de difícil solução: a adesão de professores para dirigir tais cursos. Pois embora a gratificação destinada às aulas noturnas fosse superior, “as despesas que lhes cumpre fazer com a iluminação das salas”⁴⁹⁴ desmotivavam os mestres. E, como vimos, os custos com a iluminação eram altos.

Malgrado os empecilhos que cerceavam os projetos pela expansão das comunidades de leitores, um fato era certo: à imagem um tanto bucólica do velho Largo S. Francisco, com suas paredes “sarapintadas por negra e abundante varíola”,⁴⁹⁵ somavam-se outras praças e novos centros de saber. Dentre eles, muitos indicativos da interferência de comunidades estrangeiras na vida cultural da cidade, aspecto que já se evidenciara em meados do século, particularmente no que diz respeito à presença da colônia germânica, conforme assinalamos anteriormente.

Em 1890, escreve Henrique Raffard:

“Em S. Paulo encontrei mais de vinte estabelecimentos de instrução: a Faculdade de Direito, a Escola Normal, o Seminário Episcopal para rapazes e o Seminário da Glória para meninas, o Liceu de Artes e Ofícios, o Instituto Dona Ana Rosa [...] que procura educar crianças desvalidas, dando-lhes instrução primária e um ofício; a *Deutsche Schule*, mantida pela colônia alemã e alguns suíços; a Escola Americana das missões protestantes, com dois internatos e um externato misto; as escolas *Sempre Avanti Savoia*

⁴⁹³ *idem, ibidem*, p.140. [grifos meus].

⁴⁹⁴ Em 1896 “estão creados 64 cursos nocturnos, dos quaes 28 se acham providos, dando em geral resultado satisfactorio”. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado de S. Paulo ... pelo Secretário de Estado dos Negocios do Interior e Instrução Publica Alfredo Pujol, op. cit.*, p.53.

⁴⁹⁵ Valentim Magalhães, *Quadros e contos*. São Paulo: Dolivais Nunes, 1882, p.31.

e *Regina Margherita*, o Colégio Italiano, a Escola Francesa Mista – instituições todas mantidas pelos estrangeiros [...]”.⁹³⁸

Muitas das instituições não raro somaram à infra-estrutura acervos bibliográficos. Fossem eles portentosos ou modestos, parecia ter se tornado imperiosa a organização de uma biblioteca nas mais diferenciadas instituições, de ensino, culturais, ou simplesmente nas repartições públicas.

Em princípio, as instituições de leitura oficiais eram apenas duas. Segundo o “Relatório da Directoria Geral de Estatística do Rio de Janeiro, anotado em 22 de setembro de 1891”:

“I. Existem nesta capital [São Paulo] duas Bibliothecas Públicas, a Bibliotheca da Faculdade de Direito de S. Paulo e a Bibliotheca do Lyceu de Artes e Officios. A primeira é mantida pelo Governo Federal e a segunda pela Humanitaria Associação do Lyceu de Artes e Officios de S. Paulo, da qual é presidente e fundador o Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho.

II. as cidades de Rio Claro e Sorocaba, no interior deste Estado, existem Gabinetes de Leitura mantidos por associações particulares”.⁹³⁹

ão quer isto dizer que os lugares reservados à leitura ou ao empréstimo de livros se restringissem a estas instituições.

Exemplo da modéstia bibliográfica anunciada como um feito da maior importância foi o da *Sociedade Lusitania*, que desde 1882 mantinha uma pequena biblioteca, montada “por iniciativa do comendador Bernadino Monteiro de Abreu”.⁹⁴⁰ Esta era provida de 80 volumes, doados por José Alves Sá Rocha. O espaço recebeu mobília nova e chegava com a promessa de novos investimentos neste acervo que era freqüentado pelos sócios.

⁹³⁸ Henrique Raffard, *Alguns dias... op. cit.*, p.107.

⁹³⁹ IAFD, *Correspondências* – livro aberto em 1857, folhas 64-70. Sobre as instituições de leitura nas cidades interioranas, cf. Ana Luiza Martins, *Gabinetes de leitura..., op. cit. [passim]*.

⁹⁴⁰ Emani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo..., op. cit.*, t.3, p.1272.

Em 1896, foram anunciadas no *Completo Almanak Administrativo, Comercial e Profissional do Estado de São Paulo* duas outras bibliotecas: uma organizada no Fórum, em edifício situado na rua do Quartel e a biblioteca do “Congresso”, no Largo Municipal.⁹⁴¹

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado em novembro de 1894, relatava em cada número de sua revista a compra ou o recebimento por doação de livros e de periódicos. O acervo inicial, anunciado no primeiro número do periódico, era bem modesto, formado por nada mais do que 20 títulos, a maior parte em português, havendo na listagem um repertório significativo da produção de obras históricas e geográficas, de memoriais e de viagens científicas, obras que tinham como temática ao Brasil e São Paulo, de modo particular.⁹⁴²

Em 1893, foi fundada a Escola Politécnica de São Paulo, que deu novo fôlego ao corpo técnico da capital. Lembremos que esta escola formou várias gerações de urbanistas e políticos que determinaram os rumos da cidade. No ano seguinte, a Escola Politécnica organizou um substancial acervo bibliográfico.⁹⁴³

A Faculdade de Medicina foi criada em 1913. O projeto era anterior e previa uma Escola de Medicina e Pharmacia, conforme texto elaborado pelos drs. Pereira Barreto, Franco da Rocha, Odilon Goulart e Carlos Botelho. Segundo o plano original, a Escola contaria com amplos laboratórios e uma biblioteca especializada, com as mais importantes e úteis obras.⁹⁴⁴

Ao lado das faculdades, expandiram-se os cursos de profissionalização. O Liceu de Artes e Ofícios, fundado em 1873, pela *Sociedade Propagadora da Instrução Popular*, distribuía aos alunos livros, penas, papel e tinta. Oferecia auxílio médico e abria concursos

⁹⁴¹ *Completo Almanak Administrativo, Comercial e Profissional d'O Estado de São Paulo*, para o ano de 1896. São Paulo: Companhia Industrial de São Paulo, 1897, p.88.

⁹⁴² “Cathalogo dos livros, mappas e mais objetos existentes nesta data na Bibliotheca e no Archivo do Instituto”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, nº 1, 1895, p.67-68.

⁹⁴³ Data de 1897 o primeiro catálogo desta instituição. cf. *Catálogo da Bibliotheca da Politécnica de São Paulo*, 1897.

⁹⁴⁴ cf. *Relatorio apresentado ao Excmo. Sr. Dr. Presidente do Estado de S. Paulo ... pelo Secretário de Estado dos Negocios do Interior e Instrução Pública Alfredo Pujol, op. cit., p.49.*

com prêmios em dinheiro ou materiais escolares doados aos alunos de mérito, segundo a avaliação dos docentes. Nos anos de 1880, a biblioteca do Liceu de Artes e Ofícios recebeu doação de livros de Matemática e Engenharia, que foram trazidos dos Estados Unidos e da França.⁹⁴⁵

Em 1902, foram inauguradas duas escolas de comércio. Uma fundada por Álvares Penteado, que tem ainda hoje seu nome e a escola do Mackenzie.⁹⁴⁶ Em 1886, o College Mackenzie anunciou a organização de uma biblioteca de estudos.

O Ginásio e a Escola Normal foram providos de acervo bibliográfico especializado, para os quais o poder público contratou profissionais aptos a zelar pela seleção e compra dos livros.

Em 1896, a Secretaria de Negócios Interiores anunciava a aquisição, para o Ginásio da capital, da biblioteca de Julio Ribeiro (1845-1890).⁹⁴⁷ Esta novidade acompanhava outros investimentos destinados à instituição, dentre eles “a compra de aparelhos novos de ensino” e “a construção de seu novo edifício [...] ao lado da Escola Polytechnica”.⁹⁴⁸

A biblioteca da Escola Normal, reinaugurada em novo edifício, em 1894, foi apresentada com destaque e parecia notabilizar-se por sua organização. Dividia-se em três seções: de obras científicas, literárias e assuntos diversos. No ano de inauguração o

⁹⁴⁵ Na verdade, esta instituição passou a se denominar Liceu de Artes e Ofícios, tal como a conhecemos nos nossos dias apenas no início do século, quando o Estado assumiu sua administração. O Liceu se transferiu para outro edifício, projetado pelo escritório de Ramos de Azevedo. Projeto, diga-se de passagem, malogrado, pois se constatou que embora a construção fosse bastante suntuosa, ela estava longe de poder abrigar uma escola técnica, com todos os alunos, professores e os aparatos necessários para seu bom funcionamento. Este edifício abriga hoje a Pinacoteca do Estado e se situa em área contígua ao Jardim da Luz. cf. Ernani Silva Bruno, *História e tradições...op. cit.*, t.3, pp.1262-1263.

⁹⁴⁶ *idem, ibidem*, t.3, pp.1270-1.

⁹⁴⁷ Nasceu em Sabará (MG). Ingressou na Escola Militar em 1862, no Rio de Janeiro. Em 1865, abandonou a carreira militar e veio para São Paulo. Foi professor de Latim no Curso Anexo da Faculdade de Direito. Colaborou em vários órgãos da imprensa paulista, na capital e no interior, republicano, polemista, publicou em 1888 o romance *A carne*. Patrono da cadeira nº 17 da Academia Paulista de Letras. Raimundo de Menezes, *Dicionário... op. cit.*, p.576.

⁹⁴⁸ *Relatório apresentado ao Excmo. Sr. Dr. Presidente do Estado de S. Paulo ... Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Instrução Pública Alfredo Pujol, op. cit.*, p.60.

acervo perfazia 984 livros, havendo uma distribuição muito equilibrada de títulos em português (494 títulos) e em francês (490 títulos).⁹⁴⁹

A primeira Biblioteca Pública estadual paulista foi inaugurada em 7 de abril de 1895.⁹⁵⁰ Em certo sentido, o projeto condizia com os intentos federalistas da elite paulista, afinal, a única instituição pública existente na capital, cuja tradição já se firmara na paisagem intelectual planaltina, era a Biblioteca da Faculdade de Direito. Mas se tratava de uma instituição do Império e seu acervo dependia exclusivamente da verba orçamentária cedida pelo governo central – descontando as doações de livros e permutas. Nesse sentido, o acervo estadual, concebido à luz do espírito republicano, refletia bem os intentos de aparelhamento cultural do Estado, na capital e no interior.

Vale notar que parte dos recursos obtidos para a formação do acervo público fora anunciado durante a cerimônia de inauguração da *Livraria Alves*, em 23 de abril de 1894, como deixa entrever o acordo firmado entre Cesário Motta, então Secretário do Interior e o livreiro Aillaud. Segundo nota publicada em *O Estado de S. Paulo*:

“É encarregada da impressão das obras editadas pela casa Alves & Comp. a conhecida casa de Paris dos srs. Guillard Aillaud & Comp. que conta mais de 40 annos de existência.

Aproveitamos a occasião para noticiar que esta ultima casa prometteu ao dr. Cesário Motta Junior, secretário do interior, a colleção completa das obras editadas até hoje pela mesma para uma bibliotheca que breve pretende crear n’esta capital o dr. Cesário Motta”.⁹⁵¹

A direção da Biblioteca Pública estadual foi confiada a Jeronymo de Azevedo, que se ocupou do processo de seleção e organização do acervo inicial. O projeto era

⁹⁴⁹ A seção com número superior de títulos em francês é a de obras científicas – 304 títulos contra 131 em português – que corresponde às seguintes disciplinas: Aritmética, Geometria e Trigonometria; Física e Química; Física; Química; Astronomia e Cosmografia; Biologia, Zoologia, Botânica; Geografia e História; Geografia Geral, Geografia do Brasil, Corografia e Cronologia; Filosofia; Economia Política; História Geral, História do Brasil, História de diversos países; Pedagogia e Metodologia; Educação e ensino. Cesário Motta Jr., *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Presidente do Estado de São Paulo pelo secretário de negócios do interior*. São Paulo: Vanorden, 1894, pp.7-9.

⁹⁵⁰ Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo...*, *op. cit.*, t.3, pp.1271-1272.

⁹⁵¹ *O Estado de S. Paulo*, 24 de abril de 1894, folha 2. Tiragem da edição: 8.000 exemplares.

ambicioso e previa a compra de 10.000 volumes, “escolhidos com criterio, de modo a attenderem ás necessidades communs de diversas classes”.⁹⁵² Notemos que Jeronymo de Azevedo adotara seus próprios critérios para a seleção dos livros, evitando, como ele mesmo o afirma, a organização de “uma biblioteca opulenta de litteratura banal”. Comentário que certamente se alinha às preocupações com o aparecimento de edições populares, tais como as obras nascidas de publicações folhetinescas e mesmo de um outro gênero de literatura que consiste nos livros direcionados exclusivamente ao público masculino.⁹⁵³

Como contraponto desta literatura “banal” – que o autor infelizmente não discrimina – o bibliotecário apresenta seu juízo de valores a propósito de um repertório ideal para a composição do acervo público estadual:

“antes nos esmeramos em collocar ao alcance de todos as grandes encyclopedias, os monumentos de todas as sciencias, as obras de vulgarização de todos os conhecimentos, as obras primas de todas as litteraturas”.⁹⁵⁴

A instituição se fixou em antiga construção na rua do Quartel, nº 58, atual rua Onze de Agosto, onde em 1896 passou a funcionar a Repartição de Estatística e do Arquivo, criada em 1892.⁹⁵⁵ O edificio era modesto, um exemplar do século XVIII, demolido nos anos de 1910, durante o processo de urbanização da área, à época da construção da Praça João Mendes e da inauguração da pedra fundamental da Catedral da Sé. Embora fosse incontestemente o caráter progressista do projeto, não houve uma só nota n’*O Estado de S. Paulo*, este verdadeiro arauto da causa republicana, acerca da inauguração

⁹⁵² *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado de S. Paulo ... Secretário de Estado dos Negocios do Interior e Instrução Publica Alfredo Pujol, op. cit., p.72.*

⁹⁵³ Tendência que se vislumbrava no Rio de Janeiro, a partir da década de 1870, como apontam os estudos de Tânia Maria Bessone e Alessandra El Far [cf. Bibliografia].

⁹⁵⁴ *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado de S. Paulo ... Secretário de Estado dos Negocios do Interior e Instrução Publica Alfredo Pujol, op. cit., p.72.*

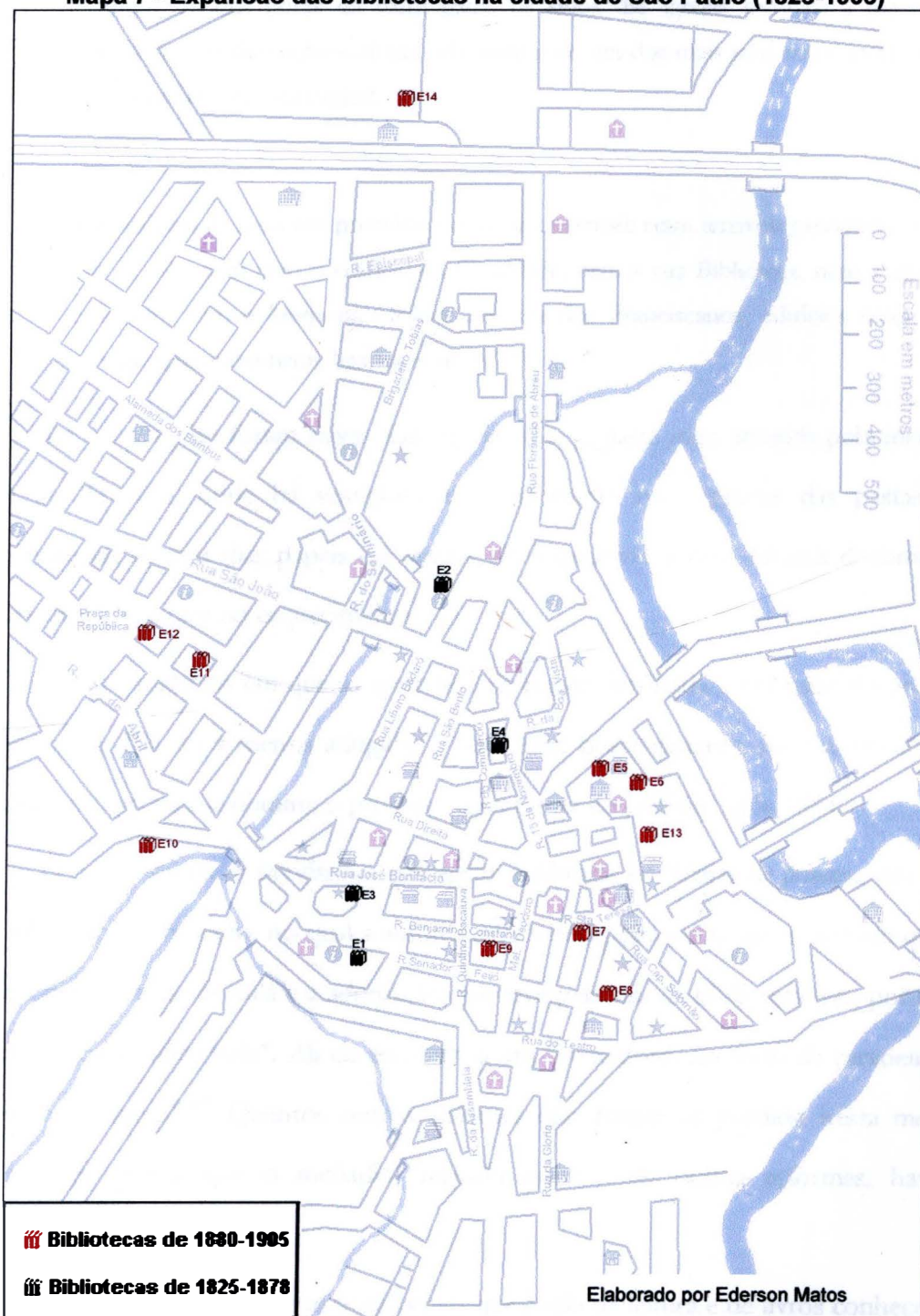
⁹⁵⁵ Para a Repartição de Estatística e do Arquivo foi organizada uma biblioteca, formada por coleções de leis, anais parlamentares, regulamentos, relatórios e demais publicações. cf. Biblioteca do Arquivo Público de São Paulo. *Catálogo dos livros impressos existentes no Arquivo Público de São Paulo*, 1908.

da biblioteca. A verdade é que o evento de abertura da *Livraria Alves*, no ano anterior, fora celebrado com muito mais pompa.

Mas não há dúvidas de que ao lado da biblioteca da Escola Normal e de todo o seu conjunto, inaugurado na Praça da República, era esta uma nova promessa para a cidade.⁹⁵⁶

⁹⁵⁶ Sobre o projeto republicano de expansão das escolas no Estado de São Paulo, que teve, inclusive, como parceiros editores emergentes do porte de Francisco Alves, cf. Márcia Razzini, “Alivraria Franciso Alves e a expansão da escola pública em São Paulo”, site www.livroehistoriaeditorial.pro.br. [2004].

Mapa 7 - Expansão das bibliotecas na cidade de São Paulo (1825-1905)



Legenda

- | | |
|---|--|
| E1 - Biblioteca da Faculdade de Direito | E8 - Biblioteca do Fórum |
| E2 - Biblioteca da Sociedade Propagadora | E9 - IHGSP |
| E3 - Clube Germania | E10 - Biblioteca do Mackenzie |
| E4 - Club Euterpe Commercial | E11 - Biblioteca do Sínido Presbiteriano |
| E5 - Sociedade Luzitania | E12 - Biblioteca da Escola Normal |
| E6 - Biblioteca do "Congresso" | E13 - Biblioteca do Estado |
| E7 - Biblioteca do Liceu de Artes e Ofícios | E14 - Biblioteca da Escola Politécnica |

De volta às Arcadas

“Ontem, às três horas da madrugada, os sinos das igrejas tocaram a rebate, e a população acordou sobressaltada pela notícia de um dos mais pavorosos incêndios, de que há memória nesta capital.

[...]

a deficiência de água nas primeiras horas da catástrofe eram terríveis prenúncios de que não se salvariam nem o edifício da Faculdade, nem a sua Biblioteca, nem a igreja do convento, nem a Igreja da Ordem Terceira dos Franciscanos, edifícios esses todos contíguos e intimamente ligados entre si”.⁹⁵⁷

As construções foram salvas. Os papéis, não. A parte mais atingida pelo incêndio foi a do Arquivo, onde há vestígios deste infortúnio no negrume das pastas que conservam até nossos dias papéis calcinados, de impossível leitura. Muitos documentos importantes quedaram no esquecimento.

Não há registros em que se apresente de forma detalhada a extensão do prejuízo na Biblioteca. Ela foi a menos atingida, é fato. Mas, possivelmente, muitos volumes se perderam no incêndio e durante o processo de reforma do edifício, após 1884.

É o que sugere a brevíssima passagem publicada no *Diário da princesa*, em 8 de novembro do mesmo ano, no qual a autora narra a decepção frente ao estado em que se encontravam as salas de aula e a admiração que teve pela sala da biblioteca que, por sinal, escreve, “ficará muito bela”. Ali ela encontrou um “Artiodoro, no meio da carvoeira de papéis de Arquivo”.⁹⁵⁸ Quantos outros volumes não teriam se perdido nesta mesma confusão de papéis que o incêndio, seguido desta e de outras reformas, haviam provocado?

De fato, foram sucessivas as reformas que a sala de leitura e de livros conheceram após a década de 1880. A primeira e de maior vulto foi a de 1884, mas os resultados no interior do edifício não pareciam tão satisfatórios quanto a transformação que se

⁹⁵⁷ *A Província de S. Paulo*, 16 de fevereiro de 1880. *apud*. Ana Luiza Martins; Heloísa Barbuy, *Arcadas...op. cit.*, p.88.

⁹⁵⁸ *Diário da Princesa Isabel*. Excursão do Conde d'Eu à província de São Paulo em 1884. *In: Vida cotidiana em São Paulo...op. cit.*, p.237.

processara na fachada do antigo convento. Pois em 1895, portanto, passados apenas dez anos da dita reforma, o bibliotecário Joaquim Mendonça Filho expressa no relatório anual profundo desânimo frente ao estado de penúria em que se encontravam o salão e a mobília:

“O salão tem na parte externa, que fica na travessa da Academia, uma fenda de tal natureza, que não exagero dizendo a V.Exa. que correm risco a vida do pessoal da Bibliotheca e dos consultantes.

Acho isso gravíssimo e peço a V. Exa. tomar o governo sabedor desse facto já por mim notificado em officio a V. Exa. O aspecto do salão dentro é constritor: não há cadeiras, não há capachos, não há tinteiros, existem apenas uns tapetes esfarrapados que só emporcalhão o salão, não satisfazendo em nada os misteres do seu destino”.⁹⁵⁹

Igualmente incerto era o destino dos livros. O que nos leva a pensar que o incêndio, não dirimindo sua gravidade, fora o desfecho trágico de uma série de outros fatos que atestavam os maus usos, senão, os abusos praticados contra o acervo público.

Em tempos distantes, o primeiro bibliotecário da instituição, Pe. Antonio José dos Reis, destacara-se pelo trabalho de levantamento das obras constantes no acervo, ofício que lhe rendeu a autoria do primeiro inventário da Biblioteca pública e, como analisamos noutra ocasião, do primeiro escândalo oriundo de suposta prática de empréstimo indevido de obras. Outros episódios se sobrepuseram a este, de tal sorte que a história da Biblioteca ficou marcada por uma série de revezes testemunhados por seus amanuenses.

No que tange aos livros, nenhum incidente pareceu tão grave quanto o fato relatado pelo bibliotecário José Innocencio de Moraes Vieira, em 6 de julho de 1874:

“Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor

Dou parte a V. Exa. que, tendo entrado hoje na bibliotheca o estudante do 4º anno, Sr. José Ferreira de Mello Nogueira, infringindo o regulamento da Bibliotheca, tirou da estante a colleção de leis do anno de 1859, sem pedir aos empregados presentes, e chegando ao vão de uma das janellas, arrancou da dita colleção vinte páginas, sendo a página 435 a 454 que contém dous decretos e o regulamento dos bens de defuntos e

⁹⁵⁹ MAFD, Livro 18, folha 22.

ausentes. O continuo da Bibliotheca que se achava presente, quando ouviu o barulho das folhas que erão arrancadas da collecção, se aproximou d'elle, na ocasião em que as guardava na algibeira; e tendo depois arrancado os livros, trouxe-me aberto o volume de leis, mostrando-me o estrago que o dito estudante acabava de fazer, quando já o dito estudante se tinha retirado da Bibliotheca. O que tudo levo ao conhecimento de V. Exa. para os devidos effeitos.

Deus guarde a V. Exa. Illmo. Exmo. Conselheiro Vicente Pires da Motta, digníssimo Director da Faculdade de Direito de Sam Paulo. José Innocencio de Moraes Vieira. Bibliothecario da Faculdade".⁹⁶⁰

Esta foi a primeira de outras ocorrências semelhantes, identificadas no intrincado tecido de cartas que percorrem a história desta instituição.⁹⁶¹

✓Ao vandalismo praticado pelos consulentes, acumulavam-se outras práticas ilícitas, tais como o extravio de volumes, possivelmente com a anuência de alguns funcionários, as práticas de furto na sala de leitura e o empréstimo indevido de obras. Muitos leitores que tinham permissão para tomar emprestados os livros guardavam o mau hábito de jamais restituí-los ao acervo.

Fato curioso. Após a Proclamação da República foram extintas das correspondências internas as velhas fórmulas cerimoniais – “Ilmo. e Exmo. Senhor, Doutor” – dominantes durante todo o regime monárquico, prevalecendo, no lugar destas, o atributo de “Cidadão”. Tal comportamento era indicativo da confiança no estatuto de igualdade que o novo regime conferia, à medida que os subordinados passaram a seus superiores com respeito, mas em termos igualitários. Pelo menos na forma escrita. Todavia, o conteúdo das correspondências desmente a revolução pretendida nestas alterações lexicais. Afinal, os maus hábitos persistiram.

⁹⁶⁰ MAFD, Livro 18, folha 10.

⁹⁶¹ Em 1911, escreve o bibliotecário Eugenio Manoel de Toledo, no relatório anual: “O serviço de fiscalização continua muito incompleto, por ser muito grande o número de consultantes e não dispor a Bibliotheca de pessoal bastante para attender a esse serviço que é importantíssimo; a consequencia desse mal serviço tem acarretado e acarretará prejuízos à Bibliotheca que regularmente tem seus livros com folhas arrancadas e por vezes até desaparecidos. Infelizmente até hoje os meus esforços neste sentido têm sido infructíferos. Ora o portador de meus pedidos não encontra a pessoa referida, ora traz-me recados de adiamentos”. MAFD, Livro 192, folha 13.

É o que observamos nesta longa correspondência datada de 30 de dezembro de 1890, na qual o bibliotecário apresenta uma síntese dos problemas cotidianos por ele enfrentados:

“Eu tinha razão quando lembrei-me de externar a desconfiança que nutria quanto á falta de outras obras, além das ahi mencionadas. O correr dos tempos poude participar-m-º.

Para dar-vos a relação exacta das obras extraviadas, estou apressando a conclusão da numeração que me facilitará o proceder um balanço em toda a Bibliotheca ou proceder a um balanço das obras cuja falta notei no officio de 9 de junho, consegui encontrar somente a *Thesaurus Expeditorum Scholasticae*.

Sendo informado pelos empregados que serviam nesta Bibliotheca, de que o ex-ajudante Dr. João Martins da Silva costumava retirar obras para ler em casa, dirigi-me por vezes ao encarregado dos negócios da família do mesmo ex-ajudante, para que fizesse recolher as referidas obras, caso estivessem sob sua guarda.

Infelizmente até hoje os meus esforços neste sentido têm sido infructíferos. Ora o portador de meus pedidos não encontra a pessoa referida, ora traz-me recados de adiamentos.

Quando por força do impedimento do Bibliothecario titular tendo sido nomeado ajudante, assumi as funções daquelle, encontrei sobre a mesa um officio do Sr. Director de então que entre diversas recommendações, encerrava esta: ‘convém que os livros confiados por ordem do director sejam restituídos dentro do prazo de oito dias’.

Á vista desta recommendação dirigi-me ás pessoas que tinham obras em seu poder e das quaes a Bibliotheca tem recibo pedindo a restituição. A meu pedido, porém, somente os Srs. Drs. Americo Brasiliense, João de Araújo, Leite de Moraes e Brasilio dos Santos atenderam. Deixei-me de dirigir-me ao Dr. Brasilio Machado⁹⁶² e ao Sr. Christian Baptista Franco. A este, por ignorar a sua residencia, ao Sr. Brasilio Machado, porque tendo enviado ao meu antecessor a maior parte dos livros que tinha retirado,

⁹⁶² Brasilio Augusto Machado de Oliveira, Barão Brasilio Machado (1848-1919). Estudou no Seminário Episcopal, frequentou o Curso Anexo e ingressou na Faculdade de Direito em 1868, onde se formou e obteve o título de Doutor. Atuou como jurista e jornalista, tendo publicado artigos nos principais jornais paulistanos. Foi membro do Partido Liberal, presidiu a Federação Católica e acumulou no seu currículo vasta produção intelectual: “poeta, historiador, folclorista, biógrafo, jurisconsulto, ensaísta, conferencista etc.”. Após seu falecimento, eu acervo bibliográfico foi doado para a Biblioteca da Facultad de Direito. cf. FD, Livro 210, folha 2; Luis Correa de Mello, *Dicionario de autores paulistas... op. cit.* [verbete: Oliveira, Brasilio Augusto Machado de.].

mandou-lhe dizer que o *Arquivo Jurídico* não estava consigo e que a *Geographia Machado* (?) estava com o Sr. Julio Ribeiro; e sobre o *Memorial Paulistano* de 1866, não deu resposta alguma.

Apesar da vigilância exercida, não é raro encontrarem-se falta de dissertações, de jornaes avulsos, de folhas e cadernos de revistas e livros.

O desaparecimento dos jornaes do dia pode evitar, transferindo-os para mesa de mais fácil fiscalização. Os atrasados continuam ainda sujeitos ao desaparecimento, por serem consultados em maços.

O extravio de dissertações que são consultadas em maços, suppondo diminuir com a sua encadernação junctamente ás theses, em volumes correspondentes a quinquenios e a decenios.

Para encaminhar as pesquisas que tinham por fim conhecer as pessoas que se dedicam aos furtos de livros, jornaes etc., tenho mandado incluir ao registro das obras consultadas o nome do consultante.

Saúde e fraternidade ao cidadão Dr. Joaquim José Vieira de Carvalho, Ilmo. Director da Faculdade de Direito de São Paulo.

O Bibliothecario Paulino da Costa Guimarães⁹⁶³.

Tal estado de desordem inflamava ainda mais os ânimos dos funcionários. Definitivamente, eles nada podiam fazer contra as atitudes mesquinhas e por vezes perversas dos janotas que a freqüentavam. Mesmo porque as hierarquias sociais se ajustavam a organização institucional, ou seja, um acadêmico, pertencente à camada dominante da sociedade, difficilmente acolheria a ordem de um funcionário da Biblioteca que não fosse seu par. Como classe dominante, ele estava culturalmente condicionado a acatar as regras de convenção da sociedade, mas não acolheria de bom grado as regras de urbanidade, baseadas no princípio de igualdade vigente na sociedade civil. À ausência desta, vigoravam as relações baseadas na ordem estamental.⁹⁶⁴

⁹⁶³ MAFD, Livro 18, folha 5.

⁹⁶⁴ Estas manifestações de abuso da coisa pública em benefício próprio devem ser interpretadas à luz das análises de Florestan Fernandes sobre o caráter da modernização da sociedade brasileira na segunda metade do XIX e, particularmente sobre os efeitos do fenômeno urbano na organização da sociedade. Para o autor, a ordem cidadina não teria desfeito o caráter estamental da sociedade, de tal modo que conviveram no mesmo tempo e no mesmo espaço modos de vida urbanos e os velhos traços tradicionalistas e conservadores fundados no seio de uma ordem social

Em contraste com o quadro urbano que se delineava na paisagem planaltina, as relações sociais e, em particular, o comportamento da elite se pautava pela tradição e conservadorismo. Relações estas que se refletiam em todas as camadas da sociedade. Escusado dizer que os autores de tais delitos foram os próprios algozes da Biblioteca pública. Pois enquanto outras instituições de leitura entravam em cena no meio urbano, com o apoio financeiro da elite, como foi demonstrado no tópico anterior, a opinião pública estampava nos impressos da cidade as deficiências da velha livraria do Largo S. Francisco.

Em 1877, Américo de Campos, na passagem citada, desfechava seu golpe contra a biblioteca: “um tanto desmantellada, esquecida, mas relativamente rica...em antigualhas”.⁹⁶⁵

Anos mais tarde, o ex-aluno Firmo de Albuquerque Diniz – a edição de suas memórias é de 1882 – sustenta semelhante impressão:

“A Biblioteca é o mesmo salão espaçoso, cheio de estantes e de velhos livros: não há nela grande número de obras importantes, e sobre ciências contemporâneas nada se encontra”.⁹⁶⁶

Ao que arremata:

“Quem for para ali no intento de fazer estudos que o deixem a par dos progressos científicos, de assuntos modernamente muito discutidos, não adiantará um passo, não adiantará uma idéia”.⁹⁶⁷

De fato, desde longa data volumes antigos, oriundos das coleções originais, amarelavam nas estantes à espera de nova encadernação. As queixas dos bibliotecários com relação à falta de verbas para se proceder a tais cuidados são uma constante em suas

escravista e senhorial. Destarte, não haveria nenhum abuso em tirar proveito dos livros da biblioteca pública, mesmo que isto significasse o impedimento do uso deste mesmo acervo por outrem, uma vez que a noção de público servia aos interesses de uma pequena parcela de privilegiados. cf. Florestan Fernandes, “Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo”. In: *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1960, pp.179-201. [1ª ed. 1955].

⁹⁶⁵ *Almanak Literario...1877, op. cit.*, p.3.

⁹⁶⁶ Firmo Albuquerque Diniz, *Em São Paulo...*, *op. cit.*, p.56.

⁹⁶⁷ *idem ibidem*, p.56.

correspondências. Mas a verba orçamentária era insuficiente até mesmo para a compra de livros novos e para a assinatura de periódicos estimados importantes. Diante da impossibilidade de atender às novas demandas, como argumentar em favor do restauro de volumes velhos, a maior parte em desuso?

Tais críticas eram compreensíveis, considerando que a obtenção de recursos para a manutenção do acervo dependia da verba orçamentária fornecida pelo Ministério do Império, portanto, sem interferência do governo provincial, o que certamente gerava as velhas disputas entre a administração central e o poder local.⁹⁶⁸ Não obstante, a partir de 1870 figuras expressivas da Faculdade de Direito, entre lentes e alunos, deram início a ostensiva campanha republicana, o que certamente aguçava ainda mais os ânimos contra qualquer setor controlado pelo Império.⁹⁶⁹ Reforça esta hipótese a vigilância que o poder central exercia sobre a Faculdade e, em particular, sobre a Biblioteca, o que obrigava o bibliotecário a remeter cópias de seus relatórios de trabalho não apenas ao diretor da instituição, mas também ao dito Ministério. Esta prática certamente ensejava as reiteradas reclamações quanto à carência de recursos para o restauro e a aquisição de livros.

É difícil formar juízo sobre a “utilidade” de uma biblioteca para determinado público. Porém, considerando as assinaturas de periódicos importados e, mesmo, o conjunto de obras Jurídicas, de Ciências e Artes e de História que se acumularam ao longo do século, parecem improváveis, ou pelo menos exageradas as acusações de que a Biblioteca se formasse apenas por “antigalhas”, como querem os escritores da época.⁹⁷⁰

O acompanhamento de seus catálogos, notadamente os de 1857, 1872 e 1887 ratifica a idéia de que as críticas, embora não fossem de todo infundadas, tinham fortes

⁹⁶⁸ Uma resposta a este impasse administrativo foi, como vimos, a abertura de uma biblioteca pública estadual, no início do regime republicano.

⁹⁶⁹ A este respeito cf. Heloísa Barbuy; Ana Luiza Martins, *Arradas..., op. cit., passim*.

⁹⁷⁰ As críticas sempre existiram e jamais foram isentas. Exemplo flagrante foi a impressão do pastor protestante Daniel P. Kidder, em 1839. Ele protestou o excesso de livros de teologia “ainda não lidos e que jamais o serão” na Biblioteca da Faculdade. O problema do autor era, obviamente, com a hegemonia da Igreja católica que se evidenciava por meio de suas instituições, ou pelo menos, de seus vestígios, como no caso da antiga biblioteca do convento. Daniel P. Kidder, *Reminiscências de viagens...op. cit.*, p.217.

motivações políticas. Pois houve progressos na coleção de livros. Sobretudo se considerarmos que a instituição por longas décadas subsistiu às dificuldades de acesso ao mercado livreiro, o que certamente onerava o preço dos livros.

O *Catálogo das obras existentes na Biblioteca de Direito de S. Paulo*, de 1857,⁹⁷¹ foi elaborado pelo bibliotecário Luís Eugenio Barbosa, sob a responsabilidade do então diretor Manoel Joaquim do Amaral Gurgel. Os livros são apresentados por autor, título, formato, edição e número de volumes. O local de edição não consta na listagem e os títulos se apresentam no idioma original. A parte inventariada aparece disposta nas seguintes seções: Obras de Jurisprudência, 29 títulos; Direito Político, 57 títulos; Direito das Gentes, 13 títulos; Direito Marítimo, 7 títulos; Direito Administrativo, 56 títulos; Direito Civil Pátrio, 154 títulos; Direito Romano, 47 títulos.

Como o bibliotecário não procedeu a uma apreciação global do catálogo, pareceno-nos inútil propor uma análise formal do mesmo, a exemplo do que foi realizado no primeiro capítulo sobre a listagem de livros de 1826. Na verdade, interessam as datas de edição dos livros listados, na intenção de demonstrar se houve atualização do acervo em relação às décadas anteriores.

De fato, as maiores entradas de obras jurídicas correpondem às edições impressas no período de 1800 a 1857. Considerando as origens religiosas do acervo, fato que lhe conferia um matiz diferenciado dos fins aos quais a Biblioteca se direcionava, qual seja, servir de apoio aos alunos e lentes do curso jurídico, parece digno de nota que durante o primeiro meio-século de funcionamento tenha havido um acréscimo de 107 títulos de obras especializadas contemporâneas. Ora, as maiores contribuições foram nas áreas reputadas as mais modernas do programa, a saber, de Direito Administrativo (39 títulos, *in-8*), Direito Político (31 títulos, *in-8*) e em obras de Jurisprudência (10 títulos, *in-8*).⁹⁷² É o que revela a tabela abaixo:

⁹⁷¹ MAFD, Livro 18, p.5.

⁹⁷² Considerando o movimento de entrada de livros editados entre 1800 e 1857, em intervalos de 10 anos, observamos que as edições datam majoritariamente do período de 1820-1829. Os livros

Tabela 6 - Catálogo das Obras da Biblioteca de Direito de S. Paulo, em 1857
 extraído do antigo catálogo pela sua ordem
 Repartição dos livros por assunto, formato e ano de edição

	Formato	até 1650	1650 - 1699	1700 - 1749	1750 - 1799	1800 - 1849	1850 - 1857	indef.	Total
Obras de Jurisprudência	in folio	0	0	0	0	0	0	0	0
	in 4o.	0	0	2	5	0	0	0	7
	in 6o.	0	0	0	0	0	0	0	0
	in 8o.	0	0	0	12	10	0	0	22
	in 12	0	0	0	0	0	0	0	0
	indef.	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	2	17	10	0	0	29
Direito Político	in folio	0	0	1	0	0	0	0	1
	in 4o.	1	0	0	0	0	0	1	2
	in 6o.	0	0	0	1	0	0	0	1
	in 8o.	1	1	2	11	31	0	3	49
	in 12	0	0	0	3	1	0	0	4
	indef.	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	2	1	3	15	32	0	4	57
Direito das Gentes	in folio	0	0	1	1	0	0	0	2
	in 4o.	0	0	0	1	0	0	0	1
	in 6o.	0	0	0	0	0	0	0	0
	in 8o.	0	0	1	2	3	0	0	6
	in 12	0	0	2	0	2	0	0	4
	indef.	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	4	4	5	0	0	13
Direito Marítimo	in folio	0	0	0	0	0	0	0	0
	in 4o.	0	0	0	0	0	0	0	0
	in 6o.	0	0	0	0	0	0	0	0
	in 8o.	0	0	0	1	4	0	2	7
	in 12	0	0	0	0	0	0	0	0
	indef.	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	1	4	0	2	7
Direito Administrativo	in folio	0	0	0	0	0	0	0	0
	in 4o.	0	0	1	1	1	0	0	3
	in 6o.	0	0	0	0	0	0	0	0
	in 8o.	0	0	0	3	39	0	0	42
	in 12	0	0	0	5	4	0	0	9
	indef.	0	0	0	0	0	0	2	2
	Total	0	0	1	9	44	0	2	56
Direito Civil Pátrio	in folio	6	14	58	13	2	0	7	100
	in 4o.	0	0	3	13	2	2	0	20
	in 6o.	0	0	0	0	0	0	0	0
	in 8o.	1	0	4	10	6	3	2	26
	in 12	0	0	1	0	0	1	0	2
	indef.	0	0	1	2	1	0	2	6
	Total	7	14	67	38	11	6	11	154
Direito Romano	in folio	5	3	15	1	0	0	1	25
	in 4o.	1	1	0	3	0	0	0	5
	in 6o.	0	0	0	0	0	0	0	0
	in 8o.	0	0	3	6	1	0	1	11
	in 12	1	0	4	1	0	0	0	6
	indef.	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	7	4	22	11	1	0	2	47
TOTAL	in folio	11	17	76	16	2	0	8	128
	in 4o.	2	1	6	23	3	2	1	38
	in 6o.	0	0	0	1	0	0	0	1
	in 8o.	2	1	10	46	94	3	8	163
	in 12	1	0	7	9	7	1	0	25
	indef.	0	0	1	2	1	0	4	8
	Total	16	19	99	95	107	6	21	363

Fonte: MAFD, Correspondência do bibliotecário com o diretor, livro 18.

se distribuem na seguinte proporção: 10 para o intervalo de 1800-1809, 20 para 1810-1819, 59 para 1820-1829, 18 para 1830-1839 e 6 para 1850-1857. Na década de 1840 não foi registrada nenhuma entrada de livro nos domínios considerados. Este foi um ano de crise, marcado, em 1842, por uma sedição e pelo esvaziamento da Academia, fato que chegou a comprometer seu futuro, como afirmamos no capítulo II. Ver em "Apenso Documental": *Catálogo das obras existentes na Biblioteca da Faculdade de Direito de S. Paulo, em 1857.*

Outra é a configuração do catálogo de 1872, assinado pelo bibliotecário Francisco de Souza Dias Ribeiro.⁹⁷³ Neste exemplar é possível ter uma apreciação mais completa do acervo, em termos quantitativos e qualitativos.

Dos 9.682 volumes inventariados, 6.634, portanto, 68,5% do total, são em língua estrangeira. Já os volumes impressos em língua portuguesa representam 31,4% do acervo. Destes, a maior parte foi editada no Brasil (65,5%). As edições nacionais, obviamente as mais recentes, concentram-se nas áreas de Direito e Jurisprudência. Trata-se, muito provavelmente, do resultado da produção dos lentes das faculdades de São Paulo e do Recife. Se considerarmos apenas as obras Jurídicas e a seção de Direito e Jurisprudência, que correspondem *pari passu* à divisão apresentada no inventário de 1857, o quadro abaixo apresenta um aumento vultoso de edições, nacionais e estrangeiras incorporadas ao acervo:

Tabela 7 - Quadro estatístico do acervo da Biblioteca – 1872

	Impressos em língua nacional		Impressos em língua estrangeira		Impressos no Império		Total	
	Obras	Vols.	Obras	Vols.	Obras	Vols.	Obras	Vols.
Almanacks e annuarios	91	280	1	9	90	261	92	289
Agricultura	28	52	25	145	6	9	53	197
Biographies	37	46	29	169	3	3	66	215
Diplomacia	6	10	17	88	4	10	23	98
Direito e Jurisprudencia	692	1.154	602	1.532	495	941	1.294	2.686
Estatistica	168	396	1	1	168	396	169	397
Historia	161	416	254	1.069	22	78	415	1.485
Jornaes	53	-	1	-	53	-	54	-
Lusicologia e Philologia	26	50	121	245	7	10	147	295
Litteratura	36	51	104	314	30	35	140	365
Mappas e Atlas	9	9	20	21	9	9	29	30
Marinha e Navegação	-	-	-	-	-	-	-	-
Mathematicas	28	33	20	29	13	15	48	62
Medicina	20	20	38	94	14	14	58	114
Philosophia	4	6	66	186	3	3	70	192
Poesias	19	19	46	112	10	10	65	131
Obras Juridicas	40	233	26	805	29	190	66	1.038
Rethorica e Poetica	1	1	14	15	-	-	15	16
Romances e novelas	1	3	5	22	-	-	6	25
Sciencias Naturaes	5	11	63	224	-	-	68	235
Theatro	1	12	13	49	-	-	14	61
Theologia	74	223	454	1.234	2	2	528	1.457
Viagens	6	8	48	186	5	7	54	194
Geographia	9	15	27	85	3	4	36	100
Somma	1.515	3.048	1.995	6.634	966	1.997	3.510	9.682

Fonte: Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo. 31 de Dezembro de 1872. Francisco de Souza Dias Ribeiro.

⁹⁷³ *Repartição dos livros por assunto, formato e ano de edição, Quadro estatístico do acervo da Biblioteca – 1872.* MAFD, Livro 152, folha 60.

O catálogo de 1887, o primeiro a ser impresso e destinado aos usuários da Biblioteca, e que supostamente vinha coroar a instituição, no momento em que a Faculdade completava seu sexagésimo aniversário, mereceu, ao contrário, uma apresentação de forte conteúdo político por parte do diretor, que não poupou críticas ao acervo:

“É, porém, de esperar se que semelhante estado de penuria e de atrazo, em que se acha a bibliotheca, venha em breve a desaparecer, si o actual S. Ministro do Imperio, em cujo espírito esclarecido pôde pesar mais esta simples exposição, do que longas considerações, voltar para ella a sua attenção, e quizer pôl-a em condições de attingir ao fim a que é destinada.” [assinado: A. A. de Pádua Fleury. S. Paulo, 11 de Agosto de 1887].⁹⁷⁴

Todavia, em termos estatísticos a Biblioteca apresentava uma coleção bem estruturada, conformando 4.616 títulos, portanto, com um aumento na ordem de 31,5% em relação ao inventário de 1872. Os livros aparecem distribuídos nas grandes tendências de leituras que vinham se firmando desde o final do Setecentos, com notável destaque para as obras de História e Geografia [em particular as obras históricas, que eram mais numerosas]:

“Theologia, contendo 751 escriptos, ou obras diversas;

Jurisprudência, contendo 1.018;

Sciencias e Artes, contendo 1.100;

Bellas Artes, contendo 510;

História e Geographia, contendo 1.237”.⁹⁷⁵

Estes dados devem ser cotejados com o relatório estatístico de 1891, que apresenta mapeamento mais completo e detalhado das condições em que o acervo da Biblioteca se encontrava no final do século:

⁹⁷⁴ *Catálogo da Biblioteca para o anno de 1887, op. cit. s.n.p.*

⁹⁷⁵ *idem, ibidem.*

“Segundo se verifica no mappa enviado por esta Bibliotheca ao Director Geral de Estatística, até 30 de abril de 1891, possuía a Bibliotheca 5.213 obras em 18.446 volumes, assim distribuidas:

Theologia, 754 obras em 1.931 volumes
Jurisprudencia, 1.345 obras em 4.542 volumes
Sciencias e Artes, 1.282 obras em 3.876 volumes
Bellas Letras, 544 obras, em 1.574 volumes
Historia e Geographia, 1.287 obras em 6.523 volumes

De 1° de maio a 31 de agosto adquirio a Bibliotheca apenas 71 obras em 72 volumes, a saber:

Jurisprudencia, 53 obras, em 54 volumes
Sciencias e Artes, 17 obras, em 17 volumes
Bellas Letras, 1 obra em 1 volume

Assim, a 31 de agosto possuía a Bibliotheca 5.284 obras, em 18.518 volumes assim distribuídos:

Theologia, 754 obras em 1.931 volumes
Jurisprudencia, 1.399 obras em 4.596 volumes
Sciencias e Artes, 1.299 obras em 3.893 volumes
Bellas Letras, 545 obras, em 1.575 volumes
Historia e Geographia, 1.287 obras em 6.523 volumes

III. Sendo deficiente o cathalogo de 1887 relativamente aos autógraphos, manuscriptos, mappas e estampas que possui a Bibliotheca, só poderam as precisar o número delles depois que concluímos o cathalogo que estamos fazendo.

IV. A Bibliotheca recebeu durante o mez de Agosto as seguintes revistas e jornaes, a saber:

- Do Brasil
 1. *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*
 2. “O Direito”, *Revista de Jurisprudencia do Rio de Janeiro*
- Da França
 3. *Revue de Droit International*
 4. *Revue critique de législation et jurisprudence*
 5. *Revue britannique*
 6. *Revue philosophique de la France et de l'étranger*
 7. *Journal des économistes*
 8. *L'économiste français*
 9. *Revue de Deux Mondes*
- Da Hespanha
 10. *Boletim de la Revista General de legislación y Jurisprudencia*
 11. *Jurisprudencia criminal*
- Da Itália
 12. *Archivo Juridico* (Revista)

- Da Inglaterra
 13. *The Illustrate London Wevas*
 14. *The Times* (weekly edition)
- Da Allemanha
 15. *Illustriste Zeitung*
 16. *Kölmische Zeitung*

Por doação

- a) Do Brasil: 17 títulos
- Da França: *Le Brésil*.⁹⁷⁶

Diante da constatação de que houve progressos quantitativos no acervo bibliográfico, resta saber se a documentação compulsada nos permite apreender os movimentos de entrada de livros no período em questão. Sobretudo de exemplares adquiridos, pois embora o rol de livros doados seja do maior interesse para a compreensão dos títulos circulantes na época, interessa averiguar o grau de inserção dos bibliotecários no comércio livreiro em níveis local, regional e mesmo internacional.

Em 1882, foi registrada a aquisição do famoso *Manuel du libraire et de l'amateur de livres* de Brunet.⁹⁷⁷ Considerando que a data de edição dos volumes se situa entre os anos de 1860 e 1865 [com alguns adendos publicados posteriormente, até os anos de 1870], nota-se que eles chegaram com uma certa demora na Biblioteca.⁹⁷⁸ Não vamos especular sobre as possíveis razões deste atraso, mas vale notar que no período em que estes

⁹⁷⁶ MAFD, Livro 18, folhas 64-70.

⁹⁷⁷ Jacques Charles Brunet, *Manuel de libraire et de l'amateur de livres, contenant...* Paris: Firmin Didot Frères, 1860-5. 6 v.

⁹⁷⁸ Não se sabe até que ponto houve dificuldades financeiras, ou mesmo comerciais para a aquisição. Ou se se tratou simplesmente de desconhecimento ou mesmo de descaso quanto a sua relevância. É muito difícil que a segunda hipótese seja verdadeira, pois, como bem observa Tania Maria Bessone em seu estudo sobre a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o método de classificação das obras proposto no manual de Brunet fora adotado pela instituição carioca. Além disso, era esperada alguma correspondência entre os bibliotecários de São Paulo e os da Corte. Sobre a compra do *Manuel* de Brunet para a Biblioteca da Faculdade, temos a seguinte referência: “Tenho a honra de submeter a consideração de V.Exa. a conta inclusa de Victor Nothmann e Cia. na importância de cento e oitenta e seis mil duzentos e quarenta réis (186\$240 rs.), dispendida com a compra, em Paris, do *Manuel du Libraire*, par Jacques-Charles Brunet e *Instituzioni di Diritto Civile Italiano* de Emidio Pacifici Mazzoni, assim como despesas de frete, carroto e comissão. As obras mencionadas foram hontem entregues n'esta Bibliotheca, e chegarão em optimas condicções; rogo, pois, á V.Exa. se digne ordenar o respectivo pagamento. [Assinado por Fernando Mendes Almeida, em 18 de março de 1882]”. MAFD, Livro 89, folha 7; Tania Maria Bessone, *Palácio de destinos cruzados...op. cit.*

volumes foram adquiridos a correspondência interna dos bibliotecários indica sensível mudança na rotina de trabalho.

De um lado, havia o compromisso de elaboração de um inventário completo, contendo todas as obras da Biblioteca, enumeradas e obedecendo a uma melhor sistematização por áreas do conhecimento. O produto final destes esforços foi o citado catálogo de 1887. A esta atividade, que sem dúvida demandava longas horas de dedicação, não raro entrecortadas por outras tarefas do dia-a-dia, observa-se movimento até então pouco usual de aquisições e importações de livros que os bibliotecários passaram a registrar. O que por certo justificaria o interesse pelo *Manuel* de Brunet.

Em face de tantos revezes, tudo indica que após o incêndio a Biblioteca conheceu uma conjuntura muito promissora para o fomento do acervo. Era chegado o tempo da abundância?!

Neste mesmo ano de 1882, apenas alguns meses antes da aquisição do *Manuel* de Brunet, o comissário Victor Nothmann⁹⁷⁹ havia se incumbido da remessa de uma vultosa encomenda: “um caixão contendo quarenta obras no total de oitenta e um volumes”.⁹⁸⁰

Ao que informa o bibliotecário Fernando Mendes d’Almeida:

“os livros chegaram em muito bom estado, todos solidamente encadernados, conforme recomendei, sendo que a edição das obras completas de Cujacio (*Ventiis et Mutince* 1758-1783) é a mais estimada. A coleção Dalloz – *jurisprudence générale* – ficou completa até 1880, e a encadernação dos volumes relativos aos seus últimos anos foi feita tal qual a dos anteriores existentes n’esta Bibliotheca”.⁹⁸¹

O total da fatura parece fazer juz ao estado de ânimo do bibliotecário, dir-se-ia, a seu estado de graça diante de tantas obras importantes e em tão bom estado de

⁹⁷⁹ O imigrante de origem alemã Victor Nothmann foi importante comissário e investidor do ramo imobiliário na capital paulista a partir da década de 1870. Em sociedade com seu conterrâneo Frederico Glete, explorou a antiga chácara do Redondo, loteando-a e transformando-a em importante bairro da capital: os Campos Elíseos. Por este motivo seus nomes fazem parte da toponímia local. cf. Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de outrora*. Evocações da metrópole. São Paulo: Martins, 1943, p.235.

⁹⁸⁰ Correspondência datada de 18 de março de 1882. MAFD, Livro 18, folha 2.

⁹⁸¹ *idem, ibidem*.

conservação. Ele anuncia ao diretor da Faculdade a apresentação da “conta de todas as despesas apresentadas por Victor Nothmann e Cia., na importância de quinhentos e noventa mil seiscientos e vinte (Rs. 590\$620)”.⁹⁸²

No mês seguinte, precisamente em correspondência datada de 5 de abril de 1882, o bibliotecário faz novo relatório em que apresenta a quitação de outra dívida contraída junto a Victor Nothmann & Cia. Desta vez, trata-se da

“importância de noventa e seis mil setecentos e vinte reis (96\$720), quantia por elles despendida com a compra e mais despesas de dezesseis obras em vinte e um volumes, todos muito bem encadernados, como os da primeira remessa, sendo que a fatura confere com os volumes por mim recebidos, em três do corrente [...]”.⁹⁸³

o final deste ano promissor foi apresentada nova ordem de pagamento a “A. L. Garraux e Cia., na quantia de duzentos e vinte e seis mil e oitocentos réis (226\$800), importancia de dezesseis obras em vinte e nove volumes [...]”.⁹⁸⁴

✓ Nem sempre as negociações eram simples e se limitavam à apresentação de listas de livros junto aos livreiros ou aos comissários da cidade, como estas referências podem nos dar a entender. Há casos de divergências entre os valores acordados, particularmente no que concerne à comissão dos importadores e, noutras vezes, o bibliotecário tinha sua demanda reprimida. No jargão profissional isto quer dizer que a lista de livros – às vezes um orçamento completo – submetida à direção não era aprovada. ✓

✓ É verdade que com o passar dos tempos os bibliotecários se especializaram nesta tarefa, por assim dizer, mercadológica, tornando-se mais exigentes e seletivos. Negociavam com os principais livreiros da cidade e da capital fluminense. Cientes da concorrência aberta entre as livrarias instaladas em São Paulo e o tradicional mercado fluminense, eles lograram obter abatimentos sobre os preços expostos nos catálogos dos comerciantes locais. ✓ Não são raras as ocasiões em que mantêm contato direto com

⁹⁸² *ibidem*, folha 3.

⁹⁸³ *ibidem*.

⁹⁸⁴ “Bibliotheca da Faculdade de Direito de São Paulo, 17 de Dezembro de 1882. assinado por Fernando Mendes de Almeida. o ajudante, João Martins da Silva”. *ibidem*.

livreiros-editores internacionais e o fazem à medida que as condições infra-estruturais e financeiras se mostravam favoráveis para a importação direta de gêneros estrangeiros.

Para tanto, demonstravam notável destreza nos diversos níveis de negociação. Além do benefício de desconto sobre os preços expostos nos catálogos, que chegava a 20%, discutiam as condições de importação e de pagamento das faturas, não ignorando os vários fatores que oneravam as tramitações: “direitos de importação, despachos, carretos e frete na estrada de ferro”, além da usual “comissão de 10% à proporção do total real do débito”.⁹⁸⁵

Tal habilidade só pode ser justificada devido à rotina de trabalho, que exigia dos funcionários da Biblioteca e, em especial, do bibliotecário-chefe, único interlocutor desta seção da Faculdade com a diretoria, maior intimidade com os negócios do livro.

Vale notar que todos estes relatórios, petições, comunicados, demandas reprimidas, orçamentos, listas de preços, notas fiscais, pedidos de importações, correspondências de livrarias, assinaturas estrangeiras, permutas, enfim, esta enorme variedade de escritos integrava-se pouco a pouco ao expediente da repartição.

Por suas características particulares, a documentação analisada conduz o pesquisador a dois caminhos analíticos distintos.

O primeiro caminho diz respeito ao movimento de entrada de livros na Biblioteca e seus efeitos sobre a configuração do acervo. Como temos assinalado, as correspondências datadas dos anos de 1880 em diante revelam sensível mudança não apenas no nível da escrita, mas também no que diz respeito às atribuições dos

⁹⁸⁵ “Tendo tido ordem do finado Director da Faculdade de Direito, o Exmo. Conselheiro Vicente Pires da Motta para mandar buscar na Europa diversas obras com destino á Bibliotheca, encomendei-as à Bruhns e Cia., negociantes d’esta praça sob as cláusulas seguintes:

1a. Serem compradas pelos preços dos cathalogos com o abatimento de vinte a vinte por cento, conforme o costume dos livreiros de Paris; 2a. Virem todas encadernadas simplesmente em bezerro ou carneiro; 3a. Receber a dita firma a comissão de dez por cento pelo seo trabalho sobre o total das despezas até a entrega [...] Ilmo. Exmo. Snr. Conselheiro Dr. Director da Faculdade de Direito de São Paulo André Augusto de Padua Fleury. assinado por Fernando Mendes de Almeida; o ajudante, João Martins da Silva”. *ibidem*, folha 7.

bibliotecários e ao clima de otimismo frente às novas aquisições de livros e de periódicos. Fato que relativiza as críticas severas que a instituição recebeu neste período.

Outro caminho, que de certa forma foi adiantado neste tópico, mas que será abordado no próximo capítulo, refere-se à economia do livro, ou seja, das possibilidades de consumo que surgiram, ou que se desenvolveram na capital nas últimas décadas do século XIX.

Como resultado deste processo não linear e desigual de acumulação de livros, observamos no quadro estatístico de 1891 que a Biblioteca apresenta uma coleção substancial de obras jurídicas e históricas, ao passo que os livros de belas-letras, sempre tão numerosos nas coleções de particulares e nos catálogos de livreiros, não pareciam ter espaço privilegiado nesta instituição. Afinal, embora se tratasse da única Biblioteca pública que a cidade conheceu até o ano de 1895, desde as suas origens seu perfil se definira pelo próprio espaço que ela vinha ocupar. Era a Biblioteca das Arcadas e esta marca sem dúvida repercutiu sobre o acervo.⁹⁸⁶

Confirmam esta tendência o número de títulos e os temas mais consultados no ano de 1890/91: 4.202 obras de Jurisprudência; 620 de Historia e Geographia; 460 de

⁹⁸⁶ Isto não quer dizer que a fase de abundância não fosse por vezes refreada por períodos de infelizmente escassez: “A Bibliotheca, conforme o mappa que vae junto, não adquirio uma só obra por ser exígua a verba destinada á aquisição de obras, e pelos embaraços que sempre encontra o bibliothecario tendo-se limitado a assignaturas de Revistas e Jomaes.

O número de doadores também não foi avultado, e nem com elles deve contar uma repartição de tal ordem.

A reencadernação de obras em avultado número é uma das necessidades mais urgentes, pois será um crime deixar que as traças consummão verdadeiras preciosidades que possui a Bibliotheca; para isso, porém é preciso mais do que a ação do Bibliothecário.

Os srs. lentes e os srs. consulentes clamam todos os dias pela falta completa de obras novas [...] em tempo oportuno organizei, com o auxilio de algum lente, uma lista das obras mais indispensaveis de suas respectivas cadeiras e remetti-as a V. Exa. sem que nenhuma providencia tivesse sido tomada; julgo uma necessidade a encomenda dessas obras. Até esta data a Bibliotheca não possui a colleção completa das leis da República, apesar de já ter eu dirigido-me ao Sr. Ministro do Interior, a V. Exa. o Director da Imprensa Nacional, ao Director da Bibliotheca Nacional [...] assinado Joaquim Mendonça Filho”. Relatório anual de 1895. MAFD, Livro 18, folha 18.

Sciencias e Artes; 205 de Belas Artes; 60 de Teologia. Liam-se mais livros ou periódicos em francês (2.230 obras) do que em português (2.154).⁹⁸⁷

Embora as estatísticas apontem movimento considerável de leitores, vale lembrar que por longos anos a Biblioteca resistiu à possibilidade de uma vida noturna, melhor dizendo, de leituras noturnas, seguindo a moda de outras instituições instaladas na cidade. Durante praticamente todo o Oitocentos, apesar de algumas reclamações – raras, é verdade – que os bibliotecários reproduziam em seus relatórios de trabalho, o horário de funcionamento se manteve das 9h da manhã às 14h.⁹⁸⁸

No espírito das reformas republicanas, também esta instituição se adequou às novas orientações de uso dos espaços públicos:

“De 1º de julho em diante, em cumprimento do novo regulamento de 2 de janeiro de 1891, a Bibliotheca é franqueada ao público, das 9 horas às 2 horas da tarde, e das 6 horas às 20 horas da noite.

ass. o Bibliothecario Antonio Teixeira da Silva”.⁹⁸⁹

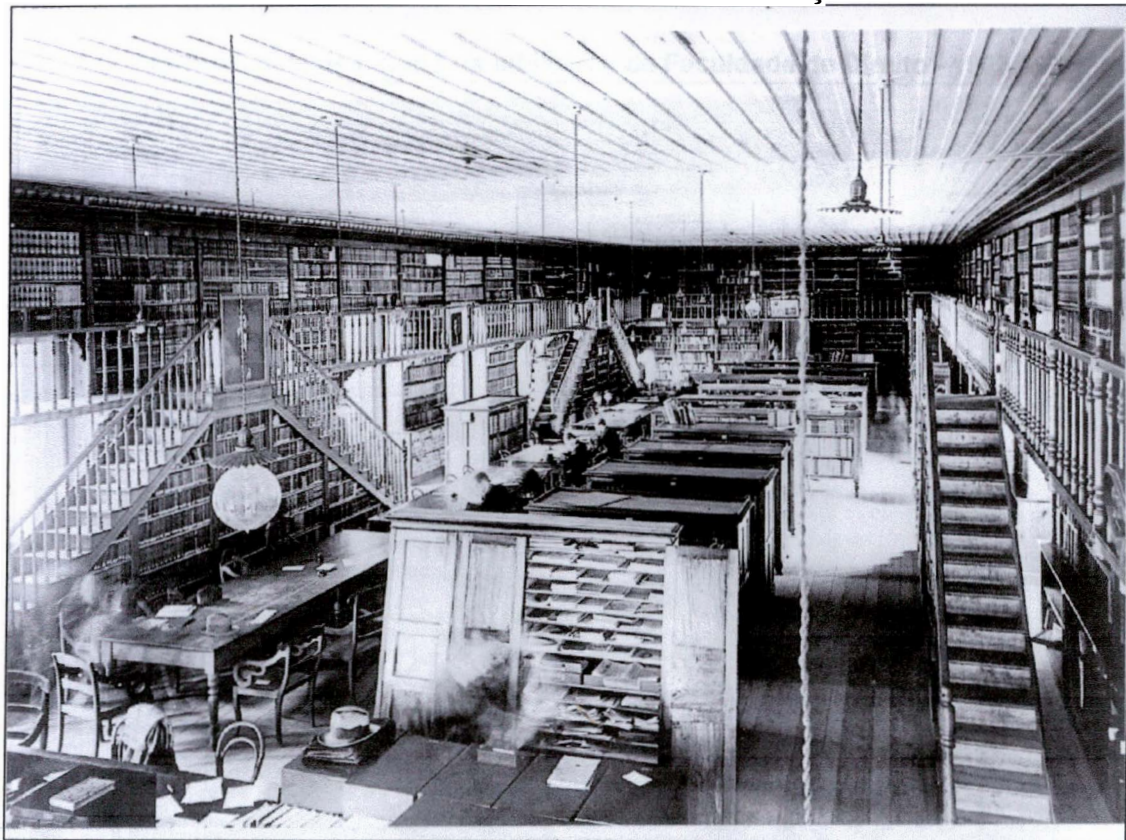
Na virada do século, a Biblioteca aparece renovada e mantém seu *status* no meio intelectual planaltino. O salão amplo e iluminado foi provido com várias lâmpadas. A inovação ficou registrada nestas duas imagens que reproduzimos adiante. Na segunda fotografia os consulentes – todos homens – aparecem debruçados sobre mesas reservadas para duas pessoas, dispostas em toda a extensão da sala de leitura. Eles estão contra a luz que entra pelas amplas janelas do salão, embora a foto não deixe de realçar as lâmpadas – as famosas lâmpadas Edison. Era o progresso que batia às portas do velho edifício, ratificando, uma vez mais, a tradição bacharelesca da cidade.

⁹⁸⁷ *idem, ibidem*, folha 66.

⁹⁸⁸ É o que notifica este documento de 1891: “Até o dia 31 de junho a bibliotheca abria se sómente das 9 horas da manhã às 2 horas da tarde”. MAFD, Livro 18, folha 70.

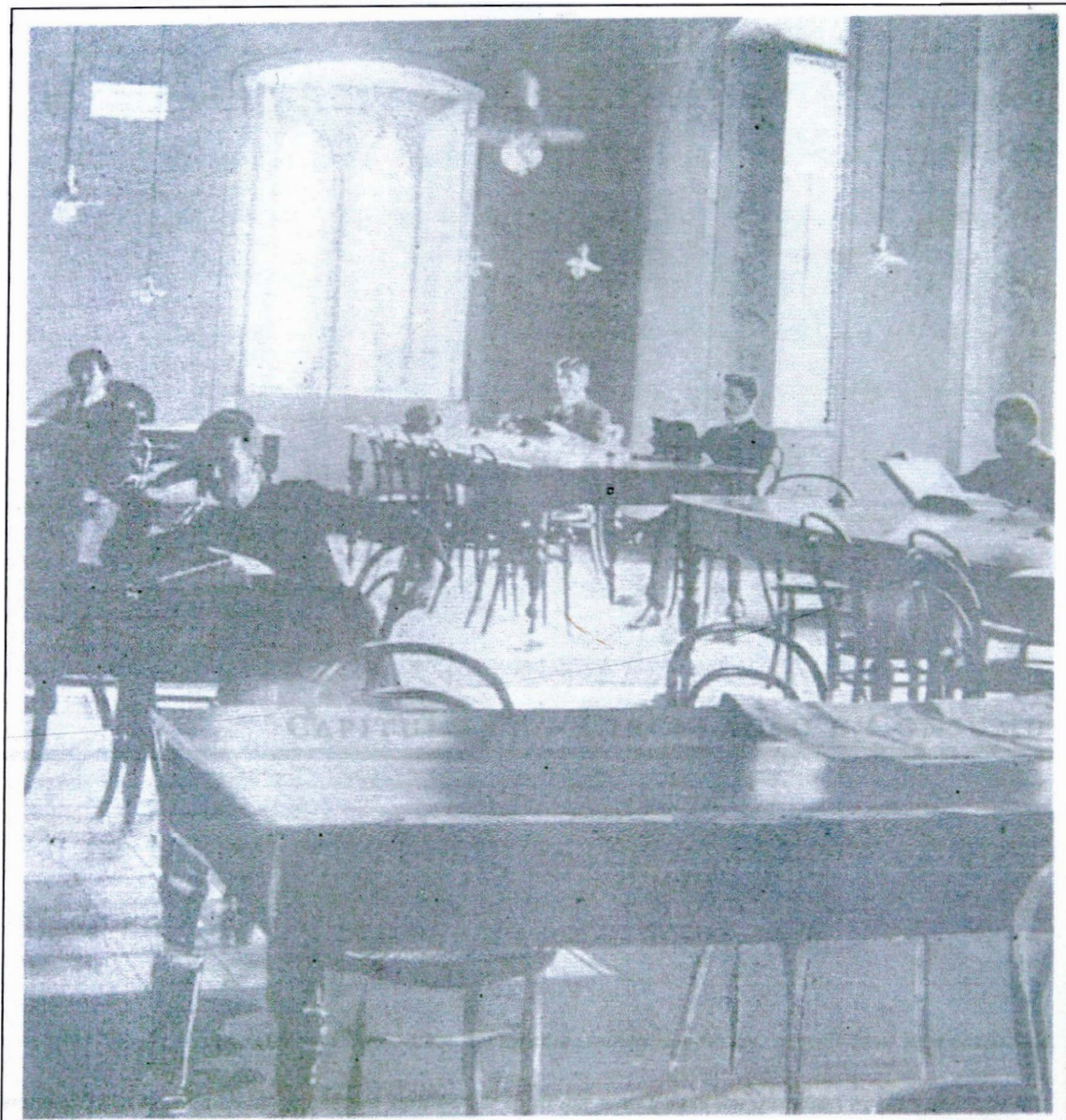
⁹⁸⁹ *idem, ibidem*.

Foto 1 - Biblioteca da Faculdade de Direito com iluminação elétrica - 1890



Fonte: Ana Luiza Martins; Heloisa Barbuy. *Arcadas...*, *op.cit.*, p.109.

Foto 2 - Sala de Leitura da biblioteca da Faculdade de Direito - 1905



Fonte: Ana Luiza Martins; Heloisa Barbuy. *Arcadas...*, *op.cit.*, p. 111.

CAPÍTULO IV – CIRCULAÇÃO E CONSUMO

“Livrarias e bibliotecas, ainda tão raras, no interior dos estados, surgirão como uma necessidade imperiosa, para aproximar do público autores e editores de obras que mais lhe possam interessar, na diversidade de seus gostos e de suas tendências. Pois, - movimento, que se desenvolve nos planos das idéias filosóficas, científicas, literárias e artísticas, e está sempre se renovando – a cultura é, afinal, comunicação, intercâmbio, circulação”⁵⁴⁸

⁵⁴⁸ Fernando de Azevedo. *A cultura brasileira*, op. cit., p.366.

IV. 1 – A ECONOMIA DO LIVRO

“Mas o caso é que a chegada de Anatole Louis Garraux no Brasil, em 1850, coincide com um dos momentos mais intensos e progressistas da história do II Reinado. É o ano que se apresenta como que uma arrancada decisiva para o futuro, com o despontar do espírito de empresa, de iniciativas audaciosas, de melhoramentos materiais”.

Francisco de Assis Barbosa ⁵⁴⁹

✓ A economia do livro, já o assinalamos, nutre-se da circulação. Dos pequenos circuitos, que aproximam o livro do público leitor. E dos circuitos maiores, definidos pelas grandes redes de comércio, pelos grandes espaços geográficos, vale ressaltar. Nos primórdios da difusão do texto impresso os circuitos se organizaram nas caravanas e em feiras espalhadas nas cidades florescentes do Velho Mundo, não demorando a alcançar o Atlântico, tendo sido o livro instrumento fundamental para o contato entre dois mundos. Lembremos que no período colonial a proibição das tipografias obrigava os autores aqui radicados a submeter seus originais aos tipógrafos e à censura portuguesa, ratificando de forma definitiva sua sujeição ao poder metropolitano, o que significou para o Brasil o atraso de três séculos para sua entrada na era de Gutenberg.⁵⁵⁰

⁵⁴⁹ Francisco de Assis Barbosa, “Alguns aspectos da influência francesa no Brasil (notas em torno de Anatole Louis Garraux e da sua livreria em São Paulo)”. In: A. L. Garraux. *Bibliographie Brésilienne*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, pp.XI-XXXVII. [1ª. ed., Paris, 1898].

⁵⁵⁰ Com a louvável e muito comentada exceção da tipografia clandestina de Antonio Isidoro da Fonseca. A este respeito, afirma Hallewell: “Da existência de uma prensa de impressão no Rio de Janeiro, em 1747, possuímos a prova definitiva tanto na bibliografia contemporânea como em alguns dos próprios livros impressos, ou, melhor, folhetos”. Outra raridade bibliográfica que remonta à proto-história de nossa indústria tipográfica é o exemplar impresso pelo método calcográfico apresentado no estudo: *Uma raridade bibliográfica: o Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806*. Ed. Fac-similar, com estudo histórico de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro; São Paulo: Biblioteca Nacional; Gráfica Brasileira, 1986; Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil, op. cit.*, p.24.

No Império, o estímulo à circulação de impressos – de jornais, sobremaneira – não resultou na consolidação de um sistema editorial de coloração nacional. Reforçaram-se, antes, os velhos circuitos de livros europeus – franceses e portugueses – mantidos por uma fina camada de letrados.

É verdade que a partir dos anos de 1870 este quadro sofreu uma primeira reviravolta. Mudanças sensíveis no mundo dos livros – e situemo-nos apenas nos livros – podem ser identificadas. Do ponto de vista da produção, nota-se o aumento progressivo das oficinas tipográficas. No fim do século elas “pululam na Corte”, como escreve Paulo Berger,⁵⁵¹ movimento acompanhado por sua expansão nas províncias, seguindo uma tendência ascendente desde a vinda da Família Real, em 1808.⁵⁵²

Todavia, mesmo no Rio de Janeiro, onde vemos se afirmar no ramo livreiro profissionais de origem européia – como Pierre-Seignot Plancher, Villeneuve, Mongie e, na segunda metade do século, de forma efetiva, os Garnier, Leuzinger, Laemmert – parte significativa dos livros circulantes de nossa literatura continuava sendo impressa na Europa. Em Paris, especialmente.⁵⁵³ As razões para isso são várias, desde a política empresarial das

⁵⁵¹ Paulo Berger, *A tipografia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Companhia Industrial de Papel Pirahy, 1984, p.XII.

⁵⁵² É de fato impressionante o número de estabelecimentos tipográficos que se espalham pelas províncias do país: na Bahia, em 1811, em Pernambuco, em 1817, no Pará, em 1821, na Paraíba, em 1826, em São Paulo, em 1827, no Rio de Janeiro [Província], em 1829 e assim por diante. Na Corte, onde há maior concentração de novas atividades urbanas, o aumento é ainda mais significativo: em 1808, contam-se apenas 2 livrarias e 1 tipografia na cidade. Em 1829, já são 9 livrarias, 7 tipografias e 1 fundidora de tipos. A maior parte destas oficinas se volta para a produção de jornais, dada a emergência do periodismo político e do seu papel de relevo na formação da opinião pública durante o Primeiro Reinado. Sobre os livros editados nesse período, as notas são mais escassas, salvo aqueles tirados nos prelos da Imprensa Régia. Rubens Borba de Moraes, *O Bibliófilo aprendiz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p. 156. (Na verdade, o autor se vale do levantamento feito por Carlos Rizzini); Laurence Hallewell, *O livro no Brasil, op. cit.*, p. 47. A este respeito cf. Rubens Borba de Moraes; Ana Maria de Almeida Camargo, *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, op. cit., passim*.

⁵⁵³ Com louváveis exceções, como testemunha José de Alencar, em 1867: “A maior parte das obras de que se compõe o senhor Garnier [...] é fabricada na Europa; isto é coisa tão sabida, que ninguém pode contestar, apesar de virem com designação de sua manufatura no Rio de Janeiro e ter esse senhor um revisor por conta própria em Paris; quando os senhores Laemmert e companhia, por maneira diversa, possuem um magnífico estabelecimento tipográfico e oficina de encadernação à rua dos Inválidos, onde acolhem os artistas brasileiros e dão-lhes a ganhar o seu dinheiro que também é por eles ganho neste país. O senhor Garnier, tendo o seu estabelecimento tipográfico em Paris, dizem que de sociedade com seu irmão, ali manda manufacturar as obras de que é incumbido pelos escritores brasileiros e auffer disto espantoso lucro?”. *apud*. Marisa Lajolo; Regina Zilberman, *O preço da leitura... op. cit.*, p.93.

filiais estrangeiras instaladas na Corte, que preferiam imprimir os livros na Europa a investir na produção local,⁵⁵⁴ aos avanços técnicos nos setores produtivo e de transporte marítimo, que viabilizaram o custo da produção no exterior, incluindo o preço do frete e as taxas de importação, fazendo com que o livro percorresse um longo caminho até chegar nas mãos do leitor nacional. ✓

✓ Por razões de ordem técnica e econômica a capital francesa se consolidou no Oitocentos como o maior centro produtor e exportador de livros do velho continente para a América. Publicações em francês, certo, mas também em português e em espanhol. Este fato se reflete no mercado de consumo local, ou seja, a vinda de livreiros franceses, que praticamente inauguraram este setor nas principais capitais do país, não pode ser vista como fruto do acaso. Fatores internos, a saber, o crescimento urbano e o fomento das instituições de cultura, além de uma acentuada inclinação aos referenciais franceses, e externos, atinentes à economia do livro, conforme veremos neste capítulo, concorreram para a consolidação do mercado livreiro e, em especial, das livrarias francesas no país. ✓

Semear ao vento

Segundo Pierre Rousseau, as primeiras inovações técnicas na produção de impressos surgiram na Inglaterra, no contexto da primeira Revolução Industrial, tendo sido logo adotadas na França. A prensa Stanhope leva o nome de seu inventor, um cientista inglês que “admirava fanaticamente a Revolução Francesa”.⁵⁵⁵ A inovação consistiu em usar a estrutura da prensa em metal e não mais em madeira, como era feito desde a época de Gutenberg, o que permitia uma impressão mais forte e mais rápida.

⁵⁵⁴ Esta questão, na verdade, não tem fim, pois esbarra com o problema da importação de maquinaria e papel, portanto, com as políticas adotadas durante o II Reinado neste setor. No âmbito econômico, há ainda a velha problemática do lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho nesse contexto de expansão imperialista.

⁵⁵⁵ Pierre Rousseau, *Histoire des techniques et des inventions*. Paris: Arthème Fayard, 1960, p.191.

Daí para o uso da máquina de Watt, solução encontrada pelo alemão Frederik Koenig (1774-1833),⁵⁵⁶ em 1810, à invenção das rotativas, não foi preciso esperar muito tempo. Em 1848, o jornal *Times* foi o primeiro a fazer uso dos cilindros, aumentando a capacidade produtiva para 8.000 folhas por hora.⁵⁵⁷ Porém, a necessidade de muitos braços para a execução do trabalho – oito homens para alimentar a máquina e mais oito para receber o papel impresso – tornou necessárias novas soluções técnicas.

O salto definitivo em direção ao uso das rotativas foi dado pelo cientista Hyppolite Marinoni (1823-1904), em 1863, em Paris, com o apoio financeiro de Émile de Girardin, magnata da imprensa⁵⁵⁸ e, como escreve Brito Broca, “um dos primeiros editores de jornal a compreender o partido que podia tirar do gênero [folhetinesco]”.⁵⁵⁹

Em 1886, o alemão radicado nos Estados-Unidos, Ottmar Mergenthaler (1854-1899) desenvolveu o linotipo.⁵⁶⁰

Traduzindo todas estas inovações técnicas em termos de produção e circulação, os números não deixam dúvidas sobre o desenvolvimento do setor editorial francês^x ou melhor,

⁵⁵⁶ O sistema de Koenig consistia em fixar a composição em uma superfície plana que ia e vinha sob um cilindro por onde passava o papel. Mas ocorre que “a superfície que mantinha a composição era pesada e a máquina a vapor que alimentava este movimento tinha uma velocidade muito limitada, de modo que a tiragem não passava de 1.000 folhas por hora”. Pierre Rousseau, *Histoire des techniques...*, *op. cit.*, pp.191-192 e p.391.

⁵⁵⁷ *idem, ibidem*, p.392.

⁵⁵⁸ “A composição tipográfica era disposta em uma forma cinturada adaptada a um cilindro horizontal. O papel ficava enrolado em uma bobina e um outro cilindro o aplicava contra o primeiro. O movimento de rotação contínuo permitia velocidades inesperadas e a impressão de dezenas de milhares de folhas por hora. Millaud e Marinoni se instalaram na rua Lafayette, em um edifício que para a época mais se parecia com um palácio [...] Pouco a pouco, elemento a elemento, a máquina se desenvolveu, tornou-se um monstro, imprimia em corer (1899), imprimia jornais em 12 páginas, dobrava-os e fazia pacotes”. *ibidem*, p.393.

⁵⁵⁹ *apud.* José Ramos Tinhorão, *A música popular no romance brasileiro*. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Editora 34, 2000, vol.1, p.33.

⁵⁶⁰ “Ele concebeu o princípio de uma máquina capaz de substituir o operário no processo de movimentação dos caracteres. Uma liga metálica mantida em estado de fusão, um teclado parecido com aquele que se utiliza na máquina de escrever, para o qual cada toque representa o comando da matriz de uma letra; tais são, em duas palavras, as peças essenciais do dispositivo. Bastando apertar as teclas sucessivas para que as matrizes correspondentes se despreguem e se disponham, umas após as outras, de maneira a formar uma linha. Um comando a manipular, e a liga em fusão sai do fundidor para se ligar a esta fila de matrizes. Assim o aparelho forma uma linha completa, que se acomoda em seguida sobre a galeria”. Pierre Rousseau, *Histoire des techniques...*, *op. cit.*, p.394.

parisiense,⁵⁶¹ pois o que se observa é a concentração dos negócios do livro na capital, em detrimento das províncias: em 1822, os negócios envolvendo impressos atingiram a cifra de 8.749.329 F; em 1847, este valor praticamente duplicou, passando a 15.247.211 F; e, em 1880, quando se consolidaram a produção e o sistema de circulação, esta cifra saltou para 31.883.720 F.

Do ponto de vista do consumo, o *superávit* produtivo abriu um precedente sem retorno no mercado local: o livro se tornou um produto acessível às massas. Entre 1838 e 1853, escreve Jean-Yves Mollier, “o preço das principais coleções caiu de 15 F para uma média de 1 F e, paralelamente, as tiragens se elevaram de 1.000 para 6.000 exemplares”.⁵⁶² Havendo, portanto, uma tendência crescente da produção de impressos nas décadas seguintes.

Todavia, este quadro bastante otimista da produção editorial francesa não demorou a criar alguns inconvenientes. Ao mesmo tempo em que o Estado francês mantinha ou acirrava seus dispositivos censores, dava-se conta do problema do aceleramento da capacidade produtiva e de seus efeitos perniciosos para o mercado:

“O século XIX – escreve Frédéric Barbier – e sobretudo os dois ‘períodos fortes’ de 1850-1860 e de 1880-1890, representa um período de acentuada reorganização jurídica do comércio internacional do livro. Uma reorganização paralela se opera no plano propriamente material e tende igualmente a abrir as portas do comércio mundial para a livraria francesa. Esta compreende três pontos sucessivos: técnicas comerciais, transportes, formas de pagamento”.⁵⁶³

“Ao gigantismo francês, seguiu-se uma fase de saturação do mercado interno, ‘Semear ao vento’, segundo a divisa de um dos grandes editores da III República, Pierre Larousse, tornara-se o novo desafio da edição francesa, que se traduziu no aumento contínuo e regular

⁵⁶¹ Segundo o *Annuaire de l’Imprimerie, de la Presse et de la Librairie pour 1855-1856*, em Paris foram recenseadas 442 imprensas e 275 tipografias mecânicas. cf. Paul Chauvet, *Les ouvriers du livre en France. De 1789 à la constitution de la Fédération du livre*. Paris: Marcel Rivière et Cie., 1956, pp.548-549.

⁵⁶² Jean-Yves Mollier et collectif, *Où va le livre ?* Paris: La Dispute; SNEDIT, 2002/2003, p.27.

⁵⁶³ Frédéric Barbier, “Commerce international de la librairie française”, *Revue d’histoire moderne e contemporaine*, Paris, 1981, t. XXVIII, p.100.

do movimento de exportação de livros no período de 1815 a 1913, com altas acentuadas nos anos de 1880, 1887 e 1890, seguindo-se a partir daí uma fase de recuo e de crise do comércio livreiro.⁵⁶⁴ Mesmo na fase anterior, nos anos de 1860-70, os índices aparecem sempre acima da média, em torno de 55 pontos. Índices altos, que merecem algumas ponderações quando comparados com o período posterior, quando a população mundial sofreu sensível aumento. Além disso, o comércio e os meios de transportes atingiram novas potencialidades a partir de 1880.⁵⁶⁵

Os navios a vapor se tornaram cada vez mais velozes e numerosos. Em 1882, a frota mundial foi estimada em 22 mil vapores. Deve-se considerar que ainda nessa época as navegações a vela tinham peso no transporte marítimo, na proporção de três toneladas de navios a vela para uma a vapor.⁵⁶⁶ Notemos que as frotas inglesas, de velas e de vapores, eram as maiores e dominavam o transporte transoceânico. Mercadorias francesas e de outras nacionalidades eram despachadas para os portos brasileiros – do Recife, de Salvador e do Rio de Janeiro – pelo menos até a década de 1860, em navios britânicos.⁵⁶⁷ A primeira linha de navegação a vapor francesa, que fazia o trajeto Bordeaux-Rio de Janeiro, foi inaugurada

⁵⁶⁴ “A partir dos primeiros anos da III República, esta irregularidade do movimento das exportações se acentua e tende a se tornar a principal característica até o final de nosso período de estudo. Se, de 1869 a 1879, nós ainda continuamos no sistema anterior, com índices variando relativamente pouco (de 55,38 a 55,49 em dez anos), o ano de 1880, em compensação, é marcado por um acentuado aumento (índice de 78,46%), que permite ultrapassar a marca de 3.800 t de exportações. O índice se tornará estável em 1881, e a exemplo da fase anterior, a um nível intermediário (de valores entre 63 e 65, ou seja, superiores em mais ou menos 10 ponto em relação ao período precedente). Duas novas ‘decolagens’ se produzem em 1887 (73,59%) e, sobretudo 1890 (104,31%): este último permite ultrapassar as 4700 t de exportações anuais, cifra que não será mais alcançada após a Primeira Guerra. Como no domínio da edição propriamente dita o mercado se encontra saturado (é a época do ‘crash’ da livraria) a ressaca”, desta vez, é mais brutal: vinte pontos de 1891 a 1892, mais de trinta em 1894 (o índice sofreu, então, recuo para 65,06%) e até 1905 (67,20%), com volumes anuais de exportação em torno de 3.000t”. Frédéric Barbier, “Le commerce international de la librairie française au XIXe.s. (1815-1913)”, *op. cit.*, p.106.

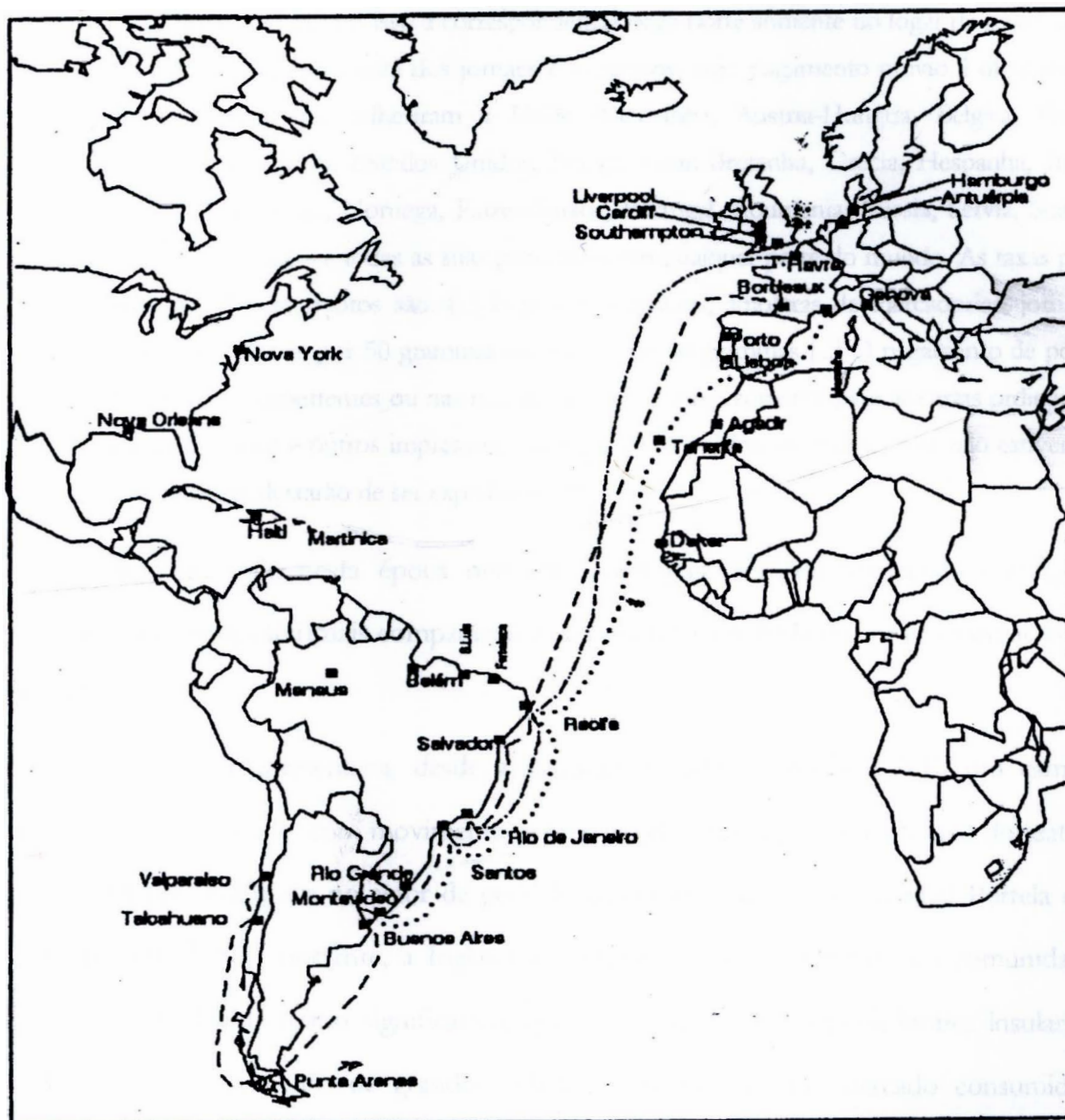
⁵⁶⁵ “Pode-se estimar que de 1840 a 1880, o custo do transporte de livros e periódicos sofrem uma redução de 75%”. *idem, ibidem*, p.102.

⁵⁶⁶ *cf.* Eric Hobsbawm, *A era dos Impérios, op. cit.*, 1988, pp.48-49.

⁵⁶⁷ No decênio de 1847-1856, artigos de papelaria e livros figuram em terceiro lugar no *ranking* das mercadorias importadas da França para o Brasil. Curioso observar que no período coincidente com o da intensificação das relações comerciais do Brasil com países estrangeiros, 1887-1896, o livro não figura na lista dos oito gêneros franceses mais exportados para o Brasil. Os dados se valem do *Tableau décennal du commerce de la France. apud.* Denise Monteiro Takeya, *Europa, França e Ceará*. São Paulo; Natal: Hucitec; UFRN, 1995, p.57.

em 1861, “com escalas em Lisboa, Dakar, Pernambuco e uma linha de extensão para Buenos Aires e Montevidéu”.⁵

Mapa 8 - Rota dos navios franceses



Fonte: Denise Monteiro Takeya. *Europa, França e Ceará*. São Paulo; Natal: Hucitec; UFRN, 1995.

⁵⁶⁸ “A Inglaterra envia [ao Brasil] anualmente 420 navios e a França somente 85. Mas se essa comparação enfraquece nossa fibra nacional, conservemos a esperança de que nossos transatlânticos modificarão, e em breve, nossa triste e lamentável inferioridade”. De E. Gallès, “Considérations générale sur le commerce de la France avec l’Empire du Brésil, les États de la Plata et la République d’Haïti”, 1861. *apud*. Denise Monteiro Takeya, *op. cit.*, p.72.

Contribuíram para o progresso do sistema de comunicações o desenvolvimento do sistema de telégrafos e dos correios, através de uma série de acordos internacionais. Em 1878, era publicada a seguinte notícia, em São Paulo:

“O Brazil adheriu á convenção postal entre os diversos paizes que formam a *União Geral dos Correios*. Em vista d’isso a correspondencia paga porte sómente no logar da remessa ou da entrega, excepção feita dos jornaes e impressos, cujo pagamento previo é obrigatorio. Eis os paizes que adheriram a *União*: Allemanha, Austria-Hungria, Belgica, Brazil, Dinamarca, Egypto, Estados Unidos, França, Gran-Bretanha, Grecia, Hespanha, Italia, Japão, Luxemburgo, Noruega, Paizes-Baixos, Portugal, Roumania, Russia, Servia, Suecia, Suissa e Turquia – e todas as suas possessões em qualquer parte do mundo. As taxas para qualquer d’estes pontos são: [...] Papeis de negocios, amostras de mercadorias, jornaes, livros etc.: 80 réis por 50 grammas ou fracção de 50 grammas [...] O pagamento de porte nas estações remetentes ou nas receptoras é facultativo somente para as cartas ordinarias. Para os jornaes e outros impressos, é obrigatorio o pagamento previo, e se não estiverem franqueados, deixarão de ser expedidos”.⁵⁶⁹

ale notar que nesta época nenhum outro país europeu vivenciara condições materiais e, digamos, espirituais comparáveis às da França na corrida por novos mercados de bens culturais.^X

A Inglaterra apresentava, desde a segunda metade do século XVII, um campo editorial bem estruturado, com movimento expressivo de publicações nos gêneros do teatro, poesia, romance, política e no setor de periódicos, como o demonstra Manuel Portela em estudo recente.⁵⁷⁰ Não obstante, a Inglaterra contava com o alargamento da comunidade anglófona, sem dúvida muito significativo, que se formava nos próprios limites insulares, devido ao desenvolvimento de grandes cidades, portanto, de um mercado consumidor massificado.⁵⁷¹ A formação de um mercado editorial consistente também se traduz no

⁵⁶⁹ *Indicador de São Paulo...1878, op. cit.*, pp.221-223.

⁵⁷⁰ Manuel Portela, *O comércio da literatura*. Mercado e representação. Ensaio. Lisboa: Antígona, 2003, pp.375-399.

⁵⁷¹ Lembremos que Londres foi a primeira cidade a atingir 1.000.000 de habitantes no final do Setecentos. Ao lado da capital, cidades como Manchester, Birmingham e Liverpool apresentaram notável crescimento demográfico. É de fato significativo que o número de operários da indústria do papel e da impressão, em Londres, no período de 1861 a 1891, tenha registrado aumento na ordem de 123,8%. Portanto, maior do que o crescimento populacional verificado neste mesmo período na capital inglesa, que foi de 50,5%. Em 1891, a população londrina atingia a marca de 4.228.000

número de bibliotecas britânicas recenseadas: de 1600 a 1699, 1.177; de 1700 a 1799, 3.071 e, de 1800 a 1899, 7.683.⁵⁷² O comércio de livros ingleses se estendia alhures, nos domínios coloniais, cuja expansão se fez por todas as partes do globo durante o século XIX. Porém, o gigantismo inglês não comprometia o mercado francófono, apenas complementava-o.⁵⁷³

Também a Alemanha, sobretudo após o processo de unificação, passou a contar com um mercado mais amplo e em pleno crescimento, servindo a edição como instrumento de unidade política e cultural. Por seu turno, os editores alemães haviam desenvolvido estratégias de produção e comércio mais eficazes do que os franceses, sendo a organização das feiras de Leipzig, que se tornaram o principal centro livreiro europeu da época, o melhor exemplo disso.⁵⁷⁴ Mas ainda neste país as francesias dominavam o imaginário das gentes, a ponto de um cronista francês não se furtar a anotar com que orgulho um cidadão alemão, a bordo de um vagão de terceira classe, que fazia o trajeto Stuttgart-Pforzheim, comentava os hábitos de leituras francesas cultivados por sua esposa.⁵⁷⁵

Citemos um último caso, que reforça esta idéia de hegemonia francesa, que não pode ser entendida apenas no seu aspecto econômico, pois este domínio perpassa a superestrutura da sociedade.

habitantes! cf. D. Pasquet, *Londres et les ouvriers de Londres*. Paris: Armand Colin, 1914, p.206; F. Engels, *La situation de la classe laborieuse en Angleterre*. Paris: Éditions Sociales, 1975. [Particularmente o capítulo “Les grandes villes”, pp.59-117].

⁵⁷² Manuel Portela, *op. cit.*, p.75. O autor se vale de informações compiladas por Robin C. Alston, para o projeto The Library Database, <http://www.r-alston.co.uk>.

⁵⁷³ A disputa francesa com o mercado de livros anglófonos se torna mais acirrada somente após a Primeira Guerra, quando se toma consciência da expansão das comunidades anglófonas muito além das possessões britânicas. Sintomático desse processo de expansão da anglofonia é a busca de uma reação francesa, expressa nas propostas apresentadas durante o Comité Parlementaire d’Action à l’étranger para a expansão do comércio de livros na América Latina. cf. Charles Lesca, “La librairie française en Amérique Latine”. In: *Comité Parlementaire d’Action à l’Étranger*. La deuxième semaine de l’Amérique Latine. Congrès tenu à Paris du 22 au 28 novembre. Paris: Comité Parlementaire d’Action à l’Étranger, 1917.

⁵⁷⁴ Frédéric Barbier, “Le commerce international de la librairie française au XIXe.s. (1815-1913)”, *op. cit.*, p.105.

⁵⁷⁵ “Eu não tenho tempo de ler porque viajo muito e, desse modo, esqueço meu francês. Mas minha mulher, senhor, lê o tempo todo: ela tem 800 volumes em sua biblioteca”. Ao que comenta o cronista: “quem, na França, tem 800 volumes em inglês, italiano, ou alemão. Alguns professores, eruditos, diletantes, mas não mais do que isso”. Panurge [pseud. de Louis Auguste Thomas]. *Croquis d’Allemagne*. Paris: Les Marches de l’Est, 1914. *apud*. Frédéric Barbier, *Livre, économie et société industrielles en Allemagne et en France au XIXe.s. (1840-1914)*. Thèse de doctorat..., *op. cit.*, p.494.

A edição italiana assistiu igualmente a um salto produtivo no século XIX, mais precisamente no período de 1870 a 1920. Três fatores foram essenciais para a consolidação do mercado editorial italiano: a unificação, o crescimento demográfico e o amplo movimento de alfabetização.⁵⁷⁶ Todavia, no século XX Antonio Gramsci observa a dominação dos referenciais franceses no meio cultural italiano, de modo que nomes expoentes de sua literatura – citando o caso do poeta Ungaretti – foram acusados de cometer galicismos em seus textos. Mesmo no âmbito da literatura popular, ou do “imaginário popular”, “o povo italiano”, assevera o autor, mostrava-se às vezes mais sensível à “figura popularesca de Henrique IV, do que à de Garibaldi, mais à Revolução de 1789 do que o Risorgimento, mais às invectivas de Victor Hugo contra Napoleão III do que as dos patriotas italianos”⁵⁷⁷

Os exemplos são muitos, poderíamos percorrer páginas e páginas de histórias do livro europeu e as conclusões não fugiriam muito à regra, qual seja, da preeminência da edição francesa neste mercado.⁵⁷⁸ Com base no movimento de exportação de livros, em 1861, expresso em toneladas, Frédéric Barbier conclui que a Itália, a Rússia, o Reino Unido, a Alemanha, a Suíça e a Bélgica,⁵⁷⁹ foram os principais consumidores do livro francês na

⁵⁷⁶ As cinco cidades mais importantes, do ponto de vista do movimento tipográfico e editorial, são, com efeito, Milão, Nápoles, Turim, Florença e Roma. Marco Santoro, *Storia del libro italiano*. Libro e società in Italia dal Quattrocento al Novecento. 3ª reimpressão. Milano: Edizione Bibliografica, 2000, pp.277-304. Um balanço da edição italiana do no entre-guerras, aparece publicado em *Primo Congresso Mondiale delle Biblioteche e di Bibliografia*. Roma; Venezia: La Libreria dello State, 1932. [E. Antonucci, “Per una statistica della produzione libraria in Italia”, pp.293-300; E. Morel, “Note sur l’établissement d’une statistique de la production intellectuelle”, pp.301-304].

⁵⁷⁷ Antonio Gramsci, *Literatura e vida nacional*. 3ª edição. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, p.18.

⁵⁷⁸ As relações entre Brasil, Portugal e França remontam ao Setecentos e merecem um estudo aprofundado sobre este comércio de livros no Atlântico. Estudos portugueses demonstram que as primeiras livrarias instaladas em Lisboa foram de propriedade de imigrantes franceses, sendo a Bertrand um caso clássico. Esta relação se estende à abertura de uma livraria no Rio de Janeiro, na época de d. João VI, a de Paulo Martin, de ascendência francesa, mas cuja família se instalara na capital portuguesa. Estas aproximações se mantêm no início do século XX, por exemplo, com a abertura da sociedade Francisco Alves & Aillaud, que constitui a primeira rede contemporânea dos negócios editoriais entre os três países. Cf. Manoela Domingues, *Bertrand: uma livraria antes do terremoto*. Com o fac-simile do *Catalogue des livres qui se vendent à Lisbonne chez les frères Bertrand... 1755*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002; Fernando Guedes, *O livro em Portugal, op. cit.*, pp.15-69; Anibal Bragança, *Eros pedagógico*. A função editor e a função autor. Tese de doutoramento. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2001.

⁵⁷⁹ Dado curioso, pois a Bélgica é um importante centro produtor da literatura francófona, inclusive de contrafações, mácula que vinha carregando desde o Setecentos. Quanto ao comportamento do leitor de gabinetes de leitura em Bruxelas, não há dúvidas quanto à sua inclinação por autores

Europa.⁵⁸⁰ Comércio que teve a seu favor, vale sublinhar, a rápida expansão das linhas ferroviárias que cortaram o continente através de dezenas de milhares de quilômetros instalados a partir da década de 1830.⁵⁸¹

Porém, nada se equiparava ao comércio de livros *d'outre mer*. No continente americano situavam-se os maiores centros consumidores de livros franceses.⁵⁸² Em primeiro lugar, os Estados Unidos, confirmando uma vez mais a tese de que o mercado editorial britânico não representava uma ameaça ao francês. Depois a Argentina e o Brasil.⁵⁸³ É verdade que as estatísticas apresentam variações ao longo do século, mas o que se observa é uma longa conjuntura do comércio de livros franceses no continente americano, reforçando, uma vez mais, as raízes intelectuais fundadas na Ilustração e na Revolução Francesa. Como escreve Frédéric Barbier:

“Em 1821, os pontos fortes do mercado do livro francês na América Latina são ainda aqueles do século XVIII: Haiti (13t) e as Antilhas estrangeiras (5,5t), o México e a província Cisplatina (16t), o Brasil (11t), **(sobretudo de livros em português e em latim impressos na França)**”.⁵⁸⁴

franceses: “Os leitores belgas lêem Zola, Ohnet, Loti, Daudet, Bourget e seus imitadores. Os livros de seu país? Eles sequer os abrem”. Camille Lemonnier, *La vie belge*. Paris: Fasquelle, 1907, p.267.

⁵⁸⁰ Frédéric Barbier [1981], *op. cit.*, p.110.

⁵⁸¹ “Talvez alguns números não sejam superficiais e seja possível superar sua aridez para compreender o que eles simbolizam. Em 1859, havia 9.000 km de estradas de ferro na França; em 1882, 26.000. Em 1938, a quilometragem atingia a extensão de 42.000 km, contra 3.000 na Suíça, 3.100 na Noruega, 3.300 na Holanda, 5.000 na Bélgica, 8.000 na Suécia, 11.000 na Espanha, 16.500 na Itália, 31.000 na Grã-Bretanha, 61.600 na Alemanha, 66.000 no Canadá, 108.000 na [ex] URSS e 377.000 nos EUA”. Pierre Rousseau, *Histoire des techniques...*, *op. cit.*, p.341.

⁵⁸² A participação nos mercados da África e da Ásia é insignificante.

⁵⁸³ A exemplo do que se observa no Brasil, para o comércio de manuais escolares franceses, chama atenção o volume e a importância de importação de livros deste gênero na Argentina. A este respeito cf. Clara Brafman, “Les manuels de lecture d’origine française en Argentine dans la deuxième moitié du XIXe. siècle”. *Histoire de l’éducation*, 1996, n° 69, pp. 63-80. Para um estudo da presença de editoras estrangeiras na produção de livros didáticos no Brasil, no Oitocentos, cf. Circe Maria Fernandes Bittencourt. *Livro didático e conhecimento histórico*. Tese de doutoramento. FFLCH-Departamento de História, Universidade de São Paulo, 1993.

⁵⁸⁴ Frédéric Barbier, “Le commerce international de la librairie française au XIXe.s. (1815-1913)”, *op. cit.*, p.110 [grifos meus]. Em 1905, são os principais importadores de livros franceses na América do Sul, em ordem decrescente: Argentina, Brasil, México e Colômbia. Estes dados são confirmados pela pesquisa de Maurice Godechot, sobre o comércio internacional da livraria francesa, figurando o Brasil entre os três principais consumidores de livros franceses na América Latina. cf. *Le commerce de la librairie en France au XIXe.s. (1789-1914)*. Dir. par Jean-Yves Mollier. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1997, pp.87-96. Quadro que permanece praticamente inalterado até 1915,

Não existem estatísticas que permitam comparar a remessa de livros franceses com a de edições portuguesas para o Brasil, no século XIX.⁵⁸⁵ E, deste conjunto, dos livros portugueses impressos na França e destinados ao mercado brasileiro. Este é um circuito muito complexo, que pode apenas ser esclarecido na medida em que surjam pesquisas monográficas sobre o comércio da livraria, seus principais agentes e suas estratégias de mercado, que envolvem, logicamente, os circuitos de produção e de distribuição.⁵⁸⁶

A especialidade do livreiro Anatole Louis Garraux era a de difusão de livros franceses, não apenas na cidade São Paulo, onde fixou sua livraria, mas para um amplo público, que ele buscava atingir através da venda por catálogos. O sucesso logrado por sua empresa, na cidade de São Paulo, no período de 1860-90, deve ser interpretado como expressão das mudanças internas que se processavam na sociedade brasileira e, particularmente, na capital paulista, mas também como reflexo desta curva ascendente do mercado internacional de livros franceses, nas últimas décadas do XIX.

Anatole Louis Garraux: livreiro, empreendedor

Anatole Louis Garraux nasceu em Paris, a 3 de abril de 1833. Faleceu em 26 de novembro de 1904, em sua residência, n° 60, *rue du Faubourg Poissonnière*, no décimo *arrondissement* da capital francesa. Era viúvo e teve três filhas: Marie Louise (Madame Servan) Amélie Henriette Aspasia (Madame Fischer) e Sophie Clarisse (Madame Crétenier).

Em 1902, escreveu seu testamento, documentando de próprio punho seus bens, a relação de familiares que mereciam ser beneficiados por sua herança e uma sucinta relação de amigos, aos quais legou alguns *souvenirs*.

mesmo com a inclusão do Chile, em 1907 e do Haiti, em 1909. cf. Charles Lesca, “La librairie française en Amérique Latine”, *op. cit.*, p.370.

⁵⁸⁵ Merece destaque o estudo de Victor Ramos, *A edição de língua portuguesa em França (1800-1850)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

⁵⁸⁶ No domínio da produção de manuais pedagógicos no Rio de Janeiro, por exemplo, Circe Maria Fernandes Bittencourt observou que na década de 1880, os livros eram de origem estrangeira, francesa, na sua maioria.

Ao “excelente amigo *monsieur* Guelfe de Lailhacar, companheiro leal [...] que eu amo como a um irmão”, legou um bronze de Mozart, dois quadros assinados por M. E. Mendez e um alfinete de ouro e pérola.⁵⁸⁷ Foi este seu amigo e sócio nos negócios da livraria em São Paulo e no Recife, nomeado tutor da sucessão dos bens declarados.

À irmã Louise Julie Michel, com quem dividiu o apartamento nos últimos anos vividos em Paris, legou o usufruto dos bens,

“em reconhecimento que eu lhe devo por sua abnegação, seu desinteresse, sua afetuosidade e sua inteligente atuação na educação de minhas filhas [...] esperando que elas honrem minha memória amando sua tia e lhe dedicando toda atenção que ela merecer”.⁵⁸⁸

Aos genros, deixou uma série de *souvenirs* valiosos, os quais descreveu com muita precisão: Paul Créténier – “a quem amo como um filho” – herdou a grande *Encyclopédie Lamirault*, as quatro telas assinadas por Penne, Chartier, Corot e Brown e um alfinete de ouro, em estilo Luís XV; Willy Fischer, sucessor de Garraux na livraria paulista, recebeu um porta-tintas, um prendedor de gravata em ouro, um relógio – identificado sob o nº 6360 – e a coleção de *L'Année Théâtral* de Noël e Stoullig; Octave Servan herdou um cofre verde escuro, em forma ondulada, sua cadeira de trabalho, um relógio de ouro (nº 6846), um anel de ouro e uma escultura identificada como “cabeça de Brutus”.⁵⁸⁹

Ao amigo Philippe de Grammont,

“deixo o *Grand Dictionnaire de Larousse*, em 17 volumes, que juntos consultamos com tanta frequência; a tela assinada por A. Scheffer, com a qual ele havia me presenteado e o quadro assinado Petit Jean Por de Dordreck”.⁵⁹⁰

Incluiu no testamento seus “bons, leais e fiéis empregados”, a eles legando a soma de oito mil francos, caso continuassem lhe servindo até a morte. Deixou ao encargo dos executores testamentários o envio de *souvenirs* aos amigos:

⁵⁸⁷ Dépôt des testaments et codicilles de M. Garraux. 30 Novembre 1904 -16 Mai 1908. Maître Jacques Fontana-Notaire. Paris.

⁵⁸⁸ *idem, ibidem.*

⁵⁸⁹ *ibidem.*

⁵⁹⁰ *ibidem.*

“Senhoras S. Suarez,⁵⁹¹ Amélie Hamelin, Marie Launay e Marie Bazin. Senhores Louis Jablonski, Charles Vogt,⁵⁹² Alexandre Thiollier,⁵⁹³ Felix Guilhem,⁵⁹⁴ Berge, Dr. Jozias, Vicomte Azevedo, Ed. Ruenzi, Paul Galot, Mathieu”.⁵⁹⁵

Anatole Louis Garraux declara, finalmente, que no apartamento onde reside

“existem bronzes, móveis, *bibelots*, prataria, que são de exclusiva propriedade de minha irmã, bastando que ela indique estes objetos para que seu reconhecimento seja feito sem contestação”.⁵⁹⁶

Outrossim,

“deixo à minha amada irmã, Louise Julie Michel, tudo o que existe nos cômodos chamados “Atelier” próximos à sala de bilhar e no pequeno escritório ao lado do grande salão, menos o quadro de Corot, ofertado ao meu genro M. Créténier”.⁵⁹⁷

Sobre as origens mais remotas de Anatole Louis Garraux, a história de sua família, a ocupação de seus pais e mesmo suas atividades na juventude, não obtivemos informação. Seu nome não figura nos copiosos volumes das biografias francesas, sugerindo que não pertencera a alguma linhagem aristocrática ou burguesa expressiva. Nasceu em Paris, mas sua vida até os 17 anos, idade com que emigrou, não mereceu nenhuma linha de seus biógrafos,⁵⁹⁸ ou mesmo escrita do próprio punho. Teve relações com a casa Garnier, mas

⁵⁹¹ Provavelmente esposa de Raphael Suárez, sócio na empresa de São Paulo.

⁵⁹² Louis Jablonski e Charles Vogt o sucederam na empresa de comissão e representação sediada em Paris. Eles assinam a edição do livro publicado por Garraux, em 1898. cf. Foto 4, p.268.

⁵⁹³ Seu sucessor nos negócios da livraria em São Paulo, no final dos anos de 1880. Seu filho René Thiollier foi aluno da Faculdade de Direito, nos anos de 1890 e conhecido poeta de sua geração, em São Paulo.

⁵⁹⁴ O sobremone Guilhem figura no quadro social paulistano em duas circunstâncias: Madame Guilhem anunciou no *Almanak* de 1878 seu gabinete de leitura, conforme já assinalamos; e Eugène Guilhem foi engenheiro e atuou ao lado de Victor da Silva Freire na Seção de Obras Públicas durante a gestão do prefeito Antonio da Silva Prado (1890-1910). Mesmo sabendo que Garraux manteve relações estreitas com a sociedade da época, não conseguimos precisar se Félix Guilhem tinha algum parentesco com os outros dois, o que é bem provável.

⁵⁹⁵ *ibidem*.

⁵⁹⁶ *ibidem*.

⁵⁹⁷ *ibidem*.

⁹⁸ Não existe propriamente uma biografia de Garraux, apenas notas biográficas que rememoram sua passagem pela cidade de São Paulo. cf. Raimundo de Menezes, “As primeiras e mais antigas livrarias de S. Paulo”, *Revista do Arquivo Municipal*, 1971, nº 182, pp.193-218 [a primeira edição deste texto data de 1935]. Carlos Penteado de Rezende, “Anatole Louis Garraux”. *O Estado de S. Paulo*. 24.12.1959. Francisco de Assis Barbosa, “Alguns aspectos da influência francesa no Brasil (notas em torno de Anatole Louis Garraux e da sua livraria em São Paulo)”, *op. cit.*; Laurence Hallewell, *O livro no Brasil*, *op. cit.*

não sabemos de que natureza. Supomos que tenha sido um funcionário da empresa em Paris e, como é próprio da juventude, tenha optado por se aventurar no Rio de Janeiro, em busca de novas oportunidades financeiras. Mas como a história não se constrói apenas sobre suposições, afiançamos apenas que, mesmo desconhecendo as origens de seu capital, nosso personagem logrou fazer bons investimentos e acumular notável fortuna. /

Esculturas em bronze, coleção de pinturas, entre as quais telas assinadas por artistas consagrados, enciclopédias, publicações teatrais, relógios, peças em ouro, prataria, móveis finos, amplo apartamento, provido de grande salão, sala de bilhar, escritório, enfim, Anatole Louis Garraux, como ele mesmo o testemunha, foi um homem rico, ostentava hábitos e gostos sofisticados. Foi um burguês típico do seu tempo.

Mas estes elementos constituem apenas pequena parte do cabedal herdado pelas filhas.

Os bens declarados após sua morte, em 1904, perfazem a soma de 971.880 F. Ou o equivalente a mil-réis no valor de 748:348\$062.⁵⁹⁹ Arredondando a cifra para um milhão de francos franceses, em 1905, deduz-se o montante de 20 milhões de francos segundo a tabela de conversão para o ano 2000, ou 3 milhões de Euros atuais (4 milhões de dólares)!⁶⁰⁰

O livreiro A. L. Garraux se situava na estreita faixa dos 4% de franceses que deixaram os maiores legados de seu tempo.⁶⁰¹ Para termos uma idéia da natureza de sua fortuna, observamos que 68% dos bens declarados estavam convertidos em capital financeiro, tendo investido em ações junto a sociedades no México⁶⁰² e no Brasil;⁶⁰³ 27% em

⁵⁹⁹ Segundo a cotação cambial utilizada em dezembro de 1904, por ocasião do levantamento dos bens declarados: 1 F=770 réis.

⁶⁰⁰ Administration de l'enregistrement des domaines et du timbre. *Formule de déclaration de mutation par décès – Succession de M. Garraux*. Archives de Paris, série D Q7-33378, 1904. Agradeço imensamente ao professor J-Y Mollier pelo auxílio, na verdade, pela contribuição à leitura deste documento.

⁶⁰¹ Em 1911, esta faixa sofre sensível aumento para 6% das fortunas reconstituídas a partir das declarações de sucessão cujos valores estavam compreendidos entre 50.000 F e 1 milhão. Os dados apresentados valem para Paris. Adeline Daumard, *Os burgueses e a burguesia na França*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.109.

⁶⁰² 240 ações da Société Financière pour l'Industrie au Mexique (F 71.520,00); 101 ações da Compagnie Industrielle d'Orizaba; 100 ações da Société San Ildefonso (F 23.200,00). *Formule de déclaration de mutation par décès...cit.*, linhas 8°, 10°, 11°.

capital industrial; e uma pequena porcentagem (5%) dividida em bens imobiliários e bens domésticos.

Diante desses dados, podemos concluir que Garraux seguiu a tendência dos empreendedores da época.⁶⁰⁴ Ele aplicou a maior parte de seu dinheiro em investimentos de alto risco, ou seja, no mercado acionário. Fato que constatamos devido a uma série de lotes de ações desvalorizadas ao lado de outras que mostram índices altos de valorização. E o fez em setores que estavam em franco desenvolvimento nesta nova conjuntura de expansão capitalista: nas empresas de metalurgia; e no sistema de transportes, vias férreas e fluviais, de fundamental importância para a ampliação dos circuitos de comércio em direção a novos centros consumidores.⁶⁰⁵

Processo análogo foi observado no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, marcando uma primeira fase de acumulação e de diversificação do capital investido pelas classes produtoras, período *grosso modo* balizado entre 1890 e 1914.⁶⁰⁶

/ Essa diversificação de investimentos talvez explique o fato de Anatole Louis Garraux não ter se credenciado como livreiro em Paris. Pelo menos, não era neste setor que seu nome figurava nos indicadores profissionais da época. Atuou como comissário de importação e exportação e no comércio de artigos de luxo de origem francesa na capital paulista. /

/ Não é deveras curioso que por ocasião da visita da princesa Isabel, em São Paulo, a *Casa Garraux* apareça no seu diário não como exímia livraria, mas como uma casa “cheia de

⁶⁰³ 400 ações ao portador da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Vias Fluviais de 200.000 réis cada uma (124.675,20); 336 ações na Sociedade Gold Mines [...] of Brazil Limited, no valor de 1 libra esterlina cada uma. Do Brasil, foram ainda declaradas duas letras de câmbio do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, no valor de F 11.823, 95 ou 9:104\$441.

⁶⁰⁴ Segundo Adeline Daumard, desde a Monarquia de Julho (1830) observa-se a tendência da burguesia francesa, sobretudo daquela situada nos centros urbanos de acumular capital industrial e financeiro, em detrimento do patrimônio imobiliário. Adeline Daumard, *Os burgueses e a burguesia na França, op. cit.*, p.91.

⁶⁰⁵ Todas estas considerações se basearam em Eric Hobsbawm, “Uma economia mudando de marcha”. In: *A era dos Impérios...*, *op.cit.*, pp.57-85.

⁶⁰⁶ A este respeito, cf. Zélia Cardoso de Melo, *Metamorfoses da riqueza. São Paulo 1845-1895*. São Paulo: Hucitec; SMC, 1985; Eulália Maria Lobo Lahmeyer, *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. 2v.

tentações para grandes e pequenos”?⁶⁰⁷ Seria muito provavelmente uma alusão aos livros, em se tratando de uma nobre cultivada, mas também ao vasto mundo de artigos finos que o livreiro dispunha em sua loja. Tais como papéis finos, envelopes,⁶⁰⁸ vinhos, charutos – os famosos charutos de Havana anunciados nos jornais – entre incontáveis produtos que se confundiam com os artigos da livraria, figurando inclusive nos catálogos de livros e no seu *ex-libris*, o que não deixa de ser um traço bastante peculiar.⁶⁰⁹

Na opinião de um memorialista:

“A Casa Garraux é um dos mais importantes estabelecimentos comerciais da cidade pela variedade e pela fina qualidade dos objetos expostos à venda: muitos destes de delicado gosto vêem-se nas suas lindas vitrinas. Ela apresenta à escolha dos consumidores grande sortimento de artigos para desenho; bengalas; binóculos; bolsas (indispensáveis para senhoras); caixas para jóias, para costura; espelhos, quadros; jarras de cristal, de porcelana, jardineiras e infinita quantidade de muitos ornamentos de sala: globos celestes, terrestres, mapas geográficos; inteiros, sinetes, penas de ouro, e de madrepérola; vistas fotográficas, opacas e transparentes; instrumentos para serviços de engenharia; vinhos superiores, charutos, fogos de salão, muitos outros objetos”.

O que porém recomenda especialmente esta casa é a sua notável livraria: nem na Corte há outra igual”.⁶¹⁰

Anatole Louis Garraux manteve um escritório de comissão e representação em Paris nº 3, rue d’Hauteville. Seus anúncios foram regularmente publicados no *Annuaire Firmin-Didot* entre 1880 e 1900, quando a empresa anunciou a sucessão para Jablonski, Vogt et Cie.

⁶⁰⁷ “Diário da Princesa Isabel”. In: *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*, *op. cit.*, p.243.

⁶⁰⁸ “Foi ele o precursor, entre nós, de uma coisa que, no seu tempo, constituiu êxito fora do comum: introduziu em São Paulo o envelope. Até então se escreviam cartas em folha dupla de papel, ‘papel de peso’, como se dizia, e a segunda folha era dobrada de modo a capear a correspondência e pregada com pequenas obreiras de cor em forma de hóstias minúsculas. O envoltório, assim já preparado e gomado, revolucionou o mercado, passando o sr. Garraux a ganhar bom dinheiro”. Raimundo de Menezes, “As primeiras e mais antigas livrarias de S. Paulo”, *op. cit.*, p.197.

⁶⁰⁹ Também na imprensa local Garraux chegava a ocupar quase uma página inteira da edição de domingo com seus clichês, nos quais anunciava espelhos, molduras, burras de ferros, chocolates, vinhos de Bordeaux, enfim, uma grande variedade de produtos finos importados. *cf. A Província de S. Paulo*, ano de 1875, vários números. Noutros dias da semana a frequência de clichês da *Casa Garraux* é igualmente notável segundo Carlos Penteadado de Rezende, que acompanhou a evolução da livraria nos anúncios do *Correio Paulistano*, o livreiro chegou a comprar um terço das páginas do diário para publicar uma relação completa das músicas que tinha em estoque na sua loja. *cf. Carlos Penteadado de Rezende, Tradições musicais da Faculdade de Direito...*, *op. cit.*, [1959], *op. cit.*

⁶¹⁰ Firmo Albuquerque Diniz [unius], *Em São Paulo...*, *op.cit.*, p.84.

Segundo este breve anúncio (de uma só linha), publicado sem intervalo nas edições do *Annuaire*, o empresário fazia remessas de mercadorias para o Brasil e mantinha um escritório para encomendas em São Paulo, certamente, sua livraria.⁶¹¹

No mundo dos livros, a trajetória de Garraux, com as devidas proporções, pode ser comparada com a dos irmãos Garnier, os primeiros mandatários do imperialismo editorial francês na América, que fixaram filiais em Buenos Aires e na Cidade do México.⁶¹²

O expansionismo do mercado editorial francês possibilitou a entrada de uma série de novos profissionais no setor, dado que se baseia no aumento contínuo do número de pedidos de licença junto aos órgãos públicos para a abertura de livrarias e de tipografias.⁶¹³ Foram estes profissionais, os chamados *nouveaux venus* da edição, que se beneficiaram da conjuntura favorável criada *grosso modo* entre a Monarquia de Julho e o *coup* de Napoleão. Foram caracterizados como *nouveaux venus* justamente pelo veio empresarial que esta nova geração de livreiros e editores sustentava, entre os quais era possível identificar uma grande parcela de aventureiros, que jamais tiveram contato prévio com este setor. Situação bem diferente da observada no Antigo Regime, em que dominava o espírito corporativo.⁶¹⁴

⁶¹¹ *Annuaire-Almanach du Commerce, de l'Industrie de la Magistrature et de l'Administration ou Almanach des 1.500.000 adresses de Paris, des Départements, des Colonies et des pays étrangers*. Didot Bottin, [1850-1905]. Exemplares microfilmados – Bibliothèque nationale de France.

⁶¹² Sobre as origens da “maison Garnier”, cf. Jean-Yves Mollier, *L'argent et les lettres, op. Cit.*. [Em especial, o capítulo IX: « Les frères Garnier, Les Hetzel père et fils, Pierre Larrousse et les siens et les vraies grandeurs de l'édition », pp.235-278].

⁶¹³ A informação se baseia em pesquisa realizada no Arquivo Nacional da França. Compulsamos as séries relativas ao pedido de licença – os chamados *brevets* – para abertura de livrarias no século XIX, precisamente durante a vigência da censura, de 1802 a 1881, para os impressos (e 1906 para o teatro, se bem que esta, obviamente, foi deixada de lado). Essa massa documental foi classificada por grupos de iniciais dos nomes dos implicados e em função de recortes cronológicos que variam de quinquênios a décadas. Material que, sem dúvida, tem de valor inquestionável para os estudiosos do livro. A partir destes registros, é possível investigar a origem e os trâmites legais que conduzem a abertura de uma livraria e/ou tipografia nos domínios franceses. E, por extensão, as origens empresariais de livreiros que expandiram seu mercado para o estrangeiro. Além disso, a documentação interessa aos pesquisadores voltados para a problemática das livrarias estrangeiras na França. Vale notar que se trata, efetivamente, de corpo documental notável também do ponto de vista quantitativo: são 4.323 artigos, 1800 registros e 2.523 fichas, segundo informações obtidas no catálogo geral – Archives nationales de France – série F-18.

⁶¹⁴ “Estes profissionais são os novos editores franceses. Eles souberam tirar proveito do centralismo político para a construção de um mercado nacional francês do impresso. Eles souberam, igualmente, após um certo número de derrotas, ‘inventar’ produtos novos (nas suas formas, mas também em seus conteúdos) suscetíveis de alimentar o mercado, tais como a coleção pedagógica, de Louis Hachette, e

Repassemos em breves linhas a história dos Garnier. O irmão mais velho do clã instalou-se na capital francesa – pois eram de origem normanda – em 1828. No princípio, Auguste Garnier trabalhou em uma livraria do *boulevard* Montmartre. Em 1833 ele abriu seu próprio estabelecimento, em uma galeria do Palais-Royal. Pouco a pouco a empresa progrediu e os irmãos se reuniram em Paris, primeiro Hypolyte, que acompanhou o primogênito na livraria e, mais tarde, na editora. Mais tarde, Pierre, que se dedicou ao comércio de livros usados. E, finalmente, Baptiste Louis, que acabou por se separar dos irmãos para abrir uma filial no Rio de Janeiro, em 1844.

Segundo Jean-Yves Mollier a vinda para o Brasil representa algo mais do que a garantia de expansão comercial em terra nova – que, na verdade, já era bem conhecida no meio livreiro – ela garantia a circulação de um gênero lucrativo, mas fortemente perseguido pela polícia francesa: os folhetos e livros eróticos, senão obscenos.⁶¹⁵

Além do gênero galante, proibido por lei na França, mas apenas por razões morais restrito no Brasil,⁶¹⁶ o que explica o interesse de exportar estes impressos, os irmãos Garnier

a 'livraria', depois 'literatura industrial', com Gervais Charpentier e seus sucessores e imitadores". Frédéric Barbier, "La révolution libératrice: l'exemple des activités du livre en France, entre Révolution Politique et Révolution Industrielle". *Histoire, Économie et Société*, no. 1, 1993, p.46. A este respeito, cf. Jean-Yves Mollier, *L'argent et les lettres*, *op. cit.*, *passim*.

⁶¹⁵ Com base nos relatórios de polícia, Jean-Yves Mollier reconstituiu um perfil ainda pouco explorado da história editorial francesa que, na verdade, se cruza com a origem do mais importante livreiro-editor "brasileiro" no Oitocentos. O nome dos irmãos Garnier aparece implicado diversas vezes neste tipo de relatório. Pierre, o irmão mais moço, chegou a ser julgado e acusado culpado por envolvimento em comércio ilícito de impressos. Desse modo, para se ver livre de novos processos, a empresa chegou a remeter ao irmão Baptiste Louis, em 1852, uma remessa que não deixa dúvidas sobre o peso deste gênero nas exportações realizadas pela Garnier: "500 exemplares de *Rideau levé ou l'Éducation de Laure*, 130 *Chansons grivoises*, 450 *Caroline de Saint-Hilaire*, 300 *Sainte Nitouche*, 120 *Amours et galanteries des actrices*, 250 *Mémoires de Suzon*, 650 *Libertin de qualité*, 260 *La belle Cauchoise*, 40 *Messaline française*, 30 *Veillés d'une maison de prostitution*, 100 *Millord Arsonville*, 370 *Juliette*, des *Justines ou les Malheurs de la Vertu*, *The life and adventures of Silas Scobrenwell* etc.". A remessa totalizou 12.000 volumes. Jean-Yves Mollier, *L'Argent et les lettres*, *op. cit.*, p.238.

⁶¹⁶ O *Código Criminal* do Império previa a censura de impressos em duas situações: "Parte IV-Capítulo I – Offensas á religião, á moral e bons costumes: Art. 277: Abuzar ou zombar de qualquer culto estabelecido no Imperio, por meio de papeis impressos, lithographados ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, ou por meio de discursos proferidos em públicas reuniões, ou em ocasião e lugar em que o culto se prestar. Art. 278: Propagar por meio de papeis impressos, lithographados ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, ou por discursos proferidos em publicas reuniões, doutrinas que directamente destruão as verdades fundamentais da existência de Deus e da immortalidade da alma". *Código Criminal do Imperio do Brazil anotado com os actos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciario*. Por Araujo Filgueiras Junior. 2ª ed. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1876, pp.276-277. Na segunda metade do século a literatura licenciosa parece

investiram na edição de fascículos com baixo custo de produção e alta tiragem, a maior parte de conteúdo político, bem no espírito do tempo, como *La vérité dévoilée aux ouvriers, aux paysans et aux soldats*, para o qual foram impressos em torno de 600.000 exemplares, em 1849. Ao lado destes gêneros, havia toda a sorte de títulos de viagem, livros escolares, obras históricas e literárias que gravaram o nome Garnier na história editorial francesa e na brasileira.

A Livraria Garnier passou por grave crise nos anos de 1890, mas sobreviveu no comércio fluminense até 1934. Fechou suas portas praticamente na mesma época em que a *Casa Garraux* encerrava sua história na cidade de São Paulo – em 1935.

Mas Anatole Louis Garraux é apenas figura pálida nesse grande mar de histórias a que nos remetem os livros, com seus autores célebres, suas formidáveis histórias editoriais e, mesmo, as quase sempre interessantes histórias de editores notáveis, que inscreveram seu nome no mercado da edição. À sua maneira ele seguiu os caminhos dos Garnier, particularmente os de Baptiste Louis: instalou-se no Rio de Janeiro, como empregado de uma livraria, a propósito, da própria *Livraria Garnier*,⁶¹⁷ veio para a capital paulista como agente de livros franceses; e ali logrou realizar um grande feito, tornar-se o maior livreiro da cidade a despeito de outros poucos, mas tradicionais concorrentes, que se beneficiavam do comércio regular com alunos e lentes da Academia de Direito.

Todavia, não podemos afirmar que Garraux tenha construído, a exemplo de seus conterrâneos, um império do livro. Embora tenha deixado grande fortuna para seus descendentes, seus bens estavam muito longe de se equiparar à riqueza acumulada por

ter circulado livremente na capital do Império, como demonstra o estudo de Alessandra El Far: “Todas, sem exceção, salientavam o fato de esses textos serem direcionados exclusivamente ao público masculino, em função dos possíveis efeitos perniciosos sobre o caráter das senhoras e das moçoilas de boa família”. Alessandra El Far, *Páginas de sensação...*, *op. cit.*, p.184.

⁶¹⁷ “Em 1860, o livreiro Baptiste Louis Garnier, do Rio de Janeiro, abriu uma livraria em São Paulo, fato por si só indicador de que o mercado de livros já era de bom tamanho, e confiou-a a Anatole Louis Garraux (1833-1904), que vinha trabalhando para ele desde que chegara da França com dezessete anos”. Laurence Hallewell, *O livro no Brasil*, *op. cit.*, p.227.

Hippolyte Garnier, que se tornou o livreiro-editor francês mais rico do século XIX.⁶¹⁸ Ao contrário de Baptiste Louis, o fundador da livraria no Rio de Janeiro, Anatole Louis Garraux não deitou raízes no Brasil.

Ele se instalou na cidade de São Paulo no final do ano de 1859. Porém, antes de fundar seu próprio estabelecimento, Garraux montou um balcão ao lado da livraria do Pândega, onde vendia exemplares do *Monde Illustré* e da *Illustration*.⁶¹⁹ Em 1863, abriu a *Livraria Acadêmica*, no Largo da Sé, nº 1, bem próximo à atual rua 15 de Novembro. Teve como sócios Guelfe de Lailhacar e Raphael Suarèz, como anuncia o catálogo de 1864.⁶²⁰

Na década de 1860 o livreiro Garraux lutou com tenacidade para a conquista de seu público. Publicou catálogos de livros, que eram distribuídos na capital e no interior da Província. Anunciava seus produtos nos impressos da cidade. E explorou, o quanto pôde, a sua condição de agente cultural francês, posto que não vendia livros apenas, mas um leque muito amplo de produtos que concorriam para a civilização das gentes.⁶²¹

Aventurou-se no ramo editorial.

⁶¹⁸ “Diante da impossibilidade de percorrer a declaração de sucessão deste homem de negócios, contentemos-nos com uma avaliação plana: ao menos 15 milhões para o parque imobiliário, 3 para a empresa, temos já 18 milhões, um pouco mais do que o total da fortuna de Calmann Lévy em 1891. Supondo a existência de uma carteira mobiliária, e veremos porque motivo esta sugestão não é gratuita, aplicações russas, então na moda, e contas bancárias, mais ou menos guarnecidas, no Rothschild e na Banque de France, onde era cliente, sua fortuna real deve girar em torno de 25 milhões, cifra evidentemente considerável. De qualquer maneira e isto nos basta, o editor mais rico da França do século XIX foi Hippolyte Garnier, tendo se tomado um exemplo de sucesso, a um só tempo econômico, social, em um domínio onde possivelmente não teríamos buscado este perfil de empreendedor”. Jean-Yves Mollier, *L'argent et les lettres*, op. cit., p.245.

⁶¹⁹ Segundo Almeida Nogueira, Anatole Louis Garraux montou sua livraria “em fins de 1859”, “ao lado da livraria do Pândega ou mesmo numa seção dela e à sua sombra”. Ali, continua o memorialista, ele tratou de dispor “um pequeno balcão onde exhibia sua figura simpática e sorridente de homem loiro, com grandes bigodes, dotado da amabilidade característica dos franceses, [oferecendo] papéis para cartas, penas, lápis e mais objetos de escritório, além de exemplares avulsos da *Illustration* e do *Monde Illustré*. Essa modesta quitanda, dirigida por Mr. Anatole Garraux, era o ovo de onde tinha de sair a grande e suntuosa Casa Garraux, que se instalou definitivamente em 1860, como filial da Livraria da Casa Imperial do Rio de Janeiro”. Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo*. Nova série. São Paulo: Saraiva, 1907-1912, v.3, p.148.

⁶²⁰ Nos primeiros catálogos, a *Livraria Acadêmica* vinha com a indicação de “Garraux, de Lailhacar & C.”, inscrita no cabeçalho da página de rosto. É provável que a sociedade não tenha se mantido na década de 1870, pois no catálogo de 1872 figura apenas referência à A. L. Garra

⁶²¹ Uma análise formal dos catálogos será apresentada na seção seguinte.

...e quanto empunha?

O primeiro exemplar publicado com sua marca foi o *Novo método de ensinar a ler e escrever composto pelo director do Prytanco Litterario*. [S. Paulo: Garraux, De Lailhacar & Cia., 1863. In-12]. Após o qual mandou imprimir o livro de Fagundes Varela, *Cantos e Phantasias*, lançado em 1865, nos formatos *in-8°* e *in-12*. E *Exposição da Doutrina Christã para uso dos fieis da diocese de S. Paulo*, por d. Antonio Joaquim de Mello, pequeno volume *in-14*, impresso em 1874.⁶²² Deve se tratar de uma reedição, pois há no *Catálogo* da livraria, de 1872, o seguinte anúncio:

“Lindissima edição impressa e encadernada em Pariz, adornada de uma finissima gravura sobre aço, representando a imagem de Nosso Senhor. **Obra adoptada pelo Conselho de Instrução Publica**. E em porção far-se-há abatimento razoável”.⁶²³

A. L. Garraux não foi o primeiro editor de Fagundes Varela, antes, publicaram-se obras suas na tipografia Imparcial, de J. R. de Azevedo Marques:

Noturnas, 1ª série, 1861, opúsculo de 31 páginas que reúne seus primeiros poemas escritos em São Paulo;

O estandarte Auriverde – Cantos sobre a questão anglo-brazileira, 1863, 24p.; e *Vozes d’América – Poesias*. O volume reúne boa parte da produção impressa nos opúsculos citados e em jornais – pois Fagundes Varela publicou regularmente nos periódicos paulistanos desde sua chegada na capital, em 1859⁶²⁴ – e algumas peças de teatro.

Porém, a edição de Garraux, de Lailhacar e Cie., de 1865, é a primeira que traz o seguinte aviso:

“Todos os direitos de propriedade são reservados”.

O autor vendera a A. L. Garraux os direitos de publicação de sua obra, segundo registro lavrado no 1º Tabelião de Notas de São Paulo, nas condições seguintes:

“Escriptura de vendas que faz Luiz Nicolau Fagundes Varella a Garraux de Lailhacar e Companhia da propriedade de sua obra manuscrita – Cantos e Phantasias – pelo preço de

⁶²² Os livros eram impressos em Paris e depositados na Bibliothèque nationale de France, seguindo a legislação do *dépôt legal* vigente neste país. Fato que possibilitou a identificação e o reconhecimento destes livros.

⁶²³ *Livraria Acadêmica* de A. L. Garraux. *Catálogo em linguas Portuguezza e Franceza*, 1872. [Informe publicitário]. Note-se que também nesta obra há alusão ao Conselho de Instrução Pública [grifos meus].

⁶²⁴ cf. Edgard Cavalheiro, *Fagundes Varela*. São Paulo: Martins, s.d.e.

duzentos e vinte e cinco mil reis por tempo de seis annos, com as condições que abaixo se declara [...]”.

Artigo Segundo: ésta venda é feita somente por tempo de seis annos a contar da data d’esta escriptura, e durante esse tempo o vendedor [licia se, o autor] não poderá fazer imprimir por sua conta a mesma obra ainda mesmo com outro titulo ou com quaesquer addicções, e muito menos poderá negociá-la de qualquer modo com outras pessoas sob a pena do artigo duzentos e sessenta e quatro paragrapho segundo do Codigo Criminal.⁶²⁵ Esta prohibição comprehende tambem de não poder o vendedor incluir esta Obra durante o prazo deste contracto, em qualquer edição de suas Obras Completas.

Artigo Terceiro: Os compradores, se o quizerem, poderão rubricar com sua firma todos os exemplares das edições que tirarem.

Artigo Quarto: Este contracto poderá ser traspassado pelos compradores, a quem lhes convier.

Artigo Quinto: Os compradores ficam com o direito de persigurem, como si fora o proprio vendedor, a terceiros que imprimirem sem sua authorização a obra vendida durante o prazo d’este contracto. Esta condição abrange a todos aquelles terceiros que, sem dita authorização, publicarem e venderam as edições contrafeitas.

E pelos compradores foi dito que acceitavão esta escriptura com todos os seus artigos [...]

São Paulo, seis de dezembro de mil oitocentos e sessenta e quatro”.⁶²⁶

⁶²⁵ Além do artigo 264, que proibia a publicação de obras de outrem, o *Código Criminal* previa a pena sobre a seguinte atividade: “Título III – Capítulo I – Dos crimes contra a propriedade – Furto. Art. 261: Imprimir, gravar, lithographar ou introduzir quaesquer escriptos ou estampas, que tiverem sido feitos, compostos ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto eles viverem, e dez annos depois de sua morte, si deixarem herdeiros:

Perda de todos os exemplares para o autor ou traductor ou seus herdeiros, ou na falta delles, do seu valor dos exemplares.

Si os escriptos ou estampas pertencerem a corporações, a prohibição de imprimir, gravar, lithographar ou introduzir, durará somente por espaço de dez annos”. *Código Criminal do Imperio do Brazil...op. cit.*, pp.276-277.

⁶²⁶ Certidão firmada junto ao Primeiro Tabellionato. Comarca da Capital. Tabellião Filinto Lopes. [fac-simile]. *apud.* Israel Souza Lima, *Fagundes Varela e França Junior...*, *op. cit.*, p.143.

Foto 3 - Contrato de venda de direito autoral

PRIMEIRO TABELLIONATO
COMARCA DA CAPITAL
— S. PAULO

Tabellião: *FILINTO LOPES*

TELEPHONE 2-1275 — TRA ESSA DA SE, 9

CERTIDÃO

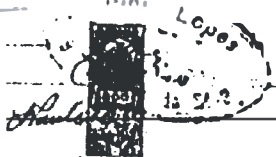
Filinto Lopes, primeiro tabellião de Notas da Capital do Estado de São Paulo,

Então a pedido verbal da pessoa interessada, que estando em meu

cartorio e livro de notas sob numero sessenta e um mil e cento e vinte e quatro verso, encontrei a escriptura do teor seguinte: "ES-
CRITURA DE VENDA que faz LUIZ NICOLAU FAGUNDES VARELLA a. Garreux de
Lailhacar & Companhia de propriedade da sua obra manuscrita - Cantos e
Phantazias - pelo preço de duzentos e vinte e cinco mil reis por tempo
de seis annos, com as condições que abaixo se declara. SAIBÃO quantos
esta Publico Instrumento de Escriptura de venda virem qua no Anno do
Reanimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sessenta
e quatro, aos seis dias do mes de Dezembro de dito anno, nesta Imperial
Cidade de São Paulo, e meu cartorio, comparecerão partes entre si jus-
tas e contratadas, de uma com vendedor Luiz Nicolau Fagundes Varella,
e de outra como compradores Garreux, de Lailhacar & Companhia, pessoas
reconhecidas de mim tabellião pelas proprias, do que dou fé; pelo vende-
dor dito Luiz Nicolau Fagundes Varella foi dito, perante as testemunhas,
abaixo nomeadas e assignadas que vendia a Garreux, de Lailhacar & Com-
panhia sua obra manuscrita denominada - Cantos e Phantasia - pelo pre-
ço de duzentos e vinte e cinco mil reis. Artigo Segundo - esta venda é
feita somente por tempo de seis annos a contar da data desta escriptura,
e durante esse tempo o vendedor não poderá fazer imprimir por sua conta
a mesma obra, ainda mesmo com outro titulo ou com quaesquer addições,
e muito menos poderá negociá-la de qualquer modo com outras pessoas sob
a pena do artigo duzentos e sessenta e quatro paragrafo segundo do Co-
digo Criminal. Esta prohibição comprehende tambem de não poder o vende-
dor incluir esta obra, durante o prazo deste contrato, em qualquer es-



edição de suas Obras Completas. Artigo Terceiro- Os compradores, si q
 quizerem, poderão rubricar com sua firma todos os exemplares das edições
 que tirarem. Artigo Quarto- Este contracto poderá ser transpassado pelos
 compradores, a quem lhes convier. Artigo Quinto- Os compradores ficão com
 o direito de perseguirem, como si fora o proprio vendedor, a terceiros
 que imprimirem sem sua authorisação a Obra vendida durante o prazo des-
 te contracto. Esta condição abrange a todos aquos terceiros que, sem
 dita authorisação, publicarem ven crem se edição com rafeitas. E pe-
 los compradores foi dito acco itavão a presente escriptura com todo
 os seus artigos. E de coco assim se cerão e o tergarão me pedirão lhes
 lavrasse a presente nesta Nota em virtude do bilhete de distribuição que
 me foi apresentado devidamente selado e é o seguinte: A Alveres. Es-
 criptura publica de venda que faz Luiz Nicou Fagundes Verella a Gar-
 raux, de Leilhaoar & Companhia da propriedade de suas Obras manuscrita -
 Contos e Phantazias - pelo preço de duzentos e vinte e cinco mil reis,
 por tempo de seis annos. São Paulo, seis de Dezembro de mil oitocentos
 e sessenta e quatro. Moreira. Numero Trinta e tres, Trezentos reis,
 Pagou trezentos reis. São Paulo, seis de Dezembro de mil oitocentos e
 sessenta e quatro. Diss Lema.- Marçal- Em consequencia de cuja distribui-
 ção e sello lavrei a presente que sendo-lhes lida accitarão e assignarão
 com as testemunhas Antonio de Araujo Lima Macedo e Francisco Fernandes
 Pereira, reconhecidos de mim Emilio José Alvares, Tabelião que a secre-
 ti. (as.) Luiz Nicolau Fagundes Verella.- Garraux, de Leilhaoar & Cie.-
 Antonio de Araujo Lima Macedo.- Francisco Fernandes Pereira. N A D A
 N A I S se continha em dita escriptura bem e fielmente extrahida na
 presente certidão e a cujo livro existente em meu poder e cartorio, me
 Reporto e dou fé. São Paulo, vinte e tres de Novembro de mil noventos
 e trinta e um. Eu, *Emilio José Alvares*, Tabelião, primario da
Alfama, a saber, com p. e. e. e. e. e.



[1.]

LUIZ N. FAGUNDES VARELLA

CANTOS E PHANTASIAS

1 vol. em-4º impresso e encadornado em Paris 5:000

A mesma obra em-8º. 4:000

Este volume, composto das mais bonitas poesias do muito conhecido e muito apreciado autor das *Vozes da America*, contém 5 livros comprehendendo as poesias seguintes :

LIVRO 1º. — Juvenilia

- 1º Lambens-te, Inah?
- 2º Era á tarlinda
- 3º Tu és a aragem perdida
- 4º Teus olhos são negros.
- 5º Não vi quantos passarinhos.
- 6º És a Sultana das brasilias terras.
- 7º Ah! quando fare a facemplo.
- 8º Saudades.
- 9º Um dia o sol poente.
- 10º A luz d'aurora.

LIVRO 2º. — Livro das sombras

A... — Scisma á noite — Sextilhas — Horas mablitas — Cantilario — Madrugada á beira do mar — Sombras — A varzea — Queixas do poeta — Resignação — Protesto — Desejo — Desenganada meia-noite.

LIVRO 3º. — Melodias do estio

spirações — O oceano — Em toda a parte — A um engratado — No ermo — Vozes no ar — Calmal — Ira de Saul — Versos soltos — Sete de Setembro — Noite saudosa.

Um bonito volume nitidamente impresso e ricamente encadornado em Paris.

Este documento consiste em raro exemplar de contrato firmado entre um livreiro-editor e um escritor instalados na cidade de São Paulo. Pois estudos recentes demonstram que a maior parte dos contratos assinados por autores expressivos de nossa literatura oitocentista se concentraram na Corte imperial. O que equivale afirmar que a primeira cidade a dar condições para a profissionalização do autor foi o Rio de Janeiro, por razões várias de ordem sócio-econômica e cultural que não serão reproduzidas neste estudo.

Mas o acordo estabelecido entre Garraux e Fagundes Varela estava longe de reproduzir os contratos firmados por seu compatriota, B. L. Garnier, na capital fluminense. Pois ao assinar este documento, automaticamente Fagundes Varela deixou de ter qualquer controle sobre a edição de seu livro por um período de seis anos. Em outros termos, A. L. Garraux adquirira o direito de editar um livro, sem limite de edição e de tiragens; não obstante, ele podia ceder, ou vender o direito de publicação a outro editor sem o aval do autor. Tudo isso pelo montante de 225\$000!⁶²⁷

Segundo Marisa Lajolo e Regina Zilberman, os contratos realizados entre B. L. Garnier e seus autores eram redigidos nos mais variados termos, tendo em vista as circunstâncias das negociações e das condições acordadas entre autor e editor. Embora houvesse situações vexatórias, em que ficava patente a exploração do profissional das letras pelo editor, as autoras observam que no mercado fluminense, dado o desenvolvimento da vida intelectual, havia espaço para mobilizações.

Estas situações não parecem se aplicar a São Paulo. Tomando por base os exemplos assinalados pelas autoras, difícil não tomar o partido de Fagundes Varela, ao observar que a

⁶²⁷ Bem diferente foi o contrato firmado, em 1858, entre B. L. Garnier e Pandiá Calógeras, pela publicação de um manual de *História Média*. Embora o editado se responsabilizasse pelo custo de produção da obra, o que porventura ainda acontece em nossos dias, o acordo era exclusivo para a primeira edição, de 2.000 exemplares (lembramos que se trata de um manual escolar) e, “em recompensa da cessão, o Sr. Garnier pagará, como com efeito paga ao sr. Calógeras, a quantia de Hum conto e seiscentos mil-réis, que lhe fica creditada em dedução da quantia de que é devedor ao Sr. Garnier”. *apud*. Marisa Lajolo; Regina Zilberman, *O preço da leitura...*, *op. cit.*, p.97.

cessão de seus manuscritos, em uma conjuntura difícil de sua vida, formalizara-se em termos inescrupulosos.⁶²⁸

Este episódio, além de revelar uma faceta ainda desconhecida das atividades de Garraux na capital paulista, sugere a fragilidade do autor no meio intelectual citadino, no qual a produção literária, conforme assinalamos em outro capítulo, confundia-se com a vida acadêmica, sem a mediação de relações profissionais que, por sua vez, já se vislumbravam na Corte.⁶²⁹ Reforça este argumento a condição de quase indigência a que se submete o autor, como dissemos, reconhecido no meio literário nacional, colaborador de jornais, dramaturgo e membro de associações literárias acadêmicas – porquanto fosse aluno da Faculdade de Direito – porém, desprovido dos meios próprios para sua sobrevivência. Tal situação vem confirmar o quanto era frágil, senão prematuro o sistema literário na São Paulo de dantes.

Não espanta o fato de Garraux ter logrado imprimir em Paris uma bela edição de *Cantos e Phantasias*.⁶³⁰ Afinal, este imigrante, como temos observado, estava muito à frente de seus pares nos negócios do livro na capital.

Segundo Raimundo de Menezes, a partir de 1876 a livraria passou por vários proprietários:

“para H. Michel, que permaneceu até 1° de fevereiro de 1883, quando, por sua vez, a transpassou à firma Fischer, Fernandes & Cia. Esses passaram na adiante, em 1° de fevereiro de 1888, a Thiollier, Fernandes & Cia. Era sócio da firma o cidadão francês Alexandre Honoré Marie Thiollier, pai do escritor René Thiollier. Da firma, retirou-se a 28

⁶²⁸ Conforme assinalamos, Fagundes Varela era um autor conhecido no meio literário. Era este seu segundo livro, sendo que o primeiro, *Vozes d'América*, havia lhe rendido críticas favoráveis nos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. cf. Edgard Cavalheiro, *Fagundes Varela, op. cit.*, pp.131-132.

⁶²⁹ “A edificação da literatura que pode ser qualificada de *nacional* não se deu sem que escritores pedissem favores aos pares, por meio da correspondência privada, e aceitassem por vezes condições vexatórias, quando da negociação de suas obras”. Marisa Lajolo; Regina Zilberman, *O preço da leitura...*, *op. cit.*, pp.118-119.

⁶³⁰ No segundo semestre de 1864, Fagundes Varela havia tomado a decisão de se transferir para a Faculdade do Recife, enquanto sua esposa, acometida pela tuberculose, ficaria na fazenda de seus pais. Um ano mais tarde “o aparecimento de seu mais elaborado livro de poemas, os *Cantos e Phantasias*, cuja luxuosa edição, impressa em Paris [foi] anunciada em grandes títulos pelo *Diário de Pernambuco* em novembro desse ano, [vindo] apenas confirmar a opinião corrente”. Frederico Pessoa de Barros, *op. cit.*, p.136. A difusão do livro no Recife era facilidade devido à presença de Lailhacar, sócio de Garraux nesta cidade.

de fevereiro de 1890 o sócio Fernandes, ficando apenas Mr. Thiollier, que ali permaneceu até 28 de fevereiro de 1896, quando passou a Casa Garraux⁶³¹ à firma Charles Hildebrand & Cia., que a explorou até 1912”.⁶³²

A data de retorno do livreiro Garraux à Paris é incerta.

É improvável que tenha se transferido em definitivo para Paris no ano de 1876, pois no dia 10 de novembro de 1883, o viajante Karl von Koseritz faz a seguinte anotação em seu diário:

“Foi um dia também muito animado no nosso hotel, pois ali se deram os casamentos das duas filhas do livreiro Garraux, e todo São Paulo foi convidado”.⁶³³

A transmissão da empresa para Henri Michel, “um antigo empregado da livraria”, como declara Raimundo de Menezes, realizou-se no âmbito familiar. Henri Michel foi muito provavelmente marido de Louise Julie, irmã de Garraux, que assinava pelo sobrenome de Michel. Lembremos que em 1902, na época da confecção do testamento, A. L. Garraux declara que sua irmã era divorciada.

Parece-nos igualmente compreensível que a livraria tenha sido transferida para Willy Fischer, ou William Fernand Gustave Fischer, seu genro, casado com a filha do meio, Henriette Aspasia Julie Garraux, tendo sido este um dos casamentos ao qual alude von Koseritz, no mesmo ano da sucessão da empresa, em 1883. O que nos leva a crer que todas estas primeiras mudanças tivessem se realizado entre familiares, por razões que infelizmente nos escapam à compreensão.

O fato é que nos anos de 1880, a figura de A. L. Garraux tornara-se célebre na sociedade paulistana. Tinha relações com acadêmicos e políticos, havia, enfim, formado sua *coterie*, como deixa entrever um memorialista:

“Essa livraria, disse-me os Dr. Z..., quando nos retirávamos, **tem exercido benéfica influência na vida dos paulistas**: pode-se mesmo afirmar que em grande parte a ela se deve os **elementos da ilustração pública**.

⁶³¹ Note-se que ela mantém o mesmo nome, tal foi a popularidade de seu fundador.

⁶³² Raimundo de Menezes, “As primeiras e mais antigas livrarias de S. Paulo”, *op. cit.*, p.198.

⁶³³ Karl von Koseritz, *Imagens do Brasil*, *op. cit.*, p.267.

— Creio que a podes denominar – **importante agência de civilização**; está a perder de vista da antiga livraria do Pândega, disse o jornalista, dirigindo-se ao Dr. Z...”⁶³⁴

Em 1898, o livreiro publicou um catálogo de livros sobre o Brasil, intitulado *Bibliographie Brésilienne*. A publicação foi alvo de críticas na resenha publicada por Miranda de Azevedo. Texto rigoroso, no qual o autor aponta lapsos de Garraux atinentes à sua pesquisa bibliográfica. Para tanto, ele se vale de trabalhos já publicados – se bem que não poupa nem mesmo a publicação monumental de Sacramento Blake – e de sua coleção particular. A resenha veio à lume na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*.⁶³⁵

Mas a intenção de Anatole Louis Garraux não parecia outra senão a de prestar homenagem ao Brasil. O que faz em tom carregado de nostalgia, pelo que se observa no “Prefácio” dedicado à “Nação brasileira”. No frontispício da obra aparece estampada, ao lado de seu nome, a seguinte inscrição: “ex-libraire à Saint-Paul (Brésil)”. Em suas palavras:

“Possa este catálogo, que eu dedico à Nação brasileira, ser positivamente acolhido por aqueles que se ocupam da América do Sul, tanto amadores, quanto colecionadores, bibliófilos, comerciantes, industriais e estudiosos! Possa ele ser útil a aqueles que se interessam por este grandioso e rico país! Estes que, juntos, devem formar uma legião, se eu julgá-los por um fato que eu mesmo constatei: nove décimos das obras aqui mencionadas não se encontram mais no mercado livreiro e muitas delas se tornaram extremamente raras”.⁶³⁶

⁶³⁴ Firmo Albuquerque Diniz [Junius], *Em São Paulo...*, *op. cit.*, p.85. [grifos meus].

⁶³⁵ *cf. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, nº 3, 1898. S. Paulo: Typographia “El Diario Español”, pp.607-616.

⁶³⁶ A. L. Garraux. « Avant-Propos ». *Bibliographie Brésilienne. Catalogue des ouvrages français et latins Relatifs au Brésil (1500-1898)*. Paris : CH. Chadenat, Libraire ; Jablonski, Vogt et Cie., 1898, p.8. Usamos a edição fac-símile, com introdução de Francisco de Assis Barbosa, “Alguns aspectos da influência francesa no Brasil (Notas em torno de Anatole Louis Garraux e da sua livraria em São Paulo)”, Rio de Janeiro: José Olympio, 1962. (Coleção Documentos Brasileiros, 100). Curiosamente, este mesmo livro teve reedição mais recente, de Amsterdam [por B. R. Grüner, 1971]. Ao folhear o volume, conclui-se que a editora se limitou a reeditar um fac-símile, sem nenhuma nota explicativa adicional.

Foto 4 - Folha de rosto da edição de *Bibliographie Bresilienne*



Fac-símile do frontispício da edição original.

Fonte: Anatole Louis Garraux, *Bibliographie Brésilienne*, op. cit.

Foto 5 - Foto de Anatole Louis Garraux



ANATOLE LOUIS GARRAUX

☆ 3/4/1833 † 26/11/1904

(Bico-de-pena de Luís Jardim segundo
litografia estampada na *Revista do
Instituto Histórico e Geográfico de São
Paulo.*)

Fonte: Anatole Louis Garraux, *Bibliographie Brésilienne*, op.

IV. 2 – CATÁLOGOS: VISÃO DE CONJUNTO

“— *Acudindo ao vosso chamado, eis-nos em S. Paulo. Somos as representantes da ‘civilização, da sciencia, das artes, e das modas européas’; esperamos que por vosso intermedio seremos favoravelmente acolhidas pelo povo paulistano.*

— *Podeis entrar, posso afiançar-vos que sereis. Há aqui uma illustrada Academia; a mocidade ama as sciencias, e a população sabe dar apreço ás modas e á todos os artefactos de gosto*”.⁶³⁷

Pelo texto acima, podemos concluir que a idéia de civilização expandira suas fronteiras. O conceito se mantivera inalterado, como deixa entrever um dicionário da época;⁶³⁸ também as referências eram as mesmas e se fortaleciam na urdidura da tradição ilustrada francesa; mas a idéia de civilização comportava novas formas materiais. Os tempos eram outros, eram novas as exigências e novos os gostos. Mas se os referenciais continuavam franceses e os livros eram ainda tidos como elemento civilizador – mesmo que à idéia de civilização se incorporassem outras mercadorias, indicativas de mudanças na cultura material da população. O que mudara, de fato? Mudaram as possibilidades.

⁶³⁷ *Cabrião*. 24 de março de 1867. Edição fac-similar. 2ª edição revista e ampliada. Introdução de Délio Freire dos Santos. São Paulo: Unesp, 2000, p.84.

⁶³⁸ Do verbete *civilisation*: “Nesse sentido, a humanidade progride da dispersão à solidariedade, da hostilidade bárbara à sociedade fraternal. Todas as condições, todos os fatores, todos os atributos da civilização nascem naturalmente desta idéia geradora. Entre estas condições, há três três que, sem necessidade, nos cansaram os ouvidos em 1848 e que são, efetivamente, essenciais e primordiais: a família, a propriedade e a religião”. M. Maurice Block, *Dictionnaire général politique. Avec la collaboration d’hommes d’État, de publicistes et d’écrivains de tout le monde, op. cit.*, t.1, p.357

Nesse aspecto, a *Casa Garraux* representou para a população paulistana, pelo menos para uma fração potencialmente consumidora, um espaço de inovação, não apenas justificadas pelas mercadorias européias anteriormente destacadas, que enchiam os olhos daqueles que fitavam as vitrinas da loja, mas também pelo sortimento de títulos que o negociante francês dispôs em seus catálogos.

A venda de livros por catálogos consiste em prática antiga, que remonta aos primórdios do comércio livreiro na Época Moderna.⁶³⁹ Naturalmente, não vamos refazer este longo percurso. Mas vale lembrar que os catálogos consistiram em preciosas fontes, não apenas para o estudo das representações e das práticas de leituras, mas para a elaboração de uma geografia do livro.⁶⁴⁰

Aliás, faz-se mister retomar este ponto, pois a firma *Garraux, De Lailhacar e Cie.* organizou uma ampla rede de vendas, tirando proveito das rotas de navegação e do comércio de cabotagem em vigor na costa brasileira. A principal atividade era a importação de livros franceses e sua distribuição nas livrarias do Recife e de São Paulo. Enquanto Garraux se fixou no burgo piratiningano, De Lailhacar montou sua livraria, na rua do Crespo, nº 9, tendo sido este um ponto de encontro da intelectualidade recifense.

Lembremos que os navios que percorriam os portos nacionais, de norte a sul, geralmente faziam escalas no Recife, em Salvador e no Rio de Janeiro, estendendo-se muitas vezes para São Paulo – de forma mais regular desde o funcionamento da *São Paulo Railway* – o que possibilitou as relações de comércio não apenas entre o Recife e São Paulo –

⁶³⁹ Henri-Jean Martin e Lucien Febvre, *op. cit.*, pp.313-354; P. Jeannin, “Les manuels de marchands: édition et diffusion”. *Revue d’histoire moderne et contemporaine*. Paris, 1998, pp.515-557. E outros estudos, como os de Fernando Guedes, Artur Anselmo e Manuela Domingues [ver Bibliografia]. Acreditava-se, de fato, que “um catálogo bem feito e oferecendo com exatidão todas as indicações úteis para se fazer conhecer um livro, é uma das melhores formas de publicidade para a venda de edições”. Congrès International des Éditeurs. *Vocabulaire Technique de l’éditeur*. Paris: Cercle de la Librairie, 1910. [verbete: catalogue].

⁶⁴⁰ A este respeito ver Capítulo III, item “Infra-estrutura”, em que tratamos do sistema de circulação interna e Capítulo IV, item “Semear ao vento”, no qual abordamos os meios de transporte e de comunicação que possibilitaram as redes de comércio no Atlântico, durante o Oitocentos.

reforçando os laços espirituais que aproximavam estas duas capitais – mas também com outras cidades portuárias do país.

Todos os catálogos apresentavam o mesmo aviso, em português e em francês:

“O Catalogo Geral será enviado gratuitamente sobre [sic] pedido, a qualquer ponto do Imperio”.

No primeiro *Catálogo* da livraria, Garraux e De Lailhacar publicam o seguinte texto de apresentação:

“O immenso desenvolvimento das letras do Imperio do Brazil devido pela maior parte ao illustre Corpo Acadêmico de S. Paulo, impuz-nós a lei de reformar a nossa livraria de maneira á pol-a ão par do progresso, e das necessidades cada vez maiores do Respeitavel Público.

Para chegar á hum resultado verdadeiramente satisfactorio, não temos poupado sacrificio algum: depois de ter visitado as principais livrarias de França, Bélgica e Portugal, temos celebrado um tractado com os principais editores destes paizes, que nos remettendo directamente e sem intermediario, os seos livros, assim nos permitem de reduzir ainda a modicidade dos nossos preços com hum notavel abatimento.

A presençia permanente em Paris, do nosso socio o Sñr. Raphael Suarez mantendo entre nós relações constantes, estamos habilitados a apresentar aos nossos freguezes as novidades notaveis sobre sciencias e artes, logo depois de sua publicação na Europa. Fiados na benevolencia do Respeitavel Publico os nossos esforços serão attendidos: o único resultado que almejamos sendo de completamente satisfazer as pessoas que se dignão honrar nos de sua confiança, esperamos que os Nossos Freguezes e em particular o Illustre Corpo Academico se servirão continuar-nos a protecção que até hoje nos tem concedidos.

[Garraux, De Lailhacar & Cie, S. Paulo, 15 de outubro de 1863]”.⁶⁴¹

No início da década de 1870, quando A. L. Garraux aparece consolidado no meio comercial citadino, a sociedade com De Lailhacar foi desfeita. Talvez porque este já se encontrasse, como Garraux, devidamente instalado no Recife e não mais precisasse da ajuda

⁶⁴¹ Livraria Garraux, De Lailhacar & Cie. Catálogo dos livros necessários para os cursos jurídicos da Academia de São Paulo. Largo da Sé, nº 1, 1864. O texto foi muito provavelmente escrito do próprio punho dos autores, fato que se observa devido aos erros que apresenta. No próximo capítulo veremos que a *Livraria* manteve por muito tempo relações comerciais com a Academia de Direito.

do sócio, pois, como vimos, as relações de amizade entre eles se mantiveram por longos anos. O domínio do mercado local lhe deu meios para estender os negócios com os livreiros-editores do Rio de Janeiro, tornando-se distribuidor das obras ali publicadas,⁶⁴² e até mesmo um concorrente na venda de edições francesas, dada a proximidade das duas capitais. Intenção declarada abertamente no catálogo de 1872:

“Aviso - As obras brasileiras editadas no Imperio são vendidas pelo mesmo preço que nas proprias casas dos editores e não são sujeitas a abatimento algum. As obras estrangeiras são vendidas por preços mais baratos que em qualquer outra livraria.

Na mesma Casa há um Catalogo geral das obras portuguezas de educação, litteratura, sciencias, artes, religião, etc., que sera enviado sobre pedido a qualquer ponto do Imperio”.⁶⁴³

O material não apresenta nenhum aviso sobre as formas de quitação dos livros, no caso de compra a distância, deixando subentendido que esta era feita na forma de depósito nas casas bancárias, o que pressupunha a existência de um sistema financeiro organizado.⁶⁴⁴ Ou seja, apenas nos centros urbanos interessava manter os negócios da livraria. Os livreiros informam que a remessa de livros pelo Correio acarretava uma “augmentação de 15% sobre os preços de Catalogo”.⁶⁴⁵

Além disso, os catálogos serviam como um regulador de preços no comércio local e em relação a outros centros. No caso de São Paulo era inevitável a concorrência com as livrarias do Rio de Janeiro, pois vimos que somente na década de 1890 houve condições para

⁶⁴² Na verdade, desde o princípio a *Livraria* negociava edições nacionais, não apenas as da *Casa Garnier*, cujo títulos aparecem com certo destaque nos *Catálogos*, demonstrando ser Garraux ainda um distribuidor das edições de seus concidadãos, mas de outras obras impressas no Rio e em São Paulo.

⁶⁴³ *Catálogo*, 1872, p.36. Seguindo o exemplo de livreiros fluminenses que publicavam anúncios de livros em São Paulo, conforme assinalamos no Capítulo 9, no tópico dedicado à questão da infraestrutura e transportes, Garraux também publicou anúncios de vendas na capital do Império, nos quais “tentava convencer os estudantes cariocas a adquirirem os seus livros em São Paulo, sem acréscimo de preço, livrando-se assim do incômodo de viajar com uma bagagem grande e pesada”. *apud*. Ubiratan Machado, *Etiquetas de livros...*, *op. cit.*, p.28.

⁶⁴⁴ Veremos no capítulo seguinte uma série de cartas de cobrança e ordens de depósito a livreiros – nacionais e estrangeiros – encaminhados à Biblioteca da Faculdade de Direito.

⁶⁴⁵ *Catálogo*, 1866, folha de rosto.

a existência de um mercado concorrencial na capital planaltina. É o que observa o bibliotecário da Faculdade de Direito, em 1860:

“Sobre as publicações periódicas, escolhi aquelas que me parecem mais uteis á se pode conseguir dos Livreiros como abatimento dos preços que pedem em seus cathologos, que ordinariamente são sempre os máximos, e elles costumam fazer sempre algum abatimento quando se lhes comprão muitas obras, como no presente cazo. Não posso deixar de submeter a V.Exa., digo, á consideração de V.Exa., que pelos preços que proponho, há Livreiros nesta cidade que se obrigão a vender á Bibliotheca todas as obras pedidas, e a servil-a com as melhores edições e encadernações, e tanto quanto eu creio que se deva preferir a compra aqui nesta cidade, não havendo mais em conta na Corte, não obstante, V.Exa. determinará o que julgar melhor.

Deus guarde a V.Exa. por muitos annos. Bibliotheca da Faculdade de Direito de S. Paulo, 1º de Abril de 1860”.⁶⁴⁶

Os catálogos também viabilizavam o conhecimento de toda uma fortuna bibliográfica, difícil de apreender em tempos tão difíceis do ponto de vista dos meios de comunicação. Um bibliotecário da Faculdade chega a protestar a exiguidade desde material no comércio citadino:

“Cidadão Sr. Dr. José Vieira de Carvalho,

Desejando enriquecer tanto quanto possível a Bibliotheca desta Faculdade com a aquisição das primeiras obras que se tem publicado sobre as materias que nella se ensinam, **e faltando-me bons dados para esse empreendimento, por serm muito poucas as livrarias e editoras que nos remetem seus cathologos**, resolvi dirigir-me á Vsa. Excelencia rogando o obsequio de enviar-me até antes de terminar o corrente mez,

⁶⁴⁶ Ao que informa, em anexo ao mesmo officio: “Tenho a honra de levar a presença de V. Exa. a factura das Obras e Publicações Periódicas compradas para esta Bibliotheca com a cota de dois contos de reis em conformidade do que V. Exa. me determinou, no contracto feito com o livreiro A. L. Garraux, o qual já se acha pago, como consta do seu recibo na factura inclusa, ficando outra de igual conteúdo archivada nesta Bibliotheca. Constando a lista das obras contratadas (?) de Obras raras e difíceis de serem encontradas, não foi possível ao dito livreiro achal-as todas não obstante tel-as mandado procurar em Portugal, e no Rio, faltando doze Obras destas, e havendo muita demora em completar a lista contratada pela dificuldade de achal-as, propuz a V. Exa. a troca destas por outras igualmente necessarias a esta Bibliotheca, pela qual ficou o contrato desempenhado, podendo as que não forão agora encontradas, ser contempladas em huma lista nova [...]O contracto feito com o livreiro A. L. Garraux foi o que melhores condições offereceu a esta Bibliotheca abatendo 10% dos preços pedidos pelos outros livreiros, servindo a bibliotheca com as melhores e mais novas edições, e boas enquadernações das Obras [...] Bibliotecário responsável: José Innocencio de Moraes Vieira”. MAFD, Livro 5.

uma lista das principais obras escriptas sobre a cadeira que V. Excia. tão sabiamente rege e que sabe não possuir esta Bibliotheca.

Ass. O Bibliothecario Joaquim de Mendonça Junior”.⁶⁴⁷

Todas as facilidades que Garraux encontrou na cidade de São Paulo – uma combinação feliz entre a ausência de um mercado concorrencial⁶⁴⁸ e o aumento do público leitor – fizeram com que sua livraria passasse a ser reconhecida como superior às do Rio de Janeiro, propaganda que certamente agradava aos paulistas, ciosos em ultrapassar a capital do Império em todas as esferas da vida urbana. É o que declara o ex-estudante Firmo de Albuquerque Diniz:

“Mais curioso porém é o outro fato: o Dr. Z... tinha lido na Gazeta de Notícias um estirado artigo de crítica, traduzido de um literato francês, sobre o poema de Victor Hugo – ‘La Piété Suprême’: ao termina-lo dizia a Gazeta que a obra estava no prelo, e dentro de dois meses haveria no Rio de Janeiro. Na noite imediata à leitura, apresentando-se o Dr. Z... à Casa Garraux para comprar um livro, o simpático e afável cidadão francês Michel, antigo empregado do estabelecimento, ofereceu o poema. O Dr. Z... comprou então um exemplar por dois mil réis, muito admirado de encontra-lo aqui, quando na corte só era esperado dentro de dois meses mais ou menos”.⁶⁴⁹

Passemos aos livros.

⁶⁴⁷ Correspondência de 22 de agosto de 1882. MAFD, Livro 18.

⁶⁴⁸ Conforme vimos no mapa das livrarias em São Paulo, a possibilidade de concorrência se vislumbrou apenas no alvorecer da República. Antes, era Garraux que atingia diretamente os outros livreiros, entre eles o proprietário da *Casa Levy*, que se especializara no comércio de partituras. Vimos dezenas de anúncios, às vezes cópias de um mesmo clichê, estampados nas páginas de *A Província de S. Paulo*, todos eles dedicados à venda de partitura. Por exemplo, este anúncio publicado na edição de 05/02/1875: “*Album dos Rouxinoes* – com 13 romances e 12 lundus brasileiros, música para piano e canto composta por J. A. Cabral. Vende-se a 5\$000 cada album, somente na Casa do Sr. Garraux, e no Hotel do Globo, rua da Imperatriz, n. 30”. O estudo citado de ce Gonçalves confirma de forma segura este aspecto do comércio da livraria.

⁶⁴⁹ Firmo Albuquerque Diniz [Junius], *Em São Paulo..., op. cit.*, p.85.

Foto 6 - Fachada da Livraria e Papelaria de A.L. Garraux e De Lailhacar (1862)



Fonte: LAGO, Pedro Correa do. *Iconografia paulistana no século XIX*. São Paulo: Metalivros, 1998.

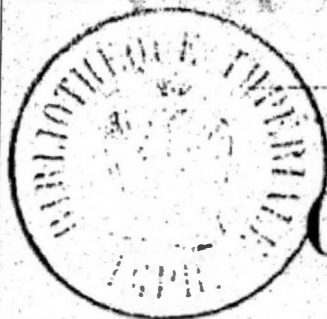
Foto 7 - Fachada da segunda Livraria Garraux (1905)



Fonte: *Imagens de São Paulo*. Gaensly no acervo da Light (1899-1925). São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia, 2001.

GARRAUX, DE LAILHACAR & C^{IE}

LIBRAIRIE FRANÇAISE



CATALOGUE

DES

**LIVRES DE JURISPRUDENCE, ECONOMIE POLITIQUE
ADMINISTRATION, RELIGION, LITTERATURE, NOUVELLES
ROMANS, JOURNAUX, ETC.**

AVIS

**Ce Catalogue est distribué gratuitement et expédié par la poste
aux personnes qui le demandent**

° 9, RUA DO CRESPO, N° 9

PERNAMBUCO

SÃO PAULO

RUA DO SAÍ, N° 1

PARIS

RUE D'HAPTEVILLE, N° 3

1866

Os catálogos de edições em português

Como escreve Laurence Hallewell, “os catálogos por ela publicados [pela *Casa Garraux*] oferecem um registro sem igual do que existia disponível para o comprador brasileiro de livros da época”.⁶⁵⁰

Ao fazer o mapeamento do *Catálogo* de 1865, o autor chega aos seguintes resultados: 189 títulos de obras de Direito; 69 livros de religião e misticismo, “a maioria deles entre um e quatro-mil réis”; o item “Educação, alphabetos, grammaticas, dictionarios, compendios de geographia, historia, geometria, arthmetica etc.” relaciona 154 livros, “aproximadamente, da mesma amplitude de preços”. A seção “Artes e officios, medicina, miscelanea”, compõe-se de quarenta e cinco livros, “de cerca de dois a quatro-mil réis”. Em “Poesias, teatro, poetas nacionaes estrangeiros”, somam-se 120 títulos, “com preços que vão até 22\$000, mas na maioria entre \$500 e 5\$000”. “Obras de litteratura, historia, novellas, romances illustrados etc. etc.” totalizam 473 títulos, dos quais, afirma o autor:

“215 são traduções: uma do italiano, uma do espanhol (*D. Quixote*), uma do alemão, nove do inglês – na maioria, de *Sir Walter Scott*, mas incluindo *Piloto*, de Fenimore Cooper – e o resto do francês. Os mais populares destes são os livros de Dumas (75 títulos), Sue (22 títulos) e Paul de Kock (21); dos demais, Soulié, Paul Feval e George Sand estão bem representados, mas Victor Hugo menos. Flaubert tem apenas *Salambo*: teria *Madame de Bovary* permanecido intraduzido devido à sua franqueza, ou era apenas rejeitado como muito deprimente para o gosto brasileiro de então? Os autores portugueses mais populares eram Castello Branco (evidentemente), Almeida Garrett e Herculano, enquanto José de Alencar e Joaquim Manoel de Macedo eram os principais entre os brasileiros”.⁶⁵¹

Os catálogos da *Livraria Acadêmica* eram impressos em Paris. Os exemplares apresentam sempre o mesmo formato, *in-8°* e seguem mais ou mesmo os mesmos critérios de distribuição dos livros em domínios temáticos. Os catálogos de edições francesas, numericamente mais significativas, podiam ser distribuídos separadamente, conforme o interesse da clientela. Ou em um único volume, como tivemos oportunidade de conferir nos

⁶⁵⁰ Laurence Hallewell, *op. cit.*, p.227.

⁶⁵¹ *idem, ibidem*, pp.227-228.

exemplares consultados na Biblioteca nacional da França. Os títulos de jornais eram organizados em catálogos especializados, sendo comum o aviso para a sua retirada ou pedido via postal junto à livraria, segundo informe afixado nos anúncios de jornais e nos próprios catálogos de livros.⁶⁵² Todos os exemplares apresentam extenso inventário das mercadorias disponíveis na loja, como podemos observar nas chamadas publicitárias reproduzidas mais adiante.

A. L. Garraux parece ter utilizado as mesmas estratégias da *Livraria Garnier* do Rio de Janeiro. A propósito, os catálogos de uma e outra casa são muito semelhantes. Porém, como a empresa de B. L. Garnier mantinha atividades regulares na área editorial, seus catálogos eram também incorporados aos livros, na forma de encarte afixado no final da edição, como tivemos oportunidade de conferir em várias de suas publicações.⁶⁵³

O catálogo seguinte, de 1866, divide-se em dois segmentos: a “Parte Portuguesa” e a “Partie Française”.

Os livros em português, que compreende a produção editorial brasileira e portuguesa totalizam 1.187 títulos. Compõe-se das seguintes seções, em ordem decrescente do número de títulos e de sua participação percentual:

⁶⁵² *Catálogo de jornaes, da livraria Garraux*. s.l.: s.ed., s.d.p.

⁶⁵³ É o que observamos no livro de J. M. Pereira da Silva, *Variedades literárias*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862 [impresso em Paris]. No final do primeiro volume, aparece encartado o “Catalogue de la Librairie de B. L. Garnier à Rio de Janeiro – Religion, Théologie, Liturgie, écriture Sainte, Piété, Droit Canon, Histoire Ecclésiastique, sermons etc., en Français et en Latin”. O encarte possui 38 páginas e todas as obras figuram com seus respectivos preços. No final do segundo volume outro catálogo, de 16 páginas, de Garnier Frères Libraires-Éditeurs. “Bibliothèque Latine-Française”. Réimpression des Classiques Latins de la Collection Panckoucke – Revus avec le plus grand soin. Format in-18 jésus; e, em seguida, o exemplar nº 3 do “Catalogue de la Librairie de B. L. Garnier – Philosophie”.

os livros são impressos em papel

Tabela 8 - Librairie Française - Garraux, de Lailhacar & Cie - 1866

PARTE PORTUGUESA	Nº de Títulos	%
Obras Literárias	528	44,5%
Livros de Educação	204	17,2%
Legislação	198	16,7%
Poesias	113	9,5%
Religião	82	6,9%
Artes e Officios	62	5,2%
TOTAL	1187	

Os textos literários em língua portuguesa comportam traduções e originais, seguindo a mesma tendência do catálogo anterior, apresentado por Hallewell. Os livros se distribuem em duas seções: “Poesias – Theatro, poetas nacionaes e estrangeiros” (113 títulos) e “Obras de Litteratura – História, Novellas, Romances Illustrados etc. etc.” (528 títulos).

Na seção de teatro e poesias, os autores nacionais e portugueses são predominantes. Há, na verdade, uma única tradução, a *Henriada* de Voltaire, “poema épico, 1 vol., in-8º, encadernado”.⁶⁵⁴ Nestes 113 títulos inventariados se apresenta ao público o repertório de autores da Academia de Direito de São Paulo. São as obras dramáticas de José de Alencar, a poética de Fagundes Varela, cujas edições foram, senão impressas, editadas na capital, livros de Bernardo Guimarães, Sizenando Nabuco, Alvares de Azevedo,⁶⁵⁵ entre outras obras reveladoras do movimento editorial das letras nacionais. Além disso, o leitor tem à sua disposição uma série de títulos ou coleções ancoradas pela crítica, sendo comum a reprodução de comentários publicados em jornais, provavelmente com o intuito de

⁶⁵⁴ *Catálogo*, 1866, p.73.

⁶⁵⁵ “Obras do Bacharel M. A. Alvares de Azevedo, precedidas de um discurso biographico, e acompanhadas de notas, pelo dr. Jacy Monteiro, terceira edição correcta e augmentada com as obras ineditas, e um appendice contendo discursos e artigos feitos por occasião da morte do autor. 3 vol. Em-8º primorosamente impressos e encadernados em Paris.....9\$000
a mesma obra, em rica encadernação dourada.....12\$000
a mesma obra, 3 vol., em 4º.....16\$000
a mesma obra, 3 vol. em 4º, ricamente encadernados.....22\$000”. A primeira edição das *Obras* de Álvares de Azevedo saiu pela Typographia Universal Laemmert, em 1855. Os mil exemplares tirados se esgotaram no período de cinco anos. As edições que se seguiram a esta foram publicadas por Garnier Irmãos. Em 1862, saíram a segunda e a terceira edições. A anunciada é a terceira. cf. Israel Souza Lima, *Adelino Fontoura e Álvares de Azevedo, op. cit.*, pp.158-161; *idem, ibidem*, 75.

familiarizar o público paulista com as publicações do momento, particularmente dos livros lançados na Corte.

Eram as obras agraciadas pela crítica as mais caras, cujos preços variavam entre seis e oito mil-réis para um volume simples, enquanto os valores dos demais exemplares custavam de dois a cinco mil-réis. Além das *Obras completas* de Álvares de Azevedo, que constitui verdadeira exceção no conjunto, as edições que apresentavam valores entre seis e oito mil-réis eram as de Gonçalves de Magalhães, Tomás Antonio Gonzaga e Silva Alvarenga. Os autores mais populares, ou pelo menos aqueles que tinham os livros mais baratos no mercado eram Joaquim Manuel de Macedo,⁶⁵⁶ Machado de Assis, Rodrigo Octavio e Sizenando Nabuco.⁶⁵⁷ Por menos do que isso, apenas o drama de Lopes de Mendonça, *A corte de Philippe VI*, “imitação do verso espanhol”, por 800 réis.

A seção de “Obras de Litteratura – História, Romances Ilustrados etc. etc.”, como indica o subtítulo, compõe a parte mais amplamente representada e também a mais heterogênea. Houve sensível acréscimo dos livros anunciados em relação ao catálogo anterior, de 473 títulos para 528. Como no exemplar de 1865, neste as obras em português concorrem em igualdade numérica com as traduções do francês. Mas ao contrário do quadro apresentado pelo autor de *O livro no Brasil*, a participação de traduções a partir de outros idiomas, do inglês, do alemão, do italiano e do espanhol é praticamente inexpressiva.⁶⁵⁸

Difícil apreender esta seção em um só olhar. Ao lado das obras propriamente literárias, nota-se a inclusão de títulos de gêneros diversos, entre almanaques, biografias e, principalmente, obras históricas. Edições de Robert Southey⁶⁵⁹ e Cesare Cantu⁶⁶⁰ habitam a

⁶⁵⁶ Joaquim Manuel de Macedo é o que apresenta maior variedade editorial de suas peças. A edição completa, em 3 volumes, *in-8*, “nitidamente impressos e encadernados”, saía a 9\$000. O primeiro volume se vendia separadamente, em brochura. Outras peças eram vendidas a 1\$500, sendo que *Novo Othelo* saía a \$500, sendo este o único exemplar neste valor.

⁶⁵⁷ Por um mil-réis: José de Alencar, *Verso e reverso* – comédia em 2 actos. Segunda edição revista pelo autor. 1 vol. brochado; Sizenando Nabuco, *O cynico*, comédia-drama em 3 actos, original brasileiro, 1 vol., *in-12*, brochado; Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes, 1 vol., *in-8*; Machado de Assis, *Theatro*. Pouquíssimos exemplares, considerando uma amostra de 113 títulos.

⁶⁵⁸ Somente o *Catálogo* de 1872 apresenta vultoso repertório de obras estrangeiras.

⁶⁵⁹ “Robert Southey, *Historia do Brasil*, traduzida do inglez [...] pelo dr. Joaquim de Oliveira e Castro, e anotada pelo conego dr. J. C. Fernandes Pinheiro, em 6 magníficos volumes primorosamente

mesma seção de textos traduzidos de Alexandre Dumas, Paulo de Kock, Chateaubriand e Eugenio Sue, para citar alguns dos autores mais freqüentes, entre as traduções.

O exemplar revela um traço importante a ser notado sobre a edição nacional. Não há distinção de títulos por domínios temáticos nas áreas de História, Geografia, Religião, Filosofia e Matemática. Além da inclusão de obras históricas na seção literária, estas aparecem igualmente elencadas, ao lado das demais áreas do conhecimento científico, na seção de livros de “Educação”. Donde podemos concluir, sem prejuízo para as histórias do livro no Brasil, que a edição nacional, nesse período, encontrava-se fortemente concentrada nos títulos de belas-letas, começando a se destacar na área de educação e demonstrando certo equilíbrio na produção de livros jurídicos, área em desenvolvimento devido à passagem de pelo menos duas gerações formadas no país. Mas os títulos científicos – de humanidades e de ciências exatas – estes ficavam à mercê dos currículos escolares e das traduções.

Não por acaso, a seção de manuais escolares é a segunda numericamente mais expressiva do catálogo. Ao lado desta, e, em certo sentido, complementando-a, a de livros religiosos.

A seção de obras religiosas apresenta um aspecto curioso e que merece maior atenção por parte dos historiadores da cultura: há um domínio de livros de devoção, dedicados de modo geral às senhoras e às crianças, nos mesmos moldes dos títulos

impressos e encadernados em Paris36\$000”. Foi editado pela Garnier. O anúncio vem acompanhado por extenso comentário publicado no Correio Mercantil à época da publicação. *ibidem*, p.98.

⁶⁶⁰ A obra de Cesare Cantu, cujos grossos volumes podemos cotejar em muitos sebos da cidade, confirmando sua ampla circulação no curso de um século, aparece anunciada na parte francesa, com um pequeno anúncio esclarecedor de sua recepção no meio literário francês e da própria concepção de história defendida pelo autor: “Cantu. *Histoire universelle*. 3e. édition française, traduite sur la 8e. édition italienne, par M. Iacombr, sous les yeux de l’auteur. 19 vol. in-4°. “A história universal do senhor Cantu tem o mérito de ter sido concebida sobre um plano totalmente novo. No lugar de passar em revista os diferentes povos, um após o outro, sistema que provoca necessariamente as perpétuas reiterações, ele faz progredir num só passo o gênero humano na sua totalidade, e põe aos nossos olhos o conjunto de suas vicissitudes e de seus progressos. Ele não tem como parâmetro as guerras e as revoluções, que por elas mesmas não são senão manifestações incompletas daquilo que as nações guardam no seu seio, tanto em termos de energia, como de fraquezas, de alegria ou de miséria; ele penetra na vida interior de cada uma delas; ele estuda os hábitos, a legislação, a literatura, as crenças, as opiniões, e ele nos mostra por detrás dos reis e dos heróis a massa imperceptível daqueles que trabalham, sofrem e esperam”. *ibidem*, p.425.

circulantes na época colonial, como assinala o estudo de Leila Mezan Algranti.⁶⁶¹ Porém – daí o aspecto curioso ao qual nos referimos – a maior parte destes exemplares são em versão ilustrada.

Observamos em “A fortuna dos livros”, que a população planaltina da primeira metade do século guardava o hábito de colecionar imagens de heróis literários e de santos. Desnecessário dizer que estas imagens impressas em livros, ou mesmo soltas, convidavam à leitura, ou pelo menos a uma forma de leitura que não passa necessariamente pelo crivo da cultura letrada. De acordo com os estudos pautados nos objetos domésticos da população urbana no Oitocentos, estas imagens integraram o mobiliário familiar, nas diferentes camadas da sociedade, durante todo o século XIX.⁶⁶² Ninguém duvida da importância de tais obras para a formação intelectual e espiritual das pessoas, o que sugere uma feliz conciliação entre os progressos técnicos na área de impressão – em especial a litografia – e a resistência da tradição literária de cunho religioso. É o que vemos neste anúncio:

“SESSENTA ESTAMPAS COLORIDAS – HISTORIA SAGRADA PITORESCA, ou o Livro das famílias religiosas, para a sua instrução e edificação. Obras inteiramente nova, constando de magníficos quadros coloridos em formato grande, representando os factos mais notáveis da Escripura Sagrada. Comprehende dous volumes, contendo uma parte o Antigo Testamento em trinta quadros, e a Segunda parte o Novo Testamento em outros

⁶⁶¹ Segundo a autora, a alta incidência de pedidos de liberação de obras religiosas junto à Mesa do Desembargo do Paço, no período de 1808 a 1821, “pode tanto indicar que chegavam em maiores quantidades a fim de atender à tradicional demanda de livros religiosos no mercado livreiro americano – a qual ainda se mantinha – quanto sugerir que talvez os comerciantes se pautassem por padrões de períodos anteriores, já que ignoramos se os livros destinados à venda foram de fato vendidos. De qualquer forma, fica claro que, potencialmente, os leitores visados nesse segmento não eram apenas os indivíduos ligados à Igreja, pois a maior parte dessas obras era escrita para todo e qualquer católico, a fim de ajudar em suas devoções particulares, nas orações e no acompanhamento dos ofícios”. Nesse período de atividade de Garraux, aos livros da tradição, como sugere a autora, some-se o cuidado em anunciar os títulos religiosos recomendados pelo conselho de Instrução Pública. Leila Mezan Algranti, *Livros de devoção...*, *op. cit.*, p.193.

⁶⁶² Vale notar que nas fichas organizadas por Emami Silva Bruno, as referências a livros ou a estantes de livros são mais raras, ficando claro que elas se fazem representar somente nas moradias abastadas. Ao contrário, as imagens estão em todos os meios familiares, fazendo-se representar em diferentes camadas sociais. Um exemplo colhido pelo historiador: “Sobre a cômoda, havia muito tempo, tinha uma estampa litográfica e colorida de Nossa Senhora dos Remédios e rezava-lhe todas as noites [...] Manuel assentou-se pesadamente numa cadeira, junto dela [...]. São Luís, MA, 1881. Aluísio Azevedo, *O mulato*, p.40”. *Equipamentos, usos e costumes da Casa Brasileira*. Fichário Emami Silva Bruno. Objetos. Marlene Milan Acayaba (Coordenação geral). São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p.127.

trinta quadros com texto explicativo. Cada volume encadernado em uma elegante capa impressa em cores.

Preço da obra completa em 4 vol. com 60 estampas coloridas.....14\$000”.⁶⁶³

A seção de obras religiosas não apresenta número significativo de traduções. Por outro lado, não parece interessar ao livreiro e, por extensão, ao público, a leitura de textos em língua estrangeira, tendência contrária à dos leitores de obras jurídicas e de literatura. Dos 82 títulos de obras morais, místicas, de oração e de devoção, há dez traduções do francês, entre textos antigos, como os comentários morais do abade Fleury, em circulação desde o período colonial,⁶⁶⁴ aos autores do momento, por exemplo, Ernest Renan (1823-1896), e sua *Vida de Jesus* [1 vol., em 4º, encadernado]. Dos textos latinos, tão comuns nas livrarias religiosas coloniais, como pudemos observar no estudo dos acervos que formaram a Biblioteca Pública da cidade, existem apenas dois títulos.

Parte significativa dos livros de religião, de devoção e de educação moral indica parecer favorável do “conselho de Instrução Pública”, corroborando a idéia de que, efetivamente, os referenciais religiosos não foram de todo demovidos da superestrutura.

Nos “Livros de educação – alphabetos, grammaticas, dictionarios, compendios de Geographia, Historia, Geometria, Arithmetica etc. etc.”, estas aproximações entre a Igreja e a Escola se confirmam. Entre as obras históricas, inclui-se o seguinte anúncio:

“HISTORIA SAGRADA ILLUSTRADA, para o uso da infancia, seguida de um appendice, contendo: 1º uma relação analytica dos livros do Antigo e Novo Testamento; - 2º uma tabela chronologica dos principaes acontecimentos; - 3º um vocabulario geographico explicativo dos nomes dos povos e paizes mencionados na mesma historia, Composta pelo conego dr. J. C. Fernandes Pinheiro. 1 vol. em 8º2\$000

A mesma obra, ricamente encadernada.....3\$000”.⁶⁶⁵

⁶⁶³ *Catálogo*, 1866, p.36.

⁶⁶⁴ “O catecismo histórico de Fleury era obra recomendada desde a década de trinta pelas autoridades educacionais e a partir de 1883 ele constou no Catálogo da firma Alves e Cia.”. Circe M. F. Bittencourt, *Livro didático e conhecimento histórico, op. cit.*, p.159.

⁶⁶⁵ *Catálogo*, 1866, p.49.

Os livros de moral religiosa, eloquência sagrada e histórias de santos somam 11 títulos nesta seção.

Os alfabetos, que compreendem métodos para aprender a ler e a escrever, manuais de ortografia e cartilhas, perfazem 10 títulos.

As gramáticas são mais numerosas (28 títulos), pois neste item existem tanto os compêndios de Língua Portuguesa, quanto gramáticas de estudos de língua estrangeira, sendo que as de francês figuram em maior número. Os métodos de estudos de línguas estrangeiras aparecem com certo destaque. Ao todo, são 12 títulos. Embora exista o predomínio do francês, a livraria dispõe de métodos de estudos de inglês, italiano, espanhol e latim.

Embora pouco numerosos, os títulos latinos estão presentes entre os livros de leituras destinados às meninas e aos meninos. São eles: *Selecta Latina*, do padre M. S. L. Gama, “para leitura e analyse grammatical nas escolas de instrução elementar”;⁶⁶⁶ Hotatii (Quintii Flacii), *Carmina expurgata*, 2 vol.⁶⁶⁷ Horacio, *Odes*, “traduzidas por Joaquim José da Costa e Sá, com o texto latino ao lado, acompanhadas de observações críticas e de notas philologicas e grammaticas. 3 vol. em 8°”.⁶⁶⁸

Em “leituras” não há grandes dissenções em relação ao repertório apresentado nos inventários das bibliotecas analisadas nos primeiros capítulos, que correspondem *grosso modo*, aos acervos formados no final do Setecentos. Figuram na listagem as *Aventuras* de Telemaco, em versões traduzidas ou adaptadas, as *Fábulas* de Esopo e de La Fontaine, em textos integrais traduzidos ou adaptados, ao lado de outras histórias com o fim de despertar nos meninos e nas meninas “o gosto da leitura”,⁶⁶⁹ como indica um dos títulos anunciados. Ou, ainda, coletâneas de

⁶⁶⁶ *idem, ibidem*, p.48.

⁶⁶⁷ *ibidem*, p.49.

⁶⁶⁸ *ibidem*, p.49.

⁶⁶⁹ *ibidem*, p.39.

“prosas extrahidas dos melhores autores francezes e portuguezes, como Fénelon, Lesage, Florian, Berquin, João de Barros, Freire de Andrade, etc. etc., precedida de uma escolha de anedotas, bons ditos e pensamentos diversos. Em francez e em português”.⁶⁷⁰

Nem todos os volumes aparecem com seus respectivos preços indicados, mas a maioria dos livros de leituras custava entre mil e dois mil-réis. Geralmente as edições de literatura apresentavam ilustrações. Ao todo, são 49 títulos anunciados.

Há na listagem 19 dicionários, sejam eles históricos, geográficos, de língua portuguesa e de língua estrangeira. Também neste caso a parte mais volumosa é a de dicionários da língua francesa.

São 26 títulos de Matemática, distribuídos em Álgebra, Aritmética e Geometria.

Os manuais de Filosofia apresentam 7 títulos listados: encontramos os compêndios de frei de Montalverne e de Genuense, o primeiro, frade franciscano, foi professor de Filosofia e Lógica no convento, orador respeitável na Corte de d. João VI. Seu compêndio foi publicado postumamente.⁶⁷¹ A propósito do segundo compêndio de Filosofia, escreve Cruz Costa: “pouco a pouco, porém, foram os compêndios ‘modernos’ – especialmente o de Genuense – os que se impuseram, pois eram indicados pela direção oficial do ensino”.⁶⁷²

Os manuais de Geografia compreendem principalmente coleções de mapas, do Brasil e da Europa. O *Dicionário* do geógrafo veneziano Adrien Balbi (1782-1848) ainda circulava no mercado, pelo menos no catálogo de Garraux. A seção geográfica soma 13 títulos.

Depois de literatura, as obras históricas constituem o conjunto numericamente melhor representado na seção de manuais escolares. São 27 títulos, divididos em Biografias

⁶⁷⁰ Há até mesmo uma adaptação de Daniel Defoe, um *Robinson de doze anos*, “Historia de um jovem grumete abandonado n’uma ilha deserta. 2 vol. em 8° ecademados em um”. E, por fim, uma edição do Padre Vieira, *Cartas selectas*, “precedidas de sua vida, e seguidas de um indic analytic dos assumptos e materias; offerecidas á mocidade portugueza e brasileira, cujos paizes illustrou com suas acções, e a quem deixou admiraveis exemplos a imitar; ordenadas e correctas por J. I. Roquette. 1 vol. em 8°, omado com retrato de Vieira”. *ibidem*, p.42; p.55 e p.58.

⁶⁷¹ Sobre a presença de frei de Mont’Alverne no meio intelectual paulista, Capítulo 1.

⁶⁷² João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, *op. cit.*, p.72.

(3), História do Brasil (2), História Geral ou Universal (16), História da América (2),⁶⁷³ História Natural (1), História Regional (1) e Mitologia (2).⁶⁷⁴

A proporção de títulos de História do Brasil para os de História Geral, de 1 para 5, reflete bem o estágio de letargia da produção histórica nacional. Bastando observar que entre os manuais anunciados há um repertório bem estreito de autores e títulos que versam sobre o Brasil: *Compendio de História do Brasil*, por General Abreu e Lima, 1 volume, em 8°; *Épitome da História do Brasil*, desde o seu descobrimento até 1857, por José Pedro Xavier Pinheiro, 1 vol. em 8°. Este quadro corrobora a tese de Circe M. F. Bittencourt sobre o caráter tardio das edições de manuais escolares de História do Brasil.⁶⁷⁵

Por sua vez, os livros de História Geral formam significativo conjunto de traduções,⁶⁷⁶ adaptações, ou obras de síntese feitas sob encomenda. Este é o caso do *Compendio da História da Idade de Média*, de J. B. Calógeras:

“Edição ornada de um grande e magnifico mappa da invasão dos barbaros, e de quadros synchronicos [...] obra adoptada pelo Conselho de Instrucção Publica, com approvação do governo Imperial. 2 vol. em-8° encadernados.....8\$000”.⁶⁷⁷

É bem provável que a edição encomendada a Calógeras pelo editor B. L. Garnier viesse concorrer com outra adotada no Imperial Collegio de Pedro II, assinada por Justiniano

⁶⁷³ Na verdade, são duas edições diferentes de um mesmo livro: *Resumo da história da América*, de Camillo Trinocq, uma edição *in-18°* e outra *in-8°*.

⁶⁷⁴ Duas edições do mesmo título, também de Camilo Trinocq.

⁶⁷⁵ Analisando os currículos do Colégio Pedro II, de 1855 a 1878, a autora mostra o domínio da História européia (Antiga, Medieval e Moderna), com a entrada de História Contemporânea a partir de 1878. Apenas nos currículos de 1862 e 1878 o Brasil – História e Corografia – foi incorporado nos estudos do 7° ano. Circe M. F. Bittencourt, *Livro didático e conhecimento histórico*, *op. cit.*, pp.140-141.

⁶⁷⁶ Por exemplo: “*Compendio de historia universal*, por Victor Duruy, ministro da Instrução Pública de França e ex-professor de história no Lyceo Napoleão; traduzido pelo padre Francisco Bernardino de Souza, professor no Imperial Collegio de Pedro II. 1 vol., em 8°.....3\$000”. *Catálogo*, 1866, p.44. Segundo Circe M. F. Bittencourt a “obra de Duruy permaneceu como modelo” durante muito tempo. *ibidem*, p.179.

⁶⁷⁷ O compêndio de Calógeras é apresentado por um longo texto, no qual o autor [não identificado] demonstra todo seu apreço pelo período medieval, classificando-o como “o mais importante da história por ser n’elle que apparecerão os povos que podemos considerar como progenitores dos que hoje capitaneão a civilização”. *Catálogo*, 1866, p.43. O livro foi editado por B. L. Garnier, em 1858, conforme contrato citado.

José da Rocha.⁶⁷⁸ O autor era responsável por outros dois compêndios usados na mesma instituição, um de História Antiga geral e outro de história grega. Livros vendidos a três mil-réis, portanto, bem mais baratos do que a edição da Garnier.

Estes volumes resolviam uma dificuldade antiga, que era a do acesso aos livros de História Geral em português. É o que declara o autor desta sinopse que acompanha o anúncio do livro de Calógeras:

“a aquisição de semelhantes obras, escriptas todas em linguas estranhas [ficando] a juventude privada do fio condutor para penetrar em tal labyrintho. Conhecendo esta deficiencia, incumbio-se o sr. J. B. Calogeras de suppri-la, organizando um compendio, onde a par de solida erudição espargida em paginas de brilhante colorido, depara-se com a clareza e ordem indispensaveis nos livros elementares. Para que melhor comprehendida fosse a exposição que fazia, enriqueceu o seu compendio com quadros synopticos que n’um relance d’olhos despertão as reminiscencias e fortificão a memoria. Recommendamos esta obra aos estudiosos de historia”.⁶⁷⁹

Esforços isolados para suprir a necessidade de compêndios de história geral em português foram verificados em São Paulo, antes mesmo da organização de um sistema editorial. O professor do Curso Anexo, Julius Frank, organizara o compêndio de História Universal, que foi impresso na cidade, em 1838. Nos anos de 1850, consta que na longínqua Santo Amaro o poeta e dramaturgo Paulo Eiró iniciou, aos 12 anos, uma colaboração com seu pai, professor da escola pública local. Eram as “Tábuas Cronológicas” elaboradas com o auxílio de livros tradicionais, na maior parte edições setecentistas, em francês:

“tiradas do *Dicionário Histórico* de Chaudon & Delandine e traduzidas por Francisco Antonio das Chagas [pai de Paulo Eiró] e seguidas de um *Appendix* tirado da *Arte de verificar as datas*, *Histoire d’Irlande*, *Histoire de Danemark*, *Histoire de Norvège*, Bouillet, Lebas, Rollin, *Biographie Universelle* etc. etc., por P.F.S.C (Paulo Emílio Francisco de Salles Chagas), filho de F.A.C., Santo Amaro e São Paulo, 1848, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854”.⁶⁸⁰

⁶⁷⁸ Justiniano José da Rocha, *Compêndio de História Universal – História Antiga*. Rio de Janeiro: Typographia do Regenerador de Justiniano J. da Rocha, 1860. *apud*. Circe M. F. Bittencourt, *ibidem*, p.179.

⁶⁷⁹ *Catálogo*, 1866, p.43.

⁶⁸⁰ O biógrafo acrescenta a seguinte informação: “Este título é escripto com letra de Paulo Eiró, que, como se vê, adoptava então o nome de Paulo Francisco de Salles Chagas, primeiro que usou, seguido de Paulo Francisco de Salles, Paulo Emilio de Salles, Paulo Emilio de Salles Eiró e, finalmente, Paulo

/ A preferência por referenciais franceses criava outro embaraço para o público paulistano, o da dificuldade de aquisição de títulos importados nas antigas e precárias livrarias da capital. Mesmo após a instalação da *Livraria Garraux* este problema não parecia de todo resolvido, pelo menos para este professor de História e Geografia do Curso Anexo, que apresenta ao diretor da Faculdade um extenso inventário de seus dissabores no mercado livreiro da capital:

“Tive a honra de receber a Portaria de Vsa. Exa. de 2 do corrente mez em que me ordena para bem do serviço público eu remetta á V. Exa. a lista dos Compendios de que uso em minha aula, pelo que tenho a declarar que em Geographia o compendio é o do Senador Pe. Tomaz Pompeo de Souza Brazil – última edição. Esta obra deficiente e com muitos erros, está não obstante servindo já porque o Governo Imperial a havia adoptado no Imperial Collegio D. Pedro 2º e **já por não haver a venda nas livrarias desta cidade o compendio de Houze [Hoerze?], obra grande, que é notavelmente superior a esse e outros compendios entre nós conhecidos**, apesar de ser livro escripto há muitos annos, e por tanto não conter os recentes descobrimentos e as últimas alterações na Geographia Política de alguns Estados.

Em História foi o do inaugurador da aula Julius Frank, escripto em Portuguez. Tendo porém se esgotado os exemplares á venda, está servindo o compendio conhecido entre os Estudantes pelo nome de Bacharelado de que é editor Desobry, escripto em desenvolvimento ás theses de Historia Universal dada pelo Governo do Imperador na França Napoleão 3º, afim de ser aceita a obra que melhor satisfizesse o programma. Este livro tenho visto sob varios títulos. Os exemplares de que me sirvo são em três volumes escriptos “Par un professeur d’Histoire de l’Academie de Paris, Docteur es Lettres” e se intitulão: o 1º Cours d’études pour la section de lettres, rédigé conformement aux programmes pour l’examen du Baccalauréat es lettres du 3 aout 1857; Histoire ancienne; o 2º Manuel d’études pour la préparation au Baccalauréat es lettres, rédigé conformement au programme du 5 septembre 1857. Histoire du Moyen Age. O 3º Précis d’Histoire Universelle d’après les nouveaux programmes. Histoire des temps modernes. Igualmente adoptado no Imperial Collegio D. Pedro II, si em falta de melhor se acha aceito; por quanto é aliás resumido para ser compendio, e nem desenvolvido como cumpre que o seja o Expositor. O livro de M. Desdevise du Desert [sic], professor de

Eiró”. Affonso Schimidt. *A vida de Paulo Eiró*. Seguida de uma collectanea inédita de suas poesias. Organizada, prefaciada e anotada por José A. Gonsalves. Illustrações de Wash Rodrigues. São Paulo: CEN, 1940, p.83. Vale notar que muitos dos títulos assinalados na citação coincidem com os do inventário da livraria de d. Mateus de Abreu Pereira.

História no Liceu Imperial de Tours, que se intitula *Programme d'Histoire Universelle d'après le plan d'études* **lhe é superior para compendio, mas entre nós não o há a venda.**

[Deos guarde a V. Exa. São Paulo, 10 de setembro de 1867. Illmo. e Exmo. Snr. Cons. Vicente Pires da Motta. Director da Faculdade de Direito. O professor de História e Geografia Diogo de Mendonça Pinto]'.⁶⁸¹

A parte de edições em português no *Catálogo* de 1872 é bem mais modesta. Isso não significa que o livreiro tivesse deixado em segundo plano o comércio de livros portugueses e brasileiros, sobretudo os últimos, pois, como ele anuncia no documento acima citado, “as obras brasileiras editadas no Imperio são vendidas pelo mesmo preço que nas proprias casas dos e não são sujeitas a abatimento algum”.⁶⁸²

Mas o exemplar de que dispomos, relativo ao ano de 1872,⁶⁸³ não apresenta nenhum desses livros. Apenas um repertório muito acanhado de edições do gênero: no primeiro volume, uma seção de “obras diversas recomendadas aos nossos leitores”, cujo título se nos apresenta originalmente em francês, compõe-se de 29 títulos; e, no segundo, um apêndice com obras de Legislação em português, que reúne obras de Jurisprudência, Direito Pátrio,

⁶⁸¹ MAFD, *Correspondências diversas*, 1844b [grifos meus]. Curiosa a última observação, pois no *Catálogo* de 1866, ou seja, um ano antes de emitida esta carta pelo professor, encontramos o seguinte anúncio: Desdevides du Dezert. *Programme d'Histoire Universelle, d'après le plan d'études*, 1 fort vol. in-8°. E, em seguida, um comentário da obra, em francês, que justifica o juízo feito pelo professor: “Escrever um verdadeiro programa, suficientemente curto para não dispersar a atenção dos alunos e, no entanto, suficientemente completo para satisfazê-los em todos os exames, que se possa apresentá-lo num só volume, com uma impressão cuidadosa e um formato cômodo, que contenha a totalidade das matérias ensinadas, e que responda, num mesmo golpe, as necessidades de todas as classes, eis o objetivo do autor. Seu trabalho, fruto de uma longa experiência nos liceus, foi totalmente elaborado por ele, sem nenhuma colagem; trata-se de um livro, não de uma compilação. Os princípios sobre os quais a sociedade repousa são totalmente respeitados neste livro, sendo para os jovens dos estabelecimentos primários e secundários o guia mais claro e mais completo”. *Catálogo*, 1866, p.425.

⁶⁸² Além disso, neste mesmo *Catálogo* o livreiro faz uma ressalva para o público escolar, o que subentende a venda preferencial de títulos em português: “A *Casa Garraux* está habilitada a receber em todos os collegios, estabelecimentos publicos, repartições etc., com as condições as mais vantajosas possíveis e com preços mais baratos do que em qualquer outra parte”. *Catálogo*, 1872, verso da folha de rosto. O interesse no público escolar se expressa igualmente nos anúncios publicados em jornais, como este que ora citamos: “Publicação – Recebemos um exemplar das *Lições de Geographia e Cosmographia* pelo sr. L. H. Canezza, obra redigida segundo o último programa da Instrução Pública para os exames n'essa materia. É um livrinho dedicado essencialmente às escolas, e está no caso de fornecer à mocidade estudiosa muitas noções da geographia mathematica, physica e política. A aceitação que tem recebido é muito lisonjeira, pois que vae já na 2ª. edição. Acha-se à venda na Livraria Garraux, nesta capital”. *A Província de S. Paulo*, 10/09/1875, folha 3.

⁶⁸³ Tomamos como base a data de entrada na Bibliothèqu nationale de France, à época, Bibliothèqu Impériale.

Estrangeiro, Economia Política, Direito Commercial, Penal e Criminal, Civil, Público, Eclesiástico, Natural, Finanças, Direito Administrativo e Prática. Ao todo, a seção soma 297 títulos, quase cem a mais do que o exemplar de 1866, com algum acento para edições recentes e brasileiras, mas nada digo de nota, sobretudo quando comparamos estes exemplares de edições em português com a parte francesa.

A seção de “obras diversas...”, como o título indica, conforma uma amostragem muito heterogênea, dificultando a compreensão dos critérios adotados pelo livreiro para a seleção das obras. Seriam as últimas edições saídas no mercado? As mais procuradas? As que receberam maior atenção da crítica? Muito provavelmente a listagem revela uma combinação de todas estas possibilidades.

Todavia, o conjunto apresentado permite uma primeira tipologia da relação entre preço e gênero literário e a constatação de que a *Livraria* não se rendia a edições a preços populares, sempre partindo de um valor mínimo de mil-réis, como se costumava afirmar na época.⁶⁸⁴ A propósito, os únicos que apresentam maiores discrepâncias entre o exemplar mais barato e o mais caro são os de História e Religião. No primeiro caso, a obra de Robert Southey, em “6 magníficos volumes – com rica encadernação dourada”, eleva a média dos livros de História. E, no segundo caso, o título *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*, de d. Sebastião da Vide supervaloriza o gênero religioso. O resultado, contudo, nos deixa longe das edições de um mil-réis, constatação a qual havíamos chegado ao observar a seção referente às poesias em edições portuguesas e brasileiras. Voltaremos a esta questão em outra

⁶⁸⁴ “Obras diversas recomendadas aos nossos leitores” – *Catálogo*, 1872:

Domínio	Gênero	Nº de títulos	Nº de volumes	Preço menor	Preço maior	Média
Literatura	Prosa	6	11	2\$000	7\$000	3\$636
	Poesia	3	3	3\$000	4\$000	3\$333
Direito		7	8	\$640	9\$000	4\$830
História	Geral					
	Brasil	3	5	3\$000	48\$000	27\$800
Religioso		3	4	1\$000	17\$000	11\$000
Gramática		2	2	2\$000	3\$000	2\$500
Medicina		1		3\$000	3\$000	3\$000
Matemática e Física		4	4	1\$000	3\$000	2\$250

oportunidade, quando estes valores deverão ser confrontados com outras mercadorias disponíveis no comércio nesta época.

Laurence Hallewell identifica um último catálogo que, de certo modo, foge à regra formal dos anteriores. Trata-se do exemplar de 1883. Nas palavras do autor,

“um volume lindamente encadernado em vermelho, que se inicia com 250 páginas de obras em língua estrangeira (das quais 33 em espanhol, 54 em alemão e 251 em italiano), seguidas de uma secção de 192 páginas de livros em português. Destes, cerca de 44% vinham de Portugal, 5% da França, 1% de outros lugares (Roma, Genebra, Nova York), e 50% tinham sinetes editoriais – embora, muitos, sem dúvida, fossem apenas publicados no Brasil, tendo sido impressos na Europa”.⁶⁸⁵

Ao comentar a afluência da literatura francesa na letras portuguesas e brasileiras, conclui o autor:

“Muitos dos mais conhecidos autores franceses estavam representados exclusivamente por traduções publicadas em Portugal: toda a obra dos dois Dumas, todos os livros de Balzac, de Kock, Sue, de Chateaubriand (exceto um, vindo de Paris) e todos os de Féval, exceto um. Por outro lado, B. L. Garnier publicara toda a obra de Musset, a maior parte da de Julio Verne e metade dos livros de Hugo e Gautier (o próprio catálogo havia sido impresso em Paris)”.⁶⁸⁶

⁶⁸⁵ Laurence Hallewell, *O livro no Brasil, op. cit.*, p.228.

⁶⁸⁶ *idem, ibidem*, p.229.

A parte francesa

✓ A parte francesa, ampla e diversificada, totaliza 5.489 títulos no *Catálogo* de 1866, distribuídos nas seguintes seções, discriminadas segundo os mesmos critérios adotados anteriormente: Nouvelles et Romans (1.434; 26,1%); Littérature (700; 12,8%); Philosophie (391; 7,1%);⁶⁸⁷ Éditions de Luxe (331; 6,0%); Variétés (239; 4,4%); Arts et Métiers (216; 3,9%); Théâtre (215; 3,9%); Poésie (123; 2,2%); Voyages (120; 2,2%); Histoire (110; 2,2%); Religion (104; 1,9%); Économie Politique et Sociale (102; 1,9%); Mathématiques (79; 1,4%);⁶⁸⁸ Grammaire (72; 1,3%); Agriculture (71; 1,3%); Musique (61; 1,1%); Annuaires, Almanachs (54; 1,0%); Art Militaire (47; 0,9%); Médecine (43; 0,8%); Encyclopédies (20; 0,4%); Géographie (19; 0,3%); Finances (31; 0,6%). ✓

✓ Algumas seções se cruzam com o programa da Faculdade ou do Curso Anexo. São os casos de Filosofia, História, Matemática, Finanças e Economia Política e Social. ✓ Neste último item, não podemos perder de vista que desde os seus primórdios a Faculdade foi o principal centro receptor do pensamento político-econômico. Conforme assinalamos, as maiores contribuições de livros para a biblioteca, além das obras propriamente jurídicas, foram de teóricos e divulgadores da Economia Política, de Adam Smith – primeiramente em

⁶⁸⁷ Esta seção sugere a presença de leituras filosóficas ainda na segunda parte desta centúria. O catálogo apresenta obras clássicas, da antiguidade à ilustração francesa, edições de D'Alembert, Montesquieu, Diderot e Voltaire, passando pelas obras de Bossuet e de outros moralistas do Seiscentos, tais como as temos encontrado nos catálogos de bibliotecas. Uma amostragem de obras raras revela o interesse de Garraux pela venda de volumes de ocasião que se encontravam fora do catálogo – ele mesmo, mostrou-se um colecionador, ao indicar que parte dos livros apresentados em sua *Bibliographie Brésilienne* eram seus – e edições recentes, por exemplo, de Comte, *Cours de philosophie positive*. Nouvelle édition publiée par Littré. 6 v., in-4. *Catálogo*, 1866, p.136. Há, inclusive, um curioso anúncio dedicado “aos leitores de MM. Cousin, Simon et outros filósofos modernos [...]”. Trata-se do livro de Oudot, J., *Conscience et science du devoir*. Introduction à une explication nouvelle du Code Napoléon. 2 vol. In 4°. “Esta obra – informa o texto inserido no *Catálogo* – resumo de vinte e cinco anos de ensino, foi por muito tempo esperada pelos alunos de M. Oudot. Todos os estudantes que aspiram a uma instrução séria devem consultá-la no início de seus estudos [...]”. *Catálogo*, 1866, p.141.

⁶⁸⁸ A seção de Matemática tem um sentido muito mais amplo e, em certa medida, combina o conceito de ciências matemáticas dominante no século XVIII com uma série de disciplinas práticas. É o que vemos nos subtítulos da seção: Álgebra, Aritmética, Arpentage, Astronomia, Cosmografia, Desenho Linear, Geodésia, Geometria, Elevação de Plano, Mecânica, Ciência do Engenheiro, Estática, Topografia, Trigonometria.

edições francesas⁶⁸⁹ – passando por Bentham⁶⁹⁰ até Leroy Beaulieu, que teve importante papel como divulgador do liberalismo econômico no final do século.⁶⁹¹ Além desses autores, o exemplar apresenta um conjunto bastante significativo das obras de Proudhon.⁶⁹² A edição de Stuart Mill é a única que vem datada, talvez na intenção de indicar o caráter atualizado do catálogo.⁶⁹³

/As obras de Direito são as mais numerosas – depois da seção beletrista – e aparecem organizadas em função do programa do curso jurídico, confirmando o interesse expresso pelos livreiros em atender às necessidades da Academia. Estes títulos ratificam a própria imagem que se fazia do leitor da época, ou seja, era ele um acadêmico, daí seu traço distintivo. Ou, como anuncia a charge que serve como epígrafe a este capítulo: “há aqui uma ilustrada Academia; a mocidade ama as sciencias”, enquanto “a população sabe dar apreço às modas e á todos os artefactos de gosto”.⁶⁹⁴ ✕

A bibliografia jurídica se distribui nas seguintes áreas: Droit Civil (194; 3,5%); Droit Romain (162; 3,0%); Droit Public, Constitutionnel et Politique (123; 2,2%)⁶⁹⁵; Droit Criminel

⁶⁸⁹ A propósito, é a única edição inserida no *Catálogo* de 1866: Adam Smith, *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations*. 3 vol. in-8°, *idem, ibidem*, p.211.

⁶⁹⁰ Dentre os vários volumes dispersos no *Catálogo*, destacamos *Oeuvres*, em 3 grossos volumes, in-4°. *ibidem*, p.199.

⁶⁹¹ Leroy-Beaulieu era adotado como compêndio do curso de Direito ainda na época de Caio Prado Jr. Aliás, esta linha de pensamento econômico não demorou a se expandir por todas as partes, como o demonstra Alfredo Bosi. O autor demonstra que nos discursos de membros do PRR, ao lado de Comte, afloram referências a Stuart Mill e a Leroy-Beaulieu, que chegou a ser literalmente citado por Borges de Medeiros “na sua mensagem à Assembléia lida em 15 de outubro de 1902”. Alfredo Bosi, “A arqueologia do Estado-Providência – sobre um enxerto de idéias de longa duração”. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.285.

⁶⁹² Dentre as obras relacionadas, citamos: [Proudhon, Pierre-Joseph \(1809-1865\)](#). *Système des contradictions économiques ou Philosophie de la misère*. Paris: Guillaumin, 1846, 2v. A informação do *Catálogo* Garraux foi complementada com a descrição da edição original fornecida pelo catálogo opale-plus, www.bnf.fr. Note-se que a *Casa Garraux* fornecia edições envelhecidas nas estantes das livrarias francesas.

⁶⁹³ Trata-se de *Principes d'économie politique*. 2 v.; in-4°. [Edição de 1861].

⁶⁹⁴ *Cabrião, cit.*, p.84. Curioso notar que o *Diabo Coxo*, dedica nos últimos números, em 1865, uma pequena vinheta à *Casa Garraux*, destacando não exatamente os livros, mas o forte apelo ao consumo que tem esta loja. cf. *Diabo Coxo*. Edição fac-similar. São Paulo: Edusp, 2005, s.n.p.

⁶⁹⁵ Nesta seção há muitas obras de interesse político que aproximavam o leitor nacional da história e do pensamento político francês: Buchez et Roux, *Histoire parlementaire de la Révolution française*, ou journal des Assemblées nationales de 1789 à 1815. 40 vol., in-4°; *Compte-rendu des séances de l'Assemblée Nationale*. Exposé des motifs et projets de lois présentées par le gouvernement de Mai 1848. Décembre 1851. 29 vol. in-folio, y compris les tables; Simonde de Sismondi, *Études sur les constitutions*

et Pénal (92; 1,7%); Droit Commercial (80; 1,5%); Droit Naturel (79; 1,4%); Droit Administratif (50; 0,9%); Droit Ecclésiastique (39; 0,7%); Droit Maritime (29; 0,5%); Diplomatie (26; 0,5%). Os livros de Direito perfazem 907 títulos, ou seja, 16,5% do total de obras em francês catalogadas.⁶⁹⁶

Este levantamento confirma a própria vocação da livraria como agente difusora da literatura francesa, bastando comparar os livros listados na seção com as obras em português apresentadas num único item: “Legislação”.⁶⁹⁷ Embora os anúncios desta seção sejam indicativos do movimento editorial de obras jurídicas portuguesas e brasileiras, elas são infinitamente menos expressivas do que as obras francesas.⁶⁹⁸

As edições literárias de origem francesa anunciadas pelos livreiros Garraux e De Lailhac impõem um problema. Como traduzir em breves linhas semelhante inventário da produção circulante no século XIX? Pois à ampla seção destinada às novelas e romances franceses, agregam-se as seções de Literatura, Teatro e Poesia, igualmente significativas do ponto de vista das tendências e do gosto literário da época, mas também, em termos materiais, da variedade de formatos, ilustrações e outros cuidados bibliográficos que as distinguem. /

A seção de literatura oferece ao público coleções de “*Obras completas* dos principais prosadores”.⁶⁹⁹ Como ocorre no catálogo de obras em português, títulos de ficção se confundem com narrativas históricas, de tal maneira que é possível identificar, nesta mesma seção, os volumes de Ampère, com suas “cenas históricas” da Roma antiga, ou as obras de

des peuples libres. 1 vol. in-4° ou 2 vol. in-4°; Tocqueville, *De la démocratie en Amérique*. 3 vol. in-4°. *Catálogo*, 1866, pp.166-174.

⁶⁹⁶ No *Catálogo* de 1872 o aumento das obras jurídicas não é marcante, tendo sido anunciados 1.040 títulos.

⁶⁹⁷ *idem, ibidem*, pp.1-27.

⁶⁹⁸ São 198 títulos em português, contra 907 em francês para a área de Direito. Além disso, a listagem de títulos em português indica escasso interesse na tradução de textos desta área. Há alguns comentários de tratadistas estrangeiros por juristas portugueses e brasileiros, mas as traduções perfazem apenas 5 em 198 títulos.

⁶⁹⁹ Todas as considerações seguintes foram feitas a partir das obras anunciadas na seção. *Catálogo*, 1866, pp.257-295.

Sir Macaulay, traduzidas por Guizot.⁷⁰⁰ E, ao lado destas, um painel muito rico da historiografia literária francesa.⁷⁰¹

Este ecletismo se reflete nos autores mais representativos da parte propriamente literária: Charles André e suas lições de literatura francesa; Bossuet, em “edição infinitamente mais completa do que a publicada por Delestre-Boulangé, em 21 vol., *in-8*”;⁷⁰² Philarète Chasles, que apresenta significativo conjunto (14 títulos) de obras morais e de crítica literária; de Chateaubriand, a nova edição de suas obras completas, comentadas por Sainte-Beuve, em volumes ilustrados por Delannoy, Thibault, Outhwaite, Mansard, entre outros artistas. Edição em 12 volumes, *in-4*, feitos em papel “cavalier vélin”;⁷⁰³ Victor Cousin, cujas obras somam 60 títulos; Théophile Gautier, 18 títulos; Guizot, 25 títulos; Victor Hugo, em 20 volumes, *in-8*, também vendidos separadamente e outra, com maior descrição de detalhes:

“*Oeuvres complètes*, contendo até sua última obra, *Contemplations*; edição de luxo, papel *cavalier vélin*, ornada com 100 gravuras sobre aço e sobre madeira, de Jehannot, Raffet, Gavami, Gérard-Séguin, etc. 20 vol. *in-4*, reliés”.⁷⁰⁴

Além desta edição, outros 17 títulos, em vários volumes de obras ilustradas, “ricamente ornadas”, confirmam a excelência de *monsieur* Hugo na edição francesa.

Continuando o inventário dos autores eminentes: de Lamartine, 52 títulos, entre os quais uma edição de suas obras completas, em 40 volumes; Michelet, 20 títulos, todos *in-8*; Edgard Quinet, 15 títulos; Sainte-Beuve, 14 títulos, em vários volumes cada um, incluindo uma edição em espanhol [“Galeria de mujeres celebres, magnífica edición com retratos en acero, 1 tomo en 4°, rica encuadernación com mosaicos, cortes dorados”]; Voltaire, obras completas, em 35 volumes, *in-8*. Estes autores se repetem nas outras seções dedicadas às belas-lettras, ao lado de autores não citados, mas conhecidos no meio letrado, como Balzac,

⁷⁰⁰ A relação de títulos figura na Introdução.

⁷⁰¹ Dentre os títulos, o anúncio de Wolf, *Le Brésil littéraire*. Histoire de la littérature brésilienne, suivie d'un choix des meilleurs auteurs brésiliens. 1 fort vol. *in-4*.

⁷⁰² *Catálogo*, 1866, p.260.

⁷⁰³ *idem, ibidem*, p.263.

⁷⁰⁴ *ibidem*, p.273.

Eugène Sue, Gustave Flaubert, Alexandre Dumas, Musset, Merimée, enfim, é absolutamente inacreditável o repertório apresentado por Garraux ao público leitor paulista.

em contrapartida, as traduções não são muitas, contrariando o movimento crescente da livraria estrangeira em Paris nesta mesma época, segundo recente estudo de Diana Cooper-Richet.⁷⁰⁵ Possivelmente porque Garraux tenha, no princípio, restringido suas relações comerciais com livreiros-editores franceses, seguindo os passos de B. L. Garnier.

Há apenas quatro obras em “língua estrangeira”, uma em inglês, Addison, *Works*, 6 vol., in-4°. E, em espanhol:

“Cervantes, *Obras completas*, que contienen: El Quijote, las Novelas, la Galatea, el Viaje al Parnaso, Persiles y Sigismunda, con la vida de Cervantes por Navarette. 4 vol., in-4° avec portrait, gravure et fac-simile de l’écriture de Cervantes”;

Mil y una noches (las), cuentos árabes, traducidos del texto árabe genuino por Gustavo Weil, com anotaciones del mismo y una introduccion del baron Silvestre de Sacy, traducidas al castellano por una Sociedad de Litteratos, nueva edición, ilustrada com unas doscientas láminas de los mejores artistas, 2 tomos en 4° encuadernados en uno, rica encuademacion com mosaicos, cortes dorados

Martinez de la Rosa. *Obras completas*. 5 vol. in-4°, bela impressão, bonita edição, com a fotografia do autor”.⁷⁰⁶

As traduções são um pouco mais numerosas, mas também insignificantes, perto do conjunto francês. Do inglês, há apenas a obra de

“Byron (lord), *Oeuvres complètes*, traduites de l’anglais par Benjamin Laroche, quatre séries. 4 vol., in-8°. 1re. Série: *Chil-Harold*. 1 vol. 2ème. Série: Poèmes. 1 vol. 3ème. Série: Drames. 1 vol. 4ème. Série: Don Juan. 1 vol.”.⁷⁰⁷

⁷⁰⁵ Segundo a autora, “há no mundo dos editores parisienses do século XIX um pequeno número de casas – menos de uma dúzia – que se consagraram ao mercado de impressos em língua estrangeira. Esta atividade, iniciada antes da Revolução, por Théophile Barrois, será seguida ao longo do século XIX. Ela é organizada em três domínios temáticos lingüísticos dominantes: inglês, alemão e espanhol”. cf. Diana Cooper-Richet, “Littérature étrangère et monde du livre au XIXème. siècle”, www.livroehistoriaeditorial.pro.br.

⁷⁰⁶ *Catálogo*, 1866, pp.266; 279; 281. Na verdade, este catálogo suprimiu uma seção que aparece no exemplar de 1864, que é a de “Obras Espanholas (Cervantes, Lope de Vega etc.)”.

⁷⁰⁷ *idem, ibidem*, p.260.

Os textos traduzidos do alemão revelam a ascendência de pelo menos dois autores sobre a cultura letrada francesa, o que naturalmente se refletia no meio intelectual brasileiro: Goethe (1749-1832) e Heine (1797-1856).⁷⁰⁸ Do primeiro, há a tradução de suas obras completas, em 10 volumes, *in-4°*, por Jacques Porchat. Outra edição, aparentemente mais popular, traduzida por Staper, revista e precedida de um estudo por Théophile Gautier fils, em 2 volumes, *in-8°*, anunciada por três mil-réis o volume. E uma outra série de edições *in-8°*, realizada por diferentes tradutores (Théophile Gautier fils, Mma. Carlowitz, Saint-René Tallandier, entre outros). De Henri Heine, o catálogo anuncia 8 títulos em “nouvelles éditions, *in-8°*”.⁷⁰⁹ De acordo com Diana Cooper-Richet as atividades de livreiros alemães ou de livrarias especializadas em traduções alemãs entraram em franco declínio nos anos de 1870, devido à guerra franco-prussiana.⁷¹⁰

Desvirtua-se do cânone estabelecido nestas seções de textos literários um conjunto de obras licenciosas, proibidas por lei na França, cujo comércio fora incentivado por B. L. Garnier, à época de sua chegada no Rio de Janeiro.⁷¹¹ O nome da coleção é bastante sugestivo e cede à leitura um tempo para o ócio e o lazer: “Ce que vierge ne doit lire: 1° Amour d’un page, *in-8°* broché; 2° Contes vrais; 3° Flagrants délits; 4° Pommes d’Èves; 5° Ce que nous font faire les femmes; 6° L’esprit de reparties; 7° L’Art d’avoir des maitresses; 8° Chansons amoureuses”.⁷¹²

⁷⁰⁸ Os escritos do poeta alemão Henri Heine, assim como os Goethe, circularam entre os românticos. Em relação ao primeiro, Fagundes Varela devotou particular atenção, tendo mesmo traduzido seus poemas. A publicação de “Intermezzo”, poema de H. Heine traduzido por Varela saiu 19 anos depois de sua morte, na revista carioca *A Semana*, de Valentim Magalhães, em 28 de abril de 1894. Em vida, Fagundes Varela teve dois volumes de Henri Heine, não sabemos se no original ou em tradução (francesa), foram penhorados, devido a falta de pagamento de aluguéis da chácara do Brás, onde morou em 1863. Israel Souza Lima, *op. cit.*, p.191.

⁷⁰⁹ São os seguintes títulos: *De la France, De l’Allemagne*, nouvelle édition entièrement revue et augmentée de fragments inédits. 2 vol. *in-8°*; *Lutèce*, lettres sur la vie politique, artistique et sociale de la France, *in-8°*; *Poèmes et légendes*, *Reisebilder*, tableaux de voyage; *Drames et phantasies*, *De tout un peu*, *Oeuvres complètes*, 9 vol. *ibidem*, p.271.

⁷¹⁰ Diana Cooper-Richet, *op. cit.*, s.n.p.

⁷¹¹ Uma vultosa listagem da literatura erótica ou obscena foi descoberta por Jean-Yves Mollier, sobre a qual nos referimos no capítulo anterior.

⁷¹² *Catálogo*, 1866, pp.337-338.

As leituras de variedades aparecem recompostas em um repertório todo ele modelado por eruditos. São coleções volumosas, de livros de bolso, nas quais os assuntos que tocam o interesse da humanidade, na acepção mais ampla possível do termo, conformam projetos editoriais dirigidos pelas *gens de lettres*. O *Catálogo* de 1866 apresenta alguns bons exemplos disso:

Bibliothèque de Poche, por uma sociedade de sábios e de eruditos. Editado por Paulin e Lechevalier, de 1845 a 1855. Esta biblioteca de bolso contém “variedades curiosas e divertidas das ciências, das letras e das artes, compondo-se de 10 v. *in-8*.”

Bibliothèque nationale, coleção dos melhores autores, antigos e modernos. Formato *in-12*, 192 páginas cada volume.

Bibliothèque Philippart. 100 volumes. “Cada volume com um formato completo”.⁷¹³

No *Catálogo* de 1872 estas coleções ganham espaço mais expressivo, sugerindo seu êxito editorial na França – por se tratar integralmente de edições francesas – e possivelmente no Brasil, uma vez que Garraux teve importante papel como intermediário entre os livros publicados além-mar e o público local. É o que vemos no quadro abaixo:

Tabela 9 - Livraria Acadêmica de A.L. Garraux em Língua Francesa - 1872

	Nº de Títulos
Bibliothèques de Tous Les Ages	14
Bibliothèques Illustrée	13
Bibliothèques d'ouvrages propres pour la jeunesse	44
Bibliothèques de Familles	28
Bibliothèques variées	95
	194

Todas as outras seções, já conhecidas por meio da apresentação dos catálogos anteriores, revelam acentuado aumento do comércio da livraria francesa na capital. Lembramos que nesse ano de 1872 A. L. Garraux inaugurava a nova sede da *Livraria Acadêmica de A. L. Garraux*. Para tanto,

⁷¹³ *idem, ibidem*, pp.476-479.

“ele construiu uma nova loja com uma *façade* de mármore e amplas vitrinas, que se tornou o local de encontro não apenas de estudantes de Direito mas também dos fazendeiros de café, que cada vez mais eram, agora, educados na França ou na Alemanha, e cujo conseqüente conhecimento do progresso europeu iria desempenhar papel considerável no desenvolvimento econômico, social e intelectual de São Paulo”.⁷¹⁴

A mudança do público e, por extensão, das condições do comércio livreiro na capital paulista se traduziram neste novo exemplar de obras francesas, cujo perfil se define no aumento quantitativo do número de títulos, em relação aos exemplares anteriores, e em termos qualitativos, devido à organização de outras seções temáticas em consonância com o próprio desenvolvimento da edição francesa. Ou seja, o mercado evoluiu no sentido dos livros de estudos, de conteúdo humanístico ou científico – termo que designamos para as obras de ciências exatas – e de narrativas ficcionais – romances, novelas, contos, teatros, poesias. 1.253 títulos de Romances, 685 obras de Literatura, 199 títulos de Poesia e Teatro! Ora, estamos certos de que este gênero *par excellence* burguês conquistara seu espaço no meio burgo piratiningano. Também nesta direção o *Catálogo* apresenta o repertório de uma literatura de consumo, ainda das belas-lettras,⁷¹⁵ ao que se somam os livros de conhecimentos gerais.⁷¹⁶

Temos no quadro abaixo um curioso guia literário de temas voltados às questões da época, da política às transformações técnicas, ligadas às artes industriais, aos meios de transportes e de comunicações, etc..

⁷¹⁴ Laurence Hallewell, *op. cit.*, p.229. †

⁷¹⁵ Bibliotecas de famílias, bibliotecas para jovens e outras formas editoriais com forte apelo publicitário.

⁷¹⁶ Enciclopédias, manuais de agricultura, horticultura, obras de vulgarização dos conhecimentos médicos, espiritismo etc. Dentre os manuais médicos de tantos préstimos às famílias, sobretudo daqueles que viviam nas fazendas, temos notícias de “um sábio e grande médico dinamarquês que a sorte trouxe para o interior de São Paulo [e que] tinha grande veneração por essa faceta do caráter das fazendeiras paulistas e, anotando tantos medicamentos e os resultados obtidos pelas senhoras fazendeiras, dedicou-lhes um livro, como que um guia para a utilidade das roceiras. O livro teve grande voga e foi um talismã para as fazendeiras pioneiras do sertão. Acredito que fosse o primeiro livro escrito em São Paulo, descrevendo virtudes e aplicações das plantas nativas. O dr. Theodoro Langaard o escreveu com a colaboração do botânico e farmacêutico Correia de Mello. Este livro já de há muito esgotado e injustamente esquecido deve ser da época do também utilíssimo Chernoviz e anterior à divulgação entre nós da homeopatia”. Noêmia B. Bierrenbach, “Como se vivia nas vilas e Fazendas Antigas”. In: *Vida cotidiana em São Paulo...*, *op. cit.*, p.180.

Particularmente no que concerne às obras sobre Política o *Catálogo* apresenta uma seção inovadora, que buscava situar o leitor, como escreve Eduardo Frieiro, no meridiano francês. Trata-se das “obras políticas aos acontecimentos políticos da França”. No capítulo anterior vimos que as principais editoras francesas investiram na publicação de opúsculos políticos *à bon prix* e em larga tiragem a base de 600.000 exemplares, para um título dessa ordem publicado durante a Revolução de 1848.

Em 1871, a Comuna, episódio que encerrava de uma vez por todas o capítulo revolucionário francês, que remonta a 1789 e que culmina na III República, a mais longa de sua história (1871-1940) e a guerra franco-prussiana impulsionaram o lançamento de edições preparadas no calor dos acontecimentos. Diferentemente do que acontecera em 1848, dessa vez elas chegaram rapidamente no mercado local. Conspirando a seu favor os já tão explorados aspectos circulacionais e a própria presença da livraria.⁷¹⁷

A literatura estrangeira expressa em língua original (inglês, alemão, espanhol, italiano, latim) figura pela primeira vez nos *Catálogos* da *Casa Garraux*, aproximando a livraria de um novo público, não necessariamente francófono, mas atento ao poliglôtismo. Essa mudança de conduta diz respeito às alterações na estrutura demográfica da capital, notadamente à participação de estrangeiros nos setores de serviços, conforme assinalamos anteriormente, e ao redirecionamento intelectual das elites, que passaram a adotar diferentes referenciais culturais nas últimas décadas do século.

Todos esses aspectos e uma visão de conjunto do exemplar de 1872 pode ser vislumbrado no quadro abaixo:

⁷¹⁷ Retomaremos esta seção no capítulo seguinte.

Tabela 10 - Livraria Academica de A.L. Garraux em Lingua Franceza - 1872

Assuntos	Nº de Títulos	%
Romans	1.253	25,6%
Littérature	685	14,0%
Histoire et Sciences Accessoires	313	6,4%
Philosophie	271	5,5%
Religion	263	5,4%
Science Sociale	215	4,4%
Poésie et Théâtre	199	4,1%
Voyages	186	3,8%
Sciences Médicales	151	3,1%
Sciences Naturelles	114	2,3%
Sciences Mathématiques	70	1,4%
Ouvrages Relatifs Aux Événements Politiques De La France	55	1,1%
Ouvrages Critiques	48	1,0%
Instruction Publique	34	0,7%
Géographie	24	0,5%
Technologie. Beaux-Arts...		
Première partie	Chemins de fer, Routes, Machines, Mécanique, Construction, Télégraphie, Architecture, Dessin	92 1,9%
Deuxième partie	Industries, Arts-et-Métiers, Agriculture, Horticulture, Economie domestique, Photographie, Musique, Encyclopédie, Jeux, Magnétisme, Spiritisme, Sténographie, Franc-Maçonnerie, etc.	263 5,4%
Philologie, Linguistique, Éducation		
	Grammaires, Guides de conversation, Alphabets.	110 2,2%
	Rhétorique, Logique et Morale, Littérature classique.	19 0,4%
	Dictionnaire em toutes langues	54 1,1%
Littérature Etrangère (Langues originales)		
	Anglais	300 6,1%
	Allemand	53 1,1%
	Espagnol	35 0,7%
	Italien	32 0,7%
	Latin	16 0,3%
Ouvrages Divers		35 0,7%
	TOTAL	4.890

Os comentários são parciais e a própria leitura de um catálogo não está isenta de anacronismos. Geralmente os autores e os títulos destacados são aqueles que se individualizaram na massa anônima de autores, marcando sua passagem em determinada corrente literária.⁷¹⁸ Muitos outros autores listados nas mesmas condições e ocupando talvez os mesmos espaços no mercado literário da época se tornaram com o tempo ilustres desconhecidos e escapam à atenção do historiador. O que torna a avaliação deste tipo de documento válida somente do ponto de vista da circulação e da busca do perfil da livraria e dos leitores aos quais estes catálogos se dirigem. Abordagens de conteúdo, que não ousamos fazer a menos que algumas raras seções analisadas o permitam, devem ser aproveitadas em outros estudos, que dão conta da recepção de textos nacionais e estrangeiros nas diferentes áreas do conhecimento então em evidência.⁷¹⁹

Nesse sentido, buscamos apresentar, da forma mais breve possível, um panorama da literatura posta em evidência pela *Livraria* de A. L. Garraux e Guelfe de Lailhacar, nos primeiros anos de atividade em São Paulo e depois, quando o livreiro Garraux passou a atuar sozinho no mercado local. Os números avultam em todas as seções e uma rápida passagem pelos títulos nos convence de que estes livreiros formaram uma coleção tanto extensa quanto heterogênea, buscando contemplar as várias correntes de pensamento da época, em

⁷¹⁸ Ainda assim, estas referências, aparentemente óbvias, são da maior importância para a compreensão do espírito do tempo. Como escreve Antonio Gramsci, que do cárcere absorve o movimento editorial da Itália do seu tempo: “Todavia, de um ponto de vista objetivo, do mesmo modo como ainda hoje Voltaire é ‘atual’ para certos estratos da população, assim também podem ser atuais – e o são efetivamente – estes grupos literários e as combinações que eles representam: objetivo quer dizer, neste caso, que o desenvolvimento da renovação intelectual e moral não é simultâneo em todos os estratos sociais [...] Ao que me parece, o problema é o seguinte: como criar um corpo de literatos que, artisticamente, esteja para a literatura de folhetim como Dostoiévski estava para Sue e Soulié ou como, no romance policial, Chesterton está para Conan Doyle e para Wallace? Para isto, é necessário abandonar muitos preconceitos, mas deve-se observar, particularmente, que não apenas é impossível ter o monopólio, mas que se está em luta contra uma formidável organização de interesses editoriais”. Antonio Gramsci, *Literatura e vida nacional*, *op. cit.*, p.14.

⁷¹⁹ Para tornar esta auto-crítica mais clara e, afim de corroborar nossa defesa do estudo da circulação por meio dos catálogos, lembramos de dois trabalhos já assinalados em outra ocasião. O de Janice Gonçalves, que fez uso do material publicitário de livraria para identificar na cidade os circuitos musicais, por meio do comércio de partituras. E o de Circe M. F. Bittencourt, que propôs, por meios dos catálogos de livreiros-editores, um amplo estudo sobre o aparecimento das edições didáticas no Brasil e os conteúdos dominantes dos livros de História no século XIX.

diferentes domínios, fazendo com que os gostos, as modas e, principalmente, os leitores fossem amplamente agraciados. Nesse aspecto, o *Catálogo* de 1872, mais diversificado do ponto de vista das coleções e das matérias que apresenta, oferece subsídios para a identificação da clientela perseguida por Garraux e o duplo papel do livreiro, que atua a um só tempo como comerciante e agente cultural.

Foto 9 - Char e sobre Livraria Garraux - Cabrião



—Acudindo ao vosso chamado, eis-nos em S. Paulo. Somos as representantes da civilização, da sciencia, das artes, e das modas européas, esperamos que por vosso intermedio. seremos favoravelmente acalhidos pelo povo paulistano.
—Podeis entrar, posso affiançar-vos que o sereis. Ha aqui uma illustrada Academia; a mocidade ama as sciencias, e a população sabe dar apreço ás modas e á todos os artefactos de gosto.

Fonte: Cabrião, *op. cit.*, p.132

Foto 10 - Charge sobre Livraria Garraux – Diabo Coxo



Apuros de um marido.

Apuro de um pai.

Fonte: *Diabo Coxo, op. cit.*, p.98

IV. 3 – CONSUMO

“Se o gosto dos livros cresce com a inteligência, seus perigos, nós o vimos, diminuem com ela. Um espírito original sabe subordinar a leitura à sua atividade pessoal. Ela representa para ele a mais nobre das distrações e, sobretudo, a mais enobrecedora, pois sozinho, a leitura e o saber lhe confere ‘as belas maneiras’ do espírito. O poder de nossa sensibilidade e de nossa inteligência, nós não podemos desenvolvê-los senão em nós mesmos, nas profundezas de nossa vida espiritual. Mas no contrato com outros espíritos, que é a leitura, faz-se a educação ‘das maneiras’ do espírito... A distinção e a nobreza consistem, também na ordem do pensamento, em uma espécie de franco maçonaria de usos e em uma herança de tradições.”

Marcel Proust (1871-1922)⁷²⁰

Há dois tipos de bibliotecas, como bem as define Rubens Borba de Moraes.⁷²¹ O primeiro tipo se refere ao esforço do bibliófilo *nouveau-riche*, que comparece aos principais leilões, compra os livros mais caros do mercado e constitui, por esses meios, uma bela coleção de raridades, ou de curiosidades bibliográficas. Mas ela dificilmente será dotada de espírito. Este tipo, por sua vez, se diferencia de uma outra estirpe de bibliófilos, ou mesmo de amadores, para quem o interesse pelo livro nasce de uma combinação feliz entre amor e erudição. Nesse caso, a escolha é determinada pelo campo de interesse e pelas possibilidades financeiras do colecionador. Se bem que o termo “amador” corre o risco de ser mal interpretado, confundindo-se com a figura do leigo. Vale, então, recorrer às suas origens etimológicas, do latim *amatore*, aquele que ama e que, portanto, não deve se confundir com o consumista, aquele que compra livros sem, todavia, ter consciência da fortuna bibliográfica que pode adquirir. Como o leitor de ocasião, falta-lhe o tato íntimo com as edições.

⁷²⁰ Marcel Proust, *Sur la lecture*. Paris: Libro, 2000, p.61.

⁷²¹ Rubens Borba de Moraes, *O bibliófilo aprendiz*. São Paulo: CEN, 1975, pp.35-50.

As tipologias são frágeis, é verdade. Sobretudo para o historiador, que mesmo acostumado à rigidez das estruturas, não descarta o viés subjetivo e mesmo as armadilhas incompreensíveis da História, estas mesmas que as tipologias não podem esclarecer. Pois se é possível – para citar um caso já estudado neste volume – compreender as matrizes intelectuais que guiaram a conformação do acervo bibliográfico de um religioso, doutor em Direito Eclesiástico, que viveu nos estertores do Antigo Regime e que, portanto, formou-se sob o afluxo das idéias ilustradas, não podemos, todavia, descobrir suas motivações para a organização de tal acervo. E tampouco suas possibilidades de consumo, tendo em vista não apenas as condições mercadológicas da época, mas também seu próprio poder aquisitivo.

Por certo d. Mateus de Abreu Pereira, pois estamos a nos referir ao bispo da diocese de São Paulo, cujos livros foram incorporados à Biblioteca Pública, não se ajusta ao tipo que hoje poderíamos tranquilamente identificar como consumista, incorrendo no erro do anacronismo e do pré-julgamento, pois este verbete, de forte conotação pejorativa, sequer se encontra nos dicionários mais antigos.⁷²² Mesmo que nosso personagem tenha sonhado com tantos livros que leu e que não possuiu, ou que não tenha lido os próprios livros, seria, uma vez mais, anacrônico imputar-lhe tal prática, qual seja, a do consumo desmedido e inconsciente em uma época em que os meios de acesso aos livros – e a qualquer ordem de mercadoria estrangeira – no espaço geográfico piratiningano, eram muito precários.

Corroborava esta idéia a escassez de livros nos inventários realizados no período de 1800 a 1850. Apenas os homens de letras e os inventariados cuja biografia apresentava uma feliz combinação de sua fortuna material – o que não implicava a posse de grandes cabedais – com a intelectual detinham um bom acervo bibliográfico. Este foi o caso do inventário de dona Genebra de Barros Leite. No acervo sobejam livros de Belas Letras, em obras completas, a maior parte em francês e tantos outros títulos de natureza vária que afixam

⁷²² O *Grande Dicionário* de Antonio de Moraes Silva, desconsidera este verbete. Para *consumidor* inclui o seguinte exemplo que bem se ajusta ao nosso tema: “...pessoas tão espaçadas como hoje em dia são os consumidores destes livros”, Camilo, *O Demônio de ouro*, ii, cap. II, p.107. [Lisboa: Confluência, 1951].

o traço ilustrado de seus detentores.⁷²³ Não ousaremos tipificá-los. E embora não possamos jamais afirmar tacitamente sobre as origens e motivações que resultaram neste acervo, noutros termos, que conformaram o espírito desta biblioteca, não há dúvidas de que ela em muitos aspectos se diferencia da coleção pertencente ao bispo diocesano. Pois neste caso a trajetória biográfica de cada um desses personagens pesa sobre a configuração de suas livrarias particulares.

Comportamento diverso se manifesta durante o Segundo Reinado, quando o livro contrai novo estatuto, o de ornamento, não para bibliotecas reais e nobres, mas para o ambiente burguês.⁷²⁴ Não foi outro o tratamento que se lhe dispensou o Imperador, sempre tomado de tantas afetações científicas, que o distanciavam do estado de ignorância em que se encontrava o país – fato que foi motivo de crítica mordaz de um paulista, como assinalamos anteriormente. Seus livros estavam sujeitos a toda sorte de cuidados. Como o atesta Ramiz Galvão, douto no assunto, posto que fora bibliotecário:

“O imperador dizia gostar dos livros com satisfação dos cinco sentidos, isto é:

visual, pela impressão exterior ou aspecto do livro;

tátil, ao manusear lhe a maciez e a aspereza das páginas;

auditivo, pelo brando crepitar ao folheá-lo;

olfativo, pelo cheiro pronunciado de seu papel impresso ou fino couro da encadernação;

⁷²³ cf. Tabela 4 – Biblioteca da casa de dona Genebra de Barros Leite.

⁷²⁴ De acordo com Luciano Canfora, a bibliomania é comportamento que remonta à Antiguidade e beira ao superlativo de se possuir livros como ornamento: “com os novos-ricos, nos anos do Principado, desenvolve-se a idéia de biblioteca como puro objeto de prestígio. Petrônio, no *Satyricon*, faz dizer seu herói ostentador Trimalquião: ‘Tenho três bibliotecas, uma grega e uma latina’ [...] Não se pode deixar de pensar no panfleto de Luciano, que escreve no final da era antonina *Contra um bibliômano ignorante*. E descreve uma personagem grotesca, que adquire com avidez livros, que os mercadores cinicamente lhe vendem como valiosíssimos: ele não lê, mas ‘olha para os rolos com olhos arregalados, é como um cego diante da beleza de um rapaz’, talvez imagine que as ‘estantes se impregnam de doutrina ao sustentar os escritos de tantos doutos autores!’. Tais são alguns dos motivos mais comuns utilizados nesse gênero de invectivas”. Luciano Canfora, *Livro e liberdade*, op. cit., pp.44-45.

gustativo isto é, o sabor intelectual do livro, ou mesmo físico, ao umedecer-lhe ligeiramente as pontas das folhas para virá-las”.⁷²⁵

Justifica-se, assim, a importância cada vez maior que se conferia aos caracteres formais do livro. Não que este interesse fosse antes ignorado, afinal, desde a invenção dos tipos móveis os artífices procuraram superar as técnicas de apresentação do livro e sua qualidade gráfica. Porém, nunca houve tal comunhão entre arte e técnica no mundo livresco como esta observada no século XIX.⁷²⁶ Jamais o livro atingira tal estatuto junto aos pequenos objetos de arte, que encantavam as imaginações mais fúteis e enchiam os olhos dos espíritos mais iluminados. Mas que não escapavam por vezes da ação maléfica de agentes utilitaristas que mutilavam seu corpo, pois não viam no livro senão o interesse imediato que dada informação nele contida poderia lhes despertar.

condições que afetam o livro

Eram, portanto, comandados pelo espírito do tempo os anúncios publicados nos catálogos da Casa Garraux, de volumes ricamente encadernados, com gravações em dourado, capas em couro, marroquim ou madrepérola, apresentados em estojos, por vezes reunidos em pequenas bibliotecas, sugerindo uma coleção de verdadeiros *bijoux* destinada àqueles que tinham por hábito colecionar seus *brique-à-bragues*. Que fossem lidos ou não, pouco importa. O que interessa de fato é que os catálogos passaram a apresentar uma nova seção, que não passava necessariamente pelo crivo dos domínios temáticos. Estamos a nos referir aos espaços reservados às “Edições de Luxo”. Dos livros feitos para sentir, ainda que o conteúdo não contrariasse necessariamente os cânones literários.⁷

⁷²⁵ Ramiz Galvão, “Contribuições para a biografia de D. Pedro II”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo especial. Rio de Janeiro, 1925, p.119. *apud*. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p.122.

⁷²⁶ Uma bela vitrina desses pequenos objetos do desejo se nos apresenta no volume *Arte do livro francês dos séculos XIX e XX*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. [1ª edição, 1976].

⁷²⁷ É o que observamos na seção «Éditions de Luxe – livres propres pour présents, distributions de prix etc.» do Catálogo Garraux, de 1866. Segundo nota explicativa à seção: “Nesta parte do Catálogo encontrar-se-á um grande sortimento de livros que podem ser ofertados às pessoas dos dois sexos, para as crianças, jovens e ao homem adulto. A maior parte das obras pode tanto ornamentar uma biblioteca, quanto uma sala de visitas. Recomendamos esta seção especialmente aos pais de família que desejam oferecer um presente. Os diretores de colégio encontrarão sempre um bom sortimento de obras escolhidas e apropriadas para a distribuição de prêmios”. Dentre os títulos anunciados estão os de Corneille, *Oeuvres*. “Precedidas da vida de P. Corneille, por

Esta relação entre a forma do livro e seu consumo familiar se expressa bem nas memórias de dona Maria Paes de Barros (1851-1951). Apesar da situação de marginalidade em que se viu o sexo feminino na história da educação durante boa parte do Império, o que se reflete no próprio iletramento generalizado das mulheres ou, quando se tratava da formação de futuras senhoras da sociedade, do tutelamento de suas leituras,⁷²⁸ a autora observa o interesse pela aquisição de romances e de revistas femininas – na maior parte em francês. / *imp. eu tenho*

Dona Maria Paes de Barros atesta a presença de livros em sua casa e na de seu tio, uma figura importante da sociedade paulista. Sobre o ambiente cultural vivenciado no seio familiar, assevera a autora,

“Grandes e pequenos, todos no sobrado falavam francês. Também eram nessa língua os livros didáticos, bem como os volumes das duas estantes que se viam na espaçosa sala de estudos [...] No afã de ilustrar os filhos, o Comendador Barros mandou vir da França uma boa coleção de obras para a mocidade: histórias, viagens e biografias de homens célebres. As mais velhas recebiam a *Revista Popular*, tão apreciada das famílias, e *L'Echo des Feuilletons*, publicação de novelas que as deliciavam com as façanhas dos heróis de Alexandre Dumas e as apaixonadas temuras de Mme. Cottin. Desses volumes maravilhosos, as pequenas só vislumbravam as gravuras, suspirando para que logo chegasse o tempo de lhes ser permitida tal leitura”.⁷²⁹

Fontenelle, e dos discursos sobre sua poesia dramática. Nova edição, ornada de gravuras sobre aço. Um belo volume *in 4* esplendidamente encadernado, e dourado”; *Oeuvres* de Racine, “com um ensaio sobre a vida e as obras de J. Racine, por Louis Racine; ornamentadas com 13 vinhetas de Gerard, Girodet, Desenne etc. 1 belo volume em grande formato *in-4º* Jesus, magnificamente encadernado e dourado”. *cf. Catalogue Garraux*, 1866, pp.395-398.

⁷²⁸ Elizabeth Agassiz anota longas considerações a respeito do tratamento dispensado às mulheres, sobretudo em termos de instrução, na sociedade brasileira do Oitocentos. Segundo a autora, “pouco se cuida da educação da mulher; o nível da instrução dada nas escolas femininas é pouquíssimo elevado; mesmo nos pensionatos freqüentados pelas filhas das classes abastadas, todos os professores se queixam de que se retiram as alunas justamente na idade em que a inteligência começa a se desenvolver. A maioria das meninas enviadas à escola aí entram com a idade de sete ou oito anos; aos treze ou quatorze são consideradas como tendo terminado os estudos. O casamento as espreita e não tarda em tomá-las”. Elizabeth Cary e Luís Agassiz, *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Trad. e notas de Edgard Süssekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, 2000, p.435; Sobre as práticas de leituras nas memórias femininas, *cf. Lilian de Lacerda, Álbum de leitura*. São Paulo: Unesp, 2003.

⁷²⁹ Maria Paes de Barros, *Nos tempos de dantes*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p.14.

Mas observemos que há mudanças sensíveis no comportamento feminino da geração de dona Maria Paes de Barros quando comparado ao das moças que freqüentavam a sociedade na época de Álvares de Azevedo. É claro que estamos a aproximar as impressões de uma senhora da sociedade com as de um jovem estudante, o que pode provocar algumas divergências. Mas vale a pena registrar os comentários do poeta sobre as paulistas, os quais, afinal, não eram muito lisonjeiros, como deixa amiúde entrever em suas correspondências. De modo geral, se lhes sobrava certa beleza e graça, faltava-lhes o mínimo trato vernacular, ou como ele mesmo escreve: “as moças bonitas, as mais bonitas não são daqui são Santistas ou as de Minas – e as bonitas q. há aqui são umas bestas chucras na extensão da palavra”.⁷³⁰

Cumprе ressaltar que o modelo tão propriamente burguês de organização familiar, no qual as moças se reuniam na sua placidez cotidiana para leituras e bordados, todas tuteladas pela governanta ou pela irmã mais velha, era um convite à aquisição de livros ilustrados, de romances e de revistas de costumes, não raro de conteúdo moral, alguns mandados vir da Europa, mas que poderiam ser encomendados junto aos livreiros do Corte e de São Paulo. Tais hábitos se refletem nos catálogos dos livreiros, que anunciam seções dedicadas à leitura feminina, ou de forma mais ampla, à juventude e às famílias.⁷³¹

Todas estas considerações nos levam a crer que as bibliotecas resultam, obviamente, de escolhas subjetivas e, o que pelo contrário não nos parece tão óbvio

⁷³⁰ *Cartas de Álvares de Azevedo*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976, p.133.

⁷³¹ Estes livros são em geral organizados na forma de pequenas bibliotecas de luxo, em geral, de edições francesas, como a própria memorialista nos informa. Por exemplo: *Bibliothèque illustré*, format *in-4°* - “rica encadernação, cada volume se apresenta em um elegante estojo. Obras próprias para presente. Cada volume, 8\$000”. Nesta coleção, composta de 13 títulos, predominam textos religiosos e narrativas de viagem; *Bibliothèque d’ouvrages propres pour la jeunesse*. “Cada volume ricamente encadernado com faixas douradas. 2\$000”. A coleção forma amplo repertório (44 títulos) de narrativas históricas, histórias de reis e de países e de narrativas fantasiosas, de heróis, históricos e fictícios, de Cromwell a um versão suíça de Robinson Crusoe; *Bibliothèque de Familles*, coleção de boas obras, cada volume em uma bela encadernação, Paris, *in-8°* (Garnier)”. Coleção romanesca, formada de 28 títulos, entre *Paul et Virginie*, *Aventures de Télémaque* e *Fables* diversas, *Les milles et une nuits*, *Lettres choisies de Mme. De Sévigné*. Estes são alguns títulos que formam uma respeitável biblioteca de família, na época de dona Maria Paes de Barros. *Catálogo Garraux*, 1877, pp.83-87.

enquanto não nos deparamos com um certo número de catálogos, elas são fruto das possibilidades de consumo da época.

Possibilidades financeiras, pois temos observado ao longo desta pesquisa que os livros não eram acessíveis a qualquer interessado,⁷³² mas também das possibilidades de acesso, à vista do desenvolvimento do comércio livreiro. A análise dos comportamentos de três tipos de consumidores que viveram na cidade em épocas distintas talvez esclareça melhor esta relação entre as afinidades intelectuais e as condições do meio, do ponto de vista do consumo.

⁷³² A este respeito ver, particularmente, Capítulo II.3. O incidente com o Pe. José Antonio dos Reis.

Amadores e consumidores

Álvares de Azevedo foi uma personalidade atípica. Poeta, narrador e dramaturgo atípico, afirmam os críticos.⁷³³ Não poderia existir nada de mais sem graça para um espírito cosmopolita e urbano como o de Álvares de Azevedo do que a cidade de São Paulo de outros tempos. Mas nenhum outro lugar poderia ter melhor lhe servido de inspiração do que o velho burgo de estudantes, onde lhe faltava toda sorte de conforto material, por vezes os menores indícios de civilidade, como deixa entrever em suas cartas, mas onde as idéias e a imaginação afluíam.⁷³⁴

Viveu à frente do seu tempo. Foi um fingidor, como escreve um de seus biógrafos. E se sua vida não correu “plácida e serena como um regato na campina”, segundo imagem construída por Vicente de Azevedo, também não teve um espírito atormentado e revoltoso, pois isto, lembra o biógrafo, “isto se dá na época das transições e revoluções”.⁷³⁵ Embora não tivesse vivenciado concretamente a vaga tormentosa das revoluções que embriagavam o Velho Mundo, bebeu diretamente nas fontes dos autores da época. Captou em profundidade o espírito do tempo, traduzindo na sua literatura experiências de outrem, transfigurando-as em sua imaginação de poeta, dramaturgo e prosador. Sua personalidade

⁷³³ Sobre *Mácaro*, o maior êxito dramático do poeta, escreve Décio de Almeida Prado: “Em torno desse eixo literário, com o diálogo descambando freqüentemente para a simples conversa, ainda qu desvairada, vem à tona a inquietude da adolescência, cindida entre a sensualidade carnal (a meretriz) e o sentimento amoroso lavado de suas escórias (a virgem), dividida entre a prece e a blasfêmia, o hedonismo absoluto (o charuto, o *cognac*, a orgia) e a transcendência espiritualista. *Macário* embebe-se e às vezes embebeda-se de literatura. Mas num nível de dicção que parece anunciar, nesse poeta que escreve tão bela prosa, um dos possíveis autores do grande teatro romântico que o Brasil jamais chegou a ter”. Décio de Almeida Prado, *História concisa do teatro brasileiro*. São Paulo : Edusp, 2003, p.51.

⁷³⁴ Esta relação conflituosa do poeta com a cidade foi observada por vários estudiosos, a maior parte deles se situam nos anos de 1930, quando emerge esta percepção do binômio cidade em oposição à vila, vale dizer, entre modos de vida urbanos que se sobrepõem aos costumes coloniais. Coube a Richard Morse estabelecer um diálogo entre estes autores. Decerto o autor não teve tempo de se aperceber deste fato, mas reúne uma gama muito significativa da produção dos anos de 1930, a saber: Azevedo Amaral, “Álvares de Azevedo, o único romântico brasileiro” *Revista Nova*, I, 3; Vicente de Paula Vicente de Azevedo, já citado; e Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, cuja primeira edição é de 1936 e a segunda de 1948. A este respeito, cf. “Álvares de Azevedo e o temperamento romântico”, *In*: Richard Morse, *Formação histórica de São Paulo*, *op. cit.*, pp.121-130.

⁷³⁵ Vicente de Azevedo, *A vida de Álvares de Azevedo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1931, pp.170-171.

atípica adveio do inconformismo, atitude que adotou mesmo diante de situações hodiernas, em suma, da vida de estudante reduzida à comunidade planaltina no meio século do Oitocentos.⁷³⁶

Esta inquietude se exprime em suas correspondências de maneira variada, dentre as quais destacamos as repetitivas e impacientes encomendas de coisas da Corte, desafiando até mesmo os recursos do sistema de Correios da época. Ora porque no burgo não as havia, ora porque lhe faltavam recursos para adquiri-las, pois são constantes as referências à mesada e à necessidade de dinheiro. Eram fivelas de calças, suspensórios, vidros para o candeeiro, dúzia de pares de ombreira, colete, uma libra de flor d'anil, luvas, casaca, daguerreótipo, músicas⁷³⁷ e livros.

Os livros permeiam seus dias, nas horas empenhadas de estudos e nos interlúdios de pura fruição do texto. No mais, parece sempre muito afinado com as “novidades” editoriais, pois de São Paulo acompanha as notícias estampadas nos jornais fluminenses, que lhe chegam da Corte todas as semanas.

Na carta endereçada à mãe, de 7 de junho, possivelmente do ano de 1848,⁷³⁸ anota o poeta:

⁷³⁶ “Sobre o Capítulo *relações minhas* em S. Paulo – tenho a dizer-lhe q. o Dr. Pacheco veio visitar-me e q. paguei a visita – mas não achei-o em casa. A *única* casa onde vou às vezes é a do Dr. Claudio q. visitou-me e tem me tratado mto. bem – de um modo q. me tem encantado – A outras casas não tenho ido m.mo pr. me não terem mandado visitar o q. não lastimo pois tomára a mim q. ninguém me visite pa. poupar-me o trabalho de andar quebrando os pés pelas macias calçadas de S. Paulo – a fazer visitas – Qdo. eu digo única casa fallando da do Dr. Claudio não se entende q. eu não tenho pago visita á D. Maria do Rodrigo á D. Anna Vicencia e m.mo ás Gomides – A essa ultima casa fiz cruz na porta pois não é das melhores nem ms. Louvaveis – pelo contrario é bem nodoadada a reputação dessas Snras. q. comtudo vão a todos os bailes etc.!! – Ad.s – lance sa. Benção sobre seu f.º Manoel Ant.o”. De uma senhorina da sociedade, assevera, noutra correspondência: “Não julgue Vmcê q. fallo com exageração – a moça senão a mais bonita, a estatua mais perfeita em tudo uma Belisaria (Mineira) é uma estúpida q. diz – Nós não sabe dança poquê, etc. e comtudo é uma belleza mas é uma estátua e sem vida – como diz o soneto do Octaviano”. *Cartas de Alvares de Azevedo, op.cit.*, p.73 e p.106.

⁷³⁷ “Passo agora a fazer-lhe uma encommenda com todo o esclarecimento q. é possível fazer-se num pedido. É que mande 3 ou 4 musicas das mais modernas e mais em moda. Pedem-se que a encommenda venha no correr deste mez, visto que é para um presente de annos de pessoa que faz annos no começo do mez de Julho. Pode mandar pelo Correio, em seguro [...]. São Paulo, 11 de junho de 1851”. *idem, ibidem*, p.190.

⁷³⁸ Conclusão de Vicente de Azevedo, em seus comentários de pé de página.

“(Em P.S. atravessado no texto)

Ainda não recebi – até agora – á chegada do Correio – as encommendas – Espero ancioso os Girondinos q. vmcê em confirmação a uma antiga promessa bem me poderia ter mandado de presente – espero q. a promessa do retrato se realise ao receber vmcê o meu retrato e não dê em troga como outras ... da Nhãnhã e – (talvez se eu fosse má língua o diria) – suas”.⁷³⁹

Só pode se tratar da obra de Lamartine, *L'Histoire des girondins*, cuja primeira edição saiu em 8 v., in-8º, em 1847. Portanto, apenas um ano antes de ter reiterado, não sem alguma impaciência, o pedido feito à mãe. Um ano mais tarde, precisamente em 7 de julho de 1849, ele voltava a fazer nova solicitação, demonstrando-se não somente afinado com as edições que apareciam na França, mas também muito interessado pela historiografia política francesa:

“Quanto a mim quero lhe fazer 2 encommendas tambem – um exemplar da *Démocratie en France* de Guizot – e do Raphael de Lamartine q ahi nos jornais se annunciarão um a 200 rs. e o outro 800”.⁷⁴⁰

A tradução de *Démocratie en France* para o português foi publicada neste mesmo ano de 1849, por obra de um admirador de Guizot, um brasileiro que morava em Paris e que, infelizmente, não quis se identificar. No entanto, o volume foi apresentado por José Lucio Correia, que justifica o trabalho de publicação do livro em português, em Paris, nos seguintes termos:

“Aos Brasileiros

A noticia dos recentes e desastrosos acontecimentos de Pernambuco, não podia deixar de affligir-me e de excitar meu patriotismo [...]

A vulgarização deste livro será um remedio poderoso para combater as paixões deletereas que se conjugarão para attacar a sociedade no que ella tem de mais inviolavel e de mais santo [...].⁷⁴¹

⁷³⁹ *ibidem*, p.82.

⁷⁴⁰ *ibidem*, p.114.

⁷⁴¹ F. Guizot, *A democracia na França*. Tradução em portuguez por ***. Paris: Typ. de E. Thumot et Cie., 1849. A edição é complementada com um fac-símile do manuscrito de Guizot, no qual ele aprova – e até mesmo incentiva, por razões políticas – a tradução de seu livro: “Não tenho nenhuma objeção, senhor, à vossa intenção de traduzir meu último livro sobre a democracia na

Ao que conclui:

“Possa a pureza da intenção e a importância do motivo servir de insuficiente desculpa á ousadia da acção”.⁷⁴²

Álvares de Azevedo não deixa nenhuma pista se se tratava da edição original, ou da tradução. De qualquer maneira, o *ex-libris* da livraria de Serafim José Alves anunciava ao público não apenas a venda deste exemplar curioso e tomado de intenções políticas, mas de outras obras de Guizot:

“A Livraria de Serafim José Alves. Tem sempre em depósito grande quantidade deste livro e os mais do autor. Vantajosos abatimentos nas compras avultadas a dinheiro. Typographia. Encadernação. Rua Sete de Setembro, 83”.⁷⁴³

Provavelmente recebeu os livros, pois mais adiante, em correspondência datada de 14 de outubro, do mesmo ano de 1849, escreve:

“Se tenho ás vezes fechado sobre a meza o meu livro de Direito das Gentes – o Reddée e o Ortolan⁷⁴⁴ – meus mais afeiçoados – não é para ler novellas que o tenho feito – há um estudo q. se tem sucedido ao 1º - é o da minha lingua – Minhas novellas são um

França. Pelo contrário, muito me conforta de poder servir, mesmo fora de meu país, à causa da verdade e da ordem social. Eu somente vos peço a gentileza de me enviar um exemplar de vossa tradução quando ela vir a lume [...]. [assinado] Guizot. Bomptou, 21 de janeiro de 1849.

⁷⁴² *idem, ibidem*, p.VIII. O autor se refere à sedição que tomou de assalto o Recife, em 1848. Trata-se do movimento praieiro, que levou a uma crise do segmento liberal no poder. O partido da Praia tomou as armas em 7 de novembro de 1848, “levantaram-se em Olinda, Igarauçu e outros pontos da província, e marcham sobre a capital. Como programa apresentou a Praia os seguintes pontos: 1º - Voto livre e universal do povo brasileiro; 2º - plena liberdade de comunicar os pensamentos pela imprensa; 3º - trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro; 4º comércio a retalho para os cidadãos brasileiros; 5º - inteira e efetiva independência dos poderes constituídos; 6º - extinção do poder moderador e do direito de agraciar; 7º - elemento federal na nova organização; 8º - completa reforma do poder judicial em ordem a assegurar as garantias individuais dos cidadãos; 9º - extinção do juro convencional; 10º - extinção do atual sistema de recrutamento”. Todavia, o programa foi proclamado apócrifo pelo órgão impresso do movimento e a própria luta perdeu seu fôlego. “A agitação praieira, incapaz de realizar seu ciclo completo, incapaz de propagar a centelha revolucionária através de todas as camadas rebeldes da sociedade, ficando apenas na superfície – escreve Caio Prado Jr. – é bem o estertor de agonia do intenso movimento popular que acompanha a independência”. Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1961, pp.79-80.

⁷⁴³ *Ex-libris* da edição citada de Guizot.

⁷⁴⁴ Segundo Vicente de Azevedo, “Théodore Ortolan, autor das Règles Internationales de la Diplomatie de la Mer (Paris, 1844-2 vol.) livro de grande e merecido crédito. O Reddée ficou esquecido, não se pode comparar ao Ortolan. Comparem se as datas da carta e da edição do Ortolan e admire-se como Álvares de Azevedo estava à la page! Com a circunstância de que o

tanto sensaboronas á vista do Antony, do Raphael [pedido feito juntamente com o exemplar de Guizot] e do Consuelo”.⁷⁴⁵

Na mesma ocasião o autor agradece o recebimento de títulos de Direito, fato que testemunha em favor de seu interesse pelas matérias de estudo. Os comentários demonstram sempre o reconhecimento do estudante diante dos esforços dos pais, particularmente da mãe, para atender às suas necessidades, mesmo que por vezes ele se zangue devido à demora de alguma remessa. Álvares de Azevedo demonstra plena consciência da dificuldade e dos custos que certos pedidos bibliográficos significavam para os pais. Na última remessa identificada nas correspondências, escreve:

“Estimo mto. a chegada dos meus livros de Dto. Civil – e agradeço-lhe o trabalho que teve de mandá-los vir de Portugal – trabalho aliás bem empregado pela boa economia que dahi resultou”.⁷⁴⁶

Não estranha o interesse do autor por obras políticas, ele mesmo se deixara levar por discursos inflamados à época da fundação da sociedade acadêmica *Ensaio Filosófico*.⁷⁴⁷ Era esta uma época de temperamentos exaltados, aqui e alhures, mas também de reações conservadoras, que se pautavam, curiosamente, no exemplo da Revolução Francesa, como deixa claro o discurso de apresentação do exemplar traduzido da obra de Guizot.⁷⁴⁸ Este mesmo personagem que nos primórdios da vida pública lutara bravamente contra a Restauração, guiara-se, a partir dos anos de 1830, na direção do conservadorismo reacionário.

Direito Internacional ainda não era matéria do curso jurídico. Mesmo a cadeira de Direito Romano só foi criada pela reforma de ensino de 1854”. Vivente de Azevedo, *Álvares de Azevedo, op.cit.*, p.143.

⁷⁴⁵ *idem, ibidem*, p.142.

⁷⁴⁶ *ibidem*, p.131.

⁷⁴⁷ Embora dias depois escreva a seu pai explicando-lhe suas motivações, que não deveriam ser interpretadas como excessos liberais e tão pouco como uma atitude em defesa do republicanismo. Não. Era um moderado e apenas lamentava o estado de abandono a que o Império deixara a educação no país. E como desacreditasse das instituições políticas, da Constituição, como ele o afirma, esperava que as academias fizessem sua parte.

⁷⁴⁸ De fato, os livros sobre a Revolução, pelo menos dos autores que fizeram seu nome nos anos de 1820-30, atravessaram rápido o oceano. Obras de Guizot e de Thiers foram identificadas no inventário de dona Genebra de Barros Leite, em 1838. [Ver Capítulo II.3].

Também não espanta o interesse e o conhecimento das obras de Lamartine.⁷⁴⁹ É verdade que Álvares de Azevedo se mostrou um amante da literatura e dos livros, conhecia tudo, a todos citava, provocando dúvidas em Brito Broca quanto às origens de suas citações.⁷⁵⁰ E Lamartine era uma dessas personalidades unânimes, que por sua pena fizera renascer “os homens da Revolução”.⁷⁵¹

Por razões que devem ainda ser aprofundadas nos estudos de História Política, podemos apenas asseverar que estes livros, estes mesmos volumes que faziam nascer em “todas as memórias” os “homens da primeira revolução”, atravessavam o oceano com notável êxito. E se os exemplos franceses tinham mais força pelas suas letras do que por suas ações, o que levou Álvares de Azevedo afirmar ao pai que sua “theoria [...] nada tinha de revulsiva”,⁷⁵² temos nestas correspondências precioso testemunho sobre o repertório que despertava o interesse dos jovens da Academia.

Da mesma forma como não haveria nada de revulsivo no interesse que a juventude acadêmica guardou para os fatos que se passaram na França de 1871. Eram outros os tempos, bem diversos dos anos vividos por Álvares de Azevedo no burgo planaltino. Dessa época, o estudante Joaquim Nabuco (1849-1910) colheu boas impressões do ambiente intelectual e político de São Paulo, que se exprime nestas palavras:

⁷⁴⁹ Vinte anos mais tarde, as obras de Lamartine eram anunciadas no *Catálogo* de A. L. Garraux, de 1872, em uma extensa listagem, de livros de 2\$000 e 30\$000. Os mais baratos de literatura, os mais caros de História. Nesta época o volume de *Raphaël*, que segundo Álvares de Azevedo saía a \$800, custava agora 2\$000. Em que se conte as flutuações da moeda. Mas este elemento está longe de nosso domínio. A *Histoire des Girondins* saía a 16\$000, edição em 6 vol., in-4°.

⁷⁵⁰ Brito Broca, “O que liam os românticos”, *op. cit.*, pp.163-172.

⁷⁵¹ Pois os franceses, escreve Alexis de Tocqueville: “sobretudo em Paris, misturam facilmente as lembranças da literatura e do teatro com as manifestações mais sérias, o que frequentemente nos faz pensar que são falsos os sentimentos que mostram, quando o que ocorre é que estão inabilmente ornados. Aqui, a imitação foi tão visível que a terrível originalidade dos fatos permaneceu escondida. Era o tempo em que todas as imaginações estavam borradas pelas cores pesadas que Lamartine acabara de derramar sobre seus *Girondinos*. Os homens da primeira revolução estavam vivos em nossos espíritos, seus atos e suas palavras presentes em todas as memórias. Tudo o que presenciei nesse dia trazia a marca visível de tais lembranças; sempre tive a impressão de que houve mais esforços para apresentar a Revolução Francesa que para continuá-la” Alexis de Tocqueville, *Lembranças de 1848*. As jornadas revolucionárias em Paris. Tradução Modesto Florenzano. São Paulo: Com a Via das Letras, 1991, p.75.

⁷⁵² *Cartas de Álvares de Azevedo*, *op. cit.*, p.164.

“Nos primeiros anos em que me fui para São Paulo cursar o primeiro ano da Academia, eu não podia deixar de ser um estudante liberal [...] As minhas idéias eram, entretanto, uma mistura e uma confusão; havia de tudo em meu espírito. Ávido de impressões novas, fazendo os primeiros conhecimentos com os grandes autores, com os livros de prestígio, com as idéias livres, tudo o que era brilhante, original, harmonioso, me seduzia e arrebatava por igual. Era o deslumbramento das descobertas contínuas, a eflorescência do espírito: todos os seus galhos cobriam-se espontaneamente de rosas efêmeras”.⁷⁵³

As coisas de França não passaram despercebidas pelo acadêmico. O interesse pela política e pela literatura, talvez mais pela segunda do que pela primeira, nos primeiros anos, até que o espaço da política se tornou predominante na idade madura – como ele mesmo o afiança em suas memórias – nascia do universo livresco, pelas letras francesas. E se tornou tangível por ocasião de sua primeira visita à Paris, quando entra em contato com personagens e idéias que só conhecia por intermédio dos livros.

Em suas confissões Joaquim Nabuco demonstra rara consciência quanto ao papel do livreiro como mediador de seus conhecimentos bibliográficos. Senão como responsável pelo contato com uma dada corrente literária, ou dado autor:

“Não sei a quem devo a fortuna de ter conhecido a obra de Bagehot – escreve – ou se a encontrei por acaso entre as novidades da livraria Lailhacar, no Recife. Se soubesse quem me pôs em comunicação com aquele grande pensador inglês, eu lhe agradeceria as relações que fiz com ele em 1869”.⁷⁵⁴

Nessa época, a presença de livrarias e, em particular, de uma livraria tornara possíveis os novos ajustes ao meridiano francês. E, o que representava um fato novo, os livros chegavam em simultaneidade com o movimento editorial *d’outre-mer*. Daí a importância de um De Lailhacar, no Recife e de seu sócio em São Paulo, A. L. Garraux.

A atualidade da livraria se faz sentir em várias seções dos catálogos, conforme salientamos no tópico anterior. No que tange às obras de política, A. L. Garraux inaugurou em seu catálogo de 1872 uma seção bibliográfica totalmente revolucionária: “Obras relativas aos acontecimentos políticos e históricos da França, 1870-1871-1872. Queda do

⁷⁵³ Joaquim Nabuco, *Minha Formação, op. cit.*, p.15.

⁷⁵⁴ *ibidem*, p.19.

Império, Guerra, Comuna etc.”.⁷⁵⁵ Foram reunidos 55 títulos, todos em francês, cujos preços variavam entre 1\$000, no caso dos panfletos em brochura, que certamente circulavam na França na ordem de alguns centavos, no máximo, 1 F, e 16\$000, para os livros sobre a guerra franco-prussiana, cujos valores se justificavam muito possivelmente devido aos custos exigidos para a confecção dos mapas que vinham encartados nos volumes. Bem se observa que os preços aos quais Álvares de Azevedo faz referência (livros a \$800, \$900) – não existiam mais.⁷⁵⁶

Interessado ou não em novidades bibliográficas, outro comportamento que sobreviveu às intempéries do tempo foi o diletantismo. O acadêmico Joaquim Nabuco confessa ter vivido a juventude permeada pelos prazeres das viagens e dos livros. Havendo na maior parte dos casos a comunhão de um e de outro. No seu caso em particular, tirou proveito de todos recursos de que dispunha um homem de posses de sua geração. Como ele mesmo resume os anos de juventude:

“Durante aqueles dez anos a que me tenho referido, não fui senão um curioso, atraído pelas viagens, pelo caráter dos diferentes países, pelos livros novos, pelo teatro, pela sociedade”.⁷⁵⁷

Livros novos, teatro e sociedade. A exacerbação desse comportamento se verifica na última década do século, em que a cultura do consumo se torna crônica nas cidades. E com ela, seus vícios. Em contrapartida, o custo de vida da população em geral sofrera acentuado aumento,⁷⁵⁸ que se tornou ainda mais nítido para a classe acadêmica, diante da constatação de que eram mais complexas as necessidades de consumo e mais custosas as práticas de sociabilidade.

⁷⁵⁵ *Catálogo Garraux*, 1872, pp.33-36.

⁷⁵⁶ A listagem completa dos livros será apresentada no final deste capítulo.

⁷⁵⁷ Joaquim Nabuco, *Minha formação*, *op. cit.*, p.151.

⁷⁵⁸ Segundo Henrique Raffard “tudo é caro na Paulicéia”. Era, portanto, natural, que os livros de especialização tivessem sofrido um aumento considerável. Veremos que são altos os gastos de Almeida Nogueira em relação a valores que estávamos acostumadas a descrever. O autor faz uma listagem, por exemplo, do preço antigo e atual (em 1890) de gêneros alimentícios básicos. Para se ter uma noção do quanto valia 1\$200, cifra comum para um livro de literatura em brochura na década de 1870, temos que em 1890 esta quantia equivalia a uma dúzia de ovos. Henrique Raffard, *Alguns dias na Paulicéia*, *op. cit.*, p.32.

É certo que o meio havia mudado radicalmente entre um período e outro. A cidade não era a mesma. Não podemos perder de vista que os circuitos de lazer, aos quais podemos sobrepôr os espaços não especializados ou informais de leitura, obedecem, conforme assinalamos no Capítulo III.1 – Cartografia do sistema literário, à lógica do espaço geográfico e, por extensão, à lógica monetária. Ao lado de fatores relacionados à formação do intelecto, o mercado de bens culturais, também ele, é mediado pelo dinheiro.⁷⁵⁹

A este respeito, relata um memorialista, comparando a cidade dos anos de 1880 com aquela que conheceu nos tempos de estudante (1848-1852):

“O certo é que no nosso tempo não tínhamos cafés, nem charutarias e esses tantos lugares e meios de passar horas agradavelmente: parece que não havia mesmo em que gastar dinheiro: se fôssemos estudantes atualmente teríamos direito a pedir uma verba bem elevada para as despesas do mês, que dizes?”⁷⁶⁰

Na “metrópole do café” a vida era cara para o bacharel Paulo de Almeida Nogueira (1874-195?). Bastando observar que seus gastos mensais atingiram a marca de 1 conto de réis, quando ainda era estudante. Verdadeira fortuna para a época. Suas necessidades, ou melhor, o rol de mercadorias que adquiriu com notável prontidão nos magazines *chics* da capital, fazia de Álvares de Azevedo, do ponto de vista do consumo, um moço muito simplório.

O diário de Paulo de Almeida Nogueira consiste no detalhamento de fatos hodiernos que pontuaram sua vida social e profissional. Diplomou-se em 1894, após o que, ele se dedicou a duas atividades econômicas; às funções jurídicas e ao comércio de café, pois era fazendeiro. Sua rotina financeira parece permeada por investimentos em ações,

⁷⁵⁹ Afinal, como ensina Max Weber, na “civilização capitalista” o dinheiro não se torna apenas a “expressão da aplicação e da competência no seio de uma profissão”, o que determina a ética empresarial do mundo contemporâneo, mas também o meio de acesso a toda forma de inovação possível nas sociedades urbanas. Neste aspecto, sua idéia apenas será usada de forma muito livre. Max Weber, *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. 2a ed. Revista. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, p.9. Sobre a questão do “estilo de vida” e o fenômeno urbano, cf. Max Weber, *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1986.

⁷⁶⁰ Firmo Albuquerque Diniz [Junius], *Em São Paulo, op. cit.*, p.82.

serviços extras para alguma representação jurídica fora de seu escritório, empréstimos a juros, para citar as mais recorrentes.

✓/Suas atividades de lazer eram variadas. Na cidade, freqüentava os teatros, as corridas de cavalo e as reuniões em casa de amigos. Na fazenda, dedicava-se à caça e às infatigáveis visitas, com direito a algumas pausas nas estações termais. Com uma vida tão plena e acelerada, restava-lhe algum tempo para o consumo, atividade que realizava sem a menor parcimônia. Era um *habitué* de certos lojistas da cidade, onde comprava suas botinas, calças novas, paletós, casacas, chapéus – um para cada estação – polainas, colarinhos – às dúzias – luvas, algumas peças de mobiliário e, vez ou outra, livros. Geralmente, no princípio das aulas. E, uma vez formado, algumas aquisições esporádicas de obras jurídicas. ✓

Foi assim que no mês de maio de 1893 gastou 650\$000, 350\$000 em mobília e o “restante em livros”.⁷⁶¹ Apenas em outubro há nova anotação, na qual consta ter recebido “75\$000 para comprar um livro e um chapéu”.⁷⁶² No ano seguinte as aplicações nas livrarias da cidade foram mais vultosas e os gastos com roupas, acessórios e viagens intensificados. No mês de junho gastou “25\$000 em livros e 28\$000 em um par de botinas”. Reservara ainda 200\$000 “para livros e viagem em S. Paulo”.⁷⁶³ Em 23 de outubro ganhou “de Eduardo 300\$000 para comprar um presente. Preferi livros”.⁷⁶⁴ Formou-se, enfim. Ganhou de presente uma série de pequenos objetos de valor, entre bicos de pena, relógios e um anel de doutor, no valor de 800\$000. Nenhum livro.

Em 189^e, iniciou a vida profissional. Como dissemos, seus principais rendimentos vinham da cafeicultura e da advocacia. Vivia embalado pelo trem, cumprindo, regularmente, o itinerário Campinas-São Paulo. Em 29 de setembro, recebeu de presente um *Larousse*.⁷⁶⁵ No casamento, em 25 de janeiro de 1896, ganhou de um parente uma

⁷⁶¹ Paulo de Almeida Nogueira, *Minha vida 1893-1951*. São Paulo: Saraiva, 1955, p.13.

⁷⁶² *idem, ibidem*, p.16.

⁷⁶³ *ibidem*, p.23.

⁷⁶⁴ *ibidem*, p.27.

⁷⁶⁵ *ibidem*, p.36.

escrivaninha e um armário de livros.⁷⁶⁶ Passou em junho na *Victoria Store* – que vendia livros em inglês – e gastou 69\$000.⁷⁶⁷ Abre 1897, seus ganhos são altos, em torno de 20:000\$000 anuais. Gasta mais ou menos um quarto desta quantia ao ano com suas quinquilharias. E as visitas nas livrarias se tornam mais esporádicas. Em setembro adquiriu “as *Acc. Summ. De Lobão* por 24\$000. Pela ‘*Gazeta Juridica*’ encadernada 20\$000”.⁷⁶⁸ Nova referência, apenas em 1899, “a obra de Garcez ‘*Nulidades*’ 16\$000”.⁷⁶⁹

Findo o século e as aquisições se concluíram nas “*Nulidades*”. As notas de Paulo de Almeida Nogueira confirmam o aumento da atividade de consumo das elites e o custo dos livros, se compararmos as cifras por ele declaradas com os preços que temos visto até então. Mas a comparação não pode ir além, sob a pena de ignorarmos outras variáveis que definem os custos do livro e seu preço final. Uma história dos preços é por força uma história do câmbio, dos custos de produção, considerando a variação de preços da matéria-prima, as condições do mercado, as questões de conjuntura, enfim, ela demanda uma série de procedimentos que extrapolam nossos limites de análise.

Parece evidente que o perfil de Almeida Nogueira se ajusta bem ao da clientela que se congregava na livraria de A. L. Garraux. São consumidores de uma literatura especializada, que não se rendem às edições de apelo popular que despontavam nos anos de 1880. Porém, difícil não notar sua displicência em relação aos livros, o que o distancia, não apenas no tempo, mas também no modo de vida, das gerações que o antecederam. Não estamos a julgar sua conduta, tomando por base a trajetória de outros estudantes. Constatamos apenas a diferença do espírito e dos meios que guiaram estes diferentes personagens em relação aos livros. Mas também o aparecimento de novas possibilidades para sua aquisição na cidade, fato que nos obriga a retornar ao espaço urbano e sua configuração na última década do século.

⁷⁶⁶ *ibidem*, p.41.

⁷⁶⁷ *ibidem*, p.43.

⁷⁶⁸ *ibidem*, p.52.

⁷⁶⁹ *ibidem*, p.65.

RIÈTES

**HISTOIRE, LITTÉRATURE, SCIENCES,
SCIENCES OCCULTES, SPIRITISME, FRANÇAIS-MAÇONNERIE
BIOGRAPHIE.**

BIBLIOTHÈQUE DE POCHE, par une société de gens de lettres et d'érudits. Paris, Paulin et Lechevalier, 1845 à 1855. La bibliothèque de poche, variétés curieuses et amusantes des sciences, des lettres et des arts, se compose des 10 vol. suivants, format in-8.

Curiosités littéraires, par LUDOVIC LALANNE. 1 vol.

Anagrammes, imitation emprunt, similitude d'idée, supposition d'auteurs, ouvrages allégoriques, méprises, mystification académica, société, et union d'ordres burlesques, etc., etc.

Curiosités bibliographiques, par LUDOVIC LALANNE. 1 vol.

Particularités relatives aux anciennes écritures. — Des formes des livres et des lettres dans l'antiquité. — Écriture, hiéroglyphes et secrets. — Éditions grecque, caractères hébraïques, chronologie de l'imprimerie, éditions du quinzième siècle. — Libraires dans l'antiquité, au moyen âge, au dix-septième siècle, au dix-huitième siècle, etc., etc.

BIBLIOTHÈQUE POUR TOUS

ILLUSTRÉE

ROMANS, HISTOIRE, VOYAGES, LITTÉRATURE, SCIENCES, ETC.

CHAQUE OUVRAGE CONTIENT
DE 400,000 À 650,000 LETTRES D'IMPRESSION, C'EST-À-DIRE LA PARTIE DE DEUX
OU TROIS VOLUMES DE CABINET DE LECTURE

OUVRAGES EN VENTE

1. **L'Italian**, par ANNE RADCLIFFE.
2. **Les Parvenus** par PAUL FÉVAL.
3. **Les Chercheurs d'or**, par ÉMILE GONZALÈS.
4. **La Chasse aux millions**, par CH. DESLY.
5. **La Lionne**, par FRÉDÉRIC SOULIÉ.
6. **La Fontaine Sainte-Catherine**, par DUCRAY-DUMINIL.
7. **Les Souterrains de Saint-Denis**, par CLÉMENCE ROBERT.
8. **Les Mémoires du Diable**, par FRÉDÉRIC SOULIÉ.
9. **Les Mémoires du Diable** (2^e série), par FRÉDÉRIC SOULIÉ.
10. **Les Mémoires du Diable** (3^e série), par FRÉDÉRIC SOULIÉ.
11. **Les Mémoires du Diable** (4^e série) par FRÉDÉRIC SOULIÉ.
12. **Le Bachelier de Salamanque**, par LE PAGE.
13. **La Révolte de l'Inde**, par A. BONNEAU et R. HYENNE.
14. **Julie** par FRÉDÉRIC SOULIÉ.
15. **Calomnie**, par HIPPOLYTE BONNELLIEN.
16. **La Baronne trépassée**, par PONCE DU TERRAIL.
17. **Les Enfants de la nuit**, par BULLWER.
18. **La Fée des grèves**, par PAUL FÉVAL.
19. **Le Maître d'école et Eulalie Pontois** par FRÉDÉRIC SOULIÉ.
20. **Le Magnétiseur**, par FRÉDÉRIC SOULIÉ.
21. **La Lingère** par ALPHONSE SIGNOL.
22. **Le Lion amoureux et Diane et Louise**, par FRÉDÉRIC SOULIÉ.
23. **Le Vieux**, par AUGUSTE RICARD.
24. **Julia, ou les Souterrains du château de Mazini** par A. RADCLIFFE.
25. **Les Quatre sœurs**, par FRÉDÉRIC SOULIÉ.

BIBLIOTHÈQUE CHRÉTIENNE

DE L'ADOLESCENCE ET DU JEUNE AGE

Chaque volume est orné d'une gravure

VOI. NES IN-8°, EN BELLE RELIURE, ÉCUSSON ET TRANCHES DORÉES

1. **Beautés des lettres de madame de Sévigné.** 1 vol.
2. **Beautés et merveilles des Russies d'Europe et d'Asie,** par PRIEUR DE SOMBREUIL. 1 vol.
3. **Conquête du Mexique,** par FERNAND CORTEZ, suivie de quelques documents officiels sur l'expédition française en 1862. 1 vol.
4. **Délassements de mon fils,** par A. E. DE SAINTES. 1 vol.
5. **Encouragements à l'adolescence,** par M^{lle} JULIA MICHEL. 1 vol.
6. **Fastes de l'Église,** ou Vies de quelques saints illustres, par M. l'abbé JEA RENT. 1 vol.
7. **Généreux bienfaiteur (le),** ou Retour de la Californie, par RÉGI HELLIMER. 1 vol.
8. **Illustrations de la marine française,** par A. FRESSE-MONTVAL. 1 vol.
9. **Légendes historiques** (les , suivies d'autres Episodes, par RÉNÉ DE MONT-LOUIS. 1 vol.
10. **Louis,** ou les Conseils donnés par l'exemple, par EMMANUEL CHRISTOPHE. 1 vol.
11. **Mosaïque religieuse** (la), par E. DE ROMALTE. 1 vol.
12. **Paraboles de l'Évangile expliquées,** par M^{me} ALIDA DE SAVIGNAC. 1 vol.
13. **Récits au coin du feu,** ou Promenade en Piémont, par M^{lle} CLARA FILLEUL DE PÉTIGNY. 1 vol.
14. **Soirées d'un grand-père** par M^{me} GRANDSARD. 1 vol.
15. **Veillées d'hiver,** ou la Jolétray, par M^{lle} CLARA FILLEUL DE PÉTIGNY. 1 vol.
16. **Vétérans** (l), ou Scènes arméricaines, par L. H... 1 vol.
17. **Vie de N.-S. Jésus-Christ,** par le R.P. DE LIGNY. 1 vol.

LIBRAIRIE FRANÇAISE

BIBLIOTHÈQUE LITTÉRAIRE

Chaque volume est orné de gravures

VOLUMES IN-8° ÉLEGAMMENT RELIÉS, RICHE PLAQUE DORÉE ET TRANCHES DORÉES

1. **Alfred de Reinière**, par MARIE GOATIER. 1 vol.
2. **Anecdotes morales**, ou les Vertus en action, par l'abbé F... 1 vol.
3. **Age de la maison (l')**, par A. E. DE SAINTES. 1 vol.
4. **Arthur** ou le Triomphe de la vertu. 1 vol.
5. **Bernardine**, Épisode des guerres de la Vendée, par TH. MIDY. 1 vol.
6. **Chaumière d'Avrigny (la)**, par RÉGIS HELLIMER. 1 vol.
7. **Deux orphelins (les)**, par A. E. DE SAINTES. 1 vol.
8. **Devoirs et Vertus** ou la Ferme des Églantiers. 1 vol.
9. **Dieu bénit le travail**, par M^{lle} CLARA FILLEUL DE PÉTIGNY. 1 vol.
10. **Édouard**, ou le Siège de Saragosse, par L. MÉRY. 1 vol.
11. **Enfant de la Vallée (l')**. 1 vol.
12. **Fidèle**, ou Un bienfait n'est jamais perdu, par M^{lle} CLARA FILLEUL DE PÉTIGNY. 1 vol.
13. **Fils de la Veuve (les)**. 1 vol.
14. **Histoire de l'Église**, par LHMOND. 1 vol.
15. **Histoire de la Religion**, par LHMOND. 1 vol.
16. **Iwan**, Épisode de la campagne de Russie, par AIMÉ SAINT-BRICE. 1 vol.
17. **Jean et Julien**, par A. E. DE SAINTES. 1 vol.
18. **Michaël le jeune chevalier**, par A. E. DE SAINTES. 1 vol.
19. **Morale par les fleurs (la)**. 1 vol.
20. **Morale en action**. 1 vol.
21. **Mystères du jeune âge**, par A. A. MARTIN. 1 vol.
22. **Nécessité du travail (la)**, par A. E. DE SAINTES. 1 vol.
23. **Oncle Jean (l')**, par RÉGIS HELLIMER. 1 vol.
24. **Paresse et Gourmandise**, par RÉGIS HELLIMER. 1 vol.
25. **Paul Royer** ou le Jeune sculpteur, par M^{lre} A. GRANDSARD. 1 vol.
26. **Quatre petits Savoyards (les)**, par A. E. DE SAINTES. 1 vol.
27. **Roger** ou la Fidélité du Breton, par ABEL MAIRICE. 1 vol.

Os livros na cidade: novos espaços de consumo

Na São Paulo oitocentista não se desenvolveram os charmosos salões literários que a moda francesa impunha à vida intelectual cidadina. Estas reuniões serão mais freqüentes nos anos de 1900, havendo algumas que se tornaram célebres, como as de dona Yolanda Penteadó e as de Freitas Valle, na Villa Kyrial. Sim, houve o salão de dona Domitila de Castro Canto e Melo, a marquesa de Santos, onde se discutiam mais os princípios liberais do que se dava voz à musa, mas era este exceção criada por uma fidalga de espírito mais avançado que os das damas da sociedade de seu tempo.⁷⁷⁰

Os espaços de sociabilidade mais comuns no Oitocentos, sobre os quais se sobrepuseram as atividades do espírito e, em particular, as práticas de leitura, foram as sociedades maçônicas, as associações e os *clubs* dos quais temos nos ocupado. Confirmando, desse modo, o diagnóstico apresentado por Américo de Campos, citado noutra seção.

Significativo desta combinação entre lazer e cultura foi o *Club Euterpe Commercial*, situado na rua da Imperatriz. De acordo com o anúncio publicado em 1878:

“O fim d’esta sociedade é **offerecer aos socios reuniões, danças, música, leitura e conversação**, jogos lícitos e festejos carnavalescos. Tem uma escola para instrução elementar de música e dança, e uma excelente banda de música instrumental”.⁷⁷¹

note-se que a prática de leitura aparece associada a outras formas de entretenimento, como a dança e os jogos lícitos.⁷⁷²

⁷⁷⁰ “Quanta diferença entre o esplendor de dona Domitila, muito altiva e desdenhosa em seus trajes de corte [...] e essa sorridente senhora, aparentemente reconciliada com a alegria de viver na capital de sua província, onde era benquista pelos estudantes da Academia de Direito. Muito participante, exercia atividade política, cabalando votos para seu partido, o Liberal, na época das eleições...”. Carlos Marcondes de Moura, *Vida cotidiana de São Paulo*, *op. cit.*, p.382.

⁷⁷¹ *Indicador profissional...* para o ano de 1878, *op. cit.*, p.144. [grifos meus].

⁷⁷² Tal qual se anuncia em um volume do *Catálogo Garraux*, de 1866: “*Fado (O)*, novissimo livro, ou jogo de sortes engraçadas, offerecendo um gostoso entretenimento das companhias sociaes e divertidas. 1 vol. em-8º encadernado.....2\$000”. *Catálogo*, 1866, p.95.

Em contrapartida, as práticas de leituras podiam ser anunciadas como forma de lazer, como demonstra a tira publicada na *Gazeta do Povo*, em 1882, por Dolivaes Nunes:

“Gabinete de Leitura

Acha-se inaugurado um gabinete de romances escolhidos, novidades litterarias e obras scinetificas, que será desenvolvido progressivamente, conforme as exigencias dos senhores assignantes.

Condições de assignaturas:

30 dias, pagamento adiantado.....2\$000

90 dias, pagamento adiantado.....5\$000

Caução.....5\$000

As assignaturas podem principar em qualquer dia do mez, não se accitando assignaturas por menos de 30 dias.

Cada um dos srs. assignantes póde ter em seu poder um volume, á sua escolha, pelo tempo de lhe convier, durante o prazo da assignatura, não lhe sendo facultado retirar mais do que um volume por cada vez.

18, rua do Imperador, 18.⁷⁷³

“Bares e cafés se tornaram espaços de expressão nesta época, assinalando, inclusive, sua dispersão pela área central.

Nas seções anteriores fizemos algumas considerações, muito ligeiras, é verdade, sobre a importância das repúblicas e das tavernas na vida intelectual cidadina. Mas os tempos haviam mudado. Não podemos imaginar que em uma cidade que assistira a uma verdadeira explosão demográfica – considerando os padrões da época – como esta que se verifica na década de 1890, com participação intensa do elemento estrangeiro, se conservassem os mesmos hábitos de dantes.

⁷⁷³ *apud.* Alzira Lobo de Arruda Campos, “População e sociedade em São Paulo no século XIX”. *História da cidade São Paulo. A cidade no Império.* Paula Porta (Org.), *op. cit.*, p.56. Para o estudo do desenvolvimento de outras formas de lazer associadas ao alargamento de modos de vida urbanos, ver, ainda, Judith Mader Elazari, *Lazer e vida urbana.* São Paulo 1850-1910. Dissertação de mestrado. Departamento de História, FFLCH-USP, 1979.

Segundo Henrique Raffard era impossível enumerar todas as confeitarias, cafés e restaurantes que ele visitou nos anos de 1890

“darei só que o Nagel continua na rua 15 de Novembro (es-rua da Imperatriz), onde recentemente estabeleceu-se a *Gentil Pastora*, que no largo do Rosário subsiste ainda o *Café de Java*, mas como novidade notei no largo de S. Bento o *Café do Terraço Paulista*, servido por caixeiras amáveis, sendo uma delas *hermosa hija* de Castilha – outra novidade é o *Café do Chá* inaugurado nas vésperas do Carnaval”.⁷⁷⁴

Ainda assim, parece que muitos acadêmicos cultivavam antigos hábitos, como os das visitas às casas de amigos e de parentes. Apenas os estudantes fluminenses, como atesta um ex-aluno da Academia, traziam da Corte o costume de se reunirem nos estabelecimentos comerciais da cidade. O que eles gostavam era de:

“tagarelar às mesas do Café Java e da Confeitaria Paulicéia, ou às portas da Casa Garraux, Livraria Teixeira e Charutaria Gonçalves”.⁷⁷⁵

Tagarelar. Este vernáculo só poderia ter nascido em meados do Oitocentos – como informa o *Dicionário Houaiss*⁷⁷⁶ – vale dizer, neste contexto de expansão das cidades e de crescimento da população urbana. Tagarelar. Ler. Tagarelar sobre livros. Ler jornais, acompanhar os últimos títulos que surgiam no mercado, seguir a opinião dos críticos, os anúncios de livros. Folhear catálogos de livrarias. Ouvir os *cris* dos meninos jornalheiros nas ruas. Todas estas manifestações sem dúvida tornaram mais complexos os estudos sobre as práticas de leituras. Pois devemos contar com a culminância de diversos espaços que contribuíam para a difusão literária.

Os teatros desde longa data cumpriam seu papel. As cantigas e as modinhas, como vimos, faziam parte da tradição cultural cidadina. As caricaturas, os folhetos ilustrados, a exemplo do *Cabrião* e de tantos outros que se tornaram populares após o aparecimento da

⁷⁷⁴ Henrique Raffard, *Alguns dias na Paulicéia*, op. cit., p.16.

⁷⁷⁵ Everardo Vallim Pereira de Souza, “Reminiscências acadêmicas 1887-1891. Metamorfose da paulicéia provinciana em grande metrópole”. In: *Vida cotidiana na cidade de São Paulo*, op. cit., p.211.

⁷⁷⁶ “f. hist. tagarelar (1858)”. Instituto Antonio Houaiss. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

litografia.⁷⁷⁷ Tantos meios, quanto estudos sobre estes meios, não temos visto nestes últimos anos?! Os espaços de difusão, mas também de invenção e divulgação, como os quer Roger Chartier aí estão.⁷⁷⁸ Os impressos aludem a um aumento expressivo – quantitativo e qualitativo – dos mecanismos de transmissão da palavra, mesmo que não tenhamos, para isso, que adentrar no campo movediço, incerto e catastrófico das estatísticas de alfabetização.⁷⁷⁹

Assim os cafés sucederam as tavernas no espaço urbano central, correspondendo, dessa forma, a uma nova fase de refinamento cultural e das práticas de consumo. Ora, desde o Seiscentos os cafés (a bebida e os espaços) alimentaram a vida científica e política dos franceses, como escrevem alguns historiadores. Vale ressaltar que a pré-condição para sua existência foi a vivência urbana. De modo que eles não teriam sentido, fato que explica sua ausência na capital durante a primeira metade do século, sem uma camada de freqüentadores. Pois não está em jogo apenas o consumo, mas a prática, o hábito de usar os espaços públicos informais para palestras, debates, trocas de experiências... sendo a

⁷⁷⁷ “A litografia democratizou a imagem, tomando-a popular. O fascínio pela imagem e o desejo de estar próximo das coisas, no tempo e no espaço, estavam satisfeitos. Todos passaram a ler imagens. Todas as semanas. Por 500 réis apenas, o preço de um almoço, como observou Delio Freire dos Santos em sua introdução à edição fac-similar do *Cabrião*, outro jornal ilustrado por Agostini”. O que o autor ignora, mas que Delio Freire bem observou, é que o valor cobrado pela publicação era bastante alto, considerando que 500 réis equivalia ao preço do almoço em um hotel da cidade e, nesses tempos, este tipo de lazer era reservado para uma camada muito restrita da sociedade: “Com relação aos preços em vigor em 1867 na Capital paulista, anotamos o seguinte: o ‘Antigo Hotel das 4 Estações’, dava almoço ou ceia por 500 réis; o ‘Restaurante Provincial’, à rua da Esperança no. 56, cobrava a mesma importância por quarto mobiliado; custava também 500 réis uma passagem para Santos, pela ‘Diligencia Progresso Paulista’, de Luiz Behrendt, que ligava São Paulo à vizinha cidade do litoral”. Delio Freire dos Santos, “Primórdios da imprensa caricata paulista”. In: *Cabrião... op. cit.*, p.xli; Antonio Luiz Cagnin, “Foi o Diabo!”. In: *Diabo Coxo... op. cit.*, p.13.

⁷⁷⁸ “Disciplina e invenção, mas também distinção e divulgação [...] Os processos de imitação ou de vulgarização são mais complexos e mais dinâmicos e podem ser pensados, antes de tudo, como lutas de concorrência em que toda divulgação, outorgada e conquistada, produz ao tempo a procura de uma nova distinção”. Roger Chartier, *Leituras e leitores na França do Antigo Regime, op. cit.*, p.17

⁷⁷⁹ A propósito, anunciava o jornal *O Estado de S. Paulo*: “A cidade de S. Paulo – Notas de estatística. Dos 130.775 habitantes desta capital (cifra a que atingiu o recenseamento incompleto de 1893) eram homens 70.137 e mulheres 60.658. Sabiam ler e escrever 46.796 – pouco mais de 36 por cento. Freqüentavam as escolas 8.808 – sete por cento da população”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 de abril de 1895.

leitura uma prática *a priori* individual, ela apenas se torna coletiva e explícita quando os espaços de vivência da cultura são compartilhados. Daí sua importância.⁷⁸⁰

De forma análoga, podemos afirmar que a “metrópole do café”, como a chama Ernani Silva Bruno, entre outros historiadores do seu tempo, não estimulou apenas a circulação de capital. Este mesmo estímulo, o café, rendeu à cidade realizações materiais e uma vida cultural menos acanhada.

Em 1900, a população da cidade era de 239.820 e a do estado era de 2.282.279. O desenvolvimento das atividades econômicas, notavelmente da cafeicultura, mas também da indústria e do comércio, conferiam fôlego renovado à capital, de modo que todas estas pulsões tiveram efeito positivo sobre as matérias do espírito. Donde podemos concluir, como o demonstram os mapas apresentados no final deste segmento,⁷⁸¹ que a geografia das instituições de ensino e das instituições de leitura se sobrepõe à geografia das demais funções urbanas, econômicas, políticas e administrativas. E não poderia ser diferente, tendo em vista que as obras de infra-estrutura – a instalação de linhas de *bonds*, a central do Correio, o posto de telégrafos – se concentravam neste estreito espaço que remonta às origens históricas de São Paulo. Uma vez mais, devemos ressaltar que era este espaço privilegiado o de maior dinamismo econômico, portanto, de circulação de capital.

Neste mesmo ano de 1900, um memorialista afirma ser a 15 de Novembro (antiga rua da Imperatriz) a mais cosmopolita, pois reunia o maior número de estabelecimentos estrangeiros e de redações de jornais, revistas e a mais importante livraria da cidade, a Casa Garraux. Estabelecimentos que se confundiam com outros, como bancos, cafés, *clubs* e o escritório de uma das mais prósperas companhias ferroviárias do Estado. Segundo o autor:

⁷⁸⁰ Como escreve Michelet, à luz de um outro historiador que se voltou para esta temática: “‘As três idades do café, são aquelas do pensamento moderno’, e ele analisa com sutileza o fino aroma do café árabe, em seguida o sabor mais acre do café indiano, ‘o café de origem vulcânica fez explodir a Regência e o espírito novo’, - enfim o gosto pleno, encorpado, tanto nutritivo quanto estimulante do café das Antilhas, que ‘alimentou a idade adulta do século, a idade forte da *Encyclopédie*’”. Jean Leclant, “Le café et les cafés à Paris”. *Annales*. Economies, Sociétés, Civilisations. Paris, janvier-mars, 1951, p.1.

⁷⁸¹ Ver final do capítulo.

“Nella ficam as redacções dos jornaes *Correio Paulistano*, o decano da imprensa paulista, *Diario Popular*, *Estado de S. Paulo* e *Platée* e os luxuosos prédios em que funcionam o London and Brazilian Bank, o Banco União de S. Paulo, o London and River Plate Bank, o Banco Allemão, o Banco Commercio e Industria, o Club Internacional, a S. Paulo Railway Company, o Juízo Federal, o Restaurante Progredior, o Jockey-Club, a importante livreria Garraux e a Companhia Mechanica”.⁷⁸²

Na rua 15 de Novembro, continua:

“converge tudo quanto S. Paulo tem de mais selecto: políticos, jornalistas, acadêmicos, commerciantes, excursionistas, que formam às portas das lojas diversos grupos, onde discutem os mais variados assumptos.”⁷⁸³

A opinião é do autor. Ao que conclui em sua inquirição psico-social:

“à tarde e à noite é curioso ver-se a turba-multa de pequenos italianos que, em verdadeira correria, apregoam os jornaes, apenas saem das typographias. Soltam gritos estridentes, disputando uns aos outros a primazia na venda dos jornaes”.⁷⁸⁴

De fato, notamos que a presença de oficinas tipográficas no núcleo urbano se tornou mais expressiva nas últimas décadas do século. A organização de operários deste setor em torno da *Associação Typographica de Socorros Mútuos*, inaugurada em 7 de maio de 1876, testemunha em favor do incremento da produção de impressos na cidade:

“diversos tipógrafos reuniram-se nos salões da Propagadora para a apresentação e votação dos estatutos da recém fundada Associação Typographica de Socorros Mútuos. Ao que parece a Associação era integrada somente por operários (e não mais por proprietários) da profissão tipográfica”.⁷⁸⁵

O autor também faz alusão à associação patronal, organizada em 1859 pelos compositores do *Correio Paulistano*, e que teve como primeiro presidente Joaquim Roberto de Azevedo Marques. A *Sociedade Artística Beneficente* reuniu os proprietários de tipografias, com apoio de outros artífices, o que a difere da associação de socorros mútuos, esta forma

⁷⁸² O autor chama ainda a atenção para a redação do *Fanfulla*, na rua S. Bento. Alfredo Moreira Pinto, *A cidade de São Paulo em 1900*. Prefácio e notas de Byron Gaspar. Edição fac-similada. São Paulo: Governo do Estado, 1979. p.225.

⁷⁸³ *idem, ibidem*, p.226.

⁷⁸⁴ *ibidem*, p.227.

⁷⁸⁵ Artur José Renda Vitorino, *Máquinas e operários*. Mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Anna Blume; Fapesp, 2000, pp.123-124.

primitiva da organização sindical no Brasil. Em 1878, a *Sociedade Artística Beneficente* era presidida por Jorge Seckler.

Os anúncios publicados no *Indicador de São Paulo...* para o ano de 1878, apresentam um quadro bem distinto daquele observado vinte anos antes, no *Almanach* de 1858 [ver Capítulo III.1]. Foram anunciados os seguintes estabelecimentos tipográficos:

L. Garraux & Cia., rua da Imperatriz, 36 [endereço definitivo];

Antonio Elias da Silva (Typ. Commercial), rua da Quitanda, 3;

João José Teixeira & C.a (Typ. da Tribuna Liberal), rua da Princeza, 20;

João Mendes de Almeida (Typ. da Sentinella), Largo de São Gonçalo;

Joaquim Ribeiro de Azevedo Marques (Typ. do Commercio), rua da Imperatriz, 27;

Jorge Seckler (Typ. do Livro Verde), rua Direita, 15;

Paulo Delfino da Fonseca (Typ. do Diario de S. Paulo), rua do Carmo, 65;

Paulo Eberlein (Typ. do Livro de Ouro), rua de S. Bento, 65;

Pestana, Campos & C.^a (Typ. da Provincia de S. Paulo – Adm. José Maria Lisboa), rua da Imperatriz, 44.786

Segundo anúncio publicado em 1878, a *Typographia, Papelaria e Livraria em Branco* de Jorge Seckler era

“um dos mais reputados em sua especialidade no Brasil [...] Fabrica e tem sempre á venda um immenso sortimento de livros em branco, de todos os tamanhos e riscados de todo o genero”.⁷⁸⁷

A firma oferecia, ainda, uma série de vantagens para seu público-alvo: “repartições públicas de estradas de ferro, directores de collegios e outros quaesquer estabelecimentos [...] quer da Provincia, quer do Rio de Janeiro”. E, sendo a papelaria “a principal especialidade da casa Seckler [...] “encontra-se [sic] também muitos artigos necessários aos engenheiros, collegios, bancos etc.”.⁷⁸⁸

⁷⁸⁶ *ibidem*, p.197-198.

⁷⁸⁷ *Indicador profissional de São Paulo...*1878, p.244.

⁷⁸⁸ *idem, ibidem*, pp.244-245.

Quanto à maquinaria disponível:

“Tendo 2 prelos especiaes, está apta para apromptar cartões de visita e cartões circulantes, com toda a elegância e nitidez, em muito pequeno espaço de tempo [...] Tendo quatro excelentes prelos mechanicos está em condições de emprehender todo e qualquer trabalho typographico, **com especialidade em impressões de luxo**, que lhe tem servido premios em exposições.

Pautação e Encadernação – Ninguém, na Provincia, póde fazer trabalhos n’este genero com mais elegancia que a casa Seckler, por ter ultimamente recebido da Allemanha material precioso, e contar com officiaes peritissimos”⁷⁸⁹

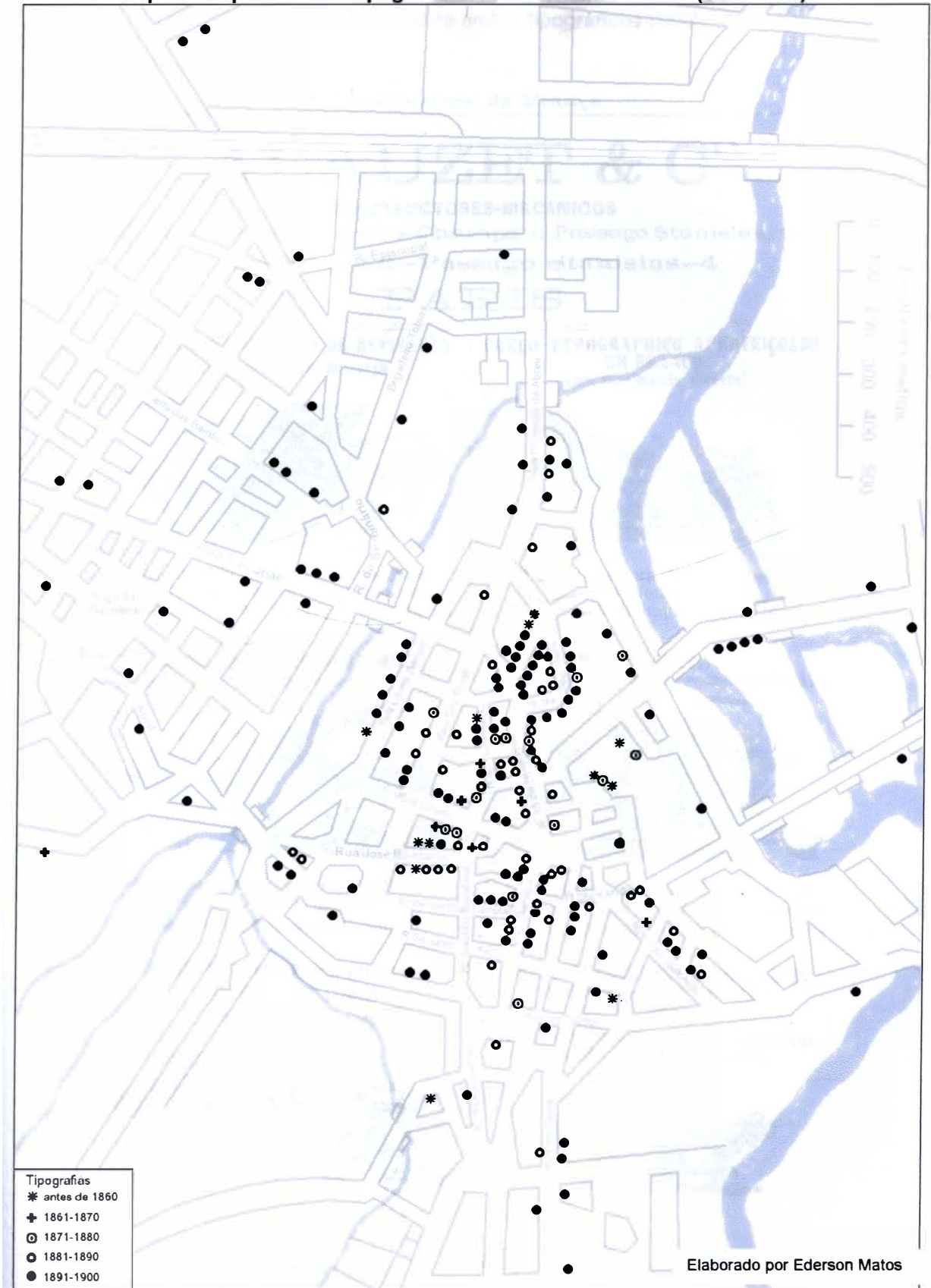
/ Donde se conclui que a tipografia de Jorge Seckler, reputada a maior da cidade no final da década de 1870, possuía apenas prelos mecânicos e se voltava para a produção de volumes luxuosos. Portanto, parecia longe de seus horizontes a possibilidade de produção em larga escala, ou seja, de livros a baixo custo. Apenas no final dos anos de 1880 esta empresa anunciará a aquisição de uma máquina a vapor. Isso porque as primeiras máquinas movidas pelo princípio de Watt aparecerão apenas no final do século XIX, com um atraso de pelo menos meio século em relação à produção européia.⁷⁹⁰ Curioso notar que no início do século tornaram-se correntes os anúncios de máquinas de impressão, vendidas na faixa de 10 a 20 contos de réis. Uma fortuna, sem dúvida. Estes aparelhos portáteis, ideais para a impressão de panfletos aos milhares, como indicam os anúncios, estavam longe de comportar trabalhos mais elaborados.⁷⁹¹

⁷⁸⁹ *ibidem*, p.245. [grifos meus].

⁷⁹⁰ Note-se que apenas na época de Monteiro Lobato cogitou-se modernizar o setor gráfico, através da aquisição de máquinas com maior capacidade produtiva e possibilidade de melhorias na apresentação do livro. Na década de 1920, o tipógrafo Antonio Bernardo Canellas publicou um relatório bastante minucioso sobre o atraso deste setor no Brasil e das péssimas condições de trabalho e de formação profissional em que se encontravam os operários gráficos. cf. Laurence Hallewell, *op. cit.*, pp.252-253; Antonio Bernardo Canellas, *Questões profissionais da indústria do livro*. Rio de Janeiro: s.ed., 1924. Para maiores informações sobre a evolução das indústrias tipográficas no século XIX, ver capítulo IV-1.

⁷⁹¹ Estes anúncios aparecem nos *Almanaques Laemmert* a partir dos primeiros anos do século XX, sendo a empresa responsável por sua distribuição, tanto no mercado fluminense como em outras localidades do país. O anúncio que reproduzimos adiante (foto 11) antecipa a fase de venda direta no Rio de Janeiro.

Mapa 9 - Expansão das Tipografias na cidade de São Paulo (1850-1900)⁷⁹²



⁷⁹² A planta foi elaborada através dos dados coligidos por Janice Gonçalves, *Música em São Paulo...*, *op. cit.*

Industriaes da França

ALAUZET & C^{IA}

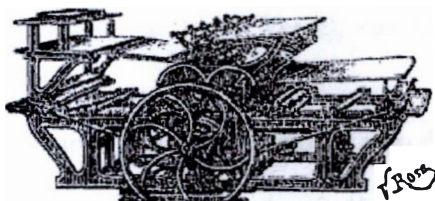
CONSTRUCTORES-MECANICOS

87, Rue Notre-Dame-des-Champs e Passage Stanislas, 4 e 6

ADMINISTRAÇÃO: 4-Passage Stanislas-4

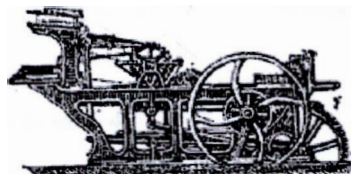
PARIS

PRELO TYPOGRAPHICO DE RETIRAÇÃO
com margem em descarga.



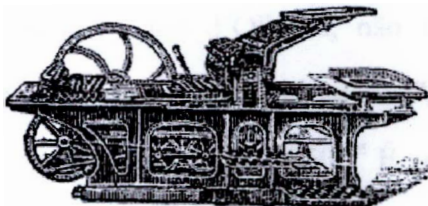
Perto de 1,800 prelos deste modelo e de todos os formatos funcionão nas typographias da França e do estrangeiro.

PRELO TYPOGRAPHICO APERFEIÇADO EM BRANCO
(com movimento directo)



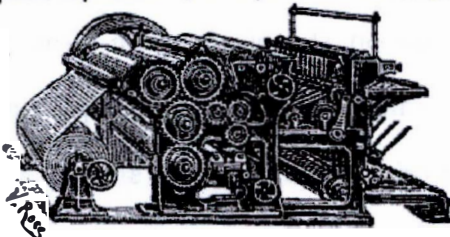
Este modelo tem um grande desenvolvimento e é destinado às impressões de luxo.

NOVO PRELO LITHOGRAPHICO
(privilegiado na França e no estrangeiro)



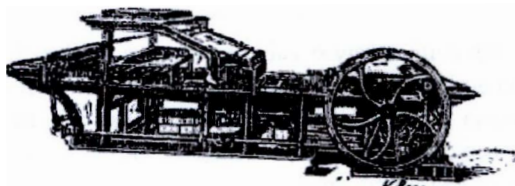
Este prelo funciona com o maximo successo nas primeira casas de lithographias do mundo

PRELO ROTATIVO
para a impressão de jornaes, denominado ECLAIR



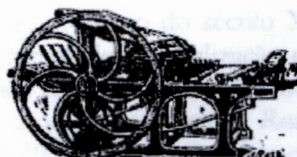
Este prelo funciona em Paris na typographia da *Petite République Française* com a tiragem diaria de 70,000 por hora.

PRELO TYPOGRAPHICO EM BRANCO PARA DUAS CORES
(Sy tema aperfeiçoad)



PRELO TYPOGRAPHICO EM BRANCO,
denominado «EXPRESS»
com movimento directo.

Mais de 2,000 prelos deste modelo funcionão em todos os aizes.



1725

Os anúncios de encadernadores e fabricantes de livros brancos – entre os quais figura um instituto de formação profissional⁷⁹³ – reafirmam o crescimento da atividade livresca na cidade. Afinal, o serviço de encadernação não se destinava apenas às obras ditas “imprestáveis”, segundo os termos expressos na correspondência de um bibliotecário da Faculdade, mas também às obras novas, no caso de terem sido adquiridos “volumes brochados”, ou seja, sem encadernação. Eram os principais encadernadores da cidade, segundo a mesma fonte supracitada:

Instituto de Educação de Artífices (só encadernação), Brás;

Jorge Seckler (Ao Livro Verde), rua Direita, 15 – que também se dedicava à atividade tipográfica;

Mello e Baruel (Ao Livro Branco), Largo de São Francisco, 4;

Paulo Eberlein, também tipógrafo (Ao Livro de Ouro), rua de S. Bento, 65.⁷⁹⁴

Quanto às livrarias, podemos afirmar que em 1878 as mudanças já e visíveis A livraria do “Pândega” soçobrou e não parece ter deixado saudades. Assim como a loja de Bernardino José Dias d’Oliveira, não figura mais nos anúncios da década de 1870. Também não houve mais notícias do “gabinete que aluga livros”, de Mme. Guilhem, situado na rua da Imperatriz, n° 50.⁷⁹⁵ É verdade que este novo mercado livreiro anunciado no *Indicador* de 1878 constitui pequena amostra do comércio de livros da época todavia, estamos a tratar dos exemplares mais significativos que temos conhecimento no burgo planaltino. Estas lojas não anunciam apenas a já referida cosmopolitização da cultura local,⁷⁹⁶ mas o refinamento do comércio situado no núcleo central, demonstrando, nesta

⁷⁹³ Ao se referir à evolução das revistas ilustradas paulistas, no início do século XX, Ana Luiza Martins lembra que “o Liceu de Artes e Ofícios oferecia cursos de especialização para tipógrafos que, além das aulas de tipografia, gravura e encadernação, recebiam treinamento em fotografia, prática inserida nas Oficinas de Artes Complementares”. Ana Luiza Martins, *Revistas, em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república (1890-1922)*. São Paulo: Edusp; Imesp, 2001, pp.168-170.

⁷⁹⁴ *Indicador de São Paulo... 1878, op. cit.*, p.180.

⁷⁹⁵ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo*, 1858, edição facsímile; *idem*, para o ano de 1873.

⁷⁹⁶ Em 1886, a população estrangeira estimada na capital era de 12.290 (25,8%) imigrantes para um total de 47.697 habitantes (74,2%). Em 1890 este quadro se mantém em equilíbrio, apresentando o percentual de 77,9% nacionais para 22,1% de estrangeiros. Já em 1893, temos 44,4% de nacionais contra 55,6% de estrangeiros. Nesta época, italianos, portugueses, espanhóis e alemães são os

fase, um primeiro indício de hierarquização dos espaços, de modo que o velho comércio, com seus tipos populares, era pouco a pouco afastado do Centro antigo.

No *Indicador profissional*, três anúncios confirmam estes novos traços do mercado livreiro da capital:

A. L. Garraux & Cia. (Livraria Acadêmica), rua da Imperatriz, 36 e 38;

Ricardo Matthes (Livraria Brasileira e Allemã), rua da Imperatriz, 43;

Agência de livros e jornaes portuguezes de Abilio A. S. Marques. Rua da Imperatriz, 44;

Em 1885, foram anunciadas no *Almanaque da província* 4 livrarias:

Casa Garraux, rua da Imperatriz;

Livraria Paulista, *rua S. Bento*;

Casa Eclética, *rua S. Bento*;

Empresa Litteraria Fluminense, *rua Direita*.⁷⁹⁷

Três anos mais tarde (1888), o mesmo *Almanaque* apresenta outras novas livrarias, além daquelas já conhecidas no mercado:

Empresa Corazzi Litteraria, *Largo da Sé*;

Fernandes & Companhia (Casa Garraux);

J. P. Leão, Livraria Escolar, rua da Boa Vista;

Jeronimo Azevedo, Livraria Azevedo, rua Direita;

Teixeira e Irmão, Livraria Teixeira, rua S. Bento.⁷⁹⁸

Em 1894, foram identificadas as seguintes livrarias, sendo este quadro bem mais amplo do que os anteriores:

Livraria Alves, rua da Quitanda, nº 9;⁷⁹⁹

grupos mais expressivos. cf. Emplasa. *Memória urbana*. A grande São Paulo até 1940. São Paulo: Arquivo do Estado; Emplasa; Imprensa Oficial, 2001, pp.46-49.

⁷⁹⁷ *apud*, Raimundo de Meneses, “As primeiras e mais antigas livrarias de S. Paulo”, *op. cit.*, pp.195-196.

⁷⁹⁸ *idem, ibidem*, p.196.

⁷⁹⁹ “No dia 23 de abril de 1894, uma segunda-feira, exatamente à uma hora da tarde, inaugurou-se, na cidade de São Paulo, à rua da Quitanda, no.9, a Livraria Alves & Comp. O acontecimento

Livraria Popular, de Affonso Agoût, rua S. Bento, 2;

Livraria Alleman, de Heirich Grobel, rua Florêncio Abreu, 108;800

Livraria Universal, Laemmert & C., rua do Commercio, 25;801

J. B. Endrizzi C., rua Boa Vista, 74;

Teixeira & Irmão, rua S. Bento, 65 e rua Direita, 34;

Casa Garraux, de Thiollier & Comp., rua 15 de Novembro, 40;

Victoria Store (livros ingleses), rua S. Bento, 8 B.

Lojas de livros usados (compra e venda):

Joaquim Rabelo & C., rua Libero Badaró, 106;

Santos & C., rua São José, 399.802

Em 1895, notam-se outras alterações no ramo:

Melilo & C., rua S. Bento, 93;

Livraria Civilização, de Costa & Santos, rua de São João, 10;803

Livros usados⁸⁰⁴

Bertholotti Aldrovandi, rua da Boa Vista, 18 C.;

Henrique Gabriel, rua Florêncio de Abreu, 108.805

mereceu a atenção do governo do Estado e da imprensa paulista”. *O Estado de S. Paulo*, 24 de abril de 1894, folha 2. *apud.* Marisa M. Deaecto, “A Livraria Francisco Alves em São Paulo...”, *op. cit.*

⁸⁰⁰ Ligada à Escola Alemã, mais tarde, Colégio Porto Seguro.

⁸⁰¹ Com sede no Rio de Janeiro e filial no Recife.

⁸⁰² *Completo Almanak Administrativo, Commercial e profissional do Estado de São Paulo para 1895*, contendo todos os municípios e districtos de paz. Nono anno. Regularizado segundo os decretos por Canuto Thorman. São Paulo: Editora Companhia Industrial de São Paulo, 1895.

⁸⁰³ Muito provavelmente a mesma firma que aparece no anúncio de 1895, na seção de livros usados, em outro endereço. Neste novo anúncio, a empresa acentua o caráter cosmopolita da cidade e, por conseguinte, a expansão do público leitor: “Livraria Civilização Casa Editora – Costa & Santos. 10 C, Rua de São João – S. Paulo. **Todos os Estados do Brazil têm filhos residindo nesta capital**”. *Almanach illustrado para 1896*. Anno I. São Paulo: J.G. d’Arruda Leite, 1897. [grifos meus].

⁸⁰⁴ A primeira notícia de comércio ambulante de livros foi dada por Nuto Santana. Escreve o autor que “um tal de Paulo Vitolo, que, por sinal, devia ser analfabeto, e que assim se dirigiu ao governador [sic] da cidade, nos começos de 1889: ‘diz Paulo Vitolo que, desejando estacionar com uma carrocinha com livros na rua de São João, em frente ao Mercadinho, vem pedir-vos o necessário alvará. Por ser de justiça. E.R. Mce. São Paulo, 11 de agosto de 1889. Pelo supplicante, Carlos de Felice”. O pedido foi indeferido, sob o seguinte argumento: “A rua de São João é de grande trânsito e muito estreita, não convindo por isso conceder a licença de estacionamento pedida”. Raimundo de Menezes, “As primeiras e mais antigas livrarias...”, *op. cit.*, p.196.

Eram outras as circunstâncias no novo século XX. No *Almanak Laemmert* (1903-1904), foram anunciadas 19 casas do ramo livreiro, que se distribuíam entre vendedores de livros novos e usados, papelarias e materiais para escritório. Vejamos, então, como se fecha este quadro de anúncios de livrarias nos *almanaques*:

Livrarias e objetos de escriptorios (negociantes de):

C. Hildebrand & Comp., 15 de Novembro, 40 A;⁸⁰⁶

C. Teixeira, São João, 4;

Duprat & C., Direita, 14;

Fagundes & C., S. Bento, 10 A;

Francisco Alves & C., S. Bento, 45;

Henrique Groebel, Florêncio de Abreu, 92;

Irmãos Bertolotti, Florêncio de Abreu, 4;

J. de Melo Abreu, 15 de Novembro, 58;

Laemmert & C., 15 de Novembro, 32;

M. Flexa, rua Capitão Salomão, 7C;

Miguel Melillo & C., rua S. Bento, 65;

Pedro de Magalhães, rua do Commercio, 29;

Selman Lafer, rua Amaral Gurgel, 55;

Silvio Mori, rua do Rosário, 3 A.

Livros novos e usados (negociantes de):

Alberto Nogueira, Largo da Sé, 15;

Augusto Duprat & C., S. Bento, 21 A;

Augusto Gazeau, Largo da Sé, 9;

José da Câmara, travessa do Braz, 36.⁸⁰⁷

⁸⁰⁵ Note-se que se trata da mesma livraria ligada ao Colégio Alemão. Contudo, o proprietário nacionalizou seu nome e se inscreveu na seção de livros usados. *Completo Almanak Administrativo, Commercial e profissional do Estado de São Paulo*, para 1895, *op. cit.*

⁸⁰⁶ *Casa Garraux*.

⁸⁰⁷ *Almanak-Laemmert de São Paulo, indicador para 1903-1904*. Obra estatística e de consulta, organizada pela Companhia Tipographica do Brazil. Rio de Janeiro: Laemmert & Comp., 1905.

／ O painel se tornaria mais amplo se fosse possível mapear o que chamamos de atividades livreiras de ocasião desempenhadas por comissários de importação e exportação sediados na capital. O próprio Anatole Louis Garraux, já o vimos, dedicou-se a esta atividade. Victor Nothmann, a quem nos referimos noutra seção, fechou diversos contratos de venda de livros com a direção da Faculdade de Direito. Cópias de faturas registradas pelos bibliotecários no início do século XX, demonstram que esta instituição mantinha contatos com as principais livrarias da cidade, mas também com livreiros do Rio de Janeiro e outros do exterior, pois há valores expressos em moedas estrangeiras. Estas informações, por mais soltas e insuficientes que possam parecer - e o são de fato, pois não nos permitem uma análise sistemática das empresas responsáveis pela venda de livros na capital na virada do século - elas amarram bem a idéia de internacionalização do mercado livreiro e a ação de diversos agentes neste setor.

Se nos detivermos ao mapeamento das livrarias paulistanas tendo por base os anúncios publicados nos almanaques, podemos delinear algumas características deste mercado.

A presença de filiais ou agentes de empresas sediadas no Rio de Janeiro, como a livraria Laemmert e a Francisco Alves, o que testemunha o interesse despertado por São Paulo nas duas últimas décadas do século, é um primeiro aspecto digno de nota.

Nesta listagem temos o embrião de livrarias que atravessaram quase todo o século XX na área central paulistana, tendo elas mesmas sido responsáveis por importantes capítulos da história do livro no Brasil. Este é o caso da Livraria Teixeira, que fechou as portas na rua Marconi há certa de dez anos.

A Livraria de Augusto Gazeau, localizada no Largo da Sé foi muito famosa. Acreditamos ter sido o primeiro alfarrábio – ou sebo, como dizemos em São Paulo – de massa. Aliás, o destaque dado aos sebos nas últimas listagens sugere sua importância no mercado. Talvez a palavra importância seja um pouco exagerada, mas salta às vistas o fato deste ramo específico do comércio livreiro ter logrado expressão na virada do século.

Afinal, o aparecimento de alfarrábios nas cidades testemunha maior circulação de livros, o que permite a formação de coleções, pequenas ou vultosas no ambiente familiar. Por outro lado, a comercialização desses livros usados denota certo desprendimento da parte dos proprietários, ou de seus familiares, no caso de falecimento do colecionador, o que era mais comum, na relação com os livros. Assim os livros legados por familiares, que não serão vendidos para a formação de novas bibliotecas, mas no varejo, para uma massa anônima de interessados, é significativo do significado mercadológico que este tipo de legado para a ter, confirmando, em certa medida, as mudanças de comportamento assinaladas no tópico anterior.⁸⁰⁸

Voltemos à questão da cartografia do sistema literário. As primeiras livrarias surgiram em espaços contíguos aos mais importantes espaços públicos da cidade: o Pátio do Colégio e o Largo da Sé. Em seguida, elas se espalharam pelas vias públicas circunscritas ao Triângulo histórico. Foi apenas nas duas últimas décadas do século que o desenvolvimento do mercado livreiro implicou na sua expansão geográfica. Passamos, então, encontrar livrarias que avançaram para o Norte, pela rua Florêncio de Abreu e na direção Oeste, pela rua São João, também conhecida como radial do café. Note-se que nesta rua houve o primeiro registro de tentativa de comércio ambulante de livros. Embora a iniciativa não tenha obtido êxito, pois foi impedida pelas autoridades locais, podemos afirmar que ela dificilmente teria ocorrido na área do Triângulo, por ser a mais valorizada e protegida do núcleo central.

Isso não quer dizer que as livrarias inexistiram nos arrabaldes, ou mesmo nos desvãos do Centro.⁸⁰⁹ Como afirmamos anteriormente, os espaços são hierarquias, são

⁸⁰⁸ Outra questão suscitada diz respeito às mudanças jurídicas atinentes a todo processo de herança. Este tema foi analisado por Artur Anselmo, que atribui o aumento de alfarrábios em Lisboa, nos anos de 1830, devido às reformas liberais que terminaram com o morgadio e destituíram os bens da Igreja. cf. Artur Anselmo, “Alfarrábios, alfarrabistas e bibliófilos”. In: *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães, 1997, pp.129-142.

⁸⁰⁹ Um só anúncio elucidado bem a questão dos circuitos dominantes e outros, que coabitam de forma marginal, na cidade: “Livraria Evangelica – Travessa da Barreira, 13. *Província de S. Paulo*. 19.01.1875. Único anúncio, de uma só linha, no ano inteiro! Anatole Garraux chegou a ocupar meia página em uma edição de domingo deste jornal.

idéias, são ideologias. Estas idéias, ou ideologias, aparecem estampadas nas fachadas dos edifícios, nos quais o ecletismo se tornou a expressão dominante;⁸¹⁰ na toponímia, onde os nomes de paulistas ilustres, tais como os de José Bonifácio, Senador Feijó, Libero Badaró – que adotara a terra como sua – vinham reforçar sua tradição liberal e bacharelesca. No final do século, uma rua Benjamin Constant⁸¹¹ surge entre as ruas José Bonifácio e Senador Feijó. Não nos parece mera coincidência que as principais alterações na toponímia da área central tenham ocorrido no entorno da Faculdade de Direito.⁸¹² Malgrado todas as mudanças, era este, enfim, o maior símbolo da cidade intelectual no alvorecer republicano.

⁸¹⁰ A este respeito cf. Carlos Lemos, *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985.


⁸¹¹ Mas não se trata de homenagem ao então Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, autor da reforma do ensino de 1891, e sim ao juriconsulto francês dos tempos de Napoleão I.

⁸¹² cf. Maria Vicentina do Amaral Dick, *A dinâmica dos nomes...*, *op. cit.*

Mapa 10 - Expansão das livrarias na cidade de São Paulo (1858-1905)



 Livrarias de 1858-1878

 Livrarias de 1880-1905

Legenda

- D1 - Livraria Casa Garraux
- D2 - Livraria de H. L. Levy
- D3 - Livraria de Jose Fernandes de Souza
- D4 - Agência de livros e jornaes portuguezes
- D5 - Livraria de Bernardino José Dias d'Oliveira
- D6 - Livraria Brasileira e Allemã
- D7 - Livraria de Gustavo Gravesnor
- D8 - Livraria Alleman
- D9 - Henrique Grobel
- D10 - Irmãos Bertolotti
- D11 - Livraria Civilização
- D12 - Melilo & C.
- D13 - Santos & C.
- D14 - Miguel Melillo & C.
- D15 - Casa Teixeira
- D16 - Francisco Alves & C.
- D17 - Livraria Paulista
- D18 - Livraria Escolar J. P. Leão
- D19 - Livraria de J. B. Endrizzi C.
- D20 - Bertholotti Aldrovandi
- D21 - J. de Melo Abreu
- D22 - Livraria Teixeira
- D23 - Augusto Duprat & C.
- D24 - Joaquim Rabelo & C.
- D25 - Fagundes & C.
- D26 - Livraria Alves
- D27 - Laemmert & C.
- D28 - Livraria Universal
- D29 - Casa Eclética
- D30 - Victoria Store
- D31 - Pedro de Magalhães
- D32 - Livraria Popular
- D33 - Livraria Teixeira (Lj 2)
- D34 - Silvio Mori
- D35 - Duprat & C.
- D36 - Livraria Azevedo
- D37 - Augusto Gazeau
- D38 - Empresa Litteraria Fluminense
- D39 - Empresa Corazzi Litteraria
- D40 - Alberto Nogueira
- D41 - M. Flexa
- D42 - José da Câmara
- D43 - Selman Lafer

CONCLUSÃO

“Nunca se poderá chamar dia ao espaço que precede a aurora”.

Paulo Eiró (1838-1867)⁸¹³

Em abril de 1874, publicou-se curioso anúncio no jornal *A Província de S. Paulo*:

“Leituras a vapor. Comunicamos que vae encetar se nesta capital a publicação mensal de uma série de livrinhos destinados a proporcionar aos viajantes de nossas estradas de ferro um passatempo agradável durante a viagem.

O proprietário desta ‘Biblioteca dos Caminhos de Ferro’ – sr. Abílio Marques – trazendo para esta província uma idéia posta em prática em toda a Europa e Estados Unidos, presta sem dúvida um bom serviço aos viajantes, offerecendo-nos por módico preço variada leitura sobre sciencias, litteratura, industrias, artes etc. etc.

As Leituras a vapor conterão também as tabellas de estradas de ferro, chegadas e partidas de correio, bem como um roteiro de viajante nas principais cidades e villas da província.

São collaboradores desta biblioteca os srs.: Dr. Antonio Carlos, Lucio de Mendonça, Martin Francisco Junior, José Felizardo Junior, Francisco Rangel Pestana, Américo de Campos e outros.

O primeiro volume deverá aparecer em princípios de maio próximo.

Por estes dias serão distribuídos os prospectos para angariar assignaturas.

Subscreve-se desde já em nosso escriptorio, sob as condições seguintes: por 4 números – 48, por 8 números até Dezembro – 7\$000. Número avulso – 1\$000”.⁸¹⁴

⁸¹³ Paulo Eiró. Prefácio à peça *Sangue Limpo*. Texto datado a 1° de setembro de 1862. In: *Vida cotidiana em São Paulo*, op. cit., p.315.

O nome de Abílio Marques (1851-1891) figura em vários capítulos desta pesquisa. Organizou o *Indicador de S. Paulo*, de 1878, almanaque voltado para questões administrativas, jurídicas, profissionais e comerciais, como indica o subtítulo da publicação. Neste volume, divulgou uma série de mapas de São Paulo, em tamanho reduzido, dentre eles o “Mapa Topographico”, que traz informações de grande interesse sobre a infra-estrutura urbana da capital.⁸¹⁵ Foi redator em várias publicações periódicas, tais como *A Província de São Paulo*, o *Almanak Litterario* e a *Gazeta de Campinas*.

O interesse pela literatura e pela ciência se estendeu aos investimentos empresariais. Abriu nos anos de 1870 a *Livraria Civilização*, na rua do Rosário. E logrou publicar, na década de 1880, a *Biblioteca Útil*, “formada por volumes de 100 a 150 páginas, formato 16°, em boa e elegante cartonação”,⁸¹⁶ na qual reuniu autores comprometidos com as descobertas no campo das artes e das ciências em evidência na época.⁸¹⁷

Tratava-se de um visionário. E isto vale não apenas para os projetos intelectuais, mas também para os investimentos realizados em outros setores urbanos. Foi pioneiro na exploração comercial dos serviços de iluminação pública. Fundou, no final da década de 1880, a *Empresa de Luz Electrica* e, mais tarde, a *Companhia de Água e Luz*. Mas não teve muito tempo para explorar seus projetos, pois faleceu muito jovem, aos 39 anos de idade, em fevereiro de 1891. E suas empresas de serviços públicos não demoraram a ser engolfadas pelo capital estrangeiro, representado pela *The S. Paulo Tramway Light and Power*, a qual por muitas décadas reinou soberana em diversos setores de serviços públicos da capital.

⁸¹⁴ *A Província de S. Paulo*, 08/04/1874, folha 3.

⁸¹⁵ Esta planta aparece reproduzida no Capítulo III.1.

⁸¹⁶ Délio Freire dos Santos, “O Autor”, In: *Indicador de São Paulo...*, edição fac-similar, s.n.p.

⁸¹⁷ Segundo Délio Freire dos Santos, a coleção publicou os seguintes títulos: “*Camões*, por Affonso Celso Junior; *Darwinismo*, pelo Dr. Antonio Caetano de Campos; *Anthropologia e Climatologia*, pelo Dr. A. C. de Miranda Azevedo; *Botânica*, pelo Dr. Garcia Redondo; *Soluções positivas da política brasileira* (primeira série), e *Do ensino superior*, pelo Dr. Luiz Pereira Barreto; *Traços gerais de lingüística*, por Julio Ribeiro; *A poesia contemporânea*, pelo Dr. Sylvio Romero; *Da educação*, pelo Dr. França Leite; *A theoria da seleção applicada à sociedade*, pelo Dr. Nicolau Rangel Pestana; *Do espirito positivo*, por Augusto Comte (tradução do dr. J. Ribeiro de Mendonça) são os volumes publicados e em via de publicação, que, em 1880, anuncia”. *idem, ibidem*.

Por este breve apanhado das realizações de Abílio Marques, podemos concluir que o projeto de uma *Bibliotheca dos Caminhos de Ferro* é revelador de seus pendores para as idéias inovadoras. Mas, neste caso, ele não teve êxito. Durante todo o mês de abril os anúncios foram recorrentes, sobretudo nos exemplares de domingo, nos quais havia uma quantidade maior de propagandas de referências literárias, tal como nos dias de hoje. Em 18 de abril de 1875, portanto, quase um ano depois de ter lançado o programa de publicações, o mesmo jornal estampa na página de anúncios este ultimato:

“Bibliotheca caminhos de ferro. Estando a entrar para o prelo o primeiro volume das Leituras a vapor, peço a todos os cavaleiros, a quem envie prospectos para angariar assignaturas, o obsequio de m’os devolverem o mais breve que lhes seja possível. São Paulo 18 de abril de 1875. Abílio A. S. Marques”.⁸¹⁸

Não houve outra chamada relativa à coleção e nem mesmo notícia sobre a publicação do volume “no prelo”. Meses depois, Abílio Marques já anunciava a preparação do *Almanak* para o ano de 1876... Nenhuma palavra mais sobre a sugestiva *Bibliotheca dos Caminhos de Ferro*.

Por que, afinal, subscrever uma biblioteca de livros se as livrarias já os forneciam à saciedade? Por que livros de divulgação, além de tudo, em português, contendo comentários dos grandes autores, das grandes descobertas do tempo, ou mesmo discussões sobre a política nacional, se os veículos existentes já eram satisfatórios?

Não obstante, a *Bibliotheca dos Caminhos de Ferro* concorria com edições estrangeiras, como as anunciadas nos catálogos da *Casa Garraux* e produzidas por grandes empresas editoriais francesas. A própria *Bibliothèque des Chemins de Fer* editada pela Charpentier. E, para citar outros exemplos menos óbvios, a *Bibliothèques de tous les ages*, a *Bibliothèque pour tous* e a *Bibliothèque de Poche*.⁸¹⁹

⁸¹⁸ *A Província de S. Paulo*, 18/04/1875, folha 3.

⁸¹⁹ Todas estas referências foram extraídas dos Catálogos Garraux relativos aos anos de 1866 e 1872.

É verdade que na década seguinte Abílio Marques logrou editar sua coleção de livros de apelo popular. Referimo-nos à *Biblioteca Útil*. O nome havia mudado, mas, na essência, o programa editorial não sofreu alterações. A coleção buscava divulgar temas em evidência nas rodas intelectuais, no formato de bolso e em textos palatáveis para o gosto médio. O que mudou, de fato, foi a possibilidade de realização do projeto. Pois, conforme assinalamos em outras seções, no avançar da década de 1880 se tornaram mais visíveis os elementos de modernização da sociedade paulista. Isto se expressa nas estatísticas demográficas. Também podemos afirmar que a maior participação do texto impresso na sociedade paulistana se evidencia nos mapas relativos à expansão das oficinas tipográficas, das livrarias e também das instituições de livros.

Mas qual o sentido de todas estas considerações?

Diz-se que por esses tempos os bondes eram para os cariocas aquilo que as locomotivas se tornaram para os paulistas, isto é, emblema da modernidade.⁸²⁰ Enquanto na capital do Império vivia-se ensimesmado nos ritmos e nas contradições intrínsecas do meio urbano, os paulistas guardavam para si – e ostentavam esta característica de forma altaneira – a aventura de desbravar os sertão. E, graças às ferrovias, a *hinterland* estava fatalmente e irremediavelmente ligada à capital. /Noutros termos, os paulistas aproximavam dois espaços bem diversos, as zonas produtoras de café e o centro dinâmico do capital. Isto explica a freqüência de viajantes ilustres nos trens que percorriam o interior paulista, rotina que ficou caracterizada no diário de Paulo de Almeida Nogueira, sobre o qual nos debruçamos no último capítulo./

Entre um emblema e outro há um fator em comum, que podemos caracterizar como o de uma precariedade estrutural, marcada “pelo contraste entre a modernidade dos

⁸²⁰ “Retomando a imagem inicial dos carapicus, podemos pensar que ela guarda relação estrutural com a do negro vendedor de romances, no sentido de estarem ambas marcadas pelo contraste entre a modernidade dos veículos (o romance e o bonde) e a precariedade do meio marcado pela escravidão e pela escassez de passageiros e leitores. Dois dos grandes emblemas do progresso da civilização oitocentista – o romance e o bonde – circulam pelas ruas da Corte em incansável pescaria, em busca dos carapicus”. Helio de Seixas Guimarães, *Os leitores de Machado de Assis. O romance machadiano e o público de Literatura no século 19*. São Paulo: Nanquin; Edusp, 2004, p.62.

veículos”, neste caso em particular, os livros e os trens, “e a precariedade do meio marcado pela escravidão e pela escassez de passageiros e leitores” como atesta Hélio de Seixas Guimarães.⁸²¹ Sendo que o termo “escassez” não deve ser interpretado como ausência de viajantes leitores, mas como alusão a uma parcela da sociedade numericamente insignificante. O que, por certo, justificaria o silêncio do público diante da idéia das “leituras a vapor”. Elas existiam e seu conteúdo já estava estabelecido.

Com efeito, a relação entre os circuitos livreiros e seus agentes se expressa também no campo das idéias. E, por conseguinte, elas permitem a caracterização do público consumidor.

Repassemos em breves linhas a trajetória dos circuitos no Oitocentos para que estas relações se tornem mais explícitas.

Podemos dizer que a história do livro no século XIX se caracterizou pela estruturação lenta e progressiva de seus mecanismos de produção, circulação e consumo. A cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, é um caso clássico, já bastante explorado.

No início do século, observam-se os primeiros movimentos de livreiros, portugueses e franceses, nas ruas da cidade.⁸²² Após a instalação da Imprensa Régia, novos livreiros-editores, como eram chamados na época, instalaram-se na cidade, contribuindo para a conformação de um mercado de livros propriamente dito. Mas este mercado, conforme assinalamos noutra ocasião, foi por muito tempo dominado por estrangeiros e, depois, por seus descendentes, comprometidos com uma lógica marcadamente empresarial, portanto, com a difusão de uma literatura que correspondia ao gosto dominante das classes letradas. Não havendo, nesse sistema, espaço para fortes dissensões.

Já a cidade de São Paulo representa um caso peculiar. A lentidão do viver e do pensar se manifestava em diversos setores. Vimos que a primeira tipografia demorou a ser

⁸²¹ *idem, ibidem*, p.62.

⁸²² Marcello & Cibelle Ipanema, “Subsídios para a história das livrarias”. *Revista do Livro*, 1968, ano XI, 1º trimestre, 32, pp.23-32.

instalada e por longas décadas as poucas lojas que vendiam livros sobreviveram sofregamente, amparadas por estudantes e lentes da Academia. Embora esta tenha igualmente demorado algumas décadas para se consolidar na cidade.

Todavia, estavam ali os embriões de importantes atividades inovadoras que se manifestaram ao longo do século. A primeira delas foi a inauguração da Biblioteca Pública, em 1825. Ao que se seguiu o aparecimento das primeiras tipografias e dos primeiros periódicos.

Por seu turno, o corpo jurídico atuou como verdadeiro agente de inovação no circuito cultural da época. Do ponto de vista editorial, professores e alunos, talvez muito mais o segundo grupo do que o primeiro, pois devemos assumir, neste caso, que a juventude atua como fator corrosivo de valores tradicionais, criaram demandas novas, de produção e de consumo. E não nos referimos apenas à organização do mercado de obras de Direito, se bem que este tenha se tornado importante filão dos livreiros-editores.⁸²³ A literatura nacional ganhou fôlego nas Arcadas do Largo S. Francisco.

Além disso, o comércio assistiu à notável demanda da produção estrangeira, especialmente da literatura francesa, formada pela geração nascida após a Revolução de 1789. Uma literatura que podemos classificar como burguesa sob a pena de colocar numa única categoria a produção de diferentes e por vezes conflituosas correntes ideológicas.

Parece, nesse sentido, justa a observação de Edgard Carone a respeito do caráter da história do livro no Oitocentos. Para o autor, ela reproduz a história da burguesia, de seus valores, de suas idéias e de suas instituições. Dessa maneira, a ruptura do amplo circuito mediado pelos gostos e preferências da elite nacional se tornaria uma possibilidade no Brasil apenas no século XX, com a emergência da literatura de esquerda. Noutros termos, quando a classe operária passa “a forjar um espaço cultural na

⁸²³ As obras jurídicas continuavam as mais requisitadas ainda na década de 1910. cf. José Maria. “O que se lê entre nós”. In: *Novos estudos críticos*. Machado de Assis, Joaquim Nabuco e outros artigos. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1917.

sociedade”⁸²⁴ e a garantir os mecanismos próprios de reprodução de sua ideologia: as editoras e as livrarias. Um “circuito de inovação”, comandado não exatamente pela demanda de um público consumidor já estabelecido no mercado, mas pela necessidade de formação de um novo público de leitores só se torna possível após a década de 1920. O autor destaca a atuação do PCB na difusão de uma nova corrente literária, fiel aos princípios da Revolução de 1917. Mas sabemos que diversas outras manifestações tiveram expressão nesse momento.

Esta é outra história.

As premissas enunciadas por Edgard Carone no estudo “Literatura e Público” nos leva a pensar que, durante o Oitocentos, embora as mudanças nos circuitos fossem freqüentes, não houve espaço para nenhum tipo de rompimento com a tradição. Os romances e a literatura política filiada às grandes questões lançadas pela burguesia européia, como o demonstra Joaquim Nabuco, eram os horizontes possíveis da inovação. E as idéias inovadoras deviam antes se adaptar às condições reais de nosso solo histórico para terem respaldo do público. Nada mais ajustado aos valores da sociedade de dantes do que este cenário aqui descrito. Afinal, se as mudanças tomaram de assalto os circuitos livreiros em diferentes conjunturas, ao fim temos a constatação nua e crua de uma precariedade estrutural. De que nada mais mudava como soía. Como escreve um poeta, nos anos de 1930, ao comentar o preço dos livros na velha *Casa Garraux*:

“Nesta terra não se deve saber ler!”⁸²⁵

⁸²⁴ Edgard Carone, “Literatura e público”. In: *Da esquerda à direita*, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, p.39. [O artigo foi reeditado em Edgard Carone, *Leituras marxistas e outros estudos*, op. cit., pp.103-124].

⁸²⁵ Rodrigues de Abreu, “São Paulo” (1933). *apud*. Ubiratan Machado, *As etiquetas de livros no Brasil*, op. cit., p.100.

FONTES

Arquivos e Bibliotecas consultados

Archives Nationales de France
Archives de la ville de Paris
Arquivo do Estado de São Paulo
Arquivo Nacional
Biblioteca Edgard Carone
Biblioteca da Faculdade de Direito (USP)
Biblioteca Municipal Mario de Andrade
Biblioteca do Museu Paulista (USP)
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Centro Cultural Vergueiro
Instituto de Estudos Brasileiros (USP)

1. Fontes manuscritas

Arquivo do Estado de São Paulo

AZEVEDO, Manuel Antonio Duarte de. *Memória dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Direito de S. Paulo durante o anno de 1864*. São Paulo, 02 de março de 1865. Arquivo Público do Estado, caixa 1, p-6/d-1/0-5640.

Manuscritos do Arquivo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo [MAFD]

Livro	Ano	Assunto
01	1828	<u>Corresp. imperial</u>
02	1828	<u>Corresp. do Ministério do Império</u>
03	1828/1829	<u>Corresp. do Governo Imperial</u>
07	1833	<u>Fatos do poder legislativo</u>
08	1833	<u>Correspondências diversas</u>
09	1838	idem
10	1839	Diário da Biblioteca
11	1840	<u>Corresp. Governo Imperial</u>
12	1840	idem
13	1844	Ofícios recebidos
18	1857	<u>Corresp. do Bibliotecário com o Diretor</u>
19	1857	<u>Avisos do Império</u>
21	1865/1868	<u>Corresp. diversas</u>
22	1865	idem
34	1880	<u>Corresp. diversas</u>
37	1880	<u>Corresp. c/ o Governo Provincial</u>
44	1880	<u>Corresp. com a tesouraria</u>

46	1880	Pontos para a tese
58	1880	Recibos de cartas
72	1881	Parecer dos examinadores do concurso
84	1883	Inventário dos móveis existentes na Faculdade
88	1885	Editais no. 4
89	1885	Relação e obras adquiridas para a biblioteca
90	1885	Livros dos donativos
95	1888	Corresp. c/ o governo provincial
98	1888	Corresp. c/ o governo imperial
100	1890	Avisos do governo
105	1891	Corresp. do governo
113	1899/01	Avisos do governo
117	1892	Avisos do governo
118	1892	Corresp. c/ o governo geral
119	1893	Avisos do governo
128	1895	Contas assinadas e pagamentos
143	1898	Corresp. c/ o governo geral
148	1899	Corresp. c/ o governo
149	1899	idem
150	1889	Corresp. diversas
151	1838	Registro de cartas
152	1866	idem
154	1901	Ofícios e cartas da biblioteca
157	1902	Corresp. diversas
158	1902	Avisos do governo
161	1903	idem
162	1904	idem
164	1904	idem
165	1904	idem
177	1909	Corresp. diversas
178	1909	Corresp. do governo federal
181	1909	Corresp. diversas
182	1910	Registro de corresp. do diretor
183	1910	idem
185	1910	Avisos do governo
188	1911	Diretor geral do Departamento de Ensino
190	1911	Corresp. do governo superior de ensino
191	1911	Registro do regimento
192	1911	Corresp. diversas
193	1911	Corresp. do conselho superior
195	1912	Corresp. do diretor com tesouraria
201	1913	Corresp. do governo superior de ensino
203	1913	Diretor geral do departamento de ensino
206	1914	Corresp. diversas
207	1914	Corresp. do gov. superior de ensino
210	1916	Relação de publicações da biblioteca
211	1916	Corresp. do conselho superior

Archives Nationales de France

Série	Período	Assunto
F-18 2163-2182	1850-1870	Autorisation de librairie à Paris ; classement alphanumérique des demandeurs
F-18 2182	1850-1870	Autorisation de librairie - Seine
F-18 2344	1852-1906	Correspondance avec les Ministères et l'administration des Postes
F-18	1811-1900	Imprimeurs brevetés. Affaires diverses

Archives de la ville de Paris

Série	Período	Assunto
D Q8-2230-3986 3Mi 1-88	1901-1959	Tables de décès
D Q8-2934- 9 ^{ème} bureau	1904	Tables des successions et absences
D Q7-33378	1904	Acte de Succession – Formule de déclaration de mutation par décès – M. Anatole Louis Garraux – 26.nov.1904

Documentação notarial – Maître Fontana – Port Royal – Paris

Depôt des testaments et codicilles de M. Garraux. 30 Novembre 1904 -16 Mai 1908.
Maître Jacques Fontana-Notaire. Paris.

2. Fontes impressas

Cartografia

São Paulo Antigo. Coleção de plantas da cidade (1810-1897). São Paulo: Publicação da Comissão do IV Centenário, 1954.

Periódicos

A Provincia de São Paulo, 1875 a 1889.

Álbum das Meninas, 1898-1900.

Almanach Brésilero Illustrado para o anno de 1877.

Almanach Litterario de São Paulo para o anno de [1877-1885]. Publicado por José Maria Lisboa. Edição fac-similar, de 1877 a 1885. São Paulo: IMESP/DAESP, 1983. 6v.

Almanak Administrativo, mercantil e industrial da Provincia de São Paulo. Edição fac-similar dos anos de 1857-1858. São Paulo: IMESP/DAESP, 1983. 2v.

Almanak Laemmert de São Paulo, 1904-1913.

Almanaque Bertrand, 1902-1914.

Almanaque Brasileiro Garnier, 1903-1914.

Almanaque Illustrado de São Paulo, 1903-1904.

Almanaque Ilustrado do Correio da Europa, 1883.

Almanaque Paulista Ilustrado, 1896.

Almanaque Paulistano, 1904.

Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1953, n° 74, v. II.

Annuaire-Almanach du Commerce, de l'Industrie de la Magistrature et de l'Administration ou Almanach des 1.500.000 adresses de Paris, des Départements, des Colonies et des pays étrangers. Didot-Bottin, [1850-1905]. Paris :Firmin-Didot Frères, 1850-1905. Exemplares microfilmados – Bibliothèque nationale de France.

Cabrião. Semanário humorístico editado por Angelo Agostini, Américo de Campos e Antonio Manoel dos Reis, 1866-1867. Edição fac-similar. 2ª edição revista e aumentada. Introdução de Delio Freire dos Santo . São Paul : Unesp; Imprensa Oficial, 2000.

Commercio de São Paulo, 1894-1907.

Completo almanak administrativo, comercial e profissional d'O Estado de São Paulo, para o ano de 1896. São Paulo: Companhia Industrial de São Paulo, 1897.

Correio Paulistano, 1854-1900.

Diabo Coxo. 1864-1865. Edição Fac-similar. São Paulo: Edusp; Academia Paulista de História, 2005.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, São Paulo, v. 30, doc. 15, 1899.

Ilustração Paulista, de 1911 a 1913.

Indicador de São Paulo. Administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial. Para o ano de 1878, organizado por Abílio S. Marques. Edição fac-similar. São Paulo: IMESP/DAESP, 1983.

O Estado de S. Paulo [várias datas].

O Tamoyo (1823). Coleção fac-similar de jornais antigos. Direção de Rubens Borba de Moraes. Introdução de Caio Prado Jr. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944.

Revista da Faculdade de Direito, vários números.

Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo, no. 1, 1895 e ss.

Autobiografias, ensaios históricos e biográficos, memoriais, narrativas e obras literárias

“Subsídio à história da Faculdade de Direito de São Paulo – Diretores”. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, II:1894, p.195.

AGASSIZ, Elizabeth Cary e Luís. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Trad. e notas de Edgard Süssekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, 2000.

AIRES DE CASAL, Padre. *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil composta e dedicada a sua majestade fidelíssima*. São Paulo: Edições Cultura, 1943. 2t.

ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. “O ensino de direito”. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, XX:1912, pp.43-88.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Ressurreições Litterarias*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1908.

- AMERICANO, Jorge. “O conselheiro Antonio Joaquim Ribas”. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, 1944.
- AMERICANO, Jorge. *São Paulo Naquele Tempo (1895-1915)*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1957.
- ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *Memoria que em cumprimento do art. 164 dos estatutos, apresentou no anno de 1859 á Faculdade de Direito de São Paulo*. São Paulo: Typographia Imperial, 1859.
- ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. “Memoria que em cumprimento do art. 164 dos estatutos, apresentou no anno de 1857 á Faculdade de Direito de São Paulo. Approvada em congregação do dia 02 de maio, na parte histórica, na forma de supra citado artigo. Fatos extraordinarios ocorridos durante o anno e os progressos do direito”. *Revista Paulistana*, 16 de julho de 1857. Ano I, no.9, pp.1-3.
- ANDRADE, Oswald. *Um homem sem profissão sob as ordens de mamãe*. Porto Alegre: Globo, 1990.
- ASSOULINE, Pierre. *Gaston Gallimard. Un demi-siècle d'édition française*. Paris: Balland, 1984.
- AVÉ-LALLEMANT, Roberto. *Viagem pelo Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1953.
- AZEVEDO, Manuel Antonio Duarte de. *Memória dos acontecimentos notaveis da Faculdade de Direito de S. Paulo durante o anno de 1864*. São Paulo, 02 de março de 1865. Arquivo Público do Estado, caixa 1, p-6/d-1/0-5640.
- AZEVEDO, Vicente de Paulo Vicente de. *Álvares de Azevedo*. Dados para sua biografia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1931.
- AZEVEDO, Vicente de Paulo Vicente de. *O noivo da morte*. São Paulo: Clube do Livro, 1970.
- AZEVEDO, Vicente de Paulo Vicente de. *A vida amorosa dos poetas românticos*. São Paulo: Sec. da Cultura, Esportes e Turismo, 1971.
- BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956. (Obras Completas, XIV).
- BARROS, Frederico Pessoa de. *Poesia e vida de Fagundes Varela*. São Paulo: Edameris, 1965.
- BARROS, Maria Paes de. “No tempo de dantes”. In: *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*. Carlos Marcondes de Moura (Org.). São Paulo: Unesp; Ateliê; Imesp, 1998.
- BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes*. Prefácio de Monteiro Lobato. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- BATTISTONI FILHO, Duílio. “As muitas faces de Álvares Machado (1791-1846)”. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, abril-junho 2003, Campinas, pp.143-150.
- BELLO, José Maria. “O que se lê entre nós”. In: *Novos estudos críticos*. Rio de Janeiro: Typ. dos Tribunaes, 1917, pp.83-105.
- BEYER, Gustavo. *Viagem a São Paulo no verão de 1813*. Tradução de Alberto Loefgren. 2ª edição com prefácio e notas de Odilon Nogueira de Matos. Campinas: Puccamp, 1992.
- BOAVENTURA, Maria Eugenia. *O salão e a selva, uma biografia ilustrada de Oswald de Andrade*. São Paulo: Ex Libris; Unicamp, 1995.
- BRUNO, Ernani Silva. *Almanaque de memórias*. São Paulo: Hucitec/Brasília:INL; Fundação Pró-Memória, 1986.

- BUENO, Francisco de Assis Vieira. *A cidade de São Paulo*. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976.
- BURY, Richard de. *Philobiblon*. Tradução, apresentação e glossário de Marcello Rollemberg. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.
- CARVALHEIRO, Edgard. *Fagundes Varela*. São Paulo: Martins, s.d.p.
- CARVALHO, Antônio Gontijo de. “Visconde de Congonhas do Campo (18/10/1767 a 10/10/1851)”. *Digesto Econômico*, São Paulo, 1953, n° 101, pp.54-60.
- COULET, Henri. “Introduction”. In: J.J. Rousseau. *Julie, ou La Nouvelle Héloïse*. Lettres de deux amants, habitants d’une petite ville au pied des Alpes recueillis et publiées par J.J. Rousseau. Éditions Pléiade, 1964.
- COUTY, Louis. *Ébauches sociologiques. Le Brésil en 1884 par Louis Coty*. Rio de Janeiro: Faro e Lino, 1884.
- D’ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cuiabá*. São Paulo: Martins, 1953.
- DEBES, Célio. “Introdução”. In: J.J. Machado d’Oliveira. *Quadro histórico da província de São Paulo*. edição fac-similada. São Paulo: Governo do Estado, 1978, pp.V-XV.
- DENIS, Pierre. *O Brasil do século XX*. Paris/Lisboa: Aillaud, Alves & Cia., s.d.e.
- DINIZ, Firmo de Albuquerque [Junius]. *Em São Paulo – notas de viagem*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.
- Diogo Antonio Feijó*. Organizado por Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- DORIA, Antonio de Sampaio. “As tradições da Faculdade de Direito de São Paulo”. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, 1944, n° XXXIX, pp.256-267.
- DUARTE, Paulo. *Agora, nós!* São Paulo, s.n.t.
- DUTOT, S. *France et Brésil par S. Dutot*. Paris: Guillaumin, 1857.
- Estudos vários sobre José Bonifácio de Andrada e Silva*. Santos: s.ed., 1963.
- EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. São Paulo: Comp. Editora Nacional, 1935.
- FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas (1825-1829)*. Trad. do Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977.
- GOBINEAU, Joseph Arthur. *Lettres brésiliennes*. Édition établie et annoté par Marie-Louise Concasty. Paris: Les bibliophes de l’originale, 1969.
- José Bonifácio, o Velho*. Poesia. Org. por José Aderaldo Castello. Rio de Janeiro: Agir, 1964, s.n.p.
- José Bonifácio de Andrada e Silva*. Organizado por Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)*. Trad. de Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, 2001.
- KOSERITZ, Karl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Martins, 1943.
- LAFFONT, Robert. *Éditeur*. Un homme et son métier. Paris: Éditions Robert Laffont, 1974.
- LAMBERG, Maurice. *O Brasil*. Trad. do alemão por Luiz de Castro. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1896.

- LEJEUNE, Philippe. “Repertoire des auto-biographies écrites en France au XIXs.: vies commerciales, industrielles et financières”. *Revue de l’Institut de Sociologie*. n^{os} 1-2, 1982. pp.226-234.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Saudades de São Paulo*. São Paulo: IMS/Companhia das Letras, 1996.
- LOBO, Pelagio. *Recordações das Arcadas*. São Paulo: Reitoria da Universidade de São Paulo; Departamento de Cultura e Ação Social; Divisão e Difusão Cultural, 1953.
- LOBO, Pelagio. A. *Velhas figuras de São Paulo*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1977.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. São Paulo: CEN, 1952.
- MARC, Alfred. *Le Brésil: excursion à travers ses vingt Provinces*. Paris: M.J.G. d’Argollo-Ferrão, 1890.
- MARTINS, Antonio Egidio. *São Paulo Antigo*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, s.d.p.
- MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Tradução de Solena Benevides Viana. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944.
- MELLO, Luís Correa de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do Quarto Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- MEMORIAL paulistano para o anno de 1865. São Paulo: Typ. Imparcial, 1862.
- MENDES, A. Lopes. “Cartas escriptas da América – Carta XII – Cidade de São Paulo, 7 de janeiro de 1883”. *Boletim da sociedade de Geographia de Lisboa*. Lisboa, 1893, 12^a serie, n^{os} 9 e 10.
- MOTA FILHO, Candido. *Uma grande vida*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.
- NERY, M.F.J. Santa-Anna. *Le Brésil en 1889*. Paris: Charles Delagrave, 1889.
- NOGUEIRA, J. L. de Almeida. *A academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. São Paulo: s.ed., 1907-12.
- NOGUEIRA, Paulo de Almeida. *Minha Vida – Diário de 1893 a 1951*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1955.
- Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Coligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão. s.l.e.: s.ed., 1963. 3 v.
- Os diários de Langsdorff*. Organizado por Danuzio Bernadino da Silva. Campinas: Associação Instituto de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, 3v.
- PACHECO, Félix. *Hum francez-brasileiro – Pedro Plancher*. Subsídios para a história do “Jornal do Commercio”. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio”, 1917.
- PENTEADO, Yolanda. *Tudo em cor de rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. (Documentos Brasileiros, 37).
- PICCHIA, Menotti del. *A longa viagem*. São Paulo: Martins, 1970.
- PINTO, Alfredo Moreira. *A cidade de São Paulo em 1900*. São Paulo: Governo do Estado, 1979.

- PIZA, Antônio de Toledo Piza. “O tenente-general Arouche Rendon”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, V:1900, pp.105-119.
- PROENÇA, M. Cavalcanti. *Augusto dos Anjos e outros ensaios*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- PROENÇA, M. Cavalcanti. *Estudos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- QUINCEY, Thomas de. *Os últimos dias de Emmanuel Kant*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- RAFFARD, Henri. “Apontamentos acerca de pessoas e cousas do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXI:1899.
- RAFFARD, Henrique. *Alguns dias na Paulicéia*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1977.
- RENDON, José Arouche de Toledo. *Obras*. São Paulo : Governo do Estado, 1978.
- REZENDE, Carlos Penteado de. “Anatole Louis Garraux”. *O Estado de S. Paulo*. 24.12.1959.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco*. São Paulo: Martins, 1941. 2v.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1976.
- SAY, Horace Émile. *Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil*. Paris: Guillaumin, 1839.
- SCHIMIDT, Affonso. *A vida de Paulo Eiró*. Seguida de uma collectanea inédita de suas poesias. Organizada, prefaciada e anotada por José A. Gonsalves. Ilustrações de Wash Rodrigues. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- SENNA, Ernesto. *O velho commercio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garnier, s.d.p.
- SPIX E MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. 1817-1820. Trad. de Lúcia Farquim Lahmeyer, revisado por Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães que a anotou. 2ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d.p. 2 v.
- TSCHUDI, J. von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Martins, 1953.
- VAMPRÉ, Spencer. “Alvares de Azevedo na Academia”. *Revista da Academia de Direito de São Paulo*, 1931, vol. XXVII, pp. 256-258.
- VARELA, L. N. *Poesias Completas*. Organização e apuração do texto de Miécio Tati e E. Carrera Guerra. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- VERISSIMO, Erico. *Um certo Henrique Bertaso*. Pequeno retrato em que o pintor também aparece. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.
- VIDA COTIDIANA EM SÃO PAULO NO SÉCULO XIX*. Carlos Marcondes de Moura (Org.). São Paulo: Unesp; Ateliê; Imesp, 1998.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. *José Olympio*. O descobridor de escritores. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2001.
- WALLE, Paul. *Au pays de l'or rouge*. L'État de São Paulo. Paris: Augustin Challamel, 1921.
- XAVIER, João Theodoro. *Memoria histórica dos acontecimentos notaveis da Faculdade de Direito de São Paulo durante o anno de 1862, approvada na parte histórica pela congregação da mesma faculdade no dia 02 de março de 1863*. São Paulo: Typographia Imperial, 1863.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo: Martins, 1953.

Catálogos de livros

- Bibliothèque Charpentier en vente à la librairie générale...* [volume encadernado com outros catálogos de livros franceses, FD].
- Casa Garraux. Catálogo de livros de Jurisprudência, Direito, Economia Política, Administração, Literatura, Devoção etc.* Paris: Simon Racan et Comp., 1866.
- Casa Garraux. Catálogo dos livros necessários para os cursos jurídicos da Academia de São Paulo.* Paris: Garraux, 1864.
- Casa Garraux. Catálogo em línguas portugueza e franceza.* Catalogo em línguas portugueza e franceza das obras de Jurisprudência, Direito pátrio e estrangeiro, Economia Política, Commercio, Colonisação, Política, Estradas de ferro, Diplomacia, etc. etc. Paris: A. Lemale Aîné (1º vol.) ; A. Parent Imprimeur (2º vol.), 1872.
- Catálogo da Biblioteca Carvalho Franco (1866-1953).* s.n.t.
- Catálogo da Biblioteca da Politécnica de São Paulo, 1897.* 1 v.
- Catálogo da Biblioteca de Augusto Baillot, no qual se acham enumeradas, nas melhores edições, alem de interessantes e raras obras sobre o Brasil e sobre sciencia em geral...* São Paulo: Casa Mayença, 1923.
- Catálogo da Livraria Garnier, de B. L. Garnier, 1876.*
- Catálogo da Livraria Garnier, de B. L. Garnier, no. 23, 1865.*
- Catálogo de jornaes, da livraria Garraux.* s.n.t.
- Catálogo de livros portugueses, 1847.* [encadernado com outros catálogos de livros portugueses postos a leilão].
- Catálogo dos livros impressos existentes no Arquivo Público de São Paulo.* São Paulo: Biblioteca do Arquivo Público de São Paulo, 1908.
- Catálogo impresso das obras adquiridas pela Faculdade de Direito, 1887.* São Paulo: Seckler, 1887.
- Catalogue de la Bibliothèque Eduardo Prado.* Typographia do Brasil, 1916.
- Catalogues de libraires et d'éditeurs 1811-1924.* Paris : BnF, 2003.
- ELLIS, Myriam. "Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo", *Revista de História*, São Paulo, 1957, n° 30, pp.400-447.
- Les trois révolutions du livre.* catalogue de l'exposition du Musée des arts et métiers, 8 octobre – 5 janvier 2003. Sous la direction de Alain Mercier. Paris : Imprimerie Nationale ; Musée des arts et métiers, 2002.
- Les ventes de livres et leurs catalogues, XVIIe-XXe s.* Paris : École des Chartes, 2000.
- Livraria Francisco Alves (1854-1954).* Rio de Janeiro: Paula de Azevedo, 1954.

BIBLIOGRAFIA

Obras de referência

- AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de história de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1980.
- Arte do livro francês dos séculos XIX e XX*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. {1ª edição, 1976}.
- Bibliotheca universitatis*. Acervo bibliográfico da Universidade de São Paulo. Séculos XV e XVI. Organizado por Universidade de São Paulo; Sistema Integrado de Bibliotecas; Departamento Técnico. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2000.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883/1892.
- BLOCK, Maurice. *Dictionnaire général politique. Avec la collaboration d'hommes d'État, de publicistes et d'écrivains de tout le monde*. Paris : O. Lorenz, Libraire-Éditeur, 1863. 2 t.
- BRUNET, Jacques Charles. *Manuel de libraire et de l'amateur de livres, contenant...* Paris: Firmin Didot Frères, 1860-5. 6v.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993. 2v.
- CAMUS, M. *Bibliothèque choisie des livres de Droit, 1933*. s.n.t.
- CANSTATT, Oscar. *Repertório crítico da literatura teuto-brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1967.
- CARTERET, Léopold. *Le trésor du bibliophile romantique et moderne*. Paris:[s.ed.], 1924-1928.
- CARTERET, Léopold. *Le trésor du bibliophile: livres illustrés modernes, 1875 à 1945*. Paris: Librairie Carteret, 1946-1948.
- Código Criminal do Império do Brasil anotado com os actos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário*. or Araujo Filgueiras Junior. 2ª ed. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Lae ert, 1876.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionario biographico de pernambucanos célebres*. Recife : Typographia Universal, 1882.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Instituto Antonio Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- Dictionnaire encyclopédique du livre*. Sous la direction de Pascal Fouché; Daniel Péchoin ; Philippe Schuver. Paris : Editions du Cercle de la Librairie, 2002. 2 t.
- DORIA, Antonio Sampaio. *Recenseamento escolar*. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Alarico Silveira, Secretaria do Estado dos Negócios do Interior. São Paulo: Weizflog Irmãos, 1920.
- EGAS, Eugenio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo (1822-1889)*. São Paulo: Seção de Obras, 1927. 2 t.

- Equipamentos, usos e costumes da Casa Brasileira*. Fichário Ernani Silva Bruno. Objetos. Marlene Milan Acayaba (Coordenação geral). São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. (Série Estatísticas Retrospectivas, 3).
- GARRAUX, Anatole Louis. *Bibliographie Brésilienne*. Introdução de Francisco de Assis Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- Grand Dictionnaire Universel du XIXe.s*. Paris : Pierre Larousse, s.d.e.
- Guia do Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo do Estado de São Paulo, 1997.
- História da tipografia no Brasil*. São Paulo: Masp; Secretaria da Cultura e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, 1979.
- Larousse XX ème s*. Paris: Larousse, 1933. 6v.
- LIMA, Israel Souza. *Adelino Fontoura e Álvares de Azevedo*. Bibliografia dos patronos. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.
- LIMA, Israel Souza. *Fagundes Varela e França Junior*. Biobibliografia dos patronos. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.
- Livro das leis de imprensa de D. João*. Marcelo de Ipanema (Org.). Rio de Janeiro: Aurora, 1949.
- MACHADO, Ubiratan. *As etiquetas de livros no Brasil*. Subsídios para uma história das livrarias brasileiras. São Paulo: Edusp; Oficina Rubens Borba de Moraes; Imesp, 2003.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos da Província de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1954.
- MELLO, Luís Correa de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- Memória urbana*. A grande São Paulo até 1940. São Paulo: Arquivo do Estado; Emplasa; Imprensa Oficial, 2001. 3v.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias*. Subsídios para a história da educação no Brasil – 1834-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, 3 v.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império*. Subsídio para a história da educação no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial*. Catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808. São Paulo: IEB/USP, 1969.
- MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de outrora*. Evocações da metrópole. São Paulo: Martins, 1943.
- MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3ª edição fac-similada. São Paulo: Governo do Estado, 1978.
- NOËL, Bernard. *Dictionnaire de la Commune*. Paris: Fernand Hazan, 1971.
- READERS, George. *Bibliographie franco-brésilienne (1551-1957)*. Rio de Janeiro: INL, 1960.

REIS, Antonio Simão dos. *Bibliografia da crítica literária em 1907 através dos jornais cariocas*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1968.

REIS, Antonio Simão dos. *Bibliografia das bibliografias*. Rio de Janeiro: INL, 1942.

São Paulo em Revista. Catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedades paulistana. Coordenação de Heloísa Cruz. São Paulo: Arquivo do Estado; Cedic, 1997.

SOARES, Antonio Joaquim de Macedo. *Dicionário brasileiro da Língua Portuguesa*. Elucidário etimológico crítico – das palavras e frases que, originárias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dicionários da língua portuguesa, ou neles vêm com forma ou significação diferente (1875-1888). 2ª edição. Rio de Janeiro: INL, 1954.

“Subsídio à história da Faculdade de Direito de São Paulo – Diretores”. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, 1894, nº II.

Synopse do Recenseamento realizado em 1 de Setembro 1920. População do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Instituto de Expansão Commercial, 1926.

Vocabulaire technique de l'éditeur. Paris: Cercle de la Librairie, de l'Imprimerie etc., 1910.

Livros e artigos consultados

1882. *Dimensões*. Organizado por Carlos Guilherme Mota. São Paulo: Perspectiva, 1986.
“A biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo”. *Revista da Faculdade de Direito*, 30:1934, pp.809-812.

“A biblioteca da Escola de Direito de São Paulo”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 1935.

ABREU, Márcia. *Os caminhos das leituras no Brasil*. São Paulo; Campinas: Fapesp; Mercado das Letras, 2003.

ÃO, Áurea. *Estado absoluto e ensino das primeiras letras*. Escolas Régias (1772-1794). Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

AI DUCI, Cássia Chrispiniano. *A “Pátria Paulista”*. O separatismo como resposta à crise final do Império Brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000.

AD RNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção*. Ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004.

ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. “O ensino de direito”. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, 1912, nº XX, pp.43-88.

AMARAL, Antonio Barreto do. *O Departamento do Arquivo do Estado e sua história*. São Paulo: Depto. do Arquivo do Estado de São Paulo; Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, 1974.

AMED, Fernando José; NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. *História dos tributos no Brasil*. (Colaboradores Helder Kanamaru, Moacir Longo). São Paulo: SINAFRESP, 2000.

AMORIM, Sônia Maria de. *Em busca de um tempo perdido*. Edição de leitura traduzida pela Editora Globo (1930-1950). São Paulo/Porto Alegre: Edusp, ComArte/UFRGS, 1999.

- ANDRADE, Olímpio de Souza. *O livro brasileiro*. Progressos e problemas (1920-1971). Brasília: INL/MEC, 1974.
- ANSELMO, Artur. *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães Editora, 1997.
- ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador/Ilhéus: UFBA/UESC, 1999.
- ARRUDA, Braz de Souza. “O centenário da Faculdade de Direito de São Paulo”. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, 1927, n° XXIII, pp. 9-18.
- ARRUDA, Braz de Souza. “O estudo de Direito no Brasil – as duas faculdades oficiais”. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, 1936, XXXII.
- ARRUDA, Braz de Souza. “A Faculdade de Direito, a universidade de Direito e os problemas do ensino”. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, 1946, n° XLI, pp.37-122.
- AZEVEDO, Aloísio. *A revolução liberal de 1842*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
- AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, Edusp, 1971.
- AZEVEDO, Lucia de; CAMARGOS, Marcia; SACHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão da Botocúndia*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Senac, 1997
- BANDECHI, Brasil. *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal*. São Paulo: Sesquicentenário da Instalação dos Cursos Jurídicos, 1978.
- BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas*. A memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- BARBIER, Frédéric. “Le commerce international de la librairie française au XIXe.s. (1815-1913)”. *Revue d’histoire moderne et contemporaine*. 1981, tome XXVIII, pp.94-117.
- BARBIER, Frédéric. “Un exemple d’émigration temporaire: les colporteurs de librairie pyrénéens”. *Annales du midi*. Revue de la France méridionale, 1983, n° 95, pp.289-307.
- BARBIER, Frédéric. *Livre, économie et société industrielles en Allemagne et en France au XIXe.s. (1840-1914)*. Thèse de doctorat es lettres et sciences humaines, présenté sous la direction de Monsieur François Caron, Professeur à l’Université de Paris VI, 1986.
- BARBIER, Frédéric. “La révolution libératrice: l’exemple des activités du livre en France, entre Révolution Politique et Révolution Industrielle”. *Histoire, Économie et Société*, 1993, n° 1, pp.41-50.
- BARBIER, Frédéric. *L’empire du livre*. Le livre et la construction de l’Allemagne contemporaine: 1815-1914. Préface de Henri-Jean Martin. Paris: Les Editions du Cerf, 1995.
- BARBOSA, Francisco de Assis. “Alguns aspectos da influência francesa no Brasil (notas em torno de Anatole Louis Garraux e da sua livraria em São Paulo)”. In: GARRAUX, A.L. *Bibliographie Brésilienne*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, pp.XI-XXXVII.
- BARBUY, Heloísa; MARTINS, Ana Luiza. *Arçadas*. Largo de São Francisco. História da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: Melhoramentos; Alternativa, 1999.
- BARTHES, Roland; COMPAGNON, Antoine. “Leitura”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Tradução de T. Coelho. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987, v.11.

- BELLOS, David. “La conjuncture de la production”. In: Roger Chartier; Henri-Jean Martin. *Histoire de l'édition française*. Le livre triomphant (1660-1830). Paris: Fayard, 1990.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial*. O governo de morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato*. Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo: Fapesp; Hucitec, 1999.
- BESSONE, Tania Maria. *Palácio de destinos cruzados*. Bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 2ª ed. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura, 1977.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico*. Tese. Departamento de História da FFLCH-USP, 1993.
- BLAJ, Ilana. *A trama das tensões*. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2002.
- BLOEM, Ruy. “O jornalismo na literatura brasileira”. Conferência pronunciada no curso de Literatura Brasileira, promovida pelo Departamento de Cultura, na Biblioteca Municipal de São Paulo. *Folha da Manhã*, 10 de setembro de 1945.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art – genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1998.
- BRAFMAN, Clara. “Les manuels de lecture d'origine française en Argentine dans la deuxième moitié du XIXe. siècle”. *Histoire de l'éducation*, 1996, n° 69, pp.63-80.
- BRAGANÇA, Aníbal. *Livraria ideal*. Do cordel à bibliofilia. Rio de Janeiro: Eduff, 1999.
- BRAGANÇA, Aníbal. *Eros pedagógico*. A função editor e a função autor. Tese. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2001.
- BRAGANÇA, Aníbal. “A constituição do campo interdisciplinar de estudos do livro e da história no Brasil (1900-2000)”. *Comunicação, acontecimento e memória*. Aníbal Bragança; Sonia Virgínia Moreira (Org.). São Paulo: Intercom, 2005, pp.79-94.
- Brasil*. Formação do Estado e da Nação. Organizado por István Jancso. São Paulo: Hucitec, 2003.
- BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et l'espace méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1949.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle, culture et capitalisme, XVe.–XVIIIe. siècle*. Paris: Armand Colin, 1979. 3 t.
- BRAUDEL, Fernand. “A Geohistória”, de Fernand Braudel. Tradução e notas de Lincoln Secco e Marisa M. Deaecto. *Entre Passado e Futuro*. Revista de História Contemporânea, 2002, n° 1, pp.124-135.
- BROCA, Brito. “O que liam os românticos”. *Revista do livro*, 1959, ano IV, pp.163-172.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. 3v.

- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. De Gutenberg a Diderot. São Paulo: Jorge Zahar, 2004.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Os primeiros almanaques de São Paulo*. Introdução à edição fac-similar dos almanaques de 1857 e 1858. São Paulo: IMESP/DAESP, 1983.
- CAMARGO, Mons. Paulo Florêncio da Silveira. *A igreja na história de São Paulo*. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1952-53. 7v.
- CAMARGOS, Marcia. *Villa Kyrial*. Crônica da Belle Époque Paulistana. São Paulo: Senac, 2001.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira – momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1959. 4v. [5ª edição. São Paulo; Belo Horizonte: Edusp; Itatiaia, 1975].
- CANDIDO, Antonio. “Recado dos livros”. In: *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. Resumo para principiantes. 1ª reimpressão. São Paulo: Humanitas, 1997.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Estudos de teoria e história literária. 8ª. ed. São Paulo: Queroz Editor, 2000.
- CANFORA, Luciano. *Libro e libertà*. Roma: Laterza, 1994.
- CANFORA, Luciano. *A Biblioteca desaparecida*. Histórias da Biblioteca de Alexandria. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CANFORA, Luciano. *Livro e liberdade*. São Paulo; Rio de Janeiro: Ateliê Editorial; Casa da Palavra, 2003.
- CARNEIRO, Levi. “O problema do livro nacional”. *Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1938, v.1, pp.83-105.
- CARONE, Edgard. *O marxismo no Brasil (das origens a 1964)*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- CARONE, Edgard. *Da esquerda à direita*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- CARONE, Edgard. *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Senac, 2001.
- CARONE, Edgard. *Leituras marxistas e outros estudos*. Organizado por Lincoln Secco; Marisa Midori Deaecto. São Paulo: Xamã, 2004.
- CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biblioteca Nacional (1807-1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro*. Do leitor ao navegador. São Paulo: Unesp; Imesp, 1999.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2ª ed. Brasília: UnB, 1999.
- CHARTIER, Roger. *Les origines culturelles de la Révolution française*. Postface inédite de l’auteur. Paris: Seuil, 2000.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2004.
- CHAUMARD, Fabien. *Le commerce du livre en France: entre économie et culture*. Paris; Montréal: L’Harmattan, 1998.
- CHAUVET, Paul. *Les ouvriers du livre en France*. De 1789 à la constitution de la Fédération du Livre. Paris: Marcel Rivière et Cie., 1956.

- CIM, Albert. *Le livre. Historique, fabrication, achat, classement, usage et entretien*. Paris: Ernest Flammarion, 1923.
- CONSTANTINO, Antonio. “A Faculdade de Direito do Largo S. Francisco”. In: *São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da fundação da cidade de São Paulo, 1954.
- CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo. 1822-1842: matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis; Campinas: Vozes; Ed.Unicamp, 1979.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. 7ª. ed. São Paulo: Unesp, 1999.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil. O desenvolvimento da Filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta. Periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: Educ; Fapesp, 2000.
- CRUZ, Heloísa de Faria. “A imprensa paulistana: do primeiro jornal aos anos 50”. In: *História da cidade de São Paulo. A cidade no Império*. Paula Porta (Org.). São Paulo: Paz e Terra, 2004, vol.2, pp.351-385.
- CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. “O acervo da Biblioteca Nacional”. In: Costa, Luiz Antonio Severo da et al. *Brasil, 1900*. Apres. de Plínio Doyle. Rio de Janeiro: Biblioteca nacional, 1980, pp.143-168.
- DAMACENO, Daniel Tarifa. *Facciosos de São Paulo. Considerações acerca da Bernarda de Francisco Ignácio (23/05/1822 – 25/08/1822)*. Dissertação de mestrado. Departamento de História, FFLCH-USP, 1993.
- DARNTON, Robert. *L'aventure de l'Encyclopédie (1775 1800)*. Un best-seller au siècle des Lumières. Préface d'Emmanuel Le Roy Ladurie. Paris: Librairie Académique Perrin, 1982.
- DARNTON, Robert. “História da leitura”. In: *A escrita da História*. Novas perspectivas. Organizado por Peter Burke. São Paulo: Unesp, 1992.
- DARNTON, Robert. *Edição e sedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DARNTON, Robert. *O iluminismo como negócio*. História da publicação da enciclopédia (1775-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DAUMARD, Adeline. *Os burgueses e a burguesia na França*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DEAECTO, Marisa Midori. “Pierre Seignot Plancher: um tipógrafo no quadro político do Primeiro Reinado”, no prelo.
- DEAECTO, Marisa Midori. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Senac, 2002.
- DEAECTO, Marisa Midori. “A Livraria Francisco Alves em São Paulo – Os meios de expansão da leitura e o desenvolvimento do mercado livreiro (1894-1917)”, [2004], site www.livroehistoriaeditorial.pro.br.

- DELATORRE, Aparecida Vanessa. *São Paulo à época da independência*. Contribuição para o estudo do chamado movimento “bernardista”, 1821-1823. Dissertação de mestrado. Departamento de História, FFLCH-USP, 2003.
- DESMARS, Henri. *Histoire et commerce du livre*. Manuel à l’usage des bibliophiles, amateurs et professionnels avec la collaboration de Germaine Frigot. Préface de Robert Sabatier. Paris: G.I.P.E., 1994.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole*. São Paulo: Alameda, 2005.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897)*. São Paulo: Annablume, 1997.
- Do Almanak aos almanaques*. Organizado por Marlyse Meyer. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- DOMINGOS, Manuela D. “Colporteurs ou livreiros? Acerca do comércio livreiro em Lisboa (1727-1754)”. *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, 1991, pp.109-142.
- DOMINGOS, Manuela D. *Bertrand: uma livraria antes do terremoto*. Com o fac-símile do *Catalogue des livres qui se vendent à Lisbonne chez les frères Bertrand... 1755*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.
- Dossier “Leituras e Leitores”*. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional, v. 8, no. 1-2, jan./dez. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- DUBY, Georges. *Histoire de la France*. Paris: Larousse, 1970.
- EISENSTEIN, Elisabeth L. *A revolução da cultura impressa*. Os primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Ática, 1998.
- EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade*. Uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924). São Paulo; Rio de Janeiro: FGV; Fapesp, 2000.
- EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação*. Literatura popular e pornografia no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ELAZARI, Judith Mader. *Lazer e Vida Urbana*. São Paulo 1850-1910. Dissertação de mestrado. Departamento de História, FFLCH-USP, 1979.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [Uma história dos costumes, vol.I, 1994]; [Formação do Estado e Civilização, vol.II, 1993].
- Encontros com a História*. Percursos históricos e historiográficos de São Paulo. Antonio Celso Ferreira; Tania Regina de Luca; Zilda Gricoli Yokoi (Org.).São Paulo: Unesp; Fapesp; Anpuh/SP, 1999.
- ENGELS, Friedrich. *La situation de la classe laborieuse en Angleterre*. Paris: Éditions Sociales, 1975.
- Ensaíos Paulistas*. São Paulo: Anhambi, 1958.
- Esboço de figura*. Homenagem a Antonio Candido. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- ESCARPIT, Robert. *La révolution du livre*. Paris: Unesco, 1969.
- ESTIVALS, “Création, Consommation et production intellectuelles”. *In : Le littéraire et le social*. Sous la direction de Robert Escarpit. Paris: Champs; Flammarion, 1970.
- FARINA, Duílio Crispim. “Comércio em Piratininga d'antanho”. *Boletim da Academia Paulista de História*, 1999, nº65.

- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *L'apparition du livre*. Paris: Albin Michel, 1958.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo : Unesp, 1992.
- FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. São Paulo: Scritta, 1995.
- FEIJÓ, Cezar Farina. *Formação política de Astrojildo Pereira, 1890-1920*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1960.
- FERNANDES, Florestan. *A inserção do negro na sociedade de classe*. São Paulo: Dominus; Edusp, 1965.
- FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Unesp, 2002.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- FERREIRA, Tito Lívio. “Do direito romano ao código civil brasileiro”. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, 1997, 40(190), pp.401-407.
- FIGUERÔA, Silvia F. de. “Ciência, Elites e Modernização: a Comissão Geográfica e Geológica (1886-1931)”. In: *Encontros com a História*. Percursos históricos e historiográficos de São Paulo. Antonio Celso Ferreira; Tania Regina de Luca; Zilda Gricoli Yokoi (Org.). São Paulo: Unesp; Fapesp; Anpuh/SP, 1999.
- FLITOURIS, Lampros. *A la recherche d'une véritable politique culturelle internationale*. La présence culturelle et spirituelle de la France en Grèce de la fin de la Grande Guerre aux années 1960. Paris : UVSQY, 2004.
- FONSECA, Edson Nery. “Integração de conhecimentos na Universidade: sua expressão bibliográfica”. *Revista do Livro*, 1968, 35, pp.141-143.
- FONSECA, Fernando Taveira. “A teologia na Universidade de Coimbra”. In: *História da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, t. II, pp.781-816.
- FONTAINAS, Adrienne et Luc. *Edmond Demain éditeur (1857-1918)*. Art et édition au tournant du siècle. Bruxelles: Labor, 1997.
- FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1976.
- François Guizot et la culture politique de son temps*. Sous da direction de Marina Valensise. Paris: Seuil, 1991.
- FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Edusp, 2005.
- FREITAS, Afonso de. “A Imprensa Periódica de São Paulo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 1914, v.XIX.
- FREITAS, Afonso de. *Tradições e reminiscências paulistanas*. 2ª. ed. São Paulo: Martins, 1955.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. Decadência do patriarcado rural do Brasil e desenvolvimento urbano. São Paulo: Nacional, 1936.
- FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. 2v.

- FREYRE, Gilberto. *Os ingleses no Brasil*. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 2ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio/MEC, 1977.
- FRIEIRO, Eduardo. *Os livros, nossos amigos*. Belo Horizonte: Paulo Bluhm, 1941.
- FRIEIRO, Eduardo. “Velhos livros do Caraça”. *Livros do Caraça*. Exposição promovida sob os auspícios de “O Globo” de Belo Horizonte. Setembro, 1960.
- FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. São Paulo: Edusp, 1981.
- GARC AU, Oliver. *The public library in the political process*. New York: Columbia University Press, 1949.
- GERODETTI, João Emilio; CORNEJO, Carlos. *Lembranças de São Paulo*. A capital paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças. 2ª edição. São Paulo: Solaris, 1999.
- GLEZER, Raquel. “Chão de terra”: *um estudo sobre São Paulo colonial*. Tese apresentada ao concurso de livre-docência em Metodologia de História. Departamento de História. FFLCH-USP, 1992.
- GLEZER, Raquel. “São Paulo e a elite letrada brasileira no século XIX”. *Revista Brasileira de História*, 1992, n^{os} 23-24, pp.19-30.
- GLEZER, Raquel. “Cem anos de perímetro urbano”. *História*. São Paulo, Unesp, 1994, v.13.
- GOBINEAU, Joseph Arthur. *Lettres brésiliennes*. Édition établie et annotée par Marie-Louise Concasty. Paris: Les bibliophes de l'originale, 1969.
- GODECHOT, Jacques. *Les révolutions (1770-1799)*. 4ª. edição. Paris: PUF, 1986.
- GONÇALVES, Janice. *Música na cidade de São Paulo (1850-1900)*. Circuito da partitura. Dissertação. Departamento de História, FFLCH-USP, 1995.
- GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil: 1850-1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. 3ª ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.
- GRIECO, Donatello. *Napoleão e o Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- GRISONI, Dominique; MAGGIORI, Robert. *Lire Gramsci*. Paris: Éditions Universitaires, 1973.
- GROS, J. M. *Le mouvement littéraire socialiste*. Depuis 1830. Paris : Albin Michel, s.d.p.
- GRUDER, V.R. “Les pamphlets ‘populaires’ à la veille de la Révolution”. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 1992, 39, pp.161-197.
- GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal*. Lisboa: Editora Verbo, 1987.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis*. O romance machadiano e o público de literatura no século 19. São Paulo: Nanquin; Edusp, 2004.
- GUIZOT, François. *A democracia na França*. Tradução em português por ***. Paris: Typ. de E. Thurnot et Cie., 1849.
- HALLEWEL, Laurence. *O Livro no Brasil*. São Paulo: Edusp; T.A.Queiroz, 1985. [2ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005].

- HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. De Montesquieu a Lessing. Lisboa : Ed. Presença, s.d.p.
- Histoire de l'édition française*. Le temps des éditeurs: du romantisme à la Belle Époque. Roger Chartier; Henri Jean-Martin (Dir.). Paris: Fayard, 1990.
- História da cidade São Paulo*. A cidade no Império. Paula Porta (Org.). São Paulo: Paz Terra, 2004.
- História da civilização brasileira*. Sérgio Buarque de Holanda (Org.). São Paulo: Difel, 1967-1970. t. I e II.
- História da leitura no mundo ocidental*. Org. por Roger Chartier e Guglielmo Cavallo. São Paulo: Ática, 1998. 2v.
- História da Universidade de Portugal*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. v.1 (1290-1536); v.II (1537-1771).
- História da vida privada no Brasil*. A Corte e a modernidade nacional. Luiz Felipe de Alencastro (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.II.
- História: novos objetos*. Jacques Le Goff; Pierre Nora (Org.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- História: novos problemas*. Jacques Le Goff; Pierre Nora (Org.). 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HOBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa*. Dois séculos revêem a Revolução Francesa. Tradução de Maria Célia Paoli. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HOBSBAWM, Eric. *Tempos interessantes*. Uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 20ª ed. [1ª edição: 1936]. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- HOLME, Charles. *L'art du livre*. Étude sur quelques-uns des dernières créations en typographie. Paris: s.ed., 1914.
- Imagens da cidade. Séculos XIX e XX*. Stella Bresciani (Org.). São Paulo: Marco Zero; Anpuh; Fapesp, 1993.
- IPANEMA, Marcello & Cibelle. "Subsídios para a história das livrarias". *Revista do Livro*, 1968, ano XI, 1º trimestre, 32, pp.23-32.
- JEANNIN, P. "Les manuels de marchands: édition et diffusion". *Revue d'histoire moderne et contemporaine*. Paris, 1998, pp.515-557.
- KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982
- L'Europe et le livre imprimé*. Réseaux et pratiques du négoce de librairie : XVIe.-XIXe. siècles. Sous la direction de Frédéric Barbier, Sabine Juratic, Dominique Varry. Paris Klincksieck, 1996.
- La lecture et ses publics à l'époque contemporaine*. Essais d'histoire culturelle. Sous la direction de Jean-Yves Mollier. Paris : PUF, 2001.
- LABARRE, Albert. *História do livro*. São Paulo/Brasília: Cultrix/INL, 1981.

- LACERDA, Lilian de. *Álbum de leitura*. São Paulo: Unesp, 2003.
- LACOSTE, Yves. *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*. s.n.t.
- LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: a modernidade do contra*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LAJOLO, Marisa. *Literatura infantil brasileira*. História e histórias. 5ª. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 1993.
- LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*. São Paulo: Moderna, 2000.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura*. Leis e números por detrás das letras. São Paulo: Ática, 2001.
- Le commerce de la librairie en France au XIXe. siècle (1798-1914)*. Sous la direction de Jean-Yves Mollier. Paris : IMEC ; Edition de la Maison des Sciences de l'Homme, 1997.
- Le littéraire et le social*. Sous la direction de Robert Escarpit. Paris : Champs ; Flammarion, s.d.e.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. "Une histoire sérielle du livre (1452-1970)". *Histoire, Économie et Société*, 1995, n° 1, pp.1-22.
- LECLANT, Jean. "Le café et les cafés à Paris". *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Paris, janvier-mars, 1951, pp.1-8.
- LEITE, Serafim [S.I.]. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949. 10 v.
- LEMONIER, Camille. *La vie belge*. Paris: Fasquelle, 1907.
- LEMONIER, Carlos. *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985.
- LEONZO, Nanci. "Um empresário nas milícias paulistas: o Brigadeiro Luiz Antonio de Souza". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 1981, t. 30, pp.241-254.
- LEONZO, Nanci. *O "mundo elegante" de Eduardo Prado*. Tese de Livre-docência Departamento de História, FFLCH-USP, 1989.
- LESCA, Charles. "La librairie française en Amérique Latine". In: *Comité Parlementaire d'Action à l'Étranger*. La deuxième semaine de l'Amérique Latine. Congrès tenu à Paris du 22 au 28 novembre. Paris: Comité Parlementaire d'Action à l'Étranger, 1917. pp.369-373.
- LIMA, Oliveira. *A Corte de d. João VI no Brasil (1808-1821)*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945, 3 v.
- LINS, Álvaro. *Jornal de crítica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- LINS, Álvaro. *Literatura e vida literária*. Diário de confissões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- LISBOA, Irene. *Inquérito ao livro em Portugal*. Editores e Livreiros. Lisboa: Seara Nova, 1944.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: Do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. 2v.

- LOPES, Cláudia Neves. *Les relations éditoriales entre le Brésil et le Portugal*. La place du livre et de la colonisation culturelles (1889-1989). Thèse de doctorat présentée sous la direction de Jean Piel. Université Paris VII. Paris, avril 1998.
- LOUREIRO, Pinto. *Livreiros e livrarias de Coimbra (séc. XVI-XX)*. Coimbra, s.ed., 1954.
- LUCAS, Fábio. *Crepúsculo dos símbolos: reflexões sobre o livro no Brasil*. Campinas: Pontes, 1989.
- MACAULAY, Sir Lorde Thomas Babington. *Ensaïos históricos*. Tradução e estudo crítico de Antonio Ruas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins/INL, 1972.
- MAGALHÃES, Gildo. *Força e luz*. Eletricidade e modernização na República Velha. São Paulo: Unesp, 2000.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- Manuels scolaires et Révolution Française*. Colloque de Créteil, 7 juin 1989. Paris : Association départementale pour le bicentenaire de la Révolution Française. Val-de-Marne : Messidor, 1989.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo*. Povoamento e população 1750-1850 com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos. São Paulo: Ed. Pioneira/EDUSP, 1974.
- MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura da Província de São Paulo (1847-1890)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. FFLCH-USP, 1990.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas, em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república*. São Paulo: Edusp; Imesp, 2001.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977-1978.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MARX, Murilo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989.
- MASSA, Jean-Michel. "La bibliothèque de Machado de Assis". *Revista do Livro*, 1961, ano VI, 21-22, pp.195-238.
- MATOS, Odilon Nogueira de. "A cidade de São Paulo no século XIX". *Revista de História*. Janeiro-junho, 1955, nº 21 e 22, pp.89-126.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias*. A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 4ª ed. São Paulo; Campinas: Pontes, 1990.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MAURO, Frédéric. "Les investissements français en Amérique Latine: des origines à 1973". *Revue d'Histoire Économique et Sociale*, 1977, no. 55, pp.234-262.
- MAWELL, Keneth. "The generation of the 1790's and the idea of luso-brazilian empire". In: ALDEN, Dauril. *Colonial roots of modern Brazil*. Los Angeles : University of California Press, 1973, pp.107-144.
- MAWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.
- MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza*. São Paulo 1845-1895. São Paulo: Hucitec; SMC, 1985.

- Madame de Staël. *Considérations sur la Révolution Française*. Oeuvre présentée et annotée par Jacques Godechot. Paris: Tallandier, 1983.
- MENDES, Denise. *Calçada do Lorena*. O caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista. Dissertação. FFLCH-USP, 1994.
- MENEZES, Raimundo de. “As primeiras e mais antigas livrarias de S. Paulo”, *Revista do Arquivo Municipal*, 1971, n° 182, pp.193-218.
- MIALHE, Jorge Luís. “A emigração francesa pelo porto de Bordeaux com destino ao Brasil (1840-1900)”. *História*. Unesp, 1999, v.19.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- MOLLIER, Jean-Yves. « L’histoire de l’édition, du livre et de la lecture en France aux XIXème. et XXème. siècles : approche bibliographique », mimeo.
- MOLLIER, Jean-Yves. *La plus longue des républiques: 1870-1940*. Paris: Fayard, 1994.
- MOLLIER, Jean-Yves. « L’Histoire de l’édition, une histoire à vocation globalisante ». *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, 1996, 43-2, avril, pp.329-348.
- MOLLIER, Jean-Yves. *L’argent et les lettres*. Histoire du capitalisme d’édition (1880-1920). Paris: Fayard, 1999.
- MOLLIER, Jean-Yves. “A História do livro, da edição e da leitura: um balanço de 50 anos de trabalho” [2004]. Tradução de Marisa M. Deaecto. www.livroehistoriaeditorial.pro.br.
- Momentos do livro no Brasil*. Organizado por Fernando Paixão. São Paulo: Ática, 1995.
- MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. São Paulo: Sec. da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.
- MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu (1800-1900)*. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MORNET, Daniel. « Les admirateurs inconnus de la ‘Nouvelle Heloïse’ ». *La revue du mois*. Paris, 1910, pp.536-554.
- MORNET, Daniel. *Les origines intellectuelles de la Révolution française (1715-1787)*. 4ª ed. Paris: Armand Colin, 1947.
- MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. São Paulo: Difel, 1970.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. Pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 1977.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801)*. Estudo das formas de pensamento. São Paulo: Ática, 1996.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. “Até onde o olhar alcança”, In: *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*. Carlos Eugênio Marcondes de Moura (Org.). São Paulo: Unesp; Ateliê; Imesp, 1998, pp.350-390.
- MUMBY, Frank Arthur. *Publishing and Bookselling*. A history from the earliest times to the present day. London: Jonathan Cape, 1949.

- MUMFORD, Lewis. *La cultura de las ciudades*. Buenos Aires: Emece Editores, s.d.p. 3v.
- NEEDEL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NOGUEIRA, Emilia. “Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX”. *Revista de História*, 1953, 16, pp.317-342.
- NOZOE, Nelson Hideki. *São Paulo: economia cafeeira e urbanização*. Estudo da estrutura tributária e das atividades econômicas na capital paulista (1889-1930). São Paulo: IPE, 1984.
- Où va le livre ?* Dir. Jean-Yves Mollier. Paris : La dispute, 2002-2003.
- PACHECO, Carlos. “Leituras e bibliotecas em Angola na primeira metade do século XIX”. *Locus*. Juiz de Fora, 2000, v.6, n°2, pp.21-41.
- PARMÉNIE, A.; LA CHAPELLE, C. BONNIER DE. *Histoire d'un éditeur et de ses auteurs: P.-J. Hetzel (Stahl)*. Paris: Albin Michel, 1953.
- PASQUET, D. *Londres e les ouvriers de Londres*. Paris : Armand Colin, 1914.
- PINHEIRO, Pércles da Silva. *Manifestações literárias em São Paulo na época colonial*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1961.
- PINTO, Maria Cecilia Queiroz de Moraes. *Alencar e a França*. Perfis. São Paulo: Annablume, 1999.
- PIZA, Antônio de Toledo. “A Bernarda de Francisco Ignácio”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1905, v. X, pp.126-177.
- PORTELA, Manuel. *O comércio da literatura*. Mercado e representação. Ensaio. Lisboa: Antígona, 2003.
- POUSSOU, Jean-Pierre. “Les activités commerciales des villes françaises de 1789 à 1815”. *Histoire, Économie et Société*, 1993, n° 1, pp.101-118.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: momentos decisivos*. Colônia. São Paulo: Martins, 1942.
- PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- PRADO, Décio de Almeida. *História concisa do teatro brasileiro*. São Paulo : Edusp, 2003.
- Práticas da leitura*. Organizado por Roger Chartier. 2ª. ed. revisada. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- Primo Congresso Mondiale delle Biblioteche e di Bibliografia*. Roma; Venezia: La Libreria dello State, 1932.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- RAMOS, Victor. *A edição de língua portuguesa em França (1800-1850)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
- RAZZINI, Márcia. “A livreria Francisco Alves e a expansão da escola pública em São Paulo”, [2004], site www.livroehistoriaeditorial.pro.br.
- REISEWITZ, Marianne. *Dom Fernando José De Portugal e Castro: prática ilustrada na Colônia (1788-1801)*. Dissertação. FFLCH-USP, 2001.
- REIZEWITZ, Marianne. “O impacto do ideário iluminista no Brasil: razão e livros sediciosos”. *Entre passado e futuro – Revista de História Contemporânea*, 2002, no. 1, ano 1, pp.41-57.

- RENAULT, Delso. *A vida brasileira no final do século XIX*. Visão sócio-cultural e política de 1890 a 1901. Rio de Janeiro: José Olympio; Fundação Nacional Pró-Memória; INL, 1987.
- Revolução Impressa*. A imprensa na França (1775-1800). Robert Darnton; Daniel Roche (Orgs.). São Paulo: Edusp, 1996.
- REZENDE, Carlos Penteado de. *Tradições musicais da Faculdade de Direito de São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1954.
- REZENDE, Carlos Penteado de. “Algumas páginas sobre a velha Academia de Direito de São Paulo”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, 1977, LXXII, pp.31-79.
- RICHTER, Noë. *La lecture et ses institutions*. La lecture populaire (1700-1918). Maine: Éditions Plein Chant; Bibliothèque de l'Université du Maine, 1987.
- RICHTER, Noë. *Les voies d'accès au livre*. La problématique des fondateurs de la lecture populaire (1760-1862). Bernay : Société d'histoire de la lecture, 1999.
- RISSO, Carlos; BOULANGER, Luís Aleixo. “Dois artistas franceses no Rio de Janeiro”. *Revista do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional*, Rio de Janeiro, 1939.
- RIVEIRO, Clado. “As bibliotecas brasileiras coloniais”. *RIHG*, 1946, nº 191.
- RIZZINI, Carlos de Andrade. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)*. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- ROCHE, Daniel. *Les républicains des lettres*. Gens de culture et Lumières au XVIII e.s. Paris : Fayard, 1988.
- ROCHE, Daniel. *O povo de Paris*. Ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Edusp, 2005.
- RODRIGUES, José Honório. *Independência*. Revolução e Contra-Revolução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. 5v.
- ROMERO, José Luis. *América Latina*. A cidade e as idéias. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- ROMERO, Luis Alberto. *Buenos Aires en la entreguerra*. Libros baratos de los sectores populares. Buenos Aires: CISEA, 1986.
- ROMERO, Silvio. *Teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Antonio Candido. São Paulo: Edusp, 1978.
- ROUSSEAU, Pierre. *Histoire des techniques et des inventions*. Paris: Arthème Fayard, 1958.
- ROUVEYRE, Edouard. *Dos livros: Edouard Rouveyre*. Bibliófilo, livreiro-editor. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.
- RÖWER, Basílio. *Páginas da história franciscana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1941.
- SAES, Flávio. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SAGASTIZÁBAL, Leandro de. *Diseñar una nación*. Un estudio sobre la edición en la Argentina del siglo XIX. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.
- SALES, Fernando. “1870: livros em destaque”. *Revista do Livro*, 1956, 43, ano XIII, 4º trimestre, pp.35-45.
- SANTANA, Nuto. *São Paulo histórico*. Aspectos, lendas e costumes. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937. 2v.

- SANTORO, Marco. *Storia del libro italiano*. Libro e società in Italia dal Quattrocento al Novecento. Milano: Editrice Bibliografia, 2000.
- SANTOS, José Carlos Ferreira dos. *Nem tudo era italiano*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 1998.
- SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec; Educ, 1994.
- São Paulo. *A Imperial Cidade e a Assembléia Legislativa Provincial*. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 2005.
- SAULNIER, V.-L. *La littérature du siècle philosophique*. Paris: PUF, 1958. (Que sais-je?, 128).
- SAY, Horace Émile. *Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil*. Paris: Guillaumin, 1839.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. *No jardim das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figuração da leitura na Corte Imperial*. Tese. FFLCH-USP, 1999.
- SCHÜCKING, Levin L. *El gusto literario*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- SECCO, Lincoln. *Capelas antigas de São Paulo*, mimeo.
- SECCO, Lincoln; DEAECTO, Marisa M. “A São Paulo de Libero Badaró”. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas, 2003, abril-junho, pp.151-178.
- SECCO, Lincoln; DEAECTO, Marisa M. “Pioneiros do comércio francês em São Paulo”. *Revista Digesto Econômico*, 2001, junho, pp.84-88.
- Segundo Congresso de Editores e Livreiros do Brasil*. Promovido pela Câmara Brasileira do Livro. São Paulo: Brasil Gráfico Ltda., 1954.
- SERRÃO, Joel. *Temas oitocentistas – II*. Para a história de Portugal no século passado. Ensaios. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SILVA, Ana Rosa Coclet da. *Inventando a Nação*. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime português: 1750-1822. Tese. IFCH-Unicamp, 2000.
- SILVA, Helen de Castro. *A biblioteca da fazenda Pinhal e o universo de leitura na passagem do século XX*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras–Unesp, Araraquara, 2002.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A livraria pública da Bahia em 1818: obras de História”. *Revista de História*, 1971, 87, pp.225-240.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Transmissão, conservação e difusão da cultura no Rio de Janeiro (1808-1821)”. *Revista de História*, 1974, n° 97, pp.138-159 (Parte I); vol.51, 1975, n.102, pp.551-580 (Parte II).
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1978.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas”. In: *Leitura, história e história da leitura*. Márcia Abreu (Org.). Campinas; São Paulo: Mercado das Letras; Fapesp, 1999, pp.147-163.
- SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. 5ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. São Paulo: Leitura, s.d.p.
- SOMBART, Werner. *Luxo y Capitalismo*. Buenos Aires: Guillermo Davalos, 1958.
- SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. 2ª. ed. revista. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. 10v.
- STIEL, Waldemar Correa. *História dos transportes coletivos*. São Paulo: Edusp, 1978.
- STOLS, Eddy. “Les étudiants brésiliens en Belgique (1817-1914) ”. *Revista de História*, 1975, vol.52, nº104, pp.653-692.
- TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. São Paulo; Natal: Hucitec; UFRN, 1995.
- TENGARRINHA, José Manuel. *Estudos de história contemporânea de Portugal*. Lisboa: Caminho, 1983.
- The public library and the city*. The Massachussets Institut of Technology and the President and Fellows of Harvard College. Massachussets: M.I.T. Press, 1966.
- TINHORÃO, José Ramos. *A música popular no romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2000. 3v.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *Lembranças de 1848*. As jornadas revolucionárias em Paris. Tradução de Modesto Florenzano. São Paulo: Compahia das Letras, 1991.
- TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *O Jardim da Luz*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico; Prefeitura Municipal de São Paulo, 1967.
- Uma raridade bibliográfica*. O Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806. Ed. Fac-similar, com estudo histórico de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro; São Paulo: Biblioteca Nacional; Gráfica Brasileira, 1986.
- VAL, Waldir Ribeiro do. *Vida e obra de Raimundo Correia*. Rio de Janeiro: INL, 1960.
- VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. 2ª. ed. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura, 1977. 2v.
- VENTURI, Franco. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Tradução de Modesto Florenzano. São Paulo: Edusc, 2003.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, s.d.p. 6 v.
- VIANNA, Hélio. “Estudantes de São Paulo no arquivo de Ubaldino do Amaral”. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, 1970, LXV, pp.259-280.
- VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

- VILLAÇA, Antônio Carlos. *José Olympio. O descobridor de escritores*. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2001.
- VILLALTA, Luiz Carlos. “Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII”. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional, 1995, pp.19-52.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo, censura e práticas de leitura*. Usos do livro na América portuguesa. Tese. Departamento de História, FFLCH-USP, 1999.
- VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários*. Mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000.
- VIVEIROS, Maria Lucília de Araújo. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. Tese. FFLCH-USP, 2003.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 2a. ed. revista. São Paulo : Pioneira Thomson Learning, 2003.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1986.
- WERNET, Augustin. *A igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1956.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. Na história e na literatura. 2ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- YAMAZAKI, Koichi. “La bibliothèque d’un érudit toulousain du XVIIIe. siècle, l’abbé Magi”. *Annales du midi. Revue de la France méridionale. Livre et culture (XVIIIe. – XIXe.)*, 1997, 217, pp.33-52.

APENSO DOCUMENTAL

Cathálogo das Obras existentes na Bibliotheca de Direito de S. Paulo, em 1857
(extraído do antigo cathálogo pela sua ordem)

No.	Autores	Obras	Formato	Ed.	Obra trunc.	Vols.
1	Wolfius	Jus Naturas	in 4o.	1764	0	9
2	Wolfius	Institutiones Juris Narura in gentium	in 8o.	1769	0	1
3	Grotius	De juri beli et pacis	in 4o.	1757	0	4
4	Cocceio	Introductio ad Grotium	in 4o.	1757	0	5
5	Ruffendorfius	De officio hominis et Civis	in 8o.	1758	0	1
6	Ruffendorfius	De officio hominis et Civis	in 8o.	1769	0	1
7	Ruffendorfius	De jure nature et gentium	in 4o.	1744	0	2
8	Ruffendorfius	Le droit de la nature et de gens	in 4o.	1740	0	3
9	Schwoz	Institutiones juris universalis natura et gentium	in 8o.	1780	0	2
	Schrod	Sistema juris publi universalis	in 8o.	1780	0	2
11	Darjier	Observationis juris naturalis socialis et gentium	in 4o.	1751	0	1
12	Bohemerus	Introductio in jus publicum universale	in 4o.	1763	0	1
13	Perreau	Législation naturelle	in 8o.	1807	1	1
14	Burlamaqui	Droit des gens et de la nature	in 8o.	1820	0	2
15	Burlamaqui	Droit de la nature et de gens	in 8o.	1820	0	5
16	Brotero	Principios de Direito Natural	in 8o.	1822	0	1
17	Brotero	Principios de Direito Natural	in 8o.	1822	0	1
18	Rayneval	Institutions du droit de la nature et des gens	in 8o.	1832	0	2
19	Conte	Traité de législation	in 8o.	1826	0	4
20	Conte	Origines des premières sociétés des peuples	in 8o.	1760	0	1
21	Adam Fergusson	Essai sur l'histoire de la société civile	in 8o.	1783	0	2
22	Adam Fergusson	De l'origine de lois, des arts et des sciences	in 8o.	1778	0	6
	Montesquieu	L'esprit des lois	in 8o.	1769	0	4
24	Montesquieu	L'esprit des lois	in 8o.	1761	0	4
25	Crevier	Observations sur le livre de l'esprit, des lois et des gens	in 8o.	1832	0	2
26	Mably	De la législation ou principes des lois	in 8o.	1777	0	1
27	Ronald	Législation primitive	in 8o.	1829	0	3
--	Meistes	Bibliotheca juris natura et gentium	in 8o.	1769	0	3
29	Jeremie Bentham	Drontologie ou science de la morale	in 8o.	1834	0	2
30	Real	La science du gouvernant	in 4o.	0	0	8
31	Lingeret	Théorie des lois civiles	in 8o.	1774	0	5
32	Mably	Le droit public	in 8o.	1776	0	3
33	Mably	Des droits et des devoirs du citoyen	in 8o.	1791	0	1
34	Fritot	Science du publiciste	in 8o.	1820	0	11
35	Bielfeld	Institutions politiques	in 8o.	1776	0	3
36	Machiavel	Oeuvres Complètes	in 8o.	1823	0	12
37	Beaujour	Théorie des gouvernements	in 8o.	1823	0	2
38	Luniga	A monarquia	in 8o.	1778	0	1
39	Rousseau	Oeuvres Politiques	in 12	1821	0	4
40	Pagé	Droit Politique	in 8o.	1828	0	1
	Benjamin Constant	Collection Complète des Ouvrages	in 8o.	1818	0	4
42	Barautie	Des Communes et de l'Aristocratie	in 8o.	1829	0	1
43	Filangieri	Oeuvres	in 8o.	1822	0	5
44	Filangieri	Oeuvres	in 8o.	1822	0	6
45	Benjamin Constant	Commentaires de l'ouvrage de Filandieri	in 8o.	1822	0	1
46	Filangieri	La science de la législation	in 8o.	Ann. VII	0	7
47	Emmanuel Ralph	Mémoires de Candide	in 8o.	1802	0	1
48	Franklin	Miscellaneous and philosophical pieces	in 6o.	1779	0	1
49	James Harrington	The oceans and anothers worlds	in folio	1747	0	1
50	Pastoret	Moire considéré comme législateur	in 8o.	1778	0	1
51	Pastoret	Larcontre, Confucius et Mahomet comparés comme sectaires, législateurs et moralistes	in 8o.	1778	0	1
52	Pastoret	Collection de Constitutions, Chartes et lois fondamentales	in 8o.	1830	0	4
	De Lolme	Constitutions de L'Anglaterre	in 8o.	1822	0	2
54	De Lolme	Constitutions de L'Anglaterre	in 8o.	1822	0	2
55	Amedéo R.	Essai sur la Constitution et Parlement d'Alglaterra	in 8o.	1821	0	1
56	John Russel	Essai historique de la Constitution et gouvernement anglais	in 8o.	1821	0	1

Cathálogo das Obras existentes na Bibliotheca de Direito de S. Paulo, em 1857
(extraído do antigo cathálogo pela sua ordem)

No.	Autores	Obras	Formato	Ed.	Obra trunc.	Vols.
57	Georges Custane	Tableau de la Constitution du royaume de l'Angleterre	in 8o.	1817	0	1
58	Lanjuinais.	Constitution de la nation française	in 8o.	1818	0	2
59	Havier de Sade	Reflexions sur les moyens propres à concolider l'ordre constitutionel en France	in 8o.	1822	0	1
60	Duvergier de Huranne	De l'ordre légal en France	in 8o.	1822	0	2
61		Constituição politica da monarchia portugueza	in 8o.	1822	0	1
62		Carta Constitucional da Monarquia portugueza	in 8o.	1826	0	1
63	Jefferson	Manuel du Droit Parlementaire	in 8o.	1814	0	1
64	? Ambert	Annales politiques et diplomatiques	in 8o.	1823	0	4
65	Landerdale	Letters to the Peers of the Scotland	in 8o.	1794	0	1
66	Landerdale	Code de Savoie - ou lois et constitutios de la majesté le roi de la Sardengne	in 12	1770	0	2
67	D'Abbon	Discours politiques, historiques et critiques	in 8o.	1784	0	3
68	Colbert	Testament politique	in 8o.	1694	0	1
69	Colbert	Instrucções de phocion á Arestias sobre a relação da moral com a politica	in 12	1791	0	1
70	Bouin	Estudos legislativos	in 8o.	1822	0	1
71	Batin	Traité de droit politique	in 8o.	1822	0	2
72	Batin	La politique Danvis	in 12	1759	0	2
73	Somenpelz	La scienza del bom governo	in 8o.	1785	0	1
74	Fleury	Les moeurs des Insrodites où l'on soit le modèle d'un politique simple	in 8o.	1747	0	1
75	Antonio Perez	Relaciones	in 4o.	1624	0	1
76	Antonio Perez	Las obras y relaciones	in 8o.	1631	0	1
77	Conte	Le censeur au examen des actes et des ouvrages qui tendent à détruire et à consolider la Constitution de l'État	in 8o.	1814	0	7
78	Bossuet	Politique tirée des propres paroles de l'Esriture Saints	in 8o.	1714	0	1
79	Bossuet	Regulamento interno da Camara dos Comuns da Inglaterra	in 8o.	1822	0	1
80		Actas do Senado do Brazil nos annos de 1826 a 1827	in 8o.	0	0	6
81		Actas da Camara dos Deputados do Brazil nos annos de 1826, 1827 e 1828	in 8o.	0	0	4
82	Lewis Goldsmith	História secreta do gabinete de Napoleão Boanaparte	in 8o.	1811	0	1
83	José da Silva Lisboa	Memoria dos feitos politicos de D. João VI	in 8o.	1818	0	1
84	Bentham	Sophismas anarchicos	in 8o.	1823	0	1
85	Condorcet	Raymond, Chapelier et autres - Bibliothèque des hommes publics	in 8o.	1790	0	13
86	Jeremie Bentham	Essai sus la situation politique de l'Espagne	in 8o.	1823	0	1
87	Vatel	Le droit des gens	in 12	1802	0	3
88	Vatel	Le droit des gens	in 12	1802	0	3
89	Klüber	Droit de gens moderne de l'Érope	in 8o.	1828	0	2
90	Maritns	Recueil des traités d'alliance de paix de Trêve	in 8o.	1826	0	10
91	De Vaines	Diccionaire raisonné diplomatique	in 8o.	1774	0	2
92	João Pedro Ribeiro	Observações históricas e criticas para servir de memoria ao sistema de diplomacia portugueza	in 8o.	1789	0	1
93	João Pedro Ribeiro	Tratado de alliança deffensiva entre Maria 1a. De Portugal e Cartos 3o. D'Hespanha	in 4o.	1778	0	1
94	João Pedro Ribeiro	Prontuario de los tratados de pás d'España	in 12	1749	0	1
95	João Pedro Ribeiro	Collection de los tratados de Pás, Alliança, Neutralidade, Garantia, Protection hechos por los (?) Reys d'España	in folio	1760	0	2
96	Raunet	Recueil historique d'actes, négociations, mémoires et traités, depuis la paix d'Utrecht jusqu'au Second Congrès de Cambray	in 12	1728	0	25
97	Raunet	Négociations secrètes touchantes la paix de Müntem	in folio	1735	0	4
98		Causa do Brasil no juiso dos governos e Estados da Europa	in 8o.	1822	0	1
99	Bentura	Historia de la ullima guerra, negociaciones y y condución de la pás desde el año de 1733 el 1736	in 8o.	1738	0	1
100	Azuni	Système de droit maritime de l'europe	in 8o.	Na. VI	0	2
101	Azuni	Système de droit maritime de l'europe	in 8o.	1805	0	2
102	Azuni	Système de droit maritime de l'europe	in 8o.	1805	0	2
103	Lebean	Nouveau code de prises	in 8o.	Na. VII	0	4
104	Brotero	Questões sobre presas marítimas	in 8o.	1836	0	1
105	Brotero	Questões sobre presas marítimas	in 8o.	1836	0	1
106	Harper	Relexões sobre a questão entre os Estados Unidos e a França	in 8o.	1798	0	1

Catálogo das Obras existentes na Bibliotheca de Direito de S. Paulo, em 1857
(extraído do antigo catálogo pela sua ordem)

No.	Autores	Obras	Formato	Ed.	Obra trunc.	Vols.
107	Degerando	Institutes du droit administratif	in 8o.	1829	0	1
108	Tremenville	Diccionario de police	in 8o.	1775	0	1
109	Tremenville	La richesse de l'Angleterra	in 4o.	1771	0	1
110	Adam Smith	Na inquiry into the nation and causes of the math of the nations	in 8o.	1814	0	4
111	Adam Smith	Recherches sur la nation et les causes de la richesse des Nations	in 12	1835	0	2
112	Mac Culloch	Discours sur l'origine, les progrès d'économie politique	in 8o.	1825	0	1
113	Mac Culloch	The principles of political economy	in 8o.	1830	0	1
114	Godwin	Recherches sur la population et sur la faculté d'accroissement de l'espèce humaine	in 8o.	1821	0	2
115	J. B. Say	Cours complet d'économie politique	in 8o.	1828	0	6
116	J. B. Say	Traité d'économie politique	in 8o.	1826	0	3
117	J. B. Say	Cathéchisme d'économie politique	in 12	1821	0	1
118	J. B. Say	Lettres à Malthus	in 8o.	1820	0	1
119	J. B. Say	Melanges et correspondances d'économie politique	in 8o.	1832	0	1
120	Mill	Eléments d'économie politique	in 8o.	1823	0	1
121	Mill	Eléments d'économie politique	in 8o.	1823	0	1
122	Mill	Eléments d'économie politique	in 8o.	1826	0	1
123	Mis Nariet Martineau	Contes sur l'économie politique	in 8o.	1833	0	5
124	St. Léon	Étude du crédit public et de dettes publiques	in 8o.	1824	0	1
125	Ganilh	Principe d'economie politique et des finances	in 8o.	1835	0	1
126	Ganilh	Dictionnaire d'économie politique	in 8o.	1828	0	1
127	Ganilh	Système d'économie politique	in 8o.	1828	0	2
128	Ganilh	Essai politique sur le revenu public	in 8o.	1823	0	2
129	Ganilh	Théorie d'économie politique	in 8o.	1822	0	2
130	Fazy	Opuscules financiers	in 8o.	1826	0	1
131	Condillac	Doutes proposés à l'auteur de la thórie de l'impôt	in 12	1761	0	1
132	Droz	Economie politique au principe de la science des richesses	in 8o.	1829	0	1
133	Wermet	Théorie du crédit public	in 4o.	1816	0	1
134	Storch	Cours d'économie politique	in 8o.	1823	0	4
135	Storch	La richesse de la Hollande	in 12	1778	0	5
136	Storch	l'Homme en société	in 12	1763	0	2
137	Storch	Les interêts des Nations de l'Europe	in 12	1764	0	4
138	Fodéré	Essai politique et moral sur la pauvreté des Nations	in 8o.	1825	0	1
139	Fodéré	Essai sur les vraies causes de la misère et la félicité politiques	in 8o.	1815	0	1
140	Forriere	Du gouvernement considéré dans des rapports avec le commerce	in 8o.	1805	0	1
141	F. de L. C.	Traité des bancs	in 8o.	1814	0	1
142	Lauderdale	Recherche sur la nature et l'origine de la richesse publique	in 8o.	1808	0	1
143	Agarini	La science de l'économie politique	in 8o.	1822	0	1
144	L. Lay	Traité élémentaire de la richesse individuelle et de la richesse publique	in 8o.	1827	0	1
145	Rodrigues de Brito	Memórias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações	in 8o.	1803	0	3
146	Dupin	Discours et leçons sur l'industrie	in 8o.	1825	0	2
147	Ganich	De la légulation, de l'administration, et de la comptabilité des finances de France	in 8o.	1817	0	1
148	Albuquerque	Discurso fundamental sobre a população	in 8o.	1814	0	1
149	Hamilton	Recherches sur l'origine, le progrès, la rachat de l'etat actuel et la regie de la dette de la Grande Bretagne	in 8o.	1817	0	1
150	Sismondi	Elude sur l'économie politique	in 8o.	1837	0	2
151	Silva Lisboa	Estudos das obras publicas de Edmundo Burke	in 8o.	1812	0	1
152	Silva Lisboa	Arte e dicionario de comercio e economia de portuguesa	in 12	1784	0	1
153	Blanqui	Précis d'économie politique	in 12	1826	0	1
154	Silva Lisboa	Estudos do bem comom	in 8o.	1820	0	3
155	Azerevo Coutinho	Ensaio economico sobre o comercio de Portugal e suas Colonias	in 8o.	1794	0	1
156	Azerevo Coutinho	Observações sobre o commercio franco no Brasil	in 8o.	1808	0	1
157	Azerevo Coutinho	Le negoce d'Amsterdam ou Traité de Banque	in 4o.	1710	0	1
158	Azerevo Coutinho	Memorias economicas da Academia Real de Lisboa	in 8o.	1791	0	2
159	Malthus	Principes d'economie politique	in 8o.	1820	0	2
160	Say	Cathecismo d'economia politica	in 12	1822	0	1
161	Josseau	Des institutions de crédit foncier et agricole	0	0	0	1
162	Royer	Des institutions de crédit foncier	0	0	0	1

Direito Administrativo

Cathálogo das Obras existentes na Bibliotheca de Direito de S. Paulo, em 1857
(extraído do antigo cathálogo pela sua ordem)

No.	Autores	Obras	Formato	Ed.	Obra trunc.	Vols.
163	Meili Freirii	Historia juris civis lusitani	in 8o.	1778	0	1
164	Meili Freirii	Historia juris civis lusitani	in 8o.	1778	0	1
165	Meili Freirii	Historia juris civis lusitani	in 8o.	1778	0	1
166	Meili Freirii	Historia juris civis lusitani	in 8o.	1778	0	1
167		Ordenação Manuelina	in folio	0	0	1
168		Ordenação Affonsina	in 4o.	1786	0	5
169		Ordenação Affonsina	in 4o.	1786	0	5
170		Ordenação do Reino de Portugal	in 12	1727	0	3
171		Ordenação do Reino de Portugal	in folio	1747	0	2
172		Ordenação do Reino de Portugal	in folio	1747	0	3
173		Ordenação do Reino de Portugal	in folio	1747	0	3
174		Ordenação do Reino de Portugal	in folio	1747	0	3
175		Ordenação do Reino de Portugal	in folio	1747	0	3
176		Ordenação do Reino	in 4o.	1786	0	3
		Ordenação do Reino	in 4o.	1786	0	3
178		Repertorio das Ordenações	in folio	1749	0	2
179		Repertorio das Ordenações	in folio	1749	0	2
180		Repertorio das Ordenações	in folio	1749	0	2
181		Repertorio das Ordenações	in 4o.	1786	0	4
182		Fontes proximas da Collecção Philipina	in 8o.	1786	0	1
183		Assentos da Casa de Suplicação	in 4o.	1786	0	1
184		Assentos da Casa de Suplicação	in 4o.	1786	0	1
185		Assentos da Casa de Suplicação	in 4o.	1786	0	1
186		Leis extravagantes de D. José e de D. Maria I	in folio	1797	0	5
187		Collecção das leis, decretos e alvarás de D. José I	in folio	1771	0	1
188	Fernandes Thomás	Repertorio das leis extravagantes	in folio	1815	0	2
189	Nunes de Leão	Leis estravagantes	in 4o.	1796	0	1
190	J. Pedro Ribeiro	Indice Chronologico	in 8o.	1718	0	3
191	Souza	Permissões às leis novissimas	in 8o.	1748	0	2
192	Coelho	Sisthema dos regimentos	in folio	1783	0	6
193	Coelho	Artigo das Ciras	in 4o.	1779	0	1
194	Coelho	Synopse chronologica dos subsidios para a historia da legislação portuguesa	in 4o.	1790	0	2
	I.D.L.	Repertorio chronologico	in 4o.	1783	0	1
196	I.D.L.	Regulamento das mercês e decreto relativo à Collecção Chronologica da Legislação Juridica defunctos, ausentes, capellas e residuos	in 8o.	0	0	4
197	Nabuco	Coleção Chronologica da Legislação do Brasil, de 1808 a 1831	in 4o.	1835	0	7
198	Nabuco	Coleção Chronologica da Legislação do Brasil, de 1808 a 1832	in 4o.	1835	0	7
199	Nabuco	Coleção Chronologica e systematica da Legislação da Fazenda do Brasil, de 1808 a 1833	in 8o.	1832	0	2
200	Nabuco	Coleção Chronologica e systematica da Legislação da Fazenda do Brasil, de 1808 a 1834	in 8o.	1832	0	2
201	B.L.P.A.	Repertorio systematico da legislação novissima do Brasil (Edição de Ouro Preto), de 1826 a 1835	in 8o.	0	0	7
202	Morais	De Lecutionibus	in folio	1733	0	3
203	Morais	De Lecutionibus	in folio	1729	0	3
204	Morais	De Lecutionibus	in folio	1742	0	3
205	Reynoso	Observaciones practicas	in folio	1634	0	1
206	Guerreiro	De munere judicis orphanarum	in folio	1736	0	1
207	Guerreiro	De recusationibus	in folio	1699	0	1
208	Guerreiro	Questiones forenses	in folio	1738	0	1
209	Guerreiro	Eschola moral e politica	in folio	1733	0	1
210	Guerreiro	De privilegiis familiarum inquisitorio	in folio	1735	0	1
211	Guerreiro	De privilegiis familiarum inquisitorio	in folio	1735	0	1
212	Caminha	Da forma dos libellos	in folio	1731	0	1
213	Caminha	Da forma dos libellos	in folio	1731	0	1
214	Brito	De locuto et conducto	in folio	1744	0	1
215	M. Leitão	De juri lusitano	in folio	1645	0	1
216	M. Leitão	De juri lusitano	in folio	1776	0	1
	Lopes Leitão	Praxis de judicio	in folio	1690	0	1
218	Amaral Botelho	Discursos juridicos	in folio	1790	0	2
219	Arouca	Adnotaciones practicas	in folio	1702	0	2

Direito Civi Patrio

Catálogo das Obras existentes na Bibliotheca de Direito de S. Paulo, em 1857
(extraído do antigo catálogo pela sua ordem)

No.	Autores	Obras	Formato	Ed.	Obra trunc.	Vols.
220	Arouca	Allegationes juris	in folio	1742	0	1
221	Arouca	Allegationes juris (não existe)	in folio	1742	0	1
222	Pereira de Castro	Monarchia	in folio	1739	0	1
223	Pereira de Castro	Decisiones	in folio	1745	0	1
224	Pereira de Castro	De manu regia	in folio	1742	0	2
225	Thomas Valasci	Allegationes	in folio	1731	0	1
226	Thomas Valasci	Allegationes	in folio	1731	0	1
227	Alvari Valasci	Opera omnia	in folio	1735	0	2
226	Alvari Valasci	Opera omnia	in folio	1740	0	2
229	Gama	Decisiones	in folio	1683	0	1
230	Cabedo	Decisiones	in folio	1699	0	1
231	Cabedo	Decisiones	in folio	1734	0	1
232	Phebi	Decisiones	in folio	1678	0	1
233	Phebi	Decisiones	in folio	1678	0	1
234	Macedo	Decisiones	in folio	1699	0	1
235	Macedo	Decisiones	in folio	1699	0	1
236	Vanguerve	Practica judicial	in folio	1757	0	1
237	Mendes e Castro	Practica lusitana	in folio	1733	0	1
238	Mendes e Castro	Practica lusitana	in folio	1739	0	1
239	Mendes e Castro	Practica lusitana	in folio	1767	0	1
240	Mendes e Castro	Repertorio das ordenações	in folio	1699	0	1
241	Silva	Comentari ad ordenationes	in folio	1740	0	4
242	Silva	Comentari ad ordenationes	in folio	1742	0	4
243	Cardoso	Praxis judicum et adjocatorum	in folio	1733	0	2
244	Cardoso	Praxis judicum et adjocatorum	in folio	1733	0	2
245	Pegas	Forenses	in folio	diversos	0	7
246	Pegas	Forenses	in folio	diversos	0	7
247	Pegas	Comentaria ad ordinationes	in folio	diversos	0	15
248	Pegas	Comentaria ad ordinationes	in folio	diversos	0	13
249	Pegas	Adiciones ad comentaria	in folio	1703	0	1
250	Pegas	Allegações de Direito	in folio	1738	0	1
251	Pegas	Index generalis	in folio	diversos	0	3
252	Pegas	De majoratu	in folio	diversos	0	5
253	Pegas	De ordem precedenti in causis majoratus	in folio	1730	0	1
254	Guerra	Commentaria ad ordinationes	in folio	1740	0	1
255		Echo juridico	in folio	1731	0	1
256	França	Adiciones ad quinque libero pratico lusitano	in folio	1752	0	1
257	Lobão	Acções sumarias	in 8o.	1817	0	2
258	Pereira Souza	Primeiras linhas sobre processo civil	in 8o.	1813	0	3
259	Pereira d'Almeida	Dissertação analitica sobre a legislação orphanologica	0	1824	0	1
260	Cardozo da Costa	Que é o código civil	in 8o.	1822	0	1
261	Gomes	Manual pratico	in 8o.	1766	0	1
262	Gomes	Manual pratico	in 8o.	1748	0	1
263	Melii Freirii	Institutionum juris civis	in 8o.	1744	0	6
264	Carrio Telles	Doutrina das acções	in 8o.	1824	0	1
265	Alvares da Silva	Introdução ao novo código	in 8o.	1780	0	1
266	Sampaio	Preleções de Direito Patrio	in 8o.	1784	0	1
267	Nogueira Coelho	Principios de Direito Natural com remissões as leis extravagantes e mais Reais determinações	in 8o.	1777	0	1
268	Nogueira Coelho	Principios de Direito Natural com remissões as leis extravagantes e mais Reais determinações	in 8o.	1777	0	1
269		Allegações de Direito em favor da jurisdição da ordem militar	in folio	1641	0	1
270		Allegações de Direito em favor da jurisdição da ordem militar	in folio	1641	0	1
271	Porfirio Hemeterio Homem de Carvalho	Primeiras linhas de Direito Agrario	in folio	1815	0	1
272	Caldas	Opera omnia	in folio	1745	0	4
273	Portugal	Tractatus de donationibus	in folio	1726	0	1
274	Portugal	Tractatus de donationibus	in folio	1757	0	1
275	Cordeiro	Dubitationes in foro frequentes more juridico disputatas	in 4o.	1713	0	1
276	Pinheiro	De testamentis	0	0	0	2
277	Phebi	Decisiones	0	0	0	1
278	Cardoso	Liber editissimus judicibus et advocatis	0	1729	0	1
279	Copolo de Nunes Alvares Pereira de Melo	Tratatus de servitutibus	in folio	1707	0	1
280	Copollo	Tratatus de servitutibus	in folio	1740	0	1
281	Simões d'Oliveira Costa	Compendio resolutionum praticarum de munere	in folio	1732	0	1
282	Simões d'Oliveira Costa	Compendio resolutionum praticarum de munere	in folio	1732	0	1

Direito Civil Patrio

Catálogo das Obras existentes na Bibliotheca de Direito de S. Paulo, em 1857
(extraído do antigo catálogo pela sua ordem)

No.	Aut ores	Obras	Formato	Ed.	Obra trunc.	Vols.
283	J. Pinto Ribeiro	Obras varias	in folio	1729	0	1
284	Bagua	Thesaurus cotidianarum	in folio	1726	0	3
285	Manuel Ribeiro Netto	Comentaria ad jus civile	in folio	1679	0	1
286	João Alvares da Costa	De Toga origine	in folio	1716	0	1
287	Copollo	Tractatus Cautelorum	in folio	1742	0	1
288	Seabra da Silva	Dedução chronologica e analitica	0	1764	0	5
289	Seabra da Silva	Das provas de dedução chronologica	0	1768	0	7
290	Castilho	Controversia juris	in folio	1658	0	9
291	Ayllon	Addições á Gomes	in folio	1666	0	1
292	Valasco	De privilegiis	in folio	1630	0	1
293	Fracisco Pinheiro	De census et emphiteusi	in folio	1656	0	1
294	Cabedo	De patronatibus	in 8o.	1603	0	1
295	Carvalho	De quarta legitima, falsidia e tribillianica	in folio	1677	0	1
296	Leitão de Lima	Commentaria ad articulos gabellarum	in folio	1749	0	1
297	Silvii Araujo	Perfectus advocatus	in folio	1743	0	1
298	Barboza	Remissões	in folio	1730	0	2
299	Barboza	Tractati varii	in folio	1718	0	1
300	Cardoso Ozorio	Praxis de patronatu regio	in folio	1736	0	1
301	Cardoso Ozorio	Praxis de patronatu regio	in folio	1736	0	1
302	Molina	De Hispanorum origine et natura	in folio	1601	0	1
303	Paiva e Pona	Orphanologia pratica	in 4o.	1713	0	1
304	Paiva e Pona	Orphanologia pratica	in 4o.	1713	0	1
305	Monteiro de Campos	A Paiva e Pona. Orphanologia	in folio	1750	0	1
306	Leitão	De gravaminibus	in folio	1736	0	1
307	Nogueira Coelho	Principios de Direito Divino, Publico Universal e das Gentes adotados pelas Ordens, Leis e Codigos	in 4o.	1773	0	1
308		Plano para os maiores observantes da provincia de Soledade	in folio	1776	0	1
309		Plano para os estatutos observantes de Portugal	in folio	1776	0	1
310		Estatutos de Alcobaça	in folio	1776	0	1
311		Elementos de processo civil	in 8o.	1850	brochura	1
312	Dr. Paulo Baptista	Compendio de theoria e practica do processo civil	in 8o.	1855	brochura	20
313	Dr. Ramalho	Elementos do processo criminal	in 8o.	1856	brochura	1
314		Elementos dos custos judicioarios	in 12	1855	brochura	1
315		Estatutos da Faculdade de S. Paulo	in 4o.	1854	0	1
316		Regulamento complementar	in 4o.	1856	0	1
317	Pastoret	Histoire de la législation	in 8o.	1817	0	9
318	Calvini	Magnum lexicon juridicum	in folio	1734	0	2
319	Calvini	Magnum lexicon juridicum	in folio	1734	0	2
320	Dionisi Gothofredi	Corpus juris civilis romani	in folio	1663	0	2
321	Gothofredi	Corpus juris civilis romani	in folio	1740	0	2
322	Gothofredi	Corpus juris civilis romani	in folio	1781	0	2
323	Jacobi Anale de Bottis	Digesturum vetus (?) pandectorum juris civilis	in 4o.	1606	0	3
324	P. Antonii Peruzii	Institutiones Imperiales	in 12	1739	0	1
325	P. Antonii Peruzii	Institutiones Imperiales	in 12	1755	0	1
326	J. Crispini	Imp. Cod. Institutionum Justiniani	in 12	1612	0	1
327	Daza	Las instituciones imperiales	in 12	1723	0	1
328	Tenasson	Histoire de la jurisprudence romaine	in 12	1732	0	1
329		Imperatoris Justiniani Institutiones	in 12	1732	0	1
330	A. Barbosa	Collectania in codicem justiniani	in folio	1720	0	2
331	Gaspar Manzio	Commentaris ratio regularis in (?) liberos institutionum Imp.	in folio	1722	0	2
332	Heinecci	Opera omnia	in 4o.	1771	0	9
333	Heinecci	Elementa juris civilis secundum ordinum pandectarum	in 8o.	1744	0	2
334	Heinecci	Elementa juris civilis secundum ordinum pandectarum	in 8o.	1737	0	1
335	Franc. Duarene	Eguin. Baronis Hug Grotii, Buddei, Nariorum opuscula ad cultiorum jurisprudenceiam	in 8o.	1769	0	9
336	Augustinii Bachii	Historia Jusrisprudentio Romano	in 8o.	1765	0	1
337	Augustinii Weirfeel	Jurisprudentia civilis definitiva	in 8o.	1768	0	1
338	Isac Wsembachei	Emblemata triboniani	in 8o.	1736	0	1
339	Martini	Orde historios juris civilis	in 8o.	1770	0	1
340	Alexandri Scoti	Vocabularium juris utriusque	in 8o.	1759	0	3
341	Alexandri Scoti	Vocabularium juris utriusque	in 8o.	1760	0	3
342	Gravinum	Originum juris civis	in 4o.	1758	0	2
343	Lorry	Institutionum juris civilis repositio methodica	in 4o.	1757	0	1
344	Loisii	Commentarius in codicem justinianum	in 4o.	1660	0	1
345	Alexandri Scoti	Vocabularium juris utriusque	in 8o.	0	0	1
346	Molina	De justitia et juri	in folio	1624	0	2
347	Sabelli	Summa diversorum tractauum	in folio	1733	0	6

Cathálogo das Obras existentes na Bibliotheca de Direito de S. Paulo, em 1857
(extraído do antigo cathálogo pela sua ordem)

No.	Autores	Obras	Formato	Ed.	Obra trunc.	Vols.
348	De Cortiada	Decisiones	in folio	1727	0	4
349	Marchat	Resolutiones quartionum	in folio	0	0	0
350	Mauticos	Locubrationes de tacitis et ambigui conventionibus	in folio	1723	0	0
351	Mauticos	Tractatus de conjecturis ultimarum voluntatum	in folio	1737	0	1
352	Passionei	Tractatus de locutione et conduction	in folio	1721	0	1
353	Patavins	De scriptura privata	in folio	1621	0	1
354	Jacobo...Canceri	Variarum resolutionum juris Casarei Pontificis	in folio	1644	0	2
355	Gomesii	Varios resolutiones juris civilis, communis et regii	in folio	1735	0	1
356	Gomesii	Ad leges tauri commentarium	in folio	1616	0	1
357	Gomesii	Ad leges tauri absolutissimum	in folio	1735	0	1
358	Gomesii	Commentariorum variorumque resolutionum juris civilis communis et regii	in folio	1596	0	1
359	Carlevalio	Disputationum juris variarum de judicis	in folio	1745	0	1
360	Parexa e Luisada	Praxis edendi, dive tractatus de universa instrumentorum editione	in folio	1724	0	1
361	Puerim	Opera omnia juridica et moralia	in folio	1738	0	2
362	Aylton Laynes	Utrarienia illustrationes dive additiones eruditissimoad varias resolutiones Gomesii	in folio	1691	0	1
363	Noguerol	Allegationes juris	in folio	1691	0	1

Cathálogo das Obras existentes na Bibliotheca de Direito de S. Paulo, em 1857 (extraído do antigo cathálogo pela sua ordem) Repartição dos livros por assunto, formato e ano de edição								
	Formato	1800 - 1809	1810 - 1819	1820 - 1829	1830 - 1839	1840 - 1849	1850 - 1857	Total
Obras de Jurisprudência	in folio	0	0	0	0	0	0	0
	in 4o.	0	0	0	0	0	0	0
	in 6o.	0	0	0	0	0	0	0
	in 8o.	1	0	4	5	0	0	10
	in 12	0	0	0	0	0	0	0
	indef.	0	0	0	0	0	0	0
	Total		1	0	4	5	0	0
Direito Político	in folio	0	0	0	0	0	0	0
	in 4o.	0	0	0	0	0	0	0
	in 6o.	0	0	0	0	0	0	0
	in 8o.	1	7	22	1	0	0	31
	in 12	0	0	1	0	0	0	1
	indef.	0	0	0	0	0	0	0
	Total		1	7	23	1	0	0
Direito das Gentes	in folio	0	0	0	0	0	0	0
	in 4o.	0	0	0	0	0	0	0
	in 6o.	0	0	0	0	0	0	0
	in 8o.	0	0	3	0	0	0	3
	in 12	2	0	0	0	0	0	2
	indef.	0	0	0	0	0	0	0
	Total		2	0	3	0	0	0
Direito Marítimo	in folio	0	0	0	0	0	0	0
	in 4o.	0	0	0	0	0	0	0
	in 6o.	0	0	0	0	0	0	0
	in 8o.	2	0	0	2	0	0	4
	in 12	0	0	0	0	0	0	0
	indef.	0	0	0	0	0	0	0
	Total		2	0	0	2	0	0
Direito Administrativo	in folio	0	0	0	0	0	0	0
	in 4o.	0	1	0	0	0	0	1
	in 6o.	0	0	0	0	0	0	0
	in 8o.	4	7	23	5	0	0	39
	in 12	0	0	3	1	0	0	4
	indef.	0	0	0	0	0	0	0
	Total		4	8	26	6	0	0
Direito Civil Pátrio	in folio	0	2	0	0	0	0	2
	in 4o.	0	0	0	2	0	2	4
	in 6o.	0	0	0	0	0	0	0
	in 8o.	0	2	2	2	0	3	9
	in 12	0	0	0	0	0	1	1
	indef.	0	0	1	0	0	0	1
	Total		0	4	3	4	0	6
Direito Romano	in folio	0	0	0	0	0	0	0
	in 4o.	0	0	0	0	0	0	0
	in 6o.	0	0	0	0	0	0	0
	in 8o.	0	1	0	0	0	0	1
	in 12	0	0	0	0	0	0	0
	indef.	0	0	0	0	0	0	0
	Total		0	1	0	0	0	0
TOTAL	in folio	0	2	0	0	0	0	2
	in 4o.	0	1	0	2	0	2	5
	in 6o.	0	0	0	0	0	0	0
	in 8o.	8	17	54	15	0	3	97
	in 12	2	0	4	1	0	1	8
	indef.	0	0	1	0	0	0	1
	Total		10	20	59	18	0	6

Ouvrages relatifs aux événements politiques et historiques de la France, 1870-1871-1872. Déchéance de l'Empire. Guerre, Commune, etc.

- ALBUM HUMORISTIQUE.** Souvenirs du siège de Paris. Les défenseurs de la capitale. Portraits. Types. 4\$000
- ARSAC (d').** Mémorial du siège de Paris; par J. d'Arsac. In-8. 4\$00
r. jésus, xn-707 p. et 1 carte.
- ASSASSINAT (l') des Otages, le 24 mai 1871.** Mgr. Darboy. Le Président Bonjean. M. Deguerry. M. Allard. Les RR. PP. Clerc et Ducoudray. Débats du conseil de guerre. In-8. 2\$500
- BEAUMONT VASSY (Vte. de).** Histoire authentique de la commune de Paris en 1871. Ses origines. Son règne. Sa chute. br. 2\$500
- BENEDETTI.** Ma Mission en Prusse. 1 vol. in-8. 7\$000
- BOURLOTON.** L'Allemagne contemporaine par E. Bourloton, engagé volontaire et prisonnier en Allemagne. 1 vol. in-8. 4\$000
- CESENA.** Histoire de la Guerre de Prusse (1870-1871), illustrée de portraits historiques et gravures, cartes et plans de bataille. In-folio, br. 4\$000, encad. 6\$000
- CHANZY (Général).** Deuxième armée de la Loire, campagne 1870-1871. 1 fort vol. in-8.

- CLARETIE (Jules)**. L'Empire, les Bonaparte et la Cour. Documents nouveaux sur l'Histoire du premier et du second Empire; d'après les papiers impériaux inédits. 1 vol. in-8 br. 2\$500
 — Paris assiégé. Tableaux et souvenirs. Septembre 1870 et janvier 1871. In-8. 2\$500
CL RE. Les hommes de la Commune, biographie complète de tous ses membres. In-8. 2\$000
COURTISANES DU SECOND EMPIRE (les). 1^{re} partie : Marguerite Bellanger. 2\$000
 — 2^e partie : Ces Dames de l'entourage. 2\$000
 — 3^e partie : Les Actrices. 2\$000
DELAUNAY (Ferdinand). Histoire de la Campagne de France 1870-1871, avec 8 cartes d'après l'état-major. 1 vol. in-4 de 368 pages. 6\$000

Nota. Cet ouvrage a rapport seulement aux événements qui ont eu lieu depuis l'origine de la guerre jusqu'au 4 septembre.

- ENAUT**. Paris brûlé par la Commune, 1 joli vol. in-8, enrichi de 12 gravures photographiques représentant les édifices et les quartiers incendiés. 4\$000
FAVRE (J.) Gouvernement de la Défense nationale, du 30 juin au 31 octobre 1870. Journée du 4 septembre. M. Thiers et M. de Bismarck. Entrevue de Ferrières. Organisation de la défense. Délégation de Tours. Journée du 31 octobre. In-4. 7\$000
 — Gouvernement de la Défense nationale, du 31 octobre 1870 au 28 janvier 1871. Batailles de Champigny. Batailles du Bourget. Conférences de Londres. Bataille de Buzenval. Insurrection du 22 janvier 1871. Armistice. In-4. 7\$000
FEMMES GALANTES (les) des Napoléon. 2 vol. 3\$000
FEYDEAU (E). Consolation. Ecrits politiques sur les événements politiques de 1870-1871. In-8. br., 2\$500; relié, 4\$000
FONVIELLE (de). Les dernières causeries de H. Rochefort, annotées, commentées et réfutées par W. de Fonvielle, condamné à mort par la Commune. In-4, br. 2\$000
GAUME. Où en sommes-nous? Etudes sur les événements actuels, 1870-1871. 1 vol. in-4. 6\$000
GUERONNI-RE (de la). La Commune sanglante, ou le legs incendiaire, complément de l'homme de Sedan. Histoire et tablettes du sang de la Commune de Paris. L'Internationale. 1 vol. in-8. 2\$500
HANS. Second siège de Paris. Le Comité central et la Commune, journal anecdotique, rédacteur de l'Opinion nationale. 1 vol. in-8. 2\$500
HUGO (Victor). Actes et paroles, 1870-1871-1872, 1 vol. in-8. 2\$000
JOURNAL DE LA COMMUNE. Réimpression in extenso du Journal officiel de la Commune, du 19 mars au 24 mai. 1 volume cartonné. 9\$000
JOURNAL DES JOURNAUX DE LA COMMUNE, tableau résumé de la presse quotidienne, du 19 mars au 24 mai 1871. Lois, décrets, proclamations, rapports et informations militaires, séances de la Commune, etc., reproduits d'après le Journal officiel de Paris, extraits des autres journaux, organes ou défenseurs de la Commune, etc. 2 vol. in-8. 8\$000

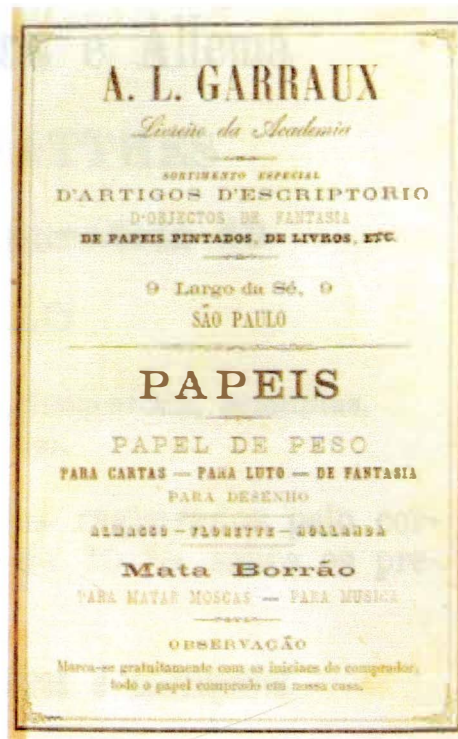
- JULIUS.** Les nouveaux Châtiments ou les Lanières sanglante ,
suite de pamphlets virulents contre les Bonapartistes et les
Prussiens. 1 vol. br. 1\$000
- LA GUERRE ILLUSTRÉE** et le siège de Paris. 1 splendide volume
in-folio de 560 pages, illustré de plus de 460 gravures, cartes,
plans et portraits. Batailles. Combats. Épisodes militaires. Épi-
sodes du siège de Paris. Types et scène de mœurs. Portraits
d'hommes célèbres, etc., etc. Richement relié. 14\$000
- LOCK.** La Commune. Deuxième siège de Paris, 1871. 1 vol.
in-8. br. \$500, relié 4\$000
- MAILLARD.** Affiches. Profession de foi. Documents officiels.
Clubs et comités pendant la commune. 1 vol. in-8, br. 2\$500
- MARCHAND.** Le Siège de Strasbourg, 1870. 1 vol. in-8, couv.
3\$000
- MARTIN (Laurent).** Histoire complète de la Révolution de Paris
en 1871, contenant toutes les dépêches officielles télégraphiées
aux préfets par M. A. Thiers. Les canons de Montmartre. La
Commune. Le Gouvernement de Versailles. La guerre civile. Le
pillage dans Paris. Le carnage des otages. Le incendie de
Paris, etc. 1 vol. in-4, br. 1\$500
- MENAGE IMPERIAL ().** Leur et elle apparue et réalité.
Leur vie publique et leur vie privée. Leurs mœurs, leur cour,
leur entourage, leur politique, leurs intrigues, le mystère des
Tuileries, de Saint-Cloud et de Compiègne dévoilés. 1 volume
in-4. 2\$00
- MICHEL.** Le Siège de Paris, 1870-1871. In-8. 2\$500
- MICHELET.** La France devant l'Europe. In-8, br. 1\$200
- MOLINARI (G. de).** Les clubs rouges pendant le siège de Paris.
in-8. (G). \$500
- MONTAGNE.** Histoire de l'insurrection 1871 et des causes qui
l'ont amenée. La Commune à Paris, à Lyon et à Marseille. Bio-
graphie des membres de la Commune, incendies, exécutions, etc.
In-folio illustré. \$100
- PAPIERS ET CORRESPONDANCE DE LA FAMILLE IMPE-
RIALE.** Edition collationnée sur le texte de l'imprimerie natio-
nale. 2 vol. in-8. \$000
- PAPIERS SECRETS** de l'Empire. Edition populaire complète.
In-8. 2\$000
- QUINET.** Le Siège de Paris et la Défense. 1 vol. in-8, br. 1\$200
- RIBEYRE.** Biographie des représentants à l'Assemblée nationale.
1 beau vol. in-8. 5 000
- ROGEARD.** Les propos de Labienus. 1 vol. br. 000
- ROSSEL.** L'Art de la guerre, suivi de la Réorganisation militaire.
Ouvrage écrit pendant la captivité de l'auteur, en prison
de Versailles. 1 vol. 3\$000
- Papiers posthumes. Défense de Metz. Les rapports avec le
maréchal Bazaine. Mémoires. Le gouvernement de Tours. Le
camp de Nevers. Monarchie et la Commune. Chanceliers. Des-
champs, etc. La défaite de la Commune. Timonée folio. 1
politique. Derniers jours. La mort en beau vol. avec por-
trait. 000
- RUSTOW.** Guerre des frontières du Rhin, 1870-1871 Traduit de
l'Allemand. 2 vol. in-8 et pan. 16\$000

- SAINT-VICTOR.** Barbares et bandits. La Prusse et la Commune. 4 vol. in-8 br. 2\$500
- SARCEY.** Le Siège de Paris. Impressions et souvenirs. In-8, 355 p. et 1 carte. 2\$500
- SEMPRONIUS.** Histoire de la Commune de Paris en 1871. 2\$500
— La période impériale. La Révolution du 4 septembre. Le Gouvernement de la Défense nationale. Le parti républicain et le parti socialiste. L'Association internationale des travailleurs. Les opérations militaires. Les vols, les barricades, etc. 2\$500
- THIERS.** Messages prononcés à la Chambre des Députés. 2\$000
- VALMONT.** L'Espion prussien. 1 vol. in-8 (1872).
- VAUCERIE.** Les Martyrs de la seconde Terreur, ou arrestation, captivité et martyre de Mgr Darboy, de M. Deguerry et des autres prêtres et religieux incarcérés avec eux. Détails intimes et authentiques. 1 vol. 1\$000
- VILLETARD.** Histoire de l'Internationale. 1 vol. in-8. (G). 4\$000
- ZACCONE.** Les drames de l'Internationale. 2 vol. in-8, br. 5\$000

Fonte: Catálogo Garraux, 1872, pp.33-36.

Ex-Libris da Casa Garraux

(Estes são apenas alguns modelos, pois como vimos em exemplares diversos e em algumas publicações, esta livraria investia muito em suas etiquetas)



Fonte: Ana Luiza Martins; Heloisa Barbuy, *Arcadas...*, op.cit., p.53.

Livraria Brasileira e Allemã

RICARDO MATTHES

43 Rua da Imperatriz 43

S. PAULO

Livros de direito, educação, litteratura, sciencias,
religião, etc.

Os livros podem ser enviados registrados pelo correio, mediante um augmento de 15 % sobre os preços da venda.

Agencia de jornaes brasileiros e estrangeiros

Sortimento de papel de peso, florette, almasso, etc.

PAPELARIA

Objectos para escriptorio. Albuns para retratos

MUSICAS

Legitimos charutos da Havana, de Hamburgo, Bremen e da Bahia

Os charutos tambem se mandam pelo correio a qualquer ponto do imperio, cobrando-se mais 800 réis por cada cento.

Cigarros de papel e de palha

Fumo Daniel, Rio Novo, Pomba, Goyano e Barbacena

Excellentes machinas de costura de pé e de mão

Unica agencia das machinas "Fluminense,, e "Brasileira,,

Agencia de Livros e Jornaes Portuguezes

DE

ABILIO A. S. MARQUES

44 RUA DA IMPERATRIZ 44

Escriptorio da «Provincia de São Paulo»



Tendo estabelecido relações directas com uma das principaes livrarias edictoras de Portugal, encarrega-se de mandar vir toda e qualquer obra litteraria ou scientifica, bem como jornaes e revistas publicadas em lingua portugueza ou hespanhola.

Sendo esta AGENCIA ESPECIAL para livros portuguezes e hespanhóes, receberá mensalmente e em direitura todas as novidades scientificas ou litterarias; de modo que, publicada uma obra em Portugal ou Hespanha, estará aqui um mez depois.

